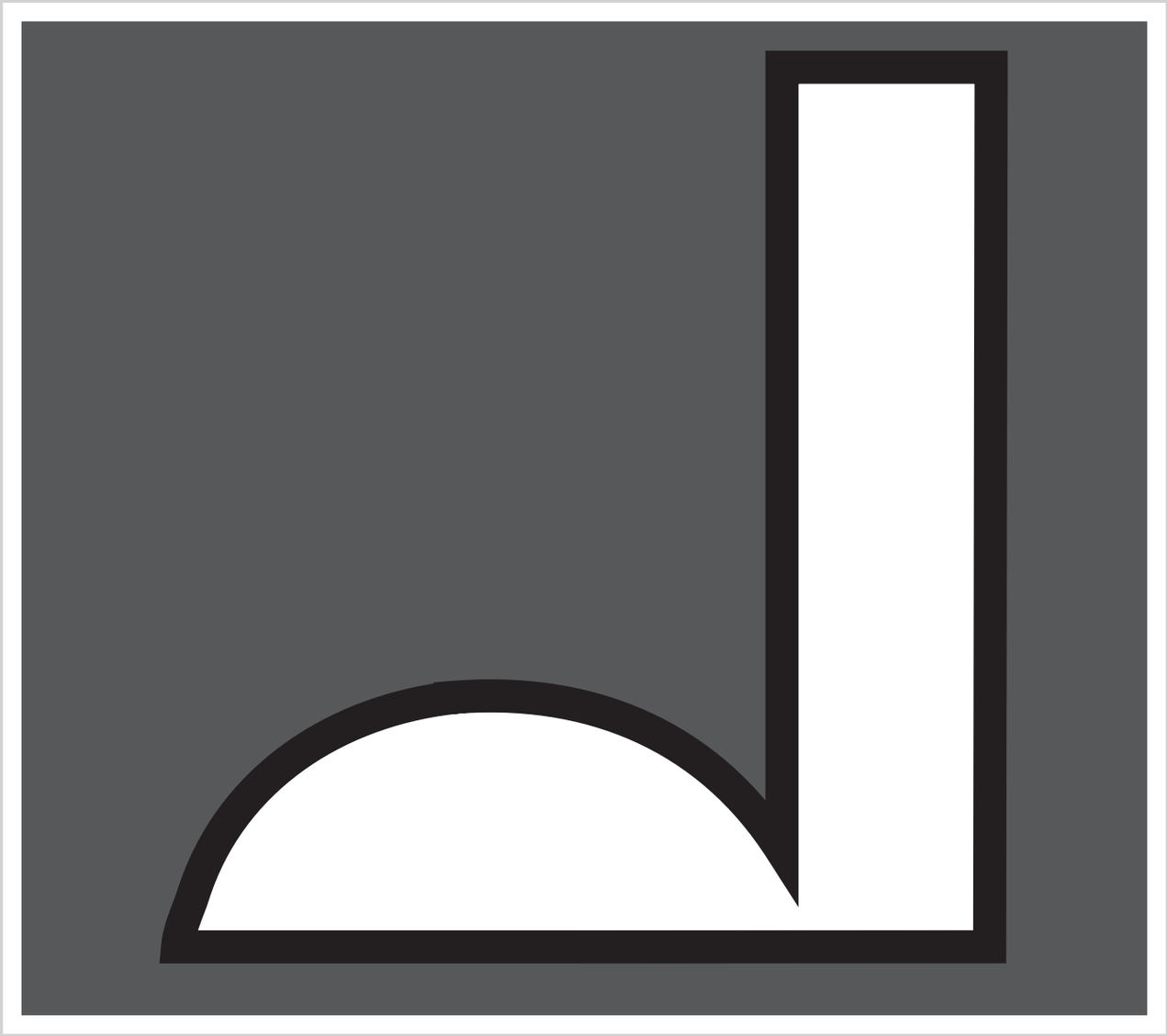
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVIII – Nº 182 –TERÇA-FEIRA, 5 DE NOVEMBRO DE 2013 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)
2ª SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)
3º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)
4º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Magno Malta - (PR-ES)
2º - Jayme Campos - (DEM-MT)
3º - João Durval - (PDT-BA)
4º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

*** As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).**

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 28

Líder
Eunício Oliveira - Bloco (62,70)

.....

Líder do PMDB - 21
Eunício Oliveira (62,70)
Vice-Líderes do PMDB
Ricardo Ferraço (104)
Romero Jucá (40,105)
Vital do Rêgo (107)

Líder do PP - 5
Francisco Dornelles (64)
Vice-Líder do PP
Ana Amélia (12,88)

Líder do PSD - 1
Sérgio Petecão (84,87)

Líder do PV - 1
Paulo Davim (75)

Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 14

Líder
Gim - Bloco (56,58,59)
Vice-Líderes
Alfredo Nascimento (41,66)
Eduardo Amorim (17,47,48,72)
Blairo Maggi (19,51)
Eduardo Lopes (37,45,63,100,109)

.....

Líder do PTB - 7
Gim (56,58,59)

Líder do PR - 5
Alfredo Nascimento (41,66)
Vice-Líder do PR
Antonio Carlos Rodrigues (92)

Líder do PSC - 1
Eduardo Amorim (17,47,48,72)

Líder do PRB - 1
Eduardo Lopes (37,45,63,100,109)

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PSOL) - 24

Líder
Wellington Dias - Bloco (24,65,90)
Vice-Líderes
Acir Gurgacz (49,55,67,97)
Rodrigo Rollemberg (69,98)
Inácio Arruda (89,99)

.....

Líder do PT - 12
Wellington Dias (24,65,90)
Vice-Líderes do PT
Walter Pinheiro (22,27,93)
Anibal Diniz (25,94)
Paulo Paim (95)
Eduardo Suplicy (96)

Líder do PDT - 5
Acir Gurgacz (49,55,67,97)
Vice-Líder do PDT
Zeze Perrella (86)

Líder do PSB - 4
Rodrigo Rollemberg (69,98)
Vice-Líder do PSB
Lídice da Mata (29,38,82)

Líder do PCdoB - 2
Inácio Arruda (89,99)
Vice-Líder do PCdoB
Vanessa Grazziotin (1,91)

Líder do PSOL - 1
Randolfe Rodrigues (18,76)

Governo

Líder
Eduardo Braga - Governo (39)
Vice-Líderes
Gim (56,58,59)
Benedito de Lira
Lídice da Mata (29,38,82)
Jorge Viana
Vital do Rêgo (107)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 14

Líder
Mário Couto - Bloco (34,61)
Vice-Líderes
Wilder Morais (101,112)
Cyro Miranda (31,103)

.....

Líder do PSDB - 11
Aloysio Nunes Ferreira (7,68)
Vice-Líderes do PSDB
Cássio Cunha Lima (74)
Alvaro Dias (78)
Paulo Bauer (5,35,79,80)

Líder do DEM - 3
José Agripino (2,10,14,44,46,77)
Vice-Líder do DEM
Wilder Morais (101,112)

SDD - 1

Líder
Vicentinho Alves - SDD (42,54,71,111)

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE

Antônio Helder Medeiros Rebouças
Diretor-Geral do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Coordenador Industrial

Claudia Lyra Nascimento
Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal
Rogério de Castro Pastori
Diretor da Secretaria de Registros Legislativos de Plenários e de Elaboração de Diários
Zuleide Spinola Costa da Cunha
Diretora da Secretaria de Taquigráfia e Redação de Debates Legislativos

Impresso sob à responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE REGISTROS LEGISLATIVOS DE
PLENÁRIOS E DE ELABORAÇÃO DE DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 195ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 4 DE NOVEMBRO DE 2013..... 78857

1.1 – ABERTURA 78857

1.2 – EXPEDIENTE 78857

1.2.1 – Comunicações

Do Senador Aloysio Nunes Ferreira, relatando viagem realizada para participar de missão parlamentar à Eslováquia e à República Tcheca, no período de 31 de agosto a 6 de setembro último **(Ofício nº 54/2013)**. 78857

Do Senador Antonio Carlos Rodrigues, justificando o não registro da presença na sessão do dia 30 de outubro último **(Ofício nº 83/2013)**. 78858

1.2.2 – Mensagens da Presidente da República

Nº 478/2013 (nº 4.470/2012, na origem), restituindo os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 14/2013, sancionado e transformado na Lei nº 12.875/2013. 78861

Nº 479/2013 (nº 3.078/2011, na origem), restituindo os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 43/2013, sancionado e transformado na Lei nº 12.876/2013. 78861

1.2.3 – Comunicações da Presidência

Término do prazo, sexta-feira última, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, aos Projetos de Lei do Senado nºs 250/2005-Complementar e 62/2012-Complementar. 78861

Término do prazo, sexta-feira última, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 77/2013. 78861

Término do prazo, em 2 do corrente, sem apresentação de projeto de decreto legislativo que discipline as relações jurídicas decorrentes da adoção da Medida Provisória nº 614/2013. *Extinção da Comissão Mista destinada à apreciação da matéria.* 78861

1.2.4 – Avisos de Ministros de Estado

Nº 83/2013 (nº 387/2013, na origem), do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando o relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquela Pasta, no mês de setembro do corrente, e as tabelas demonstrativas da Dívida Consolidada Líquida dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. 78862

Nº 84/2013 (nº 388/2013, na origem), do Ministro de Estado da Fazenda, informando que o Tesouro Nacional não realizou emissões de títulos da República, no terceiro trimestre de 2013. 78940

Nº 224/2013, na origem, do Ministro de Estado de Minas e Energia, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 860/2013, de iniciativa da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. 78940

1.2.5 – Ofício do Ministro de Estado das Comunicações

Nº 96/2013, na origem, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 988/2013, de autoria do Senador Aécio Neves. 78940

1.2.6 – Aviso do Tribunal de Contas da União

Nº 85/2013 (nº 1.401/2013, na origem), encaminhando cópia do Acórdão nº 2.928/2013, proferido nos autos do processo TC 018.455/2013-1, referente ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução nº 24/2013. 78940

1.2.7 – Aviso do Banco Central do Brasil

Nº 86/2013 (nº 174/2013, na origem), encaminhando o demonstrativo das emissões do real referente ao terceiro trimestre de 2013, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas. 78941

1.2.8 – Discursos do Expediente

SENADOR *RODRIGO ROLLEMBERG* – Manifesto pela não aprovação do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico proposto pelo Governo do Distrito Federal. 78954

SENADORA *ANA AMÉLIA* – Preocupação com a qualidade das rodovias do País. 78960

SENADOR *JORGE VIANA* – Aplausos ao pronunciamento do Ministro do TSE, Dias Toffoli, contrário ao financiamento de campanhas eleitorais por pessoas jurídicas..... 78964

SENADOR *ALVARO DIAS* – Aflição com o aumento da criminalidade no País; e outro assunto.... 78969

SENADOR *PAULO PAIM* – Defesa de erradicação da pobreza no País; e outros assuntos..... 78970

SENADOR *RUBEN FIGUEIRÓ* – Críticas ao Governo Federal pelos baixos investimentos e corte de recursos na Polícia Rodoviária Federal. 78976

1.2.9 – Projeto recebido da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei da Câmara nº 101/2013 (nº 4.370/2012, na Casa de origem), de iniciativa da Presidente da República, que *altera o art. 1º da Lei nº 7.150, de 1º de dezembro de 1983, que fixa os efetivos do Exército em tempo de paz.* 78979

1.2.10 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR *ALOYSIO NUNES FERREIRA* – Insatisfação com o crescimento dos gastos públicos do Governo Federal; e outros assuntos..... 78984

SENADOR *WELLINGTON DIAS* – Registro de matéria publicada no jornal **Meio Norte** na qual são destacados os progressos gerados pelo Programa Bolsa Família no Estado do Piauí; e outros assuntos.. 78987

1.2.11 – Discurso encaminhado à publicação

SENADOR *CIRO NOGUEIRA* – Registro de projeto de lei apresentado por S. Exª para restringir o comércio de produtos corrosivos no País..... 78990

1.2.12 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada. 79000

1.3 – ENCERRAMENTO..... 79000

2 – ATA

2.1 – Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional

Ata Circunstanciada da 8ª Reunião, realizada em 7 de outubro de 2013 79004

3 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, EM 4.11.2013..... 79060

SENADO FEDERAL

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

Por Unidade da Federação 79061

Bancadas dos Partidos 79062

Por ordem alfabética 79063

5 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL..... 79064

6 – LIDERANÇAS 79065

7 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO..... 79069

8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS..... 79072

9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos 79088

CAS – Comissão de Assuntos Sociais 79096

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania 79100

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte 79106

CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle..... 79112

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa..... 79121

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional 79129

CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura . 79138

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo..... 79146

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária 79152

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática 79156

CSF – Comissão Senado do Futuro..... 79160

10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17/1993) 79161

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20/1993)..... 79162

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40/1995) 79163

Procuradoria Especial da Mulher (Resolução nº 9/2013) 79164

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1/2005) 79164

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2/2001) 79165

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35/2009)..... 79167

Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14/2010)..... 79169

Comissão do Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42/2010) 79171

Conselho do Prêmio Mérito Ambiental (Resolução nº 15/2012)..... 79173

Conselho da Comenda Dorina Gouveia Nowill (Resolução nº 34/2013)..... 79175

CONGRESSO NACIONAL

11 – COMISSÕES MISTAS

CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1/2006) 79177

CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4/2008)..... 79184

Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – Fipa (Resolução nº 2/2007)..... 79188

CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883/1999) 79189

Comissões Mistas Especiais 79190

12 – CONSELHOS E ÓRGÃO

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70/ 1972) 79194

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389/1991) 79195

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 1/2011) 79196

Ata da 195ª Sessão, Não Deliberativa, em 4 de novembro de 2013

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência do Srs. Jorge Viana, da Srª Ana Amélia, e dos Srs. Paulo Paim, Alvaro Dias e Aloysio Nunes Ferreira

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 6 minutos e encerra-se às 16 horas e 59 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – A Presidência do Senado Federal recebeu o **Ofício nº 54**, do Senador Aloysio Nunes Ferreira, referente ao **Requerimento nº 897, de 2013**, por meio do qual relata participação em missão parlamentar à Eslováquia e à República Tcheca, no período de 31 de agosto a 6 de setembro de 2013.

O Ofício vai à publicação.

O Requerimento vai ao Arquivo.

É o seguinte o Ofício:

Ofício GSANUN nº 54/2013

Brasília, 31 de outubro de 2013

Senhor Presidente do Senado Federal,

Venho apresentar a Vossa Excelência relatório sucinto a respeito de minha participação na Missão Parlamentar à Eslováquia e República Tcheca, como membro da delegação chefiada pelo ilustre Senador Luiz Henrique da Silveira, no período de 31 de agosto a 6 de setembro do corrente ano.

A designação em questão atendeu a convite formulado ao Senado Federal pelo Conselho Nacional do Parlamento eslovaco, para visita de 31-8 a 3-9-2013, e convite do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-República Tcheca, para visita no período de 3 a 6-9-2013.

A delegação de senadores brasileiros foi chefiada pelo Senador Luiz Henrique da Silveira (PMDB-SC), Presidente do referido grupo, e integrada por mim e os senadores Jorge Viana (PT-AC), Lídice da Mata (PT-BA) e Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE). Integrou ainda a comitiva brasileira, o Ministro Carlos Eduardo Ribas Guedes do Ministério das Relações Exteriores.

A Missão oficial à República Eslovaca teve início com a chegada dos Senadores à Bratislava na noite do dia 31-9. No dia 2-9 a comitiva foi recebida pelo Presidente Ivan Gasparovic, que se fez acompanhar de várias autoridades eslovacas. Na ocasião o Presidente Gasparovic disse lamentar não ter tido oportunidade de visitar o Brasil durante o seu mandato e mencionou a importância para a Eslováquia da evolução recente da conjuntura econômica, bem como as políticas de incentivo a investimentos externos daquele país e aumento do intercâmbio bilateral. Tive a oportunidade de agradecer ao Presidente Gasparovic a honra de ser recebido por Sua Excelência e, reportando-me à distância geográfica entre os dois países, assegurei que o grupo parlamentar brasileiro tem se esforçado no sentido de reduzir essas distâncias. Por sua vez, ao despedir-se, o Presidente eslovaco destacou seu orgulho em contatar que, ao longo de sua história de dominação, o povo eslovaco conseguiu preservar língua, cultura, território e religiosidade.

Na sequência, a comitiva parlamentar brasileira foi recebida por Pavol Paska, Porta-Voz do Conselho Nacional, cargo equivalente a Presidente do Parlamento, Sua Excelência deus as boas-vindas aos senadores brasileiros manifestando sua expectativa de que com essa visita se intensifique a cooperação parlamentar bilateral. Lembro, ainda, que, no campo econômico, não existem obstáculos para que o intercâmbio comercial seja fortalecido.

Em seguida os brasileiros foram recebidos para almoço com Vice-Presidente do Parlamento, Jana Lassaková e outras autoridades do parlamento eslovaco. Os parlamentares trocaram informações a respeito da estrutura e do funcionamento dos respectivos legislativos.

À tarde os parlamentares brasileiros foram recebidos por Juraj Blanár, Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Parlamento eslovaco. Na ocasião Blanár destacou o caráter histórico da visita e manifestou sua expectativa de intensificar o diálogo político com o Brasil, país que considera o principal parceiro da Eslováquia na América Latina. Na sequência indaguei a respeito da existência na Eslováquia de correntes nacionalistas e eurocéticas, ao que Blanár informou que a maioria dos eslovacos é favorável à integração europeia e que a adesão ao euro constitui uma vantagem comparativa para a Eslováquia.

Na noite de 2-9 a Embaixada do Brasil ofereceu jantar aos senadores com a presença do Embaixador Lubomir Rehák, Diretor do Departamento Político da Chancelaria local, e do Sr. Nobert Brath, Diretor da Embraco.

No dia 3-9, antes de seguir para Praga, a comitiva brasileira participou, de apresentação da Diretora da Agência Eslovaca de Desenvolvimento de Investimentos e Comércio – SARIO, a respeito das vantagens de investimentos e comércio com a Eslováquia, considerando sua rápida recuperação na crise de 2008, seu baixo endividamento em relação do PIB, a alta produtividade de sua mão de obra e o seu crescimento, superior à media de seus parceiros na zona do euro.

A missão oficial à República Tcheca teve início na noite do dia 3-9, com a chegada da comitiva brasileira a Praga. No dia 4-9, o grupo foi recebido no palácio Wallenstein, pela Senadora Gajdusková, Vice-Presidente do Senado e, logo após o almoço, dirigiram-se ao Palácio Cernín onde foram recepcionados pela embaixadora Katerina Lukesová, Chefe do Departamento das América do MNE. Na sequência, a comitiva deslocou-se até o Ministério da Indústria e Comércio para reunião com o Vice-Ministro Milan Hovorka.

No dia 5-9 o grupo compareceu ao Memorial e Museu de Lídice, onde foi recebido pelo Diretor do Memorial, Sr. Milous Cervenel. À tarde a comitiva brasileira conheceu Karlovy Vary, cidade fundada no século 14 e em seguida visitou a fábrica de cristais Moser, onde foi recebido pelo vice-presidente e um dos proprietários da empresa.

No dia 6-9, último dia da missão a Praga, os senadores reuniram-se com o Diretor de Vendas da Tatra Trucks, S. Frantisek Lengal. Na ocasião foram discutidas as possibilidades de investimentos dessa empresa no Brasil e nos demais países do MERCOSUL, que têm necessidade de ampliar e modernizar seus sistemas de defesa.

Por fim, cumpre-se informar a Vossa Excelência que considerei muito instrutiva e proveitosa a viagem à República Eslovaca e à República Tcheca.

Apresento, respeitosamente, a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Senador **Aloysio Nunes Ferreira**, PSDB – SP.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sobre a mesa, ofício que será lido.

É lido o seguinte:

Ofício nº 83/2013-GSAROD/JPRF

Brasília, 31 de outubro de 2013

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, venho solicitar seja consignada minha presença no Senado Federal no dia 30 de outubro de 2013, conforme atesta, em anexo, o registro de presença na 63ª reunião ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, realizada às 10 horas, no Plenário nº 3 da Ala Senador Alexandre Costa.

Sendo o que havia para o momento, agradeço a atenção dispensada e renovo meus protestos de elevada estima.

Respeitosamente – Senador **Antonio Carlos Rodrigues.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA–CCJ

63ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, a realizar-se em 30 de outubro de 2013, quarta-feira, às 10h, no Plenário nº 3 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II - Senado Federal.

PRESIDENTE :	
SENADORES TITULARES	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB, PSOL)	
JOSÉ PIMENTEL	
ANA RITA	
PEDRO TAQUES	
ANIBAL DINIZ	
ANTONIO CARLOS VALADARES	
INÁCIO ARRUDA	
EDUARDO LOPES	
RANDOLFE RODRIGUES	
EDUARDO SUPLICY	
BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSD, PV)	
EDUARDO BRAGA	
VITAL DO RÊGO	
PEDRO SIMON	
SÉRGIO SOUZA	
LUIZ HENRIQUE	
EUNÍCIO OLIVEIRA	
FRANCISCO DORNELLES	
SÉRGIO PETECÃO	
ROMERO JUCÁ	
BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	
AÉCIO NEVES	
CÁSSIO CUNHA LIMA	
ALVARO DIAS	
JOSÉ AGRIPINO	
ALOYSIO NUNES FERREIRA	
BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PTB, PR, PSC, PPL)	
ARMANDO MONTEIRO	
MOZARILDO CAVALCANTI	
MAGNO MALTA	
ANTONIO CARLOS RODRIGUES	

Atualizada em: 09/10/2013

PRESIDENTE :	
SENADORES SUPLENTES	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB, PSOL)	
ANGELA PORTELA	
LÍDICE DA MATA	
JORGE VIANA	
ACIR GURGACZ	
WALTER PINHEIRO	
RODRIGO ROLLEMBERG	
HUMBERTO COSTA	
LINDBERGH FARIAS	
WELLINGTON DIAS	
BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSD, PV)	
CIRO NOGUEIRA	
ROBERTO REQUIÃO	
RICARDO FERRAÇO	
CLÉSIO ANDRADE	
VALDIR RAUPP	
BENEDITO DE LIRA	
PAULO DAVIM	
KÁTIA ABREU	
LOBÃO FILHO	
BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	
LÚCIA VÂNIA	
FLEXA RIBEIRO	
CÍCERO LUCENA	
PAULO BAUER	
CYRO MIRANDA	
BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PTB, PR, PSC, PPL)	
GIM	
EDUARDO AMORIM	
BLAIRO MAGGI	
ALFREDO NASCIMENTO	

Atualizada em: 30/10/2013

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – O Senado Federal recebeu, da Senhora Presidente da República, as seguintes Mensagens:

– **n° 478, de 2013**, na origem, que restitui os autógrafos do **Projeto de Lei da Câmara n°.14, de 2013** (n° 4.470/2012, na Casa de origem, do Deputado Edinho Araújo), que *altera as Leis n°s 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 9.504, de 30 de setembro de 1997, nos termos que especifica,* sancionado e transformado na Lei n° 12.875, de 2013; e

– **n° 479, de 2013**, na origem, que restitui os autógrafos do **Projeto de Lei da Câmara n° 43, de 2013** (n° 3.078/2011, na Casa de origem), de iniciativa da Presidência da República, que *altera o Decreto n° 2.784, de 18 de junho de 1913, para restabelecer os fusos horários do Estado do Acre e de parte do Estado do Amazonas, e revoga a Lei n° 11.662, de 24 de abril de 2008*, sancionado e transformado na Lei n° 12.876, de 2013.

Encaminhe-se à Câmara dos Deputados um exemplar de cada autógrafo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Encerrou-se na última sexta-feira o prazo para apresentação de emendas aos seguintes Projetos de Lei do Senado:

– **n° 250, de 2005-Complementar**, do Senador Paulo Paim, que *estabelece requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos servidores públicos portadores de deficiência*, e

– **n° 62, de 2012-Complementar**, do Senador Randolfe Rodrigues, que *altera o § 1º do art. 19 da Lei Complementar n° 101, de 4 de maio de 2000, para acrescentar novas hipóteses em que não serão computadas as despesas na verificação do atendimento dos limites definidos naquele artigo*.

Aos Projetos não foram oferecidas emendas.

As matérias serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Encerrou-se na última sexta-feira o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Resolução n° 77, de 2013**, do Senador Cássio Cunha Lima, que *altera o art. 126 do Regimento Interno para impor a distribuição de relatoria por sorteio*.

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde se encontra o **Projeto de Resolução n° 17, de 2009**, que altera o Regimento Interno do Senado Federal, uma vez que o projeto supracitado também modifica a referida Norma Interna, seguindo, posteriormente, à Comissão Especial da Reforma do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – A Presidência comunica o término do prazo estabelecido no § 2º do art. 11 da Resolução n° 1, de 2002-CN, em 2 de novembro do corrente, para edição do decreto legislativo regulando as relações jurídicas decorrentes da **Medida Provisória n° 614, de 2013**, cujo prazo integral de vigência expirou em 11 de setembro de 2013, convertida no **Projeto de Lei de Conversão n° 18, de 2013**.

Comunica, ainda, a extinção da Comissão Mista destinada à apreciação da matéria, nos termos do § 3º do art. 11 da Resolução n° 1, de 2002-CN.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – A Presidência recebeu o **Aviso n° 83, de 2013** (n° 387/2013, na origem), do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando o relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquela Pasta, no mês de setembro de 2013, e as tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

É o seguinte o Aviso:

AVISO
Nº 83, DE 2013
(Nº 387/GMF/MF-DF, na origem)

Brasília, 30 de outubro de 2013

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Art. 41 e §§ 1º e 2º do art. 24 da Resolução do Senado Federal nº 43/2001.**

Excelentíssimo Senhor Presidente,

1. Em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal (RSF) nº 43/2001, encaminho documentação anexa contendo, além de relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito deste Ministério no mês de **setembro de 2013**, tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Informo que os dados relativos às dívidas consolidadas foram extraídos pela Caixa Econômica Federal dos Relatórios de Gestão Fiscal, publicados no Sistema de Coleta de Dados Contábeis dos Entes da Federação – SISTN e elaborados pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, em cumprimento ao art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF).

2. Quanto ao atendimento ao disposto no § 2º do art. 24 da RSF 43/2001, editou-se a Portaria STN nº 227, de 11 de abril de 2011, que estabelece procedimentos de comunicação pelo Ministério da Fazenda ao Poder Legislativo local, ao Tribunal de Contas competente e ao Senado Federal em caso de constatação de irregularidades na instrução de processos de autorização regidos pela RSF 43/2001. As irregularidades constatadas no período são comunicadas por meio do Anexo 4, para atendimento ao § 2º art. 24 da RSF 43/2001.

3. Destaco que informações detalhadas acerca de cada operação de crédito enquadrada na situação descrita no parágrafo anterior, tais como Ente Federativo, Instituição Credora, valor, tipo de operação e condições financeiras, constarão de relatório anexo a este Ofício.

4. Esclareço que as informações ora encaminhadas estão dispostas nos seguintes anexos:

- **Anexo 1** – Tabela demonstrativa da posição de endividamento dos Estados e do Distrito Federal, em atendimento ao inciso I, artigo 41 da RSF 43/2001;
- **Anexo 2** – Tabela contendo a posição de endividamento dos Municípios, em atendimento ao inciso I, artigo 41 da RSF 43/2001;
- **Anexo 3** – Tabela contendo cada uma das operações de crédito deferidas e não deferidas no período, bem como o número de instituições financeiras participantes das operações de crédito autorizadas no período, classificadas por tipo de operação em atendimento aos incisos II e III, artigo 41 da RSF 43/2001;
- **Anexo 4** – Tabela contendo informações sobre as irregularidades constatadas de que trata o § 2º artigo 24 da RSF 43/2001 no período; e
- **Anexo 5** – Tabela contendo informações sobre a situação das irregularidades passíveis de regularização (artigo 24 da RSF 43/2001 e §§ 1º e 3º artigo 33 da LRF) ou passíveis de cancelamento (artigos 35 ou 37 da LRF) no período.

5. Em cumprimento ao art. 42 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, informo que não consta de nossos registros, nos meses de julho a setembro de 2013, qualquer emissão primária de títulos públicos de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

6. Informo que o trâmite das operações de crédito neste Ministério é atualizado diariamente em www.tesouro.fazenda.gov.br/operacoesdecredito-estados-municipios, no link "Consultar Operações de Crédito". Nesse mesmo endereço, poderão ser encontradas as planilhas eletrônicas com os dados que compõem os Anexos 1 e 2 deste Ofício.

Atenciosamente,

GUIDO MANTEGA
Ministro de Estado da Fazenda

ANEXO 1

Tabela demonstrativa da posição de endividamento dos Estados e do Distrito Federal, em atendimento ao inc. I, art. 41 da RSF nº 43/2001.

Dívida Consolidada Líquida dos Estados

Atualizado: 21/10/2013

R$ mil

UF	Dívida Consolidada Líquida - DCL															
	31/12/00	31/12/01	31/12/02	31/12/03	31/12/04	31/12/05	31/12/06	31/12/07	31/12/08	31/12/09	31/12/10	31/12/11	30/4/12	31/8/12	31/12/12	30/4/13	31/8/13
AC	705.834	653.786	703.747	694.081	718.119	655.896	844.825	794.953	632.092	896.478	1.423.622	1.498.775	1.355.915	1.485.982	1.917.189	1.787.360	1.896.268
AL	2.670.510	2.451.365	3.491.788	4.182.250	5.072.920	5.487.783	5.927.277	6.218.123	6.955.422	6.509.556	6.798.649	7.099.747	6.754.218	7.166.048	7.599.503	7.405.440	n.d.
AM	1.925.679	1.568.315	1.850.103	1.596.943	1.681.725	1.602.703	1.555.436	1.011.766	819.600	1.459.103	2.006.958	1.648.844	753.873	62.575	1.479.388	1.016.669	1.259.938
AP	31.016	35.232	226.777	260.458	273.970	151.826	172.481	184.009	97.330	246.308	449.436	347.815	-95.405	-26.553	595.232	168.834	n.d.
BA	8.362.057	9.758.867	12.156.457	12.246.048	12.878.412	12.048.374	11.616.488	10.370.837	10.238.352	9.234.647	9.057.007	8.917.888	7.396.037	8.336.806	10.617.350	4.155.452	7.170.590
CE	2.711.864	3.402.000	4.543.190	4.448.874	4.276.527	3.876.734	3.641.566	2.512.029	1.857.038	1.446.623	2.680.112	3.221.715	2.805.716	2.732.540	3.360.363	2.820.280	3.443.052
DF	1.153.478	1.200.158	1.587.309	1.599.518	1.467.462	2.128.696	2.278.953	1.551.449	1.543.196	1.777.578	2.081.761	2.046.859	1.266.781	697.870	1.432.931	1.196.576	1.142.079
ES	2.129.037	2.123.028	2.963.875	3.395.641	3.011.009	2.247.686	1.872.059	1.210.426	800.397	636.022	1.415.501	1.335.776	827.450	1.217.383	1.633.945	1.569.433	1.319.217
GO	8.369.621	9.029.903	10.611.539	10.948.751	11.744.077	11.386.819	11.334.809	12.231.562	12.553.278	11.697.404	13.680.116	12.770.813	12.901.124	12.812.223	14.378.869	13.806.925	13.798.241
MA	4.624.286	4.452.327	5.784.811	5.448.982	5.141.515	4.908.145	5.054.291	4.479.838	4.316.480	4.073.167	4.339.646	3.805.114	2.776.694	2.645.214	3.659.267	2.591.235	2.766.540
MG	13.614.394	26.757.537	32.941.741	34.735.247	37.464.487	39.706.846	41.767.078	44.602.747	51.560.659	52.264.413	60.499.483	67.779.833	65.477.048	68.695.983	70.461.971	69.282.127	72.231.273
MS	4.133.659	4.507.029	5.450.597	5.662.201	6.001.254	6.117.359	6.207.989	5.829.442	5.567.198	5.602.766	6.213.168	6.781.344	6.391.815	6.698.475	6.955.693	6.565.412	6.642.524
MT	4.379.490	4.107.381	3.995.655	5.506.364	5.037.846	4.731.493	4.959.587	4.592.566	4.324.155	3.497.758	3.928.181	3.121.225	2.341.641	2.071.326	2.712.172	1.503.061	n.d.
PA	1.314.362	1.713.754	2.138.123	2.121.048	2.458.420	2.229.659	2.436.549	2.164.718	2.144.103	1.907.584	2.609.966	2.020.245	1.295.159	1.193.527	1.372.729	727.376	808.566
PB	2.438.937	1.977.968	2.769.785	2.618.406	2.513.817	2.584.626	2.463.929	2.201.350	2.115.180	1.585.380	1.809.843	1.492.822	1.212.961	1.147.173	1.651.102	1.579.416	1.643.191
PE	2.961.347	4.253.625	5.495.025	5.429.048	5.495.263	5.230.444	4.920.433	4.404.193	4.249.424	4.589.102	4.760.385	5.676.720	4.664.909	5.437.705	7.143.209	6.334.787	7.445.840
PI	2.002.176	2.241.789	2.602.589	2.561.526	2.751.152	2.580.295	2.262.084	2.380.281	2.308.190	2.434.575	2.443.126	2.967.500	2.554.171	2.538.917	2.815.560	2.481.167	0
PR	7.353.797	8.395.766	9.269.301	8.755.690	9.951.077	13.490.215	14.346.486	14.506.000	17.192.100	16.937.485	15.130.153	14.050.807	13.671.336	13.850.764	13.067.786	9.874.334	13.678.116
RJ	23.870.040	25.840.552	35.449.514	38.571.989	42.929.196	43.901.530	45.072.844	46.575.258	51.041.007	47.204.513	53.952.732	57.269.426	55.785.676	60.869.465	67.060.121	65.652.706	68.746.550
RN	1.148.656	964.036	1.291.902	1.157.033	992.857	1.001.351	970.171	870.373	879.003	841.501	1.104.556	775.654	862.198	451.139	713.792	695.699	565.419
RO	1.092.894	1.076.043	1.745.381	1.781.627	1.807.978	1.774.749	1.640.206	1.660.582	1.642.838	1.716.595	2.010.026	2.222.441	1.962.236	2.075.074	2.155.481	2.128.301	n.d.
RR	150.000	171.309	257.377	289.172	32.909	159.669	123.997	-161.810	-204.269	506.160	73.668	-228.747	-429.333	197.888	466.622	389.833	400.455
RS	17.730.010	18.556.183	23.496.895	27.606.812	30.353.246	31.835.491	33.743.927	35.514.404	39.058.534	38.170.677	43.437.027	46.874.223	47.435.864	49.963.522	51.718.917	52.166.324	53.151.626
SC	6.018.289	5.680.842	8.511.284	8.555.064	9.324.434	8.019.912	8.030.930	7.677.817	8.065.824	6.312.345	7.464.223	6.298.521	5.337.060	6.307.823	5.898.678	5.930.790	7.000.242
SE	1.064.373	1.086.809	1.215.477	1.236.566	1.322.030	1.149.727	1.636.893	1.312.718	829.760	1.048.669	1.541.388	2.133.519	2.272.919	2.458.012	2.755.403	2.622.118	2.649.879
SP	62.347.593	70.308.906	90.210.046	97.876.864	110.330.959	111.916.498	118.355.919	120.461.956	133.920.658	130.298.983	152.727.942	157.420.440	160.578.123	163.935.318	177.517.847	166.816.870	153.453.938
TO	323.219	291.442	515.266	403.239	607.264	312.979	308.144	235.459	340.850	374.955	634.993	939.303	665.050	669.098	1.028.809	769.342	890.465
Total	184.556.637	212.584.938	271.275.952	290.079.444	315.639.960	321.287.505	333.546.345	335.486.027	364.848.999	353.270.448	404.273.068	421.088.425	408.821.184	425.690.497	462.172.729	432.047.869	n.d.

Fontes: Relatórios Fiscais homologados no SISTN em cumprimento à Portaria STN nº 683/11 e Relatórios Fiscais disponibilizados na Internet ou encaminhados pelos Estados.
n.d. - Informação não disponível

Obs:
1 - Os dados referentes a 31/8/2013 foram extraídos exclusivamente dos Relatórios de Gestão Fiscal do 2º Quadrimestre de 2013 homologados e publicados até 21/10/2013 no SISTN.
2 - Os dados referentes aos quadrimestres anteriores não consideram eventuais alterações efetuadas pelos entes posteriormente à primeira homologação e publicação no SISTN.

Dívida Consolidada Líquida dos Estados

Atualizado: 21/10/2013

R$ mil

UF	Receita Corrente Líquida - RCL																
	31/12/00	31/12/01	31/12/02	31/12/03	31/12/04	31/12/05	31/12/06	31/12/07	31/12/08	31/12/09	31/12/10	31/12/11	30/4/12	31/8/12	31/12/12	30/4/13	31/8/13
AC	677.082	784.799	970.673	1.023.480	1.156.660	1.466.890	1.635.875	1.933.479	2.223.257	2.453.090	2.648.933	2.975.828	3.074.919	3.146.494	3.281.195	3.358.304	3.399.403
AL	1.195.875	1.375.365	1.477.875	1.619.021	1.918.255	2.442.959	2.674.902	3.105.363	3.528.416	3.597.965	4.205.565	4.801.099	4.913.115	5.015.187	5.051.891	5.200.931	n.d.
AM	1.625.17	2.288.852	2.767.751	3.054.642	3.751.410	4.294.390	4.670.314	5.331.931	6.395.995	6.161.491	7.407.732	8.515.352	8.712.384	9.239.811	9.655.316	9.964.274	10.208.164
AP	678.300	701.103	810.519	940.819	1.210.060	1.444.006	1.594.277	1.917.152	2.404.878	2.237.967	2.492.365	2.897.411	3.160.680	3.301.465	3.344.164	3.260.896	n.d.
BA	5.103.240	5.715.509	6.693.304	7.506.520	9.075.419	10.329.111	11.360.178	12.584.607	14.237.786	14.671.427	17.272.551	19.226.970	19.985.809	20.716.157	21.624.181	21.658.700	21.756.621
CE	3.103.121	3.628.078	3.866.405	4.209.618	4.636.442	5.304.390	6.032.606	6.560.099	7.886.593	8.400.940	9.664.273	10.956.435	11.459.092	11.443.276	12.130.621	11.956.165	13.061.266
DF	3.206.352	3.419.965	3.987.827	4.467.483	5.309.061	6.149.618	6.969.807	8.121.686	9.626.476	10.254.999	11.485.148	12.859.742	13.401.452	13.758.411	14.312.436	14.725.862	15.415.019
ES	2.176.256	2.365.412	2.560.765	3.331.517	4.122.214	5.143.658	5.552.712	6.367.980	7.735.570	7.486.892	8.239.168	9.772.998	10.259.232	10.632.221	10.915.833	10.759.337	10.552.653
GO	2.671.633	3.208.572	3.829.074	4.553.742	5.304.978	6.153.147	6.230.992	7.618.520	8.944.459	9.105.648	10.530.493	12.639.405	12.770.497	13.755.072	14.102.432	14.613.492	14.651.331
MA	1.794.116	2.121.935	2.121.935	2.454.001	2.950.836	3.700.427	4.389.950	4.900.239	5.836.926	5.971.500	6.818.192	8.066.450	8.495.679	8.594.127	8.899.987	8.930.820	9.135.662
MG	9.629.706	11.412.858	12.542.039	14.305.976	16.695.979	19.590.334	22.083.399	23.803.678	29.242.489	29.118.470	33.179.152	37.284.184	38.432.272	39.490.016	40.371.093	41.622.050	42.786.466
MS	1.535.384	1.531.786	1.756.433	2.123.550	2.579.044	3.041.880	3.427.592	3.930.957	4.829.948	4.886.919	5.189.065	5.993.642	6.251.565	6.388.442	6.599.714	6.820.467	7.073.185
MT	1.748.543	2.085.871	2.512.858	3.136.452	3.872.936	4.296.180	4.516.921	4.882.432	6.181.777	6.467.671	7.099.677	7.820.279	8.185.162	8.630.266	8.901.438	9.274.337	n.d.
PA	2.313.543	2.706.265	3.204.737	3.503.004	4.068.167	4.847.313	5.590.771	6.273.309	7.587.651	7.997.162	9.117.950	10.426.350	11.044.649	11.476.212	12.722.720	12.998.021	13.448.123
PB	1.599.214	1.801.118	1.944.563	2.254.882	2.355.662	2.912.034	3.254.480	3.668.685	4.391.207	4.607.840	5.067.418	5.992.568	6.153.946	6.274.982	6.286.656	6.487.031	6.758.761
PE	3.458.438	3.803.157	4.383.765	4.629.449	5.295.561	6.281.379	7.388.664	8.301.076	10.010.231	10.631.854	12.441.687	14.549.104	15.054.538	15.330.032	15.612.666	16.079.430	16.761.410
PI	1.155.252	1.290.514	1.586.525	1.689.464	1.940.461	2.357.829	2.671.043	3.054.199	3.831.028	4.043.265	4.524.858	5.050.101	5.176.180	5.356.334	5.575.468	5.707.279	5.773.310
PR	5.709.876	6.260.845	7.490.807	8.367.454	9.245.030	10.453.929	11.406.920	12.469.291	14.482.743	15.092.440	16.968.377	19.713.389	20.657.570	21.394.805	21.849.073	23.712.428	23.772.115
RJ	11.539.908	13.608.848	15.100.326	19.168.781	21.009.274	23.094.091	26.132.742	26.849.821	31.830.885	28.976.688	34.534.904	39.268.345	39.532.480	40.487.529	40.613.415	42.259.117	42.551.054
RN	1.620.141	1.784.766	1.999.524	2.166.858	2.618.951	3.144.162	3.691.537	3.936.240	4.516.137	4.832.600	5.443.269	5.915.554	6.233.416	6.411.111	6.761.305	6.880.875	7.112.130
RO	902.789	1.022.129	1.204.801	1.467.002	1.757.061	2.094.079	2.282.720	2.586.405	3.261.805	3.256.548	3.715.154	4.480.602	4.643.895	4.757.735	4.789.361	4.764.878	n.d.
RR	517.009	604.772	732.306	668.297	776.946	1.038.551	1.199.870	1.314.562	1.596.732	1.633.114	1.788.506	2.323.210	2.380.804	2.456.558	2.380.344	2.467.740	2.507.672
RS	6.657.896	7.378.894	8.414.927	9.859.597	10.736.730	12.349.352	13.312.373	13.991.364	16.657.785	17.387.287	20.297.847	21.927.905	22.625.744	23.188.622	23.710.654	24.444.592	25.547.625
SC	3.288.096	3.904.463	4.573.551	5.129.578	5.669.194	6.718.512	7.576.828	8.498.348	10.420.913	10.405.660	11.857.684	13.791.477	14.213.867	14.292.791	14.535.174	14.754.023	15.155.577
SE	1.209.361	1.395.943	1.674.710	1.805.467	2.043.107	2.536.658	2.865.674	3.102.889	3.799.764	3.934.265	4.629.387	4.914.198	5.002.433	5.149.165	5.221.654	5.295.954	5.408.525
SP	32.298.817	35.683.659	39.675.308	43.699.168	49.479.722	56.775.075	62.468.354	70.567.961	82.182.734	86.630.248	99.914.614	108.053.551	111.201.770	114.405.893	115.369.728	116.284.306	121.061.085
TO	922.333	1.084.734	1.391.422	1.537.933	1.743.111	2.268.410	2.416.421	2.781.449	3.451.007	3.406.416	3.881.229	4.548.795	4.758.170	4.844.847	4.991.475	5.007.264	5.177.703
Total	108.432.525	123.170.204	139.075.233	158.653.755	181.302.271	210.188.337	233.197.924	258.453.753	307.095.093	313.659.666	360.515.197	404.773.944	417.781.320	429.937.560	439.610.004	449.324.595	n.d.

Fontes: Relatórios Fiscais homologados no SISTN em cumprimento à Portaria STN nº 883/11 e Relatórios Fiscais disponibilizados na Internet ou encaminhados pelos Estados.
n.d. - Informação não disponível

Obs:

1 - Os dados referentes a 31/8/2013 foram extraídos exclusivamente dos Relatórios de Gestão Fiscal do 2º Quadrimestre de 2013 homologados e publicados até 21/10/2013 no SISTN.

2 - Os dados referentes aos quadrimestres anteriores não consideram eventuais alterações efetuadas pelos entes posteriormente à primeira homologação e publicação no SISTN.

Dívida Consolidada Líquida dos Estados

Atualizado: 21/10/2013

UF	Relação DCL / RCL															
	31/12/00	31/12/01	31/12/02	31/12/03	31/12/04	31/12/05	31/12/06	31/12/07	31/12/08	31/12/09	31/12/10	31/12/11	30/4/12	30/8/12	31/12/12	30/4/13	31/8/13
AC	1,04	0,83	0,75	0,68	0,62	0,45	0,52	0,41	0,28	0,37	0,54	0,50	0,44	0,47	0,38	0,53	0,56
AL	2,23	1,78	2,56	2,77	2,64	2,25	2,22	2,00	1,97	1,81	1,62	1,48	1,37	1,43	1,50	1,42	n.d.
AM	1,00	0,69	0,67	0,56	0,45	0,37	0,33	0,19	0,13	0,24	0,27	0,19	0,09	0,01	0,15	0,10	0,12
AP	0,05	0,05	0,28	0,28	0,25	0,11	0,11	0,10	0,04	0,11	0,18	0,12	-0,03	-0,01	0,18	0,05	n.d.
BA	1,64	1,71	1,82	1,63	1,42	1,17	1,02	0,82	0,72	0,63	0,52	0,46	0,37	0,40	0,49	0,19	0,33
CE	0,87	0,94	1,18	1,06	0,92	0,73	0,60	0,38	0,24	0,17	0,28	0,29	0,24	0,24	0,28	0,24	0,25
DF	0,36	0,35	0,40	0,36	0,28	0,35	0,33	0,19	0,16	0,17	0,18	0,16	0,09	0,05	0,10	0,08	0,07
ES	0,98	0,83	1,16	1,02	0,73	0,44	0,34	0,19	0,10	0,08	0,17	0,14	0,08	0,11	0,15	0,15	0,12
GO	3,13	2,81	2,77	2,40	2,21	1,85	1,82	1,61	1,40	1,28	1,30	1,01	1,01	0,93	1,02	0,94	0,94
MA	2,58	2,10	2,73	2,22	1,74	1,33	1,15	0,91	0,74	0,68	0,64	0,47	0,33	0,31	0,41	0,29	0,30
MG	1,41	2,34	2,63	2,43	2,24	2,03	1,89	1,88	1,76	1,79	1,82	1,82	1,70	1,74	1,75	1,66	1,69
MS	3,10	2,94	3,10	2,67	2,33	2,01	1,81	1,48	1,15	1,15	1,20	1,13	1,02	1,05	1,05	0,96	0,94
MT	2,50	1,97	1,59	1,76	1,30	1,11	1,10	0,94	0,70	0,54	0,55	0,40	0,29	0,24	0,30	0,16	n.d.
PA	0,57	0,63	0,67	0,61	0,60	0,46	0,44	0,35	0,28	0,24	0,29	0,19	0,12	0,10	0,11	0,06	0,06
PB	1,63	1,10	1,42	1,17	1,08	0,89	0,76	0,60	0,48	0,34	0,36	0,25	0,20	0,18	0,26	0,24	0,24
PE	0,86	1,12	1,25	1,17	1,04	0,83	0,67	0,53	0,42	0,43	0,38	0,39	0,31	0,35	0,46	0,39	0,44
PI	1,73	1,74	1,64	1,52	1,42	1,09	0,95	0,78	0,60	0,60	0,54	0,57	0,49	0,47	0,50	0,43	0,00
PR	1,29	1,34	1,24	1,05	1,03	1,29	1,26	1,15	1,19	1,12	0,89	0,76	0,66	0,65	0,60	0,42	0,58
RJ	2,07	1,90	2,35	2,01	2,04	1,90	1,72	1,73	1,60	1,65	1,56	1,46	1,41	1,50	1,65	1,55	1,62
RN	0,71	0,54	0,65	0,53	0,38	0,32	0,26	0,22	0,19	0,17	0,20	0,13	0,14	0,07	0,11	0,10	0,08
RO	1,11	1,05	1,45	1,21	1,03	0,85	0,72	0,64	0,50	0,53	0,54	0,50	0,42	0,44	0,45	0,45	n.d.
RR	0,31	0,28	0,35	0,43	0,04	0,15	0,10	-0,13	-0,13	0,31	0,04	-0,10	-0,18	0,08	0,20	0,16	0,17
RS	2,66	2,51	2,79	2,80	2,83	2,58	2,53	2,54	2,34	2,20	2,14	2,14	2,10	2,15	2,18	2,13	2,08
SC	1,83	1,45	1,95	1,67	1,64	1,19	1,09	0,90	0,77	0,61	0,63	0,46	0,38	0,44	0,41	0,40	0,46
SE	0,88	0,78	0,73	0,68	0,66	0,45	0,57	0,42	0,22	0,27	0,33	0,43	0,45	0,48	0,53	0,50	0,49
SP	1,93	1,97	2,27	2,24	2,23	1,97	1,89	1,71	1,63	1,50	1,53	1,46	1,44	1,43	1,54	1,43	1,27
TO	0,35	0,27	0,37	0,26	0,35	0,14	0,13	0,08	0,10	0,11	0,16	0,21	0,14	0,14	0,21	0,15	0,17
Total	1,70	1,73	1,95	1,83	1,74	1,53	1,43	1,30	1,19	1,13	1,12	1,04	0,98	0,99	1,05	0,96	n.d.

Fontes: Relatórios Fiscais homologados no SISTN em cumprimento à Portaria STN nº 883/11 e Relatórios Fiscais disponibilizados na Internet ou encaminhados pelos Estados.
n.d. - Informação não disponível

Obs:
1 - Os dados referentes a 31/8/2013 foram extraídos exclusivamente dos Relatórios de Gestão Fiscal do 2º Quadrimestre de 2013 homologados e publicados até 21/10/2013 no SISTN.

2 - Os dados referentes aos quadrimestres anteriores não consideram eventuais alterações efetuadas pelos entes posteriormente à primeira homologação e publicação no SISTN.

ANEXO 2

Tabela contendo a posição de endividamento dos Municípios, em atendimento ao inciso I, art. 41 da RSF nº 43/2001.

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

DCL/RCL - RGF 1º Semestre de 2013
data-base 30/06/2013

Municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes que optaram por divulgar semestralmente o Relatório de Gestão Fiscal, nos termos do artigo 63 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)

Dados extraídos dos Relatórios de Gestão Fiscal homologados no SISTN **Posição: 21/10/2013**

UF	Nome do Município	Cod IBGE Estado	Cód IBGE Município	DV IBGE Município	DCL 1º Semestre 2013	RCL 1º Semestre 2013	DCL/RCL
AL	OLHO D'AGUA GRANDE	27	590	3	-	12.471.075,58	-
AP	SERRA DO NAVIO	16	5	5	1.576.183,50	11.227.936,33	14,04
AP	TARTARUGALZINHO	16	70	9	-	11.062.268,01	-
BA	ADUSTINA	29	35	5	(3.086.196,52)	22.562.584,06	(13,68)
BA	ARATACA	29	225	2	-	16.278.607,62	-
BA	BARRA DO CHOCA	29	290	6	39.059.905,52	55.689.115,42	70,14
BA	BOA VISTA DO TUPIM	29	380	5	2.448.069,64	31.254.250,28	7,83
BA	BONITO	29	405	0	453.786,02	26.826.203,83	1,69
BA	CAMPO ALEGRE DE LOURDES	29	590	9	(1.880.463,34)	40.194.765,63	(4,68)
BA	CENTRAL	29	760	8	(756.306,73)	24.940.396,13	(3,03)
BA	INHAMBUPE	29	1370	5	3.499.041,08	47.609.668,31	7,35
BA	ITAPE	29	1620	3	215.515,92	16.173.984,52	1,33
BA	NILO PECANHA	29	2260	7	-	25.164.234,30	-
BA	OURICANGAS	29	2330	8	(2.229.803,89)	11.594.658,60	(19,23)
BA	PILAO ARCADO	29	2440	5	(2.383.727,94)	48.025.173,16	(4,96)
BA	PRESIDENTE JANIO QUADROS	29	2570	9	209.211,14	20.480.811,12	1,02
BA	SAO FELIX DO CORIBE	29	2905	7	(7.510.467,28)	23.128.550,37	(32,47)
BA	SAO SEBASTIAO DO PASSE	29	2950	3	(2.012.363,09)	73.051.144,43	(2,75)
BA	TEOFILANDIA	29	3150	9	7.850.878,16	34.481.232,09	22,77
CE	ARARENDA	23	125	7	482.814,15	19.124.272,75	2,52
CE	ARARIPE	23	130	7	(13.677.639,63)	37.512.258,04	(36,46)
CE	BARRO	23	200	8	3.324.716,23	31.715.729,85	10,48
CE	BELA CRUZ	23	230	5	6.569.717,44	40.281.752,98	16,31
CE	CEDRO	23	380	8	20.882.290,94	35.290.072,11	59,17
CE	EUSEBIO	23	428	5	(64.600.668,36)	137.344.848,18	(47,04)
CE	GUAIUBA	23	495	4	(2.093.242,27)	33.716.522,54	(6,21)
CE	JAGUARIBE	23	690	0	(6.226.560,09)	51.854.531,28	(12,01)
CE	JUCAS	23	740	3	22.415.317,47	36.632.396,09	61,19
CE	MASSAPE	23	800	5	465.653,73	45.207.096,28	1,03
CE	MAURITI	23	810	4	2.438.866,66	61.579.279,22	3,96
CE	MISSAO VELHA	23	840	1	5.633.861,08	44.796.311,30	12,58
CE	PACOTI	23	980	5	(1.031.658,73)	20.791.823,56	(4,96)
CE	RERIUTABA	23	1170	2	1.625.191,13	28.646.437,97	5,67
CE	SANTANA DO CARIRI	23	1210	6	747.304,53	13.558.752,15	5,51
CE	SAO JOAO DO JAGUARIBE	23	1250	2	(671.408,95)	14.022.202,56	(4,79)
CE	SENADOR POMPEU	23	1270	0	8.098.147,67	37.884.517,74	21,39
CE	VARJOTA	23	1395	5	2.120.138,65	28.190.733,37	7,52
ES	AFONSO CLAUDIO	32	10	2	(10.842.950,96)	60.214.043,20	(18,01)
ES	ALEGRE	32	20	1	3.329.623,41	60.692.680,35	5,49
ES	ANCHIETA	32	40	9	(83.992.632,76)	286.204.414,32	(29,35)
ES	BAIXO GUANDU	32	80	5	(17.207.106,19)	60.290.267,69	(28,54)
ES	BOM JESUS DO NORTE	32	110	0	(2.394.240,51)	18.944.279,86	(12,64)
ES	CASTELO	32	140	7	(15.123.840,47)	70.879.169,96	(21,34)
ES	CONCEICAO DO CASTELO	32	170	4	(2.465.577,76)	29.914.616,02	(8,24)
ES	JERONIMO MONTEIRO	32	310	6	(7.191.364,79)	27.537.742,32	(26,11)
ES	MANTENOPOLIS	32	330	4	1.115.700,87	29.757.715,24	3,75
ES	MARATAIZES	32	332	0	(50.138.365,00)	128.985.679,00	(38,87)
ES	MARILANDIA	32	335	3	(6.122.751,47)	26.343.814,20	(23,24)
ES	PANCAS	32	400	5	(5.602.155,01)	39.214.620,35	(14,29)
ES	PEDRO CANARIO	32	405	4	(285.466,27)	45.034.608,00	(0,63)
ES	SANTA MARIA DE JETIBA	32	455	9	(8.257.170,66)	74.830.952,71	(11,03)
ES	SANTA TERESA	32	460	9	(7.692.522,69)	56.407.047,74	(13,64)
ES	SAO DOMINGOS DO NORTE	32	465	8	(4.634.775,12)	22.098.667,38	(20,97)
ES	SAO JOSE DO CALCADO	32	480	7	-	26.255.413,30	-
ES	SAO ROQUE DO CANAA	32	495	5	(5.465.371,86)	24.529.105,96	(22,28)
ES	VARGEM ALTA	32	503	6	800.729,51	45.644.012,48	1,75
ES	VENDA NOVA DO IMIGRANTE	32	506	9	(9.610.191,73)	47.513.568,18	(20,23)
ES	VILA VALERIO	32	517	6	(2.292.718,98)	33.142.906,55	(6,92)
GO	CACHOEIRA ALTA	52	410	2	(1.358.832,09)	23.768.622,31	(5,72)
GO	GOUVELANDIA	52	915	0	(12.378.230,12)	9.135.318,87	(135,50)

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

MG	ABADIA DOS DOURADOS	31	10	4	4.820.893,73	13.203.166,91	36,51
MG	ABAETE	31	20	3	17.346.488,14	30.678.820,16	56,54
MG	ABRE CAMPO	31	30	2	(1.950.899,97)	19.894.199,16	(9,81)
MG	AGUA COMPRIDA	31	70	8	(720.637,88)	11.659.512,18	(6,18)
MG	AGUAS FORMOSAS	31	90	6	1.502.083,31	24.782.371,66	6,06
MG	AGUAS VERMELHAS	31	100	3	2.459.401,90	15.859.532,62	15,51
MG	AIMORES	31	110	2	1.124.203,71	39.436.738,14	2,85
MG	ALAGOA	31	130	0	291.072,07	9.251.293,26	3,15
MG	ALBERTINA	31	140	9	-	9.124.708,35	-
MG	ALEM PARAIBA	31	150	8	(13.899.566,06)	47.541.898,58	(29,24)
MG	ALPERCATA	31	180	5	-	12.614.555,17	-
MG	ALTEROSA	31	200	1	(1.874.844,13)	21.253.420,86	(8,82)
MG	ALTO RIO DOCE	31	210	0	(1.194.516,59)	16.112.919,59	(7,41)
MG	ALVINOPOLIS	31	230	8	3.831.869,58	20.398.444,85	18,79
MG	ANDRADAS	31	260	5	(4.119.672,69)	53.574.775,74	(7,69)
MG	ARACAI	31	320	7	(809.556,13)	8.462.234,58	(9,54)
MG	ARAPONGA	31	370	2	(6.635.783,89)	12.903.980,60	(51,42)
MG	ARCEBURGO	31	410	6	(6.057.586,98)	18.685.132,55	(32,42)
MG	ARCOS	31	420	5	(4.647.973,65)	60.698.674,98	(7,66)
MG	AREADO	31	430	4	(785.887,56)	20.042.460,02	(3,92)
MG	ARGIRITA	31	440	3	(916.443,01)	9.170.562,61	(9,99)
MG	ASTOLFO DUTRA	31	460	1	2.825.544,77	16.734.620,22	16,88
MG	BAMBUI	31	510	3	149.355,12	34.026.372,13	0,44
MG	BELA VISTA DE MINAS	31	600	2	2.110.930,71	17.789.214,08	11,87
MG	BELO ORIENTE	31	630	9	21.201.040,31	59.884.693,77	35,40
MG	BELO VALE	31	640	8	-	21.200.194,43	-
MG	BERILO	31	650	7	(652.960,60)	15.591.920,41	(4,19)
MG	BERIZAL	31	665	5	543.078,87	9.672.038,05	5,61
MG	BIQUINHAS	31	700	0	(784.917,20)	8.483.691,43	(9,25)
MG	BOCAIUVA	31	730	7	16.867.810,31	62.214.906,65	27,11
MG	BOM DESPACHO	31	740	6	(180.463,30)	64.445.595,79	(0,28)
MG	BOM JARDIM DE MINAS	31	750	5	(906.957,13)	11.938.937,69	(7,60)
MG	BOM JESUS DA PENHA	31	760	4	(8.172.932,06)	10.677.162,92	(76,55)
MG	BOM JESUS DO AMPARO	31	770	3	(390.175,95)	10.266.528,20	(3,79)
MG	BOM REPOUSO	31	780	1	(102.828,67)	15.780.544,49	(0,65)
MG	BONFIM	31	810	7	(11.282,16)	11.053.542,42	(0,10)
MG	BONFINOPOLIS DE MINAS	31	820	6	(1.722.617,69)	13.674.991,85	(12,60)
MG	BONITO DE MINAS	31	825	5	(363.040,48)	13.662.123,39	(2,66)
MG	BORDA DA MATA	31	830	5	(2.945.786,78)	24.740.181,92	(11,91)
MG	BOTELHOS	31	840	4	(2.671.355,76)	19.586.509,87	(13,64)
MG	BRASILANDIA DE MINAS	31	855	2	(3.797.650,24)	20.071.013,85	(18,92)
MG	BRASOPOLIS	31	890	9	(1.332.412,92)	18.772.880,98	(7,10)
MG	BRUMADINHO	31	900	6	(49.780.956,17)	172.396.683,21	(28,88)
MG	BUENO BRANDAO	31	910	5	(2.392.777,76)	14.054.131,60	(17,03)
MG	BUGRE	31	925	3	(650.848,87)	8.539.391,57	(7,62)
MG	BURITIS	31	930	3	531.159,32	43.430.222,40	1,22
MG	BURITIZEIRO	31	940	2	1.783.618,02	38.623.020,88	4,62
MG	CABECEIRA GRANDE	31	945	1	3.669.388,68	17.108.259,22	21,45
MG	CACHOEIRA DA PRATA	31	960	0	1.674.135,20	9.498.213,86	17,63
MG	CACHOEIRA DE MINAS	31	970	9	(4.182.573,46)	16.403.529,75	(25,50)
MG	CACHOEIRA DE PAJEU	31	270	4	3.004.323,02	12.481.301,23	24,07
MG	CACHOEIRA DOURADA	31	980	8	2.337.568,12	20.794.452,93	11,24
MG	CAETANOPOLIS	31	990	7	(272.661,96)	15.386.313,40	(1,77)
MG	CAETE	31	1000	4	(7.360.600,48)	53.127.148,65	(13,85)
MG	CAMANDUCAIA	31	1050	9	(8.376.739,27)	35.533.893,86	(23,57)
MG	CAMBUI	31	1060	8	(27.929.948,37)	42.883.678,39	(65,13)
MG	CAMPANHA	31	1090	5	(15.227.819,32)	23.001.199,76	(66,20)
MG	CAMPINA VERDE	31	1110	1	3.300.857,83	31.193.713,88	10,58
MG	CAMPO FLORIDO	31	1140	8	(736.193,89)	23.268.627,24	(3,17)
MG	CAPARAO	31	1210	9		10.270.399,18	-
MG	CAPIM BRANCO	31	1250	5	2.715.871,83	13.032.288,90	20,84
MG	CAPINOPOLIS	31	1260	4	4.400.407,00	27.225.213,80	16,16
MG	CAPITAO ANDRADE	31	1265	3	(1.057.907,47)	10.421.059,33	(10,15)
MG	CAPITOLIO	31	1280	2	(4.100.779,84)	20.266.709,44	(20,23)
MG	CAPUTIRA	31	1290	1	(4.491.170,62)	12.737.128,10	(35,26)
MG	CARAI	31	1300	8	(3.362.274,68)	28.705.309,61	(11,71)
MG	CARBONITA	31	1350	3	(2.340.586,99)	13.527.576,20	(17,30)
MG	CAREACU	31	1360	2	(489.621,37)	12.544.112,56	(3,90)
MG	CARMO DO CAJURU	31	1420	4	-	31.027.415,17	-
MG	CARMO DO PARANAIBA	31	1430	3	(7.267.776,15)	41.261.926,11	(17,61)

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

MG	CARMO DO RIO CLARO	31	1440	2	598.965,62	34.637.634,57	1,73
MG	CARVALHOPOLIS	31	1470	9	(3.149.657,89)	10.216.246,92	(30,83)
MG	CATAS ALTAS	31	1535	9	(4.513.523,38)	24.078.712,98	(18,74)
MG	CATUJI	31	1545	8	(990.372,31)	12.175.863,24	(8,13)
MG	CATUTI	31	1547	4	(1.701.591,28)	11.123.929,29	(15,30)
MG	CEDRO DO ABAETE	31	1560	7	(1.116.327,54)	7.504.981,76	(14,87)
MG	CENTRAL DE MINAS	31	1570	6	176.297,18	11.171.291,81	1,58
MG	CHACARA	31	1590	4	94.560,69	8.659.793,91	1,09
MG	CHAPADA GAUCHA	31	1615	9	(305.449,80)	19.745.225,70	(1,55)
MG	CHIADOR	31	1620	9	(730.356,27)	10.231.463,03	(7,14)
MG	COIMBRA	31	1670	4	(1.550.452,74)	12.348.736,54	(12,56)
MG	COLUNA	31	1680	3	-	10.992.870,19	-
MG	COMENDADOR GOMES	31	1690	2	-	12.432.351,01	-
MG	CONCEICAO DA APARECIDA	31	1710	8	1.342.258,23	6.591.660,62	20,36
MG	CONCEICAO DA BARRA DE MINAS	31	1520	1	(487.211,60)	8.668.570,49	(5,62)
MG	CONCEICAO DAS ALAGOAS	31	1730	6	4.376.503,87	55.457.996,52	7,89
MG	CONCEICAO DAS PEDRAS	31	1720	7	(813.487,89)	7.688.396,95	(10,58)
MG	CONCEICAO DO PARA	31	1760	3	(5.800.337,68)	14.164.098,62	(40,95)
MG	CONCEICAO DO RIO VERDE	31	1770	2	-	8.839.307,63	-
MG	CONCEICAO DOS OUROS	31	1780	1	-	16.244.234,92	-
MG	CONEGO MARINHO	31	1783	6	(1.868.086,52)	10.690.893,65	(17,47)
MG	CONGONHAL	31	1790	0	(1.365.852,97)	14.829.525,47	(9,21)
MG	CONGONHAS	31	1800	7	1.461.547,81	251.606.677,79	0,58
MG	CONGONHAS DO NORTE	31	1810	6	3.127.172,55	8.883.188,58	35,20
MG	CONQUISTA	31	1820	5	1.932.534,73	16.552.746,17	11,68
MG	CONSELHEIRO PENA	31	1840	3	(3.418.266,08)	31.508.992,40	(10,85)
MG	CONSOLACAO	31	1850	2	187.123,46	7.582.851,01	2,47
MG	CORDISBURGO	31	1890	8	1.734.667,36	10.990.202,75	15,78
MG	CORDISLANDIA	31	1900	5	(838.031,29)	8.224.742,65	(10,19)
MG	COROACI	31	1920	3	208.482,16	18.462.866,03	1,13
MG	CORONEL MURTA	31	1950	0	(2.615.872,91)	12.405.497,31	(21,09)
MG	CORREGO DO BOM JESUS	31	1990	6	(2.116.866,14)	8.166.865,17	(25,92)
MG	CORREGO FUNDO	31	1995	5	(1.851.617,03)	14.004.452,53	(13,22)
MG	COUTO DE MAGALHAES DE MINAS	31	2010	2	(660.057,97)	9.449.439,02	(6,99)
MG	CRISOLITA	31	2015	1	(1.278.569,87)	11.713.219,58	(10,92)
MG	CRISTINA	31	2050	8	(1.176.199,79)	14.821.707,34	(7,95)
MG	CRUCILANDIA	31	2060	7	(1.706.752,33)	10.793.774,93	(15,81)
MG	CRUZEIRO DA FORTALEZA	31	2070	6	1.535.501,40	12.745.157,92	12,05
MG	CRUZILIA	31	2080	5	(705.758,66)	20.233.086,68	(3,49)
MG	CUPARAQUE	31	2083	9	(47.951,45)	10.222.741,57	(0,47)
MG	DELFIM MOREIRA	31	2110	0	(2.462.043,79)	11.794.991,04	(20,87)
MG	DELTA	31	2125	8	4.316.331,66	23.902.271,71	18,06
MG	DESTERRO DO MELO	31	2150	6	(364.073,71)	9.939.056,04	(3,66)
MG	DIVINO DAS LARANJEIRAS	31	2210	8	9.675,27	10.275.504,88	0,09
MG	DIVISA ALEGRE	31	2235	5	6.562,21	13.715.839,71	0,05
MG	DIVISOPOLIS	31	2245	4	4.943,84	13.515.465,90	0,04
MG	DOM BOSCO	31	2247	0	(69.446,76)	8.797.055,94	(0,79)
MG	DOM SILVERIO	31	2270	2	(1.316.567,84)	10.090.464,50	(13,05)
MG	DOM VICOSO	31	2280	1	(510.191,24)	7.632.341,76	(6,68)
MG	DORES DO INDAIA	31	2320	5	9.175.154,43	19.701.928,93	46,57
MG	DORESOPOLIS	31	2340	3	2.843.460,47	8.135.595,98	34,95
MG	DOURADOQUARA	31	2350	2	1.715.476,22	9.587.888,97	17,89
MG	ELOI MENDES	31	2360	1	(9.919.738,00)	36.658.862,00	(27,06)
MG	ENGENHEIRO CALDAS	31	2370	0	(1.092.407,92)	17.606.602,98	(6,20)
MG	ESPERA FELIZ	31	2420	3	-	32.234.319,75	-
MG	ESPIRITO SANTO DO DOURADO	31	2440	1	41.472,51	9.142.585,48	0,45
MG	EXTREMA	31	2510	1	-	87.311.851,22	-
MG	FARIA LEMOS	31	2530	9	-	7.589.131,52	-
MG	FELICIO DOS SANTOS	31	2540	8	(598.983,34)	10.891.914,84	(5,50)
MG	FELIXLANDIA	31	2570	5	4.297.430,27	25.463.734,28	16,88
MG	FERROS	31	2590	3	1.014.694,75	14.888.275,30	6,82
MG	FERVEDOURO	31	2595	2	(256.317,38)	15.451.266,95	(1,66)
MG	FLORESTAL	31	2600	0	337.223,59	13.927.022,18	2,42
MG	FORTUNA DE MINAS	31	2640	6	-	9.396.102,36	-
MG	FRANCISCO DUMONT	31	2660	4	346.117,63	11.097.714,71	3,12
MG	FRANCISCO SA	31	2670	3	3.767.995,60	31.842.915,96	11,83
MG	FREI LAGONEGRO	31	2695	0	-	9.179.245,18	-
MG	GOIABEIRA	31	2737	0	(1.060.827,95)	8.196.188,54	(12,94)
MG	GOIANA	31	2738	8	(868.487,87)	8.462.224,92	(10,26)
MG	GONCALVES	31	2740	4	786.034,04	9.715.210,17	8,09

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

MG	GRAO MOGOL	31	2780	0	(1.937.594,58)	34.701.721,63	(5,58)
MG	GUARACIAMA	31	2825	3	(2.167.188,23)	9.781.555,57	(22,16)
MG	GUARANÉSIA	31	2830	3	(4.508.379,64)	30.590.479,44	(14,74)
MG	GUARDA-MOR	31	2860	0	(2.092.696,96)	16.230.937,64	(12,89)
MG	HELIODORA	31	2920	2	(896.086,81)	10.215.326,22	(8,77)
MG	IAPU	31	2930	1	2.530.802,70	14.760.438,80	17,15
MG	IBIAI	31	2960	8	(1.110.606,35)	12.565.076,21	(8,84)
MG	IBIRACATU	31	2965	7	-	11.411.686,51	-
MG	IBIRACI	31	2970	7	(6.219.923,13)	24.205.201,21	(25,70)
MG	ICARAI DE MINAS	31	3005	1	(1.633.963,28)	14.122.726,73	(11,57)
MG	IGARAPE	31	3010	1	12.930.727,27	56.752.864,52	22,78
MG	IGARATINGA	31	3020	0	(398.314,83)	15.651.463,79	(2,54)
MG	INCONFIDENTES	31	3060	6	(819.173,74)	11.598.534,24	(7,06)
MG	INDAIABIRA	31	3065	5	1.274.563,47	12.548.004,85	10,16
MG	IPANEMA	31	3120	8	(326.438,91)	24.190.967,89	(1,35)
MG	IPUIUNA	31	3150	5	1.571.604,61	14.008.680,35	11,22
MG	ITABIRITO	31	3190	1	(29.747.781,80)	174.658.277,81	(17,03)
MG	ITACARAMBI	31	3210	7	(21.101.294,79)	34.552.583,28	(61,07)
MG	ITAIPE	31	3230	5	3.261.525,47	17.476.996,25	18,78
MG	ITAMARANDIBA	31	3250	3	1.185.407,10	40.567.359,26	2,92
MG	ITAMARATI DE MINAS	31	3260	2	1.101.387,32	11.316.119,35	9,73
MG	ITAPAGIPE	31	3340	2	5.178.315,25	31.037.661,09	16,68
MG	ITAPECERICA	31	3350	1	(3.927.425,22)	24.261.768,84	(16,19)
MG	ITAPEVA	31	3360	0	4.002.894,95	17.891.635,18	22,37
MG	ITATIAIUCU	31	3370	9	(40.531.276,36)	70.367.837,36	(57,60)
MG	ITUETA	31	3410	3	1.899,98	11.936.761,58	0,02
MG	ITUMIRIM	31	3430	1	1.140.148,31	9.195.622,06	12,40
MG	ITURAMA	31	3440	0	29.290.382,81	88.927.416,60	32,94
MG	JABOTICATUBAS	31	3460	8	(3.336.240,91)	26.427.063,04	(12,62)
MG	JACUTINGA	31	3490	5	(4.517.729,01)	41.702.724,21	(10,83)
MG	JAGUARACU	31	3500	1	(1.169.140,87)	9.200.684,60	(12,71)
MG	JAMPRUCA	31	3507	6	475.369,44	10.128.600,48	4,69
MG	JAPARAIBA	31	3530	8	(2.126.550,92)	9.544.655,05	(22,28)
MG	JAPONVAR	31	3535	7	1.569.283,54	14.551.571,63	10,78
MG	JECEABA	31	3540	7	(789.798,70)	25.524.489,78	(3,09)
MG	JEQUERI	31	3550	6	7.172.511,80	18.418.342,54	38,94
MG	JEQUITIBA	31	3570	4	407.065,45	11.581.880,03	3,51
MG	JESUANIA	31	3590	2	980.049,35	9.397.558,18	10,43
MG	JOAIMA	31	3600	9	781.200,83	20.611.980,48	3,79
MG	JOANESIA	31	3610	8	(349.986,92)	10.313.646,07	(3,39)
MG	JOSE GONCALVES DE MINAS	31	3652	0	(3.797.883,86)	9.765.015,82	(38,89)
MG	JUATUBA	31	3665	2	(5.532.107,82)	65.233.081,82	(8,48)
MG	JURAMENTO	31	3680	1	-	8.766.429,43	-
MG	JURUAIA	31	3690	0	(97.883,27)	14.420.705,43	(0,68)
MG	LAGOA DA PRATA	31	3720	5	(7.371.890,81)	65.615.751,57	(11,23)
MG	LAGOA DOS PATOS	31	3730	4	(610.820,17)	10.342.572,92	(5,91)
MG	LAGOA FORMOSA	31	3750	2	3.062.005,87	29.821.177,24	10,27
MG	LAGOA GRANDE	31	3753	6	-	14.079.288,65	-
MG	LAJINHA	31	3770	0	-	28.086.575,11	-
MG	LAMBARI	31	3780	9	(2.693.831,41)	28.783.313,02	(9,36)
MG	LEME DO PRADO	31	3835	1	(1.061.363,63)	10.615.938,42	(10,00)
MG	LIMA DUARTE	31	3860	9	293.605,05	22.203.418,01	1,32
MG	LIMEIRA DO OESTE	31	3862	5	2.068.910,67	19.969.919,53	10,36
MG	MACHACALIS	31	3890	6	(887.151,59)	12.019.838,90	(7,38)
MG	MADRE DE DEUS DE MINAS	31	3910	2	(1.786.722,42)	9.551.426,27	(18,71)
MG	MAMONAS	31	3925	0	824.500,99	11.822.871,48	6,97
MG	MARIA DA FE	31	3990	4	(2.945.114,63)	20.356.519,49	(14,47)
MG	MARILAC	31	4010	0	(623.566,42)	11.734.395,49	(5,31)
MG	MARTINHO CAMPOS	31	4050	6	(1.314.688,12)	23.346.158,46	(5,63)
MG	MATA VERDE	31	4055	5	450.881,66	12.554.726,32	3,59
MG	MATERLANDIA	31	4060	5	(996.979,89)	10.009.899,94	(9,96)
MG	MATEUS LEME	31	4070	4	3.511.003,05	46.495.900,42	7,55
MG	MATIAS BARBOSA	31	4080	3	(7.624.602,29)	37.129.429,51	(20,54)
MG	MATIPO	31	4090	2	2.401.449,46	27.167.167,04	8,84
MG	MATO VERDE	31	4100	9	5.913.152,51	16.423.452,67	36,00
MG	MATOZINHOS	31	4110	8	4.355.211,84	53.311.142,14	8,17
MG	MATUTINA	31	4120	7	(760.030,00)	10.104.215,31	(7,52)
MG	MENDES PIMENTEL	31	4150	4	(1.511.822,78)	11.518.383,16	(13,13)
MG	MESQUITA	31	4170	2	3.303.543,53	9.935.557,49	33,25
MG	MINAS NOVAS	31	4180	1	(6.468.315,82)	37.246.765,44	(17,37)

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

MG	MINDURI	31	4190	0	1.238.971,25	9.061.068,02	13,67
MG	MIRABELA	31	4200	7	(619.944,62)	17.387.803,64	(3,57)
MG	MONJOLOS	31	4250	2	(1.357.088,00)	8.303.989,18	(16,34)
MG	MONTALVANIA	31	4270	0	(4.675.917,18)	19.499.557,86	(23,96)
MG	MONTE ALEGRE DE MINAS	31	4280	9	777.550,72	38.337.450,51	2,03
MG	MONTE BELO	31	4300	5	(1.221.940,74)	17.759.255,28	(6,88)
MG	MONTE SIAO	31	4340	1	(1.269.936,56)	37.478.383,17	(3,39)
MG	MONTEZUMA	31	4345	0	(6.069.232,97)	12.249.813,67	(49,55)
MG	MORADA NOVA DE MINAS	31	4350	0	(883.395,75)	24.862.884,49	(3,55)
MG	MORRO DA GARCA	31	4360	9	(56.883,43)	10.093.625,91	(0,56)
MG	MUNHOZ	31	4380	7	600.783,66	9.736.934,29	6,17
MG	MUZAMBINHO	31	4410	2	(30.025.108,15)	27.349.214,87	(109,78)
MG	NACIP RAYDAN	31	4420	1	156.075,65	9.102.791,78	1,71
MG	NAZARENO	31	4450	8	(1.748.735,52)	15.297.021,81	(11,43)
MG	NEPOMUCENO	31	4460	7	(2.764.482,31)	31.183.764,49	(8,87)
MG	NOVA BELEM	31	4467	2	(2.440.914,94)	9.356.518,66	(26,09)
MG	NOVA PONTE	31	4500	0	11.525,70	38.330.717,08	0,03
MG	NOVA RESENDE	31	4510	9	(17.925.974,76)	23.545.136,98	(76,13)
MG	NOVA UNIAO	31	3660	3	(1.821.606,99)	9.793.536,21	(18,60)
MG	NOVO CRUZEIRO	31	4530	7	(3.414.129,63)	36.734.468,93	(9,29)
MG	OLHOS-D'AGUA	31	4545	5	(1.520.358,49)	12.404.676,80	(12,26)
MG	OLIMPIO NORONHA	31	4550	5	(748.531,11)	8.941.747,44	(8,37)
MG	OURO FINO	31	4600	8	(10.901.940,15)	42.000.009,67	(25,96)
MG	OURO VERDE DE MINAS	31	4620	6	253.802,29	9.910.808,36	2,56
MG	PADRE PARAISO	31	4630	5	(2.255.567,11)	26.947.606,40	(8,37)
MG	PAI PEDRO	31	4655	2	(3.021.440,49)	12.257.550,81	(24,65)
MG	PAINS	31	4650	3	1.515.496,09	18.922.785,57	8,01
MG	PAIVA	31	4660	2	(658.218,19)	7.614.473,12	(8,64)
MG	PALMA	31	4670	1	(362.048,19)	10.391.857,02	(3,48)
MG	PAPAGAIOS	31	4690	9	(178.878,05)	23.017.018,07	(0,78)
MG	PARAISOPOLIS	31	4730	3	(343.276,82)	30.813.264,00	(1,11)
MG	PARAOPEBA	31	4740	2	2.196.497,94	31.040.693,00	7,08
MG	PASSA TEMPO	31	4770	9	(1.308.956,74)	14.942.632,73	(8,76)
MG	PASSABEM	31	4750	1	(1.300.351,55)	7.499.914,87	(17,34)
MG	PECANHA	31	4860	8	(251.853,87)	22.123.599,22	(1,14)
MG	PEDRA BONITA	31	4875	6	(2.498.680,31)	15.588.495,95	(16,03)
MG	PEDRA DO INDAIA	31	4890	5	(962.002,93)	10.042.381,89	(9,76)
MG	PEDRA DOURADA	31	4900	2	12.981,17	9.125.375,60	0,14
MG	PEDRALVA	31	4910	1	(1.506.791,24)	15.226.214,48	(9,90)
MG	PEDRO TEIXEIRA	31	4940	8	(2.574.048,96)	7.749.683,02	(33,21)
MG	PERDIGAO	31	4970	5	1.265.281,22	13.539.055,65	9,35
MG	PERDIZES	31	4980	4	5.615.968,52	37.123.289,29	15,13
MG	PERDOES	31	4990	3	1.790.552,41	30.568.943,54	5,86
MG	PERIQUITO	31	4995	2	(1.546.409,56)	15.423.844,14	(10,03)
MG	PESCADOR	31	5000	0	55.769,32	10.002.575,66	0,56
MG	PIEDADE DE CARATINGA	31	5015	8	-	12.269.199,71	-
MG	PIEDADE DOS GERAIS	31	5040	6	1.463.301,17	9.543.782,48	15,33
MG	PIMENTA	31	5050	5	2.102.294,00	15.574.689,00	13,50
MG	PIRANGUINHO	31	5100	8	-	12.659.967,98	-
MG	PITANGUI	31	5140	4	6.612.061,68	29.421.388,64	22,47
MG	PIUMHI	31	5150	3	(5.860.354,36)	54.264.780,52	(10,84)
MG	PLANURA	31	5160	2	(747.160,30)	24.010.290,50	(3,11)
MG	POCO FUNDO	31	5170	1	(745.446,91)	22.851.498,11	(3,26)
MG	POCRANE	31	5190	9	652.898,38	10.820.582,23	6,03
MG	POMPEU	31	5200	6	5.774.240,56	45.601.091,67	12,61
MG	PONTO CHIQUE	31	5213	1	(1.716.112,04)	9.695.537,82	(17,70)
MG	PRATA	31	5280	8	(4.036.168,73)	41.756.933,52	(9,67)
MG	PRATAPOLIS	31	5290	7	12.421.683,12	14.562.131,02	85,30
MG	PRUDENTE DE MORAIS	31	5360	8	2.625.309,13	13.679.278,73	19,19
MG	RESENDE COSTA	31	5420	0	-	14.182.685,88	-
MG	RESPLENDOR	31	5430	9	-	30.467.794,09	-
MG	RIACHINHO	31	5445	7	925.935,23	12.158.915,07	7,62
MG	RIO ACIMA	31	5480	4	22.583.393,33	42.785.312,20	52,78
MG	RIO DO PRADO	31	5510	8	(1.604.681,48)	9.809.205,73	(16,36)
MG	RIO DOCE	31	5500	9	(1.076.166,71)	9.223.235,91	(11,67)
MG	RIO MANSO	31	5530	8	(716.260,01)	10.007.075,57	(7,16)
MG	RIO PARANAIBA	31	5550	4	10.710.714,00	26.594.740,00	40,27
MG	RIO PARDO DE MINAS	31	5560	3	677.648,28	37.740.227,85	1,80
MG	RIO VERMELHO	31	5600	7	8.540.184,85	16.153.233,15	52,87
MG	RODEIRO	31	5630	4	-	12.329.752,75	-

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

DCL/RCL - RGF 2º Quadrimestre de 2013
data-base 31/08/2013
Dados extraídos dos Relatórios de Gestão Fiscal homologados no SISTN **Posição: 21/10/2013**

UF	Nome do Município	Cód IBGE Estado	Cód IBGE Município	DV IBGE Município	DCL 2º Quadrimestre 2013	RCL 2º Quadrimestre 2013	% DCL/RCL
AC	RIO BRANCO	12	40	1	73.770.035,37	502.459.475,25	14,68
AL	DOIS RIACHOS	27	250	4	4.332.390,80	21.120.831,69	20,51
AL	MACEIO	27	430	2	193.042.900,13	1.360.543.711,95	14,19
AL	MESSIAS	27	520	0	(1.274.520,96)	28.827.174,15	(4,42)
AL	PAULO JACINTO	27	660	4	(1.893.427,50)	12.839.607,31	(14,75)
AL	SAO JOSE DA LAJE	27	830	3	8.505.045,33	36.465.624,32	23,32
AM	MANAUS	13	260	3	(635.560.555,06)	3.012.722.344,30	(21,10)
AP	AMAPA	16	10	5	-	9.251.516,17	-
AP	CALCOENE	16	20	4	-	13.400.452,10	-
AP	MACAPA	16	30	3	(208.587,00)	497.305.749,81	(0,04)
AP	PRACUUBA	16	55	0	(312.360,55)	7.180.423,38	(4,35)
BA	AGUA FRIA	29	40	5	1.240.830,83	28.591.162,41	4,34
BA	AIQUARA	29	60	3	(1.649.541,24)	11.941.495,29	(13,81)
BA	ALAGOINHAS	29	70	2	16.072.186,30	217.246.231,31	7,40
BA	AMERICA DOURADA	29	115	5	(1.029.840,80)	27.047.763,05	(3,81)
BA	ANAGE	29	120	5	14.650.867,45	32.051.321,06	45,71
BA	ANGICAL	29	140	3	18.683.812,42	23.627.092,62	79,08
BA	ARAMARI	29	220	3	2.952.253,92	16.902.728,37	17,47
BA	ARATUIPE	29	230	2	(1.864.751,46)	13.360.995,53	(13,96)
BA	BAIANOPOLIS	29	250	0	6.039.531,49	22.713.427,96	26,59
BA	BAIXA GRANDE	29	260	9	4.294.696,01	29.212.658,61	14,70
BA	BARRA	29	270	8	(2.162.237,16)	76.100.074,33	(2,84)
BA	BARRA DA ESTIVA	29	280	7	3.444.136,56	31.660.479,42	10,87
BA	BARREIRAS	29	320	1	216.018.268,44	242.764.856,26	89,01
BA	BARROCAS	29	327	6	(1.415.103,88)	29.662.687,44	(4,77)
BA	BIRITINGA	29	360	7	9.461.641,94	26.198.279,09	36,12
BA	BOM JESUS DA LAPA	29	390	4	23.939.275,49	95.140.813,15	25,16
BA	BONINAL	29	400	1	14.955.670,96	21.364.347,31	70,00
BA	BOQUIRA	29	410	0	2.996.322,48	31.645.031,55	9,47
BA	BOTUPORA	29	420	9	(736.356,59)	22.186.495,11	(3,32)
BA	BREJOES	29	430	8	(4.244.034,71)	24.910.722,17	(17,04)
BA	BREJOLANDIA	29	440	7	2.851.462,16	16.041.316,72	17,78
BA	BRUMADO	29	460	5	(2.203.157,86)	102.645.888,83	(2,15)
BA	BURITIRAMA	29	475	3	(2.567.009,90)	32.985.536,09	(7,78)
BA	CABACEIRAS DO PARAGUACU	29	485	2	3.961.206,83	27.563.197,80	14,37
BA	CACHOEIRA	29	490	2	(2.310.237,31)	39.545.606,82	(5,84)
BA	CACULE	29	500	8	8.668.457,29	30.801.487,51	28,14
BA	CAEM	29	510	7	5.096.681,74	16.487.016,81	30,91
BA	CAETITE	29	520	6	34.925.555,00	78.526.070,00	44,48
BA	CAFARNAUM	29	530	5	(849.974,98)	27.400.398,16	(3,10)
BA	CAIRU	29	540	4	5.864.262,71	68.033.238,08	8,62
BA	CALDEIRAO GRANDE	29	550	3	(640.787,04)	21.570.453,85	(2,97)
BA	CAMACAN	29	560	2	20.364.402,42	41.749.802,28	48,78
BA	CAMACARI	29	570	1	302.999.961,63	713.693.089,03	42,46
BA	CAMAMU	29	580	0	(6.201.188,92)	47.107.203,70	(13,16)
BA	CANARANA	29	620	4	6.839.606,80	34.712.564,08	19,70
BA	CANAVIEIRAS	29	630	3	(501.986,60)	24.698.794,59	(2,02)
BA	CANDEIAS	29	650	1	94.659.267,33	206.642.791,63	45,81
BA	CANDIBA	29	660	0	1.188.936,22	16.905.730,08	7,03
BA	CANUDOS	29	682	4	2.112.979,05	24.617.237,75	8,58
BA	CAPIM GROSSO	29	687	3	-	39.712.774,54	-
BA	CARINHANHA	29	710	3	8.045.871,39	47.136.677,37	17,07
BA	CASTRO ALVES	29	730	1	21.350.484,78	40.025.922,70	53,34
BA	CATOLANDIA	29	740	0	2.542.641,22	9.402.160,75	27,04
BA	CATU	29	750	9	16.228.996,33	85.372.529,27	19,01
BA	CATURAMA	29	755	8	4.763.027,26	13.450.218,13	35,41
BA	CICERO DANTAS	29	780	6	(4.143.385,89)	40.702.246,27	(10,18)
BA	COCOS	29	810	1	1.801.675,55	33.427.558,88	5,39
BA	CONCEICAO DA FEIRA	29	820	0	507.422,85	28.646.556,90	1,77
BA	CONCEICAO DO JACUIPE	29	850	7	12.289.132,40	45.368.231,45	27,09
BA	CORIBE	29	910	9	(3.227.323,51)	26.448.884,80	(12,20)
BA	CORONEL JOAO SA	29	920	8	1.447.585,54	28.998.745,19	4,99

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

BA	CORRENTINA	29	930	7	92.091,00	70.830.135,00	0,13
BA	COTEGIPE	29	940	6	(338.884,79)	24.382.186,43	(1,39)
BA	CRISOPOLIS	29	960	4	7.408.856,60	31.632.802,97	23,42
BA	CRISTOPOLIS	29	970	3	510.558,42	21.581.639,38	2,83
BA	DIAS D'AVILA	29	1005	7	7.086.651,45	114.315.469,24	6,20
BA	DOM BASILIO	29	1010	7	(3.247.871,09)	14.065.816,84	(23,09)
BA	ENTRE RIOS	29	1050	3	31.234.554,55	69.178.781,04	45,15
BA	EUCLIDES DA CUNHA	29	1070	1	39.497.806,09	77.964.295,54	50,66
BA	EUNAPOLIS	29	1072	7	66.965.301,21	164.191.644,36	40,78
BA	FATIMA	29	1075	0	(4.008.191,78)	27.139.000,22	(14,77)
BA	FEIRA DE SANTANA	29	1080	0	(8.870.394,05)	675.216.167,06	(1,31)
BA	FORMOSA DO RIO PRETO	29	1110	5	(2.799.522,60)	61.819.646,17	(4,53)
BA	GANDU	29	1120	4	31.562.395,61	40.505.842,59	77,92
BA	GENTIO DO OURO	29	1130	3	3.006.977,67	19.402.557,01	15,50
BA	GOVERNADOR MANGABEIRA	29	1160	0	7.981.406,25	30.485.564,37	26,18
BA	GUANAMBI	29	1170	9	10.540.998,75	103.787.511,63	10,16
BA	IBIPEBA	29	1240	0	2.179.864,95	26.412.843,05	8,25
BA	IBIRATAIA	29	1290	5	22.136.629,42	30.743.843,66	72,00
BA	IBOTIRAMA	29	1320	0	5.456.724,68	39.778.548,76	13,72
BA	IGAPORA	29	1340	8	9.068.203,46	25.899.478,02	35,01
BA	IGRAPIUNA	29	1345	7	6.254.727,99	24.648.993,59	25,38
BA	IGUAI	29	1350	7	9.016.847,05	34.386.551,53	26,22
BA	ILHEUS	29	1360	6	215.589.336,74	237.413.761,66	90,81
BA	IPIAU	29	1390	3	(8.911.879,81)	58.539.816,09	(15,22)
BA	IRAJUBA	29	1420	8	(320.284,59)	14.513.388,45	(2,21)
BA	IRAMAIA	29	1430	7	12.518.488,21	21.521.408,86	58,17
BA	IRARA	29	1450	5	6.079.581,35	42.069.926,19	14,45
BA	IRECE	29	1460	4	10.193.592,52	88.909.734,81	11,47
BA	ITABERABA	29	1470	3	12.443.094,89	92.348.153,82	13,47
BA	ITACARE	29	1490	1	2.658.284,38	36.463.613,28	7,29
BA	ITAETE	29	1500	7	5.457.886,24	24.913.886,31	21,91
BA	ITAJUIPE	29	1550	2	10.423.478,27	25.157.356,92	41,43
BA	ITAMARAJU	29	1560	1	(14.669.469,51)	84.198.454,34	(17,42)
BA	ITAPEBI	29	1630	2	-	25.831.928,16	-
BA	ITAPICURU	29	1650	0	(292.425,26)	50.108.997,69	(0,58)
BA	ITAQUARA	29	1670	8	(650.262,19)	12.924.484,75	(5,03)
BA	ITARANTIM	29	1680	7	17.539.068,28	28.035.074,49	62,56
BA	ITIRUCU	29	1690	6	17.462.933,20	18.864.721,15	92,57
BA	ITORORO	29	1710	2	(1.035.395,62)	28.784.863,99	(3,60)
BA	ITUACU	29	1720	1	6.749.347,92	31.543.629,81	21,40
BA	ITUBERA	29	1730	0	6.527.827,62	40.431.864,68	16,15
BA	JABORANDI	29	1735	9	(6.086.737,10)	26.347.836,09	(23,10)
BA	JACARACI	29	1740	9	6.816.793,71	22.079.121,01	30,87
BA	JAGUARARI	29	1770	6	(2.773.254,26)	56.696.332,15	(4,89)
BA	JEREMOABO	29	1810	0	17.943.246,36	62.318.544,16	28,79
BA	JIQUIRICA	29	1820	9	(1.647.465,95)	19.529.130,72	(8,44)
BA	JOAO DOURADO	29	1835	7	1.384.408,30	29.836.629,43	4,64
BA	JUSSARA	29	1850	6	1.887.632,30	18.047.435,35	10,46
BA	LAFAIETE COUTINHO	29	1870	4	(942.121,34)	10.213.673,22	(9,22)
BA	LAGOA REAL	29	1875	3	8.137.381,35	22.465.801,33	36,22
BA	LAJEDO DO TABOCAL	29	1905	8	5.244.899,59	9.311.031,46	56,33
BA	LAPAO	29	1915	7	(5.639.986,98)	47.296.986,71	(11,92)
BA	LAURO DE FREITAS	29	1920	7	(28.075.561,26)	321.318.314,97	(8,74)
BA	LUIS EDUARDO MAGALHAES	29	1955	3	4.250.203,44	155.231.818,64	2,74
BA	MACURURE	29	1990	0	5.645.664,22	13.820.934,17	40,85
BA	MADRE DE DEUS	29	1992	6	19.013.291,44	128.482.267,20	14,80
BA	MAIRI	29	2010	6	6.604.733,30	28.921.899,47	22,84
BA	MALHADA	29	2020	5	(1.459.687,90)	28.388.058,78	(5,14)
BA	MALHADA DE PEDRAS	29	2030	4	5.052.267,55	13.939.835,06	36,24
BA	MANSIDAO	29	2045	2	5.073.671,43	21.338.491,53	23,78
BA	MATA DE SAO JOAO	29	2100	5	(9.595.760,02)	124.285.865,14	(7,72)
BA	MEDEIROS NETO	29	2110	4	42.342.394,90	44.090.324,08	96,04
BA	MIRANGABA	29	2140	1	18.828,53	32.332.458,40	0,06
BA	MIRANTE	29	2145	0	(2.334.537,47)	16.250.732,19	(14,37)
BA	MONTE SANTO	29	2150	0	(9.576.293,60)	77.158.149,41	(12,41)
BA	MUCUGE	29	2190	6	6.237.923,38	24.364.334,89	25,60
BA	MUCURI	29	2200	3	55.820.057,29	98.619.409,64	56,60
BA	MULUNGU DO MORRO	29	2205	2	8.302.577,03	19.708.356,79	42,13
BA	MUNIZ FERREIRA	29	2220	1	(1.212.143,41)	7.520.291,50	(16,12)
BA	MURITIBA	29	2230	0	-	41.252.255,24	-

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

BA	NAZARE	29	2250	8	667.686,60	34.180.006,40	1,95
BA	NOVA SOURE	29	2290	4	3.065.700,43	36.548.350,56	8,39
BA	NOVO HORIZONTE	29	2303	5	3.431.071,84	16.175.719,56	21,21
BA	OLINDINA	29	2310	0	2.790.794,00	36.386.867,96	7,67
BA	OLIVEIRA DOS BREJINHOS	29	2320	9	18.088.224,36	33.779.284,03	53,55
BA	PARAMIRIM	29	2360	5	10.401.185,57	32.357.645,50	32,14
BA	PARATINGA	29	2370	4	2.658.854,41	42.625.919,51	6,24
BA	PARIPIRANGA	29	2380	3	11.625.733,27	35.840.665,74	32,44
BA	PAULO AFONSO	29	2400	9	(14.607.079,61)	190.202.415,55	(7,68)
BA	PIATA	29	2430	6	4.386.167,20	29.085.903,67	15,08
BA	PINDAI	29	2450	4	18.047.100,72	22.342.991,35	80,77
BA	PINTADAS	29	2465	2	(1.581.560,90)	16.980.458,59	(9,31)
BA	PIRITIBA	29	2480	1	(4.343.800,74)	18.198.244,88	(23,87)
BA	PONTO NOVO	29	2525	3	(1.406.398,54)	28.657.906,74	(4,91)
BA	PRESIDENTE DUTRA	29	2560	0	(1.459.615,86)	21.395.179,43	(6,82)
BA	RAFAEL JAMBEIRO	29	2595	6	12.760.412,76	37.215.984,53	34,29
BA	REMANSO	29	2600	4	(1.703.865,63)	59.058.882,08	(2,89)
BA	RIACHAO DAS NEVES	29	2620	2	4.860.530,34	39.679.595,94	12,25
BA	RIACHAO DO JACUIPE	29	2630	1	17.132.251,34	37.696.333,37	45,45
BA	RIACHO DE SANTANA	29	2640	0	9.038.110,64	47.442.340,79	19,05
BA	RIBEIRA DO AMPARO	29	2650	9	1.795.510,01	18.318.119,18	9,80
BA	RIBEIRA DO POMBAL	29	2660	8	44.841.861,65	64.236.761,63	69,81
BA	RIO DO ANTONIO	29	2680	6	12.285.747,66	21.862.624,64	56,20
BA	RODELAS	29	2710	1	5.263.129,77	16.158.912,02	32,57
BA	RUY BARBOSA	29	2720	0	31.020.802,22	40.115.181,61	77,33
BA	SALINAS DA MARGARIDA	29	2730	9	(3.657.424,07)	28.279.001,90	(12,93)
BA	SALVADOR	29	2740	8	1.292.989.758,62	3.847.293.698,67	33,61
BA	SANTA BARBARA	29	2750	7	(1.472.975,68)	23.986.844,39	(6,14)
BA	SANTA INES	29	2790	3	533.053,11	16.002.662,75	3,33
BA	SANTA LUZIA	29	2805	9	13.282.650,89	18.068.674,61	73,51
BA	SANTA MARIA DA VITORIA	29	2810	9	5.062.872,36	65.973.762,89	7,67
BA	SANTA RITA DE CASSIA	29	2840	6	5.932.650,87	38.785.575,65	15,30
BA	SANTA TERESINHA	29	2850	5	(1.027.594,95)	17.063.150,02	(6,02)
BA	SANTALUZ	29	2800	0	(3.421.920,37)	49.706.776,51	(6,88)
BA	SANTO ANTONIO DE JESUS	29	2870	3	(17.266.370,96)	123.901.731,38	(13,94)
BA	SANTO ESTEVAO	29	2880	2	(9.425.863,14)	71.221.701,61	(13,23)
BA	SAO DESIDERIO	29	2890	1	(2.504.934,56)	94.107.254,64	(2,66)
BA	SAO DOMINGOS	29	2895	0	(2.335.029,76)	15.496.431,30	(15,07)
BA	SAO FELIX	29	2900	8	20.900.521,18	29.013.899,55	72,04
BA	SAO FRANCISCO DO CONDE	29	2920	6	66.828.885,29	387.135.375,14	17,26
BA	SAPEACU	29	2960	2	2.663.111,15	26.534.161,45	10,04
BA	SAUDE	29	2980	0	5.901.359,51	17.973.215,31	32,83
BA	SENHOR DO BONFIM	29	3010	5	(2.815.673,68)	80.465.088,10	(3,50)
BA	SENTO SE	29	3020	4	14.888.631,12	60.020.153,81	24,81
BA	SERRA DO RAMALHO	29	3015	4	(15.883.224,13)	49.585.330,21	(31,63)
BA	SERRA PRETA	29	3040	2	4.537.928,31	23.018.485,19	19,71
BA	SERRINHA	29	3050	1	28.392.253,55	105.962.324,60	26,79
BA	SIMOES FILHO	29	3070	9	120.554.700,47	241.443.971,88	49,93
BA	TABOCAS DO BREJO VELHO	29	3090	7	1.876.460,06	18.673.351,47	10,05
BA	TANQUE NOVO	29	3105	3	1.111.044,04	24.950.678,43	4,45
BA	TANQUINHO	29	3110	3	(1.644.904,52)	11.675.307,08	(14,09)
BA	TEODORO SAMPAIO	29	3140	0	1.259.871,03	14.043.733,78	8,97
BA	TEOLANDIA	29	3160	8	21.110.605,99	26.020.917,49	81,13
BA	TERRA NOVA	29	3170	7	16.683.162,76	19.688.426,60	84,74
BA	UBAIRA	29	3210	1	3.202.599,46	30.029.993,55	10,66
BA	UIBAI	29	3240	8	(1.818.433,75)	20.332.352,79	(8,94)
BA	VALENCA	29	3290	3	22.906.510,38	111.041.604,09	20,63
BA	VARZEA DA ROCA	29	3305	9	(3.209.945,99)	22.848.643,47	(14,05)
BA	VARZEA DO POCO	29	3310	9	(2.203.845,88)	13.923.661,00	(15,83)
BA	VITORIA DA CONQUISTA	29	3330	7	69.647.853,04	435.451.570,00	15,99
BA	WANDERLEY	29	3345	5	(1.030.276,36)	19.075.077,62	(5,40)
CE	ACOPIARA	23	30	9	24.219.028,56	64.268.364,34	37,68
CE	AQUIRAZ	23	100	0	(10.487.768,91)	130.145.186,83	(8,06)
CE	ARACATI	23	110	9	3.975.054,31	97.304.638,43	4,09
CE	ARATUBA	23	140	6	4.443.336,83	21.517.272,15	20,65
CE	CANINDE	23	280	0	21.274.912,03	107.500.832,61	19,79
CE	CRATO	23	420	2	13.359.028,54	155.483.785,90	8,59
CE	FORTALEZA	23	440	0	43.043.632,72	3.946.859.077,82	1,09
CE	FORTIM	23	445	9	997.215,32	25.566.012,92	3,90
CE	HORIZONTE	23	523	3	11.549.994,78	117.046.521,49	9,87

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

CE	ICAPUI	23	535	7	9.529.706,29	38.018.383,97	25,07
CE	IGUATU	23	550	6	34.248.024,26	136.805.626,49	25,03
CE	IRACEMA	23	600	9	3.452.775,41	27.008.832,54	12,78
CE	IRAUCUBA	23	610	8	472.170,85	37.466.642,63	1,26
CE	ITAICABA	23	620	7	5.024.105,82	13.483.456,77	37,26
CE	ITAPIPOCA	23	640	5	(23.961.989,33)	156.810.375,11	(15,28)
CE	JAGUARUANA	23	700	7	(7.703.232,80)	45.147.882,04	(17,06)
CE	MARACANAU	23	765	0	(38.703.079,48)	449.549.619,36	(8,61)
CE	MOMBACA	23	850	0	17.524.356,77	49.817.044,88	35,18
CE	NOVO ORIENTE	23	940	9	4.280.834,01	38.748.345,22	11,05
CE	PACAJUS	23	960	7	6.563.018,88	82.139.297,64	7,99
CE	PARACURU	23	1020	9	(1.893.213,94)	61.277.764,45	(3,09)
CE	PIQUET CARNEIRO	23	1090	2	1.663.293,05	22.814.811,20	7,29
CE	QUIXADA	23	1130	6	14.815.226,66	104.278.371,76	14,21
CE	SOBRAL	23	1290	8	(35.758.328,16)	395.996.688,61	(9,03)
ES	ATILIO VIVACQUA	32	70	6	(4.971.738,00)	26.698.650,00	(18,62)
ES	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	32	120	9	(102.105.378,00)	287.841.752,00	(35,47)
ES	CARIACICA	32	130	8	(39.445.567,61)	473.449.617,41	(8,33)
ES	COLATINA	32	150	6	(3.505.122,16)	233.024.533,54	(1,50)
ES	GUARAPARI	32	240	5	(15.813.734,29)	218.924.691,74	(7,22)
ES	LINHARES	32	320	5	22.153.334,61	439.922.069,50	5,04
ES	NOVA VENECIA	32	390	8	(3.647.547,24)	92.286.613,13	(3,95)
ES	SAO MATEUS	32	490	6	14.580.828,81	240.156.876,73	6,07
ES	SERRA	32	500	2	212.159.811,54	823.523.342,87	25,76
ES	SOORETAMA	32	501	0	(16.000.408,56)	52.684.069,20	(30,37)
ES	VIANA	32	510	1	14.009.873,29	128.443.187,97	10,91
ES	VITORIA	32	530	9	53.412.870,58	1.316.435.937,97	4,05
GO	ANAPOLIS	52	110	8	20.724.482,67	640.556.879,93	3,24
GO	AURILANDIA	52	260	1	(799.725,35)	6.596.484,89	(12,12)
GO	BOM JESUS DE GOIAS	52	350	0	(2.358.762,17)	43.394.813,94	(5,44)
GO	BURITI ALEGRE	52	390	6	(2.171.143,63)	12.340.607,87	(17,59)
GO	CAIAPONIA	52	440	9	(3.996.615,23)	33.328.427,55	(11,99)
GO	CAMPINACU	52	465	6	(617.218,07)	15.292.550,39	(4,04)
GO	CAMPOS VERDES	52	495	3	983.436,95	10.596.371,04	9,28
GO	CATALAO	52	510	9	(24.715.957,65)	158.667.784,56	(15,58)
GO	CRISTALINA	52	620	6	(677.989,26)	96.698.991,29	(0,70)
GO	EDEIA	52	740	2	-	28.631.350,84	-
GO	FIRMINOPOLIS	52	780	8	7.291.828,11	15.023.407,61	48,54
GO	GOIANESIA	52	860	8	(13.184.981,23)	94.032.597,62	(14,02)
GO	GOIANIRA	52	880	8	7.077.152,33	33.009.531,34	21,44
GO	ISRAELANDIA	52	1030	7	6.727.856,37	9.389.469,89	71,65
GO	JARAGUA	52	1180	0	(1.044.449,34)	69.256.136,33	(1,51)
GO	JATAI	52	1190	9	3.919.805,88	205.062.245,65	1,91
GO	JAUPACI	52	1200	6	1.144.712,11	9.620.472,33	11,90
GO	MINEIROS	52	1310	3	1.814.499,11	131.385.448,32	1,38
GO	MONTIVIDIU DO NORTE	52	1377	2	22.558,53	11.500.781,17	0,20
GO	NOVA AMERICA	52	1470	5	(302.969,27)	8.609.893,91	(3,52)
GO	NOVA GLORIA	52	1486	1	831.194,15	11.467.485,12	7,25
GO	NOVO PLANALTO	52	1525	6	(5.778.983,24)	9.968.611,34	(57,86)
GO	PALMEIRAS DE GOIAS	52	1570	2	23.550.078,87	42.813.381,25	55,01
GO	PILAR DE GOIAS	52	1690	8	(611.579,99)	11.158.793,75	(5,48)
GO	QUIRINOPOLIS	52	1850	8	10.019.029,45	89.658.169,69	11,17
GO	RIALMA	52	1860	7	-	17.802.832,25	-
GO	RIANAPOLIS	52	1870	6	331.569,20	10.900.826,62	3,04
GO	RIO VERDE	52	1880	5	(139.996.715,98)	456.791.108,27	(30,65)
GO	RUBIATABA	52	1890	4	(2.591.595,98)	30.757.413,81	(8,43)
GO	SANTA ISABEL	52	1935	7	2.790.801,52	10.165.174,90	27,45
GO	SANTA RITA DO ARAGUAIA	52	1940	7	(1.256.118,17)	12.593.591,65	(9,97)
GO	SAO DOMINGOS	52	1980	3	11.960.657,25	19.321.910,43	61,90
GO	SAO LUIZ DO NORTE	52	2015	7	(3.202.320,82)	10.535.336,34	(30,40)
GO	SAO SIMAO	52	2040	5	(12.132.495,30)	41.957.209,18	(28,92)
GO	TROMBAS	52	2145	2	(49.952,49)	9.301.991,30	(0,54)
GO	TURVELANDIA	52	2155	1	(1.107.627,79)	23.161.369,92	(4,78)
GO	UIRAPURU	52	2157	7	1.240.438,71	9.403.046,60	13,19
GO	URUACU	52	2160	1	(6.860.095,21)	54.930.733,51	(12,49)
MA	IMPERATRIZ	21	530	2	57.604.181,35	408.900.533,29	14,14
MA	SAO JOSE DE RIBAMAR	21	1120	1	(9.835.691,01)	181.142.101,73	(5,43)
MA	SAO LUIS	21	1130	0	84.304.496,91	1.905.966.502,89	4,42
MA	TIMON	21	1220	9	(4.269.284,44)	216.256.549,23	(1,96)
MG	ALFENAS	31	160	7	41.442.918,42	152.558.705,15	27,17

Relação Divida Consolidada Liquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

MG	ALPINOPOLIS	31	190	4	(1.809.426,24)	27.578.759,22	(6,56)
MG	ARAUJOS	31	390	0	(1.956.940,38)	13.074.942,30	(14,97)
MG	ARICANDUVA	31	445	2	-	9.358.434,38	-
MG	BARBACENA	31	560	8	39.716.632,62	212.363.731,98	18,70
MG	BELO HORIZONTE	31	620	0	1.867.003.511,84	6.534.461.186,15	28,57
MG	BETIM	31	670	5	455.541.690,60	1.204.181.767,81	37,83
MG	BOA ESPERANCA	31	710	9	21.192.037,64	58.431.830,97	36,27
MG	CABO VERDE	31	950	1	(1.263.241,17)	18.411.331,57	(6,86)
MG	CALDAS	31	1030	1	(1.544.811,74)	20.840.885,52	(7,41)
MG	CAMPESTRE	31	1100	2	1.557.785,26	25.700.278,68	6,06
MG	CAMPO DO MEIO	31	1130	9	(963.596,82)	19.880.279,36	(4,85)
MG	CAMPOS ALTOS	31	1150	7	2.001.843,11	25.551.039,65	7,83
MG	CAMPOS GERAIS	31	1160	6	(870.077,39)	35.136.844,97	(2,48)
MG	CANA VERDE	31	1190	3	1.064.953,47	9.521.461,63	11,18
MG	CANAPOLIS	31	1180	4	8.798.864,87	24.272.514,03	36,25
MG	CARATINGA	31	1340	4	(14.659.523,51)	112.268.519,34	(13,06)
MG	CARMO DA CACHOEIRA	31	1390	9	(923.543,18)	19.800.030,83	(4,66)
MG	CARMO DE MINAS	31	1410	5	203.156,05	19.461.529,54	1,04
MG	CASSIA	31	1510	2	540.904,59	28.223.162,26	1,92
MG	CAXAMBU	31	1550	8	(1.376.902,17)	31.170.100,05	(4,42)
MG	CLAUDIO	31	1660	5	(3.783.773,32)	39.491.473,83	(9,58)
MG	CONTAGEM	31	1860	1	199.461.739,13	1.075.157.525,57	18,55
MG	COQUEIRAL	31	1870	0	2.644.410,66	13.901.698,58	19,02
MG	CRISTAIS	31	2020	1	(235.996,56)	19.127.396,71	(1,23)
MG	CURVELO	31	2090	4	(15.774.184,42)	102.867.391,91	(15,33)
MG	DELFINOPOLIS	31	2120	9	83.013,36	21.080.012,30	0,39
MG	DIVINOPOLIS	31	2230	6	39.369.501,33	340.552.037,00	11,56
MG	ENTRE RIOS DE MINAS	31	2390	8	(3.343.551,29)	18.068.180,58	(18,51)
MG	FORMIGA	31	2610	9	(40.325.741,33)	95.234.581,69	(42,34)
MG	FORTALEZA DE MINAS	31	2630	7	(10.534.423,15)	13.922.092,50	(75,67)
MG	FRUTAL	31	2710	7	4.940.623,48	93.485.929,75	5,28
MG	GONZAGA	31	2750	3	(1.927.812,19)	11.932.668,14	(16,16)
MG	GOVERNADOR VALADARES	31	2770	1	73.383.372,65	494.680.130,31	14,84
MG	GUANHAES	31	2800	6	(22.091.523,82)	46.814.941,99	(47,19)
MG	GUAPE	31	2810	5	(1.659.842,07)	25.818.575,45	(6,43)
MG	IBIRITE	31	2980	6	(22.717.820,11)	209.694.690,47	(10,82)
MG	IPATINGA	31	3130	7	91.231.744,02	502.985.016,91	18,14
MG	ITABIRA	31	3170	3	(133.523.142,24)	471.960.620,85	(28,29)
MG	ITAJUBA	31	3240	4	(16.348.838,70)	123.558.065,19	(13,23)
MG	ITAMONTE	31	3300	6	-	22.924.922,61	-
MG	ITAUNA	31	3380	8	5.937.035,46	155.820.722,62	3,81
MG	ITUIUTABA	31	3420	2	(7.187.064,00)	176.745.256,00	(4,07)
MG	JOAO PINHEIRO	31	3630	6	4.517.298,39	67.982.294,13	6,64
MG	JUIZ DE FORA	31	3670	2	(82.995.466,64)	957.222.465,31	(8,67)
MG	LAVRAS	31	3820	3	35.277.629,67	161.703.960,79	21,82
MG	MACHADO	31	3900	3	(7.577.056,49)	55.819.611,99	(13,57)
MG	MOEMA	31	4240	3	(786.693,40)	11.337.499,14	(6,94)
MG	MONTE AZUL	31	4290	8	(625.526,63)	25.900.087,71	(2,42)
MG	MONTES CLAROS	31	4330	2	(29.686.775,46)	564.251.825,72	(5,26)
MG	MURIAE	31	4390	6	(20.531.857,51)	152.188.842,98	(13,49)
MG	NOVA ERA	31	4470	6	(9.803.232,53)	34.464.544,94	(28,44)
MG	NOVA LIMA	31	4480	5	(93.046.252,76)	543.651.280,64	(17,12)
MG	NOVA SERRANA	31	4520	8	18.619.173,78	100.682.123,00	18,49
MG	PARA DE MINAS	31	4710	5	(3.165.874,67)	124.928.082,22	(2,53)
MG	PARACATU	31	4700	6	(22.277.752,95)	153.439.787,97	(14,52)
MG	PASSOS	31	4790	7	8.332.470,12	141.058.373,28	5,91
MG	PATROCINIO	31	4810	3	9.170.272,14	151.369.702,80	6,06
MG	PEDRA DO ANTA	31	4880	6	(406.877,16)	8.378.363,71	(4,86)
MG	PEDRO LEOPOLDO	31	4930	9	(19.434.112,14)	111.455.872,37	(17,44)
MG	PIRAPORA	31	5120	6	23.783.843,81	114.488.963,98	20,77
MG	PONTE NOVA	31	5210	5	(4.065.223,16)	120.827.904,67	(3,36)
MG	POUSO ALEGRE	31	5250	1	(7.327.740,90)	255.846.978,06	(2,86)
MG	PRATINHA	31	5300	4	492.244,15	9.474.058,23	5,20
MG	RAPOSOS	31	5390	5	(99.649.836,35)	19.146.079,18	(520,47)
MG	RIBEIRAO DAS NEVES	31	5460	6	83.966.190,28	253.802.843,73	33,08
MG	SABARA	31	5670	0	(19.612.976,74)	163.393.910,51	(12,00)
MG	SANTA JULIANA	31	5770	8	5.080.739,55	24.815.465,52	20,47
MG	SANTA RITA DO SAPUCAI	31	5960	5	(7.299.420,21)	55.637.843,04	(13,12)
MG	SANTO ANTONIO DO MONTE	31	6040	5	(7.705.319,28)	41.578.274,04	(18,53)
MG	SANTOS DUMONT	31	6070	2	(6.211.697,06)	50.446.592,39	(12,31)

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

MG	SAO BENTO ABADE	31	6080	1	(255.021,74)	10.199.489,29	(2,50)
MG	SAO GONCALO DO RIO ABAIXO	31	6190	8	(99.530.069,17)	224.750.068,13	(44,28)
MG	SAO JOAO DEL REI	31	6250	0	2.371.252,02	127.377.875,27	1,86
MG	SAO SEBASTIAO DO ANTA	31	6447	2	(1.790.111,81)	12.167.262,12	(14,71)
MG	SAO SEBASTIAO DO PARAISO	31	6470	4	1.789.778,51	109.855.832,87	1,63
MG	SAPUCAI-MIRIM	31	6540	4	-	11.945.344,72	-
MG	SERRA DOS AIMORES	31	6670	9	(474.226,09)	8.521.316,00	(5,57)
MG	SETE LAGOAS	31	6720	2	119.190.764,25	414.769.444,12	28,74
MG	TIMOTEO	31	6870	5	130.325.293,38	137.942.666,88	94,48
MG	TIROS	31	6890	3	(2.071.204,78)	13.394.805,37	(15,46)
MG	TRES CORACOES	31	6930	7	12.237.693,12	106.275.748,41	11,52
MG	TRES PONTAS	31	6940	6	16.831.649,52	82.309.821,71	20,45
MG	UBA	31	6990	1	(77.094.610,72)	125.440.755,97	(61,46)
MG	UBERABA	31	7010	7	28.646.812,03	620.220.699,11	4,62
MG	UBERLANDIA	31	7020	6	(83.048.965,08)	1.272.753.476,39	(6,52)
MG	VARGINHA	31	7070	1	90.646.194,19	232.317.336,74	39,02
MG	VARZEA DA PALMA	31	7080	0	(4.903.087,36)	53.963.017,02	(9,09)
MG	VESPASIANO	31	7120	4	(5.672.200,10)	164.605.844,36	(3,45)
MS	AQUIDAUANA	50	110	2	(10.143.205,93)	91.171.302,05	(11,13)
MS	CAMPO GRANDE	50	270	4	(250.872.412,73)	2.153.596.307,45	(11,65)
MS	COSTA RICA	50	325	6	(8.212.955,86)	65.619.488,60	(12,52)
MS	TRES LAGOAS	50	830	5	(16.397.804,01)	300.255.674,20	(5,46)
MT	ALTA FLORESTA	51	25	0	(29.692.567,93)	72.537.534,96	(40,93)
MT	ALTO ARAGUAIA	51	30	0	(24.484.354,59)	57.305.440,98	(42,73)
MT	ALTO TAQUARI	51	60	7	(111.292,29)	37.303.907,35	(0,30)
MT	APIACAS	51	80	5	(6.506.373,63)	20.967.245,89	(31,03)
MT	ARAGUAIANA	51	100	1	(790.526,50)	6.206.236,77	(12,74)
MT	ARAPUTANGA	51	125	8	(16.102.458,80)	29.043.030,43	(55,44)
MT	BARRA DO BUGRES	51	170	4	(30.759.704,24)	57.374.366,69	(53,61)
MT	BARRA DO GARCAS	51	180	3	(64.773.057,54)	101.223.760,06	(63,99)
MT	CAMPO NOVO DO PARECIS	51	263	7	(84.467.447,48)	83.243.466,28	(101,47)
MT	CANARANA	51	270	2	(798.953,84)	38.824.595,77	(2,06)
MT	CLAUDIA	51	305	6	(2.353.058,17)	20.256.650,98	(11,62)
MT	CONQUISTA D'OESTE	51	338	1	(7.620.120,53)	12.268.229,03	(62,11)
MT	CUIABA	51	340	3	396.652.492,00	1.247.606.440,18	31,79
MT	DENISE	51	345	2	(1.509.476,28)	13.393.574,50	(11,27)
MT	DIAMANTINO	51	350	2	(1.210.143,10)	48.715.651,87	(2,48)
MT	FELIZ NATAL	51	370	0	(5.327.572,86)	24.137.366,75	(22,07)
MT	GAUCHA DO NORTE	51	385	8	(5.200.547,76)	21.723.997,62	(23,94)
MT	GUIRATINGA	51	420	3	(5.406.036,21)	14.331.551,57	(37,72)
MT	IPIRANGA DO NORTE	51	452	6	(7.120.550,23)	19.747.486,66	(36,06)
MT	JACIARA	51	480	7	(20.863.789,42)	47.678.684,03	(43,76)
MT	JUINA	51	515	0	3.163.083,32	72.991.199,57	4,33
MT	LUCAS DO RIO VERDE	51	525	9	(70.947.408,55)	124.851.989,53	(56,83)
MT	MATUPA	51	560	6	(15.916.185,17)	32.033.424,69	(49,69)
MT	MIRASSOL D'OESTE	51	562	2	(7.668.323,46)	34.271.225,14	(22,38)
MT	NOVA BRASILANDIA	51	620	8	(6.999.299,99)	12.569.351,20	(55,69)
MT	NOVA CANAA DO NORTE	51	621	6	1.922.168,50	28.680.052,01	6,70
MT	NOVA GUARITA	51	880	8	(3.310.991,00)	10.431.315,60	(31,74)
MT	NOVA MARINGA	51	890	7	(1.682.609,01)	16.828.477,20	(10,00)
MT	NOVA MONTE VERDE	51	895	6	(4.757.946,63)	15.993.979,66	(29,75)
MT	NOVA MUTUM	51	622	4	(20.729.363,13)	83.276.400,20	(24,89)
MT	NOVA XAVANTINA	51	625	7	(9.222.633,96)	31.093.988,39	(29,66)
MT	PARANAITA	51	629	9	(12.958.419,04)	38.368.363,04	(33,77)
MT	PARANATINGA	51	630	7	(3.045.640,67)	44.249.420,59	(6,88)
MT	PEDRA PRETA	51	637	2	304.281,73	33.175.489,27	0,92
MT	PORTO ALEGRE DO NORTE	51	677	8	(1.252.670,41)	15.890.837,22	(7,88)
MT	QUERENCIA	51	706	5	(4.839.180,19)	39.728.597,33	(12,18)
MT	RESERVA DO CABACAL	51	715	6	(2.491.807,01)	8.545.741,42	(29,16)
MT	RIO BRANCO	51	720	6	(6.188.944,78)	11.115.698,94	(55,68)
MT	RONDONOPOLIS	51	760	2	(138.747.137,00)	404.116.666,00	(34,33)
MT	SALTO DO CEU	51	775	0	(1.821.730,77)	10.287.428,92	(17,71)
MT	SANTA CARMEM	51	724	8	(1.364.055,43)	13.158.751,40	(10,37)
MT	SANTA RITA DO TRIVELATO	51	776	8	(5.615.694,11)	14.622.525,90	(38,40)
MT	SAO JOSE DO POVO	51	729	7	(6.879.923,90)	9.428.897,85	(72,97)
MT	SAO JOSE DO RIO CLARO	51	730	5	(16.873.492,53)	31.332.428,01	(53,85)
MT	SAPEZAL	51	787	5	(11.153.061,55)	58.196.066,29	(19,16)
MT	SINOP	51	790	9	(16.471.970,50)	218.629.432,92	(7,53)
MT	SORRISO	51	792	5	(55.996.472,09)	152.751.107,60	(36,66)
MT	TABAPORA	51	794	1	(665.430,65)	14.351.095,28	(4,64)

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

MT	TAPURAH	51	800	6	(10.920.559,87)	29.070.833,94	(37,57)
MT	TERRA NOVA DO NORTE	51	805	5	(7.808.465,37)	21.367.492,41	(36,54)
MT	TESOURO	51	810	5	(351.165,26)	8.066.931,57	(4,35)
MT	UNIAO DO SUL	51	830	3	(728.327,08)	10.760.953,39	(6,77)
MT	VARZEA GRANDE	51	840	2	10.732.593,58	346.951.145,90	3,09
MT	VILA RICA	51	860	0	(17.997.486,30)	33.399.543,40	(53,89)
PA	MARABA	15	420	6	(85.330.371,83)	450.215.310,45	(18,95)
PA	PARAUAPEBAS	15	553	6	(183.144.409,14)	1.212.156.323,67	(15,11)
PA	PRIMAVERA	15	610	4	(1.016.847,28)	17.197.567,57	(5,91)
PA	SANTAREM	15	680	7	(39.625.715,56)	351.713.949,74	(11,27)
PA	SAO FELIX DO XINGU	15	730	0	(3.594.272,21)	99.441.052,80	(3,61)
PB	JOAO PESSOA	25	750	7	(228.793.278,14)	1.414.284.414,60	(16,18)
PB	MONTEIRO	25	970	1	(6.400.667,73)	36.386.543,68	(17,59)
PB	PATOS	25	1080	8	20.439.011,50	118.130.076,07	17,30
PE	ABREU E LIMA	26	5	4	8.708.803,38	105.903.336,46	8,22
PE	AFRANIO	26	20	3	1.316.510,16	31.967.908,63	4,12
PE	AGRESTINA	26	30	2	14.272.762,95	32.568.029,45	43,82
PE	AGUAS BELAS	26	50	0	10.509.691,09	52.945.083,62	19,85
PE	ALAGOINHA	26	60	9	2.354.112,55	23.156.088,28	10,17
PE	ALIANCA	26	70	8	18.518.398,00	51.168.867,42	36,19
PE	ALTINHO	26	80	7	(78.205,17)	27.703.056,65	(0,28)
PE	AMARAJI	26	90	6	13.218.460,09	31.817.663,89	41,54
PE	ANGELIM	26	100	3	-	17.660.708,88	-
PE	ARACOIABA	26	105	2	-	26.266.372,65	-
PE	BARRA DE GUABIRABA	26	130	0	-	19.126.965,42	-
PE	BARREIROS	26	140	9	(32.405,76)	45.071.389,31	(0,07)
PE	BELEM DE MARIA	26	150	8	-	27.988.128,76	-
PE	BELEM DE SAO FRANCISCO	26	160	7	-	31.390.260,40	-
PE	BELO JARDIM	26	170	6	540.328,90	97.560.847,08	0,55
PE	BEZERROS	26	190	4	(3.899.879,48)	64.928.236,59	(6,01)
PE	BOM CONSELHO	26	210	0	(6.737.345,16)	61.844.854,98	(10,89)
PE	BONITO	26	230	8	17.669.067,83	50.918.346,98	34,70
PE	BREJO DA MADRE DE DEUS	26	260	5	-	59.928.788,79	-
PE	BUENOS AIRES	26	270	4	130.587,34	19.030.470,46	0,69
PE	BUIQUE	26	280	3	(8.209.830,39)	60.792.601,11	(13,50)
PE	CABO DE SANTO AGOSTINHO	26	290	2	(38.011.005,33)	438.111.042,65	(8,68)
PE	CABROBO	26	300	9	(3.037.729,34)	47.575.329,87	(6,39)
PE	CACHOEIRINHA	26	310	8	(165.000,00)	24.360.686,26	(0,68)
PE	CAETES	26	320	7	(6.106.318,57)	36.840.893,36	(16,57)
PE	CALCADO	26	330	6	-	18.754.781,61	-
PE	CALUMBI	26	340	5	-	12.175.466,27	-
PE	CAMARAGIBE	26	345	4	10.227.098,10	167.548.910,96	6,10
PE	CAMOCIM DE SAO FELIX	26	350	4	(2.612.843,41)	25.465.416,03	(10,26)
PE	CAMUTANGA	26	360	3	4.059.075,06	21.652.793,16	18,75
PE	CANHOTINHO	26	370	2	3.062.551,88	33.210.507,27	9,22
PE	CAPOEIRAS	26	380	1	(1.798.690,14)	29.528.126,97	(6,09)
PE	CARNAUBEIRA DA PENHA	26	392	6	-	17.383.611,90	-
PE	CARPINA	26	400	7	(2.203.452,69)	78.134.048,79	(2,82)
PE	CARUARU	26	410	6	(2.383.760,06)	423.528.234,84	(0,56)
PE	CATENDE	26	420	5	14.102.423,72	44.368.390,00	31,78
PE	CEDRO	26	430	4	(2.272.997,21)	18.321.217,36	(12,41)
PE	CHA DE ALEGRIA	26	440	3	(121.324,50)	20.278.196,34	(0,60)
PE	CHA GRANDE	26	450	2	5.994.618,24	35.724.219,79	16,78
PE	CONDADO	26	460	1	2.461.073,38	33.071.129,14	7,44
PE	CORRENTES	26	470	0	-	30.381.430,79	-
PE	CORTES	26	480	9	-	26.118.444,61	-
PE	CUMARU	26	490	8	15.113.953,92	25.660.606,66	58,90
PE	CUPIRA	26	500	4	-	31.600.366,65	-
PE	CUSTODIA	26	510	3	11.427.856,20	47.516.652,32	24,05
PE	DORMENTES	26	515	2	8.267.975,03	27.990.805,47	29,54
PE	ESCADA	26	520	2	-	71.937.663,17	-
PE	EXU	26	530	1	(7.603.256,07)	43.905.892,24	(17,32)
PE	FEIRA NOVA	26	540	0	(3.745.640,01)	26.572.079,10	(14,10)
PE	FERREIROS	26	550	9	-	18.623.703,29	-
PE	FLORESTA	26	570	7	15.146.734,98	56.282.996,44	26,91
PE	FREI MIGUELINHO	26	580	6	5.868.155,07	20.140.936,98	29,14
PE	GARANHUNS	26	600	2	(40.273.319,09)	170.593.145,04	(23,61)
PE	GOIANA	26	620	0	(22.000.214,72)	119.013.244,30	(18,49)
PE	GRAVATA	26	640	8	10.529.084,35	99.597.034,62	10,57
PE	IATI	26	650	7	667.831,22	32.338.531,31	2,07

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

PE	IBIMIRIM	26	660	6	-	37.242.688,94	-
PE	IBIRAJUBA	26	670	5	-	13.941.245,16	-
PE	IGARASSU	26	680	4	-	132.211.269,76	-
PE	INAJA	26	700	0	151.884,76	25.186.132,44	0,60
PE	INGAZEIRA	26	710	9	582.336,46	13.458.896,30	4,33
PE	IPOJUCA	26	720	8	(173.899.941,96)	442.006.471,74	(39,34)
PE	IPUBI	26	730	7	-	41.462.011,61	-
PE	ITAIBA	26	750	5	1.174.079,04	40.215.718,30	2,92
PE	ITAMBE	26	765	3	(2.389.218,78)	45.250.888,46	(5,28)
PE	ITAPISSUMA	26	775	2	-	50.938.722,89	-
PE	JABOATAO DOS GUARARAPES	26	790	1	22.314.251,57	755.156.500,05	2,95
PE	JAQUEIRA	26	795	0	-	21.010.337,08	-
PE	JATAUBA	26	800	8	12.297.487,43	26.476.269,36	46,45
PE	JATOBA	26	805	7	-	23.434.533,70	-
PE	JOAO ALFREDO	26	810	7	2.575.978,47	39.645.003,87	6,50
PE	JOAQUIM NABUCO	26	820	6	(1.665.648,95)	27.968.337,20	(5,96)
PE	JUCATI	26	825	5	442.097,84	19.766.210,36	2,24
PE	JUPI	26	830	5	(3.998.506,34)	26.807.620,15	(14,92)
PE	JUREMA	26	840	4	-	22.312.660,02	-
PE	LAGOA DO CARRO	26	845	3	9.466.251,30	22.056.863,54	42,93
PE	LAGOA DO ITAENGA	26	850	3	-	35.537.555,46	-
PE	LAGOA DO OURO	26	860	2	(453.273,49)	23.598.311,91	(1,92)
PE	LAGOA DOS GATOS	26	870	1	698.020,99	24.024.044,44	2,91
PE	LAJEDO	26	880	0	(6.736.063,75)	52.600.733,18	(12,81)
PE	LIMOEIRO	26	890	9	29.733.952,11	69.316.453,54	42,90
PE	MARAIAL	26	920	4	(5.350.319,65)	19.348.770,07	(27,65)
PE	MIRANDIBA	26	930	3	(3.798.595,53)	21.345.729,37	(17,80)
PE	MOREILANDIA	26	1430	3	(1.729.765,68)	19.835.774,97	(8,72)
PE	NAZARE DA MATA	26	950	1	25.377.969,57	35.592.267,83	71,30
PE	OLINDA	26	960	0	110.510.141,41	417.090.917,98	26,50
PE	OROCO	26	980	8	(5.179.032,65)	22.222.108,35	(23,31)
PE	OURICURI	26	990	7	(68.209,43)	80.824.609,57	(0,08)
PE	PALMARES	26	1000	4	(5.523,20)	97.997.764,70	(0,01)
PE	PALMEIRINA	26	1010	3	2.091.040,64	14.999.533,18	13,94
PE	PANELAS	26	1020	2	-	46.479.171,82	-
PE	PARANATAMA	26	1030	1	1.715.236,35	20.984.164,00	8,17
PE	PARNAMIRIM	26	1040	0	(221.542,66)	33.959.795,15	(0,65)
PE	PAUDALHO	26	1060	8	1.908.271,13	65.439.984,64	2,92
PE	PAULISTA	26	1070	7	16.896.701,21	270.266.843,73	6,25
PE	PEDRA	26	1080	6	(1.617.027,52)	28.858.601,14	(5,60)
PE	PESQUEIRA	26	1090	5	9.251.058,05	73.290.682,25	12,62
PE	PETROLANDIA	26	1100	2	(7.915.560,72)	74.239.273,66	(10,66)
PE	PETROLINA	26	1110	1	16.152.775,98	370.881.694,66	4,36
PE	POCAO	26	1120	0	(464.268,23)	17.839.301,08	(2,60)
PE	POMBOS	26	1130	9	-	37.517.219,88	-
PE	QUIPAPA	26	1150	7	1.309.469,96	32.866.127,92	3,98
PE	RECIFE	26	1160	6	(265.317.429,25)	3.200.826.138,00	(8,29)
PE	RIACHO DAS ALMAS	26	1170	5	-	30.856.782,88	-
PE	RIBEIRAO	26	1180	4	-	52.919.758,04	-
PE	RIO FORMOSO	26	1190	3	16.612.107,33	40.577.800,59	40,94
PE	SAIRE	26	1200	0	(621.130,72)	20.384.833,41	(3,05)
PE	SALGADINHO	26	1210	9	2.399.176,06	13.475.056,80	17,80
PE	SALGUEIRO	26	1220	8	-	77.107.822,76	-
PE	SALOA	26	1230	7	(980.602,32)	25.159.274,49	(3,90)
PE	SANHARO	26	1240	6	1.344.684,83	29.961.074,68	4,49
PE	SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE	26	1247	1	(2.843.751,20)	17.067.632,16	(16,66)
PE	SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE	26	1250	5	5.340.028,95	96.231.081,53	5,55
PE	SANTA FILOMENA	26	1255	4	(7,85)	20.947.502,41	(0,00)
PE	SANTA MARIA DA BOA VISTA	26	1260	4	-	56.811.397,96	-
PE	SANTA MARIA DO CAMBUCA	26	1270	3	663.803,13	19.066.600,35	3,48
PE	SAO BENEDITO DO SUL	26	1290	1	5.300.168,20	20.259.626,95	26,16
PE	SAO BENTO DO UNA	26	1300	8	6.930.088,99	61.088.305,52	11,34
PE	SAO CAITANO	26	1310	7	-	41.250.044,65	-
PE	SAO JOAO	26	1320	6	(4.606.808,47)	31.922.879,15	(14,43)
PE	SAO JOAQUIM DO MONTE	26	1330	5	7.700.690,63	31.147.432,47	24,72
PE	SAO JOSE DO BELMONTE	26	1350	3	(940.164,65)	40.224.451,33	(2,34)
PE	SAO LOURENCO DA MATA	26	1370	1	9.760.266,33	109.881.320,47	8,88
PE	SERRA TALHADA	26	1390	9	16.682.521,20	105.670.128,24	15,79
PE	SERRITA	26	1400	6	-	33.434.669,51	-
PE	SERTANIA	26	1410	5	(5.939.905,93)	43.089.466,12	(13,79)

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

PE	SIRINHAEM	26	1420	4	20.749.013,04	51.503.857,49	40,29
PE	SOLIDAO	26	1440	2	1.526.078,29	13.480.491,98	11,32
PE	TABIRA	26	1460	0	(2.463.871,00)	33.867.244,92	(7,26)
PE	TACAIMBO	26	1470	9	2.533.717,99	17.636.787,80	14,37
PE	TAQUARITINGA DO NORTE	26	1500	3	15.279.669,24	32.146.702,84	47,53
PE	TEREZINHA	26	1510	2	(160.878,72)	13.793.710,98	(1,17)
PE	TERRA NOVA	26	1520	1	-	14.878.938,12	-
PE	TIMBAUBA	26	1530	0	7.648.140,04	78.190.072,05	9,78
PE	TORITAMA	26	1540	9	(4.498.706,22)	45.243.389,84	(9,94)
PE	TRACUNHAEM	26	1550	8	-	16.758.076,41	-
PE	TUPANATINGA	26	1580	5	1.014.695,14	40.662.838,02	2,50
PE	TUPARETAMA	26	1590	4	440.087,71	14.901.643,01	2,95
PE	VENTUROSA	26	1600	1	919.763,81	24.436.986,09	3,76
PE	VERTENTE DO LERIO	26	1618	3	(116.067,70)	14.231.705,87	(0,82)
PE	VERTENTES	26	1620	9	(1.975.589,56)	28.207.740,93	(7,00)
PE	VICENCIA	26	1630	8	-	47.506.587,40	-
PE	VITORIA DE SANTO ANTAO	26	1640	7	8.364.035,00	170.081.761,99	4,92
PE	XEXEU	26	1650	6	-	24.544.133,40	-
PI	TERESINA	22	1100	1	(361.739.203,28)	1.527.427.999,21	(23,68)
PR	ALVORADA DO SUL	41	80	6	(660.946,05)	21.393.353,56	(3,09)
PR	ARAPONGAS	41	150	7	(29.879.614,97)	156.653.308,56	(19,07)
PR	ARAUCARIA	41	180	4	(42.676.758,38)	539.104.027,69	(7,92)
PR	BOCAIUVA DO SUL	41	310	7	(3.208.975,08)	19.903.715,27	(16,12)
PR	CAMPO MOURAO	41	430	3	(14.125.324,34)	165.468.859,01	(8,54)
PR	CARAMBEI	41	465	9	(19.095.134,16)	51.655.355,61	(36,97)
PR	CASCAVEL	41	480	8	(96.205.706,08)	431.326.198,86	(22,30)
PR	CASTRO	41	490	7	(4.638.255,66)	117.330.910,64	(3,95)
PR	CIANORTE	41	550	8	(19.149.709,64)	134.572.561,90	(14,23)
PR	CURITIBA	41	690	2	169.180.470,05	5.271.903.571,12	3,21
PR	FAXINAL	41	760	3	5.091.450,75	25.100.497,59	20,28
PR	FOZ DO IGUACU	41	830	4	74.387.808,64	526.504.951,26	14,13
PR	GUARAPUAVA	41	940	1	(19.123.202,83)	227.730.585,81	(8,40)
PR	IRATI	41	1070	6	(8.959.925,21)	77.435.203,97	(11,57)
PR	LONDRINA	41	1370	0	(31.605.215,24)	1.042.828.989,34	(3,03)
PR	LUNARDELLI	41	1375	9	3.180.830,83	11.945.956,05	26,63
PR	MARECHAL CANDIDO RONDON	41	1460	9	(14.421.575,77)	99.037.272,37	(14,56)
PR	MARIALVA	41	1480	7	250.219,95	53.366.621,00	0,47
PR	MARINGA	41	1520	0	152.107.627,98	759.513.330,57	20,03
PR	PARANAGUA	41	1820	4	32.251.277,59	254.130.465,40	12,69
PR	PATO BRANCO	41	1850	1	(16.432.691,74)	160.727.774,30	(10,22)
PR	PINHAIS	41	1915	2	(34.495.117,61)	219.692.898,88	(15,70)
PR	PIRAQUARA	41	1950	9	1.031.216,58	130.143.475,04	0,79
PR	PONTA GROSSA	41	1980	5	174.418.654,32	472.716.288,12	36,90
PR	SANTA AMELIA	41	2310	5	(357.134,17)	8.942.195,29	(3,99)
PR	SANTO ANTONIO DO SUDOESTE	41	2440	0	831.177,12	29.409.975,63	2,83
PR	SARANDI	41	2625	6	(14.102.521,55)	102.868.816,82	(13,71)
PR	TELEMACO BORBA	41	2710	6	(14.705.448,85)	112.667.532,12	(13,05)
PR	TOLEDO	41	2770	0	(23.386.655,91)	231.431.952,09	(10,11)
PR	TOMAZINA	41	2780	9	(179.067,97)	8.360.359,15	(2,14)
PR	UMUARAMA	41	2810	4	29.374.443,28	164.141.889,57	17,90
RJ	ANGRA DOS REIS	33	10	0	42.777.627,80	691.039.386,50	6,19
RJ	ARMACAO DOS BUZIOS	33	23	3	(47.841.394,40)	183.569.933,28	(26,06)
RJ	BARRA MANSA	33	40	7	21.633.989,70	355.809.227,20	6,08
RJ	BELFORD ROXO	33	45	6	27.795.737,30	496.952.862,30	5,59
RJ	CAMPOS DOS GOYTACAZES	33	100	9	(232.798.185,90)	2.239.879.763,10	(10,39)
RJ	DUQUE DE CAXIAS	33	170	2	107.692.489,90	1.482.572.472,40	7,26
RJ	IGUABA GRANDE	33	187	6	(5.429.850,20)	64.489.858,40	(8,42)
RJ	ITABORAI	33	190	0	(105.901.668,90)	563.056.339,60	(18,81)
RJ	MACAE	33	240	3	(306.749.508,80)	1.819.128.736,60	(16,86)
RJ	MANGARATIBA	33	260	1	15.539.562,60	241.590.719,00	6,43
RJ	MARICA	33	270	0	(41.552.083,00)	341.189.060,00	(12,18)
RJ	NITEROI	33	330	2	34.947.675,00	1.405.202.375,40	2,49
RJ	NOVA FRIBURGO	33	340	1	(42.672.050,00)	318.630.851,30	(13,39)
RJ	NOVA IGUACU	33	350	0	(21.414.080,40)	820.902.740,90	(2,61)
RJ	PARACAMBI	33	360	9	(3.673.332,68)	96.966.988,60	(3,79)
RJ	PETROPOLIS	33	390	6	(50.657.658,20)	670.600.075,90	(7,55)
RJ	QUATIS	33	412	8	-	48.330.342,60	-
RJ	QUEIMADOS	33	414	4	(55.236.326,20)	227.175.365,40	(24,31)
RJ	RESENDE	33	420	1	67.715.865,90	357.702.341,10	18,93
RJ	RIO BONITO	33	430	0	(18.487.208,60)	156.379.103,20	(11,67)

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

RJ	RIO DE JANEIRO	33	455	7	5.647.961.444,05	17.672.483.772,97	31,96
RJ	SAO GONCALO	33	490	4	14.864.902,90	881.210.330,30	1,69
RJ	SAO JOAO DA BARRA	33	500	0	(1.010.227,10)	335.514.140,50	(0,30)
RJ	SAO JOAO DE MERITI	33	510	9	(128.270.344,40)	403.150.623,80	(31,82)
RJ	TANGUA	33	575	2	(13.812.508,00)	67.173.840,00	(20,56)
RJ	TERESOPOLIS	33	580	2	107.485.335,90	328.280.854,30	32,74
RJ	TRES RIOS	33	600	8	(9.159.065,10)	184.894.693,50	(4,95)
RJ	VALENCA	33	610	7	15.131.003,80	128.389.114,90	11,79
RJ	VARRE-SAI	33	615	6	(4.094.869,90)	33.315.277,80	(12,29)
RJ	VOLTA REDONDA	33	630	5	317.442.300,00	679.706.800,00	46,70
RN	ACU	24	20	8	(8.721.605,57)	70.514.957,42	(12,37)
RN	LUCRECIA	24	690	8	-	9.139.891,42	-
RN	MACAIBA	24	710	4	2.684.355,88	100.688.966,18	2,67
RN	MOSSORO	24	800	3	55.241.808,97	423.644.726,38	13,04
RN	NATAL	24	810	2	148.596.113,57	1.341.052.666,03	11,08
RN	SAO FERNANDO	24	1160	9	-	9.228.518,11	-
RN	SITIO NOVO	24	1370	6	1.712.949,27	11.296.298,25	15,16
RO	ARIQUEMES	11	2	3	(32.909.840,16)	143.714.786,55	(22,90)
RO	CACOAL	11	4	9	(17.030.597,98)	119.959.027,59	(14,20)
RO	ITAPUA DO OESTE	11	110	4	(3.169.734,55)	16.491.848,58	(19,22)
RO	JARU	11	11	4	18.834.370,17	75.432.815,84	24,97
RO	JI-PARANA	11	12	2	(28.994.795,99)	153.911.134,17	(18,84)
RO	NOVA MAMORE	11	33	8	(3.507.530,13)	31.563.301,69	(11,11)
RO	OURO PRETO DO OESTE	11	15	5	(12.710.727,69)	58.822.157,32	(21,61)
RO	PIMENTA BUENO	11	18	9	2.772.320,69	53.844.868,21	5,15
RO	PORTO VELHO	11	20	5	(87.782.893,82)	875.762.796,35	(10,02)
RO	ROLIM DE MOURA	11	28	8	(4.522.713,61)	68.703.423,42	(6,58)
RO	VILHENA	11	30	4	(7.255.865,96)	147.025.812,74	(4,94)
RR	BOA VISTA	14	10	0	(238.261.729,48)	537.873.089,38	(44,30)
RS	ALEGRETE	43	40	6	(24.464.167,21)	123.400.516,15	(19,83)
RS	ALVORADA	43	60	4	12.603.771,81	198.856.392,24	6,34
RS	ARARICA	43	87	7	206.035,86	14.097.526,88	1,46
RS	ARROIO DOS RATOS	43	110	7	(7.020.137,65)	24.601.482,58	(28,54)
RS	ARROIO GRANDE	43	130	5	521.537,96	33.473.012,19	1,56
RS	BAGE	43	160	2	(5.625.830,70)	203.683.228,07	(2,76)
RS	BENTO GONCALVES	43	210	5	(24.869.247,19)	245.305.064,25	(10,14)
RS	CACAPAVA DO SUL	43	280	8	3.158.111,36	50.986.451,98	6,19
RS	CACHOEIRA DO SUL	43	300	4	(1.222.023,78)	127.506.749,78	(0,96)
RS	CACHOEIRINHA	43	310	3	16.995.496,54	243.949.450,51	6,97
RS	CAMAQUA	43	350	9	(992.972,57)	91.702.856,07	(1,08)
RS	CAMPO BOM	43	390	5	(14.233.794,19)	143.308.043,63	(9,93)
RS	CANGUCU	43	450	7	(9.457.689,54)	83.355.949,61	(11,35)
RS	CANOAS	43	460	6	45.440.252,36	815.932.928,22	5,57
RS	CAPAO DO LEAO	43	466	3	300.116,28	38.920.225,50	0,77
RS	CARAZINHO	43	470	5	(17.094.384,68)	108.528.714,91	(15,75)
RS	CAXIAS DO SUL	43	510	8	23.260.580,00	1.161.617.611,27	2,00
RS	CRISTAL DO SUL	43	607	2	(1.209.464,06)	854.076,28	(141,61)
RS	CRUZ ALTA	43	610	6	(6.666.208,25)	96.728.696,22	(6,89)
RS	ERECHIM	43	700	5	(30.668.065,25)	168.498.785,76	(18,20)
RS	ESTEIO	43	770	8	(27.275.831,03)	141.741.718,95	(19,24)
RS	FARROUPILHA	43	790	6	(16.743.807,32)	139.574.920,31	(12,00)
RS	FAXINAL DO SOTURNO	43	800	3	154.562,50	12.212.686,42	1,27
RS	GUAIBA	43	930	8	21.731.455,33	149.586.392,14	14,53
RS	IJUI	43	1020	7	(47.262.971,01)	193.289.104,76	(24,45)
RS	IMBE	43	1033	0	45.774.642,53	56.269.315,79	81,35
RS	INHACORA	43	1041	3	905.785,34	9.065.581,49	9,99
RS	ITAQUI	43	1060	3	(3.922.648,75)	71.515.334,39	(5,49)
RS	JAGUARAO	43	1100	7	-	43.213.291,01	-
RS	LAJEADO	43	1140	3	(35.242.278,60)	151.537.099,29	(23,26)
RS	LIBERATO SALZANO	43	1160	1	(2.781.460,58)	12.703.506,28	(21,90)
RS	MAMPITUBA	43	1173	4	(6.605.780,18)	9.199.851,75	(71,80)
RS	MANOEL VIANA	43	1175	9	139.087,86	14.895.239,90	0,93
RS	MAXIMILIANO DE ALMEIDA	43	1220	3	(842.380,81)	10.925.881,32	(7,71)
RS	MONTENEGRO	43	1240	1	48.720.965,16	110.756.424,56	43,99
RS	MORRINHOS DO SUL	43	1244	3	47.943,56	8.279.095,87	0,58
RS	NOVA BRESCIA	43	1300	3	(388.389,44)	11.938.674,10	(3,25)
RS	NOVA SANTA RITA	43	1337	5	(5.866.644,25)	51.604.214,47	(11,37)
RS	NOVO HAMBURGO	43	1340	9	82.844.754,95	536.461.691,84	15,44
RS	PAROBE	43	1405	0	8.532.437,61	79.586.116,31	10,72
RS	PASSO FUNDO	43	1410	0	(56.737.125,55)	329.325.529,49	(17,84)

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

RS	PELOTAS	43	1440	7	115.944.149,14	517.904.404,94	22,39
RS	PINHEIRO MACHADO	43	1450	6	2.424.189,55	26.857.191,63	9,03
RS	PORTO ALEGRE	43	1490	2	206.424.236,09	3.968.472.814,28	5,20
RS	RIO GRANDE	43	1560	2	(91.244.056,90)	382.799.936,96	(23,84)
RS	RIOZINHO	43	1575	0	(203.196,01)	11.959.646,59	(1,70)
RS	ROLANTE	43	1600	6	(1.691.693,15)	33.781.841,31	(5,01)
RS	SALTO DO JACUI	43	1645	1	68.987,51	25.291.168,77	0,27
RS	SANTA CRUZ DO SUL	43	1680	8	(5.351.422,55)	274.780.155,42	(1,95)
RS	SANTA MARGARIDA DO SUL	43	1697	2	(76.957,76)	11.203.642,59	(0,69)
RS	SANTA MARIA	43	1690	7	(89.209.030,58)	334.081.412,62	(26,70)
RS	SANTA ROSA	43	1720	2	(20.871.580,62)	150.029.638,84	(13,91)
RS	SANTA VITORIA DO PALMAR	43	1730	1	(13.930.609,47)	60.990.357,74	(22,84)
RS	SANTO ANGELO	43	1750	9	(11.800.807,65)	104.314.819,48	(11,31)
RS	SAO BORJA	43	1800	2	(6.836.689,77)	118.526.601,12	(5,77)
RS	SAO GABRIEL	43	1830	9	4.824.269,20	88.475.965,70	5,45
RS	SAO LEOPOLDO	43	1870	5	171.682.471,59	455.710.348,97	37,67
RS	SAO PAULO DAS MISSOES	43	1930	7	(1.010.977,68)	12.500.709,37	(8,09)
RS	SAPIRANGA	43	1990	1	(27.096.265,44)	131.309.846,64	(20,64)
RS	SAPUCAIA DO SUL	43	2000	8	18.324.658,82	204.319.372,99	8,97
RS	SETE DE SETEMBRO	43	2057	8	-	9.015.890,98	-
RS	SOLEDADE	43	2080	0	5.073.238,15	44.077.712,37	11,51
RS	TAQUARA	43	2120	4	5.581.500,41	79.287.625,36	7,04
RS	TORRES	43	2150	1	(4.719.611,51)	78.660.739,11	(6,00)
RS	URUGUAIANA	43	2240	0	106.134.201,00	165.531.910,64	64,12
RS	VACARIA	43	2250	9	(6.705.409,45)	116.666.177,23	(5,75)
RS	VENANCIO AIRES	43	2260	8	(18.366.264,43)	108.236.778,71	(16,97)
RS	VERANOPOLIS	43	2280	6	(3.541.049,26)	55.233.357,63	(6,41)
RS	VIAMAO	43	2300	2	23.835.473,96	206.452.631,91	11,55
SC	AGUA DOCE	42	40	8	(3.521.748,67)	18.733.347,01	(18,80)
SC	ANITA GARIBALDI	42	100	0	1.093.463,11	16.657.018,89	6,56
SC	ARMAZEM	42	150	5	(754.646,65)	13.114.778,28	(5,75)
SC	ATALANTA	42	180	2	43.089,31	9.545.782,95	0,45
SC	BALNEARIO CAMBORIU	42	200	8	(177.632.657,15)	473.658.169,64	(37,50)
SC	BIGUACU	42	230	5	9.371.349,80	107.755.451,42	8,70
SC	BLUMENAU	42	240	4	83.423.588,89	802.309.318,54	10,40
SC	BRACO DO NORTE	42	280	0	1.072.755,87	48.927.205,74	2,19
SC	BRUSQUE	42	290	9	7.942.789,50	239.091.550,32	3,32
SC	CACADOR	42	300	6	(3.392.406,04)	115.314.951,53	(2,94)
SC	CALMON	42	315	4	(370.213,19)	11.239.978,45	(3,29)
SC	CAMBORIU	42	320	4	(15.115.766,37)	113.762.304,05	(13,29)
SC	CANELINHA	42	370	9	(737.380,01)	19.744.841,36	(3,73)
SC	CANOINHAS	42	380	8	(6.309.665,93)	89.138.035,12	(7,08)
SC	CHAPECO	42	420	2	60.074.606,93	409.357.241,36	14,68
SC	CONCORDIA	42	430	1	(15.226.307,27)	147.722.552,46	(10,31)
SC	CRICIUMA	42	460	9	74.113.219,05	395.584.687,30	18,74
SC	FAXINAL DOS GUEDES	42	530	8	(2.293.914,82)	25.522.984,40	(8,99)
SC	FLORIANOPOLIS	42	540	7	264.836.226,23	1.010.315.177,37	26,19
SC	FREI ROGERIO	42	555	5	(1.239.115,22)	8.810.325,24	(14,06)
SC	GALVAO	42	560	5	(264.662,98)	10.041.100,56	(2,64)
SC	GASPAR	42	590	2	(24.104.299,51)	120.757.205,43	(19,96)
SC	GRAO PARA	42	610	8	2.258.967,79	13.429.853,00	16,82
SC	GUABIRUBA	42	630	6	(4.948.755,29)	38.505.540,94	(12,85)
SC	GUARACIABA	42	640	5	(2.667.119,74)	18.292.967,43	(14,58)
SC	IBIAM	42	675	1	(507.840,63)	8.707.743,79	(5,83)
SC	INDAIAL	42	750	2	(5.369.523,05)	113.660.154,31	(4,72)
SC	IPIRA	42	760	1	(1.489.564,41)	12.454.538,79	(11,96)
SC	ITAJAI	42	820	3	(63.198.739,14)	725.181.959,24	(8,71)
SC	ITAPEMA	42	830	2	(15.001.007,45)	126.621.019,50	(11,85)
SC	ITAPOA	42	845	0	-	48.220.105,90	-
SC	JAGUARUNA	42	880	7	2.082.362,00	30.799.724,00	6,76
SC	JARAGUA DO SUL	42	890	6	(28.681.428,35)	444.051.141,70	(6,46)
SC	JOACABA	42	900	3	(15.803.276,63)	84.323.678,45	(18,74)
SC	JOINVILLE	42	910	2	537.925.269,14	1.189.770.417,64	45,21
SC	LAGES	42	930	0	33.624.845,23	323.293.222,21	10,40
SC	LAGUNA	42	940	9	(8.759.546,08)	74.019.239,59	(11,83)
SC	LEBON REGIS	42	970	6	(397.206,57)	19.430.345,17	(2,04)
SC	LUZERNA	42	1003	5	(3.455.845,15)	13.962.382,69	(24,75)
SC	MONTE CASTELO	42	1110	8	738.073,11	14.431.965,31	5,11
SC	NAVEGANTES	42	1130	6	(10.894.951,77)	148.409.659,29	(7,34)
SC	NOVA VENEZA	42	1160	3	(1.233.945,98)	28.925.304,50	(4,27)

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

SC	PALHOCA	42	1190	0	(51.009.021,78)	234.427.118,21	(21,76)
SC	PETROLANDIA	42	1270	0	(1.274.646,64)	11.769.501,73	(10,83)
SC	RIO DO SUL	42	1480	5	(6.610.187,55)	164.754.019,35	(4,01)
SC	RIO NEGRINHO	42	1500	0	5.101.392,55	83.185.787,19	6,13
SC	SANTA CECILIA	42	1550	5	1.555.586,33	30.114.383,09	5,17
SC	SANTA TEREZINHA	42	1567	9	(2.339.838,85)	14.425.530,07	(16,22)
SC	SAO BENTO DO SUL	42	1580	2	5.888.237,20	175.561.741,08	3,35
SC	SAO CARLOS	42	1600	8	1.012.359,04	21.518.263,43	4,70
SC	SAO FRANCISCO DO SUL	42	1620	6	(5.462.711,29)	174.312.164,37	(3,13)
SC	SAO JOSE	42	1660	2	(23.736.010,54)	356.939.281,07	(6,65)
SC	SAO LUDGERO	42	1700	6	(4.371.769,30)	24.612.487,44	(17,76)
SC	SIDEROPOLIS	42	1760	0	728.853,52	22.492.789,04	3,24
SC	TAIO	42	1780	8	(6.422.527,45)	34.832.207,19	(18,44)
SC	TREZE TILIAS	42	1850	9	(1.886.340,86)	19.456.477,74	(9,70)
SC	TUBARAO	42	1870	7	(5.043.926,54)	161.839.040,57	(3,12)
SC	URUBICI	42	1890	5	(980.111,99)	19.044.469,19	(5,15)
SC	VARGEAO	42	1910	1	(2.722.392,07)	12.121.684,62	(22,46)
SC	VIDAL RAMOS	42	1920	0	(1.141.627,09)	15.778.681,27	(7,24)
SC	XANXERE	42	1950	7	1.410.772,05	78.399.781,49	1,80
SC	XAXIM	42	1970	5	5.271.660,10	54.662.457,72	9,64
SE	ARACAJU	28	30	8	26.199.450,79	1.147.679.423,27	2,28
SP	ADAMANTINA	35	10	5	(14.028.882,15)	86.075.091,49	(16,30)
SP	AGUAI	35	30	3	(7.662.306,24)	61.402.635,11	(12,51)
SP	AGUAS DE LINDOIA	35	50	1	(6.054.633,99)	48.557.967,24	(12,47)
SP	ALTO ALEGRE	35	110	3	(1.163.786,15)	12.924.207,31	(9,00)
SP	AMERICANA	35	160	8	252.771.342,81	585.251.485,28	43,19
SP	AMPARO	35	190	5	(16.817.626,75)	172.124.629,21	(10,93)
SP	ANDRADINA	35	210	1	(34.645.678,84)	106.972.262,68	(32,57)
SP	ANGATUBA	35	220	0	(3.858.314,00)	51.718.113,00	(7,46)
SP	APIAI	35	270	5	321.132,67	47.274.115,99	0,68
SP	ARACATUBA	35	280	4	159.723.677,68	409.604.665,19	38,99
SP	ARACOIABA DA SERRA	35	290	3	(6.078.484,26)	61.887.419,26	(9,83)
SP	ARANDU	35	310	9	(422.797,78)	17.405.322,93	(2,43)
SP	ARARAQUARA	35	320	8	52.612.162,16	547.806.807,77	9,60
SP	ARARAS	35	330	7	(83.544.397,60)	312.826.791,97	(26,71)
SP	ARUJA	35	390	1	(21.420.885,95)	179.159.973,19	(11,96)
SP	ATIBAIA	35	410	7	(64.432.689,98)	299.180.895,02	(21,54)
SP	AURIFLAMA	35	420	6	(1.587.027,84)	25.001.517,85	(6,35)
SP	AVANHANDAVA	35	440	4	77.234,19	24.340.065,53	0,32
SP	AVARE	35	450	3	7.071.507,00	183.567.189,00	3,85
SP	BARAO DE ANTONINA	35	500	5	-	11.091.032,39	-
SP	BARIRI	35	520	3	(182.323,90)	66.564.799,54	(0,27)
SP	BARRA BONITA	35	530	2	(6.546.726,93)	79.836.453,81	(8,20)
SP	BARUERI	35	570	8	(794.228.233,46)	1.805.194.384,67	(44,00)
SP	BASTOS	35	580	7	(258.795,90)	38.789.306,82	(0,67)
SP	BATATAIS	35	590	6	11.226.738,26	118.657.154,63	9,46
SP	BAURU	35	600	3	110.171.398,31	700.662.365,16	15,72
SP	BEBEDOURO	35	610	2	(5.442.776,58)	155.498.678,66	(3,50)
SP	BIRIGUI	35	650	8	(3.542.052,53)	217.328.288,80	(1,63)
SP	BIRITIBA-MIRIM	35	660	7	-	33.604.038,61	-
SP	BOITUVA	35	700	1	(5.083.489,73)	131.577.721,26	(3,86)
SP	BOM JESUS DOS PERDOES	35	710	0	(972.880,92)	45.635.007,96	(2,13)
SP	BOM SUCESSO DE ITARARE	35	715	9	110.514,00	10.855.538,00	1,02
SP	BORA	35	720	9	(352.853,00)	9.117.293,00	(3,87)
SP	BRAGANCA PAULISTA	35	760	5	(77.354.584,14)	317.637.115,06	(24,35)
SP	BREJO ALEGRE	35	775	3	(2.283.646,77)	15.150.632,83	(15,07)
SP	BRODOWSKI	35	780	3	23.410.090,21	45.372.762,65	51,60
SP	BURITAMA	35	810	8	(2.548.352,18)	42.186.834,67	(6,04)
SP	BURITIZAL	35	820	7	(2.606.906,53)	19.436.944,08	(13,41)
SP	CABREUVA	35	840	5	(15.560.413,74)	110.279.650,43	(14,11)
SP	CACAPAVA	35	850	4	17.616.787,43	184.651.621,51	9,54
SP	CAFELANDIA	35	880	1	(6.945.159,09)	36.032.493,58	(19,27)
SP	CAIABU	35	890	0	(18.810,37)	12.000.554,08	(0,16)
SP	CAIEIRAS	35	900	7	(27.222.793,35)	170.989.270,21	(15,92)
SP	CAIUA	35	910	6	(646.404,76)	17.199.600,20	(3,76)
SP	CAJAMAR	35	920	5	103.786.291,91	302.574.692,12	34,30
SP	CAJATI	35	925	4	(9.899.877,43)	68.908.031,65	(14,37)
SP	CAJOBI	35	930	4	258.091,56	21.585.898,23	1,20
SP	CAMPINAS	35	950	2	1.044.740.743,94	3.058.914.830,54	34,15
SP	CAMPO LIMPO PAULISTA	35	960	1	11.867.459,83	138.587.753,00	8,56

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

SP	CAMPOS NOVOS PAULISTA	35	980	9	3.532.886,74	14.631.528,84	24,15
SP	CAPAO BONITO	35	1020	3	13.305.635,66	86.348.383,54	15,41
SP	CAPELA DO ALTO	35	1030	2	(1.802.816,41)	37.673.905,11	(4,79)
SP	CARAPICUIBA	35	1060	9	74.479.511,35	372.802.808,98	19,98
SP	CASTILHO	35	1100	3	-	70.991.365,71	-
SP	CATANDUVA	35	1110	2	(152.601.240,66)	290.796.611,33	(52,55)
SP	CERQUEIRA CESAR	35	1140	9	1.256.004,00	41.597.107,00	3,02
SP	CHARQUEADA	35	1170	6	(1.056.789,53)	32.407.915,60	(3,26)
SP	CHAVANTES	35	5720	4	1.205.985,68	26.569.075,12	4,54
SP	CONCHAL	35	1220	9	6.143.230,32	60.204.969,58	10,20
SP	CORDEIROPOLIS	35	1240	7	(722.970,27)	93.973.860,08	(0,77)
SP	CORUMBATAI	35	1270	4	(1.665.010,45)	17.120.968,65	(9,72)
SP	COSMOPOLIS	35	1280	3	50.725.938,97	125.519.077,04	40,41
SP	COSMORAMA	35	1290	2	(1.549.007,64)	20.817.601,28	(7,44)
SP	COTIA	35	1300	9	27.583.681,05	569.715.728,11	4,84
SP	CRAVINHOS	35	1310	8	6.818.323,65	76.258.748,10	8,94
SP	CRUZALIA	35	1330	6	56.363,13	11.576.520,21	0,49
SP	CRUZEIRO	35	1340	5	10.235.607,92	129.107.491,68	7,93
SP	CUBATAO	35	1350	4	40.363.297,44	733.224.083,76	5,50
SP	DIADEMA	35	1380	1	166.068.342,15	898.317.292,25	18,49
SP	DOURADO	35	1430	4	(2.606.815,40)	18.125.602,41	(14,38)
SP	ELIAS FAUSTO	35	1490	8	(4.667.057,68)	40.910.492,31	(11,46)
SP	ENGENHEIRO COELHO	35	1515	2	4.451.969,28	33.874.949,26	13,14
SP	ESPIRITO SANTO DO PINHAL	35	1518	6	(10.543.806,93)	73.824.428,77	(14,28)
SP	FERNANDO PRESTES	35	1580	8	(1.810.268,30)	14.950.337,15	(12,11)
SP	FERNANDOPOLIS	35	1550	9	(13.949.606,46)	112.235.788,70	(12,43)
SP	FRANCA	35	1620	0	(141.181.479,67)	468.955.428,62	(30,11)
SP	GLICERIO	35	1710	9	(1.002.926,49)	15.563.776,67	(6,44)
SP	GUAIRA	35	1740	6	(584.922,53)	109.680.821,34	(0,53)
SP	GUAPIACU	35	1750	5	(2.860.005,90)	42.283.878,88	(6,76)
SP	GUARACI	35	1790	1	2.127.886,65	33.196.640,03	6,41
SP	GUARAREMA	35	1830	5	(32.331.829,72)	165.991.611,34	(19,48)
SP	GUARATINGUETA	35	1840	4	30.689.782,88	229.834.761,07	13,35
SP	GUAREI	35	1850	3	(2.669.059,58)	25.854.291,25	(10,32)
SP	GUARUJA	35	1870	1	153.717.492,84	913.817.570,05	16,82
SP	GUARULHOS	35	1880	0	1.875.746.364,28	2.899.497.970,53	64,69
SP	GUZOLANDIA	35	1890	9	(3.602.454,44)	12.535.101,37	(28,74)
SP	HORTOLANDIA	35	1907	1	(80.690.872,00)	489.180.958,85	(16,50)
SP	IBIRAREMA	35	1950	1	(1.760.294,53)	18.735.226,62	(9,40)
SP	IBITINGA	35	1960	0	(13.070.352,43)	89.916.267,63	(14,54)
SP	ILHA COMPRIDA	35	2042	6	(12.653 894,69)	62.857.414,12	(20,45)
SP	ILHABELA	35	2040	0	(28.431.350,90)	147.243.778,63	(19,31)
SP	INDAIATUBA	35	2050	9	(809.988.249,98)	616.658.793,27	(131,31)
SP	INUBIA PAULISTA	35	2080	6	(1.659.407,59)	11.495.494,17	(14,44)
SP	IPAUSSU	35	2090	5	1.122.862,83	32.781.528,89	3,43
SP	IPERO	35	2100	2	(6.303.142,17)	61.474.380,92	(10,25)
SP	IPEUNA	35	2110	1	(3.634.019,78)	22.269.838,28	(16,32)
SP	IPUA	35	2130	9	(4.951.032,20)	38.751.035,88	(12,78)
SP	ITABERA	35	2170	5	(6.950.862,98)	32.937.871,05	(21,10)
SP	ITAI	35	2180	4	2.529.062,58	56.797.833,01	4,45
SP	ITAJOBI	35	2190	3	(3.820.836,11)	37.010.510,18	(10,32)
SP	ITANHAEM	35	2210	9	35.587.898,27	242.623.195,21	14,67
SP	ITAPECERICA DA SERRA	35	2220	8	(57.350.161,43)	289.924.787,48	(19,78)
SP	ITAPEVA	35	2240	6	14.976.045,12	196.343.151,98	7,63
SP	ITAPOLIS	35	2270	3	8.770.474,96	77.885.385,18	8,89
SP	ITAPORANGA	35	2280	2	(4.787.762,63)	27.691.476,40	(17,29)
SP	ITAQUAQUECETUBA	35	2310	7	117.707.862,66	401.037.542,34	29,35
SP	ITARARE	35	2320	6	4.018.981,73	86.542.212,16	4,64
SP	ITATIBA	35	2340	4	(34.480.542,66)	254.372.010,10	(13,56)
SP	ITIRAPINA	35	2360	2	1.330.659,15	43.901.865,21	3,03
SP	ITU	35	2390	9	1.266.104,50	396.678.481,08	0,32
SP	ITUPEVA	35	2400	6	392.177,22	151.394.763,89	0,26
SP	JACAREI	35	2440	2	(29.682.027,98)	508.470.205,87	(5,68)
SP	JACUPIRANGA	35	2460	0	2.970.302,80	31.770.755,91	9,35
SP	JANDIRA	35	2500	3	37.591.920,98	15.544.597,46	241,83
SP	JARDINOPOLIS	35	2510	2	(11.971.401,70)	88.610.428,03	(13,51)
SP	JAU	35	2530	0	62.720.922,00	276.855.097,00	22,65
SP	JUNDIAI	35	2590	4	152.804.455,64	1.231.483.729,35	12,41
SP	LEME	35	2670	4	20.391.915,15	197.402.919,24	10,33
SP	LENCOIS PAULISTA	35	2680	3	(20.743.194,88)	158.514.589,22	(13,09)

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

SP	LIMEIRA	35	2690	2	(44.901.784,78)	629.254.613,15	(7,14)
SP	LINS	35	2710	8	(6.285.327,70)	135.192.745,45	(4,65)
SP	LOUVEIRA	35	2730	6	(266.427.790,24)	333.596.484,72	(79,87)
SP	LUCIANOPOLIS	35	2750	4	-	10.494.493,62	-
SP	MAGDA	35	2830	4	(861.498,93)	13.821.891,98	(6,23)
SP	MAIRINQUE	35	2840	3	(3.079.058,06)	104.207.669,08	(2,95)
SP	MARACAI	35	2880	9	(1.445.165,49)	33.753.266,79	(4,28)
SP	MARILIA	35	2900	5	179.670.471,41	510.611.899,02	35,23
SP	MARTINOPOLIS	35	2920	3	13.604.578,37	51.758.980,95	26,67
SP	MATAO	35	2930	2	51.113.711,77	154.280.704,76	33,13
SP	MENDONCA	35	2950	0	(1.375.976,15)	16.365.546,77	(8,41)
SP	MIGUELOPOLIS	35	2970	8	-	55.779.038,34	-
SP	MINEIROS DO TIETE	35	2980	7	1.694.165,57	21.445.985,18	7,90
SP	MOCOCA	35	3050	8	16.501.889,42	126.976.258,42	13,00
SP	MOJI MIRIM	35	3080	5	14.897.342,30	252.742.905,43	5,89
SP	MONTE AZUL PAULISTA	35	3150	6	341.788,01	43.960.939,02	0,78
SP	MORRO AGUDO	35	3190	2	(3.058.673,91)	85.478.647,25	(3,58)
SP	NHANDEARA	35	3260	3	(734.318,45)	24.302.819,68	(3,02)
SP	NOVA GUATAPORANGA	35	3310	6	(1.918.760,76)	9.096.400,97	(21,09)
SP	NOVA LUZITANIA	35	3330	4	(553.359,08)	10.758.831,26	(5,14)
SP	NOVA ODESSA	35	3340	3	(13.180.098,32)	127.226.842,33	(10,36)
SP	OLIMPIA	35	3390	8	16.240.089,36	124.971.930,87	12,99
SP	ONDA VERDE	35	3400	5	(6.322.599,48)	14.909.532,13	(42,41)
SP	ORINDIUVA	35	3420	3	-	23.055.916,27	-
SP	ORLANDIA	35	3430	2	4.102.422,86	106.489.247,02	3,85
SP	OSASCO	35	3440	1	913.663.246,00	1.493.891.233,00	61,16
SP	OSCAR BRESSANE	35	3450	0	(895.968,82)	10.471.250,55	(8,56)
SP	PACAEMBU	35	3490	6	(1.408.072,92)	25.520.879,25	(5,52)
SP	PAULO DE FARIA	35	3660	4	(1.348.897,65)	23.032.054,34	(5,86)
SP	PEDERNEIRAS	35	3670	3	(17.070.729,10)	88.656.803,95	(19,25)
SP	PEDRANOPOLIS	35	3690	1	(1.026.273,71)	10.804.852,31	(9,50)
SP	PEDREIRA	35	3710	7	9.184.825,22	93.428.897,97	9,83
SP	PEDRO DE TOLEDO	35	3720	6	(2.958.241,46)	23.573.149,09	(12,55)
SP	PENAPOLIS	35	3730	5	18.113.928,45	134.464.211,35	13,47
SP	PEREIRAS	35	3750	3	-	18.813.287,90	-
SP	PIEDADE	35	3780	0	(4.510.336,73)	77.112.593,33	(5,85)
SP	PINDAMONHANGABA	35	3800	6	(78.674.051,93)	322.798.747,57	(24,37)
SP	PIQUETE	35	3850	1	(1.536.933,66)	20.033.531,27	(7,67)
SP	PIRACAIA	35	3860	0	(2.361.991,41)	50.171.289,37	(4,71)
SP	PIRACICABA	35	3870	9	(111.205.172,60)	996.941.299,91	(11,15)
SP	PIRAJU	35	3880	8	1.747.861,16	58.755.148,40	2,97
SP	PIRASSUNUNGA	35	3930	1	(37.244.209,39)	160.844.559,78	(23,16)
SP	PITANGUEIRAS	35	3950	9	(750.772,07)	76.500.903,35	(0,98)
SP	PLATINA	35	3970	7	(845.470,55)	12.617.911,12	(6,70)
SP	POA	35	3980	6	(29.209.431,69)	274.144.426,62	(10,65)
SP	PONGAI	35	4010	1	(162.627,86)	11.572.764,24	(1,41)
SP	PORTO FELIZ	35	4060	6	(55.103.507,01)	136.148.675,48	(40,47)
SP	PORTO FERREIRA	35	4070	5	15.978.552,40	114.219.416,08	13,99
SP	POTIM	35	4075	4	(67.045,88)	31.598.809,20	(0,21)
SP	PRAIA GRANDE	35	4100	0	(87.876.296,84)	821.972.417,31	(10,69)
SP	PRATANIA	35	4105	9	(1.456.776,99)	13.095.826,51	(11,12)
SP	PRESIDENTE PRUDENTE	35	4140	6	(120.465.362,90)	409.227.542,07	(29,44)
SP	PROMISSAO	35	4160	4	(8.960.520,24)	76.722.945,39	(11,68)
SP	REGINOPOLIS	35	4250	3	(591.783,13)	17.608.709,66	(3,36)
SP	REGISTRO	35	4260	2	(606.551,75)	105.785.706,84	(0,57)
SP	RIBEIRAO BONITO	35	4290	9	(4.041.013,61)	28.079.925,46	(14,39)
SP	RIBEIRAO CORRENTE	35	4310	5	(1.050.597,31)	14.001.177,36	(7,50)
SP	RIBEIRAO PIRES	35	4330	3	35.891.764,98	191.756.549,02	18,72
SP	RIBEIRAO PRETO	35	4340	2	343.305.178,24	1.563.389.474,20	21,96
SP	RIO CLARO	35	4390	7	136.970.396,60	498.995.952,29	27,45
SP	RIO DAS PEDRAS	35	4400	4	10.736.439,37	79.094.927,57	13,57
SP	RIO GRANDE DA SERRA	35	4410	3	35.252.600,40	50.126.585,83	70,33
SP	RIOLANDIA	35	4420	2	(3.398.777,30)	26.006.120,78	(13,07)
SP	RIVERSUL	35	4350	1	2.803.231,86	12.765.240,27	21,96
SP	ROSEIRA	35	4430	1	(3.625.667,83)	22.890.660,28	(15,84)
SP	SALES OLIVEIRA	35	4490	5	(7.946.140,34)	27.731.308,61	(28,65)
SP	SALTO DE PIRAPORA	35	4530	8	(16.873.255,25)	83.585.413,19	(20,19)
SP	SANTA BARBARA D'OESTE	35	4580	3	(32.062.709,87)	340.136.580,54	(9,43)
SP	SANTA BRANCA	35	4600	9	604.191,00	31.565.483,00	1,91
SP	SANTA CRUZ DA CONCEICAO	35	4620	7	(899.971,51)	15.357.060,06	(5,86)

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

SP	SANTA CRUZ DA ESPERANCA	35	4625	6	770.096,30	10.643.447,26	7,24
SP	SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS	35	4630	6	(3.435.622,87)	48.602.208,17	(7,07)
SP	SANTA CRUZ DO RIO PARDO	35	4640	5	(10.087.474,58)	92.008.263,52	(10,96)
SP	SANTA ISABEL	35	4660	1	(11.559.576,48)	106.405.060,72	(10,86)
SP	SANTA RITA DO PASSA QUATRO	35	4750	2	(12.101.321,52)	64.741.918,71	(18,69)
SP	SANTA ROSA DE VITERBO	35	4760	1	16.150.510,38	44.928.474,76	35,95
SP	SANTANA DE PARNAIBA	35	4730	4	(102.586.785,90)	516.969.099,87	(19,84)
SP	SANTO ANASTACIO	35	4770	0	-	36.052.020,82	-
SP	SANTO ANDRE	35	4780	9	494.079.736,84	1.587.938.370,32	31,11
SP	SANTO ANTONIO DA ALEGRIA	35	4790	8	(1.172.071,28)	15.545.445,65	(7,54)
SP	SANTO ANTONIO DO ARACANGUA	35	4805	4	(3.319.920,46)	33.747.815,40	(9,84)
SP	SANTO ANTONIO DO JARDIM	35	4810	4	(1.831.609,38)	13.572.076,88	(13,50)
SP	SANTOS	35	4850	0	(3.063.713,78)	1.582.356.182,26	(0,19)
SP	SAO BENTO DO SAPUCAI	35	4860	9	1.263.877,46	20.258.606,08	6,24
SP	SAO BERNARDO DO CAMPO	35	4870	8	598.299.956,28	2.714.681.788,29	22,04
SP	SAO CAETANO DO SUL	35	4880	7	85.864.443,08	991.888.781,46	8,66
SP	SAO CARLOS	35	4890	6	10.093.296,63	536.085.593,41	1,88
SP	SAO JOAO DE IRACEMA	35	4925	0	(8.236.201,59)	10.191.902,85	(61,19)
SP	SAO JOAO DO PAU D'ALHO	35	4930	0	(811.166,68)	10.154.517,87	(7,99)
SP	SAO JOAQUIM DA BARRA	35	4940	9	(3.304.452,14)	91.495.909,00	(3,61)
SP	SAO JOSE DO RIO PRETO	35	4980	5	(73.913.297,52)	997.519.455,35	(7,41)
SP	SAO JOSE DOS CAMPOS	35	4990	4	(106.874.477,52)	1.666.474.100,73	(6,40)
SP	SAO MANUEL	35	5010	0	(42.612.320,68)	80.372.116,79	(53,02)
SP	SAO ROQUE	35	5060	5	(66.323.157,06)	186.888.055,66	(35,49)
SP	SAO SEBASTIAO	35	5070	4	8.962.597,21	461.387.523,04	1,94
SP	SAO SIMAO	35	5090	2	(1.184.669,05)	38.492.211,92	(3,08)
SP	SAO VICENTE	35	5100	9	421.036.166,44	621.405.812,62	67,76
SP	SEBASTIANOPOLIS DO SUL	35	5130	6	(1.644.080,33)	19.825.494,03	(8,29)
SP	SETE BARRAS	35	5160	1	2.838.642,37	26.800.125,72	10,59
SP	SEVERINIA	35	5190	0	425.999,61	35.605.114,77	1,20
SP	SOROCABA	35	5220	5	35.946.461,72	1.535.957.884,00	2,34
SP	SUD MENNUCCI	35	5230	4	(4.126.654,89)	26.481.022,80	(15,58)
SP	SUMARE	35	5240	3	308.183.732,17	493.165.436,12	62,49
SP	TAGUAI	35	5300	5	-	22.640.022,26	-
SP	TAIUVA	35	5320	3	(559.147,00)	13.972.134,00	(4,00)
SP	TAMBAU	35	5330	2	(2.626.385,90)	50.822.958,75	(5,17)
SP	TAPIRAI	35	5350	0	410.716,29	18.822.464,01	2,18
SP	TAQUARIVAI	35	5385	6	(2.425.874,23)	16.136.012,26	(15,03)
SP	TARUMA	35	5395	5	(3.510.011,31)	38.014.607,10	(9,23)
SP	TATUI	35	5400	3	3.165.032,48	216.277.231,03	1,46
SP	TAUBATE	35	5410	2	(108.316.938,42)	701.421.298,04	(15,44)
SP	TIETE	35	5450	8	(7.330.544,34)	100.778.798,61	(7,27)
SP	TUPA	35	5500	0	(8.851.820,28)	109.476.655,57	(8,09)
SP	UBATUBA	35	5540	6	6.793.687,91	185.091.436,29	3,67
SP	UCHOA	35	5560	4	28.797,03	24.073.018,22	0,12
SP	UNIAO PAULISTA	35	5570	3	(4.413.949,82)	10.131.961,92	(43,56)
SP	URUPES	35	5600	8	-	27.386.178,35	-
SP	VALENTIM GENTIL	35	5610	7	(7.362.684,16)	23.601.059,26	(31,20)
SP	VALINHOS	35	5620	6	278.582.830,97	345.135.092,07	80,72
SP	VISTA ALEGRE DO ALTO	35	5690	9	(3.878.970,78)	20.738.784,79	(18,70)
SP	VOTUPORANGA	35	5710	5	(27.011.314,83)	176.731.629,55	(15,28)
SP	ZACARIAS	35	5715	4	5.703,89	14.839.513,55	0,04
TO	ARAGUAINA	17	210	9	11.311.313,35	213.029.372,20	5,31
TO	OLIVEIRA DE FATIMA	17	1550	7	-	5.991.393,28	-
TO	PALMAS	17	2100	0	(111.277.295,81)	583.420.026,70	(19,07)

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

MG	SABINOPOLIS	31	5680	9	(1.127.156,83)	23.310.812,24	(4,84)
MG	SACRAMENTO	31	5690	8	(4.461.840,76)	66.971.607,48	(6,66)
MG	SALTO DA DIVISA	31	5710	4	(5.503.345,02)	15.811.975,13	(34,80)
MG	SANTA BARBARA	31	5720	3	(9.713.072,29)	66.692.196,33	(14,56)
MG	SANTA BARBARA DO LESTE	31	5725	2	(813.598,74)	11.927.185,83	(6,82)
MG	SANTA BARBARA DO TUGURIO	31	5730	2	(753.481,87)	10.201.392,31	(7,39)
MG	SANTA MARGARIDA	31	5790	6	(1.566.216,58)	22.770.925,65	(6,88)
MG	SANTA MARIA DE ITABIRA	31	5800	3	(4.977.606,02)	18.067.962,63	(27,55)
MG	SANTA RITA DE CALDAS	31	5920	9	(730.822,03)	13.616.678,42	(5,37)
MG	SANTA RITA DE JACUTINGA	31	5930	8	130.213,07	10.346.271,50	1,26
MG	SANTA RITA DO ITUETO	31	5950	6	668.698,98	10.029.516,78	6,67
MG	SANTA VITORIA	31	5980	3	18.452.440,06	68.073.908,01	27,11
MG	SANTANA DO MANHUACU	31	5890	4	2.543.659,68	15.441.175,91	16,47
MG	SANTANA DO PARAISO	31	5895	3	(3.599.285,89)	34.361.851,10	(10,47)
MG	SANTANA DO RIACHO	31	5900	1	(512.424,58)	9.671.440,13	(5,30)
MG	SANTANA DOS MONTES	31	5910	0	(1.511.198,93)	9.214.805,94	(16,40)
MG	SANTO ANTONIO DO RETIRO	31	6045	4	(2.108.401,19)	12.817.630,37	(16,45)
MG	SANTO ANTONIO DO RIO ABAIXO	31	6050	4	(1.276.973,35)	7.976.790,31	(16,03)
MG	SANTO HIPOLITO	31	6060	3	511.707,72	8.730.674,08	5,86
MG	SAO BRAS DO SUACUI	31	6080	0	(807.216,11)	11.654.891,96	(6,93)
MG	SAO DOMINGOS DAS DORES	31	6085	9	-	11.031.936,81	-
MG	SAO FELIX DE MINAS	31	6105	6	1.373.733,75	10.422.593,81	13,18
MG	SAO GERALDO	31	6150	2	(334.829,17)	12.717.254,03	(2,63)
MG	SAO GERALDO DO BAIXIO	31	6165	0	1.810.428,83	8.703.909,79	20,80
MG	SAO GONCALO DO ABAETE	31	6170	0	693.946,44	15.325.819,88	4,53
MG	SAO GONCALO DO SAPUCAI	31	6200	5	(1.541.815,35)	31.572.094,78	(4,88)
MG	SAO GOTARDO	31	6210	4	3.992.365,65	41.521.271,57	9,62
MG	SAO JOAO BATISTA DO GLORIA	31	6220	3	(1.750.215,62)	20.655.545,70	(8,47)
MG	SAO JOAO DA LAGOA	31	6225	2	-	10.258.624,35	-
MG	SAO JOAO DO MANHUACU	31	6255	9	91.701,42	16.387.980,32	0,56
MG	SAO JOAO DO PARAISO	31	6270	8	(1.015.726,27)	26.063.851,41	(3,90)
MG	SAO JOAO NEPOMUCENO	31	6290	6	(3.503.790,32)	33.485.821,15	(10,46)
MG	SAO JOSE DA LAPA	31	6295	5	(2.588.345,10)	39.603.032,78	(6,54)
MG	SAO JOSE DO ALEGRE	31	6320	1	-	8.280.066,33	-
MG	SAO LOURENCO	31	6370	6	849.184,75	78.318.783,36	1,08
MG	SAO MIGUEL DO ANTA	31	6380	5	(60.007,83)	10.923.248,76	(0,55)
MG	SAO PEDRO DA UNIAO	31	6390	4	(997.158,60)	11.106.647,93	(8,98)
MG	SAO PEDRO DO SUACUI	31	6410	0	64.470,31	10.415.119,59	0,62
MG	SAO ROQUE DE MINAS	31	6430	8	4.773.735,67	13.710.652,91	34,82
MG	SAO SEBASTIAO DA BELA VISTA	31	6440	7	(105.843,84)	10.492.645,60	(1,01)
MG	SAO SEBASTIAO DO MARANHAO	31	6450	6	(1.698.648,41)	13.276.365,06	(12,79)
MG	SAO SEBASTIAO DO RIO VERDE	31	6490	2	58.410,54	7.892.890,73	0,74
MG	SAO THOME DAS LETRAS	31	6520	6	(340.851,47)	12.014.413,45	(2,84)
MG	SAO TIAGO	31	6500	8	(1.544.085,90)	13.708.383,94	(11,26)
MG	SAO TOMAS DE AQUINO	31	6510	7	496.788,22	13.480.387,08	3,69
MG	SARZEDO	31	6553	7	3.417.056,22	66.514.998,04	5,14
MG	SEM-PEIXE	31	6556	0	(718.037,14)	10.457.733,10	(6,87)
MG	SENADOR AMARAL	31	6557	8	(1.349.001,57)	10.430.909,27	(12,93)
MG	SENADOR JOSE BENTO	31	6580	0	(502.276,68)	7.838.028,59	(6,41)
MG	SENHORA DE OLIVEIRA	31	6600	6	(1.351.044,60)	9.921.640,57	(13,62)
MG	SENHORA DO PORTO	31	6610	5	(367.155,77)	10.463.996,67	(3,51)
MG	SENHORA DOS REMEDIOS	31	6620	4	(361.763,18)	11.980.747,88	(3,02)
MG	SERICITA	31	6630	3	(838.498,17)	11.162.560,45	(7,51)
MG	SERITINGA	31	6640	2	(486.852,73)	7.751.664,10	(6,28)
MG	SERRA DA SAUDADE	31	6660	0	(1.738.795,16)	7.900.714,36	(22,01)
MG	SERRANIA	31	6690	7	(959.396,36)	14.142.623,97	(6,78)
MG	SERRANOS	31	6700	4	19.049,39	7.603.466,47	0,25
MG	SERRO	31	6710	3	(3.796.286,68)	27.400.023,78	(13,86)
MG	SETUBINHA	31	6555	2	128.380,71	12.010.053,28	1,07
MG	SILVEIRANIA	31	6730	1	196.073,67	7.400.020,18	2,65
MG	SIMONESIA	31	6760	8	(774.581,93)	23.627.688,91	(3,28)
MG	SOBRALIA	31	6770	7	937.127,56	9.917.880,59	9,45
MG	TAPARUBA	31	6805	1	109.356,53	8.119.196,13	1,35
MG	TAPIRAI	31	6820	0	97.825,61	7.783.784,99	1,26
MG	TARUMIRIM	31	6840	8	(2.800.137,53)	16.995.220,05	(16,48)
MG	TIRADENTES	31	6880	4	(2.537.987,56)	13.471.620,23	(18,84)
MG	TOCOS DO MOJI	31	6905	9	(1.318.782,20)	8.792.202,06	(15,00)
MG	TOLEDO	31	6910	9	(2.296.159,13)	11.109.890,24	(20,67)
MG	TOMBOS	31	6920	8	(1.584.343,96)	15.114.156,70	(10,48)
MG	TRES MARIAS	31	6935	6	21.812.616,73	64.901.845,04	33,61

Relação Divida Consolidada Liquida/Receita Corrente Liquida dos Municipios (DCL/RCL)

MG	TUMIRITINGA	31	6950	5	1.740.912,88	12.733.990,42	13,67
MG	TURVOLANDIA	31	6960	2	(1.023.700,47)	9.848.787,24	(10,39)
MG	UBAPORANGA	31	7005	7	(1.645.433,71)	15.005.851,59	(10,97)
MG	UNIAO DE MINAS	31	7043	8	1.545.903,19	12.966.037,08	11,92
MG	URUANA DE MINAS	31	7047	9	(93.639,34)	10.806.997,14	(0,87)
MG	URUCANIA	31	7050	3	1.761.727,55	17.339.516,03	10,16
MG	VARGEM BONITA	31	7060	2	1.373.736,29	8.956.197,33	15,34
MG	VARGEM GRANDE DO RIO PARDO	31	7065	1	305.717,30	9.948.534,08	3,07
MG	VARJAO DE MINAS	31	7075	0	(336.892,48)	12.566.823,96	(2,68)
MG	VEREDINHA	31	7107	1	-	11.160.587,46	-
MG	VIEIRAS	31	7140	2	(756.230,45)	9.239.474,90	(8,18)
MG	VIRGOLANDIA	31	7190	7	(586.373,89)	10.984.592,29	(5,16)
MG	VISCONDE DO RIO BRANCO	31	7200	4	2.300.016,31	49.746.145,36	4,62
MG	WENCESLAU BRAZ	31	7220	2	-	7.613.897,40	-
MS	ALCINOPOLIS	50	25	2	(2.989.728,35)	25.099.479,96	(11,91)
MS	ANTONIO JOAO	50	90	6	(5.879.653,35)	19.791.775,89	(29,71)
MS	APARECIDA DO TABOADO	50	100	3	(4.964.006,23)	57.357.845,78	(8,65)
MS	ARAL MOREIRA	50	124	3	(2.997.680,74)	24.825.465,48	(12,08)
MS	BRASILANDIA	50	230	8	(5.315.166,98)	41.061.436,62	(12,94)
MS	CAARAPO	50	240	7	(4.852.373,62)	51.423.713,97	(9,44)
MS	CAMAPUA	50	260	5	(1.464.089,12)	34.592.489,73	(4,23)
MS	CASSILANDIA	50	290	2	(1.673.360,27)	44.406.492,36	(3,77)
MS	COXIM	50	330	6	-	61.582.492,04	-
MS	FIGUEIRAO	50	390	0	(2.458.722,83)	13.582.636,91	(18,10)
MS	IGUATEMI	50	430	4	(3.350.090,72)	31.544.005,02	(10,62)
MS	ITAQUIRAI	50	460	1	1.189.389,08	35.557.535,89	3,34
MS	IVINHEMA	50	470	0	-	47.174.179,58	-
MS	JAPORA	50	480	9	(875.754,13)	16.011.063,06	(5,47)
MS	JATEI	50	510	3	(5.713.427,67)	33.267.836,43	(17,17)
MS	JUTI	50	515	2	2.827.512,09	16.887.730,47	16,74
MS	LAGUNA CARAPA	50	525	1	(3.446.327,67)	11.957.773,33	(28,82)
MS	MARACAJU	50	540	0	14.801.995,62	93.381.004,18	15,85
MS	MIRANDA	50	560	8	-	46.747.053,47	-
MS	NAVIRAI	50	570	7	(5.529.300,35)	108.766.906,10	(5,08)
MS	NOVA ALVORADA DO SUL	50	600	2	(3.179.080,15)	20.851.905,54	(15,25)
MS	NOVA ANDRADINA	50	620	0	(19.179.097,00)	95.866.758,00	(20,01)
MS	NOVO HORIZONTE DO SUL	50	625	9	(1.888.963,75)	14.395.418,30	(13,12)
MS	PARAISO DAS AGUAS	50	627	5	(3.162.514,53)	8.096.883,75	(39,06)
MS	PEDRO GOMES	50	640	8	3.004.277,72	19.192.782,60	15,65
MS	RIBAS DO RIO PARDO	50	710	9	53.822,74	60.721.178,62	0,09
MS	RIO BRILHANTE	50	720	8	(6.759.080,64)	91.324.983,50	(7,40)
MS	RIO NEGRO	50	730	7	5.981.597,42	12.723.919,10	47,01
MS	ROCHEDO	50	750	5	(9.986.041,16)	14.305.011,68	(69,81)
MS	SANTA RITA DO PARDO	50	755	4	-	21.152.194,76	-
MS	SIDROLANDIA	50	790	1	-	95.517.366,73	-
MS	TERENOS	50	800	8	(10.463.945,73)	36.714.270,54	(28,50)
MS	VICENTINA	50	840	4	901.339,35	14.066.855,04	6,41
MT	ARAGUAINHA	51	120	9	2.857.860,55	6.708.245,35	42,60
MT	PONTAL DO ARAGUAIA	51	665	3	(1.558.836,53)	5.206.462,61	(29,94)
MT	PORTO ESTRELA	51	685	1	-	9.903.036,53	-
MT	SERRA NOVA DOURADA	51	788	3	(566.849,57)	7.265.656,92	(7,80)
PA	JURUTI	15	390	3	3.288.234,25	89.935.992,83	3,66
PE	AFOGADOS DA INGAZEIRA	26	10	4	(5.659.221,11)	50.493.375,18	(11,21)
PE	BETANIA	26	180	5	(1.044.694,92)	21.787.563,56	(4,79)
PE	BODOCO	26	200	1	-	53.964.960,00	-
PE	BOM JARDIM	26	220	9	(655.281,51)	45.037.246,68	(1,45)
PE	BREJINHO	26	250	6	(2.063.818,91)	11.672.032,68	(17,68)
PE	CARNAIBA	26	390	0	1.792.987,99	31.872.841,74	5,63
PE	CASINHAS	26	415	5	5.237.104,78	26.365.872,23	19,86
PE	FLORES	26	560	8	(1.024.378,67)	31.987.349,69	(3,20)
PE	GRANITO	26	630	9	-	15.361.533,10	-
PE	IGUARACI	26	690	3	(2.430.006,46)	16.629.145,38	(14,61)
PE	ILHA DE ITAMARACA	26	760	4	-	36.500.333,84	-
PE	ITACURUBA	26	740	6	4.284.534,08	23.526.575,85	18,21
PE	ITAPETIM	26	770	3	(605.306,81)	15.569.231,15	(3,88)
PE	MACAPARANA	26	900	6	1.012.440,52	34.539.063,23	2,93
PE	OROBO	26	970	9	15.835.093,84	36.676.674,94	43,58
PE	PASSIRA	26	1050	9	1.848.772,43	37.621.354,76	4,91
PE	QUIXABA	26	1153	3	3.472.734,12	13.564.295,09	25,60
PE	SANTA CRUZ	26	1245	5	-	25.874.195,77	-

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

PE	SANTA TEREZINHA	26	1280	2	1.752.138,24	18.994.310,44	9,28
PE	SAO JOSE DA COROA GRANDE	26	1340	4	(497.603,82)	28.271.177,79	(1,76)
PE	SAO JOSE DO EGITO	26	1360	2	(2.060.157,98)	41.354.648,50	(4,98)
PE	SAO VICENTE FERRER	26	1380	0	(995.575,17)	28.896.967,67	(3,45)
PE	TACARATU	26	1480	8	(4.831.697,34)	28.710.248,82	(16,83)
PE	TAMANDARE	26	1485	7	21.740.490,85	41.194.140,69	52,78
PE	TRIUNFO	26	1570	6	(4.893.626,10)	23.391.698,99	(20,92)
PR	ADRIANOPOLIS	41	20	2	(773.675,68)	15.865.412,17	(4,88)
PR	AGUDOS DO SUL	41	30	1	(24.036,44)	13.021.127,34	(0,18)
PR	ALTAMIRA DO PARANA	41	45	9	121.563,34	10.093.712,03	1,20
PR	ALTO PARAISO	41	2662	5	(1.429.226,23)	14.480.694,36	(9,87)
PR	ALTO PARANA	41	60	8	(926.025,20)	21.085.842,29	(4,39)
PR	ALTONIA	41	50	9	1.444.829,31	32.457.870,67	4,45
PR	AMAPORA	41	90	5	(2.738.121,54)	12.185.867,07	(22,47)
PR	AMPERE	41	100	2	(2.936.820,48)	29.252.019,86	(10,04)
PR	ANAHY	41	105	1	317.589,31	9.241.479,75	3,44
PR	ANDIRA	41	110	1	(1.188.432,12)	37.152.029,44	(3,20)
PR	ARAPOTI	41	160	6	-	43.405.827,32	-
PR	ARARUNA	41	170	5	1.141.294,35	21.601.205,97	5,28
PR	ARIRANHA DO IVAI	41	185	3	(673.617,17)	9.114.363,69	(7,39)
PR	ASSAI	41	190	3	353.709,80	27.753.982,96	1,27
PR	ASSIS CHATEAUBRIAND	41	200	0	(6.780.576,13)	54.758.965,77	(12,38)
PR	ASTORGA	41	210	9	393.943,77	39.600.228,71	0,99
PR	BALSA NOVA	41	230	7	(9.903.312,44)	29.933.871,86	(33,08)
PR	BANDEIRANTES	41	240	6	9.052.016,96	41.190.439,94	21,98
PR	BARBOSA FERRAZ	41	250	5	1.395.398,33	19.107.584,81	7,30
PR	BELA VISTA DA CAROBA	41	275	2	(729.090,14)	9.342.734,07	(7,80)
PR	BOA ESPERANCA	41	300	8	(416.709,38)	13.029.488,69	(3,20)
PR	BOA ESPERANCA DO IGUACU	41	302	4	(832.775,00)	10.360.326,96	(8,04)
PR	BOA VENTURA DE SAO ROQUE	41	304	0	(2.993.612,13)	14.387.299,68	(20,81)
PR	BOA VISTA DA APARECIDA	41	305	7	(869.709,35)	17.092.993,95	(5,09)
PR	BRAGANEY	41	335	4	(689.649,24)	11.587.077,76	(5,95)
PR	BRASILANDIA DO SUL	41	337	0	(473.606,94)	10.292.687,85	(4,60)
PR	CAFELANDIA	41	345	3	(4.944.119,80)	33.642.437,74	(14,70)
PR	CAFEZAL DO SUL	41	347	9	(286.839,37)	10.856.066,84	(2,64)
PR	CALIFORNIA	41	350	3	(2.004.660,83)	12.747.488,40	(15,73)
PR	CAMBARA	41	360	2	2.061.536,22	34.082.104,09	6,05
PR	CAMPINA DA LAGOA	41	390	9	6.690.172,34	22.234.843,71	30,09
PR	CAMPINA DO SIMAO	41	395	8	(166.314,66)	10.707.937,96	(1,55)
PR	CAMPINA GRANDE DO SUL	41	400	6	196.896,93	70.998.988,05	0,28
PR	CAMPO DO TENENTE	41	410	5	876.780,77	876.780,77	100,00
PR	CAMPO MAGRO	41	425	3	(411.866,02)	43.522.328,72	(0,95)
PR	CANDIDO DE ABREU	41	440	2	(7.777.641,14)	24.318.273,78	(31,98)
PR	CARLOPOLIS	41	470	9	2.477.855,16	23.259.700,51	10,65
PR	CEU AZUL	41	530	0	(5.349.386,27)	30.942.354,75	(17,29)
PR	CHOPINZINHO	41	540	9	(911.327,58)	46.529.652,76	(1,96)
PR	CLEVELANDIA	41	570	6	(982.976,86)	25.953.641,07	(3,79)
PR	CONTENDA	41	620	9	(8.496.181,99)	25.264.963,21	(33,63)
PR	CORONEL DOMINGOS SOARES	41	645	6	(4.110.288,40)	17.666.887,11	(23,27)
PR	CORONEL VIVIDA	41	650	6	(1.394.773,79)	37.033.422,89	(3,77)
PR	CRUZEIRO DO IGUACU	41	657	1	(515.745,79)	13.522.446,34	(3,81)
PR	CRUZEIRO DO SUL	41	670	4	-	11.408.579,57	-
PR	DIAMANTE D'OESTE	41	715	7	(2.702.465,76)	12.353.748,86	(21,88)
PR	DOIS VIZINHOS	41	720	7	4.011.117,11	64.875.987,21	6,18
PR	DOUTOR CAMARGO	41	730	6	2.304.410,31	11.147.786,16	20,67
PR	DOUTOR ULYSSES	41	2863	3	4.744.444,54	11.320.319,68	41,91
PR	ENTRE RIOS DO OESTE	41	753	8	(2.388.361,71)	18.822.883,55	(12,69)
PR	ESPERANCA NOVA	41	752	0	(934.178,63)	8.331.587,49	(11,21)
PR	ESPIGAO ALTO DO IGUACU	41	754	6	1.530.072,99	11.990.752,36	12,76
PR	FAROL	41	755	3	785.802,81	10.638.264,47	7,39
PR	FLOR DA SERRA DO SUL	41	785	0	(308.836,83)	12.788.329,44	(2,41)
PR	FLORESTA	41	790	0	(2.105.066,68)	12.328.030,71	(17,08)
PR	FLORESTOPOLIS	41	800	7	10.435.356,96	16.351.517,65	63,82
PR	FOZ DO JORDAO	41	845	2	(1.955.845,18)	13.294.704,83	(14,71)
PR	GOIOERE	41	860	1	5.117.438,33	41.523.595,44	12,32
PR	GUAMIRANGA	41	895	7	(2.302.613,50)	15.126.830,33	(15,22)
PR	GUARANIACU	41	930	2	(1.293.664,95)	27.830.238,96	(4,65)
PR	GUARATUBA	41	960	9	(21.084.447,59)	75.278.799,11	(28,01)
PR	HONORIO SERPA	41	965	8	(176.818,58)	13.503.484,79	(1,31)
PR	ICARAIMA	41	990	8	1.959.907,16	16.117.023,76	12,16

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

PR	IGUARACU	41	1000	3	(2.966.409,60)	11.443.702,56	(25,92)
PR	IGUATU	41	1005	2	117.648,79	8.371.565,02	1,41
PR	IMBITUVA	41	1010	2	(1.327.341,65)	41.615.643,87	(3,19)
PR	IPIRANGA	41	1050	8	(2.711.678,97)	25.722.637,35	(10,54)
PR	IRACEMA DO OESTE	41	1065	6	(364.568,37)	8.375.921,36	(4,35)
PR	IRETAMA	41	1080	5	3.095.177,18	19.147.232,85	16,17
PR	ITAPEJARA D'OESTE	41	1120	9	(492.031,94)	20.632.449,04	(2,38)
PR	ITAPERUCU	41	1125	8	(431.725,51)	31.277.175,85	(1,38)
PR	IVAIPORA	41	1150	6	(907.427,05)	41.255.752,47	(2,20)
PR	IVATUBA	41	1160	5	96.669,54	9.033.958,07	1,07
PR	JABOTI	41	1170	4	-	10.099.745,92	-
PR	JACAREZINHO	41	1180	3	(598.745,22)	61.740.617,73	(0,97)
PR	JAGUARIAIVA	41	1200	9	(22.720.731,83)	60.023.074,80	(37,85)
PR	JANIOPOLIS	41	1220	7	1.005.017,59	12.259.073,49	8,20
PR	JAPIRA	41	1230	6	(698.391,72)	10.632.007,42	(6,57)
PR	JAPURA	41	1240	5	(1.548.906,31)	13.676.879,95	(11,32)
PR	JARDIM ALEGRE	41	1250	4	(5.230.629,34)	19.932.733,31	(26,24)
PR	JATAIZINHO	41	1270	2	(874.171,74)	10.948.470,97	(7,98)
PR	JURANDA	41	1295	9	117.535,32	14.908.879,40	0,79
PR	KALORE	41	1310	6	2.335.157,38	10.829.281,67	21,56
PR	LAPA	41	1320	5	218.258,67	71.434.721,91	0,31
PR	LARANJAL	41	1325	4	(918.325,10)	11.870.297,84	(7,74)
PR	LARANJEIRAS DO SUL	41	1330	4	(4.909.770,71)	50.870.087,18	(9,65)
PR	LINDOESTE	41	1345	2	(957.351,44)	11.049.066,35	(8,66)
PR	LOANDA	41	1350	2	(6.553.792,24)	33.050.895,49	(19,83)
PR	LUIZIANA	41	1373	4	(1.658.050,07)	17.493.648,30	(9,48)
PR	MAMBORE	41	1400	5	(4.091.553,11)	29.096.348,16	(14,06)
PR	MANDIRITUBA	41	1430	2	(1.086.056,39)	35.973.568,47	(3,02)
PR	MANOEL RIBAS	41	1450	0	(4.075.224,82)	22.903.235,66	(17,79)
PR	MARIA HELENA	41	1470	8	(444.171,73)	10.947.698,72	(4,06)
PR	MARILUZ	41	1510	1	2.463.260,31	18.045.376,70	13,65
PR	MARIOPOLIS	41	1530	9	(1.079.167,36)	15.092.901,44	(7,15)
PR	MARQUINHO	41	1545	7	738.702,16	11.653.618,03	6,34
PR	MARUMBI	41	1550	7	784.669,40	10.185.622,05	7,70
PR	MATELANDIA	41	1560	6	(5.035.573,35)	33.737.447,01	(14,93)
PR	MATINHOS	41	1570	5	(9.238.504,64)	71.542.219,33	(12,91)
PR	MAUA DA SERRA	41	1575	4	(5.961.112,25)	17.279.233,84	(34,50)
PR	MEDIANEIRA	41	1580	4	4.743.048,92	67.967.422,68	6,98
PR	MERCEDES	41	1585	3	(1.988.559,47)	17.719.922,23	(11,22)
PR	MIRASELVA	41	1600	0	285.269,49	8.091.924,81	3,53
PR	MISSAL	41	1605	9	(2.819.417,57)	28.483.469,57	(9,90)
PR	MOREIRA SALES	41	1610	9	(556.895,16)	20.439.152,74	(2,72)
PR	MUNHOZ DE MELO	41	1630	7	458.389,63	11.176.591,54	4,10
PR	NOSSA SENHORA DAS GRACAS	41	1640	6	2.967.284,73	8.838.374,02	33,80
PR	NOVA AMERICA DA COLINA	41	1660	4	(920.827,47)	10.673.609,25	(8,63)
PR	NOVA AURORA	41	1670	3	(1.093.770,98)	23.316.296,28	(4,69)
PR	NOVA CANTU	41	1680	2	(117.705,92)	12.305.462,35	(0,96)
PR	NOVA ESPERANCA	41	1690	1	2.960.337,06	39.381.009,49	7,52
PR	NOVA ESPERANCA DO SUDOESTE	41	1695	0	234.820,90	12.144.763,80	1,93
PR	NOVA LARANJEIRAS	41	1705	7	(1.656.507,97)	20.822.656,35	(7,96)
PR	NOVA LONDRINA	41	1710	7	9.926.223,79	23.552.492,88	42,15
PR	NOVA PRATA DO IGUACU	41	1725	5	2.199.785,40	21.851.125,64	10,07
PR	NOVA SANTA ROSA	41	1722	2	(211.972,74)	18.256.591,65	(1,16)
PR	NOVA TEBAS	41	1727	1	(173.039,28)	13.579.669,04	(1,27)
PR	OURIZONA	41	1740	4	(1.097.337,30)	9.984.779,33	(10,99)
PR	OURO VERDE DO OESTE	41	1745	3	(3.847.672,19)	14.568.019,11	(26,41)
PR	PALMAS	41	1760	2	(38.081,62)	61.005.107,39	(0,06)
PR	PALMEIRA	41	1770	1	5.718.334,15	53.330.973,07	10,72
PR	PALOTINA	41	1790	9	(4.488.603,08)	59.451.968,83	(7,55)
PR	PARAISO DO NORTE	41	1800	6	(4.191.646,32)	19.670.362,35	(21,31)
PR	PARANACITY	41	1810	5	(2.619.811,85)	18.772.098,49	(13,96)
PR	PATO BRAGADO	41	1845	1	(4.945.913,52)	22.702.105,55	(21,79)
PR	PAULA FREITAS	41	1860	0	530.499,00	11.921.183,52	4,45
PR	PEROLA	41	1890	7	(3.341.600,90)	20.653.250,94	(16,18)
PR	PEROLA D'OESTE	41	1900	4	794.807,63	12.761.535,13	6,23
PR	PIEN	41	1910	3	(1.730.789,15)	23.935.109,35	(7,23)
PR	PINHALAO	41	1920	2	(2.311.087,49)	12.137.090,23	(19,04)
PR	PITANGA	41	1960	8	876.739,01	47.607.777,89	1,84
PR	PITANGUEIRAS	41	1965	7	609.404,58	9.662.257,63	6,31
PR	PLANALTO	41	1980	6	(3.284.063,96)	22.799.395,87	(14,40)

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

PR	PORTO AMAZONAS	41	2010	1	(1.021.754,09)	10.656.529,79	(9,59)
PR	PRADO FERREIRA	41	2033	3	(1.380.109,19)	9.533.182,98	(14,48)
PR	PRANCHITA	41	2035	8	(2.473.201,76)	12.116.840,14	(20,41)
PR	PRIMEIRO DE MAIO	41	2050	7	(1.934.473,22)	21.086.673,55	(9,17)
PR	QUARTO CENTENARIO	41	2065	5	(475.131,22)	12.443.655,81	(3,82)
PR	QUATRO BARRAS	41	2080	4	(909.314,89)	49.749.343,94	(1,83)
PR	QUATRO PONTES	41	2085	3	(2.174.078,35)	12.088.692,94	(17,99)
PR	QUEDAS DO IGUACU	41	2090	3	5.671.002,49	46.749.554,38	12,13
PR	QUITANDINHA	41	2120	8	(2.088.324,07)	27.529.711,57	(7,59)
PR	RANCHO ALEGRE D'OESTE	41	2135	6	16.167,18	9.936.774,71	0,16
PR	REALEZA	41	2140	6	(1.655.299,86)	25.514.182,04	(6,49)
PR	REBOUCAS	41	2150	5	(12.018.986,25)	23.629.219,12	(50,86)
PR	RENASCENCA	41	2160	4	(2.169.783,76)	15.496.745,59	(14,00)
PR	RESERVA	41	2170	3	(4.616.618,79)	39.100.413,88	(11,81)
PR	RIO AZUL	41	2200	8	(4.241.676,38)	24.356.346,09	(17,42)
PR	RIO BOM	41	2210	7	3.702.147,63	8.589.203,78	43,10
PR	RIO BONITO DO IGUACU	41	2215	6	(9.415.998,22)	29.487.383,55	(31,93)
PR	RIO BRANCO DO SUL	41	2220	6	26.737.918,58	63.893.030,31	41,85
PR	RIO NEGRO	41	2230	5	(3.228.414,44)	50.918.087,93	(6,34)
PR	RONDON	41	2260	2	110.471,70	16.947.468,52	0,65
PR	SALTO DO LONTRA	41	2300	6	1.993.486,92	24.033.897,47	8,29
PR	SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO	41	2330	3	(433.314,05)	13.950.181,68	(3,11)
PR	SANTA HELENA	41	2350	1	(22.278.809,77)	89.430.223,39	(24,91)
PR	SANTA IZABEL DO OESTE	41	2380	8	986.353,43	20.679.797,08	4,77
PR	SANTA MARIA DO OESTE	41	2385	7	915.994,00	18.410.058,58	4,98
PR	SANTA MARIANA	41	2390	7	2.303.928,05	18.990.530,13	12,13
PR	SANTA TEREZINHA DE ITAIPU	41	2405	3	(11.666.560,34)	43.543.948,02	(26,79)
PR	SANTO ANTONIO DA PLATINA	41	2410	3	4.440.522,62	55.544.137,40	7,99
PR	SAO CARLOS DO IVAI	41	2460	8	(1.274.222,54)	15.255.972,49	(8,35)
PR	SAO JOAO DO IVAI	41	2500	1	922.745,52	19.111.987,60	4,83
PR	SAO JORGE DO PATROCINIO	41	2535	7	(1.731.068,73)	18.309.838,31	(9,45)
PR	SAO JORGE D'OESTE	41	2520	9	(3.935.361,98)	29.220.519,80	(13,47)
PR	SAO JOSE DAS PALMEIRAS	41	2545	6	(1.993.965,66)	9.746.684,72	(20,46)
PR	SAO MANOEL DO PARANA	41	2555	5	(3.324.805,91)	9.908.446,89	(33,56)
PR	SAO PEDRO DO IGUACU	41	2575	3	(1.431.782,99)	12.381.519,20	(11,56)
PR	SAO PEDRO DO PARANA	41	2590	2	(935.008,27)	9.557.194,94	(9,78)
PR	SAO TOME	41	2610	8	(4.658.087,44)	12.855.595,34	(36,23)
PR	SAUDADE DO IGUACU	41	2627	2	1.252.634,05	20.053.009,59	6,25
PR	SENGES	41	2630	6	(147.251,84)	29.786.604,15	(0,49)
PR	SERRANOPOLIS DO IGUACU	41	2635	5	338.696,29	17.732.135,83	1,91
PR	SERTANEJA	41	2640	5	(1.466.710,44)	17.462.452,25	(8,40)
PR	SULINA	41	2665	2	431.795,71	10.281.490,41	4,20
PR	TAPEJARA	41	2680	1	3.083.378,16	24.977.669,92	12,34
PR	TAPIRA	41	2690	0	208.496,22	12.262.470,99	1,70
PR	TEIXEIRA SOARES	41	2700	7	(852.990,01)	19.278.971,77	(4,42)
PR	TERRA BOA	41	2720	5	(1.481.726,50)	29.541.280,01	(5,02)
PR	TERRA RICA	41	2730	4	(377.703,04)	26.670.904,83	(1,42)
PR	TERRA ROXA	41	2740	3	301.183,82	28.803.891,61	1,05
PR	TIJUCAS DO SUL	41	2760	1	5.292.289,14	24.001.900,43	22,05
PR	TRES BARRAS DO PARANA	41	2785	8	1.755.789,22	25.763.216,19	6,82
PR	TUPASSI	41	2795	7	(4.510.028,26)	18.190.008,34	(24,79)
PR	TURVO	41	2796	5	(3.016.336,25)	24.819.355,18	(12,15)
PR	UBIRATA	41	2800	5	2.578.899,68	37.609.921,36	6,86
PR	VIRMOND	41	2865	8	(122.461,12)	10.974.409,04	(1,12)
PR	XAMBRE	41	2880	7	1.001.045,89	12.276.790,75	8,15
RJ	AREAL	33	22	5	11.064.926,50	40.865.573,20	27,08
RJ	CASIMIRO DE ABREU	33	130	6	304.379,30	248.269.516,40	0,12
RJ	CORDEIRO	33	150	4	-	47.849.575,40	-
RJ	ITALVA	33	205	6	(3.046.559,40)	40.553.309,41	(7,51)
RJ	ITATIAIA	33	225	4	(3.872.522,60)	110.886.753,80	(3,49)
RJ	LAJE DO MURIAE	33	230	4	(3.681.363,10)	31.610.075,90	(11,65)
RJ	PARAIBA DO SUL	33	370	8	(866.689,60)	73.251.169,20	(1,18)
RJ	PARATI	33	380	7	-	173.904.534,10	-
RJ	PATY DO ALFERES	33	385	6	-	61.686.733,00	-
RJ	PORTO REAL	33	411	0	(28.468.105,10)	196.569.044,40	(14,48)
RJ	RIO CLARO	33	440	9	5.198.699,00	64.048.613,00	8,12
RJ	RIO DAS FLORES	33	450	8	(6.113.658,30)	40.998.217,60	(14,91)
RJ	SANTA MARIA MADALENA	33	460	7	12.061,00	46.095.144,20	0,03
RJ	SAO FIDELIS	33	480	5	10.902.600,50	68.965.206,90	15,81
RN	ACARI	24	10	9	7.884.783,07	16.102.842,01	48,97

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

RN	EQUADOR	24	340	0	351.785,02	11.261.609,48	3,12
RN	GUAMARE	24	450	7	(5.568.090,75)	61.654.687,96	(9,03)
RN	JARDIM DO SERIDO	24	570	2	(1.565.511,66)	15.999.288,63	(9,78)
RN	JUCURUTU	24	610	6	479.015,00	26.097.431,18	1,84
RN	NISIA FLORESTA	24	820	1	12.778.226,51	37.074.381,78	34,47
RN	PARELHAS	24	890	4	1.899.341,95	26.435.227,64	7,18
RN	PRESIDENTE JUSCELINO	24	1030	8	2.587.365,42	15.026.977,03	17,88
RN	SANTANA DO MATOS	24	1140	3	4.640.692,33	20.486.531,47	22,65
RN	SANTANA DO SERIDO	24	1142	9	(443.894,17)	8.268.341,93	(5,37)
RN	SAO JOAO DO SABUGI	24	1210	4	(888.961,98)	9.606.854,10	(9,25)
RO	ALTA FLORESTA D'OESTE	11	1	5	(2.133.911,33)	40.937.385,84	(5,21)
RO	ALTO ALEGRE DOS PARECIS	11	37	9	(4.345.633,94)	22.111.016,96	(19,65)
RO	ALTO PARAISO	11	40	3	(5.470.627,50)	28.699.619,07	(19,06)
RO	ALVORADA D'OESTE	11	34	6	(1.749.758,21)	26.666.926,30	(6,56)
RO	BURITIS	11	45	2	(4.754.633,99)	46.743.650,38	(10,17)
RO	CABIXI	11	3	1	(3.927.686,78)	14.369.528,03	(27,33)
RO	CACAULANDIA	11	60	1	(5.869.337,72)	14.328.538,38	(40,96)
RO	COLORADO DO OESTE	11	6	4	(5.452.844,82)	26.523.212,12	(20,56)
RO	ESPIGAO D'OESTE	11	9	8	(5.864.321,08)	43.276.218,23	(13,55)
RO	MONTE NEGRO	11	140	1	2.032.617,39	26.493.181,82	7,67
RO	PIMENTEIRAS DO OESTE	11	146	8	(1.056.455,99)	11.445.066,42	(9,23)
RO	PRIMAVERA DE RONDONIA	11	147	6	(1.368.428,69)	9.926.247,88	(13,79)
RO	SAO FRANCISCO DO GUAPORE	11	149	2	(1.354.310,20)	31.191.181,44	(4,34)
RO	SAO MIGUEL DO GUAPORE	11	32	0	814.744,53	36.377.297,23	2,24
RO	VALE DO PARAISO	11	160	7	(2.019.120,65)	16.497.693,52	(12,24)
RS	ACEGUA	43	3	4	(4.432.686,19)	16.746.471,51	(26,47)
RS	AGUA SANTA	43	5	9	(595.379,39)	12.916.649,43	(4,61)
RS	AGUDO	43	10	9	610.201,69	23.738.929,13	2,57
RS	ALECRIM	43	30	7	(3.523.717,47)	11.944.291,28	(29,50)
RS	ALMIRANTE TAMANDARE DO SUL	43	47	1	(2.608.965,94)	9.737.547,41	(26,79)
RS	ALPESTRE	43	50	5	(1.076.987,65)	17.629.256,72	(6,11)
RS	ALTO FELIZ	43	57	0	(2.385.020,08)	9.976.376,68	(23,91)
RS	AMARAL FERRADOR	43	63	8	750.238,41	12.638.114,22	5,94
RS	AMETISTA DO SUL	43	64	6	(13.101.973,00)	15.114.640,00	(86,68)
RS	ANDRE DA ROCHA	43	66	1	(2.587.423,39)	8.572.699,44	(30,18)
RS	ANTA GORDA	43	70	3	95.461,98	13.490.869,26	0,71
RS	ANTONIO PRADO	43	80	2	(812.030,90)	26.785.442,40	(3,03)
RS	ARAMBARE	43	85	1	(27.094.247,20)	12.736.269,95	(212,73)
RS	ARATIBA	43	90	1	-	34.718.221,30	-
RS	ARROIO DO PADRE	43	107	3	(2.854.475,24)	10.471.638,69	(27,26)
RS	ARROIO DO SAL	43	105	7	(3.432.465,57)	25.456.505,64	(13,48)
RS	ARROIO DO TIGRE	43	120	6	(2.427.003,68)	21.637.546,34	(11,22)
RS	ARVOREZINHA	43	140	4	(8.450.601,95)	19.239.913,46	(43,92)
RS	AUGUSTO PESTANA	43	150	3	(3.268.935,25)	15.967.898,50	(20,47)
RS	AUREA	43	155	2	(1.682.976,34)	9.477.150,64	(17,76)
RS	BARAO	43	165	1	(68.174,66)	13.645.047,48	(0,50)
RS	BARRA DO QUARAI	43	187	5	(1.613.370,84)	13.898.277,11	(11,61)
RS	BARRA DO RIO AZUL	43	192	5	-	8.720.627,61	-
RS	BARRA FUNDA	43	195	8	46.737,00	10.715.677,64	0,44
RS	BARRACAO	43	180	0	(1.569.578,32)	14.502.937,09	(10,82)
RS	BENJAMIN CONSTANT DO SUL	43	205	5	391.554,23	8.949.443,57	4,38
RS	BOA VISTA DO BURICA	43	220	4	(1.359.832,05)	15.001.909,95	(9,06)
RS	BOA VISTA DO CADEADO	43	222	0	-	12.176.064,51	-
RS	BOA VISTA DO SUL	43	225	3	(2.898.752,51)	13.299.063,93	(21,80)
RS	BOM JESUS	43	230	3	10.416.065,49	23.682.206,89	43,99
RS	BOM PRINCIPIO	43	235	2	739.895,69	32.300.291,39	2,29
RS	BOM PROGRESSO	43	237	8	(745.370,23)	8.116.108,13	(9,18)
RS	BOM RETIRO DO SUL	43	240	2	(2.329.154,95)	19.904.004,17	(11,70)
RS	BOQUEIRAO DO LEAO	43	245	1	(15.517.930,68)	15.483.846,92	(100,22)
RS	BOSSOROCA	43	250	1	(1.411.869,07)	17.120.644,24	(8,25)
RS	BOZANO	43	258	4	(622.522,23)	8.242.014,08	(7,55)
RS	BRAGA	43	260	0	121.804,41	9.655.374,00	1,26
RS	BROCHIER	43	265	9	(704.882,65)	11.943.174,67	(5,90)
RS	BUTIA	43	270	9	10.442.715,97	30.820.632,95	33,88
RS	CACEQUI	43	290	7	5.849.576,41	22.894.507,12	25,55
RS	CACIQUE DOBLE	43	320	2	11.083.145,10	10.540.167,94	105,15
RS	CAIBATE	43	330	1	(1.321.771,50)	11.417.631,83	(11,58)
RS	CAICARA	43	340	0	(156.578,10)	12.009.207,85	(1,30)
RS	CAMPESTRE DA SERRA	43	387	3	(145.390,40)	11.658.699,49	(1,25)
RS	CAMPINA DAS MISSOES	43	370	7	(2.151.196,29)	12.705.785,07	(16,93)

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

RS	CAMPINAS DO SUL	43	380	6	(3.866.714,79)	14.237.260,53	(27,16)
RS	CAMPO NOVO	43	400	2	(694.221,39)	12.068.933,80	(5,75)
RS	CANDELARIA	43	420	0	(35.858.667,47)	42.382.268,69	(84,61)
RS	CANDIDO GODOI	43	430	9	(285.372,69)	13.881.295,38	(2,06)
RS	CANDIOTA	43	435	8	(3.040.215,33)	40.069.875,31	(7,59)
RS	CANELA	43	440	8	(28.987.170,59)	85.929.222,34	(33,73)
RS	CANUDOS DO VALE	43	461	4	(358.233,53)	8.106.771,43	(4,42)
RS	CAPAO BONITO DO SUL	43	462	2	(1.112.554,40)	9.503.114,77	(11,71)
RS	CAPAO DO CIPO	43	465	5	(4.059.575,13)	12.917.771,15	(31,43)
RS	CAPELA DE SANTANA	43	468	9	(1.477.709,11)	17.895.738,10	(8,26)
RS	CAPITAO	43	469	7	(1.441.344,95)	12.136.375,83	(11,88)
RS	CAPIVARI DO SUL	43	467	1	(5.242.905,81)	12.939.212,01	(40,52)
RS	CARLOS BARBOSA	43	480	4	(5.897.732,14)	64.430.183,68	(9,15)
RS	CARLOS GOMES	43	485	3	238.731,81	7.293.093,65	3,27
RS	CASEIROS	43	495	2	(3.918.614,24)	9.930.379,48	(39,46)
RS	CATUIPE	43	500	9	(1.321.266,47)	17.587.567,92	(7,51)
RS	CENTENARIO	43	511	6	(902.291,63)	9.608.881,14	(9,39)
RS	CERRO GRANDE	43	515	7	(145.439,00)	8.890.243,00	(1,64)
RS	CERRO GRANDE DO SUL	43	517	3	(9.975.647,39)	20.839.600,38	(47,87)
RS	CERRO LARGO	43	520	7	355.132,30	23.927.635,56	1,48
RS	CHAPADA	43	530	6	(2.279.020,00)	20.366.510,44	(11,18)
RS	CHARQUEADAS	43	535	5	3.036.186,42	80.175.863,48	3,79
RS	CHARRUA	43	537	1	(3.767.986,26)	8.776.637,81	(42,93)
RS	CHUVISCA	43	544	7	(2.101.978,53)	11.536.599,61	(18,22)
RS	CIDREIRA	43	545	4	13.096.096,12	38.236.432,28	34,25
RS	CIRIACO	43	550	4	(2.312.165,68)	11.761.546,98	(19,66)
RS	COLINAS	43	558	7	(475.769,66)	9.923.481,07	(4,79)
RS	COLORADO	43	560	3	(7.547.476,75)	12.094.505,08	(62,40)
RS	CONDOR	43	570	2	(275.846,92)	15.987.170,41	(1,73)
RS	CONSTANTINA	43	580	1	(334.042,90)	18.986.050,48	(1,76)
RS	COQUEIRO BAIXO	43	583	5	(740.289,71)	8.066.791,84	(9,18)
RS	COQUEIROS DO SUL	43	585	0	(2.169.645,09)	9.940.004,03	(21,83)
RS	CORONEL BARROS	43	587	1	(2.375.175,28)	10.831.705,88	(21,93)
RS	CORONEL BICACO	43	590	0	179.141,76	14.818.038,52	1,21
RS	CORONEL PILAR	43	593	4	-	8.577.813,70	-
RS	COTIPORA	43	595	9	(2.030.976,00)	12.144.411,00	(16,72)
RS	COXILHA	43	597	5	(865.374,36)	11.042.549,08	(7,84)
RS	CRISSIUMAL	43	600	7	(4.635.716,49)	25.190.909,18	(18,40)
RS	CRISTAL	43	605	6	(1.852.710,52)	13.764.707,43	(13,46)
RS	CRUZEIRO DO SUL	43	620	5	(847.738,61)	21.177.776,31	(4,00)
RS	DAVID CANABARRO	43	630	4	(1.212.907,50)	11.229.059,03	(10,80)
RS	DERRUBADAS	43	632	0	(1.985.234,28)	12.059.387,65	(16,46)
RS	DOIS IRMAOS	43	640	3	(9.238.898,10)	58.540.065,21	(15,78)
RS	DOM FELICIANO	43	650	2	(4.067.722,26)	27.214.903,93	(14,95)
RS	DOM PEDRITO	43	660	1	(9.336.789,32)	64.758.301,88	(14,42)
RS	DOM PEDRO DE ALCANTARA	43	655	1	116.195,40	8.047.717,91	1,44
RS	DOUTOR MAURICIO CARDOSO	43	673	4	(2.661.222,00)	14.675.933,00	(18,13)
RS	DOUTOR RICARDO	43	675	9	(110.597,22)	8.400.733,38	(1,32)
RS	ELDORADO DO SUL	43	676	7	(6.411.132,55)	71.575.624,80	(8,96)
RS	ENCANTADO	43	680	9	(2.330.511,77)	39.950.008,30	(5,83)
RS	ENTRE RIOS DO SUL	43	695	7	(2.838.789,06)	13.370.020,63	(21,22)
RS	ERNESTINA	43	705	4	(1.000.579,01)	10.650.599,77	(9,39)
RS	ERVAL GRANDE	43	720	3	(583.952,54)	11.539.503,44	(5,06)
RS	ERVAL SECO	43	730	2	(622.186,26)	13.265.788,15	(4,69)
RS	ESMERALDA	43	740	1	-	12.597.579,00	-
RS	ESTANCIA VELHA	43	760	9	3.404.068,51	82.180.051,73	4,14
RS	ESTRELA	43	780	7	(7.510.312,77)	61.148.468,00	(12,28)
RS	EUGENIO DE CASTRO	43	783	1	(1.194.938,23)	11.128.060,08	(10,74)
RS	FAGUNDES VARELA	43	786	4	(1.411.617,85)	10.970.168,73	(12,87)
RS	FAXINALZINHO	43	805	2	(896.289,44)	9.067.268,53	(9,88)
RS	FAZENDA VILANOVA	43	807	8	(589.635,00)	12.851.318,00	(4,59)
RS	FELIZ	43	810	2	(4.711.687,98)	28.272.386,66	(16,67)
RS	FLORIANO PEIXOTO	43	825	0	-	7.934.287,08	-
RS	FONTOURA XAVIER	43	830	0	(359.600,94)	18.585.690,39	(1,94)
RS	FORMIGUEIRO	43	840	9	(2.836.236,54)	12.329.168,99	(23,00)
RS	FORQUETINHA	43	843	3	(2.050.151,92)	8.560.406,11	(23,95)
RS	FREDERICO WESTPHALEN	43	850	8	(15.079.795,58)	44.358.716,71	(34,00)
RS	GARIBALDI	43	860	7	1.175.168,43	70.026.392,51	1,68
RS	GARRUCHOS	43	865	6	(441.790,07)	15.151.508,35	(2,92)
RS	GENTIL	43	885	4	(975.316,57)	8.718.510,97	(11,19)

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

RS	GETULIO VARGAS	43	890	4	4.718.757,10	27.685.420,10	17,04
RS	GIRUA	43	900	1	(1.064.266,60)	38.703.940,97	(2,75)
RS	GLORINHA	43	905	0	(2.765.675,06)	21.943.924,28	(12,60)
RS	GRAMADO	43	910	0	(27.082.434,60)	122.544.989,32	(22,10)
RS	GRAMADO DOS LOUREIROS	43	912	6	579.505,27	8.751.668,78	6,62
RS	GRAMADO XAVIER	43	915	9	(1.456.669,88)	10.055.442,56	(14,49)
RS	GUABIJU	43	925	8	(2.360.340,06)	8.224.969,28	(28,70)
RS	HARMONIA	43	955	5	(2.400.006,57)	14.747.633,34	(16,27)
RS	HERVAL	43	710	4	-	14.935.807,34	-
RS	HERVEIRAS	43	957	1	(1.623.588,07)	9.099.462,34	(17,84)
RS	HORIZONTINA	43	960	5	(17.706.186,12)	46.936.008,44	(37,72)
RS	HUMAITA	43	970	4	(5.004.625,98)	14.042.606,77	(35,64)
RS	IBARAMA	43	975	3	(1.394.635,99)	11.418.840,99	(12,21)
RS	IBIACA	43	980	3	(810.324,73)	13.837.454,00	(5,86)
RS	IBIRAIARAS	43	990	2	(5.461,60)	15.121.705,38	(0,04)
RS	IBIRAPUITA	43	995	1	-	11.966.593,90	-
RS	IBIRUBA	43	1000	9	(1.886.416,78)	38.881.753,19	(4,85)
RS	IGREJINHA	43	1010	8	(1.480.051,65)	66.265.024,33	(2,23)
RS	ILOPOLIS	43	1030	6	(2.395.276,84)	10.547.597,00	(22,71)
RS	IMIGRANTE	43	1036	3	(741.373,59)	13.359.205,53	(5,55)
RS	INDEPENDENCIA	43	1040	5	(69.764,89)	13.626.897,93	(0,51)
RS	IPE	43	1043	9	(692.287,39)	14.291.080,06	(4,84)
RS	IPIRANGA DO SUL	43	1046	2	(3.711.549,08)	9.796.092,68	(37,89)
RS	IRAI	43	1050	4	(833.734,12)	12.622.497,96	(6,61)
RS	ITATIBA DO SUL	43	1070	2	103.124,79	10.805.316,69	0,95
RS	IVORA	43	1075	1	(1.650.771,71)	8.765.140,31	(18,83)
RS	IVOTI	43	1080	1	(7.207.467,08)	40.304.641,36	(17,88)
RS	JACUIZINHO	43	1087	6	-	9.031.624,92	-
RS	JACUTINGA	43	1090	0	(1.379.391,37)	9.991.575,17	(13,81)
RS	JAGUARI	43	1110	6	678.886,61	20.373.343,66	3,33
RS	JARI	43	1113	0	(4.428.483,11)	11.467.734,66	(38,62)
RS	JOIA	43	1115	5	(1.852.202,67)	21.329.346,27	(8,68)
RS	JULIO DE CASTILHOS	43	1120	5	(214.736,58)	37.064.157,56	(0,58)
RS	LAGOA DOS TRES CANTOS	43	1127	0	(969.552,03)	9.105.771,56	(10,65)
RS	LAGOA VERMELHA	43	1130	4	(10.624.852,85)	46.007.656,23	(23,09)
RS	LAJEADO DO BUGRE	43	1142	9	(26.485,85)	8.431.276,88	(0,34)
RS	LAVRAS DO SUL	43	1150	2	(2.131.198,80)	18.417.632,23	(11,57)
RS	LINDOLFO COLLOR	43	1162	7	177.224,40	12.585.774,85	1,41
RS	LINHA NOVA	43	1164	3	(2.251.265,45)	7.132.952,96	(31,56)
RS	MACAMBARA	43	1171	8	462.898,27	14.548.234,10	3,18
RS	MACHADINHO	43	1170	0	(4.346.954,51)	12.888.037,59	(33,73)
RS	MARATA	43	1179	1	(1.513.277,50)	9.684.832,96	(15,63)
RS	MARAU	43	1180	9	(5.774.640,83)	76.401.412,98	(7,56)
RS	MARCELINO RAMOS	43	1190	8	(2.857.658,13)	11.564.930,78	(24,71)
RS	MARIANA PIMENTEL	43	1198	1	(3.620.449,88)	10.464.462,42	(34,60)
RS	MARIANO MORO	43	1200	5	(1.672.359,78)	9.039.121,01	(18,50)
RS	MATA	43	1210	4	398.190,11	11.519.046,38	3,46
RS	MATO CASTELHANO	43	1213	8	(109.109,88)	10.384.096,51	(1,05)
RS	MATO LEITAO	43	1215	3	(1.290.608,70)	12.070.207,45	(10,69)
RS	MATO QUEIMADO	43	1217	9	(1.768.781,19)	9.040.668,41	(19,56)
RS	MINAS DO LEAO	43	1225	2	(2.477.984,07)	14.950.722,28	(16,57)
RS	MIRAGUAI	43	1230	2	1.082.018,53	10.015.433,01	10,80
RS	MONTAURI	43	1235	1	(2.255.478,42)	9.622.754,94	(23,44)
RS	MONTE ALEGRE DOS CAMPOS	43	1237	7	(1.689.786,55)	12.621.234,21	(13,39)
RS	MONTE BELO DO SUL	43	1238	5	(2.492.089,73)	10.355.794,53	(24,06)
RS	MORMACO	43	1242	7	(263.752,68)	9.773.772,49	(2,70)
RS	MORRO REDONDO	43	1245	0	(3.128.365,52)	11.843.002,50	(26,42)
RS	MORRO REUTER	43	1247	8	(741.948,62)	13.699.621,78	(5,42)
RS	MOSTARDAS	43	1250	0	1.240.103,70	25.482.153,39	4,87
RS	MUCUM	43	1260	9	(931.444,42)	12.528.571,77	(7,43)
RS	MUITOS CAPOES	43	1261	7	156.250,02	12.484.208,18	1,25
RS	MULITERNO	43	1262	5	(776.791,91)	9.314.700,15	(8,34)
RS	NAO-ME-TOQUE	43	1265	8	(7.190.120,11)	37.393.575,86	(19,23)
RS	NICOLAU VERGUEIRO	43	1267	4	(1.448.212,07)	8.246.292,29	(17,56)
RS	NONOAI	43	1270	8	3.874.706,37	21.953.760,05	17,65
RS	NOVA ALVORADA	43	1275	7	(2.480.496,69)	11.903.668,22	(20,84)
RS	NOVA ARACA	43	1280	7	(2.805.180,86)	12.882.903,31	(21,77)
RS	NOVA BASSANO	43	1290	6	(9.923.353,87)	22.949.952,33	(43,24)
RS	NOVA BOA VISTA	43	1295	5	(777.511,18)	9.456.177,16	(8,22)
RS	NOVA CANDELARIA	43	1301	1	(2.121.159,28)	10.641.853,15	(19,93)

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

RS	NOVA ESPERANCA DO SUL	43	1303	7	1.040.799,95	10.491.323,03	9,92
RS	NOVA HARTZ	43	1306	0	(376.252,19)	35.130.959,45	(1,07)
RS	NOVA PALMA	43	1310	2	(1.137.655,85)	15.825.263,07	(7,19)
RS	NOVA PETROPOLIS	43	1320	1	(14.012.888,61)	43.174.275,03	(32,46)
RS	NOVA PRATA	43	1330	0	(5.080.264,69)	54.432.523,21	(9,33)
RS	NOVA RAMADA	43	1333	4	(3.084.989,85)	9.982.910,15	(30,90)
RS	NOVA ROMA DO SUL	43	1335	9	-	13.337.857,75	-
RS	NOVO CABRAIS	43	1339	1	-	11.257.101,41	-
RS	NOVO MACHADO	43	1342	5	(1.727.970,05)	11.237.381,19	(15,38)
RS	NOVO TIRADENTES	43	1344	1	(958.606,50)	9.007.703,75	(10,64)
RS	PAIM FILHO	43	1360	7	(658.655,66)	11.049.343,71	(5,96)
RS	PALMARES DO SUL	43	1365	6	(808.604,57)	24.475.234,46	(3,30)
RS	PALMEIRA DAS MISSOES	43	1370	6	(24.123.113,52)	55.862.957,16	(43,18)
RS	PALMITINHO	43	1380	5	(2.322.319,65)	13.700.575,44	(16,95)
RS	PANAMBI	43	1390	4	(12.218.258,66)	92.752.822,13	(13,17)
RS	PARAI	43	1400	1	(2.754.646,85)	17.228.818,93	(15,99)
RS	PARAISO DO SUL	43	1402	7	(728.585,82)	13.642.074,60	(5,34)
RS	PASSO DO SOBRADO	43	1407	6	(1.274.789,27)	13.340.430,89	(9,56)
RS	PAULO BENTO	43	1413	4	(1.403.000,19)	8.204.418,16	(17,10)
RS	PAVERAMA	43	1415	9	364.267,00	12.370.252,00	2,94
RS	PEDRAS ALTAS	43	1417	5	-	11.681.518,52	-
RS	PEJUCARA	43	1430	8	(205.692,76)	14.097.077,48	(1,46)
RS	PICADA CAFE	43	1442	3	(2.488.860,95)	17.716.251,01	(14,05)
RS	PINHAL DA SERRA	43	1446	4	(1.509.421,32)	15.745.992,90	(9,59)
RS	PINHAL GRANDE	43	1447	2	(3.553.967,74)	16.324.836,13	(21,77)
RS	PINHEIRINHO DO VALE	43	1449	8	(526.825,82)	11.415.158,19	(4,62)
RS	PINTO BANDEIRA	43	1453	0	-	4.007.809,14	-
RS	PIRAPO	43	1455	5	(1.568.180,87)	8.834.780,17	(17,75)
RS	PIRATINI	43	1460	5	1.289.440,06	35.107.560,65	3,67
RS	PLANALTO	43	1470	4	(1.168.626,97)	16.516.774,64	(7,08)
RS	POCO DAS ANTAS	43	1475	3	(1.862.052,94)	9.306.863,88	(20,01)
RS	PONTAO	43	1477	9	(123.805,91)	13.009.760,12	(0,95)
RS	PONTE PRETA	43	1478	7	-	8.868.928,00	-
RS	PORTAO	43	1480	3	4.442.756,76	58.454.178,09	7,60
RS	PORTO MAUA	43	1505	7	(1.897.142,53)	9.222.800,54	(20,57)
RS	PORTO VERA CRUZ	43	1507	3	(998.552,43)	8.139.670,72	(12,27)
RS	PORTO XAVIER	43	1510	7	-	19.307.506,03	-
RS	PRESIDENTE LUCENA	43	1514	9	(1.917.431,18)	9.033.338,12	(21,23)
RS	PROGRESSO	43	1515	6	(499.693,36)	12.802.975,24	(3,90)
RS	PUTINGA	43	1520	6	(387.891,76)	12.895.665,33	(3,01)
RS	QUINZE DE NOVEMBRO	43	1535	4	(1.017.199,60)	12.895.327,78	(7,89)
RS	REDENTORA	43	1540	4	2.664.345,87	16.870.678,31	15,79
RS	RESTINGA SECA	43	1550	3	(4.116.779,48)	26.753.135,55	(15,39)
RS	RIO DOS INDIOS	43	1555	2	311.205,80	10.494.467,72	2,97
RS	ROCA SALES	43	1580	0	(1.707.622,84)	20.189.388,45	(8,46)
RS	RODEIO BONITO	43	1590	9	(1.607.203,13)	12.842.412,02	(12,51)
RS	ROLADOR	43	1595	8	(984.105,39)	10.414.883,77	(9,45)
RS	RONDA ALTA	43	1610	5	(338.575,89)	20.113.071,53	(1,68)
RS	RONDINHA	43	1620	4	(373.609,35)	12.196.927,17	(3,06)
RS	ROSARIO DO SUL	43	1640	2	6.810.673,41	52.965.154,36	12,86
RS	SALDANHA MARINHO	43	1643	6	(579.582,87)	9.615.195,51	(6,03)
RS	SALVADOR DAS MISSOES	43	1647	7	(1.432.258,77)	10.657.770,17	(13,44)
RS	SALVADOR DO SUL	43	1650	1	1.253.284,61	16.995.015,13	7,37
RS	SANANDUVA	43	1660	0	28.935.682,10	28.008.859,59	103,31
RS	SANTA BARBARA DO SUL	43	1670	9	1.920.229,91	22.146.606,84	8,67
RS	SANTA CLARA DO SUL	43	1675	8	-	13.613.078,50	-
RS	SANTA MARIA DO HERVAL	43	1695	6	(385.519,55)	13.210.462,98	(2,99)
RS	SANTA TEREZA	43	1725	1	(2.098.530,00)	7.826.940,42	(26,81)
RS	SANTIAGO	43	1740	0	1.381.913,87	69.634.690,57	1,98
RS	SANTO ANTONIO DA PATRULHA	43	1760	8	(8.419.118,99)	64.385.574,65	(13,08)
RS	SANTO ANTONIO DO PALMA	43	1755	8	(1.568.893,77)	10.041.771,83	(15,62)
RS	SANTO ANTONIO DO PLANALTO	43	1775	6	(174.166,65)	10.370.908,72	(1,68)
RS	SANTO EXPEDITO DO SUL	43	1795	4	(226.680,25)	9.121.232,01	(2,51)
RS	SAO DOMINGOS DO SUL	43	1805	1	-	9.709.395,20	-
RS	SAO FRANCISCO DE ASSIS	43	1810	1	1.562.502,28	34.294.310,04	4,56
RS	SAO FRANCISCO DE PAULA	43	1820	0	(8.197.926,31)	37.908.255,74	(21,63)
RS	SAO JERONIMO	43	1840	8	(18.231.281,51)	32.888.559,23	(58,48)
RS	SAO JOAO DA URTIGA	43	1842	4	-	11.647.363,68	-
RS	SAO JORGE	43	1844	0	(1.371.850,94)	8.765.760,67	(15,61)
RS	SAO JOSE DO HERVAL	43	1846	5	(485.972,81)	10.972.020,07	(4,43)

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

RS	SAO JOSE DO HORTENCIO	43	1848	1	(4.341.185,53)	12.589.546,82	(34,48)
RS	SAO JOSE DO INHACORA	43	1849	9	(1.277.733,09)	9.214.767,85	(13,87)
RS	SAO JOSE DO NORTE	43	1850	7	(12.339.458,87)	35.108.139,69	(35,15)
RS	SAO JOSE DO OURO	43	1860	6	(1.252.694,05)	13.721.827,40	(9,13)
RS	SAO JOSE DO SUL	43	1861	4	(1.490.579,65)	11.128.313,34	(13,39)
RS	SAO LOURENCO DO SUL	43	1880	4	(17.217.315,81)	69.863.634,12	(24,64)
RS	SAO MARCOS	43	1900	0	(2.202.237,45)	43.122.561,59	(5,11)
RS	SAO MARTINHO	43	1910	9	389.161,77	12.334.198,96	3,16
RS	SAO MARTINHO DA SERRA	43	1912	5	(182.347,66)	9.175.603,79	(1,99)
RS	SAO MIGUEL DAS MISSOES	43	1915	8	(4.546.308,45)	20.457.898,59	(22,22)
RS	SAO PEDRO DA SERRA	43	1935	6	(2.077.741,87)	11.520.816,31	(18,03)
RS	SAO PEDRO DO BUTIA	43	1937	2	(322.081,30)	10.898.197,44	(2,96)
RS	SAO PEDRO DO SUL	43	1940	6	(21.580.373,81)	28.884.076,71	(74,71)
RS	SAO SEBASTIAO DO CAI	43	1950	5	1.841.374,24	44.189.548,99	4,17
RS	SAO SEPE	43	1960	4	(27.295.076,00)	40.030.591,00	(68,19)
RS	SAO VALENTIM	43	1970	3	(2.008.363,59)	10.627.179,57	(18,90)
RS	SAO VALENTIM DO SUL	43	1971	1	(2.218.040,34)	8.693.685,88	(25,51)
RS	SAO VALERIO DO SUL	43	1973	7	(854.584,72)	8.178.418,51	(10,45)
RS	SAO VENDELINO	43	1975	2	(490.047,00)	9.764.958,00	(5,02)
RS	SAO VICENTE DO SUL	43	1980	2	(3.572.330,98)	17.056.697,41	(20,94)
RS	SARANDI	43	2010	7	(5.446.598,88)	37.233.373,57	(14,63)
RS	SEBERI	43	2020	6	(4.892.565,65)	20.137.434,43	(24,30)
RS	SEDE NOVA	43	2023	0	(1.739.251,53)	10.509.510,03	(16,55)
RS	SEGREDO	43	2026	3	(12.741.487,45)	15.318.867,20	(83,18)
RS	SELBACH	43	2030	5	(1.704.033,10)	12.507.292,87	(13,62)
RS	SENADOR SALGADO FILHO	43	2032	1	(1.663.946,45)	9.355.416,30	(17,79)
RS	SERAFINA CORREA	43	2040	4	(2.090.781,85)	34.515.309,23	(6,06)
RS	SERIO	43	2045	3	(1.835.511,27)	9.448.089,60	(19,44)
RS	SEVERIANO DE ALMEIDA	43	2060	2	(1.034.724,19)	11.425.916,48	(9,06)
RS	SILVEIRA MARTINS	43	2065	1	(47.001,99)	8.384.837,08	(0,56)
RS	SINIMBU	43	2067	7	(5.251.649,46)	17.363.918,11	(30,24)
RS	SOBRADINHO	43	2070	1	(457.457,65)	26.559.117,15	(1,72)
RS	TABAI	43	2085	9	(833.616,85)	10.663.189,35	(7,82)
RS	TAPEJARA	43	2090	9	(5.713.375,26)	37.128.262,15	(15,39)
RS	TAPERA	43	2100	6	427.207,04	20.135.089,85	2,12
RS	TAPES	43	2110	5	-	39.395.879,25	-
RS	TAQUARI	43	2130	3	2.255.236,74	35.029.759,78	6,44
RS	TAQUARUCU DO SUL	43	2132	9	(2.861.441,82)	10.334.545,64	(27,69)
RS	TENENTE PORTELA	43	2140	2	1.783.584,67	24.052.747,34	7,42
RS	TERRA DE AREIA	43	2143	6	(3.645.170,52)	17.475.838,67	(20,86)
RS	TEUTONIA	43	2145	1	(7.369.241,16)	55.067.558,39	(13,38)
RS	TIO HUGO	43	2146	9	439.453,42	10.002.513,84	4,39
RS	TIRADENTES DO SUL	43	2147	7	(2.083.698,95)	11.952.566,22	(17,43)
RS	TOROPI	43	2149	3	(2.137.370,40)	8.574.492,93	(24,93)
RS	TRAMANDAI	43	2160	0	(16.485.764,06)	121.050.009,67	(13,62)
RS	TRES ARROIOS	43	2163	4	(1.626.887,40)	10.582.293,01	(15,37)
RS	TRES CACHOEIRAS	43	2166	7	(4.799.627,78)	17.434.073,82	(27,53)
RS	TRES DE MAIO	43	2180	8	(442.541,85)	35.276.256,96	(1,25)
RS	TRES PALMEIRAS	43	2185	7	(2.258.879,54)	12.925.956,84	(17,48)
RS	TRES PASSOS	43	2190	7	(5.489.119,09)	45.318.457,66	(12,11)
RS	TRINDADE DO SUL	43	2195	6	18.389,22	12.694.136,50	0,14
RS	TRIUNFO	43	2200	4	26.208.269,00	154.332.494,00	16,98
RS	TUCUNDUVA	43	2210	3	(190.604,60)	11.166.092,05	(1,71)
RS	TUPANCI DO SUL	43	2218	6	(782.679,66)	8.472.226,46	(9,24)
RS	TUPANDI	43	2225	1	(750.369,70)	20.782.133,00	(3,61)
RS	TUPARENDI	43	2230	1	(639.291,44)	16.167.924,28	(3,95)
RS	TURUCU	43	2232	7	(2.428.611,65)	10.750.326,45	(22,59)
RS	UBIRETAMA	43	2234	3	(2.458.182,50)	8.490.636,41	(28,95)
RS	VALE DO SOL	43	2253	3	(2.734.640,60)	20.929.555,21	(13,07)
RS	VALE REAL	43	2254	1	123.747,38	11.745.398,25	1,05
RS	VALE VERDE	43	2252	5	(814.905,32)	10.014.429,79	(8,14)
RS	VANINI	43	2255	8	(1.017.609,49)	8.624.644,86	(11,80)
RS	VERA CRUZ	43	2270	7	(3.508.242,20)	45.203.822,17	(7,76)
RS	VESPASIANO CORREA	43	2285	5	(2.028.599,73)	9.086.778,94	(22,32)
RS	VIADUTOS	43	2290	5	(1.714.908,83)	11.737.755,90	(14,61)
RS	VICENTE DUTRA	43	2310	1	(1.850.692,97)	11.109.812,03	(16,66)
RS	VICTOR GRAEFF	43	2320	0	(925.810,43)	11.643.517,72	(7,95)
RS	VILA FLORES	43	2330	9	(160.645,18)	12.051.597,73	(1,33)
RS	VILA LANGARO	43	2335	8	(818,04)	9.925.169,29	(0,01)
RS	VILA MARIA	43	2340	8	(1.932.684,25)	14.822.517,25	(13,04)

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

RS	VILA NOVA DO SUL	43	2345	7	(2.018.147,67)	10.174.778,06	(19,83)
RS	VISTA ALEGRE	43	2350	7	(1.097.721,95)	9.406.958,54	(11,67)
RS	VISTA ALEGRE DO PRATA	43	2360	6	397.566,80	10.216.736,79	3,89
RS	VISTA GAUCHA	43	2370	5	206.297,69	10.639.113,01	1,90
RS	VITORIA DAS MISSOES	43	2375	4	(665.509,11)	9.962.397,88	(6,68)
RS	WESTFALIA	43	2377	0	(633.835,03)	13.204.125,04	(4,80)
RS	XANGRI-LA	43	2380	4	(3.639.606,47)	60.032.993,35	(6,06)
SC	ABDON BATISTA	42	5	1	(6.015.589,06)	17.618.076,21	(34,14)
SC	ABELARDO LUZ	42	10	1	(1.694.685,51)	39.406.943,56	(4,30)
SC	AGROLANDIA	42	20	0	(1.533.757,43)	17.507.312,64	(8,76)
SC	AGRONOMICA	42	30	9	(341.601,65)	11.148.472,46	(3,06)
SC	AGUAS DE CHAPECO	42	50	7	(16.900,36)	11.524.271,26	(0,15)
SC	AGUAS FRIAS	42	55	6	(1.921.005,36)	9.454.277,00	(20,32)
SC	AGUAS MORNAS	42	60	6	(650.395,11)	11.814.258,02	(5,51)
SC	ANCHIETA	42	80	4	(2.313.481,26)	12.368.573,30	(18,70)
SC	ANGELINA	42	90	3	892.388,92	10.979.616,64	8,13
SC	ANITAPOLIS	42	110	9	(719.341,06)	9.417.299,04	(7,64)
SC	APIUNA	42	125	7	(1.275.547,92)	22.867.322,70	(5,58)
SC	ARABUTA	42	127	3	84.659,40	12.903.535,33	0,66
SC	ARVOREDO	42	165	3	(46.519,00)	9.706.126,60	(0,48)
SC	ASCURRA	42	170	3	(780.152,05)	12.976.909,53	(6,01)
SC	AURORA	42	190	1	(1.300.394,12)	12.614.155,55	(10,31)
SC	BALNEARIO ARROIO DO SILVA	42	195	0	(2.538.513,37)	18.424.173,93	(13,78)
SC	BALNEARIO BARRA DO SUL	42	205	7	(3.941.984,50)	22.620.173,58	(17,43)
SC	BALNEARIO GAIVOTA	42	207	3	(1.857.086,59)	19.166.204,15	(9,69)
SC	BALNEARIO RINCAO	42	2000	0	(4.746.515,91)	7.396.300,40	(64,17)
SC	BARRA VELHA	42	210	7	(10.483.679,02)	47.660.735,71	(22,00)
SC	BELA VISTA DO TOLDO	42	213	1	(1.102.024,21)	12.962.640,74	(8,50)
SC	BELMONTE	42	215	6	(1.105.458,29)	8.883.071,49	(12,44)
SC	BENEDITO NOVO	42	220	6	(2.923.055,74)	17.169.820,85	(17,00)
SC	BOM JARDIM DA SERRA	42	250	3	(6.855.029,05)	10.873.943,55	(63,04)
SC	BOM JESUS	42	253	7	(1.164.391,24)	9.478.742,99	(12,28)
SC	BOM JESUS DO OESTE	42	257	8	(82.095,30)	8.565.995,23	(0,96)
SC	BOM RETIRO	42	260	2	(1.154.531,35)	15.523.607,31	(7,44)
SC	BOTUVERA	42	270	1	(1.453.957,70)	11.134.040,50	(13,06)
SC	CAIBI	42	310	5	282.857,09	13.966.503,80	2,03
SC	CAMPO ALEGRE	42	330	3	(3.567.577,14)	22.399.675,29	(15,93)
SC	CAMPO ERE	42	350	1	(799.646,74)	17.439.681,74	(4,59)
SC	CAMPOS NOVOS	42	360	0	(7.023.449,56)	85.157.838,45	(8,25)
SC	CAPAO ALTO	42	325	3	(1.314.389,07)	12.193.980,42	(10,78)
SC	CAPINZAL	42	390	7	(5.953.197,16)	52.147.876,68	(11,42)
SC	CAPIVARI DE BAIXO	42	395	6	(2.548.300,24)	54.515.629,98	(4,67)
SC	CATANDUVAS	42	400	4	(1.956.612,08)	20.326.192,63	(9,63)
SC	CAXAMBU DO SUL	42	410	3	1.039.398,20	12.454.247,29	8,35
SC	CELSO RAMOS	42	415	2	651.014,76	11.013.550,47	5,91
SC	CERRO NEGRO	42	417	8	(580.331,91)	11.054.113,72	(5,25)
SC	CHAPADAO DO LAGEADO	42	419	4	(1.924.802,34)	10.431.266,57	(18,45)
SC	COCAL DO SUL	42	425	1	(2.281.969,94)	33.938.090,31	(6,72)
SC	CORDILHEIRA ALTA	42	435	0	(2.112.408,35)	13.812.230,49	(15,29)
SC	CORONEL FREITAS	42	440	0	(3.632.784,81)	20.256.495,96	(17,93)
SC	CORONEL MARTINS	42	445	9	(144.334,67)	8.467.961,62	(1,70)
SC	CORREIA PINTO	42	455	8	(1.922.671,35)	32.796.144,78	(5,86)
SC	CORUPA	42	450	9	(1.687.821,00)	28.863.223,68	(5,85)
SC	CUNHA PORA	42	470	7	(1.752.370,09)	19.687.829,70	(8,90)
SC	CUNHATAI	42	475	6	(682.228,20)	7.275.219,49	(9,38)
SC	CURITIBANOS	42	480	6	(11.195.576,36)	59.074.735,55	(18,95)
SC	DESCANSO	42	490	5	(1.845.476,35)	14.934.004,66	(12,36)
SC	DIONISIO CERQUEIRA	42	500	1	880.281,09	25.830.301,17	3,41
SC	DONA EMMA	42	510	0	(987.503,89)	9.406.973,31	(10,50)
SC	DOUTOR PEDRINHO	42	515	9	(237.725,25)	9.682.997,48	(2,46)
SC	ENTRE RIOS	42	517	5	(1.197.101,23)	8.736.177,98	(13,70)
SC	ERMO	42	519	1	(141.375,72)	8.304.786,91	(1,70)
SC	ERVAL VELHO	42	520	9	(1.387.680,41)	12.155.869,18	(11,42)
SC	FORQUILHINHA	42	545	6	(1.962.881,68)	44.665.324,48	(4,39)
SC	FRAIBURGO	42	550	6	(5.578.779,10)	68.992.777,02	(8,09)
SC	GAROPABA	42	570	4	(4.145.726,93)	37.841.802,04	(10,96)
SC	GARUVA	42	580	3	(6.550.041,54)	38.439.724,41	(17,04)
SC	GOVERNADOR CELSO RAMOS	42	600	9	(5.607.203,02)	30.695.787,22	(18,27)
SC	GRAVATAL	42	620	7	(3.566.148,71)	18.758.605,26	(19,01)
SC	GUARAMIRIM	42	650	4	(4.115.137,35)	83.443.610,28	(4,93)

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

SC	GUARUJA DO SUL	42	660	3	(1.589.814,26)	11.147.588,95	(14,26)
SC	HERVAL D'OESTE	42	670	2	(1.100.591,41)	34.330.234,96	(3,21)
SC	IBIRAMA	42	690	0	(4.768.192,74)	34.185.258,43	(13,95)
SC	ICARA	42	700	7	6.352.490,54	106.174.943,95	5,98
SC	IMARUI	42	720	5	404.458,68	19.603.628,00	2,06
SC	IMBITUBA	42	730	4	(7.233.838,69)	69.379.000,01	(10,43)
SC	IMBUIA	42	740	3	(3.246.897,83)	12.597.844,73	(25,77)
SC	IOMERE	42	757	7	(114.607,68)	11.959.133,56	(0,96)
SC	IPORA DO OESTE	42	765	0	(1.942.805,32)	17.460.215,40	(11,13)
SC	IPUACU	42	768	4	772.582,47	15.954.469,86	4,84
SC	IPUMIRIM	42	770	0	(846.345,07)	19.201.587,70	(4,41)
SC	IRACEMINHA	42	775	9	(1.037.831,06)	10.287.492,44	(10,09)
SC	IRANI	42	780	9	(218.233,79)	18.655.460,13	(1,17)
SC	IRATI	42	785	8	-	7.557.861,59	-
SC	IRINEOPOLIS	42	790	8	(3.289.451,93)	20.487.864,33	(16,06)
SC	ITA	42	800	5	3.006.918,50	27.910.290,12	10,77
SC	ITAIOPOLIS	42	810	4	(3.825.022,93)	35.541.239,72	(10,76)
SC	ITAPIRANGA	42	840	1	(1.221.412,14)	36.671.508,99	(3,33)
SC	ITUPORANGA	42	850	0	(769.814,44)	39.778.261,31	(1,94)
SC	JABORA	42	860	9	(331.825,67)	12.440.386,62	(2,67)
SC	JARDINOPOLIS	42	895	5	(52.197,66)	8.305.663,20	(0,63)
SC	JOSE BOITEUX	42	915	1	127.601,74	11.045.526,94	1,16
SC	JUPIA	42	917	7	(715.055,51)	8.465.107,72	(8,45)
SC	LAURENTINO	42	950	8	(746.713,63)	12.766.735,59	(5,85)
SC	LAURO MULLER	42	960	7	1.822.756,65	27.022.864,40	6,75
SC	LEOBERTO LEAL	42	980	5	(756.358,44)	9.615.863,16	(7,87)
SC	LINDOIA DO SUL	42	985	4	(1.596.443,11)	12.564.038,62	(12,71)
SC	LONTRAS	42	990	4	(929.682,84)	20.499.501,94	(4,54)
SC	LUIZ ALVES	42	1000	1	(3.514.500,23)	22.675.794,13	(15,50)
SC	MACIEIRA	42	1005	0	(128.256,14)	9.318.341,29	(1,38)
SC	MAJOR GERCINO	42	1020	9	(1.193.187,45)	9.202.740,44	(12,97)
SC	MARACAJA	42	1040	7	(1.147.095,90)	14.147.774,62	(8,11)
SC	MASSARANDUBA	42	1060	5	(2.621.064,17)	29.878.081,49	(8,77)
SC	MATOS COSTA	42	1070	4	32.768,38	9.190.212,02	0,36
SC	MELEIRO	42	1080	3	(589.545,04)	15.861.137,53	(3,72)
SC	MIRIM DOCE	42	1085	2	(896.747,39)	9.365.724,52	(9,57)
SC	MODELO	42	1090	2	730.864,62	11.151.886,08	6,55
SC	MONDAI	42	1100	9	(651.499,96)	21.779.460,04	(2,99)
SC	MORRO DA FUMACA	42	1120	7	(1.632.087,25)	32.558.554,52	(5,01)
SC	MORRO GRANDE	42	1125	6	(668.186,49)	11.237.634,24	(5,95)
SC	NOVA ERECHIM	42	1140	5	(209.058,84)	12.459.983,66	(1,68)
SC	NOVA ITABERABA	42	1145	4	(1.009.038,18)	12.108.189,90	(8,33)
SC	NOVA TRENTO	42	1150	4	(2.279.608,77)	25.262.550,43	(9,02)
SC	NOVO HORIZONTE	42	1165	2	(302.232,58)	10.258.837,12	(2,95)
SC	ORLEANS	42	1170	2	(1.986.390,74)	43.815.486,07	(4,53)
SC	OURO	42	1180	1	(1.975.269,15)	13.561.153,36	(14,57)
SC	OURO VERDE	42	1185	0	796.625,07	9.774.327,58	8,15
SC	PAINEL	42	1189	2	(227.225,71)	8.072.086,86	(2,81)
SC	PALMEIRA	42	1205	6	1.168.200,00	9.437.155,08	12,38
SC	PAPANDUVA	42	1220	5	324.842,96	31.239.179,81	1,04
SC	PARAISO	42	1223	9	(990.952,99)	10.329.238,92	(9,59)
SC	PASSOS MAIA	42	1227	0	(3.451.748,65)	13.487.303,37	(25,63)
SC	PAULO LOPES	42	1230	4	747.403,30	14.172.504,98	5,27
SC	PEDRAS GRANDES	42	1240	3	(924.474,94)	9.749.376,23	(9,48)
SC	PENHA	42	1250	2	(6.277.529,66)	50.697.223,03	(12,38)
SC	PINHALZINHO	42	1290	8	(3.742.084,44)	35.106.791,32	(10,66)
SC	PINHEIRO PRETO	42	1300	5	703.264,99	10.864.265,69	6,47
SC	PIRATUBA	42	1310	4	(4.684.017,79)	26.219.767,84	(17,86)
SC	PLANALTO ALEGRE	42	1315	3	(410.959,94)	8.866.263,95	(4,64)
SC	PONTE ALTA DO NORTE	42	1335	1	(1.733.426,89)	10.761.796,12	(16,11)
SC	PONTE SERRADA	42	1340	1	(2.253.161,58)	21.593.631,29	(10,43)
SC	PORTO BELO	42	1350	0	(12.399.134,40)	44.406.428,60	(27,92)
SC	PORTO UNIAO	42	1360	9	(1.515.819,75)	51.264.633,61	(2,96)
SC	POUSO REDONDO	42	1370	8	(1.239.307,95)	27.088.067,42	(4,58)
SC	PRAIA GRANDE	42	1380	7	196.320,17	13.774.832,18	1,43
SC	PRESIDENTE NEREU	42	1410	2	(942.961,71)	8.381.352,43	(11,25)
SC	PRINCESA	42	1415	1	(3.802.117,40)	9.232.197,02	(41,18)
SC	QUILOMBO	42	1420	1	(1.233.109,86)	20.569.536,34	(5,99)
SC	RIO DAS ANTAS	42	1440	9	(1.352.599,41)	16.104.665,40	(8,40)
SC	RIO DO CAMPO	42	1450	8	731.512,13	12.857.202,11	5,69

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

SC	RIO DO OESTE	42	1460	7	(3.189.563,08)	13.328.025,53	(23,93)
SC	RIO DOS CEDROS	42	1470	6	(4.737.409,47)	20.406.248,56	(23,22)
SC	RIO FORTUNA	42	1490	4	(90.534,97)	11.116.899,85	(0,81)
SC	RIO RUFINO	42	1505	9	351.916,54	7.803.921,44	4,51
SC	RIQUEZA	42	1507	5	(1.946.132,12)	10.961.510,07	(17,75)
SC	RODEIO	42	1510	9	(582.065,32)	18.302.297,84	(3,18)
SC	ROMELANDIA	42	1520	8	(475.337,30)	10.769.632,03	(4,41)
SC	SANGAO	42	1545	5	(892.258,92)	17.223.984,61	(5,18)
SC	SANTA HELENA	42	1555	4	(720.840,84)	9.026.276,74	(7,99)
SC	SANTA ROSA DE LIMA	42	1560	4	(901.745,68)	8.753.186,85	(10,30)
SC	SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO	42	1568	7	(476.263,12)	8.483.919,60	(5,61)
SC	SANTIAGO DO SUL	42	1569	5	(1.227.478,89)	7.952.499,64	(15,44)
SC	SANTO AMARO DA IMPERATRIZ	42	1570	3	1.054.826,05	35.615.070,93	2,96
SC	SAO BERNARDINO	42	1575	2	(740.598,43)	9.691.871,93	(7,64)
SC	SAO BONIFACIO	42	1590	1	(922.255,06)	9.156.034,92	(10,07)
SC	SAO DOMINGOS	42	1610	7	(2.243.049,90)	17.223.903,79	(13,02)
SC	SAO JOAO BATISTA	42	1630	5	(5.360.712,85)	49.426.671,54	(10,85)
SC	SAO JOAO DO ITAPERIU	42	1635	4	(495.226,42)	9.731.571,24	(5,09)
SC	SAO JOAO DO OESTE	42	1625	5	(2.483.292,40)	15.082.103,52	(16,47)
SC	SAO JOAO DO SUL	42	1640	4	660.546,26	13.525.328,53	4,88
SC	SAO JOSE DO CEDRO	42	1670	1	(1.467.966,96)	24.535.362,01	(5,98)
SC	SAO JOSE DO CERRITO	42	1680	0	(1.658.937,21)	13.416.371,22	(12,36)
SC	SAO LOURENCO DO OESTE	42	1690	9	(3.074.170,11)	49.141.204,23	(6,26)
SC	SAO MARTINHO	42	1710	5	(587.283,06)	8.966.079,54	(6,55)
SC	SAO MIGUEL DA BOA VISTA	42	1715	4	(1.113.597,96)	7.829.731,28	(14,22)
SC	SAO MIGUEL DO OESTE	42	1720	4	6.041.025,41	63.015.316,94	9,59
SC	SAO PEDRO DE ALCANTARA	42	1725	3	(1.640.597,02)	10.766.915,48	(15,24)
SC	SAUDADES	42	1730	3	403.302,54	16.564.323,85	2,43
SC	SCHROEDER	42	1740	2	(2.379.695,84)	30.324.796,31	(7,85)
SC	SEARA	42	1750	1	(2.206.446,45)	36.812.980,13	(5,99)
SC	SERRA ALTA	42	1755	0	(531.694,73)	9.691.074,66	(5,49)
SC	SOMBRIO	42	1770	9	6.112.862,49	43.830.059,96	13,95
SC	SUL BRASIL	42	1775	8	(3.185.562,38)	8.597.437,67	(37,05)
SC	TANGARA	42	1790	7	1.470.562,52	23.306.414,93	6,31
SC	TIGRINHOS	42	1795	6	(1.521.212,22)	7.984.182,10	(19,05)
SC	TIJUCAS	42	1800	4	2.930.550,37	69.312.725,49	4,23
SC	TIMBE DO SUL	42	1810	3	(849.284,43)	11.498.857,53	(7,39)
SC	TIMBO	42	1820	2	(18.208.711,80)	86.847.108,59	(20,97)
SC	TRES BARRAS	42	1830	1	2.620.582,90	44.909.685,38	5,84
SC	TREVISO	42	1835	0	(655.119,62)	16.416.195,82	(3,99)
SC	TREZE DE MAIO	42	1840	0	(1.693.953,02)	12.470.297,14	(13,58)
SC	TROMBUDO CENTRAL	42	1860	8	1.216,35	15.093.624,54	0,01
SC	TUNAPOLIS	42	1875	6	(1.286.317,66)	11.665.673,84	(11,03)
SC	TURVO	42	1880	6	(5.689.034,21)	25.734.344,59	(22,11)
SC	UNIAO DO OESTE	42	1885	5	242.205,52	9.457.507,09	2,56
SC	URUPEMA	42	1895	4	(808.845,34)	8.047.151,54	(10,05)
SC	URUSSANGA	42	1900	2	(1.085.038,51)	41.189.343,25	(2,63)
SC	VARGEM BONITA	42	1917	6	(1.588.314,02)	16.304.296,01	(9,74)
SC	VIDEIRA	42	1930	9	(12.058.219,56)	107.150.427,31	(11,25)
SC	VITOR MEIRELES	42	1935	8	(509.611,54)	11.370.725,80	(4,48)
SC	WITMARSUM	42	1940	8	(2.727.064,34)	10.162.251,18	(26,84)
SC	XAVANTINA	42	1960	6	(2.240.431,83)	14.053.548,43	(15,94)
SE	ARAUA	28	40	7	(2.177.349,55)	20.772.403,25	(10,48)
SE	BARRA DOS COQUEIROS	28	60	5	893.462,00	56.618.087,00	1,58
SE	BREJO GRANDE	28	70	4	(2.512.994,25)	8.119.481,28	(30,95)
SE	CAMPO DO BRITO	28	100	9	(4.114.309,61)	13.152.549,00	(31,28)
SE	CARIRA	28	140	5	(1.644.429,84)	31.047.363,49	(5,30)
SE	CRISTINAPOLIS	28	170	2	(1.527.637,00)	31.753.103,21	(4,81)
SE	ILHA DAS FLORES	28	270	0	(2.117.660,92)	6.677.607,52	(31,71)
SE	INDIAROBA	28	280	9	(5.541.461,16)	14.583.122,34	(38,00)
SE	ITABI	28	310	4	4.612.756,02	11.530.968,33	40,00
SE	ITAPORANGA D'AJUDA	28	320	3	(4.805.934,00)	55.588.578,00	(8,65)
SE	JAPOATA	28	340	1	(1.532.199,82)	21.863.300,72	(7,01)
SE	MACAMBIRA	28	370	6	(289.059,13)	12.717.534,17	(2,27)
SE	NOSSA SENHORA DA GLORIA	28	450	8	12.463.387,42	42.034.416,65	29,65
SE	NOSSA SENHORA DAS DORES	28	460	7	(2.516.696,00)	33.911.692,00	(7,42)
SE	PEDRINHAS	28	510	9	(722.266,83)	8.212.076,58	(8,80)
SE	SANTA LUZIA DO ITANHY	28	630	5	63.642,00	24.728.450,74	0,26
SE	SAO MIGUEL DO ALEIXO	28	700	6	-	11.242.885,45	-
SP	ADOLFO	35	20	4	(2.014.284,88)	14.344.935,60	(14,04)

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

SP	AGUDOS	35	70	9	(1.313.701,63)	100.102.144,13	(1,31)
SP	ALTAIR	35	90	7	-	13.585.041,62	-
SP	ALVARES FLORENCE	35	120	2	(1.162.631,85)	13.262.637,95	(8,77)
SP	AMERICO BRASILIENSE	35	170	7	(9.612.164,42)	64.612.231,48	(14,88)
SP	ANALANDIA	35	200	2	(2.014.847,34)	18.542.819,71	(10,87)
SP	APARECIDA D'OESTE	35	260	6	(512.699,55)	12.290.014,26	(4,17)
SP	ARTUR NOGUEIRA	35	380	2	17.445.665,76	86.527.627,70	20,16
SP	ASPASIA	35	395	0	263.528,24	9.249.441,79	2,85
SP	AVAI	35	430	5	(1.266.403,23)	15.572.645,45	(8,13)
SP	BADY BASSITT	35	460	2	2.917.844,13	31.695.357,03	9,21
SP	BARBOSA	35	510	4	-	15.143.537,13	-
SP	BOCAINA	35	680	5	(4.198.591,24)	27.491.452,69	(15,27)
SP	BOREBI	35	745	6	-	12.577.648,87	-
SP	CACONDE	35	870	2	(3.899.604,24)	35.676.775,66	(10,87)
SP	CEDRAL	35	1130	0	261.775,60	21.685.909,98	1,21
SP	CLEMENTINA	35	1190	4	(1.701.966,10)	18.320.159,08	(9,29)
SP	COLINA	35	1200	1	9.108.034,47	48.710.487,11	18,70
SP	CONCHAS	35	1230	8	311.943,68	34.688.615,47	0,90
SP	CRISTAIS PAULISTA	35	1320	7	445.621,07	19.656.353,72	2,27
SP	DIRCE REIS	35	1385	0	(2.173.649,49)	8.568.116,01	(25,37)
SP	DRACENA	35	1440	3	(5.237.171,91)	82.700.034,52	(6,33)
SP	DUMONT	35	1460	1	(2.334.851,90)	19.848.964,95	(11,76)
SP	ELISIARIO	35	1492	4	(1.704.572,78)	11.156.304,41	(15,28)
SP	ESTRELA D'OESTE	35	1520	2	(1.824.881,62)	19.300.750,96	(9,45)
SP	FLORIDA PAULISTA	35	1600	2	(2.763.694,63)	24.740.686,54	(11,17)
SP	GABRIEL MONTEIRO	35	1650	7	(12.213,50)	9.671.638,43	(0,13)
SP	GAVIAO PEIXOTO	35	1685	3	-	25.997.590,88	-
SP	GUARA	35	1770	3	(4.866.459,74)	24.273.506,15	(20,05)
SP	GUARACAI	35	1780	2	(1.025.475,69)	20.730.684,03	(4,95)
SP	IACANGA	35	1910	5	(4.562.391,79)	31.781.491,56	(14,36)
SP	IACRI	35	1920	4	(1.357.442,31)	14.839.892,18	(9,15)
SP	IBIRA	35	1940	2	2.526.220,00	25.531.124,00	9,89
SP	IGARATA	35	2020	2	(1.498.001,49)	24.850.031,07	(6,03)
SP	INDIAPORA	35	2070	7	(607.258,14)	13.897.357,16	(4,37)
SP	IRACEMAPOLIS	35	2140	8	(6.358.362,19)	46.751.524,88	(13,60)
SP	IRAPUA	35	2150	7	(1.080.374,52)	15.536.929,71	(6,95)
SP	ITAJU	35	2200	0	-	12.081.864,64	-
SP	ITAPURA	35	2300	8	(1.756.742,33)	18.770.268,21	(9,36)
SP	JABORANDI	35	2420	4	1.017.083,49	19.495.019,40	5,22
SP	JALES	35	2480	8	25.674.421,18	79.308.741,84	32,37
SP	JAMBEIRO	35	2490	7	(4.356.116,98)	23.872.217,99	(18,25)
SP	JARINU	35	2520	1	(5.869.723,63)	68.746.813,58	(8,54)
SP	JOAO RAMALHO	35	2550	7	32.924,87	14.980.929,67	0,22
SP	JOSE BONIFACIO	35	2570	6	(9.015.575,66)	67.610.540,09	(13,33)
SP	JUMIRIM	35	2585	4	(1.532.290,15)	11.935.493,13	(12,84)
SP	JUNQUEIROPOLIS	35	2600	1	630.355,89	43.844.800,78	1,44
SP	LAGOINHA	35	2630	8	(2.327.912,76)	12.775.483,64	(18,22)
SP	LINDOIA	35	2700	9	(4.596.935,86)	19.443.914,68	(23,64)
SP	MACATUBA	35	2800	7	(6.652.481,39)	49.286.457,31	(13,50)
SP	MACAUBAL	35	2810	6	1.640.085,22	15.938.801,46	10,29
SP	MACEDONIA	35	2820	5	(1.680.228,93)	12.462.555,67	(13,48)
SP	MERIDIANO	35	2960	9	(450.153,25)	15.494.296,07	(2,91)
SP	MESOPOLIS	35	2965	8	(837.613,95)	10.713.109,72	(7,82)
SP	MIRACATU	35	2990	6	(7.061.163,32)	44.408.225,02	(15,90)
SP	MIRANDOPOLIS	35	3010	2	(2.249.072,99)	52.598.887,74	(4,28)
SP	MONTE ALTO	35	3130	8	(11.072.118,94)	92.126.515,43	(12,02)
SP	MONTE CASTELO	35	3160	5	-	13.270.251,37	-
SP	MORUNGABA	35	3200	9	(5.102.935,57)	28.167.478,07	(18,12)
SP	MURUTINGA DO SUL	35	3210	8	(1.212.342,39)	12.473.479,79	(9,72)
SP	NATIVIDADE DA SERRA	35	3230	6	0,20	18.550.310,70	0,00
SP	NOVA ALIANCA	35	3280	1	(1.681.901,04)	15.686.095,85	(10,72)
SP	NOVA CAMPINA	35	3282	7	465.792,52	22.183.634,47	2,10
SP	NOVAIS	35	3325	4	(405.664,00)	12.310.316,06	(3,30)
SP	NOVO HORIZONTE	35	3350	2	(16.763.310,37)	81.537.992,15	(20,56)
SP	PALMARES PAULISTA	35	3510	1	435.958,11	17.195.301,39	2,54
SP	PALMEIRA D'OESTE	35	3520	0	(959.248,00)	16.067.601,12	(5,97)
SP	PARAPUA	35	3600	0	(2.162.880,04)	22.621.604,52	(9,56)
SP	PARDINHO	35	3610	9	(1.601.324,82)	21.311.402,52	(8,45)
SP	PARIQUERA-ACU	35	3620	8	(7.793.125,60)	30.401.976,14	(25,63)
SP	PARISI	35	3625	7	(837.724,68)	10.776.633,30	(7,77)

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

SP	PILAR DO SUL	35	3790	9	(9.484.777,87)	45.897.694,53	(20,62)
SP	PIRANGI	35	3900	4	(2.539.210,53)	21.221.070,23	(11,97)
SP	PONTAL	35	4020	0	22.916.092,57	70.847.606,61	32,35
SP	POTIRENDABA	35	4080	4	(3.221.310,32)	37.990.057,71	(8,48)
SP	QUATA	35	4170	3	(2.767.135,01)	30.811.365,92	(8,98)
SP	RAFARD	35	4210	7	(3.767.388,75)	22.425.936,17	(16,80)
SP	RIBEIRAO GRANDE	35	4325	3	(20.092.591,73)	23.664.752,82	(84,91)
SP	RIFAINA	35	4360	0	(2.267.112,84)	19.702.863,98	(11,51)
SP	RINCAO	35	4370	9	554.339,68	22.901.365,89	2,42
SP	RINOPOLIS	35	4380	8	(2.386.184,96)	18.033.585,24	(13,23)
SP	RUBIACEA	35	4440	0	(1.102.305,99)	12.410.642,60	(8,88)
SP	SALES	35	4460	6	(465.519,68)	20.048.243,81	(2,32)
SP	SALMOURAO	35	4510	0	(2.700,03)	10.665.181,29	(0,03)
SP	SALTINHO	35	4515	9	(3.267.827,68)	18.485.760,83	(17,68)
SP	SANTA ADELIA	35	4560	5	(2.973.694,94)	31.085.999,99	(9,57)
SP	SANTA CLARA D'OESTE	35	4610	8	(765.484,09)	11.804.469,85	(6,48)
SP	SANTA ERNESTINA	35	4650	4	-	12.350.666,93	-
SP	SANTA LUCIA	35	4690	0	356.812,14	14.704.387,86	2,43
SP	SANTA MARIA DA SERRA	35	4700	7	(1.089.476,37)	15.599.128,70	(6,98)
SP	SANTA SALETE	35	4765	0	(561.972,57)	9.229.601,67	(6,09)
SP	SANTO ANTONIO DO PINHAL	35	4820	3	(3.713.562,47)	18.488.145,66	(20,09)
SP	SANTOPOLIS DO AGUAPEI	35	4840	1	-	11.334.620,68	-
SP	SAO FRANCISCO	35	4900	3	348.970,83	10.102.190,52	3,45
SP	SAO PEDRO	35	5040	7	(17.429.061,91)	68.495.264,43	(25,45)
SP	SERRA NEGRA	35	5160	3	13.514.166,81	60.650.128,64	22,28
SP	SOCORRO	35	5210	6	(12.848.278,87)	60.438.089,33	(21,26)
SP	UBARANA	35	5535	6	(59.974,84)	17.632.670,26	(0,34)
SP	URANIA	35	5580	2	(2.957.124,03)	15.904.601,62	(18,59)
SP	VALPARAISO	35	5630	5	(4.731.203,00)	49.686.539,00	(9,52)
SP	VARGEM	35	5635	4	-	17.754.803,02	-
SP	VIRADOURO	35	5680	0	(2.115.999,34)	35.764.946,86	(5,92)
SP	VITORIA BRASIL	35	5695	8	(1.278.438,50)	8.939.645,17	(14,30)
TO	BRASILANDIA DO TOCANTINS	17	360	2	243.383,47	6.524.227,83	3,73
TO	NOVA OLINDA	17	1488	0	493.996,92	14.387.659,85	3,43
TO	PORTO NACIONAL	17	1820	4	19.295.472,66	75.316.140,46	25,62

ANEXO 3

Tabela contendo cada uma das operações de crédito deferidas e não deferidas no período, bem como o número de instituições financeiras participantes das operações de crédito autorizadas no período, classificadas por tipo de operação em atendimento aos incisos II e III, art. 41 da RSF nº 43/2001.

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 25/10/2013

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/09/2013 a 30/09/2013

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	UF:	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944000487201304	Interessado: Governo do Estado de São Paulo	SP	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 360 meses	Valor: 1500000000	Juros Efetivos: 1,8% a.a. acrescidos da TJLP
	Instituição Financeira: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social		Data: 02/09/2013	Status: AUTORIZADO		
PROCESSO	**INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA**		**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**			
17944000780201363	Interessado: Prefeitura Municipal de Araucária	PR	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 96 meses	Valor: 20000000	Juros Efetivos: 6% a.a. acrescidos de TJLP
	Instituição Financeira: Agência de Fomento do Paraná S/A		Data: 02/09/2013	Status: AUTORIZADO		
PROCESSO	**INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA**		**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**			
17944000856201351	Interessado: Prefeitura Municipal de Caxias do Sul	RS	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 276 meses	Valor: 30237760	Juros Efetivos: 6% a.a acrescidos da TR
	Instituição Financeira: Caixa Econômica Federal		Data: 02/09/2013	Status: AUTORIZADO		
PROCESSO	**INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA**		**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**			
17944000852201372	Interessado: Prefeitura Municipal de Garuva	SC	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 48 meses	Valor: 1000000	Juros Efetivos: 5% a.a. acrescidos de TJLP
	Instituição Financeira: Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A		Data: 02/09/2013	Status: AUTORIZADO		

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 25/10/2013

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Periodo de 01/09/2013 a 30/09/2013

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944000587201161	Interessado:	UF:	Tipo de Operação:	Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:
	Prefeitura Municipal de Guarulhos	SP	Operação Contratual Externa (com garantia)	324 meses	9792552	0,54% a.m. acrescidos de atualização cambial do dólar
	Instituição Financeira:		Data:	Status:		
	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento		02/09/2013	ARQUIVADO		
PROCESSO	**INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA**		**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**			
19406000552200920	Interessado:	UF:	Tipo de Operação:	Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:
	Prefeitura Municipal de Florianópolis	SC	Operação Contratual Interna	60 meses	6106873,96	não há
	Instituição Financeira:		Data:	Status:		
	Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.		03/09/2013	ARQUIVADO - REGULARIZADO		
PROCESSO	**INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA**		**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**			
19406000421200942	Interessado:	UF:	Tipo de Operação:	Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:
	Prefeitura Municipal de Florianópolis	SC	Operação Contratual Interna	60 meses	959521	não tem
	Instituição Financeira:		Data:	Status:		
	Pessoa Jurídica		03/09/2013	ARQUIVADO - REGULARIZADO		
PROCESSO	**INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA**		**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**			
17944000794201387	Interessado:	UF:	Tipo de Operação:	Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:
	Prefeitura Municipal de Florianópolis	SC	Operação Contratual Interna	48 meses	20000000	5% a.a. acrescidos de TJLP
	Instituição Financeira:		Data:	Status:		
	Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A		03/09/2013	AUTORIZADO		

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 25/10/2013

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/09/2013 a 30/09/2013

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944000831201357	**Interessado:**	**UF:**	**Tipo de Operação:**	**Prazo:**	**Valor:**	**Juros Efetivos:**
	Prefeitura Municipal de Itapiranga	SC	Operação Contratual Interna	48 meses	3000000	5% a.a. acrescidos do TJLP
	Instituição Financeira:		**Data:**	**Status:**		
	Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A		04/09/2013	AUTORIZADO		
PROCESSO	**INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA**		**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**			
17944000550201302	**Interessado:**	**UF:**	**Tipo de Operação:**	**Prazo:**	**Valor:**	**Juros Efetivos:**
	Prefeitura Municipal de Lages	SC	Operação Contratual Interna	48 meses	15000000	5% a.a acrescidos da TJLP
	Instituição Financeira:		**Data:**	**Status:**		
	Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A		04/09/2013	AUTORIZADO		
PROCESSO	**INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA**		**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**			
17944000322201324	**Interessado:**	**UF:**	**Tipo de Operação:**	**Prazo:**	**Valor:**	**Juros Efetivos:**
	Governo do Estado da Bahia	BA	Operação Contratual Interna (com garantia)	240 meses	1125480000	Libor semestral + 3,85% a.a., e 1% a.a. de comissão de compromisso (devida sobre os saldos não desembolsados, calculada diariamente e paga semestralmente) e 0,75% flat a vista de comissão de repasse
	Instituição Financeira:		**Data:**	**Status:**		
	Banco do Brasil S/A		05/09/2013	AUTORIZADO PELA RESOLUÇÃO 48 –		

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 25/10/2013

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Periodo de 01/09/2013 a 30/09/2013

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	UF:	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944000156201366	Interessado:		Tipo de Operação:	Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:
	Governo do Estado da Bahia	BA	Operação Contratual Interna	120 meses	126000000	3,4% a.a. acrescidos de TJLP
	Instituição Financeira:		Data:	Status:		
	Caixa Econômica Federal		09/09/2013	AUTORIZADO		
PROCESSO	**INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA**		**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**			
17944000349201317	Interessado:	UF:	Tipo de Operação:	Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:
	Prefeitura Municipal de Resende	RJ	Operação Contratual Interna	96 meses	4213134	4% a.a. acrescidos da TJLP
	Instituição Financeira:		Data:	Status:		
	Banco do Brasil S/A		09/09/2013	AUTORIZADO		
PROCESSO	**INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA**		**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**			
17944000937201351	Interessado:	UF:	Tipo de Operação:	Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:
	Prefeitura Municipal de Anahy	PR	Operação Contratual Interna	96 meses	800000	3,5% a.a. acrescidos de TJLP
	Instituição Financeira:		Data:	Status:		
	Agência de Fomento do Paraná S/A		10/09/2013	AUTORIZADO		
PROCESSO	**INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA**		**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**			
17944000939201340	Interessado:	UF:	Tipo de Operação:	Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:
	Prefeitura Municipal de Flores da Cunha	RS	Operação Contratual Interna	264 meses	8412810	6% a.a acrescidos da TR
	Instituição Financeira:		Data:	Status:		
	Caixa Econômica Federal		10/09/2013	AUTORIZADO		

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 25/10/2013

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/09/2013 a 30/09/2013

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	UF:	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944000940201374	Interessado: Prefeitura Municipal de Flores da Cunha	RS	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 264 meses	Valor: 5048674,87	Juros Efetivos: 6% a.a acrescidos da TR
	Instituição Financeira: Caixa Econômica Federal		Data: 10/09/2013	Status: AUTORIZADO		

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	UF:	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944000936201314	Interessado: Prefeitura Municipal da Loanda	PR	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 96 meses	Valor: 1565000	Juros Efetivos: 4% a.a. acrescidos de TJLP
	Instituição Financeira: Agência de Fomento do Paraná S/A		Data: 10/09/2013	Status: AUTORIZADO		

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	UF:	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944000722201330	Interessado: Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul	PR	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 42 meses	Valor: 3965863	Juros Efetivos: 1% a.m. acrescido de IGP-M
	Instituição Financeira: Companhia Paranaense de Energia		Data: 10/09/2013	Status: ARQUIVADO - REGULARIZADO		

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	UF:	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944000935201361	Interessado: Prefeitura Municipal de Tibagi	PR	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 96 meses	Valor: 3000000	Juros Efetivos: 4% a.a. acrescidos de TJLP
	Instituição Financeira: Agência de Fomento do Paraná S/A		Data: 10/09/2013	Status: AUTORIZADO		

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 25/10/2013

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/09/2013 a 30/09/2013

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	UF:	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944000893201369	Interessado: Prefeitura Municipal de Cafelândia	PR	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 60 meses	Valor: 490000	Juros Efetivos: TJLP, devido à subvenção de 100% da margem prevista de 4% a.a. referente ao PROMAP II, conforme PVL
	Instituição Financeira: Agência de Fomento do Paraná S/A		Data: 11/09/2013	Status: AUTORIZADO		

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	UF:	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944000924201381	Interessado: Prefeitura Municipal de Marau	RS	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 250 meses	Valor: 5772778,4	Juros Efetivos: 6,0% a.a. acrescidos de TR
	Instituição Financeira: Caixa Econômica Federal		Data: 11/09/2013	Status: AUTORIZADO		

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	UF:	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944000894201311	Interessado: Prefeitura Municipal de Pato Bragado	PR	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 60 meses	Valor: 550000	Juros Efetivos: TJLP, devido à subvenção de 100% da margem prevista de 4% a.a. referente ao PROMAP II, conforme PVL
	Instituição Financeira: Agência de Fomento do Paraná S/A		Data: 11/09/2013	Status: AUTORIZADO		

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	UF:	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944000369201398	Interessado: Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul	PR	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 96 meses	Valor: 2500000	Juros Efetivos: 6% a.a. acrescidos de TJLP
	Instituição Financeira: Agência de Fomento do Paraná S/A		Data: 11/09/2013	Status: AUTORIZADO		

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 25/10/2013

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/09/2013 a 30/09/2013

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944000895201358	Interessado:	UF:	Tipo de Operação:	Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:
	Prefeitura Municipal de Tijucas do Sul	PR	Operação Contratual Interna	60 meses	885000	4% a.a. acrescidos de TJLP
	Instituição Financeira:		Data:	Status:		
	Agência de Fomento do Paraná S/A		11/09/2013	AUTORIZADO		
PROCESSO	**INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA**		**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**			
17944001683201045	Interessado:	UF:	Tipo de Operação:	Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:
	Prefeitura Municipal de Contagem	MG	Operação Contratual Externa (com garantia)	144 meses	50882500	2,55% a.a. acrescidos da Libor (semestral) e variação cambial do dólar dos Estados Unidos da América
	Instituição Financeira:		Data:	Status:		
	Banco de Desenvolvimento da América Latina		12/09/2013	ARQUIVADO		
PROCESSO	**INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA**		**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**			
17944000912201357	Interessado:	UF:	Tipo de Operação:	Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:
	Prefeitura Municipal de Pitanga	PR	Operação Contratual Interna	249 meses	5363147,74	6% a.a. acrescidos de TR
	Instituição Financeira:		Data:	Status:		
	Caixa Econômica Federal		12/09/2013	AUTORIZADO		
PROCESSO	**INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA**		**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**			
17944001430201233	Interessado:	UF:	Tipo de Operação:	Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:
	Governo do Estado de Alagoas	AL	Operação Contratual Interna (com garantia)	240 meses	89837210,06	1,1% a.a. acrescido de TJLP
	Instituição Financeira:		Data:	Status:		
	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social		13/09/2013	AUTORIZADO PELA RESOLUÇÃO 48 –		

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 25/10/2013

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/09/2013 a 30/09/2013

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
17944000953201343	Interessado:	UF:	Tipo de Operação:		Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:
	Prefeitura Municipal de Frederico Westphalen	RS	Operação Contratual Interna		260 meses	5927221,97	6% a.a. acrescidos da TR
	Instituição Financeira:		Data:	Status:			
	Caixa Econômica Federal		13/09/2013	AUTORIZADO			
PROCESSO	**INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA**		**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**				
17944000942201363	Interessado:	UF:	Tipo de Operação:		Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:
	Prefeitura Municipal de Quatro Pontes	PR	Operação Contratual Interna		60 meses	350000	3,5% a.a. acrescidos de TJLP
	Instituição Financeira:		Data:	Status:			
	Agência de Fomento do Paraná S/A		13/09/2013	AUTORIZADO			
PROCESSO	**INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA**		**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**				
17944000954201398	Interessado:	UF:	Tipo de Operação:		Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:
	Prefeitura Municipal de Santa Rosa	RS	Operação Contratual Interna		265 meses	35000000	6%a.a acrescidos de TR
	Instituição Financeira:		Data:	Status:			
	Caixa Econômica Federal		13/09/2013	AUTORIZADO			
PROCESSO	**INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA**		**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**				
17944000751201300	Interessado:	UF:	Tipo de Operação:		Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:
	Prefeitura Municipal de Nova Mutum	MT	Operação Contratual Interna		252 meses	4173623,36	6% a. a. acrescidos da variação da TR
	Instituição Financeira:		Data:	Status:			
	Caixa Econômica Federal		16/09/2013	AUTORIZADO			

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 25/10/2013

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/09/2013 a 30/09/2013

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	UF:	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944001003201336	Interessado: Prefeitura Municipal de Uberlândia	MG	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 288 meses	Valor: 287989830	Juros Efetivos: 6% a.a. acrescidos de TR
	Instituição Financeira: Caixa Econômica Federal		Data: 16/09/2013	Status: AUTORIZADO		
PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	UF:	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944000900201322	Interessado: Prefeitura Municipal de Vitória	ES	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 273 meses	Valor: 77423313,93	Juros Efetivos: 6% a a acrescidos da TR
	Instituição Financeira: Caixa Econômica Federal		Data: 17/09/2013	Status: AUTORIZADO		
PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	UF:	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944000792201398	Interessado: Prefeitura Municipal de Canoinhas	SC	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 48 meses	Valor: 3500000	Juros Efetivos: 5% a.a. acrescidos de TJLP
	Instituição Financeira: Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A		Data: 18/09/2013	Status: AUTORIZADO		
PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	UF:	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944000659201377	Interessado: Prefeitura Municipal de União de Minas	MG	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 54 meses	Valor: 1174500	Juros Efetivos: 4% a. a. acrescidos da TJLP
	Instituição Financeira: Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A		Data: 18/09/2013	Status: AUTORIZADO		

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 25/10/2013

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/09/2013 a 30/09/2013

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944000947201396	Interessado:	UF:	Tipo de Operação:	Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:
	Prefeitura Municipal de Alto Paraíso	PR	Operação Contratual Interna	90 meses	74956,56	0,2396% a.m.
	Instituição Financeira:		Data:	Status:		
	Companhia de Saneamento do Paraná		19/09/2013	ARQUIVADO - REGULARIZADO		

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944000864201305	Interessado:	UF:	Tipo de Operação:	Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:
	Prefeitura Municipal de Caibaté	RS	Operação Contratual Interna	60 meses	698000	4% a.a. acrescidos de Selic
	Instituição Financeira:		Data:	Status:		
	BADESUL Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS		19/09/2013	AUTORIZADO		

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944000848201312	Interessado:	UF:	Tipo de Operação:	Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:
	Prefeitura Municipal de Ibirité	MG	Operação Contratual Interna	72 meses	5000000	6% a.a. acrescido de IPCA
	Instituição Financeira:		Data:	Status:		
	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A		19/09/2013	AUTORIZADO		

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944000945201305	Interessado:	UF:	Tipo de Operação:	Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:
	Prefeitura Municipal de Alto Paraíso	PR	Operação Contratual Interna	60 meses	300000	3,5% a.a. acrescidos de TJLP
	Instituição Financeira:		Data:	Status:		
	Agência de Fomento do Paraná S/A		20/09/2013	AUTORIZADO		

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 25/10/2013

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/09/2013 a 30/09/2013

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	UF:	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944000944201352	Interessado: Prefeitura Municipal de Alto Paraiso	PR	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 96 meses	Valor: 792000	Juros Efetivos: 3,5% a.a. acrescidos de TJLP
	Instituição Financeira: Agência de Fomento do Paraná S/A		Data: 20/09/2013	Status: AUTORIZADO		

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	UF:	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944000943201316	Interessado: Prefeitura Municipal de Alto Paraiso	PR	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 60 meses	Valor: 400000	Juros Efetivos: TJLP, devido à subvenção de 100% da margem prevista de 4% a.a. referente ao PROMAF II, conforme PVL
	Instituição Financeira: Agência de Fomento do Paraná S/A		Data: 20/09/2013	Status: AUTORIZADO		

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	UF:	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944000946201341	Interessado: Prefeitura Municipal de Alto Paraiso	PR	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 59 meses	Valor: 24183,4	Juros Efetivos: 1,71% a.m.
	Instituição Financeira: Companhia Paranaense de Energia		Data: 20/09/2013	Status: ARQUIVADO - REGULARIZADO		

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	UF:	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944000740201311	Interessado: Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul	PR	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 252 meses	Valor: 6400000	Juros Efetivos: 6,0% a.a acrescidos de TR
	Instituição Financeira: Caixa Econômica Federal		Data: 20/09/2013	Status: AUTORIZADO		

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 25/10/2013

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/09/2013 a 30/09/2013

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	UF:	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944000845201371	Interessado: Prefeitura Municipal de Teresina	PI	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 261 meses	Valor: 84301403,23	Juros Efetivos: 6% a.a. acrescidos de TR
	Instituição Financeira: Caixa Econômica Federal		Data: 20/09/2013	Status: AUTORIZADO		
PROCESSO	**INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA**		**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**			
17944000698201339	Interessado: Prefeitura Municipal de São Leopoldo	RS	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 96 meses	Valor: 11317127	Juros Efetivos: 3,9% a.a. acrescidos de TJLP
	Instituição Financeira: BADESUL Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS		Data: 23/09/2013	Status: AUTORIZADO		
PROCESSO	**INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA**		**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**			
17944000283201365	Interessado: Governo do Estado do Ceará	CE	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna (com garantia)	Prazo: 120 meses	Valor: 72830734,47	Juros Efetivos: 2,10% a.a. acrescidos da TJLP
	Instituição Financeira: Caixa Econômica Federal		Data: 24/09/2013	Status: AUTORIZADO PELA RESOLUÇÃO 48 –		
PROCESSO	**INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA**		**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**			
17944000919201379	Interessado: Prefeitura Municipal de Caetité	BA	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 50 meses	Valor: 1800000	Juros Efetivos: 4% a.a. acrscidos de TJLP
	Instituição Financeira: Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A		Data: 24/09/2013	Status: AUTORIZADO		

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 25/10/2013

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/09/2013 a 30/09/2013

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	UF:	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944001021201318	Interessado: Prefeitura Municipal de Guamiranga	PR	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 60 meses	Valor: 350000	Juros Efetivos: TJLP, devido à subvenção de 100% da margem prevista de 4% a.a. referente ao PROMAP II, conforme PVL
	Instituição Financeira: Agência de Fomento do Paraná S/A		Data: 24/09/2013	Status: AUTORIZADO		
PROCESSO	**INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA**		**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**			
17944001022201362	Interessado: Prefeitura Municipal de Guamiranga	PR	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 60 meses	Valor: 550000	Juros Efetivos: 3,5% a.a. acrescidos de TJLP
	Instituição Financeira: Agência de Fomento do Paraná S/A		Data: 24/09/2013	Status: AUTORIZADO		
PROCESSO	**INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA**		**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**			
17944001023201315	Interessado: Prefeitura Municipal de Guamiranga	PR	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 96 meses	Valor: 350000	Juros Efetivos: 3,5% a.a. acrescidos de TJLP
	Instituição Financeira: Agência de Fomento do Paraná S/A		Data: 24/09/2013	Status: AUTORIZADO		
PROCESSO	**INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA**		**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**			
17944000850201383	Interessado: Prefeitura Municipal de Major Gercino	SC	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 48 meses	Valor: 1000000	Juros Efetivos: 5% a.a. acrescidos de TJLP
	Instituição Financeira: Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A		Data: 24/09/2013	Status: AUTORIZADO		

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 25/10/2013

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/09/2013 a 30/09/2013

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944001036201386	**Interessado:**	**UF:**	**Tipo de Operação:**	**Prazo:**	**Valor:**	**Juros Efetivos:**
	Prefeitura Municipal de Rebouças	PR	Operação Contratual Interna	96 meses	2300000	4% a.a. acrescidos de TJLP
	Instituição Financeira:		**Data:**	**Status:**		
	Agência de Fomento do Paraná S/A		24/09/2013	AUTORIZADO		
PROCESSO	**INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA**		**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**			
17944001034201397	**Interessado:**	**UF:**	**Tipo de Operação:**	**Prazo:**	**Valor:**	**Juros Efetivos:**
	Prefeitura Municipal de Rebouças	PR	Operação Contratual Interna	60 meses	600000	TJLP, devido à subvenção de 100% da margem prevista de 4% a.a. referente ao PROMAP II, conforme PVL
	Instituição Financeira:		**Data:**	**Status:**		
	Agência de Fomento do Paraná S/A		24/09/2013	AUTORIZADO		
PROCESSO	**INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA**		**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**			
17944000725201373	**Interessado:**	**UF:**	**Tipo de Operação:**	**Prazo:**	**Valor:**	**Juros Efetivos:**
	Prefeitura Municipal de Rio Bonito do Iguaçu	PR	Operação Contratual Interna	60 meses	1700000	4% a.a. acrescidos de TJLP
	Instituição Financeira:		**Data:**	**Status:**		
	Agência de Fomento do Paraná S/A		24/09/2013	AUTORIZADO		
PROCESSO	**INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA**		**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**			
17944001035201331	**Interessado:**	**UF:**	**Tipo de Operação:**	**Prazo:**	**Valor:**	**Juros Efetivos:**
	Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná	PR	Operação Contratual Interna	96 meses	2500000	4% a.a. acrescidos de TJLP
	Instituição Financeira:		**Data:**	**Status:**		
	Agência de Fomento do Paraná S/A		24/09/2013	AUTORIZADO		

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 25/10/2013

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/09/2013 a 30/09/2013

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	UF:	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944001036201375	Interessado: Governo do Estado do Amazonas	AM	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 258 meses	Valor: 42000000	Juros Efetivos: 6% a.a. acrescidos de TR
	Instituição Financeira: Caixa Econômica Federal		Data: 25/09/2013	Status: AUTORIZADO		
PROCESSO	**INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA**		**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**			
17944000902201311	Interessado: Prefeitura Municipal de Delta	MG	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 72 meses	Valor: 1300000	Juros Efetivos: 8% a.a. acrescido de IPCA
	Instituição Financeira: Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A		Data: 25/09/2013	Status: AUTORIZADO		
PROCESSO	**INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA**		**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**			
17944000941201319	Interessado: Prefeitura Municipal de Erechim	RS	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 262 meses	Valor: 14885624,1	Juros Efetivos: 6,00% a.a. acrescidos de TR
	Instituição Financeira: Caixa Econômica Federal		Data: 25/09/2013	Status: AUTORIZADO		
PROCESSO	**INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA**		**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**			
17944000890201325	Interessado: Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes	SP	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 277 meses	Valor: 77580000	Juros Efetivos: 6% a.a. acrescidos de TR
	Instituição Financeira: Caixa Econômica Federal		Data: 25/09/2013	Status: AUTORIZADO		

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 25/10/2013

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Periodo de 01/09/2013 a 30/09/2013

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	UF:	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944000878201311	**Interessado:** Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes	SP	**Tipo de Operação:** Operação Contratual Interna	**Prazo:** 253 meses	**Valor:** 10406288,89	**Juros Efetivos:** 6% a.a. acrescidos de TR
	Instituição Financeira: Caixa Econômica Federal		**Data:** 25/09/2013	**Status:** AUTORIZADO		

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	UF:	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944000884201378	**Interessado:** Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes	SP	**Tipo de Operação:** Operação Contratual Interna	**Prazo:** 253 meses	**Valor:** 17774321,41	**Juros Efetivos:** 6% a.a. acrescidos de TR
	Instituição Financeira: Caixa Econômica Federal		**Data:** 25/09/2013	**Status:** AUTORIZADO		

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	UF:	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944001104201315	**Interessado:** Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo	PR	**Tipo de Operação:** Operação Contratual Interna	**Prazo:** 96 meses	**Valor:** 650000	**Juros Efetivos:** 3,5% a.a. acrescidos de TJLP
	Instituição Financeira: Agência de Fomento do Paraná S/A		**Data:** 25/09/2013	**Status:** AUTORIZADO		

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	UF:	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944001105201351	**Interessado:** Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo	PR	**Tipo de Operação:** Operação Contratual Interna	**Prazo:** 60 meses	**Valor:** 750000	**Juros Efetivos:** TJLP, devido à subvenção de 100% da margem prevista de 4% a.a. referente ao PROMAP II, conforme PVL
	Instituição Financeira: Agência de Fomento do Paraná S/A		**Data:** 25/09/2013	**Status:** AUTORIZADO		

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 25/10/2013

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/09/2013 a 30/09/2013

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	UF:	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944001092201311	**Interessado:** Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Platina	PR	**Tipo de Operação:** Operação Contratual Interna	**Prazo:** 60 meses	**Valor:** 280000	**Juros Efetivos:** 4% a.a. acrescidos de TJLP
	Instituição Financeira: Agência de Fomento do Paraná S/A		**Data:** 25/09/2013	**Status:** AUTORIZADO		

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	UF:	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944001097201343	**Interessado:** Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Platina	PR	**Tipo de Operação:** Operação Contratual Interna	**Prazo:** 60 meses	**Valor:** 1150000	**Juros Efetivos:** 2% a.a. acrescidos de TJLP, devido à subvenção de 50% da margem prevista de 4% a.a. referente ao PROMAP II, conforme PVL
	Instituição Financeira: Agência de Fomento do Paraná S/A		**Data:** 25/09/2013	**Status:** AUTORIZADO		

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	UF:	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944000851201328	**Interessado:** Prefeitura Municipal de Tigrinhos	SC	**Tipo de Operação:** Operação Contratual Interna	**Prazo:** 48 meses	**Valor:** 900000	**Juros Efetivos:** 5% a.a. com atualização monetária por meio da TJLP
	Instituição Financeira: Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A		**Data:** 25/09/2013	**Status:** AUTORIZADO		

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	UF:	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944000386201244	**Interessado:** Prefeitura Municipal de Arroio do Sal	RS	**Tipo de Operação:** Operação Contratual Interna	**Prazo:** 60 meses	**Valor:** 700000	**Juros Efetivos:** 9,75% a.a. acrescidos de TJLP
	Instituição Financeira: BADESUL Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS		**Data:** 26/09/2013	**Status:** AUTORIZADO		

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 25/10/2013

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Periodo de 01/09/2013 a 30/09/2013

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	UF:	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
			Tipo de Operação:	Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:
17944001062201312	Interessado: Prefeitura Municipal de Betim	MG	Operação Contratual Interna	264 meses	87214498,96	6% a.a. acrescidos de TR
	Instituição Financeira: Caixa Econômica Federal		Data: 26/09/2013	Status: AUTORIZADO		

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	UF:	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
			Tipo de Operação:	Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:
17944000853201317	Interessado: Prefeitura Municipal de Curitibanos	SC	Operação Contratual Interna	48 meses	2000000	5% a.a., com atualização monetária pela TJLP
	Instituição Financeira: Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A		Data: 26/09/2013	Status: AUTORIZADO		

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	UF:	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
			Tipo de Operação:	Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:
17944000905201355	Interessado: Prefeitura Municipal de Delta	MG	Operação Contratual Interna	60 meses	1700000	8% a.a. acrescidos de IPCA
	Instituição Financeira: Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A		Data: 26/09/2013	Status: AUTORIZADO		

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	UF:	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
			Tipo de Operação:	Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:
17944000918201324	Interessado: Prefeitura Municipal de Inconfidentes	MG	Operação Contratual Interna	72 meses	1474946,45	8% a.a. acrescidos de IPCA
	Instituição Financeira: Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A		Data: 26/09/2013	Status: AUTORIZADO		

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 25/10/2013

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/09/2013 a 30/09/2013

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	UF:	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944001060201315	Interessado: Prefeitura Municipal de Mercedes	PR	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 60 meses	Valor: 500000	Juros Efetivos: 3,5% a.a. acrescidos de TJLP
	Instituição Financeira: Agência de Fomento do Paraná S/A		Data: 26/09/2013	Status: AUTORIZADO		
PROCESSO	**INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA**		**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**			
17944000933201372	Interessado: Prefeitura Municipal de Nova Friburgo	RJ	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 54 meses	Valor: 14000000	Juros Efetivos: 4% a.a. acrescidos da TJLP
	Instituição Financeira: Banco do Brasil S/A		Data: 26/09/2013	Status: AUTORIZADO		
PROCESSO	**INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA**		**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**			
17944000985201349	Interessado: Prefeitura Municipal de Pouso Alegre	MG	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 240 meses	Valor: 30000000	Juros Efetivos: 9% a.a. acrescidos de TR
	Instituição Financeira: Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A		Data: 26/09/2013	Status: AUTORIZADO		
PROCESSO	**INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA**		**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**			
17944000925201326	Interessado: Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste	SC	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 48 meses	Valor: 2500000	Juros Efetivos: 5% a.a. acrescidos de TJLP
	Instituição Financeira: Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A		Data: 26/09/2013	Status: AUTORIZADO		

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 25/10/2013

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/09/2013 a 30/09/2013

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	UF:	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
17944000928201360	**Interessado:** Governo do Estado de Tocantins	TO	**Tipo de Operação:** Operação Contratual Interna		**Prazo:** 240 meses	**Valor:** 24705306,26	**Juros Efetivos:** 6% a.a acrescidos de atualização das contas do FGTS (atualmente a TR)
	Instituição Financeira: Caixa Econômica Federal		**Data:** 27/09/2013	**Status:** AUTORIZADO			
PROCESSO	**INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA**	**UF:**	**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**				
17944000440201332	**Interessado:** Governo do Estado do Rio Grande do Norte	RN	**Tipo de Operação:** Operação Contratual Interna		**Prazo:** 266 meses	**Valor:** 45300000	**Juros Efetivos:** 6% a.a. acrescidos de TR
	Instituição Financeira: Caixa Econômica Federal		**Data:** 27/09/2013	**Status:** AUTORIZADO			
PROCESSO	**INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA**	**UF:**	**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**				
17944001047201285	**Interessado:** Prefeitura Municipal de Bento Gonçalves	RS	**Tipo de Operação:** Operação Contratual Interna		**Prazo:** 60 meses	**Valor:** 3000000	**Juros Efetivos:** 5% a.a. acrescidos da selic
	Instituição Financeira: BADESUL Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS		**Data:** 27/09/2013	**Status:** AUTORIZADO			
PROCESSO	**INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA**	**UF:**	**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**				
17944001049201355	**Interessado:** Prefeitura Municipal de Camanducaia	MG	**Tipo de Operação:** Operação Contratual Interna		**Prazo:** 72 meses	**Valor:** 2500000	**Juros Efetivos:** 8% a.a acrescidos de IPCA
	Instituição Financeira: Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A		**Data:** 27/09/2013	**Status:** AUTORIZADO			

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 25/10/2013

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/09/2013 a 30/09/2013

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	UF:	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944001047201366	Interessado: Prefeitura Municipal de Camanducaia	MG	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 54 meses	Valor: 500000	Juros Efetivos: 8 a.a. acrescidos de IPCA
	Instituição Financeira: Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A		Data: 27/09/2013	Status: AUTORIZADO		

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	UF:	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944000849201359	Interessado: Prefeitura Municipal de Farroupilha	RS	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 246 meses	Valor: 4231668,07	Juros Efetivos: 6% a.a acrescidos da TR
	Instituição Financeira: Caixa Econômica Federal		Data: 27/09/2013	Status: AUTORIZADO		

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	UF:	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944000995201384	Interessado: Prefeitura Municipal de Ibiraci	MG	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 54 meses	Valor: 640000	Juros Efetivos: 8% a.a. acrescidos de IPCA
	Instituição Financeira: Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A		Data: 27/09/2013	Status: AUTORIZADO		

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	UF:	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944000996201329	Interessado: Prefeitura Municipal de Ibiraci	MG	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 72 meses	Valor: 700000	Juros Efetivos: 8% a.a. acrescidos de IPCA
	Instituição Financeira: Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A		Data: 27/09/2013	Status: AUTORIZADO		

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 25/10/2013

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/09/2013 a 30/09/2013

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	UF:	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944000955201332	Interessado: Prefeitura Municipal de Ipuaçu	SC	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 48 meses	Valor: 1000000	Juros Efetivos: 2,5% a.a. acrescidos de TJLP
	Instituição Financeira: Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A		Data: 27/09/2013	Status: AUTORIZADO		
PROCESSO	**INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA**		**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**			
17944001037201321	Interessado: Prefeitura Municipal de Nova Ponte	MG	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 54 meses	Valor: 1250000	Juros Efetivos: 4% a. a., acrescidos de TJLP
	Instituição Financeira: Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A		Data: 27/09/2013	Status: AUTORIZADO		
PROCESSO	**INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA**		**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**			
17944001129201319	Interessado: Prefeitura Municipal de Pato Branco	PR	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 96 meses	Valor: 5000000	Juros Efetivos: 4% a.a. acrescidos de TJLP
	Instituição Financeira: Agência de Fomento do Paraná S/A		Data: 27/09/2013	Status: AUTORIZADO		
PROCESSO	**INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA**		**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**			
17944001130201335	Interessado: Prefeitura Municipal de Pato Branco	PR	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 120 meses	Valor: 3500000	Juros Efetivos: 4% a.a. acrescidos de TJLP
	Instituição Financeira: Agência de Fomento do Paraná S/A		Data: 27/09/2013	Status: AUTORIZADO		

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 25/10/2013

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Periodo de 01/09/2013 a 30/09/2013

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	UF:	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944000999201362	Interessado:		Tipo de Operação:	Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:
	Prefeitura Municipal de Vitória	ES	Operação Contratual Interna	120 meses	19644143,9	8% a.a., sem previsão de Atualização Monetária.
	Instituição Financeira:		Data:	Status:		
	Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A		27/09/2013	AUTORIZADO		

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	UF:	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944000932201328	Interessado:		Tipo de Operação:	Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:
	Governo do Estado de Tocantins	TO	Operação Contratual Interna	240 meses	10671888,45	6% a.a. acrescidos da atualização das contas do FGTS (atualmente a TR)
	Instituição Financeira:		Data:	Status:		
	Caixa Econômica Federal		30/09/2013	AUTORIZADO		

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	UF:	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944000930201339	Interessado:		Tipo de Operação:	Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:
	Governo do Estado de Tocantins	TO	Operação Contratual Interna	240 meses	15472474,09	Juros de 6% a.a. acrescidos da atualização das contas do FGTS (atualmente a TR)
	Instituição Financeira:		Data:	Status:		
	Caixa Econômica Federal		30/09/2013	AUTORIZADO		

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	UF:	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944000929201312	Interessado:		Tipo de Operação:	Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:
	Governo do Estado de Tocantins	TO	Operação Contratual Interna	240 meses	64662536,35	6% a.a. acrescidos da atualização das contas do FGTS (atualmente a TR)
	Instituição Financeira:		Data:	Status:		
	Caixa Econômica Federal		30/09/2013	AUTORIZADO		

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 25/10/2013

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/09/2013 a 30/09/2013

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	UF:	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
			Tipo de Operação:	Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:
17944000931201383	Interessado: Governo do Estado de Tocantins	TO	Operação Contratual Interna	240 meses	42250000	6% a.a. acrescidos da atualização das contas do FGTS (atualmente a TR)
	Instituição Financeira: Caixa Econômica Federal		Data: 30/09/2013	Status: AUTORIZADO		

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	UF:	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
			Tipo de Operação:	Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:
17944000854201361	Interessado: Prefeitura Municipal de Balneário Barra do Sul	SC	Operação Contratual Interna	36 meses	1000000	5%a.a. com atualização monetária pelaTJLP
	Instituição Financeira: Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A		Data: 30/09/2013	Status: AUTORIZADO		

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	UF:	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
			Tipo de Operação:	Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:
17944001057201300	Interessado: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte	MG	Operação Contratual Interna	120 meses	184524984,65	3,4% a.a. acrescidos de TJLP
	Instituição Financeira: Caixa Econômica Federal		Data: 30/09/2013	Status: AUTORIZADO		

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	UF:	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
			Tipo de Operação:	Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:
17944001081201331	Interessado: Prefeitura Municipal de Caxias do Sul	RS	Operação Contratual Interna	258 meses	8816000	6% a.a acrescidos da TR
	Instituição Financeira: Caixa Econômica Federal		Data: 30/09/2013	Status: AUTORIZADO		

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 25/10/2013

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/09/2013 a 30/09/2013

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	UF:	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944001082201385	Interessado: Prefeitura Municipal de Caxias do Sul	RS	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 258 meses	Valor: 4094500	Juros Efetivos: 6% a.a acrescidos da TR
	Instituição Financeira: Caixa Econômica Federal		Data: 30/09/2013	Status: AUTORIZADO		

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	UF:	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944001083201320	Interessado: Prefeitura Municipal de Caxias do Sul	RS	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 264 meses	Valor: 10583000	Juros Efetivos: 6% a.a acrescidos da TR
	Instituição Financeira: Caixa Econômica Federal		Data: 30/09/2013	Status: AUTORIZADO		

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	UF:	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944000781201316	Interessado: Prefeitura Municipal de Divinópolis	MG	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 60 meses	Valor: 5000000	Juros Efetivos: 8% a.a. acrescidos de IPCA
	Instituição Financeira: Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A		Data: 30/09/2013	Status: AUTORIZADO		

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	UF:	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944000277201316	Interessado: Prefeitura Municipal de Mucuri	BA	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 96 meses	Valor: 3330000	Juros Efetivos: 5% a.a. acrescidos de TJLP
	Instituição Financeira: Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A		Data: 30/09/2013	Status: AUTORIZADO		

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 25/10/2013

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/09/2013 a 30/09/2013

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	UF:	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944000276201363	Interessado: Prefeitura Municipal de Mucuri	BA	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 120 meses	Valor: 3800000	Juros Efetivos: 5% a.a. acrescidos de TJLP
	Instituição Financeira: Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A		Data: 30/09/2013	Status: AUTORIZADO		

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	UF:	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944000981201361	Interessado: Prefeitura Municipal de São Domingos do Sul	RS	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 54 meses	Valor: 720000	Juros Efetivos: 4,00% a.a. acrescidos de TJPL
	Instituição Financeira: Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A		Data: 30/09/2013	Status: AUTORIZADO		

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	UF:	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944001005201325	Interessado: Prefeitura Municipal de Turvolândia	MG	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 54 meses	Valor: 110000	Juros Efetivos: 4% a.a. acrescidos de TJLP
	Instituição Financeira: Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A		Data: 30/09/2013	Status: AUTORIZADO		

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	UF:	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944001000201301	Interessado: Prefeitura Municipal de Varginha	MG	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna	Prazo: 54 meses	Valor: 5000000	Juros Efetivos: 8% a.a. acrescidos do IPCA
	Instituição Financeira: Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A		Data: 30/09/2013	Status: AUTORIZADO		

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 25/10/2013

RESUMO DO DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/09/2013 a 30/09/2013

ARQUIVADO

TIPO DE ENTE	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA / NÃO-FINANCEIRA	NÚMERO DE OPERAÇÕES	VALOR (R$)
Município	Banco de Desenvolvimento da América Latina	1	50.882.500,00
Município	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento	1	9.792.552,00
	Total de operações - Municípios	**2**	**60.675.052,00**
	Total de operações	**2**	**60.675.052,00**

ARQUIVADO - REGULARIZADO

TIPO DE ENTE	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA / NÃO-FINANCEIRA	NÚMERO DE OPERAÇÕES	VALOR (R$)
Município	Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.	1	6.106.873,96
Município	Companhia de Saneamento do Paraná	1	74.956,56
Município	Companhia Paranaense de Energia	2	3.990.046,40
Município	Pessoa Jurídica	1	959.521,00
	Total de operações - Municípios	**5**	**11.131.397,92**
	Total de operações	**5**	**11.131.397,92**

AUTORIZADO

TIPO DE ENTE	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA / NÃO-FINANCEIRA	NÚMERO DE OPERAÇÕES	VALOR (R$)
Estado	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	1	1.500.000.000,00
Estado	Caixa Econômica Federal	8	371.062.205,15
	Total de operações - Estados	**9**	**1.871.062.205,15**
Município	Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A	3	8.930.000,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 25/10/2013

RESUMO DO DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/09/2013 a 30/09/2013

Município	Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A	11	50.900.000,00
Município	Agência de Fomento do Paraná S/A	26	51.812.000,00
Município	BADESUL Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS	4	15.715.127,00
Município	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A	14	56.349.446,45
Município	Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A	1	19.644.143,90
Município	Banco do Brasil S/A	2	18.213.134,00
Município	Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A	1	720.000,00
Município	Caixa Econômica Federal	22	956.161.430,58
	Total de operações - Municípios	**84**	**1.178.445.281,93**
	Total de operações	**93**	**3.049.507.487,08**

AUTORIZADO PELA RESOLUÇÃO 48 – OPERAÇÃO CONTRATUAL INTERNA (COM GARANTIA)

TIPO DE ENTE	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA / NÃO-FINANCEIRA	NÚMERO DE OPERAÇÕES	VALOR (R$)
Estado	Banco do Brasil S/A	1	1.125.480.000,00
Estado	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	1	89.837.210,06
Estado	Caixa Econômica Federal	1	72.630.734,47
	Total de operações - Estados	**3**	**1.287.947.944,53**
	Total de operações	**3**	**1.287.947.944,53**

Status das Operações de Crédito analisadas (Integrante do Anexo 3)

Status	Descrição
Arquivado	O pleito foi arquivado em conformidade com a RSF nº 43/2001, tendo em vista o não envio dos documentos e informações solicitados
Arquivado – A Regularizar	O pleito foi arquivado em conformidade com a RSF nº 43/2001, tendo em vista o não envio dos documentos e informações solicitados. A contratação de novas operações de crédito fica condicionada à regularização da operação de crédito em questão
Arquivado – Regularizado	O pleito foi arquivado em conformidade com a RSF nº 43/2001, tendo em vista o recebimento documentos e informações solicitados necessários para sua regularização ou comprovante de quitação (PGFN/CAF/Nº 1.252, de 22/06/2006)
Autorizado	O pleito atendeu os requisitos prévios à contratação da operação de crédito, conforme dispõe o art. 32 da LRF
Autorizado pela Resolução 48 – Operação Contratual Interna (com garantia)	Não há nada a opor à concessão da pleiteada garantia da União, desde que, previamente à assinatura do contrato de garantia, seja: i) verificada pelo Ministério da Fazenda a adimplência do Ente com a União e suas entidades controladas; ii) formalizado o respectivo contrato de contragarantia.
Indeferido	O pleito sob exame não atende os requisitos mínimos previstos no art. 32 da RSF nº 43/2001

ANEXO 4

Tabela contendo informações sobre as irregularidades constatadas de que trata o § 2º art. 24 da RSF nº 43/2001.

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Período de 01/09/2013 a 30/09/2013

RESUMO DO DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS – complemento (Anexo 4)

OPERAÇÕES INTERNAS - informações sobre a comunicação de que trata o § 2º art. 24 da RSF 43/2001

TIPO DE ENTE	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/NÃO-FINANCEIRA	NÚMERO DE OPERAÇÕES	VALOR (R$)
Alto Paraíso – PR	Companhia de Saneamento do Paraná	1	74.956,56
Alto Paraíso – PR	Companhia Paranaense de Energia	1	24.183,40
	Total de operações	**1**	99.139,96

Status das Operações de Crédito analisadas (Integrante do Anexo 4)

Status	Descrição
Arquivado	O pleito foi arquivado em conformidade com a RSF nº 43/2001, tendo em vista o não envio dos documentos e informações solicitados
Arquivado – A Regularizar	O pleito foi arquivado em conformidade com a RSF nº 43/2001, tendo em vista o não envio dos documentos e informações solicitados. A contratação de novas operações de crédito fica condicionada à regularização da operação de crédito em questão
Arquivado – Regularizado	O pleito foi arquivado em conformidade com a RSF nº 43/2001, tendo em vista o recebimento documentos e informações solicitados necessários para sua regularização ou comprovante de quitação (PGFN/CAF/Nº 1.252, de 22/06/2006)
Autorizado	O pleito atendeu os requisitos prévios à contratação da operação de crédito, conforme dispõe o art. 32 da LRF
Autorizado pela Resolução 48 – Operação Contratual Interna (com garantia)	Não há nada a opor à concessão da pleiteada garantia da União, desde que, previamente à assinatura do contrato de garantia, seja: i) verificada pelo Ministério da Fazenda a adimplência do Ente com a União e suas entidades controladas; ii) formalizado o respectivo contrato de contragarantia.
Indeferido	O pleito sob exame não atende os requisitos mínimos previstos no art. 32 da RSF nº 43/2001

ANEXO 5

Tabela contendo informações sobre a situação das análises de irregularidades concluídas no período, passíveis de regularização (artigo 24 da RSF nº 43/2001 e §§ 1º e 3º artigo 33 da LRF) ou passíveis de cancelamento (artigos 35 ou 37 da LRF).

Período de 01/09/2013 a 30/09/2013

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional – STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS (Anexo 5)

Passíveis de regularização (art. 24 da RSF 43/2001 e §§ 1º e 3º artigo 33 da LRF)

Arquivados - a Regularizar						
Nº de processo	Ente	Credor	Nº operações	Valor (R$)	Data	Observações
-	-	-	-	-	-	-
		Total de operações	0	-		

Passíveis de regularização (art. 24 da RSF 43/2001)

Arquivados – Regularizado						
Nº de processo	Ente	Credor	Nº operações	Valor (R$)	Data	Observações
19406.000552/2009-20	Florianópolis – SC	Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.	1	6.106.873,96	03/09/2013	
19406.000421/2009-42	Florianópolis – SC	Pessoa Jurídica	1	959.521,00	03/09/2013	
17944.000722/2013-30	Rio Branco do Sul – PR	Companhia Paranaense de Energia	1	3.965.863,00	10/09/2013	
17944.000947/2013-96	Alto Paraíso – PR	Companhia de Saneamento do Paraná	1	74.956,56	19/09/2013	
17944.000946/2013-41	Alto Paraíso – PR	Companhia Paranaense de Energia	1	24.183,40	20/09/2013	
		Total de operações	5	11.131.397,92		

Passíveis de cancelamento (artigos 35 ou 37 da LRF)

TIPO DE ENTE	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/NÃO-FINANCEIRA	NÚMERO DE OPERAÇÕES	VALOR (R$)
-	-	-	-
	Total de operações	0	-

Status das Operações de Crédito analisadas (Integrante do Anexo 5)

Status	Descrição
Arquivado	O pleito foi arquivado em conformidade com a RSF nº 43/2001, tendo em vista o não envio dos documentos e informações solicitados
Arquivado – A Regularizar	O pleito foi arquivado em conformidade com a RSF nº 43/2001, tendo em vista o não envio dos documentos e informações solicitados. A contratação de novas operações de crédito fica condicionada à regularização da operação de crédito em questão
Arquivado – Regularizado	O pleito foi arquivado em conformidade com a RSF nº 43/2001, tendo em vista o recebimento documentos e informações solicitados necessários para sua regularização ou comprovante de quitação (PGFN/CAF/Nº 1.252, de 22/06/2006)
Autorizado	O pleito atendeu os requisitos prévios à contratação da operação de crédito, conforme dispõe o art. 32 da LRF
Autorizado pela Resolução 48 – Operação Contratual Interna (com garantia)	Não há nada a opor à concessão da pleiteada garantia da União, desde que, previamente à assinatura do contrato de garantia, seja: i) verificada pelo Ministério da Fazenda a adimplência do Ente com a União e suas entidades controladas; ii) formalizado o respectivo contrato de contragarantia.
Indeferido	O pleito sob exame não atende os requisitos mínimos previstos no art. 32 da RSF nº 43/2001

(À Comissão de Assuntos Econômicos)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – O **Aviso n° 83, de 2013**, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – A Presidência recebeu o **Aviso n° 84, de 2013** (n° 388/2013, na origem), de 30 de outubro último, do Ministro de Estado da Fazenda, informando, nos termos do art. 4º da Resolução n° 20, de 2004, do Senado Federal, que o Tesouro Nacional não realizou emissões de títulos da República, no trimestre encerrado em 30 de setembro de 2013.

É o seguinte o Aviso:

AVISO
Nº 84, DE 2013

Aviso nº 388/MF

Brasília, 30 de outubro de 2013

Assunto: Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior. Envio de Relatório para os fins do art. 4º da Resolução nº 20, de 16 de novembro de 2004, do Senado Federal.

Senhor Presidente,

No contexto do Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior, de que trata o art. 4º da Resolução nº 20, de 16 de novembro de 2004, dessa Casa Legislativa, informo à Vossa Excelência que, no trimestre encerrado em 30 de setembro dc 2013, o Tesouro Nacional não realizou emissões de títulos da República, nos termos do inciso I do art. 1º da referida Resolução.

Atenciosamente, – **Guido Mantega,** Ministro de Estado da Fazenda.

(À Comissão de Assuntos Econômicos.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – O **Aviso n° 84, de 2013**, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – O Senado Federal recebeu o seguinte aviso do Ministro de Estado de Minas e Energia:

– **N° 224, de 31 de outubro de 2013**, em resposta ao **Requerimento nº 860, de 2013**, de informações, de autoria da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

As informações foram encaminhadas, em cópia, à Comissão requerente.

O Requerimento vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – O Senado Federal recebeu o seguinte Ofício do Ministro de Estado das Comunicações:

– **N° 96, de 31 de outubro de 2013**, em resposta ao **Requerimento nº 988, de 2013**, de informações, de autoria do Senador Aécio Neves.

As informações foram encaminhadas, em cópia, ao requerente.

O Requerimento vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – O Senado Federal recebeu, do Tribunal de Contas da União, o **Aviso nº 85, de 2013** (n° 1.401/2013, na origem), que encaminha cópia do Acórdão n° 2.928/2013-TCU, referente ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução n° 24/2013, do Senado Federal (TC 018.455/2013-1).

É o seguinte o Aviso:

AVISO
Nº 85, DE 2013

Aviso nº 1.401-Seses-TCU-Plenário

Brasília-DF, 30 de outubro de 2013

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento, em atendimento ao Ofício nº 1531 (SF), de 28 de junho de 2013, cópia do Acórdão proferido pelo Plenário desta Corte nos autos do processo nº TC 018.455/2013-1, na Sessão Ordinária de 30-10-2013, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam.

Esclareço, por oportuno, que o mencionado Acórdão produzirá efeitos após o seu trânsito em julgado e que eventuais providências a cargo dessa Casa serão posteriormente comunicadas.

Atenciosamente, – **Benjamin Zymler**, na Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – O Aviso, apensado ao processado da respectiva Resolução, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – A Presidência recebeu o **Aviso n° 86, de 2013** (n° 174/2013, na origem), do Banco Central do Brasil, que encaminha, em atendimento ao disposto na Lei n° 9.069, de 1995, o demonstrativo das emissões do real referente ao terceiro trimestre de 2013, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

É o seguinte o Aviso:

AVISO
Nº 86, DE 2013

Aviso 174/2013–BCB

Brasília, 30 de outubro de 2013.

A Sua Excelência o Senhor
José Renan Vasconcelos Calheiros
Presidente do Senado Federal
Senado Federal – Praça dos Três Poderes
70165-900 Brasília – DF

Assunto: Demonstrativo das emissões do real.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, que estabeleceu as condições para emissão do real, a fórmula de apuração das emissões realizadas e as bases para o acompanhamento e controle monetário, encaminho a Vossa Excelência o anexo demonstrativo das emissões referentes ao terceiro trimestre de 2013, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas, bem como o relatório da execução da programação monetária.

Atenciosamente,

Alexandre Antonio Tombini
Presidente

Anexo: I.

BANCO CENTRAL DO BRASIL

Anexo ao Aviso nº 174/2013-BCB, de 30 de outubro de 2013

A - Demonstrativo das emissões do real – terceiro trimestre de 2013

I. A base monetária restrita e a emissão

II. A base monetária ampliada

III. Os meios de pagamento (M1) e o multiplicador

IV. Os meios de pagamento amplos

V. Anexos

B - Relatório de execução da programação monetária - terceiro trimestre de 2013

DEMONSTRATIVO DAS EMISSÕES DO REAL

I – A base monetária restrita e a emissão

A média dos saldos diários da base monetária alcançou R$215 bilhões em setembro, após elevações de 0,9% no mês e de 4,6% em doze meses. A variação mensal resultou do incremento de 3,3% no papel-moeda emitido e da contração de 8,5% no saldo das reservas bancárias.

Demonstrativo de emissões do real

Terceiro trimestre - 2013

Discriminação	R$ bilhões
A - Emissão monetária autorizada para o 3º trimestre/2013[1] (Voto CMN nº 74/2013)	251,80
B - Emissão monetária realizada[2]	214,96
b.1 - Usos[2]	214,96
b.1.1 - Papel-moeda emitido	176,11
b.1.2 - Reservas bancárias	38,85
b.2 - Fontes	214,96
b.2.1 - Saldos em 31.07.2013	209,67
b.2.1.1 - Papel-moeda emitido	170,81
b.2.1.2 - Reservas bancárias	38,80
b.2.2 - Fluxos em agosto/2013[3]	5,35
b.2.2.1 - Operações com o Tesouro Nacional	27,49
b.2.2.2 - Operações com títulos públicos federais	-17,41
b.2.2.3 - Operações com o setor externo	-0,24
b.2.2.4 - Operações com o sistema financeiro	-4,49
C - Saldo de emissão (A - B)	36,84
D - Reservas internacionais disponíveis	822,10
E - Lastro monetário exigido (reservas internacionais vinculadas)	251,80
F - Reservas internacionais excedentes (D - E)	570,30

1/ Média dos saldos nos dias úteis do último mês do trimestre.
2/ Média dos saldos nos dias úteis.
3/ Média dos fluxos acumulados nos dias úteis.

Base monetária e componentes
Média dos saldos nos dias úteis

R$ milhões

Período	Papel-moeda emitido	Variação percentual		Reservas bancárias	Variação percentual		Base monetária	Variação percentual	
		Mês	12 meses		Mês	12 meses		Mês	12 meses
2011 Jan	142 413	3,8	14,6	49 633	0,6	20,8	192 047	-2,7	16,1
Fev	137 554	-3,4	11,8	46 293	-6,7	19,2	183 877	-4,3	13,6
Mar	135 529	-1,5	13,3	45 235	-2,3	15,5	180 765	-1,7	13,9
Abr	135 618	0,0	13,4	44 411	-1,8	9,7	179 926	-0,5	12,2
Mai	135 636	1,4	11,6	43 967	-1,0	9,6	177 603	-1,3	11,1
Jun	135 309	-1,8	11,6	44 718	1,7	9,7	180 026	1,4	11,1
Jul	136 425	0,8	10,7	43 530	-2,7	1,0	179 955	0,0	6,2
Ago	137 258	0,6	9,5	42 462	-2,5	-2,0	179 720	-0,1	6,6
Set	141 885	3,4	9,2	42 392	-0,2	-1,5	184 276	2,5	8,5
Out	143 731	1,3	8,6	41 740	-1,5	-6,9	185 471	0,6	4,8
Nov	144 819	0,8	8,6	42 460	1,7	-5,1	187 279	1,0	5,3
Dez	160 150	10,6	8,2	45 817	7,9	-7,1	205 977	10,0	4,4
2012 Jan	153 870	-3,9	8,1	46 614	1,7	-6,1	200 585	-2,6	4,4
Fev	151 623	-1,5	10,2	42 930	-7,9	-7,3	194 553	-3,0	5,8
Mar	147 991	-2,5	9,1	42 503	-1,0	-6,0	190 494	-2,1	5,3
Abr	147 516	-0,3	8,9	42 053	-1,0	-5,3	189 578	-0,4	5,4
Mai	148 008	0,3	10,8	42 078	0,0	-4,3	190 084	0,3	7,0
Jun	150 075	1,4	10,9	42 452	0,9	-5,1	192 526	1,3	6,9
Jul	153 473	2,3	12,5	44 009	3,7	1,1	197 482	2,6	9,7
Ago	154 185	0,5	12,3	42 803	-2,7	0,8	196 988	-0,2	9,6
Set	160 846	4,3	13,4	44 709	4,5	5,5	205 555	4,3	11,5
Out	161 891	0,6	12,8	44 134	-1,3	5,7	206 025	0,2	11,1
Nov	161 763	-0,1	11,7	44 744	1,4	5,4	206 508	0,2	10,3
Dez	180 419	11,5	12,6	50 450	12,8	10,1	230 869	11,8	12,1
2013 Jan	172 517	-4,3	12,1	54 144	7,3	16,2	226 750	-1,8	13,0
Fev	169 064	-2,1	11,5	45 883	-15,3	6,9	214 947	-5,2	10,5
Mar	166 096	-1,8	12,3	39 547	-13,8	-7,0	205 642	-4,3	8,0
Abr	164 364	-1,0	11,5	41 684	5,2	-1,1	206 048	0,2	8,7
Mai	165 310	0,5	11,7	42 598	2,4	1,2	207 908	0,9	9,4
Jun	166 860	0,9	11,7	37 293	-12,5	-12,2	204 153	-1,8	6,0
Jul	169 295	1,5	10,3	42 249	13,3	-4,0	211 544	3,6	7,1
Ago	170 533	0,7	10,6	42 445	0,5	-0,8	212 978	0,7	8,1
Set	176 115	3,3	9,5	38 850	-8,5	-13,1	214 965	0,9	4,6

Os fluxos mensais dos fatores condicionantes da emissão monetária evidenciaram expansão de R$4,2 bilhões nas operações do Tesouro Nacional, de R$3,6 bilhões nos depósitos de instituições financeiras, que compreendem os fluxos mensais relativos aos recolhimentos compulsórios, e de R$24,2 bilhões nas operações com títulos públicos federais, que incluem a atuação do Banco Central no ajuste da liquidez do mercado monetário. Em sentido oposto, as vendas líquidas de divisas no mercado interbancário e os ajustes referentes às operações com derivativos, foram contracionistas em R$3,2 bilhões e R$5,9 bilhões, respectivamente. O impacto referente aos títulos públicos correspondeu a compras líquidas de R$5 bilhões no mercado secundário e a resgates líquidos de R$19,2 bilhões no mercado primário.

Fatores condicionantes da base monetária
Fluxos acumulados no mês

R$ milhões

Período	Operações com Tesouro Nacional	Operações com títulos públicos federais	Operações com o setor externo	Operações com o sistema financeiro	Operações com derivativos e ajustes	Variação da base monetária
2011 Jan	16 919	- 35 551	13 502	- 6 164	12	- 13 306
Fev	18 839	- 6 037	15 238	- 1 505	193	- 7 940
Mar	13 093	- 7 127	14 783	- 660	408	- 5 688
Abr	- 9 856	- 6 175	8 771	- 1 855	922	- 7 193
Mai	- 15 696	- 11 436	7 758	- 2 929	- 256	- 5 572
Jun	- 5 682	- 12 728	3 912	- 902	- 355	- 12 213
Jul	- 7 600	- 5 442	- 10 505	- 5 999	- 425	- 8 412
Ago	- 20 183	- 13 887	- 7 932	- 4 446	- 4	- 2 814
Set	- 9 101	- 25 737	- 775	- 5 979	- 2 213	- 9 249
Out	- 5 390	- 9 938	- 217	- 5 242	- 144	- 436
Nov	- 19 165	- 11 895	- 1 061	- 1 048	- 236	- 5 398
Dez	- 17 946	- 44 910	- 304	- 4 328	- 32	- 31 564
2012 Jan	- 6 232	- 22 620	- 193	- 13 911	- 185	- 2 099
Fev	- 23 613	- 18 425	- 1 576	- 17 730	- 64	- 20 647
Mar	- 9 071	- 14 881	- 17 719	- 16 644	- 344	- 10 467
Abr	- 10 291	- 16 142	- 13 487	- 4 325	- 132	- 8 772
Mai	- 14 994	- 13 738	- 2 224	- 1 963	- 626	- 1 521
Jun	- 4 226	- 12 447	- 422	- 1 701	- 253	- 7 195
Jul	- 3 624	- 5 773	- 215	- 14 233	- 281	- 4 769
Ago	- 9 905	- 8 966	- 214	- 553	- 60	- 52
Set	- 1 016	- 12 865	- 180	- 12 431	- 105	- 1 375
Out	- 5 109	- 6 641	- 291	- 14 972	- 44	- 2 657
Nov	- 5 652	- 999	- 313	- 8 887	- 278	- 4 268
Dez	- 39 381	- 64 649	- 10 975	- 10 114	- 60	- 24 347
2013 Jan	- 5 981	- 21 321	- 2 442	- 3 884	- 138	- 16 808
Fev	- 19 052	- 3 762	- 3 564	- 837	- 53	- 11 441
Mar	- 4 777	- 1 692	- 6 118	- 293	- 45	- 2 695
Abr	- 1 932	- 3 551	- 258	- 30	- 3	- 1 904
Mai	- 17 283	- 11 878	- 265	- 3 436	- 0	- 8 676
Jun	- 5 758	- 29 186	- 3 709	- 6 235	- 83	- 13 518
Jul	- 3 824	- 3 495	- 210	- 6 189	- 1 722	- 4 096
Ago	- 11 830	- 19 768	- 8 371	- 2 809	- 2 379	- 863
Set	- 4 222	- 24 172	- 3 240	- 754	- 5 941	- 19 907

1/ Não inclui operações com títulos.

II – A base monetária ampliada

A base monetária ampliada atingiu R$3.089 bilhões, apresentando elevação de 1,1% no mês e de 8% nos últimos 12 meses. Dentre seus componentes, o estoque dos títulos públicos federais fora da carteira da Autoridade Monetária subiu 0,6%, totalizando R$2.553 bilhões. Esse resultado derivou, basicamente, da atualização da dívida mobiliária federal em poder do público.

Base monetária ampliada

Saldos em final de período

R$ milhões

Período	Base monetária	Depósitos compulsórios em espécie		Títulos públicos federais			Total	Variação percentual	
				Títulos do Tesouro Nacional				Mês	12 meses
		Remunerados[2]	Não remunerados[3]	Posição de carteira	Financiamento[4]	Total			
2011 Jan	193 547	331 495	3 493	1542 312	375 235	1917 548	2446 083	2,1	17,6
Fev	185 607	333 181	3 588	1586 653	359 508	1946 362	2468 738	0,9	18,5
Mar	179 918	336 920	3 730	1610 614	366 811	1977 425	2497 994	1,2	18,2
Abr	172 725	341 841	3 648	1654 255	350 518	2004 771	2522 983	1,0	14,8
Mai	178 298	342 623	3 602	1666 182	349 525	2015 706	2540 229	0,7	14,3
Jun	193 511	344 628	3 695	1731 282	321 540	2052 822	2591 657	2,0	15,3
Jul	162 099	353 655	3 853	1662 527	416 237	2078 764	2618 184	1,0	15,1
Ago	179 265	354 197	4 124	1693 674	392 615	2086 289	2623 895	0,2	14,1
Set	188 505	363 047	4 227	1724 998	357 365	2082 363	2638 142	0,5	13,1
Out	188 069	370 109	4 274	1733 343	359 530	2092 873	2655 425	0,7	12,2
Nov	182 671	370 832	4 215	1753 749	349 230	2102 978	2660 698	0,2	11,5
Dez	214 235	369 180	4 256	1783 258	311 869	2095 128	2682 798	0,8	12,0
2012 Jan	212 136	356 983	3 910	1719 941	424 504	2144 445	2717 485	1,3	11,1
Fev	191 489	341 760	4 058	1755 365	428 364	2183 729	2721 039	0,1	10,2
Mar	201 956	325 975	4 001	1766 095	451 119	2217 214	2749 146	1,0	10,1
Abr	193 184	323 157	3 958	1777 694	467 673	2245 367	2765 666	0,6	9,5
Mai	181 663	324 920	4 053	1816 478	439 544	2256 022	2776 658	0,4	9,3
Jun	188 858	322 419	4 095	1865 971	414 665	2280 636	2808 009	1,1	8,3
Jul	203 828	308 505	3 950	1761 485	534 258	2295 744	2811 826	0,2	7,4
Ago	203 575	308 632	2 169	1752 297	554 300	2306 597	2820 974	0,3	7,5
Set	202 200	297 080	2 212	1791 004	568 540	2357 544	2859 036	1,3	8,4
Out	204 757	282 463	2 145	1825 576	575 800	2401 376	2890 741	1,1	8,9
Nov	209 025	274 113	1 960	1837 182	578 400	2415 582	2900 680	0,3	9,0
Dez	233 371	271 993	2 094	1890 138	497 400	2387 538	2894 997	-0,2	7,9
2013 Jan	216 484	276 530	1 881	1797 259	620 300	2417 559	2912 434	0,6	7,2
Fev	205 023	276 799	1 963	1828 486	610 600	2439 088	2922 873	0,4	7,4
Mar	207 717	277 824	1 884	1812 745	641 900	2454 646	2942 071	0,7	7,0
Abr	209 822	276 777	1 896	1805 758	662 020	2467 778	2956 072	0,5	6,9
Mai	201 046	278 909	1 954	1802 764	686 583	2489 347	2971 257	0,5	7,0
Jun	214 568	286 463	1 124	1866 044	638 857	2504 901	3007 056	1,2	7,2
Jul	210 471	292 202	3 086	1849 891	689 722	2539 613	3043 373	1,2	8,2
Ago	209 808	303 797	4 614	1876 902	659 243	2536 145	3054 164	0,4	8,3
Set	229 575	302 349	4 353	1893 467	659 144	2552 611	3088 882	1,1	8,0

1/ Títulos avaliados pela curva do rendimento do papel. Inclui emissões/resgates de títulos públicos federais sem impacto monetário.
2/ Depósitos vinculados ao SBPE: 6,17% a.a. + TR. Depósitos a prazo e exigibilidade adicional sobre depósitos à vista, a prazo e de poupança: SELIC, recursos de poupança não direcionados ao financiamento imobiliário e rural: 80% (Remuneração: 6,17% a.a. + TR se meta Selic for maior que 8,5% a.a. ou 70% da meta Selic + TR se meta Selic igual ou menor que 8,5% a.a.).
3/ A partir de fevereiro/2003 inclui os recursos de depósitos prévio para compensação e a partir de agosto/2004 os recursos de depósitos à vista não aplicados em microfinanças e os decorrentes de deficiências de exigibilidades de aplicações em crédito rural.
4/ Inclui posições de financiamento líquido junto ao BCB-SIC, ao BCB-MAS (1) overnight e posições da Res. nº 2300, de 28 de agosto de 1996.

III – Os meios de pagamento e o multiplicador

O saldo médio diário dos meios de pagamento restritos (M1) atingiu R$303,4 bilhões em setembro, após elevação de 1,9% no mês, que refletiu incrementos de 3,4% no papel-moeda em poder do público e de 0,6% nos depósitos à vista. Nos últimos doze meses, o M1 apresentou crescimento acumulado de 10,5%.

Meios de pagamento (M1) e componentes
Média dos saldos nos dias úteis

R$ milhões

Período	Papel-moeda em poder do público	Variação percentual		Depósitos à vista	Variação percentual		Meios de pagamento	Variação percentual	
		No mês	Em 12 meses		No mês	Em 12 meses		No mês	Em 12 meses
2011 Jan	115 342	-3,6	14,8	152 901	-4,5	13,1	268 242	-4,1	13,8
Fev	111 424	-3,4	12,9	145 814	-4,6	11,2	257 239	-4,1	11,9
Mar	108 998	-2,2	12,5	140 668	-3,5	10,1	252 666	-1,8	11,1
Abr	108 816	-0,2	12,6	142 524	1,3	7,5	251 340	-0,5	9,7
Mai	108 017	-0,7	11,1	141 805	-0,5	5,6	249 823	-0,6	7,9
Jun	109 364	1,2	11,1	141 928	0,1	4,4	251 283	0,6	7,3
Jul	110 567	1,1	10,2	142 685	0,7	3,4	253 452	0,9	6,2
Ago	110 962	0,4	8,8	139 511	-2,4	0,8	250 473	-1,2	4,2
Set	113 912	2,7	7,9	139 459	0,0	-1,5	253 371	1,2	2,5
Out	114 858	0,8	7,6	140 856	1,0	-3,1	255 714	0,9	1,5
Nov	115 942	0,9	7,9	139 292	-1,1	-4,5	255 234	-0,2	0,8
Dez	129 053	11,3	7,9	151 438	8,7	-5,4	280 491	9,9	0,3
2012 Jan	124 375	-3,6	7,8	144 973	-4,3	-5,2	269 348	-4,0	0,4
Fev	121 778	-2,1	9,3	139 572	-3,7	-4,3	261 350	-3,0	1,6
Mar	119 740	-1,7	9,9	137 584	-1,4	-4,2	257 324	-1,5	1,8
Abr	119 363	-0,3	9,7	138 788	0,9	-2,6	258 151	0,3	2,7
Mai	119 790	0,4	10,9	139 104	0,2	-1,9	258 894	0,3	3,6
Jun	121 719	1,6	11,3	140 992	1,4	-0,7	262 711	1,5	4,5
Jul	124 241	2,1	12,4	144 314	2,4	1,0	268 555	2,2	6,0
Ago	125 078	0,7	12,7	140 952	-2,3	1,0	266 027	-0,9	6,2
Set	130 159	4,1	14,3	144 380	2,4	3,5	274 539	3,2	8,4
Out	131 124	0,7	14,2	144 631	0,2	2,7	275 756	0,4	7,8
Nov	130 943	-0,1	12,9	147 187	1,8	5,7	278 130	0,9	9,0
Dez	145 642	11,2	12,9	167 439	13,8	10,6	313 081	12,6	11,6
2013 Jan	139 832	-4,0	12,4	160 661	-4,0	10,8	300 493	-4,0	11,8
Fev	135 768	-2,9	11,5	154 750	-3,7	10,9	290 518	-3,3	11,2
Mar	135 548	-0,2	13,2	154 458	-0,2	12,3	290 006	-0,2	12,7
Abr	134 434	-0,8	12,6	155 775	0,9	12,2	290 209	0,1	12,4
Mai	135 447	0,8	13,1	155 170	-0,4	11,5	290 617	0,1	12,3
Jun*	136 618	0,9	12,2	159 576	2,8	13,2	296 194	1,9	12,7
Jul*	138 831	1,7	11,8	161 980	1,5	12,2	300 910	1,6	12,0
Ago*	140 257	1,0	12,1	157 482	-2,8	11,7	297 719	-1,1	11,9
Set*	145 039	3,4	11,4	158 403	0,6	9,7	303 442	1,9	10,5

* Dados preliminares.

O multiplicador monetário, com base no saldo médio diário, manteve-se relativamente estável em 1,41 no mês de setembro.

Multiplicador e coeficientes de comportamento monetário[1]
Média dos saldos nos dias úteis

Período	Comportamento do público		Comportamento dos bancos		Multiplicador
	$\frac{PMPP}{M1}$	$D = \frac{DV}{M1}$	$R_1 = \frac{CX}{DV}$	$R_2 = \frac{RB}{DV}$	$K = \frac{1}{C + D(R_1 + R_2)} = \frac{M1}{B}$
2011 Jan	0,43	0,57	0,18	0,32	1,40
Fev	0,43	0,57	0,18	0,32	1,40
Mar	0,43	0,57	0,18	0,31	1,40
Abr	0,43	0,57	0,19	0,31	1,40
Mai	0,43	0,57	0,18	0,31	1,41
Jun	0,44	0,56	0,18	0,32	1,40
Jul	0,44	0,56	0,18	0,33	1,41
Ago	0,44	0,56	0,19	0,30	1,39
Set	0,45	0,55	0,20	0,30	1,37
Out	0,45	0,55	0,20	0,30	1,38
Nov	0,45	0,55	0,21	0,30	1,36
Dez	0,46	0,54	0,21	0,30	1,36
2012 Jan	0,46	0,54	0,20	0,32	1,34
Fev	0,47	0,53	0,21	0,31	1,34
Mar	0,47	0,53	0,20	0,31	1,35
Abr	0,46	0,54	0,20	0,30	1,36
Mai	0,46	0,54	0,20	0,30	1,36
Jun	0,46	0,54	0,20	0,30	1,36
Jul	0,46	0,54	0,20	0,30	1,36
Ago	0,47	0,53	0,21	0,30	1,35
Set	0,47	0,53	0,21	0,31	1,34
Out	0,48	0,52	0,21	0,31	1,34
Nov	0,47	0,53	0,21	0,30	1,35
Dez	0,47	0,53	0,21	0,30	1,36
2013 Jan	0,47	0,53	0,20	0,34	1,33
Fev	0,47	0,53	0,22	0,30	1,35
Mar	0,47	0,53	0,20	0,26	1,41
Abr	0,46	0,54	0,19	0,27	1,41
Mai	0,47	0,53	0,19	0,27	1,40
Jun	0,46	0,54	0,19	0,23	1,45
Jul	0,46	0,54	0,19	0,26	1,42
Ago	0,47	0,53	0,19	0,27	1,40
Set	0,48	0,52	0,20	0,25	1,41

1/ Onde:
C - Preferência do público por papel-moeda
PMPP - Papel-moeda em poder do público
M1 - Meios de pagamento
D - Preferência do público por depósitos à vista
DV - Depósitos à vista
R1 - Taxa de encaixe em moeda corrente
CX - Encaixe de moeda corrente
R2 - Taxa de reservas bancárias
RB - Reservas bancárias
K - Multiplicador da base monetária
B - Base monetária

IV – Os meios de pagamento amplos

Os meios de pagamento no conceito M2, que corresponde ao M1 acrescido de depósitos de poupança e títulos privados, registraram expansão de 0,9% em setembro, totalizando R$1,9 trilhão. O saldo dos depósitos de poupança registrou elevação mensal de 1,7%, atingindo R$567,9 bilhões, após captação líquida de R$6,7 bilhões no período. Os títulos privados

assinalaram incremento de 0,4% no mês, alcançando saldo de R$991,7 bilhões, influenciado por resgates líquidos de R$9,5 bilhões nos depósitos a prazo.

O conceito M3, que compreende o M2, as quotas de fundos de renda fixa e os títulos públicos que lastreiam as operações compromissadas entre o público e o setor financeiro, expandiu-se 0,6% no mês, somando R$3,8 trilhões, refletindo o crescimento de 0,4% no saldo das quotas de fundos de renda fixa, que alcançou R$1,7 trilhão. O M4, conceito que acrescenta ao M3 os títulos públicos de detentores não financeiros, registrou elevação de 1,4% no mês e de 9,8% nos últimos doze meses, atingindo R$4,4 trilhões.

Meios de pagamento ampliados
Saldos em final de período

R$ milhões

Período	M1	Depósitos		Títulos privados[1/]	M2	Quotas de fundos de renda fixa[2/]	Operações compromissadas com títulos federais[3/]	M3	Títulos Federais (Selic)	M4	Variação percentual	
		para investimento	de poupança								No mês	Em 12 meses
2011 Jan	257 449	3 457	382 044	705 081	1 348 031	1 138 659	67 708	2 554 397	490 367	3 044 764	0,1	17,0
Fev	254 481	3 248	383 334	726 469	1 367 533	1 162 776	77 594	2 607 903	500 116	3 108 018	2,0	18,6
Mar	251 849	3 374	385 733	752 983	1 393 939	1 186 816	80 306	2 660 344	497 633	3 141 177	1,1	18,0
Abr	249 312	2 084	386 123	785 300	1 401 820	1 200 656	57 378	2 660 060	506 738	3 166 798	0,8	19,3
Mai	249 578	574	387 047	789 978	1 427 174	1 213 139	58 139	2 698 452	513 187	3 211 639	1,4	19,3
Jun	253 640	216	389 559	810 383	1 453 998	1 220 080	58 626	2 732 704	513 526	3 246 230	1,1	18,5
Jul	252 615	211	388 006	823 812	1 474 644	1 235 123	73 632	2 783 368	497 868	3 281 266	1,1	18,2
Ago	246 391	251	402 718	848 477	1 500 838	1 262 029	74 745	2 837 613	508 278	3 345 891	2,0	17,9
Set	255 055	237	408 311	866 512	1 531 092	1 279 737	69 329	2 880 158	501 545	3 381 703	1,1	14,9
Out	252 814	18	412 718	872 469	1 538 019	1 297 673	67 883	2 903 526	514 367	3 417 893	1,1	15,3
Nov	261 200	7	414 983	892 840	1 569 029	1 327 781	52 140	2 948 904	511 518	3 460 021	1,3	15,8
Dez	285 377	1	420 873	911 229	1 617 480	1 326 298	86 479	3 030 257	519 873	3 550 230	2,6	16,8
2012 Jan	259 833	2	423 252	908 705	1 591 803	1 365 115	128 650	3 085 568	514 019	3 599 587	1,4	16,2
Fev	256 009	3	425 054	917 683	1 599 648	1 387 552	134 724	3 121 925	523 199	3 645 124	1,3	17,3
Mar	257 523	3	429 861	926 960	1 614 347	1 448 610	124 290	3 187 247	532 115	3 719 362	2,0	18,4
Abr	258 845	6	434 077	917 930	1 610 857	1 484 024	125 360	3 220 247	531 733	3 751 980	0,9	18,5
Mai	259 300	0	442 527	935 054	1 637 111	1 491 542	126 287	3 254 940	550 737	3 805 677	1,4	18,5
Jun	265 810	0	449 802	946 231	1 660 340	1 606 771	125 289	3 292 410	546 714	3 839 123	0,9	18,0
Jul	265 536	0	460 242	942 728	1 668 505	1 527 190	148 558	3 344 253	544 157	3 888 410	1,3	18,5
Ago	267 200	0	485 932	952 489	1 685 549	1 551 571	157 680	3 394 808	550 529	3 945 336	1,5	17,9
Set	274 635	0	474 053	959 380	1 702 217	1 581 480	158 124	3 421 891	553 685	3 975 576	0,8	17,6
Out	279 411	0	479 471	954 322	1 706 999	1 592 717	167 043	3 466 258	670 333	4 045 601	1,8	18,4
Nov	288 091	0	485 717	950 829	1 724 637	1 614 095	166 212	3 504 944	564 557	4 069 501	0,6	17,6
Dez	297 139	0	497 139	942 460	1 754 615	1 600 912	153 542	3 519 069	584 664	4 103 763	0,8	15,6
Jan	265 510	0	501 630	932 634	1 721 819	1 668 059	160 157	3 550 035	579 269	4 129 304	0,6	14,7
Fev	268 025	0	506 418	928 766	1 722 233	1 660 214	3 132 105	3 564 552	573 975	4 138 527	0,2	13,5
Mar	270	0	514 655	948 056	1 755 068	1 668 662	156 512	3 611 760	562 212	4 173 972	0,8	12,2
Abr	277	0	519 549	945 048	1 772 360	1 715 468	164 815	3 632 643	573 312	4 206 016	0,8	12,1
Mai	283	0	527 660	958 608	1 790 263	1 721 224	172 665	3 678 221	567 933	4 247 154	1,0	11,6
Jun	300	0	539	977 060	1 816 627	1 703 491	172 427	3 692 237	589 354	4 281 591	0,8	11,0
Jul	297	0	555	978 808	1 822 338	1 728 126	160 791	3 711 657	567 077	4 278 734	0,4	10,0
Ago	298	0	558 449	987 724	1 844 596	1 731 592	157 901	3 734 028	572 041	4 306 069	0,6	9,1
Set	301	0	567	991	1 860	1 737	157	3 758	610	4 366	1,4	9,8

1/ Incluídos depósitos a prazo, letras hipotecárias, letras imobiliárias, Letras de Crédito do Agronegócio, Letras de Crédito Imobiliário, cotas de fundos de investimento em direitos creditórios e debêntures.
2/ Exclui lastro em títulos emitidos primariamente por instituição financeira.
3/ As aplicações do setor não-financeiro em operações compromissadas estão incluídas no M3 a partir de agosto de 1999, quando eliminou-se o prazo mínimo de 30 dias, exigido em tais operações desde outubro de 1991.
Dados preliminares.

V – Anexo

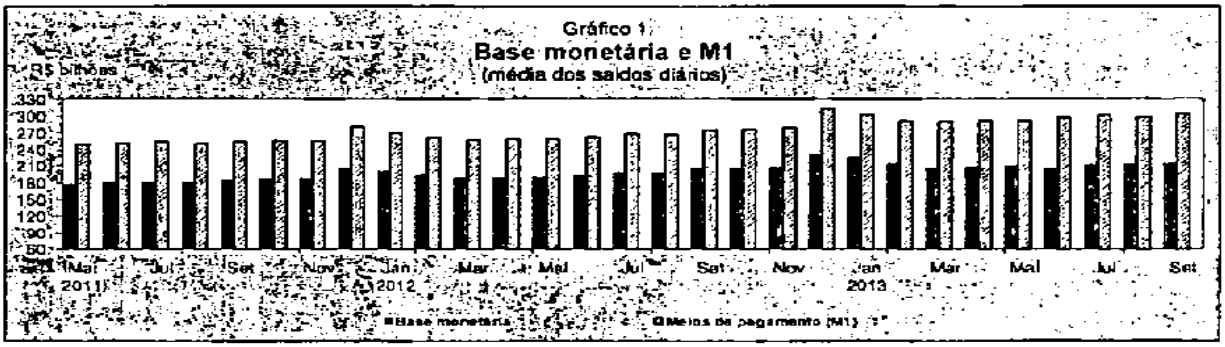


Gráfico 1
Base monetária e M1
(média dos saldos diários)
R$ bilhões
Base monetária
Meios de pagamento (M1)

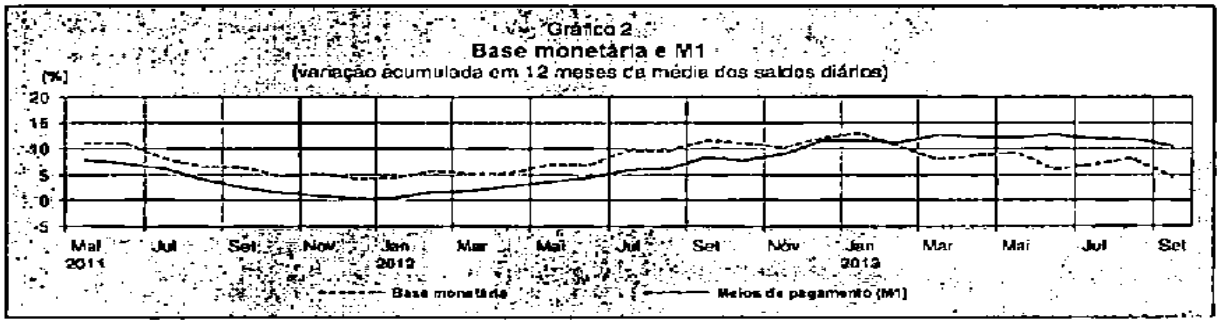


Gráfico 2
Base monetária e M1
(variação acumulada em 12 meses da média dos saldos diários)
(%)
Base monetária
Meios de pagamento (M1)

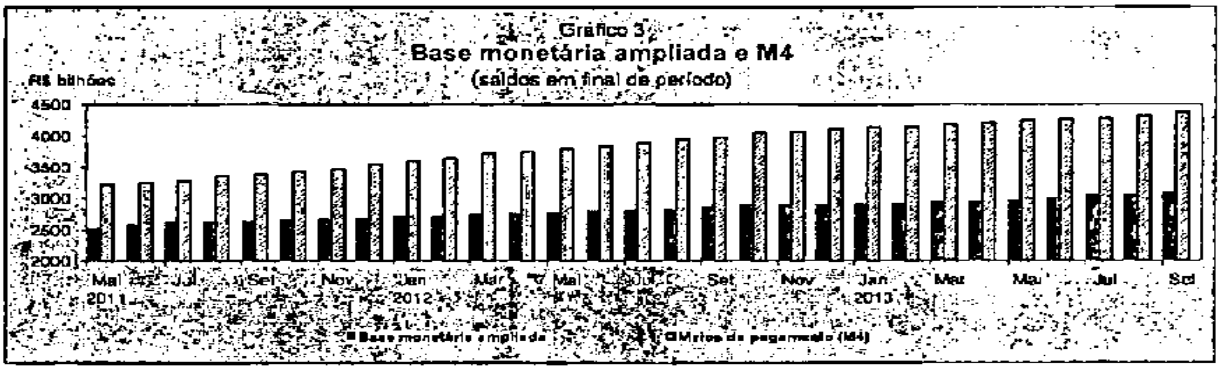


Gráfico 3
Base monetária ampliada e M4
(saldos em final de período)
R$ bilhões
Base monetária ampliada
Meios de pagamento (M4)

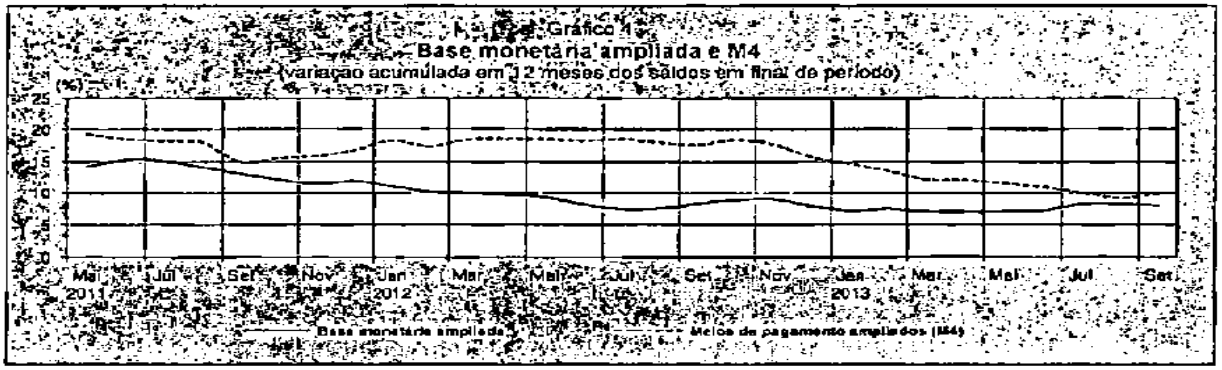


Gráfico 4
Base monetária ampliada e M4
(variação acumulada em 12 meses dos saldos em final de período)
(%)
Base monetária ampliada
Meios de pagamento ampliados (M4)

B – Relatório de execução da programação monetária

As metas estabelecidas pela programação monetária para os principais agregados foram estritamente cumpridas no terceiro trimestre de 2013.

Programação monetária

Discriminação	2013			
	Terceiro trimestre			
	Previsto		Ocorrido	
	R$ bilhões	Variação percentual em 12 meses 1/	R$ bilhões	Variação percentual em 12 meses
M1 2/	278,0 – 326,4	10,1	303,4	10,5
Base restrita 2/	186,1 – 251,8	6,5	215,0	4,6
Base ampliada 3/	2 618,6 – 3 308,8	7,2	3 088,9	8,0
M4 3/	3 697,8 – 5 002,9	9,4	4 366,3	9,8

1/ Para o cálculo das variações percentuais considera-se o ponto médio das previsões.
2/ Média dos saldos dos dias úteis no último mês do período.
3/ Saldos em fim de período.

Em reunião de 25.9.2013, o Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou a programação monetária para o ano de 2013, contemplando estimativas para os principais agregados monetários, conforme a tabela abaixo. As projeções são consistentes com cenário de crescimento da renda e trajetória de taxas de juros compatíveis com a política econômica em curso.

Programação monetária

Discriminação	2013	
	Previsto	
	Ano	
	R$ bilhões	Variação percentual em 12 meses 1/
M1 2/	320,0 - 375,7	11,1
Base restrita 2/	216,1 - 292,3	16,1
Base ampliada 3/	2 974,6 - 3 492,0	11,7
M4 3/	3 744,4 - 5 065,9	7,3

1/ Para o cálculo das variações percentuais considera-se o ponto médio das previsões.
2/ Média dos saldos dos dias úteis no último mês do período.
3/ Saldos em fim de período.

Notas explicativas referentes ao demonstrativo de emissão do real

1. O Conselho Monetário Nacional, conforme Voto nº 011/99, aprovado em 28 de janeiro de 1999, utilizando a prerrogativa que lhe confere o artigo 3º, § 4º, inciso III da Lei nº 9069, de 29.6.95, alterou o parâmetro de vinculação entre a emissão do Real e seu lastro em reservas internacionais, passando a adotar a paridade cambial corrente.

2. Com relação à emissão de moeda, o Artigo 4º daquela lei estabelece que:

"Observado o disposto nos artigos anteriores, o Banco Central do Brasil deverá obedecer, no tocante às emissões de Real, o seguinte:

(I) limite de crescimento para o trimestre outubro-dezembro/94 de 13,33% (treze vírgula trinta e três por cento) para as emissões de REAL sobre o saldo de 30 de setembro de 1994;

(II) limite de crescimento percentual nulo no quarto trimestre de 1994 para as emissões de REAL no conceito ampliado;

(III) nos trimestres seguintes, obedecido o objetivo de assegurar a estabilidade da moeda, a programação monetária de que trata o art. 6º desta Lei estimará os percentuais de alteração das emissões de REAL em ambos os conceitos mencionados acima."

No mesmo Artigo 4º, em seu § 2º, foi explicitado que o Conselho Monetário Nacional, para atender a situações extraordinárias, poderá autorizar o Banco Central do Brasil a exceder em até 20% (vinte por cento) os valores resultantes dos percentuais previstos.

3. A Exposição de Motivos nº 206, de 30.6.94, aprovada pelo Exmo. Sr. Presidente da República fixou os critérios a serem adotados pelo Conselho Monetário Nacional na regulamentação dos eventuais ajustes nos limites de emissão necessários para atender circunstâncias excepcionais.

4. Em conformidade com o expresso no § 4º do artigo 4º da Lei nº 9.069, o Voto CMN nº 84/94, que deu origem a Resolução nº 2 082, de 30.6.94, dispôs sobre os limites de emissão e a manter forma de lastreamento da nova unidade do Sistema Monetário Brasileiro, determinando que, para efeito do cumprimento dos limites de emissões autorizadas, o volume de emissões realizadas será apurado pela média dos saldos diários da base monetária.

5. O papel-moeda emitido corresponde à soma das unidades monetárias (reais) que estão fora do Banco Central do Brasil.

6. As reservas bancárias expressam os depósitos compulsórios e possíveis excessos em espécie sobre depósitos à vista não remunerados, mantidos pelo sistema bancário no Banco Central do Brasil.

7. As operações com títulos federais referem-se ao resultado líquido das compras e vendas de títulos públicos federais, bem como aos financiamentos tomados e concedidos pelo Banco Central com lastro em títulos de emissão do próprio Banco Central do Brasil e do

Tesouro Nacional. O conjunto dessas operações visa o controle da liquidez, a administração das taxas de juros no curto prazo e ainda a rolagem da dívida pública federal.

8. As operações do setor externo referem-se, principalmente, às compras e vendas de moeda estrangeira pelo Banco Central do Brasil, as quais resultam dos movimentos de exportação, importação, pagamentos e recebimentos de serviços e das entradas e saídas de recursos de origem financeira, isto é, das aplicações e dos resgates dos investimentos de estrangeiros nos mercados financeiro e de capitais, bem como dos rendimentos obtidos nessas aplicações.

9. As operações com instituições financeiras englobam todas as movimentações de reservas monetárias entre o Banco Central e o sistema financeiro, decorrentes do cumprimento de normas regulatórias estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, tais como:

- encaixes em espécie sobre depósitos de poupança;
- encaixes em espécie sobre depósitos a prazo;
- encaixes em espécie sobre depósitos à vista remunerados;
- encaixes em espécie sobre fundos de investimento;
- assistência financeira de liquidez;
- operações com derivativos;
- recolhimentos compulsórios sobre deficiências em aplicações de crédito rural; e
- outras contas.

10. As operações do Tesouro Nacional refletem os pagamentos e recebimentos de recursos primários do Tesouro, não incluindo, por conseguinte, as operações com títulos de emissão do Tesouro. Por dispositivo da Constituição - Artigo nº 164, § 3º - esses recursos devem estar depositados no Banco Central do Brasil.

(À Comissão de Assuntos Econômicos)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – O **Aviso n° 86, de 2013**, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Queria cumprimentar todos e todas nesta segunda-feira.

Cheguei do meu Estado, o Estado do Acre. Passei um fim de semana com a agenda bem corrida. Estamos aqui para tocar o trabalho no Senado e na Mesa do Senado.

Queria convidar para fazer uso da palavra o meu colega, Senador pelo DF e bom amigo, Rodrigo Rollemberg, como primeiro orador inscrito. Em seguida, a Senadora Ana Amélia. Também estou inscrito como quarto orador.

Com a palavra V. Exª, meu querido e bom amigo.

Estamos meio de ressaca! O Botafogo ontem foi mal, e, para piorar as coisas, os flamenguistas vão bem. Aí ficam gozando, enchendo a paciência da gente. Há botafoguenses atrás das câmeras, na frente das câmeras. Hoje tem-se que lamentar um golzinho no final, do Goiás.

Com a palavra V. Exª.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Muito boa tarde, Sr. Presidente Senador Jorge Viana, prezada Senadora Ana Amélia. Muito obrigado, Jorge Viana, pelas referências.

Começo esta semana, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, trazendo ao debate desta Casa um tema de muito interesse de Brasília, do Distrito Federal, mas não apenas do Distrito Federal, de interesse de todo o Brasil, porque se trata da preservação do plano urbanístico de Brasília, do conjunto urbanístico de Brasília.

Quero trazer ao debate desta Casa a apreciação, o envio pelo Governo do Distrito Federal à Câmara Legislativa do Distrito Federal – e referir-me à pressa do Governo do Distrito Federal em apreciar um tema da maior relevância para o futuro da área tombada de Brasília e, por que não dizer, do Distrito Federal –, do PPCUB – Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília.

Em primeiro lugar, é bom registrar que está fazendo um ano que eu e o Senador Cristovam Buarque encaminhamos um conjunto de solicitações de informação ao Governo do Distrito Federal e à Terracap sobre a contratação de uma empresa de Cingapura, a Jurong, que foi contratada para fazer o plano de desenvolvimento do Distrito Federal pelos próximos 50 anos.

Registro com muita preocupação a falta de projeto do Governo do Distrito Federal, que busca uma empresa de Cingapura, sem nenhum processo de consulta pública, sem nenhuma transparência, sem nenhuma conexão com a nossa realidade, para fazer um plano para os próximos 50 anos. Isso demonstra de forma clara que o Governo se sente incapacitado de fazê-lo, com a inteligência que temos em Brasília, com a participação da comunidade científica, do setor produtivo, da sociedade civil de Brasília e do Brasil. Pode-se até buscar contribuições internacionais, mas de forma clara, de forma transparente, de forma cristalina e participativa.

O mais grave é que, passado um ano dessa contratação, a cidade não tem conhecimento de nada. O Governo do Distrito Federal não disponibiliza no seu site quais as conclusões parciais do estudo. O que se sabe até aqui é que existe a proposta de um centro financeiro internacional, próximo do caminho de São Sebastião, e, recentemente, os jornais noticiam que, em uma parte de uma área pública e em uma parte de uma área privada, estaria prevista a construção de uma cidade de 900 mil habitantes.

Vejam a gravidade disso! Nós estamos falando do Distrito Federal, que hoje tem uma população de 2,4 milhões de habitantes. E agora o GDF fala, também sem nenhuma transparência, da possibilidade de se fazer uma cidade próxima à DF-140, com 900 mil habitantes.

Isso tudo nos remete à discussão do PPCUB – Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília, que pelas linhas gerais – e pela análise dos técnicos, dos especialistas, dos estudiosos, dos professores de arquitetura e de urbanismo – de preservação não tem nada. De preservação só tem o nome, porque a principal preocupação daqueles que já estudaram esse Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília são as centenas de intervenções que são feitas na área tombada do Distrito Federal, que, ao contrário de preservar o conjunto urbanístico, vai deteriorar a qualidade de vida e vai comprometer as escalas residencial, monumental, bucólica e gregária, que são as quatro escalas que formam o Plano Piloto, concebido por Lúcio Costa.

Em primeiro lugar, é importante trazer a preocupação à Casa, compartilhada pelo instituto de arquitetos do Brasil, pelo movimento Urbanistas por Brasília, pelo Conselho de Preservação de Brasília; portanto, por pessoas que se debruçam sobre essa questão há muito tempo, sobre o fortíssimo adensamento proposto por esse plano.

Adensamento dentro da área tombada, dentro do sítio tombado, mas também muito próximo ao sítio tombado. Adensamento, por exemplo, na área do parque ferroviário e do Setor Militar Complementar, próximo à Rodoferroviária, onde há a previsão da construção

de mais uma cidade, de mais um núcleo urbano, com prédios de até 27 metros de altura.

A impressão que dá é que o Governo do Distrito Federal e o Governador Agnelo estão se submetendo às pressões e aos interesses da especulação imobiliária. Em vez de defender a cidade, em vez de defender a população da cidade, em vez de defender a qualidade de vida dos moradores de Brasília, do Plano Piloto e do Distrito Federal, mais uma vez o que parece é que os interesses fortíssimos da especulação imobiliária do Distrito Federal estão ditando os objetivos do Governo do Distrito Federal.

Então, esta é a primeira grande preocupação: um fortíssimo adensamento da área do Plano Piloto e um fortíssimo adensamento do Entorno do Plano Piloto.

É importante registrar que quem mora no Distrito Federal – a Senadora Ana Amélia é uma brasiliense por opção – sabe dos imensos problemas de mobilidade urbana que temos hoje no DF, oriundos de uma enorme concentração de atividades no Plano Piloto. Deveríamos era estar desconcentrando as atividades econômicas para o conjunto das cidades, criando oportunidades de negócios nessas cidades, criando oportunidades de renda nessas cidades, criando oportunidades de emprego nessas cidades e, com isso, reduzindo a necessidade de deslocamento das cidades para o Plano Piloto.

Então, essa é uma constatação grave. Parece uma coisa tão absurda, mas ela é verdadeira: o PPCUB prevê que os terrenos de escolas ou de outros equipamentos públicos localizados dentro das superquadras, nas entrequadras da Asa Sul, da Asa Norte e do Sudoeste, podem ser privatizadas. Imagine, minha gente! Isso me parece um absurdo tão grande, uma interferência no plano urbanístico de Lúcio Costa, que eu fico imaginando qual seria a reação de Lúcio Costa ao conhecer esse projeto do Governo do Distrito Federal e dos especuladores imobiliários da cidade.

Transformar os terrenos de escola ou de outros equipamentos públicos, como de unidades de vizinhança, em áreas para atividades comerciais privadas dentro das superquadras, nas entrequadras, me parece uma grave agressão ao projeto urbanístico de Brasília.

Mas não fica por aí. Nós temos diversas outras intervenções que nos preocupam bastante, como, por exemplo, o loteamento da porção oeste do Eixo Monumental permitindo centros de treinamento, comércios e restaurantes em lotes de até 20 mil metros quadrados entre a Praça do Cruzeiro e a Rodoferroviária. Parece-me que isso também compromete a concepção do Distrito Federal, que, na sua escala monumental, guarda todo o Eixo Monumental para o conjunto de atividades institucionais e de uso público, de uso de interesse coletivo.

Então, nós temos aqui na ponta a Praça dos Três Poderes, onde há a representação dos três Poderes, o Supremo Tribunal Federal, o Palácio do Planalto e o Congresso Nacional; a Esplanada dos Ministérios; a Rodoviária e todo o conjunto cultural – a Biblioteca, o Museu Nacional, o Teatro Nacional de Brasília, a Torre de Televisão, a Funarte e o Planetário, que precisa ser finalmente recuperado, o Centro de Convenções, o Memorial JK e o Museu do Índio.

Vejam bem, são todos espaços públicos ou institucionais. E o Governo do Distrito Federal quer transformar o restante do Eixo Monumental, que vai do Museu do Índio, do Memorial JK até a Rodoferroviária, criando – e ele não deixa claro no projeto – áreas de comércio, áreas de restaurante de até 20 mil metros quadrados.

Não me parece adequado esse uso, muito menos fazer uma intervenção dessa natureza e dessa gravidade sem um amplo debate com a população do Distrito Federal.

Uma outra questão que nos preocupa muito é a mudança da destinação de oito terrenos de clubes, com autorização para a construção de hotéis. Quero registrar que aqui está falando uma pessoa que defende o turismo com uma grande vocação para o desenvolvimento do Distrito Federal. Entendo que o turismo é a forma mais rápida, mais inteligente, mais sustentável de gerar empregos, de gerar oportunidades, de melhorar a qualidade de vida do nosso povo.

E é claro que, para o desenvolvimento do turismo, nós precisamos de hotéis. Mas vamos fazer uma reflexão: em primeiro lugar, o Distrito Federal tem ainda treze projeções vazias no setor hoteleiro sul e no setor hoteleiro norte, segundo informações da ABIH – Associação Brasileira de Indústria de Hotéis, salvo engano, são nove no setor hoteleiro sul e quatro no setor hoteleiro norte.

O que permitiria aí já uma oferta grande de apartamentos. Temos ainda diversas projeções e o próprio PPCUB trata disso, que hoje tem um gabarito pequeno e que poderia – e essa é uma proposta do PPCUB – alterar para ficar em harmonia ou no mesmo padrão das demais, o que acrescentaria mais um conjunto de apartamentos do ponto de vista de hotelaria.

Por outro lado, se abrirmos o precedente de transformar algumas áreas de clubes para hotéis, é claro que os demais clubes vão reivindicar e vão exigir e vão entrar na justiça para ter o mesmo direito. Por outro lado, nós já estamos assistindo a uma deformação no Distrito Federal de que muitas áreas destinadas a hotéis no Projeto Orla, na beira do Lago Paranoá, estão na verdade se transformando em habitações,

inclusive de qualidade duvidosa. Nós temos diversos empreendimentos que deixaram de ser hotéis para se transformar em apart-hotéis, em locais de moradia modificando uma destinação original importante para o Distrito Federal que é a oferta de leitos para o turismo.

Então, isso também nos preocupa, na forma e no conteúdo, mas especialmente por se fazer tais mudanças sem uma ampla discussão com a sociedade e com as comunidades do DF. Por que esses terrenos e não outros? Qual a vai ser a forma de fiscalização do Distrito Federal? Vai ser permitido apart-hotéis, como acabou acontecendo em diversos outros lotes do lago do Projeto Orla. Isso precisa ser melhor debatido pela cidade.

Além disso, o Governo do Distrito Federal insiste, insiste na proposta equivocada da Quadra 901 Norte, desconsiderando o parecer do Iphan, que se posicionou contra as normas propostas ali pelo Governo do Distrito Federal. É importante registrar. Eu estive com o Governador Agnelo, no início do seu mandato, e disse a ele: "olha, governador, é uma bobagem querer brigar com o Iphan. O Iphan defende a cidade. É muito mais inteligente ouvir o Iphan e buscar fazer uma construção acordada, que seja efetivamente em benefício da cidade".

E, naquele momento, nos chamava a atenção uma decisão do GDF que tinha o claro objetivo de atender às grandes construtoras, ou uma grande construtora ou uma grande incorporadora no Distrito Federal, que era o seu objetivo de licitar a Quadra 901 por inteiro. Ou seja, não dividir a quadra em projeções, além de querer mudar as destinações, mudar a volumetria, mudar o gabarito. Isso se conversava abertamente nas rodas políticas e empresariais de Brasília, o objetivo do Governo do Distrito Federal era licitar a quadra inteira! Para quê?

Para reduzir o número de participantes e pra transformar isso em uma grande negociata, que, até aqui, foi impedida pelo Iphan. Então, essa é uma questão que a população do Distrito Federal tem que estar atenta.

A outra crítica ao PPCUB é que o projeto permite a alteração de grandes áreas, de forma vaga, sem estabelecer parâmetros, o que resulta em um cheque em branco para o Governo do Distrito Federal; um cheque em branco em uma cidade planejada e que foi declarada patrimônio mundial da humanidade pela Unesco. Nesse sentido, pedi um estudo do Conselho de Preservação de Brasília sobre qual será o impacto, efetivamente, do plano em áreas do DF.

Uma análise breve do Conselho mostra que o detalhamento das mudanças de destinação e os desmembramentos de áreas previstos no anexo do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília não correspondem aos enunciados do texto principal. Ou seja, mostra que há contradições entre o que diz o texto principal e o que se encontra nos anexos ao buscar um detalhamento dessas questões.

Além disso, temos diversas outras pequenas ou outras alterações, não menos graves, que nos trazem uma insegurança profunda por uma questão muito simples: o objetivo desse plano, requerido pela Unesco, cobrado pela Unesco, que enviou uma delegação exatamente para examinar as condições de preservação de Brasília, fez uma série de críticas e recomendações ao Governo do Distrito Federal.

O PPCUB deveria ser um projeto de preservação de regras, de princípios, de diretrizes para a preservação do conjunto urbanístico de Brasília, percebendo isso como um grande valor histórico, como um grande valor cultural, como um grande valor humano, como um grande valor social, da cidade, do País. Nós temos que ter orgulho da nossa cidade e saber que Brasília, por ser patrimônio cultural da humanidade, nos dá instrumentos e possibilidades de auferir enormes vantagens para a população do Distrito Federal, através do turismo, através do turismo cívico, através do turismo cultural, através do turismo histórico, através do turismo de eventos.

E o que a gente percebe é que o Governo do Distrito Federal não tem essa percepção e, mais uma vez, se curva aos interesses da especulação imobiliária.

Isso me lembra uma frase da arquiteta Maria Elisa Costa, que é filha de Lúcio Costa. Ela diz que "Brasília merece ser preservada não porque é tombada, mas ela é tombada porque merece ser preservada". Ou seja, Brasília é uma criação singular, é uma criação que chamou a atenção de todo o mundo. Todas as pessoas com alguma sensibilidade que chegam a Brasília percebem que aqui há uma inteligência própria, há uma genialidade própria, há uma criatividade própria, própria de brasileiros, articulados por Juscelino Kubitschek, que vieram para cá e construíram uma cidade genuinamente brasileira, que teve Lúcio Costa como urbanista, Oscar Niemeyer como grande arquiteto, vários engenheiros, como Israel Pinheiro, Bernardo Sayão, vários artistas, como Athos Bulcão, paisagistas como Burle Marx, educadores como Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, e outros milhares de brasileiros, candangos brasileiros que vieram para Brasília na perspectiva não de construir uma nova cidade, mas de construir um novo País.

E foi esse sentimento de singularidade, esse sentimento de criatividade, esse sentimento de brasilidade que permitiu que construíssemos uma cidade diferente. Portanto, no momento de a cidade se debruçar sobre uma das suas leis mais importantes, que é a lei que

vai definir as diretrizes de preservação do conjunto urbanístico, não podemos inverter as prioridades, não podemos fazer uma lei para atender os interesses da especulação imobiliária.

Isso é anti-Brasília, isso é o anti-espírito de Brasília, isso é a mesmice que tomou conta e que destruiu todas as grandes cidades brasileiras. E se nós tivemos manifestações fortes no mês de junho em todo o Brasil, o que estava no âmago dessas manifestações? A perda da qualidade de vida das cidades, a perda da qualidade de vida na mobilidade urbana, na saúde, na educação, na segurança. Nós não podemos permitir que isso aconteça com Brasília, pelo fato de ter um tombamento federal e pelo fato de ser tombada como um patrimônio da humanidade pela Unesco. Temos que tirar daqui lições e possibilidades que outras cidades brasileiras não têm e, com isso, promover o nosso desenvolvimento de forma diferente.

Assim, quero aqui reivindicar que nós não votemos – quero fazer esse apelo à Câmara Legislativa do Distrito Federal – esse Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB) sem uma ampla discussão com a sociedade brasiliense, sem chamar para participar desse debate o IAB, o Departamento de Arquitetura da Universidade de Brasília, o movimento Urbanistas por Brasília, o Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, o Conselho de Preservação de Brasília, enfim, todas as entidades e instituições que defendem Brasília, que estudam Brasília e que, sem dúvida, têm uma grande contribuição a dar nesse debate para que, efetivamente, ao final, nós tenhamos uma lei que preserve o conjunto urbanístico de Brasília, percebendo isso como uma grande conquista, uma grande criação da população brasileira.

Será um desastre caso o PPCUB seja aprovado na forma em que está e aqueles que contribuírem para isso vão escrever o seu nome na história como pessoas que contribuíram para descaracterizar o plano original de Lúcio Costa, para descaracterizar um patrimônio cultural da humanidade, como hoje é Brasília.

Por fim, Sr. Presidente, solicito a V. Exª que seja registrado nos Anais desta Casa um artigo publicado, hoje, pelo jornal Correio Braziliense, com o título "Brasília Merece Prudência", da Srª Eliete Bastos, que foi prefeita comunitária, foi presidente do Conselho Comunitário da Asa Sul, uma pessoa com forte ligação com Brasília e uma lutadora em defesa da preservação da nossa cidade.

Seu artigo traz essas preocupações que eu tentei externar aqui desta tribuna, tendo convicção absoluta de que, ao expressar a minha preocupação, ao registrar as preocupações da Srª Eliete Bastos, estou expressando a opinião da maioria dos moradores do Plano Piloto, dos moradores do Distrito Federal, daqueles que amam Brasília, porque estão extremamente preocupados com mais uma intervenção patrocinada, neste caso, pelo Governo do Distrito Federal, que atende muito mais aos interesses da especulação imobiliária que os interesses da população do Distrito Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR RODRIGO ROLLEMBERG EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, §2º, do Regimento Interno.)

Brasília, 04 de Novembro de 2013

Brasília merece prudência

Autor(es): Heliete R. Bastos
Correio Braziliense - 04/11/2013

Nada mais polêmico do que o tal Plano de Preservação de Brasília (PPCUB), que virou assunto recorrente na mídia, nas instituições brasilienses que formam a sociedade civil organizada e nos debates calorosos na Câmara Legislativa, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. O tema é tão palpitante que chegou às mesas dos botequins. Dá voto e tira voto.

Participei de várias audiências públicas e pude constatar que elas foram sempre tomadas pela insatisfação de quem vê Brasília sendo entregue, acintosamente, à especulação imobiliária. Falar nas descaracterizações aceitas pelos últimos governos do Distrito Federal que deixam cicatrizes no plano urbanístico da cidade seria, talvez, redundante e cansativo ao leitor. Mas, tenho certeza, todas essas insatisfações são hoje perceptíveis aos brasilienses.

Não seria excessivo ressaltar que a situação atual extrapola o racional e escancara um golpe sem precedentes a ser desferido contra a cidade tombada como Patrimônio Cultural da Humanidade, desde 1987. Se há a real intenção de preservar as características do sítio tombado, o texto do PPCUB apresentado pelo Executivo foge a esse intento. Carece de debate mais aprofundado e transparente com a sociedade. O motivo é claro: há muita contradição. O debate está mascarado pelos discursos de autoridades que "defendem" o bem tombado, mas entregam à iniciativa privada milhares de metros quadrados de áreas públicas para livre especulação.

Vale a pena destacar sete pontos:

1. O PPCUB cria uma caixa-preta, pois entrega áreas nobres em mais 15 setores da cidade para projetos futuros. Os moradores não podem aceitar esse cheque em branco dado ao Governo do DF, já que as aprovações serão por decreto.

2. O plano privatiza praticamente duas centenas de lotes destinados a escolas públicas nas superquadras e entrequadras, cuja destinação será fatalmente alterada no futuro, levando incertezas aos moradores quanto à sua tranquilidade.

3. Em uma cidade de apenas 53 anos, o GDF abre mão de seu dever constitucional de oferecer uma educação pública à sociedade, mas garante lotes e facilidades à especulação imobiliária.

4. Ninguém mais vai segurar a ocupação e privatização da orla do lago, fato já mais do que constatado. Agora, a tal "preservação" do PPCUB vai permitir e liberar de imediato oito lotes de clubes para hotéis que, em um piscar de olhos, se transformarão em condomínios fechados.

5. Quem vai impedir que outros clubes busquem isonomia na Justiça? Sei de empreiteiras que estão em alerta máximo, só esperando a hora do ataque.

6. O simbólico Eixo Monumental, em sua parte leste, ganha nova classificação como parque público ou parque urbano, abrindo, assim, um leque de possibilidades de uso dos mais diversos.

7. A parte Oeste do Eixo Monumental será objeto de novos parcelamentos para atividades ditas "culturais e educacionais" (centros de treinamento), atividades comerciais e de prestação de serviços, sem explicitar se serão usos complementares e não permitidos em edificações isoladas. Um adensamento que desfigurará o plano original de Lucio Costa e deixará os artistas construtores, como o próprio JK, arrepiados com tanta ousadia.

A verdade é que o tão questionado Plano de Preservação deixa Brasília em risco. Nunca na história dos governos do Distrito Federal nos vimos, como agora, tão encurralados pela desmedida pressão de grupos econômicos na apropriação de áreas públicas.

A gestão governamental do patrimônio cultural é frágil. Local e nacional. Aliás, nunca esteve tão frágil, tanto politicamente como tecnicamente. Essa fragilidade significa uma gestão temerária do patrimônio. Mais grave ainda, uma conivência nos crimes a favor da ocupação indiscriminada do solo, inclusive o subterrâneo e o aéreo. Brasília corre risco em todos os níveis.

A capital pede um momento de prudência. Se os parlamentares julgarem oportuno aprovar esse PPCUB, como exigido pelo GDF, que o façam. Mas saibam: são coniventes com um crime que só vai beneficiar as grandes e poderosas empresas que nos enxergam como cifrões, em desfavor de um bem de excepcional valor universal que é Brasília.

Da mesma forma que os nomes dos que fizeram deste sítio Patrimônio da Humanidade estão escritos para sempre em letra de ouro no céu de Brasília, também os nomes de quem ousa comprometer o plano original do dr. Lucio — com o PPCUB — estarão marcados para sempre na história de uma cidade que se vê hoje como joguete nas mãos de inescrupulosos e aventureiros. Volto a dizer: Brasília merece atenção e carinho.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu o cumprimento, meu querido colega, Senador Rodrigo Rollemberg, que traz, como sempre, temas de interesse do País, especialmente do Distrito Federal.

Convido, para fazer uso da palavra, a querida Senadora Ana Amélia, como segunda oradora inscrita. Depois, o Senador Pedro Simon e, caso não chegue, eu sou o próximo. O Senador Alvaro Dias também está inscrito.

Dependendo, fazemos, aqui, uma permuta, para que eu possa fazer uso da tribuna após a Senadora Ana Amélia.

Com a palavra V. Exª, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP– RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Caro Presidente desta sessão, nosso Vice-Presidente Jorge Viana, Srªs e Srs. Senadores, nossos telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, mais um final de semana trágico no meu Estado. A polícia está investigando um acidente com um ônibus que vinha de Ciudad del Leste, com vários turistas. O acidente deixou 4 mortos e 33 feridos, entre os quais, 5, pelo menos, em estado muito grave no hospital de Passo Fundo.

Há suspeita de que o excesso de velocidade, numa curva muito perigosa, aumentou os riscos, pela forte chuva que caía, naquele momento, sobre a estrada. Essa é a hipótese que está sendo investigada para esse acidente com esse ônibus de turismo lotado de compras feitas por passageiros.

O veículo era da empresa Turis Prata e retornava a Nova Prata, um Município da região nordeste do Estado, após uma viagem a essa cidade no Paraguai, despencando de um barranco na ERS135 que liga Passo Fundo a Jacutinga, que fica a mais ou menos 320 quilômetros de Porto Alegre.

Esse acidente ocorreu às 7 horas e 45 minutos de domingo quando o veículo caiu numa altura de 300 metros no Km 2 dessa rodovia. O motorista teria se perdido numa curva, capotando barranco abaixo.

Ponto frequente de acidentes, a curva fica posicionada entre duas retas, com velocidade máxima de 60 Km/h. Para verificar se o veículo estava acima do limite, a Polícia Civil determinou a perícia do tacógrafo. Segundo a Delegada plantonista de Passo Fundo Carolina Goulart, que atendeu a ocorrência, todos os sobreviventes serão ouvidos pela Delegacia de Trânsito.

Os primeiros levantamentos feitos pela Polícia indicam que o veículo Scania, modelo 1997, estava em condições regulares para operar. O motorista também foi submetido ao teste de bafômetro, que deu negativo. "Seria uma irresponsabilidade adiantar alguma coisa sobre a causa. Em princípio, parecia tudo regular. Vamos analisar um possível excesso de velocidade", foi o que disse a Delegada à imprensa do meu Estado.

Integrante do Comando Rodoviário da Brigada Militar de Passo Fundo, o sargento Inédio Piccini reforça que a curva em que o coletivo capotou é conhecida por ser muito perigosa. "É comum veículos grandes não conseguirem vencer essa curva. Esse é um ponto que não tem acostamento [o ponto não tem acostamento] dificultando, ainda mais, a situação de quem trafega por ela. Uma barreira de proteção havia sido colocada no local, mas foi quebrada devido à queda de um caminhão no local há poucos dias".

Como eu disse, cinco feridos estão em estado grave.

Apenas nesse final de semana, incluindo esse acidente, 15 pessoas morreram de acidente no meu Estado, incluindo o feriado de Finados. O acidente mais recente ocorreu, exatamente, entre um Gol e uma caminhonete, que bateram de frente na 468, em Palmeira das Missões. Morreu o motorista do automóvel de 41 anos. O acidente mais grave foi esse que eu acabei de relatar ali na região de Passo Fundo.

Aliás, Presidente, eu fico muito triste como gaúcha ao ver a situação das nossas estradas – e aí não vem o caso de analisar se é o Governo atual, o governo que já passou ou os governos que passaram. O problema é que as estradas no Brasil hoje são de competência dos Estados e do Governo Federal. É uma coisa meio ilógica isso também.

Os dados de uma pesquisa recente, feita pela Confederação Nacional do Transporte (CNT), de rodovias, divulgados recentemente, retratam uma situação muitas vezes sentida na pele pelos usuários que transitam por estradas do meu Estado. Os índices de satisfatórios – ótimo e bom – sobre a conservação dos trechos no Estado apresentaram piora desde 2010. Não foi diferente agora, em 2013.

Do total de 8.255 quilômetros avaliados – 5.525 nas mãos do setor público federal e estadual e 2.730 com concessionárias –, 48,9% estão em condições ótimas e boas – menos da metade. No ano passado, o índice era de 58,7%, número que abrange estradas federais e estaduais. Foram avaliados pavimento – 59,9% de ótimo e bom–, sinalização – 52,1% – e geometria da via – 22,1%.

As rodovias conservadas pelo Poder Público têm 37,5% de ótimo e bom, contra 72% de ótimo e bom das administradas por concessionárias. O índice é de 56,5% quando se refere à extensão federal e 31,8% no que diz respeito à estadual.

Existem seis pontos considerados críticos – que trazem graves riscos à segurança dos usuários –: dois

são erosão na pista e quatro são referentes a grandes buracos.

O estado geral das rodovias brasileiras também teve piora no último ano. Conforme a pesquisa da CNT, 63,8% da extensão avaliada apresenta alguma deficiência no pavimento, na sinalização ou na geometria. Em 2012, o índice havia sido de 62,7%. Também aumentou o número de pontos críticos, que passaram de 221 para 250. De acordo com o estudo, a pesquisa, a maior parte da extensão pesquisada – 88% – é formada por pistas simples e de mão dupla, e 40,5% do total avaliado não possuem acostamento. É a mesma situação dessa estrada em que houve esse acidente com um ônibus que matou quatro pessoas, e cinco estão feridas, em estado grave: sem acostamento.

Conforme o Presidente da CNT, nosso colega aqui, Senador Clésio Andrade, a estatística mostra a necessidade urgente de aumentar os investimentos nas rodovias brasileiras, principalmente em duplicação. E, claro, como nós somos um país rodoviário, essa situação fica ainda muito mais grave quando se fala em escoamento de safra, em escoamento para exportação e assim sucessivamente em outros ramos.

O Governo tem uma dificuldade gerencial. Muitos projetos não saem do papel, lembra bem o Senador Clésio Andrade. Há um excesso de burocracia. Os investimentos precisam ser ampliados para que o Brasil possa melhorar a competitividade.

Aliás, nesses dias, passando pela BR-116, Senador, vi que lá existe uma obra muito importante, que é um viaduto nas proximidades de Sapucaia do Sul, na região metropolitana de Porto Alegre. A BR-116, naturalmente, está saturada, porque houve um aumento – está acontecendo isso em todo o Brasil, no seu Estado do Acre, em São Paulo – de veículos, seja de passageiros, seja de carga, na mesma estrada. E a estrada é do mesmo tamanho.

Com o aumento, o gasto da pavimentação é muito grande. Não há asfalto que resista ao aumento, porque não é preparado para isso. Ele não é feito de concreto, como nas estradas alemãs, por exemplo, ou de outros países. Então, o desgaste da estrada é muito maior; a durabilidade dessa estrada, desse asfalto é muito menor em função disso.

Pois, como eu dizia, ali, esse viaduto que está sendo construído sobre a BR-116 vai dar um alívio. Como essa obra, num trecho de 35 quilômetros, está sendo feita no horário de funcionamento normal do comércio e da indústria, ou seja, no horário comercial, e não em três turnos, para que se conclua mais rapidamente, há um congestionamento, e às vezes se gastam duas horas para fazer trinta quilômetros. Duas horas para fazer trinta quilômetros nas horas de pico!

Até falei com o Presidente do DNIT, General Jorge Fraxe, que me argumentou que o TCU costuma não aceitar, quando é feita uma licitação para uma obra dessa natureza.

Ora, acho que aqui de novo se fala sobre a questão dos investimentos. Temos de calcular o custo-benefício de uma paralisação sobre toda a economia, porque há uma regra da licitação segundo a qual não se pode contratar em três turnos. E o impacto negativo disso sobre o cidadão, que está pagando essa conta? Todos nós estamos pagando essa conta. E o número de acidentes e o atraso?

Então, eu diria que o prejuízo causado por isso é muito maior do que fazer uma mudança na Lei de Licitação. Pagar 10% a mais para que a obra seja feita mais rapidamente acho que é um negócio muito melhor, para que o cidadão se sinta...

Imagine, Senador, todos os alunos, os professores, os médicos, os operários, todo mundo que tem de transitar por ali diariamente. Eu transitei uma vez e reclamei no Twitter; foi uma chuva de pessoas, mostrando exatamente a gravidade da situação.

Então, é preciso, sob esse ponto de vista, pensar no cidadão. É claro que a autoridade que eventualmente anda de helicóptero ou de aviãozinho não vai sentir o peso que é perder tempo numa obra que poderia estar concluída há muito tempo.

Essa é 17ª edição da pesquisa que a CNT faz sobre as rodovias brasileiras. Nela foram avaliados 96.714 quilômetros em 30 dias de coleta em campo. É uma pesquisa que avalia toda a malha federal pavimentada e as principais rodovias estaduais. A CNT estima que as rodovias brasileiras necessitem hoje de R$355 bilhões em investimentos, mas informa que o Governo Federal autorizou no Orçamento muito menos que isto: apenas R$12,7 bilhões. Ou seja, é para tapar buraco mesmo.

Os valores estaduais não foram contabilizados. Cerca de 66% da movimentação de cargas e 90% da movimentação dos passageiros ocorrem pelas rodovias do Brasil.

Aliás, sobre essa questão das rodovias, lembro que na quinta e na sexta-feira da semana passada, em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, foi feita a terceira marcha dos Municípios liderada pela Famurs, a Federação dos Municípios do Rio Grande do Sul, cujo presidente, Valdir Andes, colocou na agenda e na pauta dos debates exatamente a situação de pelo menos 76 Municípios no Rio Grande do Sul que ainda não têm acesso pavimentado à cidade-sede do Município.

Ora, no século 21, ficamos pensando como é que pode ainda existir isso. Então, nesses casos que não têm acesso pavimentado, o asfalto ainda é um sonho,

sinônimo de esperança e progresso, como ficou claro nessa mobilização municipalista liderada pela federação dos Municípios gaúchos.

Nesses rincões gaúchos, as cenas de homens a cavalo e de carroças puxadas por bois fazem parte de um cotidiano e de um cenário diria até meio romântico, mas é um sinal também da situação que estamos vivendo da falta de modernização no transporte. As estatísticas escancaram as consequências de mais de uma década de descaso e de atraso. As comunidades em que a ligação com os grandes centros se dá por meio de vias de terra e pedra são muito mais pobres e bem menos desenvolvidas. Aliás, quase metade dessas 73 cidades está entre os 100 últimos colocados no *ranking* estadual do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM).

Nesses Municípios, a rotina é marcada por isolamento, acidentes, veículos danificados, dificuldade para escoar safra, produtos mais caros nas prateleiras e problemas de saúde provocados pela poeira. Juntas, essas localidades somam cerca de 220 mil habitantes. Eles são negativamente impactados pela falta de pavimentação entre a rodovia principal e a sede do Município.

Aliás, vale lembrar o que disse a engenheira de produção Maria Fernanda Hijjar, afirmando que a falta de acesso pavimentado em Municípios do interior gera um fenômeno ainda mais perverso: a concentração de desenvolvimento econômico em regiões que já têm infraestrutura. O resultado é a migração e bolsões de pobreza.

Foi exatamente o que aconteceu em uma pequena cidade no Noroeste do meu Estado chamada Porto Vera Cruz. A população dessa cidade, que é banhada pelas águas do Rio Uruguai, caiu 25% em uma década, e o comércio parou. A barca que fazia a travessia Brasil/Argentina de 200 veículos por dia até a década de 90, hoje, transporta a metade por semana. Indústrias e turistas agora desviam do Município, optando por caminhos asfaltados que antes não existiam.

Então, a questão da rodovia, Presidente Jorge Viana, é fundamental, como também a qualidade de uma estrada. Neste fim de semana, graças ao seu apoio, tive o privilégio – porque é um privilégio – de conhecer o Instituto Inhotim, que fica no Município de Brumadinho, no interior de Minas Gerais. Esse Instituto Inhotim é um dos orgulhos de nosso País. A gente viaja tanto, conhece tanto, mas temos que olhar mais para o que temos. O Instituto Inhotim abriga não só um paisagismo exuberantemente bonito e tropical, com a mão e o desenho de Burle Marx e de outros paisagistas mineiros de renome, mas também um conjunto de obras de artistas plásticos nacionais e estrangeiros de diversas nacionalidades. Lá, cada local existe em função daquela obra. Ou seja, eu estive lá no feriado e, no sábado, encontrei grupos ingleses, grupos de franceses, grupos de espanhóis. Claro, encontrei também muitos jovens, muitas famílias de diversas partes do Brasil, inclusive do meu Estado, o Rio Grande do Sul, visitando aquela riqueza, que é incalculável do ponto de vista do seu valor, do ambiente. Agora, para se chegar lá, é muito complicado. A estrada de Belo Horizonte, o Anel Rodoviário é uma estrada muito movimentada, e a estradinha que corta aquele bucólico cenário rural até chegar a Brumadinho e de Brumadinho até Inhotim é uma estradinha muito estreita, de muito movimento e, claro, por isso, também perigosa.

Então, Senador Jorge Viana, eu tive o privilégio; porque chegar a esse lugar é um privilégio. Os brasileiros que puderem ir lá… Vão excursões, ônibus, crianças.

E o Bernardo Paz, que é o idealizador disso, faz uma grande obra social, porque a inserção dos jovens de Brumadinho, que é uma cidade rural, do interior, que vive da produção rural…

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – No fundo é socioambiental e cultural, porque há um trabalho extraordinário na área de meio ambiente, há os jardins do Burle Max… Eu sempre ajudo, eu sou conselheiro. Na área da cultura, é um endereço do mundo inteiro. E o social recebe uma atenção muito especial mesmo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu fiquei impressionada, porque todos que trabalham ali são filhos daquela região, daquela terra. Então, são crianças, são meninos e meninas que estão tendo acesso a um conhecimento de arte, Senador, que é uma evolução enorme.

E o menino que dirigia um carrinho elétrico para a gente subir até o som da terra, que é um pouco mais longe – são 700 metros de subida íngreme, numa parte mais elevada –, disse, falando um português muito bom, aluno dali, treinado ali dentro: "Eu já concluí – eu perguntei a ele o que ele estava fazendo – o meu ensino médio e agora vou fazer um exame para entrar no ensino técnico, mas eu já estou me preparando para fazer a minha faculdade" – o Instituto ajuda a pagar o estudo do aluno.

Essas pessoas são diferentes. Eu perguntei a ele do que ele mais gostava ali. E ele disse o lugar que ele gostava mais de visitar. Ou seja, a inserção na arte eleva a qualidade, eu diria, moral, a qualidade do conhecimento, do comportamento dessas pessoas.

Mas tudo é a estrada, o acesso para chegar ali. Um lugar belíssimo, ainda não descoberto, exatamente, talvez, pela dificuldade um pouco de acesso.

Como o senhor faz parte do *board*, de Conselho Fiscal, Conselho Ambiental do Instituto Inhotim, quero dizer que, como brasileira, sinto-me muito orgulhosa de ver uma iniciativa dessa grandeza. E nós todos devíamos conhecer. Agora mesmo, nesta semana, a Juliana, que é a relações públicas e institucional, uma moça da melhor qualidade pessoal, informou-nos que está chegando uma comitiva de 30 membros do Museu do Louvre, de Paris, que é um dos mais renomados do mundo, para conhecer Inhotim e fazer uma parceria. Ora, é realmente notável esse trabalho.

Então, eu queria dizer agora, quando abordo as questões de rodovias, como a rodovia é importante até para esse acesso.

E eu queria cumprimentar o Bernardo Paz e toda a equipe que integra o Instituto. Encontrei lá o Antônio Grassi também, que está no *board* desse trabalho,

para ver ali a valorização de artistas brasileiros da melhor qualidade, artistas latino-americanos, venezuelanos, cubanos, mexicanos, de todas as partes, norte-americanos, alemães, suecos, finlandeses, de tudo que é lugar do mundo, o que, realmente, enche os olhos pelo que vemos.

Assim, eu queria cumprimentar o caro colega Jorge Viana e dizer que nós temos, sempre que pudermos, que estimular, com iniciativas aqui no Congresso Nacional, e valorizar esse ambiente, que é muito importante.

Por fim...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Só para a senhora ter uma ideia, Senadora, com todo o respeito, a Ministra da Cultura, Marta Suplicy, esteve lá e conhece bem – inclusive tivemos uma audiência juntos, este ano, com Bernardo Paz –, e a Ministra do Meio Ambiente, Izabella. As duas Ministras ficaram encantadas. Quer dizer, quem visita o Inhotim fica realmente encantado. É um orgulho nacional mesmo. Vem gente do mundo inteiro para visitar, e são centenas de milhares de estudantes, de Minas Gerais e de outros Estados, que visitam anualmente o Inhotim.

Uma das coisas mais lindas é chegar ao Museu do Louvre ou a outros museus mundo afora e ver as crianças ali tendo aula sobre arte, sobre a cultura. No Inhotim, temos isso diariamente. Só não na segunda-feira, que é, como em todos os museus, a preparação da semana. Mas é extraordinário realmente. Fico feliz. Pena que eu não estava lá para acompanhar, porque eu não me canso de visitar aquelas obras, e nem conheço todas, de tão grande.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – A Juliana me falou, Senador, de duas jovens universitárias suíças que vieram fazer um estudo sobre o impacto que um instituto dessa natureza tem sobre uma comunidade pobre. Elas não falavam uma palavra em português – disse-me a Juliana –, mas, veja só, vêm da Suíça para estudar o impacto, porque ali há uma comunidade quilombola. E há um rapaz que tenho a curiosidade de conhecer também. Vimos arranjos florais feitos por esse rapaz. Se não me engano, é Emílio o nome dele. Pelo menos, foi o que a Juliana falou. Ficamos encantados com a qualidade...

(Soa a campainha.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – ... e com a criatividade com que ele usa os elementos de que dispõe ali naquele ambiente. Então, é, digamos, a integração da comunidade quilombola despertando as qualidades e os talentos que essas pessoas possuem, porque elas precisam apenas ter a oportunidade de mostrar o que sabem e precisam ter a valorização.

Há cerâmicas, tudo o que se pode fazer com materiais reciclados, enfim, todo um conjunto de iniciativas que dão muito orgulho, especialmente, de mostrar que o meio ambiente tem que ser protegido, a natureza tem que ser preservada. Temos que respeitar a natureza, mas ela nos dá também de presente esse cenário em Inhotim, que é realmente de encher os olhos e, claro, de encher a alma.

E, para encher a alma, quero fazer um convite a V. Exª e ao Senador Alvaro Dias. Às 17 horas de hoje, começaremos uma sessão especial para celebrar e para marcar o Novembro Azul, que diz respeito à saúde. Saúde é ambiente, saúde é preservação das pessoas. A próstata é o segundo motivo de morte dos homens, como o câncer de mama é da mulher. Encerramos agora o Outubro Rosa e, nesta Casa – queria agradecer ao Presidente Renan Calheiros –, começa hoje o Novembro Azul, para despertar nos homens a responsabilidade pela prevenção. Todos estão convidados para, a partir das 17 horas, iniciarmos o Novembro Azul.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu que agradeço. Não sei se V. Exª tem como assumir, porque sou o próximo orador inscrito, mas queria parabenizá-la. V. Exª aprovou um dos projetos mais interessantes que aprovamos nesta Casa ainda no Outubro Rosa, disponibilizando medicamentos orais para que se possa ter um melhor enfrentamento de uma doença tão perversa como o câncer. E hoje, com muita satisfação, estaremos aqui como membros da Mesa – o Presidente Renan está de parabéns, Dr. Claudia Lyra, toda a equipe do Senado; vamos acender as luzes, vamos inaugurar uma jornada, pondo uma agenda do Novembro Azul, em

busca de alertar a todos para a prevenção do câncer de próstata. Então, foi o Outubro Rosa, e agora o Novembro Azul, para esse câncer também que atinge uma parcela enorme dos homens brasileiros.

Passo a Presidência a V. Exª para que eu possa fazer uso da palavra como orador inscrito.

O Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Srª Ana Amélia.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Com a palavra, o Senador Jorge Viana, como orador inscrito.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Ana Amélia, com satisfação, queria dizer da minha alegria de ouvir suas considerações sobre o Inhotim, eu que sou parte do Conselho Consultivo e dou minha contribuição junto com o ex-Ministro José Carlos Carvalho, na área ambiental, e outros colegas de Conselho. É realmente algo extraordinário, merece a visita. Muita gente viaja para fora do Brasil em busca de mergulhar um pouco na cultura. Eu digo: basta mergulhar um pouco no coração do Brasil, ali nas Minas Gerais, ir à Brumadinho, que você verá algo que o mundo inteiro tem inveja, que é o fantástico Inhotim.

Mas, Srª Presidenta, colegas Senadores e Senadoras, todos os que me acompanham pela Rádio e pela TV Senado, queria desejar uma boa semana para todos.

Venho à tribuna, mais uma vez, para tratar de um tema que penso que ocupará boa parte da pauta da imprensa no ano que vem e que, lamentavelmente, não tivemos a sabedoria de tratá-lo adequadamente antes do 5 de outubro passado. Refiro-me ao financiamento de campanha.

Hoje o jornal *O Globo* publica um entrevista feita pelo jornalista Jailton de Carvalho, que está trabalhando neste tema, ao Ministro Dias Toffoli, de quase uma página inteira, na página 4, página nobre. As declarações do Ministro Dias Toffoli do Supremo Tribunal Federal merecem constar dos *Anais do Senado*, porque são uma constatação, são um alerta.

O Ministro Dias Toffoli, que acumula a função de Ministro do Supremo com a de Ministro do Superior Tribunal Eleitoral, é quem vai, caro Presidente Paim, presidir as eleições do próximo ano, de 2014. E ele traz alertas que eu, de alguma maneira, muitas vezes trouxe nas Comissões desta Casa, no plenário, nesta tribuna e também na outra tribuna. "Doações de empresas em eleições são 'quase extorsão'". E quem diz isso não sou eu, que apresentei um projeto contra a doação de empresa; quem diz isso é o Ministro Dias Toffoli, Ministro do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior Eleitoral, que inclusive vai presidir as eleições do ano que vem.

A entrevista do Ministro é no mesmo sentido de outra que li aqui da tribuna, publicada no mesmo jornal *O Globo*. Só que essa outra entrevista foi feita pelo mesmo jornalista, Jailton de Carvalho, no dia 19 de outubro, e essa do Ministro Dias Toffoli é publicada em *O Globo* de hoje, e a entrevista foi com o diretor de Combate ao Crime Organizado da Polícia Federal, Dr. Oslain Santana, terceiro na hierarquia da instituição. E ele já constatava que 50% das ações da Polícia Federal do Brasil no combate à corrupção estavam diretamente vinculadas à corrupção eleitoral, a denúncias de financiamento de campanha.

Meu caro Senador Aloysio, eu, inclusive, vou citá-lo daqui a pouco, porque V. Exª deu um parecer favorável, no mesmo sentido do Ministro Dias Toffoli, a um projeto meu que estabelece ou tenta estabelecer limite para os candidatos nas eleições. Agora, o Ministro Dias Toffoli coloca muito claramente sua posição, sua preocupação com o financiamento de campanha. Mais ainda: ele defendeu a proibição de doações de empresas a candidatos. O Ministro deixa, inclusive, uma pista no sentido de que é inconstitucional a doação de pessoa jurídica nas eleições.

Faço a leitura de alguns trechos da entrevista do Ministro.

Perguntado se defende a doação por empresas, o Ministro deixa bem claro que não defende, que é contra a doação eleitoral por parte de pessoa jurídica. Ele não está trazendo novidades. A França, em 1993, impediu as empresas de doarem recursos para as campanhas políticas. Eu apresentei o Projeto nº 264, de 2013, para proibir o financiamento de campanha eleitoral por empresas, no mesmo caminho defendido pela OAB Nacional, pelo Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, e agora ele se encontra com as palavras do Ministro Toffoli. Lamentavelmente, a Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal rejeitou o meu projeto no dia 11 de setembro, uma data de fato forte. Há exemplos que fazem com que ela tenha entrado para a história, como o atentado em Nova York, mas, do ponto de vista da política, o estrago também é muito grande, pois não tenho nenhuma dúvida de que as eleições do ano que vem, graças a doações de pessoas jurídicas, graças a esse conluio entre alguns que fazem da política um negócio, vão ser, novamente, sinônimo de corrupção.

O Ministro Dias Toffoli comparou os atuais métodos de arrecadação a uma quase extorsão. Quem está falando não é um Senador que apresentou uma proposta proibindo a doação de pessoa jurídica. Já pedi,

inclusive, auxílio a um dos mais competentes consultores e assessores que nós temos na nossa Bancada, o Dr. Talles, que já está me propondo algo para que eu possa apresentar no ano que vem porque vou seguir neste tema. Imagino que, se minha passagem pelo Senado Federal deixar uma contribuição para tornar as eleições brasileiras mais limpas, mais honestas e livres da corrupção, terei dado uma contribuição importante aqui, como Senador, nesta Casa.

Foi feita outra pergunta ao Ministro Toffoli: a Polícia Federal diz que 50% dos escândalos no Brasil – escândalos de corrupção, é bom que se diga – têm origem nas campanhas eleitorais.

Diz o Ministro:

> *O que é mais importante fazer em matéria de campanha é o que eu chamo de financiamento da democracia. Quem tem o direito de financiar a democracia? Se a democracia é o governo do povo, só o povo, o cidadão, tem o direito de financiar a democracia.*

E aqui está a tese importante que era a base da minha proposta de proibir o financiamento de pessoa jurídica.

O Ministro diz: "Isso significa dizer que as empresas não têm o direito de participar financiando campanhas eleitorais."

Uma boa e adequada interpretação da Lei Eleitoral e da Constituição chega a essa conclusão, não tenho nenhuma dúvida. Quem não vota não tem o direito de participar das eleições como financiador. É simples, Presidente Paim. A tese é essa. As eleições deveriam ser financiadas por quem vota. Empresa não vota, mas a lei atual permite esse financiamento.

Quando diz que a lei atual permite o financiamento de campanhas eleitorais por empresa, ele está afastando a possibilidade de o TSE ser consultado sobre a legalidade desse tipo de financiamento. Assim, restam duas opções: o Congresso alterar a Lei ou o Supremo declarar a Lei inconstitucional.

Eu penso que é importante atentarmos para isso. No Supremo, está em curso uma ação direta de inconstitucionalidade proposta pela Ordem dos Advogados do Brasil, cuja relatoria é do Ministro Luiz Fux, e esse tema vai ser enfrentando em algum momento pelo Supremo Tribunal Federal. Tomara que seja logo, tomara que seja bem antes da eleição. O meu entendimento é que não cabe e não é permitido pela Constituição que pessoa jurídica financie a democracia. Esta é uma frase minha que, repito aqui, também é do Ministro Dias Toffoli: no meu entendimento, não cabe e não é permitido pela Constituição que pessoa jurídica financie a democracia. É óbvio que é uma fala em tese.

Essa ação de inconstitucionalidade proposta pela OAB que está em curso no Supremo certamente pode fazer aquilo que o Senado, que o Congresso Nacional, lamentavelmente, não fez.

Apresentei uma proposta que vem na onda que nos trouxeram as ruas, que nos alertou a todos de que eleição está virando sinônimo de corrupção no País, uma proposta advinda do movimento legitimo da sociedade, capitaneado pela OAB e pelo Movimento de Combate a Corrupção Eleitoral. Mas nada disso foi suficiente e a minha proposta proibindo a doação de pessoa jurídica foi derrotada na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal.

O jornalista Jailton, do jornal *O Globo*, faz outra pergunta ao Ministro Dias Toffoli: "Mas por que essas propostas de fim do financiamento privado de campanha eleitoral nunca são aprovadas no Congresso?"

No meu caso, a minha foi vítima.

Ele responde dizendo que o Brasil ficou na dicotomia financiamento privado versus financiamento público, mas que essa dicotomia deve ser entre financiamento da pessoa física, do eleitor, e financiamento da pessoa jurídica, das empresas.

Lamentavelmente, Senador Paim, estavam quase aprovando um financiamento por empresas concessionárias do Governo. Aí não era mais suspeita de corrupção, mas a institucionalização do conluio entre o financiamento das eleições e a corrupção no processo eleitoral.

Aqui, mais uma pergunta feita ao Ministro Dias Toffoli.

Peço, inclusive, que possa constar nos Anais do Senado, na íntegra, a entrevista dada, com muita sabedoria, pelo Ministro Dias Toffoli ao jornal *O Globo* de hoje.

Pergunta: "Como, então, as campanhas deveriam ser financiadas?"

O Ministro responde dizendo: "As campanhas deveriam ter o seguinte sistema de financiamento: em primeiro lugar, deveriam ter um teto de gastos."

Aí eu faço uma pausa. Eu apresentei um projeto exatamente sobre esse tema, que fixa limite de gastos para as campanhas de todos os candidatos. A Lei diz isso. A Lei Eleitoral dispõe que terá de ser fixado um teto de gasto por candidato. Apresentei a proposta estabelecendo um teto de gasto, e, felizmente, a um ex-Ministro da Justiça, colega nosso, a que me referi ainda há pouco, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, coube a relatoria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e ele deu um parecer favorável.

Hoje, na entrevista, volto a repetir, eu, que apresentei um projeto estabelecendo um limite de gastos para os candidatos... Imagine! Como é que vamos evitar

o poderio econômico em uma eleição se o candidato não tem teto de gasto? Ele gasta o que ele quiser, o que ele tiver, o que ele arrecadar? Isso fica desigual, absolutamente desigual para nós que queremos eleições disputadas por quem tem proposta, não por quem tem um banco, não por quem tem só o dinheiro. Deve ser eleito não quem tem mais dinheiro, mas quem tem as melhores propostas. E nem isso o Brasil fez!

E o Senador Aloysio Nunes Ferreira, em seu parecer, favorável ao meu projeto, responde o mesmo que o Ministro Dias Toffoli no jornal *O Globo* de hoje.

Perguntado sobre como acabar com essas questões que levam à corrupção nos financiamentos de campanha, ele responde que isso se faria estabelecendo em lei um teto em cada campanha.

> *"E, por outro lado, onde se poderiam obter esses recursos? Parte por financiamento público, através do fundo partidário [já é assim]. E a outra parte via financiamento dos simpatizantes [pessoas físicas].*

Aliás, nós temos exemplos pelo mundo afora. Nos Estados Unidos mesmo, o Presidente Obama arrecadou US$700 milhões só com pessoa física e com um teto de US$200.00 por pessoa, como o máximo que uma pessoa pode doar. E por que não se adota isso no Brasil? Nós não vamos atrás do voto? Nós não vamos atrás do eleitor? Por que não vamos passar para o eleitor, que é, de fato, quem tem o poder no processo democrático, a decisão de quem ajudar? Vamos fazer campanhas mais baratas e mais iguais e as eleições certamente deixarão de ser sinônimo de corrupção.

Faço aqui um parêntese, caro Presidente Paim, caros colegas e todos que me acompanham pela TV Senado, para um pequeno histórico. Nem sempre as eleições tiveram importância na sociedade brasileira. As disputas eleitorais de fato só passaram a ter alguma influência no País no século XX. Foi nessa época que ganhou importância a questão do dinheiro nas campanhas.

No Império já havia eleições para Câmara dos Deputados, Senado e Câmaras Municipais, mas a participação popular era reduzidíssima, pois o voto era censitário e só votava quem conseguisse comprovar a renda exigida. Quer dizer, só aqueles que tinham determinado quantia em dinheiro é que poderiam votar. Isso estava longe de ser democracia.

Com o início do período republicano, em 1889, o cenário continua o mesmo. Apesar do fim do voto censitário, a participação popular continuou muito baixa. Os analfabetos, que eram 60% da população brasileira, não podiam votar. As mulheres também não podiam votar nem ser votadas. Para piorar o que já era ruim, ainda havia os fenômenos do coronelismo, o voto de cabresto, e das fraudes, porque havia as famosas comissões eleitorais, que eram nomeadas pelos governos, que faziam os relatórios, e, obviamente, naquele período não havia nem centelha do que deveria ser uma democracia.

Isso durou até a década de 30. Com a Revolução de 1930, na verdade, a partir das exigências da sociedade foi que Getúlio Vargas cedeu na sua ditadura. Mas, por incrível que pareça – e aí há uma contradição –, nós ficamos quinze anos sem eleições, a não ser pela Constituinte, e foi exatamente nesse período que as regras foram aperfeiçoadas. O voto passou a ser democratizado, mas exatamente num período em que não havia eleição. Então, outra contradição. E só tivemos a eleição da Assembleia Nacional Constituinte, que também veio por força da luta dos democratas.

A partir de 1945, com o fim do Estado Novo e o restabelecimento da democracia no Brasil, o povo passou a participar efetivamente da escolha de seus representantes, escolhendo, inclusive, o Presidente da República, mediante o voto direto.

Assim, o voto individual dos eleitores passou a despertar a atenção dos legisladores. Só a partir daí que começaram a se ocupar com o tema do financiamento das campanhas.

Em 1950, foi criado o Código Eleitoral, intitulado, inclusive, "Dos Partidos Políticos", "Da Contabilidade e das Finanças dos Partidos Políticos", e nele se estabeleceu a vedação para contribuições, impedindo a doação de entidades estrangeiras, autoridades públicas, empresas de economia mista ou concessionárias. Isso ocorreu já na década de 50. O Código Eleitoral de 1950, inclusive, inovou, mas não havia previsão de penalidade no caso do descumprimento, nem mesmo havia mecanismo que viabilizasse a fiscalização por parte da Justiça Eleitoral.

Em 1964, no regime militar, abriu-se um novo capítulo de nossa história. Nele, as eleições foram fortemente restringidas, de um lado, e, de outro, o livre funcionamento dos partidos políticos e sua livre organização também foram impedidos, com as milhares de cassações.

Então, de exceção em exceção,...

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT-AC) – ... a democracia brasileira ficou absolutamente fragilizada ao longo desse tempo.

A partir da redemocratização do País, logo nas primeiras eleições presidenciais, ficou clara a necessidade de mudança na legislação sobre financiamento de campanha. Nós tivemos, em 1994, o *impeachment*

de um Presidente da República. Em 1997, foi votada lei permanente estabelecendo normas para as eleições, a Lei nº 9.504, de 1997, que também manteve a permissão para a doação de pessoas jurídicas.

Aí, seguindo o exemplo da França, que, em 1993, impediu as empresas de doarem recursos, eu apresentei, então, o Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2003, para proibir o financiamento de campanhas eleitorais por pessoa jurídica, empresas, no mesmo caminho...

(Interrupção de som.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – ... para concluir, Sr. Presidente. E o fiz tal como defendido pela OAB e pelo movimento de combate à corrupção eleitoral.

Então, eu queria concluir a minha fala e dizer que, no Brasil, sempre que se discute financiamento de campanhas eleitorais, vem à tona o embate: financiamento público *versus* financiamento privado. Contudo, o centro da discussão sobre a fonte de financiamento da democracia deveria repousar, como disse o Ministro Toffoli, no embate entre o financiamento do eleitor e o financiamento das empresas.

Então, eu concluo, caro Presidente, a minha fala parabenizando o Ministro Dias Toffoli pela entrevista que deu hoje, onde procurou apontar os caminhos para o aperfeiçoamento da nossa democracia, o fortalecimento da democracia e do Estado brasileiro.

Dessa maneira, nós, que estamos aqui no Parlamento, deveríamos ouvir a voz do conhecimento, a voz da sabedoria, que vem pela entrevista, pelo pronunciamento do Ministro Dias Toffoli, quando ele nos alerta para que mudemos o sistema de financiamento de campanha, alertando, especificamente, para os malefícios que traz a doação de pessoa jurídica em pleno processo eleitoral. Ao mesmo tempo, defende que se crie um teto para as doações ou para os gastos dos candidatos nas eleições. Por outro lado, traz uma novidade: a constitucionalidade do financiamento de campanha por pessoa jurídica está sendo apreciado pelo Supremo.

Tomara que entre na pauta do Supremo esse tema, uma vez que é da maior importância para o País.

Concluo, mesmo, alertando ainda mais: nesta semana, é provável que votemos o que se está chamando de orçamento impositivo, no fundo, emenda parlamentar impositiva. Nós vamos institucionalizar a atividade parlamentar como detentora de recursos do orçamento. Quando fizermos isso, cada Parlamentar vai valer mais de R$50 milhões, e não tenho dúvida de que uma boa parte dos colegas vai sabe bem usar esse instrumento, mas outros, certamente, não tenho dúvida também, irão fazer disso um negócio, prometendo... Mesmo aqueles que nem estão no Parlamento e que querem chegar aqui vão assumir o compromisso de aplicar parte desses recursos, de fazer com que algumas empresas tenham acesso a eles. E esse conluio, essa relação promíscua de candidaturas com doação de pessoa jurídica vai ser ampliada e, também, com isso, ampliadas as vozes críticas à atuação do Congresso, a esta Casa, especialmente ao Senado, que é a mais antiga instituição. Nós vamos ter que nos explicar ainda mais sobre corrupção no processo eleitoral, com a aprovação das emendas impositivas e com a não votação da proibição de doação por pessoa jurídica nas campanhas eleitorais no Brasil.

Tomara que, pelo menos, o limite de gastos, que já foi aprovado, recebeu parecer favorável na CCJ do Senado, que é de minha autoria, e teve o parecer favorável do Senador Aloysio Nunes, possa tramitar na Câmara e no Senado e, assim, pelo menos uma parte do problema possa ser enfrentado.

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT-AC) – Muito obrigado, Sr. Presidente, e agradeço a tolerância de V. Exª para que eu pudesse concluir meu pronunciamento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JORGE VIANA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Doações de empresas em eleições são 'quase extorsão', diz Dias Toffoli

Ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que presidirá eleições de 2014, defende limitação de gastos com cabos eleitorais e admite risco de aumento de votos nulos no pleito do ano que vem

Jailton de Carvalho

BRASÍLIA – José Antonio Dias Toffoli não só acumula o posto de ministro no Supremo Tribunal Federal (STF) e no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Ele comandará o processo eleitoral de 2014. Numa entrevista ao GLOBO, na última sexta-feira, o ministro defendeu a proibição de doações de empresas a candidatos. E comparou os atuais métodos de arrecadação a "quase extorsão". Toffoli disse ainda que a contratação em massa de cabos eleitorais está se tornando uma forma de compra sistemática de votos, um meio de burlar as regras eleitorais.

A Polícia Federal diz que mais de 50% dos escândalos do país têm como origem campanhas eleitorais.

Ano que vem o senhor vai presidir as eleições do país. O que é preciso fazer para garantir eleições limpas?

Na minha opinião, o que é mais importante de fazer em matéria de campanha é o que eu chamo de financiamento da democracia: quem tem o direito de financiar a democracia? Se a democracia é o governo do povo, só o povo, o cidadão, tem o direito de financiar a democracia. Isso significa dizer que as empresas não têm o direito de participar financiando campanhas eleitorais. Quem não vota não tem o direito de participar das eleições como financiadores. Mas a lei atual permite esse financiamento. Há uma ação direta de inconstitucionalidade proposta pela Ordem dos Advogados do Brasil no Supremo, cuja relatoria é do ministro Luiz Fux, e esse tema vai ser enfrentado em algum momento pelo STF. O meu entendimento é que não cabe e não é permitido pela Constituição que pessoa jurídica financie a democracia.

Mas por que essas propostas de fim do financiamento privado de campanhas eleitorais nunca são aprovadas no Congresso?

Essa é uma discussão que, no Brasil, ficou na dicotomia financiamento privado versus financiamento público. Mas essa dicotomia deve ser entre financiamento da pessoa física, do eleitor, e financiamento da pessoa jurídica, das empresas. Enquanto a legislação brasileira permitir financiamento de empresas, você vai criar uma maneira lícita de proximidade, de afinidade, entre empresas e candidaturas. E isso eu penso que não é positivo para a democracia.

Então, o senhor acha que está correta essa avaliação de que mais da metade dos casos de corrupção têm origem no financiamento privado?

Eu não tenho os dados dessa análise. Mas essa aproximação (entre empresas e campanhas), na verdade, quase beira a extorsão: "olha, ou você contribui para minha campanha ou eu posso não ser seu amigo se ganhar" ou "se eu ganhar, e você contribuir, eu vou ser seu amigo". Nesse tipo de relação, que está subentendida na relação de financiamento das campanhas por empresas, há um jogo de interesses, sem dúvida nenhuma, porque empresas não têm ideologia. Como disse, eu não tenho esses dados, mas é bem provável.

Como, então, as campanhas deveriam ser financiadas?

As campanhas deveriam ter o seguinte sistema de financiamento: em primeiro lugar, deveriam ter um teto de gastos. Hoje, quem define o teto de gastos é o próprio candidato – e o próprio partido. Esse teto passaria a ser estabelecido em lei para cada campanha. E, por outro lado, onde se poderia obter esses recursos? Parte por financiamento público, através do fundo partidário. E a outra parte via financiamento dos simpatizantes e filiados. Pessoas físicas, eleitores, não pessoas jurídicas. E as pessoas físicas com o limite que existe hoje: 2% daquilo que tiveram como rendimento no ano anterior declarado à Receita Federal.

O senhor acha que isso seria suficiente para diminuir os riscos de corrupção?

Eu penso que diminuiria muito. Hoje, nós temos várias formas de combate aos excessos. Mas, quando se tem licitamente a possibilidade de as pessoas jurídicas doarem... Então, o que ocorre hoje? Um tesoureiro de campanha presidencial, em vez de recorrer aos simpatizantes de seu agrupamento político ou dos partidos que apoiam aquele candidato, escreve um ofício às grandes empresas do país e vai visitá-las, para pedir a contribuição. E essas empresas, o que fazem? "Bom, se eu dou para o candidato A, vou ter que dar para o candidato B, o candidato C". "Ah, mas por que se está dando mais para o candidato A ou B?" Qual é a resposta? Porque o candidato A está em primeiro lugar nas pesquisas. Hoje, o sistema (com financiamento por empresas) não tem razoabilidade.

E como coibir a compra de votos?

A compra de votos foi algo endêmico no Brasil. Em razão da compra de votos, se introduziu, após grande campanha, o artigo 41A na Lei Eleitoral. Esse artigo pune com a perda do mandato quem compra voto. Basta comprar um voto que perde o mandato. Essa norma que combate a compra de voto no período eleitoral acabou por criar um sistema que também passa a ser um tanto quanto endêmico no Brasil, que são os cabos eleitorais permanentes. Pessoas que são profissionalizadas ao longo de um mandato inteiro, não só na época da eleição, para fazer a campanha daquele grupo político, daquelas pessoas que estão lhe pagando de maneira constante ao longo do tempo e não só na campanha eleitoral.

Deveria se limitar a contratação ou cadastrar os cabos eleitorais?

O cadastro de cabos eleitorais no período eleitoral por si só não resolve o problema da profissionalização constante de líderes comunitários nas várias regiões do país por pessoas que têm mandatos ou por agrupamentos políticos. Há que pensar numa limitação do financiamento das campanhas. Eu penso que esse é o grande tema.

O pais tem hoje 33 partidos, e a tendência é aumentar. Esse crescimento de partidos é um problema para a democracia?

O problema para a democracia não é o número de partidos. O grande problema não está no grande número de partidos e, sim, na democracia interna desses partidos.

Depois da onda de manifestações, o senhor acredita que as eleições poderão ser mais limpas que as anteriores?

Eu penso que o grande resultado dessas próximas eleições vai ser a leitura de um reflexo dessas manifestações, dessas frustrações que hoje a sociedade demonstra através de protestos públicos. Se aumentar o número de votos nulos, se aumentar o número de candidaturas ditas de protesto, isto vai se traduzir numa autorreflexão que a classe política terá de fazer.

Durante o discurso do Sr. Jorge Viana, a Srª Ana Amélia deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT-RS) – Muito bem, Senador Jorge Viana. Há também o nosso acordo de limitar, proibindo pessoas jurídicas de doarem e estabelecendo um limite. Duzentos dólares é um bom limite, a meu ver, pois daria algo em torno de R$400,00 a R$500,00 hoje.

Muito bem! Meus cumprimentos.

Senador Alvaro Dias com a palavra.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco da Minoria/PSDB-PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Paulo Paim, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, pretendo hoje abordar o crescimento assustador da violência no País, mas, antes, há um outro tema candente nesta segunda-feira que diz respeito à espionagem da Abin, a Agência Brasileira de Inteligência, a diplomatas estrangeiros no Brasil.

O jornal *Folha de S.Paulo* teve acesso a um relatório produzido pela Abin que mostra que o governo brasileiro monitorou diplomatas de três países, nas embaixadas e nas suas residências.

O documento traz detalhes sobre dez operações secretas, em andamento entre 2003 e 2004, e mostra que até países dos quais o Brasil procurou se aproximar nos últimos anos, como a Rússia e o Irã, viraram alvos da Abin.

Segundo o relatório elaborado pelo Departamento de Operações de Inteligência da Abin, diplomatas russos, iranianos e iraquianos envolvidos com negociações de equipamentos militares foram fotografados e seguidos em suas viagens. As revelações colocam em xeque a reação da Presidente Dilma à espionagem. A Presidente discursou na ONU e cancelou uma visita aos Estados Unidos. Foi uma reação da Presidência do Brasil em relação à suposta espionagem realizada pelos Estados Unidos.

Como se vê, a mão que afaga é a mesma que apedreja. O governo brasileiro mobilizou sua Agência de Inteligência para espionar outros países e seus diplomatas creditados junto ao Brasil.

Ora, Sr. Presidente, a espionagem do Brasil e a dos Estados Unidos podem ser diferentes na sofisticação, mas a essência é a mesma e também a mesma motivação. Se o Brasil tivesse o mesmo aparato técnico que têm os Estados Unidos, não estaria também investigando países com os quais mantém relações diplomáticas e que possui interesse geopolítico?

É evidente que o aparato é totalmente diferente. O orçamento do Brasil é de R$500 milhões, infinitamente menor que o dos Estados Unidos, que destinam para o setor de inteligência recursos da ordem de U$55 bilhões. Portanto, o nosso orçamento é absolutamente inferior. Mas, certamente, se o nosso governo tivesse as mesmas possibilidades norte-americanas, ele, provavelmente, estaria sendo acusado também de espionagem em relação a tantos outros países.

Em síntese, a Presidente Dilma fez verdadeiro estardalhaço sobre a atividade da NSA que foi revelada pelo Sr. Edward Snowden, mas a postura do Brasil não é diferente já que, agora, se revelam também ações de espionagem através da Abin.

Creio que a postura da Presidente Dilma não tenha sido adequada, portanto, já que o nosso País não tem autoridade, nesta hora, para fazer acusações tão fortes como as que fez se adota a mesma posição em relação a outros países.

O que é preciso destacar, Sr. Presidente e Srs. Senadores, é que temos de adotar uma postura em relação a outros países que guarde relação com a coerência.

O nosso governo acusou os Estados Unidos de espionar a Petrobras, mas não adiou o leilão de Libra. À época, a insinuação era a de que a Petrobras estava sendo espionada em função do anúncio do leilão que se efetuaria. Foi contraditório, portanto, o nosso governo: acusa de espionagem com objetivos escusos outro país, mas não suspende o leilão; portanto, não acreditava tanto assim no êxito daquela espionagem. E há agora esse outro episódio.

Todavia, Sr. Presidente, essa é uma questão que nos traz à tribuna para registro, mas o objetivo de hoje é fazer abordagem sobre a criminalidade crescente, que assusta o povo brasileiro.

A violência cresceu assustadoramente, e os dados da criminalidade estão sendo enviados pelas Secretarias de Segurança das 27 unidades da Federação para o *Anuário Estatístico do Fórum Brasileiro de Segurança Pública*, mostrando que, no ano passado, os homicídios cresceram 7,6% em relação a 2011.

O total de assassinatos é o maior da série histórica desde 2008. Houve 50.108 casos no Brasil em 2012, incluindo homicídios dolosos (47.136), assaltos seguidos de morte (1.810) e lesão corporal seguida

de morte (1.162). O País registrou taxa de 25,8 homicídios por 100 mil habitantes. Os dados completos do *Anuário*, uma encomenda da Secretaria Nacional de Segurança Pública, devem ser anunciados amanhã.

O jornal *O Estado de S.Paulo* é que obteve com exclusividade esses números dos crimes e da situação do sistema carcerário. Conforme revelado pelo jornal, "os Estados do Norte e Nordeste seguem liderando o *ranking* de homicídios no Brasil. Alagoas, com 61,8 casos por 100 mil habitantes, apesar de estar no primeiro lugar no *ranking*, registrou redução de 14%. O Pará subiu para a segunda colocação, com 44 por 100 mil, seguido por Ceará (42,5), Bahia (40,7) e Sergipe (40)".

"O padrão de homicídios no Brasil é muito alto, assim como os outros crimes. Isso mostra como não conseguimos enfrentar o problema da criminalidade urbana. Mostra a necessidade urgente de reformas nas polícias, para melhorar as investigações e o policiamento ostensivo. É um assunto que precisa ser enfrentado com coragem, ou o Brasil não vai conseguir reverter esse quadro", diz o sociólogo Renato Sérgio de Lima, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Os dados ainda revelam que "as lacunas no sistema de segurança nacional, no entanto, ficam evidentes ao se comparar a situação brasileira com a de outros países do mundo. Ao mesmo tempo em que encarcera demais, não parece conseguir diminuir as taxas de criminalidade. Segundo os dados do Anuário, o Brasil tem atualmente 515.482 presos, o que o coloca em quarto lugar no *ranking* daqueles com maior população prisional do mundo. Fica atrás apenas dos Estados Unidos (2.239.751), da China (1.640.000) e da Rússia (681.600)".

Sr. Presidente, peço a atenção para os seguintes dados: o Brasil ocupa o sétimo lugar entre os países mais violentos. As mais de 50 mil mortes por homicídios são duas vezes mais do que a média de baixas em um ano de guerra entre Rússia e Chechênia. Portanto, no Brasil, matam mais do que em países em guerra.

Os registros de crimes contra o patrimônio também são alarmantes. Em 2012, foram 566.793 casos de roubos, em que os ladrões levaram carros, atacaram bancos, cargas de caminhões, pedestres e casas. Em todo o território nacional, considerando só as ocorrências registradas nas delegacias, foram 1.574 casos de roubo por dia. Sabemos que muitas pessoas não registram nas delegacias assaltos e furtos. Esses números não refletem a realidade. A insegurança está amplificada e disseminada por todo o território nacional e exige medidas do Governo de maior eficácia e competência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Alvaro Dias, se V. Exª puder ficar aqui um pouco, para que eu possa fazer meu pronunciamento, comprometo-me a não ultrapassar o tempo.

O Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco Minoria/PSDB – PR) – Com a palavra, o Senador Paulo Paim, do Rio Grande do Sul.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Alvaro Dias, faço um pronunciamento sobre a erradicação da pobreza.

Sr. Presidente, Srs. Senadores e Srªs Senadoras, quero tratar, mais uma vez, de um tema que é sempre atual e que precisa encontrar um espaço cada vez maior no debate nacional. O tema é a erradicação da pobreza. Como todos sabem, em vista do significado mundial dessa questão, em outubro de 1992, a Assembleia Geral das Nações Unidas demarcou o Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza.

No ano de 1897, o Padre Joseph Wresinski conseguiu reunir, na Praça dos Direitos Humanos e da Liberdade, em Paris, local onde foi assinada, em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, cerca de 100 mil pessoas, que, vindas das mais diversas partes do mundo, celebraram ali o primeiro Dia Mundial para a Erradicação da Miséria.

Naquela oportunidade, foi inaugurada uma laje comemorativa contendo um apelo que sublinha a situação dramática em que se encontram as pessoas que vivem em extrema pobreza, sofrendo os tormentos da fome e da violência. O apelo contido nessa laje proclama que a extrema pobreza é uma violação dos direitos humanos, sendo necessário que todos se unam para assegurar o respeito a esses direitos.

O texto inscrito na laje colocada no pavimento Praça do Trocadéro, em Paris – hoje, há cópias espalhadas por diversas partes do mundo, inclusive no Brasil, na Rua Augusta, em São Paulo –, afirma o seguinte:

No dia 17 de outubro de 1987, reuniram-se nesta praça numerosos defensores dos direitos humanos, numerosos cidadãos de variados países. Eles prestaram homenagem às vítimas da fome, da ignorância e da violência. Afirmaram a sua convicção de que a miséria não é uma fatalidade. Proclamaram a sua solidariedade com aqueles que lutam no mundo inteiro para a destruírem. Lá onde há homens condenados a viver na miséria, aí os direitos

humanos são violados. Unir-se para os fazer respeitar é um dever sagrado.

O citado Padre é o autor dessas palavras.

Pensar sobre a erradicação da pobreza, Sr. Presidente, é reconhecer o calvário cotidiano vivido pelas pessoas em situação de extrema pobreza para terem sua dignidade respeitada.

Desde aquele momento em que a Assembleia Geral das Nações Unidas pontuou a questão da erradicação da pobreza, numerosos governos e membros da sociedade civil e do setor privado têm reconhecido a importância desse tema.

Sr. Presidente, um número sempre crescente de cidadãos de todas as origens e organizações de todo tipo têm se mobilizado para a erradicação da extrema pobreza. A importância da participação efetiva das pessoas vivendo em pobreza naquilo que diz respeito à elaboração de políticas ou de projetos voltados à superação da condição em que vivem, bem como no que tange à implementação e à avaliação dessas políticas e desses projetos também é inquestionável. É importante avançarmos, avançarmos, avançarmos.

O relatório apresentado pelo Secretário-Geral da ONU em 2006 identificou os meios necessários para promover a mobilização de todos nessa luta e sublinhou, especialmente, a necessidade de uma abordagem do problema fundamentada na ótica dos direitos humanos.

Sr. Presidente, recentemente, no interior do Rio de Janeiro, um vereador simplesmente disse que pobre tinha de morrer e virar comida para peixe. Então, mais do que nunca, este pronunciamento vem com a ótica de não permitir que absurdos como esse sejam colocados.

Sr. Presidente, quando da celebração dessa data, no ano passado, a administradora do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Srª Helen Clark, lembrou que 870 milhões de pessoas ainda passam fome no mundo e que a pobreza extrema destrói a vida e o espírito das pessoas.

Mais ainda, não podemos esquecer que a miséria é culpada pela morte de um maior número de crianças, de jovens e de adultos do que qualquer guerra. Todos os dias, pessoas vivendo nessa situação encaram o desafio e a ameaça da falta de comida, de abrigo e de acesso a serviços essenciais.

O fato é que a pobreza é uma forma de violência, e estamos todos convocados a um compromisso com a defesa dos direitos humanos, no sentido de unir esforços contra a violência representada pela pobreza extrema, promovendo o empoderamento das pessoas e construindo a paz.

É bom lembrar, Sr. Presidente Alvaro Dias, que o Relatório de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio indica que a meta de reduzir pela metade o número de pessoas vivendo com uma renda familiar inferior a US$1,25 por dia foi atingida em 2010. Desde 1990, centenas de milhões de pessoas deixaram de viver em uma situação de extrema pobreza, gozando, portanto, de condições de vida um pouco mais dignas.

As metas de expansão do acesso à fonte de água potável – veja bem que são metas para que elas tenham direito a tomar água! – e de melhoria significativa das vidas de pelo menos 100 milhões de moradores de comunidades miseráveis também foram atingidas.

Além disso, na última década, a taxa de mortes por causa de malária diminuiu em mais de um terço, e muitos países já estão próximos de alcançar a paridade em matrículas de ensino básico entre meninos e meninas.

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio criaram uma agenda global que une países e povos do mundo inteiro. As metas são claras, mensuráveis e limitadas pelo tempo e, por isso, conseguem promover ação focada nos indicadores mais básicos do desenvolvimento humano sustentável.

Contudo, Sr. Presidente, mais esforço é necessário para consolidar esses avanços, bem como para alcançar as pessoas que ainda não receberam os benefícios que aqui apontamos.

Disparidades internas às nações, bem como entre elas, permanecem marcantes. Serviços de saúde e de educação sobrecarregados e mal equipados, setores agrícolas negligenciados, carência de serviço de saneamento e de acesso à energia, desnutrição crônica e discriminação contra mulheres e meninas permanecem como barreiras para o progresso em muitos países.

As experiências daquelas ações que se estão esforçando para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio fornecem informações vitais para que todos possam continuar avançando nessas áreas, mesmo depois de 2015.

Absorver o aprendizado que vem das iniciativas que alcançaram bons resultados e contar com liderança nacional inspiradora são elementos essenciais para o sucesso.

Sabemos que a igualdade de gênero, a melhoria da saúde e do acesso à energia podem estimular progresso em todos os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

Já ficou provada também a eficácia da formação de parcerias e que investimentos com foco bem definido podem trazer melhorias rápidas para todos. Políticas eficazes, implementadas com base naquilo que já demonstrou funcionar bem, podem trazer mudanças muito, muito importantes e com a força devida.

Sr. Presidente, apesar de a economia global, em seu conjunto, ter experimentado, até 2008, um período de significativo crescimento, o que contribuiu para a redução dos níveis de pobreza em âmbito mundial, um aspecto dessa problemática, em relação a qual não conseguimos avançar – e que, ao contrário, se agravou –, é o da desigualdade: do preconceito de gênero pela orientação sexual, pela idade, atingindo principalmente crianças e idosos. Isso nos preocupa.

Com efeito, as desigualdades cresceram dramaticamente nos últimos dez anos, tanto dentro dos países como entre eles. Quase um bilhão de pessoas vive hoje em extrema pobreza, situação que constitui uma violação aos direitos humanos básicos e um obstáculo ao desenvolvimento e ao crescimento de todos como nação.

Deve-se ressaltar que a pobreza não é meramente uma questão de patamares salariais ou de recursos materiais insuficientes, nem deve ser remediada apenas por meio de caridade ou de esquemas que apontem – e que pode acontecer – a uma redistribuição de renda. Existe a pobreza educacional, cultural, científica e social, que é o corolário da pobreza material, e deve ser combatida com a mesma determinação. A pobreza resulta em destituição de capacidades individuais de desenvolvimento e em falta de autonomia. A erradicação da pobreza, por sua vez, implica a construção da capacidade de cada pessoa de criar riqueza e acessar seu potencial. Eles precisam, por mais pobres que sejam, de oportunidades.

O desenvolvimento humano sustentável implica o uso desse potencial e a expansão da gama de escolhas disponíveis aos indivíduos, a cada um, a cada uma. Educação de qualidade, desenvolvimento científico e diversidade cultural são, portanto, ferramentas estratégicas que podem ser usadas para desenvolver a inteligência humana e permitir às pessoas controlar e apontar o seu crescimento no futuro. Essa abordagem dinâmica deve ser central à formulação de políticas públicas, constituindo mesmo o seu cerne.

Sr. Presidente Alvaro Dias, a luta pela erradicação da pobreza deve ser o norte a orientar todos os esforços de preservação da dignidade humana e de promoção do desenvolvimento sustentável. Com vontade política e comprometimento conjunto dos países, resultados significativos podem, sim, ser alcançados. Para obtermos pleno sucesso, devemos redobrar nossos esforços para combater novas formas de pobreza e de exclusão social. Avançar, sim, na superação dessa chaga constitui a melhor contribuição que podemos dar na defesa da dignidade da pessoa humana, na promoção do desenvolvimento sustentável e na construção da paz.

Senador Alvaro Dias, as políticas públicas vêm apontando nesse sentido. Não é só o Minha Casa, Minha Vida; o Luz para Todos; o Água para Todos ou o Bolsa Família, como eu já falava antes. E eu não sou daqueles que dizem, Senador Alvaro Dias – não digo isto porque V. Exª está na Presidência –, que tudo começou nos últimos dez anos. Nós começamos, sim, a partir da retomada do processo democrático, a partir da Assembleia Nacional Constituinte a avançar. Eu acho que a Constituinte, cujos 25 anos festejamos aqui, foi um marco. Dali para frente, com todas as dificuldades que tivemos, fomos avançando. E hoje, se compararmos com aquela época, a gente pode dizer: tiramos da miséria absoluta mais de 40 milhões de brasileiros.

Mas este meu pronunciamento tem um pouco, sim, de uma resposta a dar àquele Vereador do Rio de Janeiro, cujo nome e cidade não quero citar. Respeito a cidade, mas como um Vereador, eleito pelo povo, votado pelo povo, tem o desrespeito total de dizer que pobre não deveria votar, nem ser votado; de dizer que pobre deveria morrer; de dizer que maltrapilho, que mendigo deveria virar comida para peixe?

Felizmente, sabemos da ação do Ministério Público para que ele responda, porque a fala daquele indivíduo foi, na verdade, de pregação à violência, à tortura e ao assassinato de pessoas.

Enfim, tomara que a gente nunca mais tenha que vir à tribuna comentar uma situação como aquela, em que o Vereador agrediu todos os homens e as mulheres de bem deste País e do mundo.

Por fim, Sr. Presidente, agora que o Senador Ruben Figueiró já chegou – eu assumi o compromisso com ele de ficar na tribuna, e o Senador Alvaro Dias disse: "Fique tranquilo que nós vamos aguardar até ele chegar" –, eu faço só um pequeno registro para que V. Exª, na condição de Presidente, naturalmente, possa passar a palavra ao Senador Ruben Figueiró.

Quero apenas registrar, Sr. Presidente, a Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, que será de amanhã, dia 5 de novembro, até o dia 7. A Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República e o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial vão realizar a III Conapir – Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial.

Fui convidado a participar da cerimônia de abertura. Claro que nós vamos nos dedicar aqui às votações nas comissões e no plenário desta Casa, que poderá votar o orçamento impositivo e também o fim do voto secreto entre amanhã e quarta-feira. Por isso, darei preferência a estar aqui, mas, se puder, darei uma passada lá.

A Seppir, em seu convite, diz reconhecer a importância do Senado no processo de consolidação da política da igualdade racial em nosso País e lembra que o Estatuto da Igualdade Racial teve um carinho especial desta Casa, como também a política de cotas e o ProUni, que tiveram papel fundamental para o acesso do povo negro e do índio à universidade.

De minha parte, fico muito feliz com essa parceria.

O tema da conferência será "Democracia e Desenvolvimento sem racismo: por um Brasil Afirmativo."

Esse tema é muito interessante e amplo. Certamente nós já tivemos bons avanços nesse sentido, mas é evidente que ainda há um bom caminho a percorrer.

Agradeço o convite, feito pela Ministra Luiza Helena de Bairros, e por sua dedicação a essa luta.

Sucesso no evento e muita energia positiva!

Por fim, Sr. Presidente, usando os meus últimos minutos, eu queria agradecer muito ao povo de Santa Maria, lá no Rio Grande do Sul, onde estive desde essa última quinta até sábado de manhã, pelo carinho com que fui tratado em todo o roteiro; não só em Santa Maria, mas também na região.

Estive lá e senti ainda a dor da cidade, com aqueles verdadeiros crimes cometidos com 242 jovens no incêndio da Boate Kiss. Estive lá, em frente, e, quando a gente passa em frente, observa o prédio ainda todo esfarrapado, queimado. Podem saber que arrepia todos que ali passam.

Fiz lá minha oração e depois segui a agenda com o Deputado Valdeci Oliveira, que é Líder do Governo Tarso, no Rio Grande do Sul, e que me levou para visitar diversas regiões ali da grande Santa Maria.

Na região dos Quilombolas, muita emoção também. Estive visitando o Instituto de Formação, com muita gente fortalecendo o ensino técnico; como estive no Museu Treze de Maio; como estive discutindo a importância de se aprofundar o debate na sala de aula sobre aquilo que eu disse lá. A lei que eu apresentei na Câmara caiu no Senado, quando eu era Deputado, mas depois a Deputada Esther reapresentou, e hoje é lei, que pede simplesmente que se conte a história de negros, índios e brancos de forma verdadeira nas salas de aulas. E não da forma deturpada, como alguns escreveram há décadas. Queremos somente a verdade, somente a verdade com a maior tranquilidade.

Agradeço muito, enfim, a imprensa de Santa Maria e região pelo carinho com que me trataram, para que eu falasse tudo que estava acontecendo no Congresso e ao longo do nosso mandato.

Claro que a questão da Previdência tomou conta. As pessoas continuam não entendendo como é que a gente não resolveu ainda a questão do fator previdenciário. Muitos chegam a dizer que é birra; é birra de alguém contra alguém, porque, no campo social, político e econômico, não tem sentido manter esse fator previdenciário. Não há uma explicação decente para que a gente se convença de que essa porcaria ainda se mantenha, cortando o salário dos mais pobres pela metade.

Quero cumprimentar o movimento sindical, que esteve lá, em massa, e pela grande movimentação que vão fazer em todo o País, no dia 12, para acabar com o fator previdenciário.

Eu não sou candidato a nada, agora, em 2014, mas um candidato inteligente teria que dizer que ia acabar com esse fator, porque isso aí está na boca do povo em todo os lugares em que a gente passa. Eu, sinceramente, colocaria como bandeira quase número um: eu vou acabar com o fator previdenciário. Não sei como esse pessoal não fala nisso! Eu não vi um candidato à Presidência falando disso. Um! Meu Deus do céu, se o fator cumpriu o seu papel, como alguns já dizem – até os analistas dizem que ele já cumpriu o seu papel como tinha que cumprir, agora não tem mais sentido –, se temos desonerado a folha, mostrando que estamos no pleno-emprego, que a Previdência está arrecadando como nunca, por que manter esse fator?!

Acho que é birra contra alguém. Já é pessoal, mas só que, nesse pessoal, estão prejudicando milhares de brasileiro – ou milhões, enfim. Eles só querem que haja o mesmo cálculo que é adotado para os outros trabalhadores. Porque é só os do Regime Geral! Que façam as contas e paguem o que têm direito. Ponto. Ninguém está falando do atrasado. É só daqui para frente. Mas, não! Tem que aplicar isso, porque não aplica para o Executivo, para o Legislativo e para o Judiciário. Depois vem com o fator e corta pela metade o salário do mais pobre.

Não tem sentido. Só pode ser birra de alguém com alguém, porque, tecnicamente, economicamente, socialmente e politicamente, isso é um suicídio, e as pessoas insistem.

Ora, pelo amor de Deus, não dá para entender! Não dá para entender como é que não se resolve de uma vez por todas essa porcaria desse projeto que confisca pela metade o salário do trabalhador mais pobre.

Eu falo aqui em combate à pobreza, mas como é que eu vou ter moral para falar em combate à pobreza, se para os mais pobres eu corto o salário pela metade e, para os mais ricos – porque, queiramos ou não, o teto é de R$30 mil –, paga-se integralmente? Não dá, não dá para entender!

Eu tenho muita esperança, ainda, que, com esse movimento das centrais, das confederações, um grande movimento, no dia 12, contra o fator, os presidenciáveis comecem a dizer que vão terminar com esse

mal maior. Não há nenhuma lei no Brasil tão perversa como essa. Eu diria até em qualquer país democrático do mundo, em que impera a democracia,...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) –... não existe uma lei tão perversa como essa.

Por isso o apelo que eu faço mais uma vez aqui. Como seria bom ouvir de todos os candidatos à Presidência da República, candidatos e candidatas, que esse fator vai terminar a partir – que seja – de janeiro do ano que vem.

Obrigado, Sr. Presidente.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) –

Pronunciamento sobre a Erradicação da Pobreza.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero tratar de um tema que é sempre atual e que precisa encontrar o maior espaço possível de debate.

O tema é a erradicação da pobreza e, como todos sabem, em vista do significado mundial dessa questão, em outubro de 1992, a Assembleia Geral das Nações Unidas, demarcou o Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza.

No ano de 1987, o padre Joseph Wresinski conseguiu reunir, na Praça dos Direitos Humanos e da Liberdade, em Paris – local onde foi assinada, em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos –, cerca de cem mil pessoas, vindas das mais diversas partes do mundo, para celebrar o primeiro Dia Mundial para a Erradicação da Miséria.

Naquela oportunidade, foi inaugurada uma laje comemorativa contendo um apelo que sublinha a situação dramática em que se encontram as pessoas que vivem em extrema pobreza, sofrendo os tormentos da fome e da violência.

O apelo contido nessa laje comemorativa proclama que a extrema pobreza é uma violação dos direitos humanos, sendo necessário que todos se unam para assegurar o respeito a esses direitos.

O texto inscrito na laje colocada no pavimento da Praça do Trocadéro, em Paris – que hoje tem cópias espalhadas por diversas partes do mundo, inclusive no Brasil, na rua Augusta, em São Paulo –, afirma o seguinte:

> *"No dia 17 de Outubro de 1987, reuniram-se nesta praça numerosos defensores dos direitos humanos, numerosos cidadãos de variados países. Eles prestaram homenagem às vítimas da fome, da ignorância e da violência.*
>
> *Afirmaram a sua convicção de que a miséria não é uma fatalidade. Proclamaram a sua solidariedade com aqueles que lutam no mundo inteiro para a destruírem.*
>
> *Lá onde há homens condenados a viver na miséria, aí os direitos humanos são violados. Unir-se para os fazer respeitar é um dever sagrado."*
>
> Padre Joseph Wresinski

Pensar sobre a Erradicação da Pobreza, Senhor Presidente, é reconhecer o calvário quotidiano vivido pelas pessoas em situação de extrema pobreza para terem sua dignidade respeitada.

Desde aquele momento em que a Assembleia Geral das Nações Unidas pontuou a questão da Erradicação da Pobreza, numerosos governos, membros da sociedade civil e do setor privado têm reconhecido a importância desse tema.

Um número sempre crescente de cidadãos de todas as origens e organizações de todo o tipo, têm se mobilizado para a erradicação da extrema pobreza.

E a importância da participação efetiva das pessoas vivendo em extrema pobreza naquilo que diz respeito à elaboração de políticas ou de projetos voltados à superação da condição em que vivem, bem como no que tange à implementação e à avaliação dessas políticas e desses projetos também é inquestionável.

O relatório apresentado pelo Secretário Geral da ONU em 2006, identificou os meios necessários para promover a mobilização de todos nesta luta e, sublinhou, especialmente, a necessidade de uma abordagem do problema fundamentada na ótica dos direitos humanos.

Srªs e Srs. Senadores:

Quando da celebração dessa data no ano passado, a Administradora do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Sra. Helen Clark, lembrou que 870 milhões de pessoas ainda passam fome no mundo, e que a pobreza extrema destrói a vida e o espírito das pessoas.

Mais ainda, não podemos esquecer que a miséria é culpada pela morte de um maior número de crianças, jovens e adultos que qualquer guerra.

Todos os dias, pessoas vivendo nessa situação encaram o desafio e a ameaça da falta de comida, de abrigo e de acesso a serviços essenciais.

O fato é que a pobreza é uma forma de violência e estamos todos convocados a um compromisso com a defesa dos direitos humanos no sentido de unir esforços contra a violência representada pela pobreza extrema, promovendo o empoderamento das pessoas e construindo a paz.

É bom lembrar, Senhoras e Senhores Senadores, que o relatório de acompanhamento dos Objetivos de

Desenvolvimento do Milênio indica que a meta de reduzir pela metade o número de pessoas vivendo com uma renda domiciliar inferior a um dólar e vinte e cinco centavos por dia foi atingida em 2010.

Desde 1990, centenas de milhões de pessoas deixaram de viver em uma situação de extrema pobreza, gozando, portanto, de condições de vida mais dignas.

As metas de expansão do acesso a fontes de água potável e de melhora significativa das vidas de pelo menos 100 milhões de moradores de comunidades miseráveis também foram atingidas.

Além disso, na última década, a taxa de mortes por causa de malária diminuiu em mais de um terço e muitos países já estão próximos de alcançar a paridade em matrículas de ensino básico entre meninos e meninas.

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio criaram uma agenda global que une países e povos do mundo inteiro.

As metas são claras, mensuráveis e limitadas pelo tempo, e, por isso, conseguem promover ação focada nos indicadores mais básicos do desenvolvimento humano sustentável.

Contudo, mais esforço é necessário para consolidar esses avanços, bem como para alcançar as pessoas que ainda não receberam os benefícios do progresso.

Disparidades internas às nações, bem como entre elas, permanecem marcantes. Serviços de saúde e de educação sobrecarregados e mal equipados,setores agrícolas negligenciados, carência de serviços de saneamento e de acesso a energia, desnutrição crônica e discriminação contra mulheres e meninas permanecem barreiras para o progresso em muitos países.

As experiências daquelas nações que estão se esforçando para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio fornecem informações vitais para que todos possam continuar avançando nessas áreas mesmo depois de 2015.

Absorver o aprendizado que vem das iniciativas que alcançaram bons resultados e contar com liderança nacional inspiradora são elementos essenciais para o sucesso.

Sabemos que a igualdade de gênero, a melhoria da saúde e do acesso a energia podem estimular progresso em todos os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

Já ficou provada, também, a eficácia da formação de parcerias, e que investimentos com foco bem definido podem trazer melhorias rápidas.

Políticas eficazes, implementadas com base naquilo que já demonstrou funcionar bem, podem trazer mudanças muito fortes.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores:

Apesar de que a economia global, em seu conjunto, tenha experimentado, até 2008, um período de significativo crescimento, o que contribuiu para a redução dos níveis de pobreza em âmbito mundial, um aspecto dessa problemática no qual não conseguimos avançar – e que, ao contrário, se agravou – é o da desigualdade.

Com efeito, as desigualdades cresceram dramaticamente nos últimos dez anos, tanto dentro dos países como entre eles.

Quase um bilhão de pessoas vivem, hoje, em extrema pobreza, situação que constitui uma violação aos direitos humanos básicos e um obstáculo ao desenvolvimento.

Deve-se ressaltar que a pobreza não é meramente uma questão de patamares salariais ou de recursos materiais insuficientes, e nem deve ser remediada apenas por meio de caridade ou de esquemas de redistribuição de renda.

Existe a pobreza educacional, cultural, científica e social, que é o corolário da pobreza material, e deve ser combatida com a mesma determinação.

A pobreza resulta em destituição de capacidades individuais de desenvolvimento e em falta de autonomia.

A erradicação da pobreza, por sua vez, implica a construção da capacidade de cada pessoa de criar riqueza e acessar seu potencial.

O desenvolvimento humano sustentável implica o uso desse potencial e a expansão da gama de escolhas disponíveis aos indivíduos.

Educação de qualidade, desenvolvimento científico e diversidade cultural são, portanto, ferramentas estratégicas que podem ser usadas para desenvolver a inteligência humana e permitir às pessoas controlar seu futuro. Essa abordagem dinâmica deve ser central à formulação de políticas públicas, constituindo, mesmo, o seu cerne.

Sr. Presidente, a luta pela erradicação da pobreza deve ser o Norte a orientar todos os esforços de preservação da dignidade humana e de promoção do desenvolvimento sustentável.

Com vontade política e comprometimento conjunto dos países, resultados significativos podem ser alcançados.

Para obtermos pleno sucesso, devemos redobrar nossos esforços para combater novas formas de pobreza e de exclusão social.

Avançar na superação dessa chaga constitui a melhor contribuição que podemos dar na defesa da dignidade da pessoa humana, na promoção do desenvolvimento sustentável e na construção da paz.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) –

Registro sobre III CONAPIR – Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores.

Do dia 5 de novembro até o dia 7, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República e o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial irão realizar a III CONAPIR – Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial.

Fui convidado a participar da Cerimônia de Abertura, mas, infelizmente, minha agenda está bastante atribulada e não poderei ir.

A SEPPIR, em seu convite, diz reconhecer a importância do Senado no processo de consolidação da Política de Igualdade Racial em nosso país e, de minha parte fico muito feliz com essa parceria.

O tema desta Conferência será "Democracia e Desenvolvimento sem racismo: por um Brasil Afirmativo"

Esse tema é muito interessante e amplo. Certamente nós já tivemos bons avanços neste sentido, mas, é evidente que ainda há um bom caminho a percorrer.

Quero agradecer o convite e cumprimentar a Ministra Luiza Helena de Bairros por sua dedicação nesta luta.

Sucesso no evento e muita energia positiva!

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco Minoria/PSDB – PR) – Muito bem, Senador Paulo Paim. Apoiamos essa bandeira, que V. Exª empalma com tanto entusiasmo.

E lembro também a V. Exª, Senador Paulo Paim, que nesta semana os aposentados do Aerus estarão novamente em Brasília aguardando providências efetivas do Governo, depois da promessa de acordo feita há algumas semanas. Aguardam agora, a partir de amanhã, que o Governo possa concluir os entendimentos para celebrar um acordo com os aposentados do Aerus, que reivindicam seus direitos há tanto tempo.

Eu passo a Presidência ao Senador Paulo Paim e a palavra ao Senador Ruben Figueiró, próximo orador inscrito, que tem, regimentalmente, vinte minutos para o seu discurso.

O Senador Paulo Paim tem estado presente aqui de segunda a sexta, mas também que viaja bastante pelo Brasil e pelo interior do Rio Grande do Sul. Eu procuro seguir o seu exemplo, Senador Paulo Paim.

Ainda no último fim de semana – o Senador Wellington Dias, da mesma forma –, estive em Vitória, no Espírito Santo, atendendo a convite do meu Partido, o PSDB, do Deputado Cesar Colnago, o nosso Presidente, para um debate no Sindifer. Foi um debate interessante com empresários, preocupados com a desindustrialização do País, e com militantes do nosso Partido.

Mas parabéns a V. Exª por esse vigor físico, que o faz percorrer o Brasil sempre, nos fins de semana, além do seu Estado, o Rio Grande do Sul.

Com a palavra, o Senador Ruben Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, como é bom ouvir o Senador Paulo Paim! Toda vez que ele assume a tribuna é naturalmente para trazer um brado de alerta ao Governo na defesa daqueles mais oprimidos. Ele é um verdadeiro *globetrotter*: ora está na Bahia, ora está em Santa Catarina, ora está lá no seu Rio Grande do Sul, entre os seus irmãos, levando não só a sua opinião abalizada como trazendo de lá os reclamos que são tão naturais hoje da população brasileira. Eu também me somo àquilo que disse o Senador Alvaro Dias, louvando a atuação do eminente Senador Paulo Paim por este Brasil afora, em favor, principalmente – quero destacar aqui –, dos aposentados.

Sobre isso, Senador Paulo Paim, após ser vitoriosa a campanha do fator previdenciário, eu espero também que o Governo atenda o Projeto de Lei nº 555, que se encontra na Câmara Federal e que também é um justo reclamo dos aposentados para abater ou para eliminar, melhor dizendo, de seus proventos aquela carga de 11,5% que pesa neles. Seria uma atitude louvável se o Governo Federal atendesse os reclamos dos aposentados do nosso Brasil, que contribuíram durante tantos e tantos anos para o Erário, principalmente para a Previdência Social, e agora se veem tosquiados nos seus proventos por uma medida em que não vejo absolutamente sentido nenhum.

Mas, Sr. Presidente, a minha presença nesta tribuna é para relatar um fato que me chamou a atenção e que também me preocupou. Eu acabo de chegar do meu Estado, Mato Grosso do Sul, onde, nesta manhã, recebi um grupo de policiais da Polícia Rodoviária Federal que me relatou um fato que considero deprimente. E suas vozes precisam chegar ao Sr. Ministro da Justiça, para que ele tome as medidas imediatas que se fazem necessárias diante do relato que terei oportunidade de fazer neste instante a V. Exª.

Digo: é um verdadeiro escândalo o que está acontecendo com a Polícia Rodoviária Federal no meu Estado, Mato Grosso do Sul.

O quadro é simplesmente assustador. Submetida a cortes de recursos de mais de 60% neste ano, tenho que, infelizmente, chamar a atenção do Sr. Ministro da Justiça para alertá-lo sobre o quadro de sucateamen-

to da Polícia Rodoviária Federal, que parece que vem atingindo a maioria dos Estados brasileiros.

Na semana passada, por conta desse processo de deterioração das condições de trabalho dos nossos policiais rodoviários federais, tivemos conhecimento de um fato lamentável, que relato aqui, desta tribuna, para o conhecimento de V. Exªs e da Nação.

Na perseguição que dois policiais federais faziam a um traficante de drogas na BR-060, na saída do Município de Sidrolândia, ambos sofreram um grave acidente, com capotagem de uma viatura oficial, sendo que um deles precisou ser socorrido, com urgência, por um helicóptero, com grave lesão na cabeça, correndo risco de vida. O policial, neste momento, encontra-se na Santa Casa de Campo Grande, correndo perigo de morte.

Vejam, Srs. Senadores, a contradição: o veículo do traficante era novo em folha, novíssimo, talvez até contrabandeado; o da polícia estava caindo aos pedaços, nunca passou por uma manutenção e estava com os pneus gastos, em péssimas condições mecânicas, sem as mínimas condições de operação.

Esse vem sendo o resultado de uma política de corte de recursos, que tem colocado a vida desses policiais sob risco, num país que vem gastando fábulas e mais fábulas em estádios de futebol, em obras de necessidade duvidosa, em projetos que não saem do papel, enfim, que vem jogando fora o valioso dinheiro do contribuinte em setores que não precisam, em detrimento de áreas importantíssimas do cotidiano de todos nós, brasileiros.

Isso sem contar a corrupção assombrosa, que se tornou endêmica no Brasil, não havendo quem consiga estancar essa sangria, que, diariamente, vem à luz por meio da imprensa brasileira.

Srs. Senadores, tem alguma coisa errada acontecendo neste País.

Na mesma semana em que esse fato aconteceu em Mato Grosso do Sul, assistimos, perplexos, no Jornal Nacional, à ação de vândalos ligados aos Black Blocs e ao PCC, às margens da Rodovia Raposo Tavares, que liga Minas a São Paulo, na qual, ao longo de 90km do centro nevrálgico do País e daquele fato assustador, atuam apenas quatro policiais rodoviários federais. Vejam, V. Exªs.

No caso do meu Estado, Mato Grosso do Sul, recebi da entidade que representa os policiais rodoviários federais um relatório sobre as condições de trabalho a que estão submetidos. Os homens responsáveis pela segurança de nossas estradas e por vasta região da fronteira estão tolhidos em suas capacidades operacionais, impotentes para cumprir suas missões.

V. Exªs imaginam qual foi o recurso destinado este ano pelo Governo Federal para a manutenção da frota de 80 veículos da Polícia Rodoviária Federal? E agora, Sr. Presidente, eminente Senador Paulo Paim, eminente Líder do PT nesta Casa, Senador Wellington Dias, eu repito: imaginam V. Exªs qual foi o recurso destinado este ano pelo Governo Federal para a manutenção da frota de 80 veículos da Polícia Federal lá em meu Estado? De acordo com informações fidedignas, oficiais, apenas R$600,00. Isso mesmo, Srs. Senadores, R$600,00!

De acordo com os levantamentos realizados, a Polícia Rodoviária Federal teve aprovada neste ano a aquisição de 730 novas viaturas, mas destas, apenas 130 foram entregues no País. Faltam entregar mais 600 viaturas. Para Mato Grosso do Sul, serão destinadas 30 viaturas novas, número insuficiente para atender as nossas necessidades.

Os números apresentados em Mato Grosso do Sul preocupam: do total de nossa frota, que se compõe de 80 veículos, repito, responsável pelo policiamento ostensivo, 38% encontram-se em péssimo estado, 6% em situação irregular e 38% em boas condições de tráfego. Ou seja, quase a metade dos veículos não tem condições de trabalho, têm mais de cinco anos de uso, com mais de 160 mil quilômetros rodados, observem V. Exªs.

De acordo com os policiais rodoviários federais que recebi nesta manhã, na minha cidade, Campo Grande, capital do Estado, caso não se renove pelo menos 50% da frota, a segurança e vigilância das estradas estarão inviabilizadas. No próximo ano, o quadro será de caos. O número de veículos existentes para cuidar de todo nosso território, que tem uma região de fronteira permeável ao tráfico de drogas, o contrabando e o descaminho, estará praticamente reduzido a cerca de 40 veículos em condições de operação.

Mais grave que isso é a falta de policiais. Do total de efetivos que trabalham no setor, conta-se, atualmente, com 452 homens. Em função de escala de trabalho, há uma média de dois homens atuando em dez delegacias regionais de nosso Estado.

É, senhores, humanamente impossível atender a população de Mato Grosso do Sul, pois, além de fazer o trabalho de vigilância, atendimento a acidentes, fiscalização, com efetivo tão diminuto, os resultados, como veem V. Exªs, são pífios.

O número de policiais necessários para atender uma região como a nossa, de fronteira, com características tão especiais, seria de cerca de mil policiais, só que a realidade faz com que a ação de policiais seja feita pela metade. Mesmo assim, é preciso reconhecer que esses homens, que se encontram no limite de

suas forças, fazem muito e estão conseguindo resultados satisfatórios em muitas áreas, mesmo submetidos a condições estafantes de trabalho. Só que eles têm seus limites. Por isso, os acidentes são numerosos, o tráfico de drogas e o contrabando são crescentes, não sendo possível atender os anseios do País.

É lamentável, Sr. Presidente, o que está acontecendo. É desesperadora a situação da segurança em nossas estradas. O Estado brasileiro está sendo cada vez mais omisso no cumprimento de suas funções essenciais.

A ausência do Governo nessa área nos leva a pensar que estamos entrando num caminho perigoso. Não podemos aceitar, passivamente, que vidas sejam ceifadas em nossas rodovias, numa escala que muitos consideram um dos maiores genocídios de nossa história. Não podemos aceitar que o crime tenha em nossas rodovias uma porta aberta, destruindo jovens e famílias, de um lado, e a economia e o mercado doméstico, de outro.

Está passando a hora de a sociedade dizer um basta e exigir que o Governo gaste de maneira correta seus recursos, instrumentalizando, adequando a nossa Polícia Rodoviária Federal.

E adianto, Sr. Presidente, para concluir, em *O Estado de S. Paulo* de ontem, na seção de editoriais, há também uma candente manifestação decorrente de protestos realizados pela Polícia Federal, reclamando que suas necessidades não são atendidas. Há um sucateamento de seu material operante.

Os servidores da Polícia Rodoviária também reclamam das condições de trabalho. E há um corte substancial de recursos, que está impedindo a ação que a Polícia Federal sempre tem realizado na defesa dos interesses maiores do nosso País.

Sr. Presidente, com essas observações, agradeço sinceramente a V. Exª, que permitiu, através de suas sábias palavras, que eu pudesse chegar a tempo ao Senado, para trazer esse reclamo da Polícia Rodoviária Federal do meu Estado.

Tenho certeza de que V. Exª há de endossar, como o nosso eminente Líder do PT, Wellington Dias. V. Exªs deverão, sem dúvida, levar ao Ministro da Justiça um reclamo que não é do meu Partido, que não é também do Partido de V. Exªs, mas é um reclamo justíssimo da Nação brasileira, que não pode ficar absolutamente desamparada.

Muito obrigado a V. Exªs.

Durante o discurso do Sr. Ruben Figueiró, o Sr. Alvaro Dias deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senador Ruben Figueiró. Parabéns a V. Exª pelo seu pronunciamento, com a mesma diplomacia, e como de um estadista, como sempre.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Obrigado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Agora, temos o Senador Aloysio Nunes Ferreira como orador inscrito ou um Líder.

Já falei aqui com o Líder Wellington Dias, que disse que não há problema nenhum. Então, chamamos o Senador Aloysio Nunes Ferreira. Em seguida, falará o Senador Wellington Dias.

Enquanto V. Exª vem à tribuna, leio um ofício.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O Senado Federal recebeu da Câmara dos Deputados o **Projeto de Lei da Câmara n° 101, de 2013** (n° 4.370/2012, na Casa de origem), de iniciativa da Presidência da República, que *altera o art. 1º da Lei n° 7.150, de 1º de dezembro de 1983, que fixa os efetivos do Exército em tempo de paz*.

É o seguinte o Projeto:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 101, DE 2013

(Nº 4.370/2012, na Casa de origem)

(De iniciativa da Presidência da República)

Altera o art. 1º da Lei nº 7.150, de 1º de dezembro de 1983, que fixa os efetivos do Exército em tempo de paz.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 7.150, de 1º de dezembro de 1983, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º Os efetivos do Exército em tempo de paz terão os seguintes limites:

I - 182 (cento e oitenta e dois) Oficiais-Generais;

II - 40.000 (quarenta mil) Oficiais;

III - 75.000 (setenta e cinco mil) Subtenentes e Sargentos; e

IV - 210.510 (duzentos e dez mil, quinhentos e dez) Cabos e Soldados.

....."(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 4.370, DE 2012

Altera o art. 1º da Lei nº 7.150, de 1º de dezembro de 1983, que fixa os efetivos do Exército em tempo de paz.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 7.150, de 1º de dezembro de 1983, passa a vigorar com a seguintes alterações:

"Art. 1º Os efetivos do Exército em tempo de paz terão os seguintes limites:

I - cento e oitenta e dois Oficiais-Generais;

II - quarenta mil Oficiais;

III - setenta e cinco mil Subtenentes e Sargentos; e

IV - duzentos e dez mil e quinhentos e dez Cabos e Soldados.

....." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

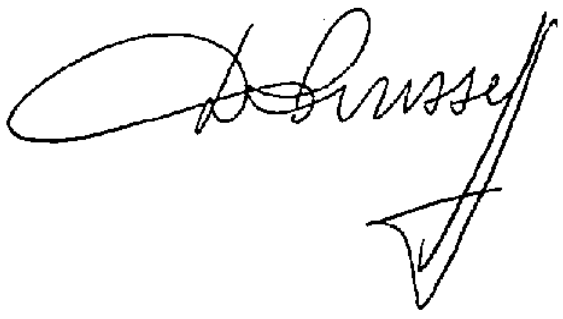
Brasília, 31 de agosto de 2012

Mensagem nº 395, de 2012

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que "Altera o art. 1º da Lei nº 7.150, de 1º de dezembro de 1983, que fixa os efetivos do Exército em tempo de paz".

Brasília, 31 de agosto de 2012.



EM nº 00183/2012 MD

Brasília, 6 de julho de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

Submeto à superior deliberação de Vossa Excelência o anexo projeto de lei que altera o art. 1º da Lei nº 7.150, de 1º de dezembro de 1983, que fixa os efetivos do Exército em tempo de paz.

2. Com a medida, pretende-se ampliar o limite legal de pessoal militar em vigor há quase 29 anos, passando de 296.334 (duzentos e noventa e seis mil, trezentos e trinta e quatro) para 325.692 (trezentos e vinte e cinco mil, seiscentos e noventa e dois), que corresponde ao acréscimo de 9,9%, mediante planejamento anual no decurso temporal, a partir de 2013 até 2030.

3. Anualmente, por meio de decreto presidencial, são fixados os efetivos de oficiais, subtenentes, sargentos, cabos e soldados autorizados para o Exército Brasileiro, observando as disponibilidades orçamentárias e as demandas da Força, em conformidade com os limites legais determinados pela Lei nº 7.150, de 1983.

4. Ao longo desses anos de vigência dos atuais limites de efetivos, o desenvolvimento do País levou à diversificação das atividades finalísticas e subsidiárias atribuídas às Forças Armadas, quadro que ampliou e intensificou a participação do Comando do Exército nos planos nacional e internacional, revelando a necessidade de estabelecer e renovar suas estruturas e, por conseguinte, elevar o quantitativo de seus efetivos, no natural processo de transformação vivenciada pela área de Defesa Nacional.

5. Certamente, o diagnóstico que determina a elevação dos efetivos do Exército Brasileiro decorre do avanço da consolidação da democracia brasileira, da concepção e da institucionalização de políticas e projetos estratégicos que dão novos matizes ao planejamento e à aplicabilidade da função Defesa Nacional, tais como: a recente reformulação da organização, do preparo e do emprego das Forças Armadas, determinada pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010; a criação e a consolidação do Ministério da Defesa e do Gabinete de Segurança Institucional; a concepção da Política de Defesa Nacional (PDN), da Estratégia Nacional de Defesa (END), do Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) e do Plano de Articulação e Equipamentos de Defesa (PAED), impactando demandas crescentes de pessoal militar.

6. Atualmente, os efetivos de oficiais, de subtenentes e de sargentos do Exército Brasileiro alcançam os limites legais autorizados a cada ano por decreto. Desse modo, a Força ressente-se da dificuldade prática de ampliar e diversificar o seu emprego e atuação em atividades que impliquem grande esforço de alocação de pessoal militar.

7. Ressalto que o projeto de lei sob análise foi elaborado em conformidade com a END, considerando a necessidade de adequação dos efetivos do Exército Brasileiro à execução das ações projetadas nos horizontes temporais de 2014, 2022 e 2030.

8. Aquela Força, guardando alinhamento com as orientações estratégicas constantes da END e, por conseguinte, com as recomendações estratégicas do Poder Executivo, estabeleceu os seguintes projetos estratégicos prioritários:

a) Nova Família de Blindados (Guarani);

b) Sistema de Mísseis e Foguetes Astros 2020;

c) Sistema Integrado de Proteção de Estruturas Estratégicas Terrestres (Proteger);

d) Sistema Integrado de Proteção de Fronteiras (Sisfron);

e) Recuperação da Capacidade Operacional;

f) Defesa Cibernética; e

g) Sistema de Defesa Antiaérea.

9. Para atender a esses projetos é indispensável promover o aumento gradual dos efetivos do Exército Brasileiro no curto (2013 a 2014), no médio (2015 a 2022) e no longo prazo (2023 a 2030), tendo em vista as decorrentes demandas de emprego, de criação e de transformação de estruturas da Força Terrestre.

10. Nessa perspectiva, é imprescindível que no curto prazo (2013 a 2014), com vistas ao desenvolvimento e à experimentação técnica e doutrinária da Nova Família de Blindados, à implantação do Projeto Piloto do Sisfron, à criação do Centro de Defesa Cibernética, ao desenvolvimento do Sistema Astros 2020 e ao recompletamento de unidades existentes para atender à Recuperação da Capacidade Operacional, ao Sistema Proteger e ao Sistema de Defesa Antiaérea, haja o aumento de 3.945 (três mil, novecentos e quarenta e cinco) cargos de militares, assim distribuídos:

a) 2.181 (dois mil, cento e oitenta e um) oficiais;

b) 98 (noventa e oito) subtenentes; e

c) 1.666 (mil, seiscentos e sessenta e seis) sargentos.

11. No médio prazo (2015 a 2022), foi identificada a necessidade de prover as primeiras unidades com a Nova Família de Blindados, com pessoal capacitado à operação e manutenção dos equipamentos; providenciar recursos humanos para consolidar e ampliar o Sisfron, dotando as unidades de capacidade para atuar rapidamente na faixa de fronteira, inclusive; disponibilizar pessoal para transformar algumas unidades e fortalecer outras, aumentando sua capacidade operacional, com vistas a atender ao Sistema Proteger; dispor de pessoal capacitado para iniciar a implementação técnica e doutrinária do Sistema Astros 2020,

expandindo as estruturas de artilharia de foguetes existentes; prosseguir com o recompletamento de unidades para recuperação da capacidade operacional da Força Terrestre e ampliar a estrutura e a capacidade do Centro de Defesa Cibernética e do Sistema de Defesa Antiaérea.

12. Essas iniciativas implicarão aumento de pessoal na ordem de 17.024 (dezessete mil e vinte e quatro) cargos, a saber:

a) 8.004 (oito mil e quatro) oficiais;

b) 451 (quatrocentos e cinquenta e um) subtenentes; e

c) 8.569 (oito mil, quinhentos e sessenta e nove) sargentos.

13. No longo prazo (2023 a 2030), para a consolidação das estruturas e dos projetos implementados e avaliados nos curto e médio prazos, transformando o Exército em uma Força moderna e adequada às necessidades decorrentes da crescente projeção do Brasil no cenário internacional, projeta-se o aumento de 8.389 (oito mil, trezentos e oitenta e nove) cargos, assim considerados:

a) 3.829 (três mil, oitocentos e vinte e nove) oficiais;

b) 240 (duzentos e quarenta) subtenentes; e

c) 4.320 (quatro mil, trezentos e vinte) sargentos.

14. É importante deixar claro que esse acréscimo de efetivo, que totaliza 29.358 (vinte e nove mil, trezentos e cinquenta e oito) cargos, somente poderá ser autorizado por Vossa Excelência no decorrer do tempo caso os limites legais da Lei nº 7.150, de 1983, sejam alterados.

15. A proposta visa, portanto, proporcionar condições para a harmonização do fluxo das diferentes carreiras de oficiais e praças da Força, atualmente limitada pelos tetos de efetivos fixados na legislação em vigor, com o desenvolvimento dos projetos estabelecidos. Os limites legais dos oficiais-generais, dos cabos e dos soldados não foram alterados por se considerar que atendem às demandas atuais e futuras do Exército Brasileiro no horizonte temporal projetado.

16. Por fim, destaco que o projeto de lei em questão, por tratar tão-somente do limite legal fixado para o Exército, não provoca, de imediato, aumento real de efetivos, mas estabelece a previsão legal que permitirá melhor aproveitamento e gestão dos meios militares. Dessa forma, fornece ao Presidente da República o arcabouço legal necessário para autorizar, por meio de decretos anuais, aumentos de efetivos julgados adequados, após avaliação, dentre outros fatores, da evolução dos projetos, da conjuntura da Força Terrestre e das disponibilidades orçamentárias, observado o modelo orçamentário atualmente praticado.

São essas, Senhora Presidenta, as razões que me levam a propor a Vossa Excelência a edição do projeto de lei ora comentado.

Respeitosamente,

Assinado por: Celso Luiz Nunes Amorim

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 7.150, DE 1º DE DEZEMBRO DE 1983.

Regulamento

Fixa os efetivos do Exército em tempo de paz e dá outras providências.

Art 1º - Os efetivos do Exército, em tempo de paz, terão os seguintes limites.

182 Oficiais-Generais

25.986 Oficiais

59.656 Subtenentes e Sargentos

210.510 Cabos e Soldados

.....

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O **Projeto de Lei da Câmara n° 101, de 2013**, vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Aloysio Nunes Ferreira, PSDB de São Paulo, com a palavra.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, meu caro Líder Wellington Dias, a quem quero agradecer a gentileza de me dar a vez de ocupar a tribuna, sempre cavalheiro, sempre cortês com seus colegas, independentemente das escaramuças políticas que possamos ter, ele e eu, em nome dos nossos respectivos Partidos.

Sr. Presidente, venho a esta tribuna, em primeiro lugar, para fazer uma comunicação a Casa de que protocolei hoje, junto à Procuradoria Geral da República, uma representação contra o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Dr. Fernando Pimentel.

A representação é para que seja instaurado inquérito civil para apurar a ilegalidade e a inconstitucionalidade na decisão de S. Exª o Ministro Pimentel em classificar como secretos documentos que tratam de empréstimos milionários do BNDES a governos estrangeiros. Estou me referindo aos empréstimos concedidos pelo Governo brasileiro a Cuba e a Angola por meio do BNDES.

A *Folha de S.Paulo* e a revista *Veja* apuraram que esses financiamentos foram classificados como sigilosos pelo prazo de 15 anos. Ou seja, até 2027 os brasileiros não poderão tomar conhecimento do teor desses atos, que são atos públicos, atos oficiais, atos governamentais e que, nos termos da Constituição brasileira, devem ser de pleno conhecimento de todos. No entanto, esses documentos que tratam dos empréstimos a Cuba e a Angola foram classificados como secretos.

Ora, Sr. Presidente, no Senado, nós comemoramos – e o Brasil todo comemorou – a promulgação pela Presidente Dilma Rousseff de uma lei cujo projeto era de lavra do ex-Presidente Lula, que foi a Lei de Acesso à Informação, uma lei importante, democratizante, que vai no sentido da transparência dos atos governamentais, que se situa na vanguarda da legislação do mesmo gênero no mundo.

E essa Lei de Acesso à Informação determina que somente poderão ser classificados como sigilosos documentos cujo conhecimento ou divulgação possam oferecer riscos à segurança da sociedade e do Estado; no mais, a regra geral é a publicidade. Ora, me pergunto que tipo de dados poderão esses documentos conter de modo a colocar em risco a segurança da socieda-

de e do Estado. É de se supor que sejam documentos relativos a empréstimos semelhantes aos que já foram concedidos a governos de outros países.

Quero dizer que não me move qualquer tipo de hostilidade ao governo angolano e, muito menos, ao governo cubano. De modo algum. Prezo as boas relações do Brasil com Angola e do Brasil com Cuba.

Estou sintonizado com a posição dos governos brasileiros que se sucederam desde o restabelecimento das relações diplomáticas entre Brasil e Cuba. Sou favorável ao fim do bloqueio, à plena integração de Cuba no sistema americano e ao respeito da soberania do seu povo, assim como do povo angolano, cuja luta de libertação contra o colonialismo português acompanhei e saudei.

Agora, não posso admitir que um ato oficial do Governo, que me parece corriqueiro, seja classificado como sigiloso, secreto. É preciso que essa questão seja esclarecida porque creio que essa decisão não está respeitando nem a Constituição nem a própria Lei de Acesso à Informação.

Por isso, estamos requerendo ao Ministério Público Federal que promova as apurações necessárias a fim de constatar se, efetivamente, esses documentos merecem ou não ser classificados como sigilosos e em que medida.

O segundo tema, Sr. Presidente, que me traz à tribuna é o da situação econômica brasileira, que, no meu entender, vem se deteriorando a olhos vistos. E os últimos dados divulgados pelo próprio Governo vem mostrando que a Presidente Dilma é absolutamente incapaz de conduzir o nosso País para o rumo da estabilidade e do desenvolvimento.

Os números não mentem. Eles são absolutamente inequívocos. Em primeiro lugar, em relação as nossas contas governamentais: o mês de setembro aponta um déficit de R$10,5 bilhões, fora pagamento de juros. Ou seja, o Governo brasileiro gastou mais do que aquilo que arrecadou. É um Governo perdulário, desperdiçador de recursos. Mesmo porque não se trata de resultado isolado, de um mês. É um resultado que vem se delineando, vem se consolidando ao longo dos primeiros nove meses do ano.

Comparo o desempenho do setor público brasileiro deste ano com o do ano passado. Se no ano passado nós registramos um superávit, fora juros, ou seja, receitas superiores às despesas, de R$54,8 bilhões, neste ano, neste mesmo período, esse superávit de R$27,9 bilhões. Ou seja, de um ano para o outro, o buraco das contas públicas brasileiras vem aumentando. O Governo brasileiro, reitero, apresenta nas suas contas um superávit que foi de 50% inferior verificado no ano passado.

Esses números não incluem o pagamento dos juros da dívida pública. Se levarmos em conta o pagamento dos juros da dívida pública, que deverá ser efetuado até o final deste ano, teremos uma conta da ordem de R$110 bilhões. Ora, como é que se paga esta dívida? Se paga fazendo economia. E se economizamos apenas R$27,9 bilhões este ano, como me referi ainda há pouco, como vamos pagar o resto? De onde sairá os recursos para cobrir a conta dos juros? O resultado, a resposta é uma só: tomando mais empréstimos, indo ao mercado, levantando dinheiro a uma taxa Selic que vai se aproximando dos 10% ao ano.

Agora, além de o resultado ser preocupante, é preciso ressaltar, que essa despesa superior à receita não se deu por conta de investimentos públicos. A taxa de investimentos no Brasil continua patinando em torno de 16%, 17% do PIB. E os investimentos públicos não deslancham. Todos sabemos; acompanhamos o resultado pífio dos programas de obras de infraestrutura que são lançados pelo Governo. Não é o caso de enumerá-los agora. São de conhecimento público: PAC, Transnordestina, Transposição do Rio São Francisco, Refinaria Abreu e Lima, apenas para ficar nos mais emblemáticos. Acontece que essas despesas excedentes em relação às receitas se dão, basicamente, no custeio; é colesterol ruim na veia do organismo brasileiro.

Se formos ao mundo da produção, constatamos que continua em curso o processo de desmonte da maior conquista do povo brasileiro em cem anos, que é a indústria nacional. Se, no último mês, houve um levíssimo crescimento da indústria, de apenas 0,7% em relação ao mês passado, infelizmente, constatamos que, terminado o terceiro trimestre do ano, o recuo foi de 1,4% em relação ao mesmo período do ano passado. Isso quer dizer que aquela pequena recuperação verificada em setembro foi o que se costuma chamar de uma espécie de visita da saúde a um doente agonizante.

Se olharmos o lado do comércio exterior, verificamos que a balança comercial brasileira apresentou, em outubro deste ano, o pior resultado desde 2000: déficit de US$224 milhões. Compramos mais do exterior do que vendemos. Exportamos, basicamente, produtos que vêm do setor primário – minério, commodities agrícolas – e cada vez menos produtos industriais. As manufaturas brasileiras, que, até alguns anos atrás, representavam 60% das nossas exportações, hoje representam menos de um terço. Por outro lado, estamos importando cada vez mais produtos manufaturados no exterior para fazer face ao consumo interno, seja consumo produtivo, seja consumo das famílias. O resultado é que vamos caminhando para um déficit

acumulado no ano de cerca de US$2 bilhões, quando nossa balança comercial, em anos anteriores, era positiva, em torno de US$15 bilhões, US$20 bilhões, e até US$30 bilhões.

Se olharmos o dado que mais dói no bolso dos brasileiros, a inflação, verificamos que se situa num patamar do qual não quer sair, que é teto da meta de 6%. Os investimentos patinam. Nesse quadro, como é possível se esperar um desenvolvimento minimamente sustentável em nosso País? Penso, Sr. Presidente, que ganharia o prêmio Nobel da Economia, que seria realmente celebrado por todas as academias, pelos governos, pelo mundo inteiro, alguém que conseguisse formular uma receita para um país crescer sem investimentos. Pois é exatamente essa a proeza que o atual Governo pretende fazer: crescer sem investimentos. Isso não é possível, infelizmente isso não acontece. O resultado dessa tentativa canhestra está presente nos dados que acabo de citar.

Diante disso, como é possível o Ministro da Fazenda, o Ministro Mantega, vir a público para dizer que o Governo sempre se preocupa em cumprir metas fiscais e reduzir a despesa pública? O descontrole fiscal é absolutamente notório, que o diga o Fundo Monetário Internacional, a OCDE e todos os observadores da economia brasileira que têm criticado duramente o comportamento do atual Governo.

Há cerca de dez dias, o FMI criticou a erosão das contas públicas brasileiras num relatório que trata também da falta de investimentos e da incapacidade que o Brasil vem mostrando de crescer de forma sustentável por conta do mau Governo que o dirige. Não adianta o Ministro Mantega chamar o relatório de equivocado, de incoerente. É o resultado frio dos números que não enganam ninguém: não enganam os consumidores, os investidores, as agências de risco. Apenas o Governo se autoengana e pretende enganar o povo num processo desenfreado de autoexaltação custeado por propaganda milionária que nos enche os ouvidos e a paciência permanentemente e em todos os meios de comunicação.

O Presidente Lula, na última quarta-feira, deu uma entrevista coletiva à imprensa, e afirmou que herdou do governo anterior, do governo Fernando Henrique, um País muito inseguro e sem nenhuma estabilidade. É uma capacidade que o ex-Presidente tem de recriar a história ao seu sabor, ao sabor das suas conveniências, que é realmente algo espantoso. É digna de admiração – no sentido de ser um caso único e irreal – a capacidade de falsificar os dados da história e apresentá-la segundo a versão que mais lhe convém. Ora, foi o próprio Presidente Lula que afirmou, na sua Carta aos Brasileiros de julho de 2002, que lhe valeu um certo passaporte junto às elites econômicas brasileiras, às quais ele serviu depois com total e absoluta fidelidade: "A estabilidade, o controle das contas públicas e da inflação são hoje um patrimônio de todo o povo brasileiro".

E mais: quero citar agora uma carta que a Presidente Dilma Rousseff, em um gesto de urbanidade que só lhe dignifica, dirigiu ao ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso quando ele comemorou seus 80 anos. Disse a Presidente:

> *Em seus 80 anos, há muitas características do senhor Fernando Henrique Cardoso a comemorar. O acadêmico inovador, o político habilidoso, o ministro-arquiteto de um plano duradouro de saída da hiperinflação e o presidente que contribuiu decisivamente para a consolidação da estabilidade econômica brasileira.*

Quem diz isso não é o Líder do PSDB, um Senador tucano; é a atual Presidente da República, Dilma Rousseff. E essas palavras desmentem de maneira cabal a afirmação a que me referi há pouco do ex-Presidente Lula.

Reconheço, Sr. Presidente, méritos do governo do ex-Presidente Lula. Creio que o ex-Presidente fez bem em manter os fundamentos da política econômica do seu antecessor. Creio que teve a visão correta, do ponto de vista administrativo, de consolidar os programas de transferência de renda que haviam sido implantados no governo anterior e ampliá-los.

Sobretudo, sua extraordinária capacidade retórica, que é um dom que inscreveu, na agenda política brasileira, de uma maneira irreversível, a ideia de que precisamos criar um País mais justo. Inscreveu a agenda da pobreza extrema, da miséria como um desafio a ser enfrentado de maneira sustentada, constante, inequívoca, por todos aqueles que governam ou que aspiram a governar o nosso País, como conquista da nossa sociedade.

Mas, Sr. Presidente, lamento que muitas dessas heranças, desses marcos, desses pilares estejam sendo corroídos hoje por uma gestão política e econômica de curto prazo e que há mais de dois anos não tem outro objetivo pela frente a não ser a manutenção no poder do grupo hoje encabeçado pela Presidente Dilma Rousseff.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Esse foi o Senador Aloysio Nunes Ferreira, Líder do PSDB.

Neste momento, passamos a palavra ao Senador Wellington Dias, Líder do Partido dos Trabalhadores.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, meu companheiro de Bancada de Partido, Senador Paulo Paim, eu quero aqui, não com a intenção de rebater, dizer ao meu amigo Aloysio Nunes que há uma diferença vital numa situação conjuntural, em um item ou outro, em separado, de um conjunto ou de outro.

Eu tive aqui a oportunidade, em determinado momento, de debater com o Senador Aécio Neves, e ele levantou vários pontos que eu achei importantes sobre o crescimento econômico, sobre o endividamento, sobre a dívida, em relação à inflação, em relação ao câmbio, em relação à indústria, em relação à agricultura, enfim, em relação a vários itens. E é espantosa a forma pessimista como muitas vezes é colocada a situação da economia brasileira.

Eu creio que há um dado que por si só mostra o momento que estamos vivendo. Se deixarmos de ser ilha, se colocarmos o Brasil inserido dentro do mundo, vendo a realidade do que acontece nos Estados Unidos da América, em cada país da Europa – talvez a exceção seja a Alemanha mais uns dois ou três –, se examinarmos, nós vamos verificar, Senador Aloysio, um aumento de crescimento onde toda a luta é para evitar crescimento de desemprego, perda de postos de trabalho, com medidas duríssimas, com medidas que reduzem a renda, que tiram direitos, que mexem com a aposentadoria. Enfim, em todos esses países, nessa mesma conjuntura, nesse mesmo instante, nós vamos, neste ano, ultrapassar 1,2 milhão de empregos novos. Nós vamos fechar este ano – e V. Exª tem razão, é um ano duríssimo – com um crescimento da renda salarial e com um crescimento do capital. Cresce o capital e cresce a renda. Cresce o número de empresas, o número de empreendedores, de empregadores.

Então, Bloco de Apoio ao Governo, tenho o privilégio de participar dos momentos de debate sobre essa realidade do Brasil e da própria conjuntura do ponto de vista do Governo. Há poucos dias, nós tínhamos uma situação perigosa para o Brasil, dentro da crise. Era quando o Congresso americano ali relutava em aprovar uma proposta do Presidente Obama. E digo aqui que não sou um profundo conhecedor da política econômica americana, nem sou economista, mas, do pouco que estudo e vejo, acho que em algum momento eles vão ter que tomar medidas. A sua dívida, na forma como é retroalimentada, sustentada, em algum momento, vai ter que ter uma hora do acerto. Mas o fato é que, nesta conjuntura que estamos vivendo, se o Congresso americano tivesse sacramentado negando ao Presidente Obama o direito de pagar todo mês US$80 bilhões, reduzindo para US$50 bilhões, isso causaria um impacto gigantesco inclusive no Brasil.

Qual era a preocupação que nós tínhamos? Se pegarmos a situação econômica do Brasil neste ano, veremos que vínhamos numa situação de queda da economia. Ou seja, se olharmos o que aconteceu de 2005 para cá – mas pode ser mais para trás –, nós tínhamos uma situação em que vínhamos crescendo; em 2008 entra a crise mundial; em 2009, mergulhamos -0,3%; em 2010, foi tomado um conjunto de medidas, aprovado inclusive aqui no Congresso Nacional. E ressalto a importância aqui do papel da Oposição. Naquele momento, vários projetos que foram trabalhados aqui foram aprovados no Congresso Nacional.

Passamos a ter crescimento, em 2010. Aí vem novamente 2011, nova força aguda. É quando não é só a Grécia, não é só a Itália, é quando a Europa entra também, de modo forte, na crise, é quando volta o pico nos Estados Unidos, e mergulhamos, de novo, chegando, em 2012, a 0,9%, ou seja, descemos de 8 para 0,9%.

Bom, esse é o quadro até o ano passado. Por que eu digo que era um momento perigoso? Porque o conjunto de novas medidas que foram tomadas, as receitas... Não dá para ficar repetindo as mesmas medidas. Ali começa a haver a retomada.

Se acompanharmos, este ano, o mais pessimista dos economistas vai perceber, e aí quero fazer aqui outra confissão, que nós vamos crescer entre 2,5 e 3%.

Qual é a confissão que quero fazer? Já desde a época do Ministro Palocci, agora com o Ministro Guido, os ministros brasileiros – também não é coisa só desse Governo, já é de muito tempo – têm a tese de que quem é governo tem que ser mais otimista do que o mercado. Isso vem de longas datas, está certo?

E eu sempre acho que nós temos uma importância tão vital no mundo – o Brasil é a sétima maior economia –, que também aquilo que nós admiramos no mundo, que é olhar a palavra do Ministro da Fazenda e poder segui-la... No Brasil, qualquer leigo... Eu sou leigo em economia. Sou um estudioso, um apaixonado pela política econômica, pela economia, mas não sou um conhecedor profundo de economia.

Percebíamos, porém, que, este ano, em todas as medidas, com todo o esforço envidado, a gente atingiria mesmo 2,5%, 3%. Aliás, eu fiz pronunciamento nesse sentido. Quando o Governo dizia que eram 4,5%, eu dizia aqui que seriam 2,5%, 3%. A gente crescer 100%, 150% em relação ao ano passado, no ambiente em que nós estamos no mundo, é algo extraordinário, é apontar a seta do crescimento econômico não mais no rumo de baixo, mas no rumo de cima. Isso já é de bom tamanho.

Então, o que eu quero chamar a atenção de V. Exª é para o seguinte: eu acho que aquela aprovação

no Congresso americano nos tirou um grande pesadelo. Repito: vão analisar de volta, daqui a três, quatro, cinco anos. Afirmo isso pelo pouco que eu leio da realidade americana, pelo peso, pela importância que os Estados Unidos da América têm no mundo, com o tamanho da dívida, com o que eles pagam para a sustentabilidade, com a disputa dos mercados com outros atores pesando no mercado mundial, como a China, o próprio Brasil e tantos outros. Eu disse isso porque acreditava que era possível em face do risco que a gente vê hoje na própria União Europeia, da insegurança que criou todo esse ambiente no mundo. Isso tudo nos leva a crer que os Estados Unidos da América, em algum momento, vão ter que tomar alguma decisão sobre essa situação.

Não é ufanismo, mas eu acho que este ano a gente cresce 2,5%. A indústria viveu momentos dramáticos porque – vou usar uma linguagem de povo –, no momento em que um país começa a ter dificuldade na economia, a primeira coisa que faz é tocar na política de importação. Então, reduz importação, procura proteger seu mercado interno. Foi isso que aconteceu. Resultado: reduz a compra de países como o Brasil. Ou seja, isso termina gerando instabilidade no mundo inteiro. Então, superar essa fase foi fundamental.

Acredito que a gente fecha este ano entre 2,5% a 3%; acredito que, no próximo ano – e aí vou lhe dizer por que também – de novo, com uma forte participação do Congresso Nacional e inclusive da oposição. Nós aprovamos em 2011, 2012 e inclusive neste ano de 2013 marcos regulatórios da maior importância para o Brasil. E lhe digo mais: não era fácil para um partido com a história do Partido dos Trabalhadores tomar as decisões que a Presidenta Dilma tomou na Presidência da República, com modelos que são criticados inclusive internamente – nós estamos tendo agora a discussão interna da direção do nosso Partido, e esse é o centro do debate –, quando são apresentadas modelagens na área da política de portos, de aeroportos, de ferrovias, de rodovias, enfim, que colocam a necessidade de haver um somatório de capital privado com a participação de recursos públicos. Ou seja, a necessidade de, para o País poder segurar o tranco neste momento econômico que estamos vivendo, haver, de um lado, investimento público ancorando o crescimento, não apenas com investimentos públicos, mas também com investimentos privados.

Veja a nova modelagem em relação à política dos portos, que gerou todo esse debate aqui no Congresso Nacional. Ali é colocada a presença de investimentos privados no que é privado e públicos no que é público. O acesso ao porto, à ferrovia ou à rodovia, ou aos dois, quem faz isso? É o Poder Público. Precisa de reforço energético. É o Poder Público. Enfim, ele chama e dá segurança ao setor privado para vir junto.

Então, nessa mudança na política que ela apresentou aqui agora para o Congresso na área das ferrovias – nós nem votamos ainda – é feito um cálculo de tonelagem transportada. Dá-se ao setor privado a segurança de que esse estudo tem consistência, de que o Governo confia nesse estudo e diz: construa que nós garantimos uma tonelagem mínima transportada aqui nessa ferrovia.

Portanto, eu estou aqui fazendo confissões do debate que travamos de forma acalorada, muitas vezes, com os defensores da Social Democracia aqui representada. E temos orgulho – aliás, uma das coisas que mais me entusiasmam é o debate ideológico; às vezes é porque a gente faz um debate muito miúdo, enfim, e não o debate realmente de qual é o papel público e qual é o papel do setor privado, por exemplo, na economia, no social, na área de saúde, de segurança, de educação.

Enfim, esse debate é o que interessa, de verdade, ao País. Por que estou dizendo isso? Aqui ouvi, no começo do ano, muitas vezes o debate sobre o tema da inflação. E é verdade, a gente teve momentos perigosos em relação à inflação. Mas, num dado momento, houve uma verdadeira campanha. Era algo que me fazia perguntar: Meu Deus, a quem interessa a inflação chegar aonde parece que quer chegar? A inflação está controlada. Medidas duras? Medidas duras. Acha que é fácil para alguém que é Presidente da República?

Eu vejo aqui a discussão sobre a autonomia do Banco Central. Se não tivesse autonomia, alguém tinha deixado, às vésperas de uma eleição, ter aumento de juro? Juro que o próprio Governo paga. Quem paga é o Governo. Quando o Governo paga, isso tem de ser dito aqui, não tem meio termo. Na hora em que a gente aprovou aqui o aumento da taxa Selic, nós reduzimos os valores de investimento. Ou seja, a cada ponto percentual que aumentamos na Selic, nós estamos falando de 10 bilhões a menos em investimento. Se nós saímos de 7,5%, para 9,5%, para 10%, estamos falando de 20 bilhões, 30 bilhões, para investimento e que vieram para o juro. Por isso que não nos interessa o crescimento do juro no País. É bom para o cidadão, para a cidadã, e é bom para o povo.

O que eu quero aqui, Sr. Presidente, se V. Exª permitir, estamos no final da sessão, V. Exª havia pedido um aparte e eu estava aqui fazendo a explanação, mas, mesmo estando na Presidência, seria um prazer dialogar com V. Exª pela importância do tema.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Minoria/PSDB – SP) – Não vai faltar ocasião, nobre Senador Wellington Dias.

Agradeço muito a oportunidade, mas creio que já estamos nos encaminhando para o final da sessão, porque haverá, logo mais, uma sessão especial. E não vai faltar ocasião de debater com V. Exª, o que é sempre um estímulo.

Muito obrigado.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Será um prazer muito grande, Sr. Presidente.

Quero aqui encerrar, minha querida Senadora Ana Amélia, Senador Pedro Simon, que nos acompanha, apenas citando sobre isso. Hoje, o jornal *Meio Norte*, do meu Estado, fez um caderno especial onde trata dos efeitos do Bolsa Família no meu Estado. Aqui há alguns temas para os quais eu mesmo não estava atento, sobre os efeitos do Bolsa Família. Cita o exemplo da D. Maria de Fátima Coelho. É uma senhora dependente do Bolsa Família que foi estimulada. Ela diz que o fato de ter uma renda abriu nela o desejo de ter mais renda, e, a partir daí, ela passou a fazer alfabetização, voltou a estudar, fez uma qualificação e hoje trabalha numa panificadora, com carteira assinada.

Esse é um exemplo de como o Bolsa Família, no meu Estado, tirou 40 mil famílias da dependência, 80% da miséria no meu Estado. Quando a gente pensava em miséria no Brasil, a gente lembrava o meu Estado, o Estado do Piauí. É duro ter de reconhecer, mas essa é a realidade do meu Estado. Hoje, 5% da população do meu Estado estão na chamada miséria.

Eu fui governador e vi ali 1,6 milhão, 1,7 milhão de pessoas tendo que receber Bolsa Família – e isso está reduzindo: 1,6 milhão, 1,7 milhão de pessoas na miséria ou na pobreza. Reduziu-se a pobreza em 46%, como lembra bem o jornal *Meio Norte*, com base em um estudo feito pela Universidade do Ceará. Não é um estudo feito nem lá dentro do meu Estado. Aliás, tenho pedido às nossas universidades, faculdades, para que possam ver o efeito, para que possamos, inclusive, aprender, corrigir o que tiver de corrigir, potencializar o que tiver de potencializar.

Enfim, quero aqui parabenizar a equipe do *Meio Norte* que, de forma competente – e aqui mando o meu abraço a toda a equipe, em nome do José Osmando, que é um editor, aliás, um alagoano que foi morar no Estado do Piauí –, apresenta dados de grande entusiasmo.

Digo isso de modo diferentemente feliz, porque acredito mesmo que é possível a gente ter um desenvolvimento, num Estado como o Piauí, mais acelerado do que outros. Temos a região de Cristalina, que é uma região seca, que não tem água de subsolo, menor do que o Ceará, do que a Paraíba, do que Pernambuco. Talvez o Maranhão seja do Nordeste já amazônico. O Piauí, na divisa com o Maranhão, tem pelo menos 80% do território com condições de produtividade: Cerrados, água, seis mil quilômetros de rios perenes ou perenizados. Um potencial extraordinário! Como é que se justifica a pobreza?

Sempre digo, ao contrário de alguns estudos do passado, que a pobreza lá só se justificava pela nossa pobreza na educação: analfabetismo lá em cima, baixo grau de conhecimento e pouca qualificação. Na hora em que estamos mudando isso, também estamos envergando a curva nessa situação.

Por isso, quero aqui agradecer o apoio que recebemos de todos os brasileiros. No Piauí, temos consciência de que foi transferência de renda, vinda inclusive de outras regiões mais desenvolvidas como São Paulo, aliás, da própria experiência que muitos piauienses tiveram lá em São Paulo e que estão retornando, montando restaurantes, montando pequenas empresas, fomentando nossa economia. Outro dia, citei aqui o exemplo de Guaribas, onde um casal que foi a São Paulo trabalhou de cozinheiro, de garçom e agora montou uma pousada em Guaribas dizendo não estar pensando no agora e sim no futuro. Olha que coisa maravilhosa! Aqui está dentro do Parque Nacional das Serras das Confusões, vai passar uma BR. Veja que visão para alguém como ele.

Então, quero comemorar com o povo do meu Estado e agradecer – não posso deixar de falar aqui –, desde o Presidente Lula, a todos os que participaram; desde o Patrus Ananias, na época como Ministro, e tantos outros. Aliás, ainda antes, com o Graziano, que foi o primeiro, e depois foi para FAO; a Ministra Tereza Campello e agora a Presidenta Dilma, todos os que participaram desse trabalho integrando o governo de Estado, começando quando eu era governador e agora com o Governador Wilson Martins, uma presença extraordinária dos Municípios e de um conjunto de agentes das próprias organizações não governamentais, ou seja, pessoas que acreditam que é possível.

Nesse meio termo, não posso deixar de comemorar a edição desse relato brilhante, desses estudos publicados.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Wellington Dias, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Minoria/PSDB – SP) – Muito obrigado.

Associo-me a essa comemoração do Senador Wellington Dias.

DISCURSO ENCAMINHADO À PUBLICAÇÃO NOS TERMOS DO ART. 203, COMBINADO COM O INCISO I E § 2º DO ART. 210, DO REGIMENTO INTERNO.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Maioria/PP – PI. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, venho a esta tribuna para falar de um problema de saúde que acredito merecer atenção de todos nós parlamentares. O número de pessoas vítimas de queimaduras cresce a cada dia em todo o país. Cerca de um milhão de pessoas sofrem esse tipo de acidente todos os anos no Brasil, sendo que, de cada três, duas são crianças.

Os dados são da Sociedade Brasileira de Queimaduras e também mostram que as queimaduras são a segunda causa mais freqüente de hospitalização de crianças de 0 a 4 anos. Segundo a instituição, o acidente doméstico é o mais freqüente e a cozinha é o local da casa onde estão os maiores perigos: descuidos como deixar cabos de panela virados para fora e colocar líquidos para ferver na beirada do fogão podem custar a vida de nossas crianças.

Sr. Presidente, essa realidade ficou ainda mais evidente durante uma audiência pública realizada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado – de iniciativa do senador Paulo Paim (PT/RS) e da qual eu participei – que reuniu médicos, bombeiros, representantes da Sociedade Brasileira de Queimaduras, Ministério da Saúde, universidades e hospitais para debater a questão da prevenção de queimaduras.

Durante essa reunião, ouvimos os especialistas relatarem que um grande número de crianças vitimadas por esse tipo de acidente doméstico poderiam ter sido salvas caso os pais ou responsáveis tivessem conhecimento das medidas e cuidados simples. Conforme explicaram, a maior parte dos acidentes com fogo acontece por falta de atenção e de ações preventivas que, adotadas no dia a dia, poderiam afastar os perigos que estão presentes em casa, no trabalho, na escola e até nos momentos de lazer.

O fato é que a maioria desses acidentes acontecem com famílias que vivem nas áreas rurais e nas comunidades mais carentes e que não têm acesso à informação sobre prevenção.

Esse é um cenário que precisamos mudar e o enfrentamento desse problema deve ser feito de maneira ampla: por meio de campanhas preventivas, de leis mais rigorosas para a compra de produtos corrosivos e de álcool líquido e pela educação do leigo na conduta com o queimado, entre outras medidas.

Nesse sentido, apresentei recentemente um projeto (PLS 119/2013) para restringir o comércio de produtos químicos corrosivos no país. A proposta estabelece uma série de exigências e restrições para a compra desse tipo de produto e proíbe a venda para crianças e adolescentes. O texto também prevê que rótulos e embalagens de substâncias químicas corrosivas deverão mostrar alertas e advertências sobre os sérios riscos que podem representar à saúde.

Infelizmente, Senhor Presidente, o uso doméstico de ácidos e bases fortes, em concentrações elevadas, costume comum no Brasil, traz sérias ameaças às crianças, pois, muitas vezes, os produtos são armazenados de forma inapropriada, ao alcance dos pequenos. Por esse motivo, não podemos mais admitir que substâncias químicas com tamanho grau de periculosidade sejam comercializadas livremente, colocando em risco a vida da população, principalmente a dos pequenos.

Consideramos, portanto, essa iniciativa oportuna, uma vez que a queimadura causada por esses produtos é extremamente agressiva e grave e as lesões podem destruir desde a pele até tecidos mais profundos, como ossos e músculos e podem matar, caso não sejam tratadas de forma rápida e adequada.

Acredito Sr. Presidente, que ações simples, como as campanhas de conscientização, mais as iniciativas legislativas que tramitam no Congresso contribuirão muito para a prevenção desse tipo de acidente que pode deixar seqüelas irreversíveis e até causar mortes.

Nesse mesmo sentido, estou anexando para publicação junto com este pronunciamento livreto de prevenção contra acidentes de queimaduras que tem como público alvo as nossas crianças.

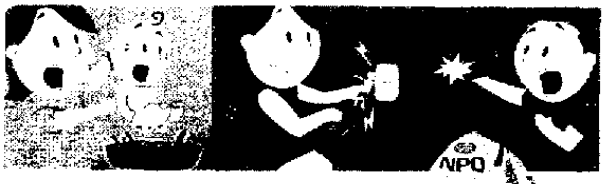
Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR CIRO NOGUEIRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Queimaduras

Evite esta Cicatriz



Livro Ilustrado



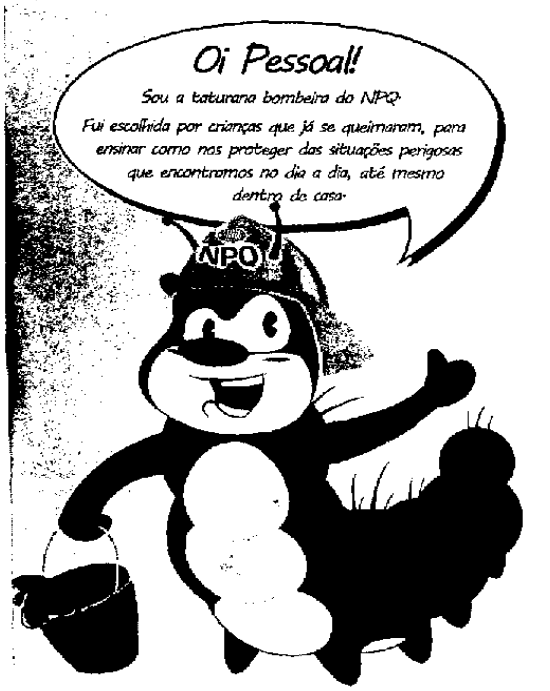
Material gentilmente cedido pelo



NÚCLEO DE PROTEÇÃO AOS QUEIMADOS

Sumário

Dossiê na Realidade 01
Núcleo de Proteção aos Queimados 02
Patrocinador 03
Apresentação Taturana Bombeira 04
Introdução Taturana 05
Saída de Chamas 06
Fogo no Rouço 07
Primeiro Cuidado com a Queimadura 08
Lixo Taturana 09
Acendendo a Chama 10
Vazamento de Gás 11
Forno e Fogão 12
Fogo na Panela 13
Microondas 14
Criança na Cozinha 15
Álcool na Cozinha 17
Limpeza da Casa 18
Álcool e Churrasco 19
Álcool e Brincadeiras Infantis 20
Preparo do Banho 21
Prática de Esportes 22
Escapamento de Motocicletas 23
Sol 24
Produtos Caseiros 25
Festa Junina, Fogueiras e Fogos de Artifício 26
Iluminação Alternativa 27
Ambientes de Trabalho 28
Ambiente Rural 29
Eletricidade Doméstica 30
Eletricidade, Alta Tensão e Vida Moderna 31
Raio 33
Lixo e o Cigarro 34
Definições, Dicas e Primeiros Socorros 35


Oi Pessoal!
Sou a taturana bombeira do NPQ.
Fui escolhida por crianças que já se queimaram, para ensinar como nos proteger das situações perigosas que encontramos no dia a dia, até mesmo dentro de casa.

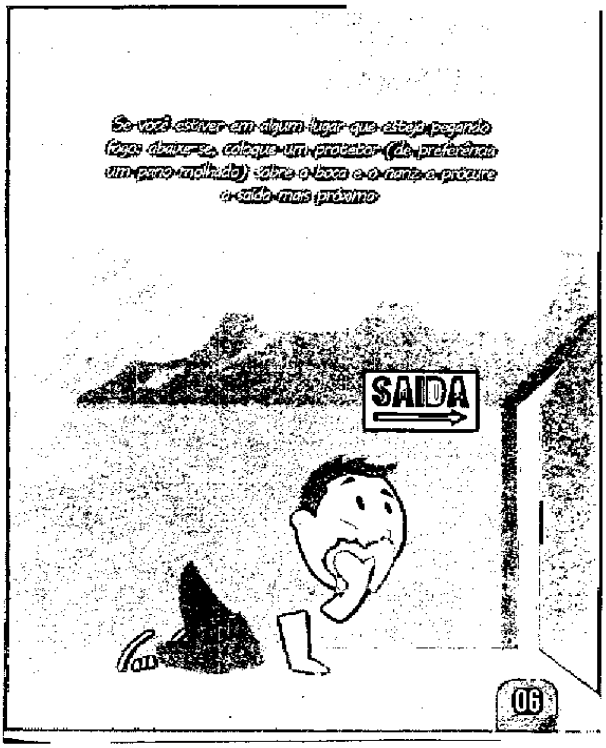


Queimadura é coisa séria e muitas vezes acontece porque não prestamos atenção no que está sendo feito ao nosso redor

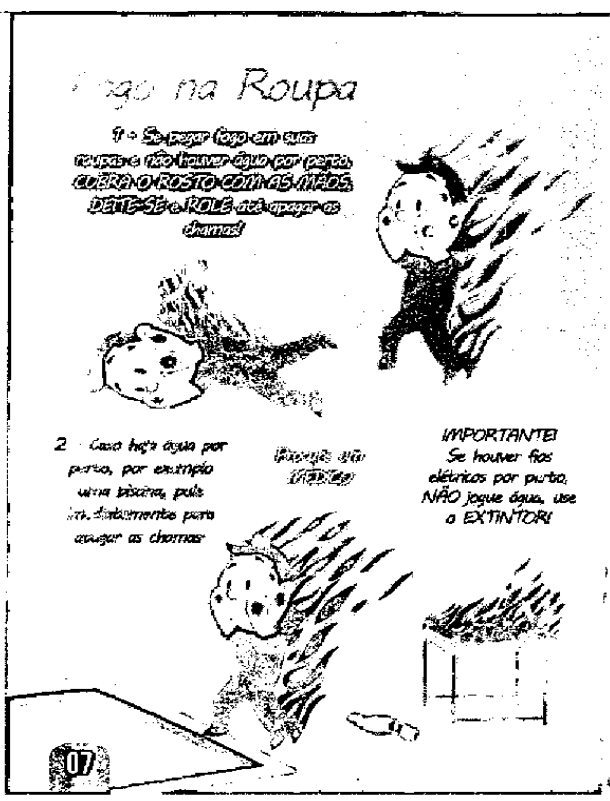
Eu, por exemplo, se você pisar em mim, posso te queimar

Pois bem!
Vamos aprender a lidar com situações de perigo e os primeiros cuidados em caso de queimadura!

05



06



07

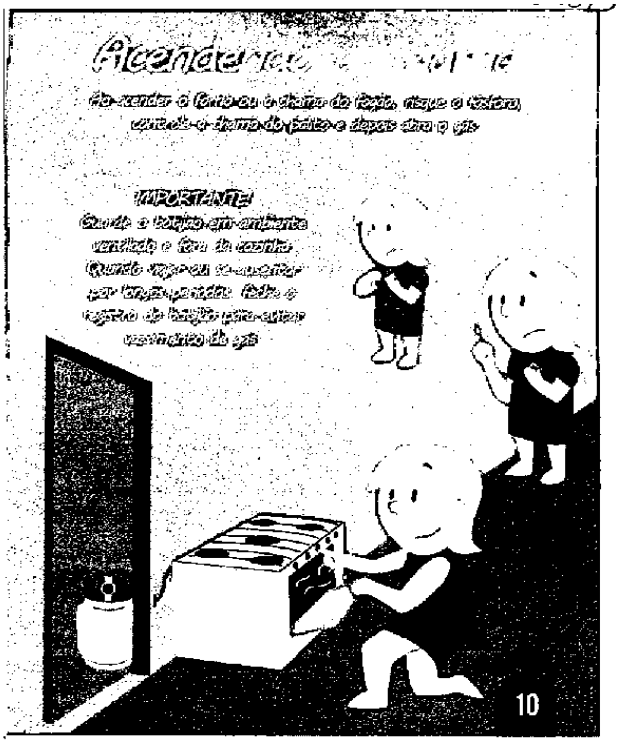


08



ATENÇÃO PESSOAL!
A maioria das queimaduras envolvendo crianças acontece dentro de casa. Muitas delas, durante o preparo das refeições.
CUIDE-SE e deixe as crianças fora da cozinha.

09





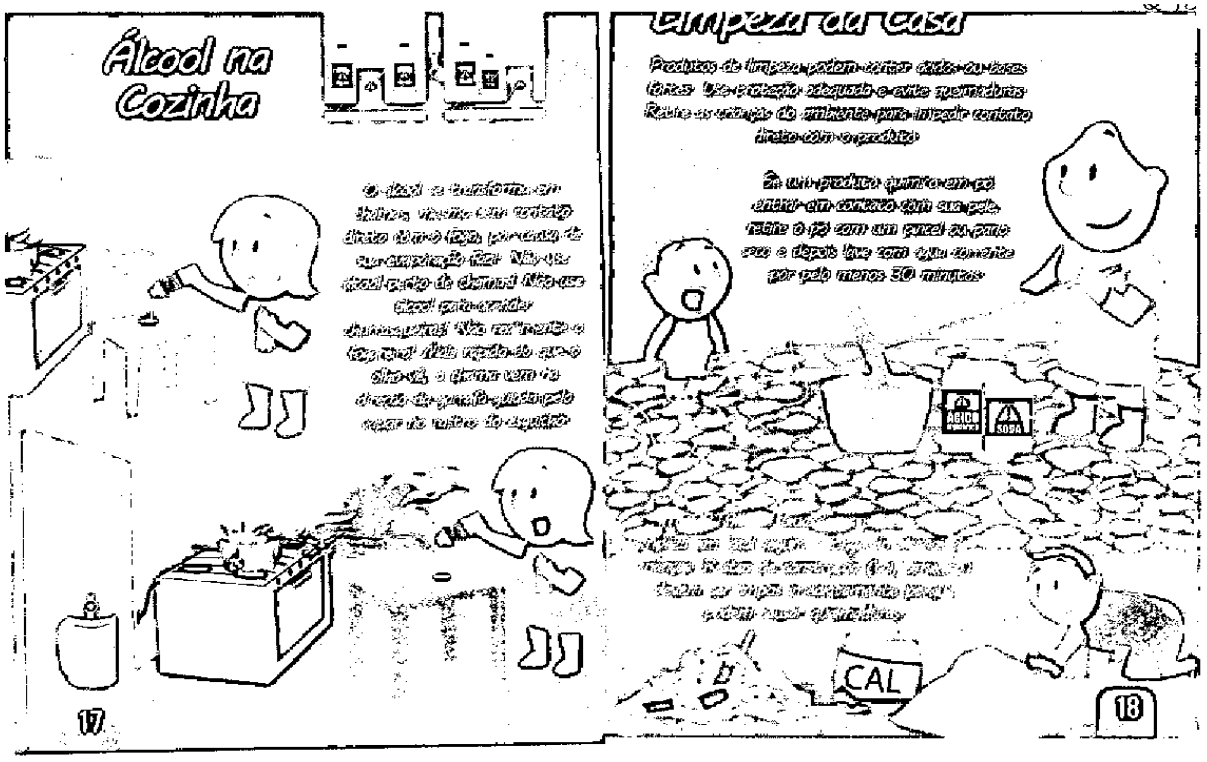


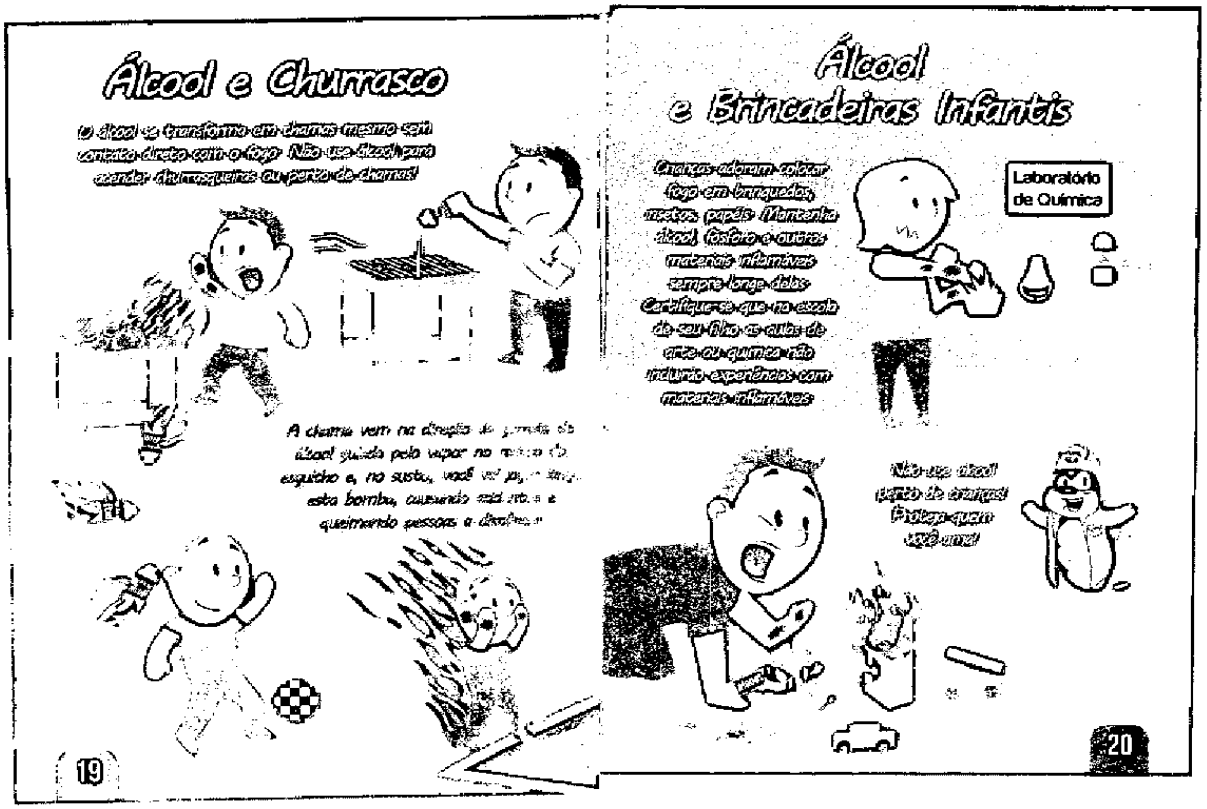

Fogão na Panela
Limpe com frequência a válvula da panela de pressão com um palito. Quando há aumento de pressão, água e óleo se misturam. Com o resfriamento, o óleo solidifica, entupindo a válvula, o que pode ocasionar a explosão numa próxima utilização.
13


Microondas
14


Criança na Cozinha
O adulto deve prestar bastante atenção enquanto cozinha. Coloque os cabos das panelas voltados para dentro. Coloque os recipientes com líquidos aquecidos mais para o fundo da bancada. Cozinhe com roupas de tecido natural, sem pontas ou tecidos flutuantes. Evite saltos e bijuterias que possam prender-se e causar acidentes. Enquanto você utiliza o fogão deixe a criança no carrinho ou no berço, fora da cozinha.
15


A criança imita o adulto. Portanto é necessário termos uma atitude preventiva.
DICA NPQ:
ensine a criança a anunciar sua presença a quem cozinha.
16


Álcool na Cozinha
17
Limpeza da Casa
18
CAL


Álcool e Churrasco
19
Álcool e Brincadeiras Infantis
Laboratório de Química
20



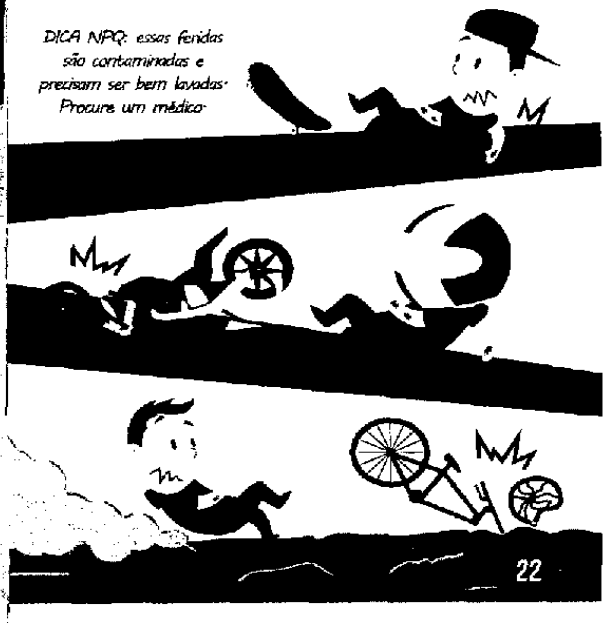
Antes do seu banho, seja no chuveiro ou banheira, teste a temperatura.

Dica NPQ: coloque tapete antiderrapante no banheiro.

Ao praticar esportes - patins, skate, bicicleta, motocicleta - proteja-se com roupas e calçados adequados. Ao cair desprotegido, o atrito da pele com chão provoca queimaduras bem doloridas.

DICA NPQ: essas feridas são contaminadas e precisam ser bem lavadas. Procure um médico.

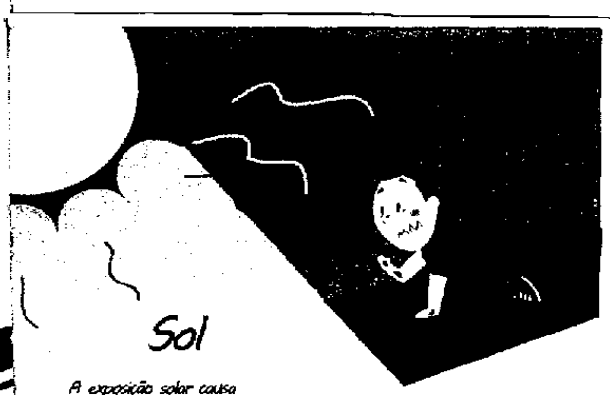
Prática de Esportes



Escapamento de Motocicletas



As crianças são curiosas e quando chega o adulto, correm para vê-lo. Cuidado com crianças menores que necessitam de apoio para se levantar. Queimaduras na palma da mão podem causar sérias consequências.



Sol

A exposição solar causa desidratação, alteração das fibras elásticas, envelhecimento precoce. Ao sair de casa, é melhor estar sempre protegido com filtro solar e roupas adequadas.

Cuidado com superfícies expostas ao sol por muito tempo, como asfalto, decks de pedras ou madeira em borda de piscina, elas podem atingir altas temperaturas e queimar seus pés.

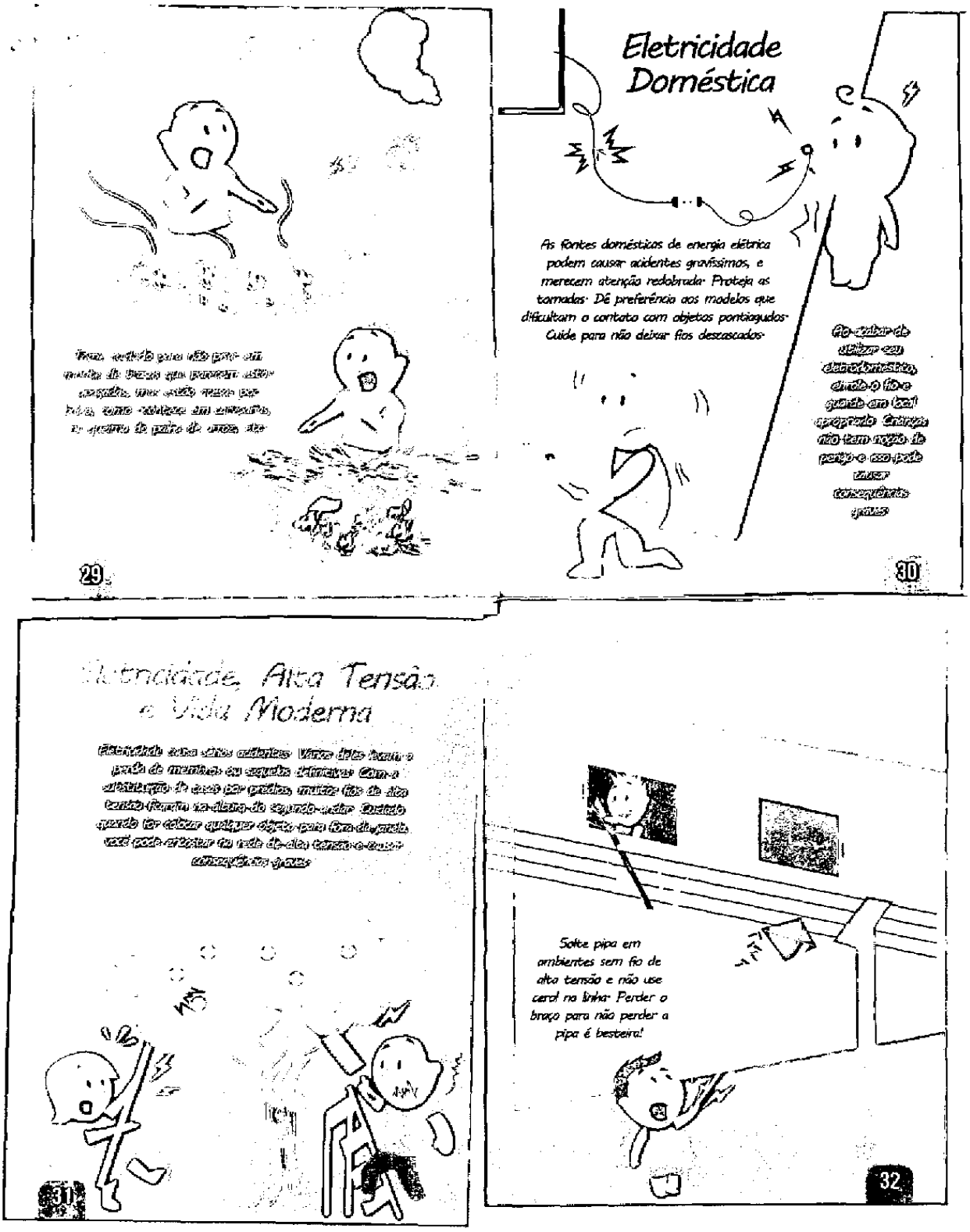



Produtos Caseiros
LIMONADA
Cuidado com o uso de remédios caseiros e os dizes naturais ou mesmo frutas ácidas como o limão.
Apesar de virados da natureza, ao entrarem em contato com a pele e atiçados pela luz, podem gerar reações tardias ou até queimaduras.
...algum tempo depois!
IMPORTANTE! Não use produtos de beleza caseiros no rosto porque a pele desta região é bastante sensível!
25


Festa Junina é muito gostosa. Não estrague sua diversão. Não pule fogueira porque suas roupas podem pegar fogo. Fogos de artifício explodem de maneira descontrolada e provocam acidentes graves. Se mesmo assim for soltar, faça-o longe das pessoas. Não solte foguete segurando com sua mão. Amarre-o a um cabo de madeira e finque no chão.
Festa Junina, Fogueiras e Fogos de Artifício
Bombinhas nas bolsas podem explodir e causar sérias queimaduras.
26


Iluminação Alternativa
Evite colocar fonte de luz (velas, lamparinas) perto de berço ou de cama. Lembre-se de que você se mexe durante o sono e pode acabar derrubando e provocando incêndios graves. Proteja-se e proteja aos que ama.
27


Ambientes de Trabalho
Muitas substâncias utilizadas em oficinas (solventes, thinner, gasolina, álcool, acetona, etc.) são altamente inflamáveis. Evite acender fósforos, isqueiro ou qualquer produto que possa gerar faíscas nestes locais.
NÃO FUME! Cuidado com as substâncias inflamáveis ou sob pressão. PENSE e Proteja-se!
28


Eletricidade Doméstica
As fontes domésticas de energia elétrica podem causar acidentes gravíssimos, e merecem atenção redobrada. Proteja as tomadas. Dê preferência aos modelos que dificultam o contato com objetos pontiagudos. Cuide para não deixar fios descascados.
29
30
Alta Tensão e Vida Moderna
Solte pipa em ambientes sem fio de alta tensão e não use cerol na linha. Perder o braço para não perder a pipa é besteira!
31
32





O QUE SÃO QUEIMADURAS?

São lesões que geralmente atingem a pele. São causadas por agentes TÉRMICOS, QUÍMICOS E FÍSICOS.

COMO SÃO CLASSIFICADAS AS QUEIMADURAS?

Primeiro Grau – Vermelhidão na pele.
Segundo Grau – Formação de bolhas.
Terceiro Grau – Destruição total da pele com ou sem envolvimento de outras estruturas nobres como tendões, nervos, artérias e ossos.

O QUE FAZER NO CASO DE SUA ROUPA PEGAR FOGO?

- Não entre em pânico
- Pare
- Deite
- Cubra os olhos com as mãos
- Role até as chamas apagarem



35

O QUE FAZER LOGO APÓS A OCORRÊNCIA DA QUEIMADURA?

1 – Lave a área atingida em água corrente (por exemplo: água de torneira) até a dor passar. Isto é para qualquer tipo de queimadura. Se for com químico em pó, tire o excesso com um pano seco ou pincel antes de jogar água.

2 – Após sentir alívio da dor, proteja a ferida com gaze estéril ou pano limpo.

3 – Procure um hospital imediatamente para evitar complicações e infecções.

– Não perfure as bolhas, isto torna a ferida mais dolorosa e fácil contaminação.

– Não use medicamentos caseiros – em geral, a sabedoria popular sugere o que alivia a dor mas estes procedimentos podem gerar graves consequências quando colocado sobre o organismos sem a barreira da pele que foi queimada.

– Não siga conselho de vizinhos – cada pessoa é única e você pode ter problemas com o que foi bom para ele.

Procure um médico. Só ele saberá o que sua queimadura precisa.

ATENÇÃO!

– Em caso de ACIDENTE POR ELETRICIDADE, não encoste na vítima até que alguém consiga desligar a fonte de energia (relógio, disjuntor) ou a descarga elétrica seja interrompida.

– Em caso de ACIDENTE POR PRODUTO QUÍMICO EM FORMA LÍQUIDA, lave a área atingida com grande quantidade de água corrente (fluxo de baixa pressão, com o chuveiro caseiro frio) durante 30 a 60 minutos. Não use agentes neutralizadores, nem outros produtos químicos.

– Em caso de ACIDENTE POR PRODUTO QUÍMICO EM PÓ, retire o máximo possível do produto, com uma escova ou pano seco, antes de lavar a área atingida. Em seguida, lave-a com bastante água corrente (fluxo de baixa pressão, com o chuveiro caseiro frio) durante 30 a 60 minutos.

36

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Minoria/PSDB – SP) – Tendo sido esgotada a lista de oradores e não havendo mais nada a tratar, encerro os trabalhos lembrando às Srªs e aos Srs. Senadores que será realizada amanhã a sessão deliberativa ordinária à hora habitual, às 14 horas, com Ordem do Dia previamente designada.

ORDEM DO DIA

1
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 22A, DE 2000

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 22-A, de 2000 (nº 565/2006, na Câmara dos Deputados), tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *altera os arts. 165 e 166 da Constituição Federal e acrescenta os arts. 35-A e 35-B ao ADCT, tornando obrigatória a execução da programação orçamentária que especifica. (Orçamento Impositivo)*

Pareceres sob nºs 1.125, e 1.214 de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Braga:

– 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), favorável, com a Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, com voto vencido, em separado, do Senador Pedro Taques, e vencido dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, Pedro Simon, Cícero Lucena e Lúcia Vânia; e

– 2º pronunciamento: (sobre as emendas de Plenário), favorável à Emenda nº 2-Plen, nos termos de subemenda, e à Emenda nº 9-Plen; e pela rejeição das Emendas nºs 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 10-Plen, com votos vencidos dos Senadores Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira.

2
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 32, DE 2010

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2010, tendo como primeiro signatário o Senador Valter Pereira, que *altera os arts. 92 e 111-A da Constituição Federal, para explicitar o Tribunal Superior do Trabalho como órgão do Poder Judiciário, alterar os requisitos para o provimento dos cargos de Ministros daquele Tribunal e modificar-lhe a competência.*

Parecer favorável, sob nº 1.846, de 2010, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

3
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 35, DE 2011

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 35, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Henrique, que *revoga o inciso I do art. 49, acrescenta inciso ao art. 52 e altera a redação do inciso VIII do art. 84 da Constituição Federal, a fim de tornar privativa do Senado Federal a competência para decidir sobre tratados, acordos ou atos internacionais.*

Parecer sob nº 269, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jorge Viana, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, com voto em separado do Senador Roberto Requião.

4
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 89, DE 2011

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Walter Pinheiro, que *acrescenta § 2º ao art. 52 da Constituição Federal, para estabelecer que os ocupantes de cargo público que tiverem sua escolha aprovada previamente pelo Senado Federal, nos termos do art. 52, III, f, devem comparecer a essa Casa, anualmente, para prestar contas de suas atividades nos respectivos órgãos ou entidades.*

Parecer favorável, sob nº 1.665, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Anibal Diniz.

5
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 7, DE 2013

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2013, tendo como primeiro signatário o Senador José Sarney, que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para vincular a duração dos benefícios fiscais concedidos às Áreas de Livre Comércio (ALC) e à Amazônia Ocidental ao prazo de vigência da Zona Franca de Manaus.*

Parecer favorável, sob nº 462, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Valdir Raupp, com voto contrário do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

6
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 46, DE 2012
(Tramitam em conjunto as Propostas de Emenda à Constituição nºs 46 e 61, de 2012)
(Calendário Especial – Requerimento nº 809, de 2013)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 46, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Flexa Ribeiro, que *altera o art. 27 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para criar o Tribunal Regional Federal da 6º Região, com sede em Belém e jurisdição nos Estados do Pará, Amapá, Maranhão e Tocantins.*

Depende de novo parecer, em virtude do Requerimento nº 795, de 2013, de tramitação conjunta.

7
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 61, DE 2012
(Tramitam em conjunto as Propostas de Emenda à Constituição nºs 46 e 61, de 2012)
(Calendário Especial – Requerimento nº 809, de 2013)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 61, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Eunício Oliveira, que *cria Tribunal Regional Federal com jurisdição nos Estados do Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte e sede na cidade de Fortaleza.*

Depende de novo parecer, em virtude do Requerimento nº 795, de 2013, de tramitação conjunta.

8
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 57A, DE 1999

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57A, de 1999 (nº 438/2001, na Câmara dos Deputados), tendo como primeiro signatário o Senador Ademir Andrade, que *dá nova redação ao art. 243 da Constituição Federal (trabalho escravo).*

Parecer favorável, sob nº 594, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloysio Nunes Ferreira.

9
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara no 5, de 2006 (no 2.472/2000, na Casa de origem, da Deputada Luiza Erundina), que *dispõe sobre a obrigatoriedade de mensagem estimuladora do exercício da cidadania na publicidade dos serviços e obras realizados pelos órgãos públicos federais.*

Pareceres favoráveis, sob nos 403 e 404, de 2009; e 743, de 2011, das Comissões

– de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador César Borges;

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Júnior; e

– de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (em audiência, nos termos do Requerimento nº 642, de 2009), Relator: Senador Rodrigo Rollemberg.

10
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 315, DE 2003 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 315, de 2003 – Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, que *autoriza o Poder Executivo a criar a Mesorregião Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul.*

Pareceres sob nºs 399 e 1.387, de 2009, das Comissões:

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, favorável, com as Emendas de nºs 1 e 2 – CCJ, que apresenta; e

– de Desenvolvimento Regional e Turismo (em audiência, nos termos do Requerimento nº 737, de 2009), Relator ad hoc: Senador Tasso Jereissati, favorável ao Projeto e as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, apresentando, ainda, a Emenda nº 3-CDR.

11
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 3, DE 2013 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2013-Complementar, da Senadora Ana Amélia, que *acrescenta § 3º ao art. 6º da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, para vedar a exigência de recolhimento antecipado de imposto relativamente ao estoque de mercadorias recebidas*

antes do início do regime de retenção antecipada por substituição tributária.

Parecer favorável, sob nº 752, de 2013, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Armando Monteiro.

12
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 432, DE 2013
(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 432, de 2013 (apresentado como conclusão do Relatório Parcial nº 4, de 2013, da Comissão Mista de Consolidação da Legislação Federal e Regulamentação de Dispositivos da Constituição Federal, Relator: Senador Romero Jucá), que *dispõe sobre a expropriação das propriedades rurais e urbanas onde se localizem a exploração de trabalho escravo e dá outras providências.*

13
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 787, DE 2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 787, de 2009, do Senador Magno Malta, que *obriga as concessionárias de energia elétrica a instalarem, sem ônus adicional, relógios de dupla tarifação para produtores rurais.*

Parecer sob nº 1.213, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Kátia Abreu, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

14
REQUERIMENTO
Nº 835, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 835, de 2013, do Senador Aloysio Nunes Ferreira, *solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 137, de 2011, dos Projetos de Lei do Senado nºs 108 e 385, de 2003; 68, de 2004; 145, de 2005; 208, 463, 581 e 586, de 2007; 301, de 2008; 466 e 539, de 2009; 303 e 326, de 2010; 16, 35, 69, 157, 214, 328, 334, 364, 373, 524, 580, 618 e 663, de 2011; 91 e 390, de 2012, a fim de que tenha tramitação autônoma (utilização do FGTS para pagamento de serviços educacionais).*

15
REQUERIMENTO
Nº 836, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 836, de 2013, do Senador Wilder Morais, *solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 137, de 2011, dos Projetos de Lei do Senado nºs 108 e 385, de 2003; 68, de 2004; 145, de 2005; 208, 463, 581 e 586, de 2007; 301, de 2008; 466 e 539, de 2009; 303 e 326, de 2010; 16, 35, 69, 157, 214, 328, 334, 364, 373, 524, 580, 618 e 663, de 2011; 91 e 390, de 2012, a fim de que tenha tramitação autônoma (utilização do FGTS para pagamento de serviços educacionais).*

16
REQUERIMENTO
Nº 937, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 937, de 2013, do Senador Inácio Arruda, *solicitando o desapensamento dos Projetos de Lei do Senado nºs 138 e 227, de 2011, a fim de que tenham tramitação autônoma (destinação dos recursos do Fundo Social).*

17
REQUERIMENTO
Nº 1.141, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.141, de 2013, do Senador Aloysio Nunes Ferreira, *solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 23, de 2012, dos Projetos de Lei do Senado nºs 107 e 478, de 2003; 118, de 2007; 469, de 2008; 71, 246 e 333, de 2010; 357, 389, 445 e 568, de 2011; 26, 85 e 190, de 2012; e 145, de 2013, a fim de que tenha tramitação autônoma (prevê nova modalidade de medida socioeducativa para menor).*

18
REQUERIMENTO
Nº 1.155, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.155, de 2013, da Senadora Ana Rita, *solicitando o desapensamento do Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 2011, do Projeto de Lei do Senado nº 350, de 2012, a fim de que tenham tramitação autônoma (promoção da igualdade e combate à discriminação no ambiente de trabalho).*

19
REQUERIMENTO
Nº 1.163, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.163, de 2013, do Senador Wellington Dias, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 133, de 2013, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária (acesso ao patrimônio genético nacional).*

20
REQUERIMENTO
Nº 1.174, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.174, de 2013, do Senador Wellington Dias, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 208, de 2012, além das Comissões constantes do despacho, seja ouvida, também, a de Direitos Humanos e Legislação Participativa (direitos e regularização dos contratos de trabalho rural).*

21
REQUERIMENTO
Nº 1.175, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.175, de 2013, do Senador Wellington Dias, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 208, de 2012, além das Comissões constantes do despacho, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (direitos e regularização dos contratos de trabalho rural).*

22
REQUERIMENTO
Nº 1.180, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.180, de 2013, do Senador Francisco Dornelles, *solicitando que o Projeto de Lei do Senado nº 56, de 2012, seja remetido para exame da Comissão Temporária de Modernização da Lei de Licitações e Contratos (responsabilização na contratação de obras públicas).*

23
REQUERIMENTO
Nº 1.182, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.182, de 2013, do Senador José Pimentel, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 467, de 2008 – Complementar (que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 242, 481 e 701, de 2007; 90, de 2010; 344, de 2011; e 136, de 2012 – todos Complementares), com os Projetos de Lei do Senado nºs 130, de 2007; 246, de 2011; 270, de 2012; 181, 201, 329, 353 e 354, de 2013, todos complementares, por regularem matéria correlata (microempresas e empresas de pequeno porte).*

24
REQUERIMENTO
Nº 1.223, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.223, de 2013, da Senadora Ana Amélia, *solicitando o desapensamento dos Projetos de Lei do Senado nºs 392, de 2007; e 335, de 2011, a fim de que tenham tramitação autônoma (abatimento de dívidas relativas a programas de investimentos).*

25
REQUERIMENTO
Nº 1.239, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.239, de 2013, do Senador Mário Couto, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2013, além da comissão constante do despacho, seja ouvida também a Comissão de Assuntos Econômicos (obrigatoriedade de prestação de assistência odontológica).

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Minoria/PSDB – SP) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 59 minutos.)

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

ATA CIRCUNSTANCIADA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2013

DIA 7 DE OUTUBRO DE 2013, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 11H30, NA SALA Nº 6 DA ALA SENADOR NILO COELHO

Ata Circunstanciada da 8ª reunião ordinária de 2013 do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, realizada em 7 de outubro de 2013, segunda-feira, às 11h30, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Conselheiro Dom Orani João Tempesta, destinada ao seguinte item: "Deliberação sobre a distribuição de matérias entre as comissões temáticas do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional".

Estiveram presentes os Srs. Conselheiros Titulares: DOM ORANI JOÃO TEMPESTA, Presidente; FERNANDO CESAR MESQUITA, Vice-Presidente; ALEXANDRE KRUEL JOBIM, representante de empresas da imprensa escrita; JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO, representante da categoria profissional dos radialistas; JORGE COUTINHO, representante da categoria profissional dos artistas; LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA, representante das categorias profissionais de cinema e vídeo; MIGUEL ANGELO CANÇADO, representante da sociedade civil; RONALDO LEMOS, representante da sociedade civil; CELSO AUGUSTO SCHRÖDER, representante da categoria profissional dos jornalistas; e JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO, representante da sociedade civil. Estiveram presentes, também, os Conselheiros Suplentes: DANIEL PIMENTEL SLAVIERO e LILIANA NAKONECHNYJ, (estes substituindo os titulares: WALTER VIEIRA CENEVIVA, ROBERTO FRANCO, respectivamente).

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Havendo número legal, nos termos do art. 6º da Lei nº 8.389, de 1991, declaro aberta a 8ª Reunião Ordinária de 2013 do Conselho de Comunicação Social, que, conforme pauta anteriormente enviada, destina-se à deliberação sobre a distribuição de matérias entre as comissões temáticas do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional. Esse é o nosso assunto principal e único que está previsto para hoje.

Encontra-se sobre a mesa da Presidência, para deliberação, a Ata circunstanciada da 7ª Reunião Ordinária de 2013, enviada a todos os Conselheiros com antecedência, por *e-mail.*

Não havendo objeção, proponho a dispensa da leitura em discussão.

Os senhores Conselheiros que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a Ata da 7ª Reunião Ordinária.

O Conselheiro Walter Ceneviva encontra-se convalescendo de doença. Em seu lugar, representando o segmento das empresas de rádio, foi convocado o Conselheiro Daniel Pimentel Slaviero. Ao nosso estimado Conselheiro Walter Ceneviva os nossos votos de pronta recuperação.

O Conselheiro Roberto Franco comunicou sua impossibilidade de comparecimento. Assim, representando a correspondente categoria profissional dos engenheiros com notório conhecimento na área de comunicação social, foi convocada a Conselheira Liliana Nakonechnyj, que já chegou ao aeroporto e está chegando – pelo trânsito.

Expediente.

Em 10 de setembro, conforme combinado na 7ª Reunião, foram enviadas, pelos Correios, a todos os Conselheiros titulares e suplentes ausentes na última reunião cópias em vídeo da audiência pública com Ancine, Anatel e Cade, bem como o encadernado com o novo Regimento Interno do Conselho de Comunicação Social.

Informo que no dia 11 de setembro foi distribuído a todos os Senadores o Ofício Circular nº 2, de 2013, que encaminha o Parecer nº 9, de 2013, do Conselho de Comunicação Social, que traz a posição deste Colegiado em relação ao Projeto de Lei do Senado nº 141, de 2011, de autoria do Senador Roberto Requião, que "dispõe sobre o direito de resposta ou retificação do ofendido por matéria divulgada ou transmitida por veículo de comunicação social".

Atendendo ao pedido dos Srs. Conselheiros, foram também enviados trechos das notas taquigráficas da 4ª, 5ª, 6ª e 7ª Reuniões Ordinárias de 2013 do Conselho de Comunicação Social, em que o tema do direito de resposta foi discutido, deixando os Senadores cientes das divergências ocorridas durante a votação do parecer.

Ainda sobre este tema, informo que recebemos em 13 de setembro Ofício nº 769, de 2013, do gabinete do Senador Ruben Figueiró, e, em 18 de setembro, mensagem do gabinete do Senador Jayme Campos, em que os Parlamentares certificam o recebimento do Ofício Circular nº 2, de 2013, do nosso Conselho.

O projeto de lei entrou na Ordem do Dia do Senado Federal na sessão de 18 de setembro, quando foi aprovado. O projeto seguiu para a Câmara dos Deputados, no último dia 26 de setembro. A redação final foi enviada a todos os Conselheiros por *e-mail* no dia seguinte e também se encontra distribuída sobre as bancadas.

Conforme acordado em nossa última reunião, foram enviados em 19 de setembro à Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações), à Ancine (Agência Nacional de Cinema) e ao Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) os Ofícios do Conselho de nºs 120, 121 e 122, encaminhando o trecho das notas taquigráficas da 7ª Reunião Ordinária de 2013, em que este Conselho discutiu os desdobramentos da audiência pública realizada com as três citadas autarquias em nossa 6º Reunião Ordinária.

A pedido dos Srs. Conselheiros, foi enviado, em 25 de setembro, o Parecer nº 2, de 2013, do Conselho, que trata do direito de realização de biografias no Brasil ao ex-Presidente deste Conselho, Sr. Arnaldo Niskier, subscritor do Manifesto dos Intelectuais Brasileiros contra a Censura às Biografias. Na mesma data, o Conselheiro Walter Ceneviva propôs que este Conselho aprove um voto de louvor ao manifesto e solicite ao Supremo Tribunal Federal e ao Congresso Nacional urgência na análise do tema. No dia 3 de outubro passado, o Conselheiro Walter Ceneviva respondeu à Secretaria deste Conselho não ter intenção de reiterar requerimento de voto de louvor ao manifesto, tampouco submeter à deliberação deste Colegiado pedido de moção, a ser encaminhado à Corte Suprema e ao Congresso Nacional, a respeito da urgência do tema. Deixa a critério dos demais Conselheiros presentes à reunião prosseguir ou não com o tema do manifesto.

No dia 26 de setembro, este Conselho recebeu do assessor parlamentar da Anatel, Sr. Renato Lima de Oliveira, cópias da pesquisa acadêmica que estuda o relacionamento institucional entre as agências reguladoras e o Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional. A pesquisa é o produto final da disciplina Laboratório em Poder Legislativo, do mestrado profissional em Poder Legislativo, oferecida pelo Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor) da Câmara dos Deputados. Cópias da pesquisa foram encaminhadas a todos os Conselheiros por *e-mail* e também se encontram distribuídas sobre as bancadas.

Esses são os avisos que esta Presidência tinha a fazer.

Algum Conselheiro gostaria de se manifestar especificamente sobre esses assuntos, antes de passarmos para a Ordem do Dia?

O Vice-Presidente tem uma comunicação.

O SR. FERNANDO CESAR MESQUITA – Eu tive contato agora com a Presidência do Senado, e foi defendido o dia 3 de dezembro para a realização do seminário sobre liberdade de expressão e pensamento, cujo convite para participação do Conselho foi feito aqui, pessoalmente, pelo Presidente Renan Calheiros. Resta agora, então, ao Conselho, Dom Orani, designar aqueles que representarão o Conselho nesse seminário.

Todos os integrantes do Conselho estão convidados a participar, mais aqueles que querem participar oficialmente, apresentando algum trabalho nesse conclave.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Nós temos número de vagas, alguma coisa?

O SR. FERNANDO CESAR MESQUITA – Não. Todos os integrantes do Conselho são convidados a participar do seminário. Agora, o Conselho pode indicar aqueles que querem apresentar algum trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Dentro dos temas, deve haver alguma solicitação, talvez, para apresentação. É isso?

O SR. FERNANDO CESAR MESQUITA – É. A Presidência do Senado deve estar encaminhando à Secretaria do Conselho já a elaboração da agenda do evento com os temas que serão debatidos.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Conselheiro Jobim, depois Schröder, depois Nascimento.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Sr. Presidente, em primeiro lugar, bom dia a todos.

Eu queria fazer uma sugestão. Na primeira reunião em que o Conselheiro Vice-Presidente, Fernando Cesar Mesquita, trouxe esse tema, nós sugerimos que ele fosse nosso representante perante o Senado para conversar com a Coordenação deste seminário para, digamos, ver temas, ver nomes. Ele está justamente fazendo esse ponto. Ele está cumprindo esse mandato fielmente.

Eu acho que fica muito difícil inverter a situação. Antes nós termos os temas definidos, saber quem vai participar efetivamente.

Então, o que eu gostaria de sugerir é que, tão logo houvesse uma agenda, porque acho que aquele foi o primeiro esboço – acho que o Senado deve ter evoluído na formação disso –, que ela seja trazida à Presidência, que poderá enviar um *e-mail* a todos, por uma questão virtual. E eu, já de antemão, me coloco à disposição para participar, dependendo da agenda. Eu não posso apenas dizer que quero participar. Não. Eu quero participar se tiver algum tema que eu possa agregar ao debate, não simplesmente por estar lá representando o Conselho. Então, eu acho que o melhor seria receber essa agenda e que a secretaria do Conselho a enviasse a todos, e aqueles que quisessem ter oportunidade

enviassem à Presidência, que por sua vez deliberaria quais seriam as melhores pessoas ou os espaços que estivessem à disposição do Conselho.

O SR. FERNANDO CESAR MESQUITA – Eu até tenho alguma responsabilidade, porque eles pensaram em fazer um seminário durante dois dias. Eu sugeri que se fizesse em apenas um dia, porque, como eu conheço bem a burocracia do Senado, se fosse feito em dois dias, teríamos que convidar as pessoas, ver passagens aéreas, hotel etc. Então, sugeri que fosse apenas em um dia e a data 3 de dezembro, porque, no dia 2 de dezembro, os Conselheiros estarão aqui para a nossa reunião normal. No dia 3, então, durante o dia, se faria a reunião. Mas eu acredito que eles estão fazendo a adaptação da agenda, do temário. E eu me comprometo a, tão logo seja definido, encaminhar para o Dom Orani, para a Secretaria do Conselho o temário que estão submetendo ao Conselho.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Conselheiro Schröder.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Obrigado, Presidente.

Presidente, imagino que para nós participarmos desse debate, há duas maneiras. Uma maneira protocolar, ou seja, na medida em que este Conselho não tem uma opinião formada sobre liberdade de expressão, seria a nossa Presidência participar e fazer uma referência genérica, a defesa da liberdade de expressão, que me parece que ninguém aqui seria contra. Nós estamos aqui exatamente para garantir a liberdade de expressão.

A outra maneira seria um pouco mais produtiva, na medida em que me parece que o nosso Vice-Presidente nos traz a ideia de um seminário que, de alguma maneira, antecede um debate que eu acho que este Conselho deve fazer. O Senado, de alguma maneira, está antecedendo esse debate. Então, me parece que nós temos que garantir a presença nesse seminário das visões diferenciadas sobre este tema, que é um tema aparentemente monolítico e, digamos, com uma única compreensão, mas que não é. Ele é bastante complexo e traz nuanças que me parecem que precisam ser destacadas.

Então, eu também me coloco à disposição para participar desse debate na medida em que a Federação Nacional dos Jornalistas o tem feito já há algum tempo.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Conselheiro Nascimento.

O SR. JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO – Bom dia a todas e a todos.

Eu estou com algumas dúvidas. Por exemplo, quando surgiu a ideia do seminário de liberdade aqui do Congresso, nos foram passadas sugestões. Então, vou por partes. Essas sugestões, como elas estão? Foram encaminhadas, foram aceitas ou foram recusadas?

O SR. FERNANDO CESAR MESQUITA – Estão em poder da Presidência do Senado. A verdade é que, como expliquei, havia se estabelecido, inicialmente, um seminário mais longo. Então, eu sugeri que fosse feito, pela experiência que tenho aqui, num único dia, e não em três ou dois dias, o que seria muito tempo. E essas sugestões se encontram lá com a coordenação. Eu vou recuperá-las – as sugestões que foram encaminhadas – e examinar, aqui com o Conselho, o que realmente permanece e o que será... Mas estou esperando também que eles façam o temário, que é o temário lá da Presidência, para fazermos a simbiose com as sugestões do Conselho.

O SR. JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO – É porque, diante daquela proposta que foi encaminhada a nós, os temas são extensos. Não é possível fazer em um dia só.

O SR. FERNANDO CESAR MESQUITA – O problema é que, pelo que se tem feito aqui, pela experiência que existe aqui, esses seminários de mais de um dia acabam se tornando não tão produtivos como quando se faz em um dia, quando há uma decisão de ser mais objetivo, ser mais consistente. Então, acaba-se perdendo muito tempo com divagações. Essa é a minha experiência aqui, o que não quer dizer que eu seja dono da verdade. É apenas que, aqui, normalmente, quando se faz uma coisa mais concisa, as pessoas são mais econômicas ou mais objetivas nas suas perolações.

O SR. JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO – O.k..

Eu faço as palavras do Conselheiro Schröder as minhas. Estamos aí para poder participar.

O SR. FERNANDO CESAR MESQUITA – Eu me comprometo, então, a discutir com a Secretaria da Presidência, para que apresentem o quanto antes as ideias, o que foi recebido do Conselho, e as encaminhem a Dom Orani e à Secretaria para que sejam repassadas aos Conselheiros. Foi por isso que pedimos um tempo maior. Inicialmente, estava-se falando em setembro, mas ficou para 3 de dezembro. Então, há tempo de preparar tudo.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Conselheiro Jobim.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – É exatamente isso. Eu ia justamente complementar o que o Nascimento comentou.

Esse não é um evento do Conselho de Comunicação Social, é um evento do Senado. Nós estamos chamados a eventualmente participar, se houver tanto quadros quanto interesse e pauta. Eu acho que a pauta é fundamental para essa definição.

Em segundo lugar, obviamente, nos temas que lá serão elencados, as eventuais participações – uma eventual participação minha, do Schröder, do Nascimento e de tantos outros quanto queiram e quanto possam – serão visões individuais e não a visão do Conselho de Comunicação. Eu acho que a visão do Conselho de Comunicação tem de ser exposta pelo Presidente ou pelo Vice-

Presidente do Conselho na representação ou por alguém que eles designarem para esse fim.

Nesse particular, a não ser que seja uma questão institucional do escopo, do objeto do Conselho, da sua contribuição constitucional e legal, eu acho que já deliberamos sobre um e outro tema somente, que, se, por acaso, for pauta desse seminário, aí, sim, pode ser levada uma visão hegemônica ou até expondo a dissidência do que já foi deliberado aqui, no Conselho. Então, é importante definirmos isto: se vai haver uma posição específica do Conselho de Comunicação Social – e a minha sugestão é que fosse feita na forma como o Schröder colocou, feita pelo Sr. Presidente – ou, então, com a participação individual dos membros do Conselho, como uma forma de contribuir para o debate. Mas nós temos de ter muito cuidado para não parecer que lá já seja uma visão do Conselho, para que o fato de estar lá um membro do Conselho de Comunicação Social não seja compreendido, tanto pelo Senado quanto pelos participantes, como uma posição do Conselho. Não é justo que eu, por exemplo, venha a participar com a minha visão sem a visão do outro. Então, isso é muito importante e eu gostaria de deixar isso muito claro para o Senado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – O.k.. Muito oportuna a questão, porque mesmo o Presidente, para poder expressar a opinião do Conselho, precisa ouvir o Conselho e saber qual é a deliberação do Conselho. E não há tempo viável para haver uma discussão desta e se chegar a uma conclusão.

Podemos, talvez, no máximo, numa próxima reunião, na reunião de novembro, colocar como pauta esse assunto. Não creio que chegaremos a uma conclusão, mas, pelo menos, a alguma deliberação, a alguma partilha de opiniões etc. Depois, evidentemente, são opiniões dos Conselheiros, imagino eu.

Concluído? (*Pausa.*) Não havendo mais manifestações, passamos, então, para a Ordem do Dia.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Presidente, uma questão de ordem sobre as manifestações já informadas pelo senhor, no exercício desta Presidência, quanto aos pedidos de moção em relação à questão de biografias. Eu queria expressar a minha opinião a respeito.

Nós já fizemos um trabalho aqui, que foi da relatoria do Conselheiro Ronaldo Lemos, salvo engano, ou proposto por ele... Acho que foi até aquele precedente que nós criamos e, depois, "descríamos" de que quem propõe não pode ser relator. Acho que foi até ele que trouxe isso, e nós, naquele momento, aventamos. Já existe um trabalho pronto sobre isso, e ele é consensual. Ele foi 100% consensual contra as restrições existentes no Código Civil hoje quanto às limitações das biografias não autorizadas.

Eu acho que não cabe – eu queria deixar registrado isto em ata – a este Conselho de Comunicação Social aceitar pedido de fazer moções ao

Supremo Tribunal Federal ou ao Congresso Nacional ou a quem quer que seja, mas cabe tão somente, respondendo a esses ofícios, encaminhar o trabalho realizado pelo Conselho. Senão, na verdade, nós vamos utilizar o Conselho de Comunicação Social como um catalisador a favor de determinados manifestos. Eu acho que nós não podemos tomar esse papel institucional. Acho que não é esse o objetivo constitucional deste Conselho.

Então, a minha sugestão de ordem prática – queria ouvir se os demais Conselheiros e V. Exª concordam – é no sentido de que, quando houvesse solicitações desses trabalhos já realizados, nós nos limitássemos a encaminhar o trabalho realizado por este Conselho, com os dissensos, com os consensos, mas não ficar fazendo moções ao ponto de tomar uma atuação política, que não é o foco deste Conselho.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Antes de passar para o Conselheiro Schröder, só lembrando que, realmente, foi um pedido, e nós enviamos, justamente, o parecer do Conselho para o Arnaldo Niskier, antigo Presidente do Conselho.

O Conselheiro Walter Ceneviva propôs essa questão de moção e, depois, retirou também esse pedido. Então, não há nenhuma moção pedida por ele nesse caso.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Não, não, exatamente. Mas queria aproveitar o momento para deixar claro isso até para outras atividades, porque, salvo engano, acho que o Conselheiro Walter Ceneviva iria muito além. Ele queria que o Conselho enviasse uma moção a um órgão julgador, o Supremo Tribunal Federal, para tentar, digamos, fazer, em outras palavras, um *lobby* a favor de um determinado julgado. E não é esse o papel institucional do Conselho.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Conselheiro Schröder.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Obrigado, Presidente.

Eu concordo com o encaminhamento do Conselheiro Jobim. Acho que essa é uma forma de evitar que este Conselho participe, de agora em diante, de um debate que está assumindo características de defesas e de posições. Ou seja, hoje, sai manifestação de uma série de importantes produtores culturais e defensores, inclusive, da liberdade de expressão com arrazoamento que também não é desprezível. Ou seja, é um debate que vai constituir, vai produzir um resultado, um vetor no final. E, portanto, parece-nos que o parecer que nós tínhamos que fazer já o fizemos.

Presidente, eu havia mandado ou tentei mandar um artigo que fiz, que deve sair no Observatório da Imprensa e, talvez, em outro órgão em que eu consiga colocar, que é uma reflexão sobre o aniversário da Constituição brasileira e o capítulo da comunicação. Eu não vou fazer a leitura dele, mas apenas deixar para os Conselheiros, porque ele aponta – parece-me que nós vamos fazer esse

debate, daqui em diante, nas nossas comissões – uma necessidade da regulação de alguns dos artigos que compõem a Constituição brasileira no que diz respeito à comunicação. Então, é um artigo que eu queria deixar mais como contribuição de leitura para os meus pares.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – A assessoria está dizendo que esse mesmo texto já foi distribuído eletronicamente para todos os Conselheiros, além de estar nas bancadas. Agradecemos a colaboração do Conselheiro Celso Augusto Schröder nessa discussão e nesse aprofundamento.

Mais alguma manifestação? (*Pausa.*)

Então, passamos para a Ordem do Dia.

Na 7ª Reunião Ordinária de 2013, ficou definido que os coordenadores das comissões temáticas co Conselho de Comunicação Social ouviriam os seus pares e enviariam, no prazo de 20 dias, a lista de matérias que consideram prioritárias para cada comissão.

No dia 16 de setembro, o coordenador Nascimento Silva enviou mensagem solicitando sugestões de matérias para a Comissão de Conteúdos em Meios de Comunicação. Em 20 de setembro, o coordenador Alexandre Jobim enviou a lista de matérias referentes à Comissão de Liberdade de Expressão e Participação Social, após ouvir os membros do colegiado. Também em 20 de setembro, o coordenador Gilberto Leifert enviou a lista de matérias referentes à Comissão de Publicidade e Propaganda, após consulta aos membros do colegiado. Em 27 de setembro, o coordenador Ronaldo Lemos enviou mensagem solicitando sugestões de matérias para a Comissão de Tecnologia de Informação e Comunicação, encaminhando uma prévia de proposições. Em 2 de outubro, o coordenador Miguel Angelo Cançado enviou as matérias referentes à Comissão de Marco Legal Regulatório do Setor das Comunicações. Na data de hoje, o Conselheiro Nascimento Silva entregou, pessoalmente, à Secretaria o conjunto de matérias de interesse da Comissão Temática Produção de Conteúdo, da qual é coordenador.

Precisamos, agora, então, deliberar sobre as listas e as sobreposições e definir as matérias a cargo de cada comissão, para que cada colegiado possa efetivamente começar os seus trabalhos.

Atendendo à solicitação postulada em reunião anterior, a Secretaria elaborou uma tabela expondo as matérias com intersecção, como objeto de mais de uma comissão temática, perfazendo ao todo quatro proposições – estão ali projetados –, sendo que uma, PL 991/2003, encontra-se apensada à outra principal. PL 960/2003. Nossa deliberação recairá sobre o Projeto de Lei 960/2003, refletindo seu resultado sobre a matéria apensada.

Portanto, temos a tomada de decisão sobre três proposições, a saber:

- PL 404/2011, de autoria do Deputado Cesar Colnago, que se encontra perfilada entre a Comissão de Liberdade de Expressão e Comissão de Publicidade e Propaganda;

- PL 960/2003, de autoria do Deputado Rogério Teófilo, que se encontra perfilada entre a Comissão de Marco Regulatório e a Comissão de Publicidade e Propaganda;

- PLS 524/2007, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que se encontra perfilado entre a Comissão de Marco Regulatório e a Comissão de Publicidade e Propaganda,

Assim, abro a palavra para os Conselheiros discutirem o tema. *(Pausa.)*

Pois não, Conselheiro Schröder

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Presidente, primeiro, quero parabenizar as comissões que, por meio dos seus coordenadores, fizeram um trabalho que me parece exaustivo e importante; segundo, a Secretaria, que fez um trabalho de sistematização que também me parece muito relevante. E, ao fazer isso, eu peço desculpas, em nome da Federação Nacional dos Jornalistas, tanto aos coordenadores como à Secretaria, por nós não termos enviado, em função de viagens, de minhas viagens e da minha suplente, que é a vice-presidente da Federação, viagens inclusive internacionais, nós não conseguimos mandar isso. Então, eu queria ver se é possível, pedindo tolerância para os seus pares, os coordenadores, e pedindo desculpas à Secretaria – espero que não atrapalhe muito a sistematização –, trazer dois projetos, indicar dois projetos que são de importância para a Federação Nacional dos Jornalistas, reconhecendo que, no resto, nós estamos contemplados bem, mas sugeriríamos para a Comissão de Liberdade de Expressão dois projetos que nos parecem importantes. Um deles, Presidente, é o PL 3.232, de 1992. Esse projeto diz respeito ao direito de resposta. Na verdade, é um substitutivo da Lei de Imprensa. Propunha-se a ser um substitutivo da Lei de Imprensa e, portanto, o direito de resposta está embutido nesse tema.

Sabedores de que houve uma decisão sobre a retirada da Lei de Imprensa, de origem autoritária, do rol de regras do País, esse projeto estava negociado, esse projeto estava bastante avançado e, no nosso entendimento, ele é mais completo e protege melhor, vamos dizer, autores e vítimas de crimes de opinião, do que simplesmente o direito de resposta.

Então, eu queria ver se é possível nós retomarmos esse projeto. Ele está pronto para ser votado. Esse projeto nunca teve nenhum tipo de... Ele transitou por todas as comissões. Está apto, pronto para ser avaliado, para ser debatido. Então, esse é um projeto que nós gostaríamos, Presidente, que fosse incluído. E me parece que a Comissão de Liberdade de Expressão e Participação Social é o local.

Um segundo projeto, uma PEC, é a PEC neste momento com o número 206, de 2012. Diz respeito à obrigatoriedade do diploma de jornalista para o exercício profissional. Essa PEC, com outro número, teve origem no Senado, foi aprovada no Senado por amplíssima maioria e agora está na Câmara dos Deputados. Parece-me relevante que nós possamos fazer esse debate aqui também para ajudar os nobres Deputados na votação e no encaminhamento desse assunto na Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Colocaria também em qual comissão?

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Eu acho que as duas cabem.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – As duas.

O SR. MIGUEL ANGELO CANÇADO (*Fora do microfone.*) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Conselheiro Miguel Cançado.

O SR. MIGUEL ANGELO CANÇADO – Bom dia, Sr. Presidente. Srªs e Srs. Conselheiros, servidores, a todos muito bom dia. É um prazer estar de volta aqui, Presidente.

Quer me parecer que as sugestões feitas nesses *e-mails* que foram encaminhados pelas coordenações não sejam, Schröder, exaustivas e fechadas, não é? Eu acho que cada acréscimo e até exclusão de eventuais temas devem ser tratados no âmbito de cada comissão. Talvez fosse prudente aqui, hoje, claro que eu não estou divergindo, ao contrário, estou, até, entendendo pertinente, muito, a sua sugestão, mas acho que cada acréscimo, além daquelas, insisto, sugestões já apresentadas, deve ser feito no âmbito do trabalho de cada comissão. Por isso, a sistematização. Talvez, fosse prudente aqui, hoje, que nós fixássemos a linha de atuação de trabalho que é comum e, aí, no particular, cada comissão, com o prazo que vier a ser fixado por nós mesmos, estabelecerá o debate em torno dos temas, porque são tantos. Na comissão mesmo que ouso contribuir coordenando, são muitos os temas e será preciso escolher alguns, numa decisão colegiada, porque, senão, nós vamos nos perder. Talvez, um ano, menos de um ano que tenhamos ainda de mandato aqui não seja suficiente para essa análise.

Então, nós precisamos ter uma linha de objetividade. Eu penso, desculpem se é impertinente dizê-lo, mas uma linha de objetividade para o trabalho das comissões como um todo, senão nós vamos ficar pinçando temas e chegamos a pouca conclusão.

É o que me parece, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Só esclarecendo que surgiu a preocupação de colocar os vários subtemas de cada

comissão, ou mesmo os vários assuntos, para que não tivessem superposições. Apenas essa preocupação.

O SR. MIGUEL ANGELO CANÇADO – Isso é fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Agora, claro que cada Comissão, depois, tem a liberdade de aumentar, diminuir, desde que não esteja superposto com outra Comissão.

Mas, Conselheiro Jobim...

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Exatamente. V. Exª adiantou o que eu queria justamente sugerir aqui.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Desculpe.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Neste caso, em primeiro lugar... Não, desculpa não. Eu é que agradeço. Já, de antemão, gostaria que a Secretaria anotasse essas duas sugestões do Conselheiro Schröder, para a Comissão de Liberdade de Expressão, que eu também anotei, e a sugestão, que eu acho, para sair, digamos, do pedido do Conselheiro Cançado, é exatamente isso, que as comissões tenham liberdade de acrescer os temas para serem estudados, enfim, e levados ao Plenário em segunda fase. Só que é necessário que essas novas sugestões venham de uma forma coordenada, seja via Secretaria do Conselho, seja em contato com os outros coordenadores, para não haver esse duplo trabalho.

Então, eu pediria, é uma sugestão, Sr. Presidente, que, para as novas inclusões, houvesse uma coordenação, acho que até pelo próprio proponente fizesse esse trabalho de antemão. Ou seja, se eu quero propor um tema a mais, a partir da data de hoje, devo verificar se esse tema não está elencado nas outras comissões e, se estiver, ele poderá ser agregado a outra comissão, já que, praticamente, todos os membros são aptos a participar dessas comissões e podem propor assuntos novos em tantas comissões quanto deseje.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Mesmo porque já há a lista dos temas de cada comissão. Ao se escolher um novo tema, evidentemente, é fácil consultar as demais e verificar se não está já apensado a outra comissão.

Bem, nós temos, então, que discutir esses que estão superpostos.

Ah, desculpe.

Conselheiro Nascimento Silva.

O SR. JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO – Aproveitando o gancho aí do Conselheiro Jobim, nós já elencamos alguns pontos que nós achamos que deverão ser trocados de Liberdade para Marco Regulatório, enfim. Só deixando bem claro que já existe essa preocupação com relação à coordenação dos trabalhos, e, aí, eu espero que os demais coordenadores, que a gente possa, é uma sugestão, que a gente possa sentar para ver o que de concreto a gente pode fazer para não ficar elucubrando também sobre temas aqui e ali, enfim, para dar um norte ao trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Na Comissão de Liberdade de Expressão e na de Publicidade e Propaganda, acho que se refere a isso, não é?, apenas consta o PL nº 404/2011. É isso?

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Presidente, eu acho que o Conselheiro Nascimento disse, justamente, uma coisa que nós conversamos aqui, alguns membros da comissão, antes do início da reunião, para justamente agregar ao trabalho, eu gostaria do apoio da Secretaria que anotasse isso. Em primeiro lugar, eu queria, já, tomando a dianteira dos seus trabalhos aqui, dentro da Comissão de Liberdade de Expressão, esse PL nº 404, que é o único nesta Comissão que coincide com Comissão de Propaganda, se os demais concordam, eu concordo em retirá-lo dessa comissão, porque ele já está contemplado numa outra Comissão mais específica, que é da Propaganda. Embora seja um tema importantíssimo, referente à liberdade de expressão, mas, digamos, isso depois, ao fim e ao cabo, o Conselho vai debater. Então, eu sugeriria, se os demais concordam, refazer isso.

Em segundo lugar, na listagem da Liberdade de Expressão, nós temos temas sugeridos pelo Conselheiro Nascimento Silva. Eu deixei até colocada a nominata, justamente as sugestões deles aqui, para a gente ter oportunidade de conversar, porque nós não tivemos oportunidade de, efetivamente, coordenar muito bem antes, então aproveitar para fazer essas modificações agora. E as sugestões que eu gostaria de fazer são as seguintes: já com a anuência do Conselheiro – peço a palavra, Conselheiro Nascimento, para falar em seu nome também – e também do Conselheiro Schröder, que nós conversamos aqui antes, não que os outros eu tenha excluído, mas justamente a conversa prévia que nós tivemos, para ver se os demais concordam, de este primeiro tema, "Criação de mecanismos de participação de sociedades e o estabelecimento de políticas de regramento do setor de comunicação", nós remetermos à Comissão de Marco Regulatório, que seria a Comissão mais apropriada para debater esse tema.

O segundo tema, "O direito de antena", ficar na Liberdade de Expressão, como está; este outro, o terceiro tema, que é "O respeito e promoção dos direitos da criança e adolescente nos meios de comunicação", esse já está contemplado nessa própria lista, no PL nº 3.070, de autoria do Deputado Aguinaldo Ribeiro – é o quarto item dos projetos apresentados nessa própria Comissão. Então, retirar como tema e deixar tão somente o projeto, porque já está abarcado nesse projeto.

O item seguinte dos temas sugeridos, "Fortalecimento do sistema público de comunicação", remeter esse tema à Comissão de Marco Regulatório; o "Cerceamento da liberdade de expressão para o governo, as autoridades e corporações empresariais" se manteria aqui na Comissão de Liberdade de Expressão; o outro item também, "Judicialização da liberdade de expressão", se manteria nessa Comissão, e o último deles, "Liberdade de expressão e concentração de mídia", ser remetido à Comissão de Marco Regulatório.

Essas são as sugestões, então; sugestões de remessa de quatro desses temas sugeridos pelo Conselheiro Nascimento e Silva – um simplesmente desaparecer, porque já está elencado no PL nº 3.070, e os outros três elencados remeter à Comissão de Marco Regulatório. Eu queria saber, até, se o coordenador da Comissão de Marco Regulatório concorda, justamente, com essa sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Então, peçamos ao...

O SR. MIGUEL ANGELO CANÇADO – Perfeitamente. Na condição de coordenador dessa Comissão, se os meus pares não tiverem objeção, acho absolutamente pertinente.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Então, esses três temas passam para o Marco Regulatório, quer dizer, sugestões do Conselheiro Nascimento e Silva: a questão de mecanismos, o fortalecimento do sistema público e a liberdade de expressão e concentração. Os demais continuam, com exceção do... as crianças e adolescentes já estão contempladas.

Satisfeito, Conselheiro Nascimento? (*Pausa.*)

Isso. A reunião era para isto mesmo: era para poder, justamente, coordenar os assuntos e os temas e subtemas, tudo o mais.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Então, como já, o PL 404, já, o Conselheiro Jobim já passou justamente para a Comissão Temática de Publicidade e Propaganda, então está resolvida a primeira questão.

Depois, nós temos três questões do Marco Regulatório e Publicidade e Propaganda, que estão ali, elencadas.

Pedimos para se pronunciarem os dois Conselheiros, que são coordenadores, para verificarem com quem fica. (*Pausa.*)

Tem que resolver quem quer ficar com a criança. É bastante assunto, não é? Mas a nossa reunião cuida desse trabalho hoje, de dividir o trabalho e saber com que cada um ficou e qual que é o mais pertinente, qual que é o assunto pertinente a esse subtema.

O SR. DANIEL PIMENTEL SLAVIEIRO – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Conselheiro Slaviero.

O SR. DANIEL PIMENTEL SLAVIEIRO – O PL nº 960 é do Deputado Rogério Teófilo e dispõe sobre propaganda em rádio e televisão educativas. Na verdade, ele revoga o dispositivo que proíbe a transmissão de propaganda comercial e patrocina as emissoras de televisão educativa.

No leu entendimento – e se trata de uma contribuição aos Coordenadores Leifert e Miguel Cançado – isso é pertinente à questão do marco regulatório. Ele não fala em restrição de publicidade ou de produtos a serem anunciados, mas, sim, de um contexto macro que liberta e autoriza as emissoras de rádio e televisão comunitária a comercializarem propaganda.

Então, fica a sugestão para que isso permaneça na Comissão do Marco Regulatório.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – O PL nº 960/2003. Sugestão: permanecer na Comissão de Marco Regulatório. Sobre publicidade e propaganda, o que diz?

O SR. GILBERTO CARLOS LEIFERT – Concordo com a remessa e o Marco Regulatório, que recebe.

O SR. MIGUEL ANGELO CANÇADO – Cabe quase tudo, não é? Penso que a Comissão do Marco Regulatório não sem razão, não sem muita razão, comporta a maioria desses debates perfeitamente. Não é Nascimento?

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Resolvido. PL nº 991. É a mesma questão: marco regulatório e publicidade e propaganda. Estão com as duas comissões. Com quem ficaria? (*Pausa.*)

A assessoria está dizendo que o PL nº 991 está apensado ao PL nº 960. Então, pela lógica, já segue o principal, para a Marco Regulatório. Não há dificuldade.

Há o PLS nº 524/2007, que estão nas duas comissões também. (*Pausa.*)

O SR. MIGUEL ANGELO CANÇADO – O 524 é de autoria (*Fora do microfone.*) do Senador Crivella, acrescenta o art. 18-A à Lei nº 9.612, para permitir a prestação de serviços de publicidade e propaganda comercial pelas rádios comunitárias. Parece-me que também está no mesmo sentido.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – No mesmo sentido de ficar na Comissão de Marco Regulatório e tirar da de Publicidade, não é?

O SR. GILBERTO CARLOS LEIFERT – A Comissão de Publicidade e Propaganda concorda com a remessa para a Comissão de Marco Regulatório.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Muito bem.

Bem-vindo, Conselheiro.

O SR. RONALDO LEMOS – Obrigado, Presidente, desculpe o atraso.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Então, as questões da referência cruzada e de temas sobrepostos estão resolvidas. O PL nº 404 fica com a Liberdade de Expressão. As outras três ficam com Marco Regulatório. A Comissão de Publicidade e Propaganda ficou sem essas quatro referências cruzadas aqui.

Muito bem?

Agora creio que, uma vez que cada um tenha definido o tema, subtema e assuntos, podemos verificar a ocorrência das reuniões e possíveis datas de apresentações dessas conclusões. Como poderíamos fazer? Fica para o próximo mês a discussão do seminário aqui, no Senado, que é bem grande, mas precisamos verificar essas questões, as reuniões das comissões temáticas e futuras apresentações. Será que cada coordenador poderia definir quando

pretenderia apresentar uma discussão que houve em sua comissão aqui para o Plenário?

E colocamos também que temos um prazo, que é o nosso mandato. Esses temas podem até continuar, mas evidentemente esses temas dependerão do outro Conselho, de outros Conselheiros que forem eleitos para esse assunto, porque pode ser que não sejamos nós mesmos. Seria interessante que não perdêssemos esses assuntos, que pudéssemos colocar dentro desse mandato.

Conselheiro Schröder.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Presidente, na linha de nos movermos para ver se chegamos a um consenso.

Acho que temos que tentar utilizar primeiro as nossas reuniões ordinárias mensais e, segundo, acho que elas são insuficientes, teremos que ter, no mínimo, mais uma reunião intermediária. E esse era um princípio, Presidente, que eu queria sugerir, que pensássemos em uma reunião ordinária que desse conta de uma reunião que fosse antecedida por uma reunião da comissão e que fosse intermediada, ou seja, no meio, pelo menos com mais uma reunião presencial da comissão.

Acho que as comissões que acharem pertinente, puderem fazer mais do que uma, parece-me que, também, seria interessante; mas, pelo menos uma reunião no meio dessas duas reuniões. Qual é a infraestrutura que o Congresso nos dá para ver se é possível fazer isso? Se não for isso, como é que podemos fazer com as nossas organizações – que estão dispostas, certamente –, as que puderem garantir a presença dos seus coordenadores.

Queria reivindicar, de novo – fiz isso no primeiro dia, Presidente, e houve uma escolha, naquele momento, de manter as datas das reuniões previstas na lei que criou o Conselho; isso me criou um problema ao ponto de eu ter que me ausentar, durante todo esse ano, já no limite das minhas possibilidades, em função das atribuições que tenho, principalmente como professor, não é nem com as atribuições de direção.

Então, proponho que, em função dessa reunião extraordinária – ordinária, mas prolongada –, que ela fosse deslocada na semana; ou seja, se fizermos a nossa reunião ordinária em um dia, teríamos que ter – acho que uma manhã é insuficiente – um dia anterior para fazermos a reunião das comissões. Isso significaria, na minha proposta, que jogássemos isso mais para o final de semana. Em vez de fazer na segunda, a minha proposta é que façamos na quinta-feira ou na sexta-feira e, no dia anterior, faríamos a reunião da comissão. E, no meio desse mês, já teríamos que fazer uma reunião presencial, parece-me, da Comissão, aí a Comissão vai negociar com a secretaria e ver as condições para fazer essa reunião.

Essa é a minha proposta.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Só lembrar que, no Título VI, quando fala das reuniões, Capítulo I, vai lembrar, no §1º, que as

reuniões se realizarão na primeira segunda-feira, às 14h. Nós podemos adiantar para as 11h30, como temos feito, mas também nada impede – acho que seria até interessante que a parte da manhã fosse dedicada, das 9h30 até as 12h, 12h30, para as comissões, e a reunião ordinária siga às 14h, como está também aqui o nosso Regimento. De tal maneira, que seria possível, no mesmo dia, ter reunião das comissões e também do Conselho.

Só sugerindo. É uma ideia que tenho aqui.

Pois não, Conselheiro Gilberto.

O SR. GILBERTO CARLOS LEIFERT – Sr. Presidente, existem locais que possam hospedar essas reuniões das Comissões?

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Isso nós passamos para a assessoria. Eles conseguem os locais, agendam os locais para as Comissões; é só falar com antecedência. E a questão de uma segunda presencial, além dessa que já temos ordinária, tem também a questão de passagens e tudo mais.

Parece que foi o Nascimento que fez a pergunta sobre a questão das passagens. Na reunião oficial da comissão, serão providenciadas as passagens também.

Pois não, Conselheiro Nascimento.

O SR. JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO – A proposta do Conselheiro Schröder está correta, acho que é o caminho é esse. Quero só manifestar que a Federação dos Trabalhadores em Rádio e TV agendou uma reunião para este mês de outubro, no dia 24 deste mês, para que a gente pontue essa representatividade do Nascimento em relação à Federação. Quer dizer, houve um avanço enorme.

Eu tenho a expectativa de que ela vai, efetivamente, poder nos ajudar, e muito, para que possamos estar nos deslocando do interior de Minas, onde eu moro, para as possíveis reuniões que venham a acontecer.

Então, eu pediria, Schröeder, que não se marcasse esse mês, que déssemos mais um tempo, para que eu poder articular e ver de que forma a Federação poderá contribuir com essas reuniões, porque a gente sabe muito bem das limitações do Congresso em relação a reuniões extraordinárias. Essa é a preocupação que tenho, para não ir à frente e dizer: "Está marcando e depois chega lá e está pedindo para ajudar."

O processo, parece-me, foi um pouco demorado, mas ele chegou e eu tenho certeza de que nós iremos resolver esse impasse de representatividade desse Conselheiro em relação à própria Federação e aos radialistas do Brasil de uma forma geral.

Então, eu gostaria apenas que nós não marcássemos essa reunião neste mês, em função dessa demanda.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Mesmo porque cada coordenador vê também a possibilidade de marcar as suas reuniões. Podem ser todas juntas ou não, também.

O Vice-Presidente pediu a palavra e, depois, o Conselheiro Miguel Angelo.

O SR. FERNANDO CESAR MESQUITA – Senhores, eu li o artigo do Conselheiro Schröeder, e ele fala sobre a necessidade de se regulamentar o art. 220 da Constituição.

Aqui temos uma representatividade muito boa. Aqui estão presentes, neste Conselho, pessoas que representam as várias áreas e setores de comunicação. São pessoas muito preparadas e capacitadas.

Eu, na minha longa vida, mais de 30 anos passei como repórter aqui no Congresso, depois, como Diretor. Conheço bem o funcionamento do Congresso. Esse levantamento que foi feito sobre todos os projetos é muito importante. Foi um trabalho muito bem feito pela assessoria. Todos os projetos são relevantes. Mas eu tenho algumas ponderações a fazer.

Pelo que entendo – e os fatos provam o que estou dizendo –, é muito difícil um projeto andar aqui Congresso, a não ser quando há um grande interesse do Governo, de uma liderança ou o autor do projeto é algum com muita combatividade, como o Senador Requião, no caso do direito de resposta. A maioria dos projetos fica parada. Este sobre biografias, que tem um maravilhoso parecer do Ronaldo Lemos, este está provocando uma discussão fora dos corredores do Congresso e dos plenários porque envolve pessoas que têm notabilidade, que são celebridades. E, como disse o Schröeder, isso está chegando a uma situação que realmente vai levar a uma situação que realmente vai levar a uma definição no Congresso. Mas há alguns interesses envolvidos.

Eu entendo que caberia ao Congresso, caberia ao Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional – e eu estou pensando algo aqui – elaborar um projeto de lei regulamentando o art. 220 do Congresso. Temos bastante material aqui. Todos esses projetos de lei que estão tramitando aqui não vão isoladamente andar.

E nós estamos aqui fazendo... Aqui se falou da temporariedade do nosso mandato – o Conselheiro Cançado falou –, dentro de mais um ano terminamos o nosso mandato. Vamos dar aqui parecer, vamos nos manifestar sobre uma gama de projetos. Se esses projetos vão andar, eu não sei. Se o Conselho de Comunicação Social, pela presença de pessoas tão experientes como advogados ilustres, pessoas que têm conhecimento da área, elaborasse com base nesses projetos, uma sugestão de um projeto de lei regulamentando art. 220, acho que seria uma grande contribuição que o Conselho de Comunicação Social daria à sociedade brasileira nessa parte, nesse capítulo aqui da Comunicação Social. É uma coisa que estou pensando. Há aqui pessoas que têm,

realmente, muito mais experiência legislativa do que eu, que tenho a observação, como jornalista, das coisas como andam aqui no Congresso.

Então, seria uma sugestão. Tudo bem, vamos trabalhar em cima de cada um dos temas, de cada um dos projetos, mas, se o Conselho fizesse uma proposta do Conselho de Comunicação regulamentando o art. 220, acho que estaríamos dando uma contribuição objetiva, realmente, bem objetiva, bem prática e de grande interesse nacional.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Conselheiro Jobim.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Sr. Presidente, eu queria manifestar minha contrariedade à manifestação do Conselheiro Fernando Cesar. Explico por quê – obviamente, nada pessoal.

Este Conselho, como já repeti várias vezes – e não é preciso repetir porque está na lei, está na Constituição –, é um órgão auxiliar do Congresso Nacional. Não devemos ter, digamos, a pretensão de pautar o Congresso Nacional, pautar a Casa do povo, que é quem propõe. Quem tem legitimidade para propor projeto de lei não somos nós, o Conselho. Nós temos a atribuição constitucional e legal de nos manifestar em projetos de lei em andamento quando chamados a nos manifestar.

Nós evoluímos, no Regimento Interno, embora com um pouco de polêmica, para justamente nos adiantarmos nesse processo e nos manifestarmos sobre os projetos existentes, considerando o quê? Considerando uma própria inércia e uma ausência do funcionamento do Conselho por alguns anos. Ou seja, tomamos a dianteira de dividirmos esses projetos todos em comissões para analisarmos o que há de proposto e darmos uma contribuição pró-ativa, e não passiva, de nos manifestarmos para deixarmos prontas aos legisladores manifestações do Conselho de Comunicação Social sobre o que tramita na Casa. Agora, termos a pretensão de nos travestir de Deputados Federais e Senadores da República e tomarmos a dianteira em propor uma regulamentação, acho que passamos muito do ponto.

Ademais, não preciso dizer que não propor ou não deliberar também significa dizer decisão. O Congresso Nacional não o fez, seja pelo Governo, seja por algum Deputado ilustre. Não é possível. Se, com mais de 500 Parlamentares, quase 600 Parlamentares, não existe uma proposição dessa regulamentação, isso significa que esses Parlamentares, o Congresso Nacional que nós elegemos não quer fazê-lo. Não quero dizer, com isso, que eu, particularmente, sou contra a regulamentação do art. 220. Só quero dizer que sou contra que o Conselho de Comunicação Social tome uma dianteira em atribuição que não lhe é posta. Somente por isso.

Agora, se nós tivéssemos, Conselheiro Fernando Cesar, uma projeto de lei propondo isso, seria maravilhoso, porque nos pouparia de todo esse

trabalho que estamos fazendo ao contrário, de pegar toda essa regulamentação, que, de maneira bem feita ou mal feita, está distribuída em todos esses projetos que nós estamos analisando. Obviamente, se tivéssemos, por exemplo, um marco regulatório, uma questão mais genérica, e pudéssemos nos manifestar por ele, seria mais fácil para o Conselho e mais objetivo.

Então, eu queria deixar registrado aqui, Sr. Presidente, que, em que pese a intenção, a excelente intenção do Conselheiro Fernando Cesar – com o que concordo no sentido de uma necessidade de avançar –, nós não podemos fazê-lo, Conselheiro, porque não é atribuição deste Conselho, e nós estaríamos querendo pautar o Congresso, que decidiu, ainda que pela inércia, não o fazer.

Então, esta é a manifestação.

Obrigado.

O SR. FERNANDO CESAR MESQUITA – Posso contraditar?

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Pois não. Um minutinho só.

O SR. FERNANDO CESAR MESQUITA – Conselheiro Jobim, não sou advogado, mas acho que V. Exª está dando uma interpretação *stricto sensu* ao Regimento. Acho que podemos avançar. O que estou dizendo é que vamos trabalhar em cima de propostas de Parlamentares; não estamos inovando. Existem centenas de propostas de Parlamentares.

O que estou dizendo é que a maneira, o *modus faciendi* também – desculpe, vou usar a sua linguagem – é que não vai levar a nada, porque esses projetos não vão andar. Eles não andam.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – V. Sª me permite um aparte?

Eu não tenho culpa se eles não vão andar, Sr. Vice-Presidente. Eu não tenho culpa. O Parlamentar, o Congresso Nacional é que deve fazer andar. O Parlamento deve andar. Existe uma decisão política nas comissões de andar ou de não andar. Não somos nós que vamos empurrar ou retirar – desculpe a expressão, já que eu não posso utilizar as jurídicas – a fórceps, então – utilizar outra –, um projeto de lei da Casa Legislativa. Nós não podemos fazer isso, Sr. Presidente. Infelizmente, V. Exª tem que aceitar as regras do jogo. As regras do jogo não são para advogados ou para jornalistas ou para médicos. Elas são constitucionais e legais, e isso eu não posso admitir. Não é por ser advogado. Qualquer pessoa daqui, deste Conselho de Comunicação Social, saber ler, escrever e interpretar o que deve fazer. E isso é o que nós devemos fazer, com todo o respeito.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Conselheiro Miguel Cançado.

O SR. MIGUEL ANGELO CANÇADO – Eu queria mais era fazer uma consulta pelo seguinte: vejo que aqui, na Comissão do Marco Regulatório – aqui, porque, como eu já disse, coordeno –, nós temos algo em torno de 60 projetos para serem analisados. E o testemunho dado pelo nosso Vice-Presidente,

com a experiência de 30, três décadas de Congresso, é assustadora, mas não pode ser desmotivadora do trabalho que temos que fazer, é evidente. Acho até que, nesse debate travado por ele e pelo Conselheiro Jobim, no fim, talvez cheguemos a este norte, a este rumo.

Mas eu queria fazer consultar, Presidente, se, como coordenador, eu terei alguém na assessoria que pudesse comigo fazer um trabalho prévio para que eu apresentasse aos integrantes da comissão, tendo em vista uma triagem mínima até de vinculação de um projeto com outro e daquilo que já pode... Certamente tem algo aqui, até pela longevidade desses projetos, coisa de mais de dez anos tramitando na Casa alguns deles, alguns que já possam até talvez ser descartados, não seja de tanta urgência, já que temos um tempo de validade, um tempo de mandato, que já não é muito, poucas reuniões, dez reuniões, talvez nem isso.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Sete.

O SR. MIGUEL ANGELO CANÇADO – Sete mais, não é?

Veja, se nós não tivermos uma objetividade, como eu disse no início, nós não vamos chegar a lugar nenhum. E aí vamos terminar o mandato com um tremendo – desculpem a expressão – mico na mão, que é a análise disso que hoje, concretamente, está no Congresso. Desculpe-me dizê-lo.

Eu queria saber se alguém pode... Eu me disponho a vir para cá, ou alguém vai até mim, ou eu venho ao Congresso, sento aqui e faço uma triagem desses 60. O que sobra? Claro que não vou tomar uma decisão sozinho; estou propondo um encaminhamento. Esta leitura eu vou dividir com os membros da comissão, descartando o que possa ser descartado, incluindo – quem sabe – o que possa ser incluído e, então, vamos analisar. Distribuo, no âmbito da comissão, cada um dos projetos que reste e, assim, nós vamos ter um trabalho. Claro que, no mínimo, no mínimo, quem sabe ao final, no contexto das comissões, chegaremos até esse ideal anunciado pelo nosso Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Está pedindo à assessoria para ajudá-lo, é isso?

O SR. MIGUEL ANGELO CANÇADO – Eu estou pedindo indicação de alguém, quando, como, venho para cá e me disponho a passar um dia, uma manhã. Eu estou em Brasília duas, três vezes por semana.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Sim, é só combinar com a assessoria e ver quem ajudará a fazer esse trabalho.

O SR. MIGUEL ANGELO CANÇADO – Farei isto hoje ainda, então. Se os demais membros da comissão – estão quase todos aqui – concordarem, assim que faça – eu farei este trabalho se não ainda esta semana, na próxima, conforme a assessoria possa me receber. Vou distribuir via *e-mail* a todos para sistematizar o trabalho, quem sabe já sugerindo distribuição das tarefas.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Conselheiro Schröder.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Presidente, se nós não temos culpa – e o Conselheiro Jobim tem razão – do não andamento de projetos aqui nesta Casa, no que diz respeito à comunicação e, se nós olharmos a nossa lista, nós vamos ver que nós temos projetos de 1992, 1998. Portanto, o diagnóstico que faz o nosso Vice-Presidente está absolutamente correto. Se nós não somos desculpados por isso, nós temos obrigação de ajudar a que não aconteça isso. É responsabilidade nossa, aliás, constitucional. Nós já fizemos esse debate no início da instalação deste Conselho e está decidido que nós não seremos simplesmente aqui relatores de projetos de lei. Nós estamos aqui para fazer o que o Conselho fez nos seus bons momentos, por exemplo, promover o debate sobre a digitalização. Já citei várias vezes que foi um diagnóstico importantíssimo partido deste Conselho, que permitiu que o País fizesse um debate sobre digitalização que outros países não fizeram. Então, acho que é obrigação nossa, sim, fazer isso e acho que essa orientação e essa proposta que o nosso Vice-Presidente faz nada mais é do que a tentativa de localizar o grande problema parlamentar no Brasil hoje no que diz respeito à comunicação. É isso mesmo! Ou seja, isso não está regulado.

E tem razão o nosso Conselheiro Jobim. Por que não anda isso? Não é pela preguiça ou pela inoperância dos nossos Deputados, que não são ociosos. Eles trabalham muito. Isso não anda, porque há vontades contrárias, como essa, manifesta aqui, de interditar este debate, de que o marco regulatório, de que a regulação da nossa Constituição não aconteça! E é necessário que ela aconteça!

Então, parece-me que, embora estejamos fazendo o caminho contrário, custoso, trabalhoso – é o que estamos tentando fazer aqui, para não entrar neste debate –, a proposta que o Vice-Presidente traz aqui é pertinente, é legítima. Acho que, sim, temos de levá-la em conta. Podemos até não querer fazê-la, mas ela é possível de ser feita. É necessário fazê-la, sob o nosso ponto de vista, disso não tenho dúvida.

Então, eu queria referendar a proposta. Não é uma proposta ingênua, não é uma proposta impertinente. Ao contrário, ela me parece absolutamente focada. E ela resolveria o nosso problema, porque nos daria uma tarefa pontada, focada na questão da regulamentação do art. 220.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Com a palavra, o Conselheiro Jobim.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Sr. Presidente, quero deixar uma coisa bastante clara. Em primeiro lugar, não se está querendo, como disse o Conselheiro Schröder, interditar o debate. Há duas formas que estão sendo debatidas. E, infelizmente, nós estamos voltando com este debate à instalação do Conselho, como ele mesmo disse, como o Conselheiro Cançado disse.

Uma coisa é nos basearmos no que existe de demanda do Parlamento para a Comunicação Social; outra coisa é nós criarmos demandas novas, ou seja, criarmos proposições legislativas. É tão somente isso. Existe uma forma de atuar. A forma de atuar que nós decidimos lá atrás – e estamos debatendo aqui desde as 11h30 – e estamos chegando a um consenso, eu até me impressiono porque o andar da carruagem estava indo bem, o Presidente já separava os projetos, e, por uma intervenção do Conselheiro Cesar – não estou dizendo que é impertinente, não estou dizendo que não concordo –, voltamos ao debate da instalação do Conselho. Ou seja, nós andamos quase um ano, Conselheiro, e, agora, uma pauta foi distribuída nas Comissões. Não entendo que isso seja interditar o debate. Entendo perfeitamente que, com isso, temos de pegar os projetos existentes, que é o que existe de concreto, e de nos debruçarmos sobre eles.

V. Exª poderia, inclusive, ser participativo, enviar sugestões – não as enviou, diga-se de passagem. É preciso sermos participativos, atuarmos e nos manifestarmos nas comissões. É preciso trabalharmos e trazermos isso ao Conselho. Isso é o que nós podemos fazer.

Outra coisa é abandonarmos o que existe no Congresso Nacional e tentarmos propor uma regulamentação ao Congresso Nacional. É só isso. Isso não quer dizer interditar o debate, isso quer dizer que há formas de atuar na discussão. Existe uma forma de atuar que não é passiva nem ativa. Atuar ativamente significa trabalharmos em todos temas.

E, dentro dos projetos de lei propostos, não tenho dúvida de que ele será ampliado. Ou seja, num eventual parecer, poderá haver sugestões ou coisas do gênero para ele ser melhorado. E vem aí a opinião do Conselho. Essa é uma forma de participação.

O que eu quis dizer aqui? Se nós tivéssemos um projeto de lei, digamos, englobando tudo isso, ficaria mais fácil, não há dúvida alguma. Só acho, ou melhor, tenho a certeza de que não é essa a nossa função. Não é função nossa consolidarmos todo o arcabouço existente no Congresso Nacional e fazermos uma proposição legislativa. Cabe a nós fazermos e enviarmos um anteprojeto de lei ao Senado? Quem é que vai apresentá-lo? A Mesa do Senado vai apresentá-lo? Não há sequer legitimidade na Constituição para se fazer isso. Isso tem de ser feito por um Parlamentar, pelas vias legais. É só esse o ponto.

Então, quero deixar muito claro que a sua intervenção – talvez, tenha sido mal-interpretado – é positiva. Concordo em 100% que temos de fazer algo, mas há formas e limites para fazermos esse algo. E acho que isso não deve ser feito da forma proposta por V. Exª.

O SR. FERNANDO CESAR MESQUITA – Sr. Presidente, eu queria ponderar que o trabalho, da maneira como ele foi delimitado aqui, como ele foi estabelecido nos grupos temáticos, já seria uma grande contribuição. Não quero dizer que se vá abandonar o estudo dos projetos que estão em tramitação e

desses que já foram definidos como passíveis de uma manifestação do Conselho. Já seria um arcabouço. Como o Conselheiro Cançado disse, você já teria um arcabouço dos diversos temas que estão aqui distribuídos, para elevar um projeto desses.

Com relação à apresentação, eu acho que o Conselho de Comunicação Social – eu entendo, pelo que li do Regimento e da Constituição – tem legitimidade para sugerir à Presidência do Congresso Nacional uma proposta de regulamentação do art. 220, porque nós não estamos extrapolando. Nós estamos trabalhando em cima de projetos de lei que estão tramitando no Congresso, como se colocou aqui, desde 1992. Como disse, só andam os projetos aqui quando há uma decisão de uma liderança ou de um Parlamentar que tenha, realmente, muito poder verbal, muita influência, como é o caso do Senador Requião.

Então, acho que não há incompatibilidade. Você já tem o arcabouço de como se fará o estudo, como será a manifestação.

Esse é o meu entendimento.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Nós já temos? Existe esse arcabouço?

O SR. FERNANDO CÉSAR MESQUITA – Já. Não distribuímos com as coisas temáticas aqui?

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Conselheiro, primeiro temos que analisar esses temas, para, depois, tentar montar um arcabouço. O senhor quer partir de fazer uma consolidação? Qual a sua proposta objetiva, fazer uma consolidação?

O SR. FERNANDO CÉSAR MESQUITA – Eu acho que seria feito um projeto de lei consolidando, realmente.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Eu acho que nós devemos voltar ao eixo principal no qual nós estávamos andando, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Sim, sim.

Conselheiro Monteiro Filho.

O SR. JOÃO MONTEIRO FILHO – Presidente, eu me permito dizer o seguinte: a gente está observando que há uma ordem prática aí impedindo um denominador comum entra as diversas opiniões.

Eu me permito oferecer as dependências de Brasília, da Redevida de televisão, àqueles que quiserem. Vamos supor: formar-se-ia um grupo que permaneceria aqui uma semana, três dias, dois dias, o que quisessem. Nós temos condições de receber os interessados, informando um grupo que buscaria uma definição em torno desses vários assuntos que estão na pauta. Nós nos permitiríamos não só as dependências da Redevida como também para fazer as reuniões e toda a parte material que for necessária, para que esse grupo que for escolhido tenha condições de permanecer em Brasília e encontrar soluções para os problemas e apresentá-los ao Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Agradecemos.

Conselheiro Nascimento Silva.

O SR. JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO – Eu não queria fazer aqui uma falação sobre demarcação de campo.

O Conselheiro Jobim e outros tantos advogados deste Conselho já se posicionaram com relação ao que devemos e não devemos seguir pelo Regimento Interno. E a gente vai quebrando barreiras: um se posiciona aqui, outro se posiciona ali, e a gente vai tentando chegar a um consenso.

Particularmente, eu gostaria de ficar na história deste Conselho não brigando com o Conselheiro Jobim, não demarcando campo com o Conselheiro Jobim ou com qualquer outro Conselheiro que represente a sociedade civil empresarial. Eu gostaria, efetivamente, de ficar na história. Que a gente possa, realmente, andar e fazer.

Há uma necessidade premente de se fazer esse encaminhamento do Conselheiro Vice-Presidente. E aí estou aqui, pensando alto, como alguns já fizeram, porque, concomitantemente, dá para você fazer um trabalho paralelo. Depende de esforço político, principalmente da nossa parte.

Se o Congresso conseguir entender o que a sociedade está clamando, está pedindo, eu tenho certeza de que isso vai sensibilizá-lo, e nós somos os representantes tanto da sociedade civil não empresarial quanto da sociedade civil empresarial. Existem vários interesses, e o esforço que nós teremos no futuro é de tentar fazer propostas que atendam tanto os empresários quanto a sociedade civil. Mas não podemos deixar de aproveitar este momento porque daqui a sete meses nós estamos fora. Com certeza. Muitas vezes o Conselho é criticado por não atuar. Na maioria das vezes, muitas vezes, as pessoas que estão lá fora criticam este Conselho porque eles não estão aqui. Pessoas que gostariam de estar. Não de representatividade da sociedade. Porque ela está muito bem representada neste momento.

Então, o que eu queria pedir, enfim, é que possamos dar a nós mesmos a oportunidade de entrar para a história, seja ela de que forma for. Porque o que eu estou entendendo do Conselheiro Jobim é que não pode. Não pode, pelo Regimento, enfim. Mas nós podemos fazer assim mesmo, mesmo não podendo? Essa é a discussão que eu acho que tem que estar aqui. Ela tem que ser clara, tipo: vamos ou não? Ela pode, não deve ou vamos fazer? É nesse sentido, Jobim.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Sr. Presidente, não vou me delongar. Eu queria só esclarecer, mais uma vez. Eu acho que estou sendo malcompreendido. Nós estamos num impasse. Ou nós andamos como estamos trabalhando, em comissões, ou paramos e fazemos a consolidação de um projeto novo. Essa é a questão.

Eu acho que essa decisão tem que ser num segundo momento, se é que ela vai ser tomada, quando eu entendo que não pode. Mas, se tivermos de

deliberar, primeiro, devemos estudar as posições. O que foi discutido lá atrás? Vamos pegar o que há de existente, formar uma posição do Conselho de Comunicação e o produto disso, eventualmente, poderá até ser participar de uma consolidação, seja em projeto de lei, seja uma consolidação dos pensamentos do Conselho. Eu entendo que não deve ser em forma de projeto de lei, mas é a minha opinião e eu acho que é a opinião do Constituinte, do legislador que fez isso. Isso nós podemos debater.

Agora, a pergunta é: não vamos fazer o trabalho das comissões e vamos partir para uma consolidação? Eu queria apenas deixar claro. A minha sugestão prática é – isso já discutimos lá atrás e podemos discutir depois que nós tivermos um produto –, a pergunta é: nós temos algum produto? Não temos ainda, Nascimento, um produto. A minha sugestão é de nos debruçarmos sobre os temas. Vamos discutir. Vamos discutir a concentração de mídia, como sugerido, vamos discutir o diploma de jornalistas, vamos discutir esses temas. Havendo as posições do Conselho, elas, *per se*, automaticamente, serão uma compilação que pode ser levada a quem de direito, para fazer uma consolidação, ou a uma comissão específica criada, ou, se este Conselho entender, elaborar um anteprojeto. Eu discordo. Mas vamos discutir isso antes de haver um produto? Esta é a ponderação, Sr. Presidente: antes de andar para, depois que termos algo? O que nós temos hoje? Nós fizemos a manifestação de um ou dois projetos de lei. Vamos nos manifestar, nos debruçar e trabalhar, e não fazer esse tipo de interdição do trabalho. Aí sim, é interdição. Estamos perdendo tempo; há uma hora discutindo um tema que já foi discutido em uma ou duas reuniões.

Vamos adiante. Temos um produto. E, diante desse produto, vamos decidir o que será feito desse produto. Se vai ser fatiado e enviado ou se vai ter uma consolidação. Por exemplo, a consolidação dos trabalhos realizados pela Comissão no ano de 2013, ou do biênio 2013/2014. Essa talvez seja a solução.

O meu descontentamento é de ordem técnica. E eu me valho, sim, de advogado para proteger a Constituição Federal e a lei. Essa é minha obrigação. Fiz o juramento quando me formei e quando obtive a inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil. E não vai ser, com todo respeito, jornalista, médico ou o Conselho que vai me dobrar nesse ponto. Eu posso ser vencido, mas eu vou manter a ordem. Posso ser vencido. E eu entendo que a ordem não é por esse meio. Só que eu acho que nós estamos discutindo o que nós vamos fazer... Há pessoas aqui preocupadas que legado deixarão neste mandato. Eu estou preocupado em discutir conteúdo. Começa por aí. Vamos discutir, conforme nós deliberamos nas comissões. Vamos produzir. Espero que os Conselheiros produzam, que participem, que se engajem. E, aí sim, havendo produto, vamos discutir o que fazer com ele. Eu acho que esse seria o melhor encaminhamento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Creio que, com relação a essa questão, o Vice-Presidente também colocou um assunto que talvez

nos ajude a ter maior divulgação dos atos do Conselho, de ter uma presença maior na mídia, e tudo mais. E o próprio fato de divulgar algumas conclusões das comissões já poderá ajudar. Mas antes vamos ouvir o Leifert, que pediu a palavra.

Conselheiro Leifert.

O SR. GILBERTO CARLOS LEIFERT – Presidente, dado o adiantado da hora, vou colaborar com a Mesa e deixar para outra oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Nós podemos parar às 13 horas e depois voltar às 14 horas, porque falta a definição de datas, a questão de organização das reuniões ainda não foram feitas.

Conselheiro Schröder.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Obrigado, Presidente.

Bem, eu, como jornalista, também tenho um juramento e a minha obrigação é com a verdade. E já enfrentei muitos advogados nessa briga também.

Em nome da nossa operação de realizar essa tarefa imensa, enorme – todos nós, quando conversamos, a vemos como muito grande, quase irrealizável –, eu queria propor o seguinte: não desmanchar – e acho que o Jobim tem razão nisso – as comissões, elas são montadas, vamos fazer esse debate, enfim. Agora, a proposta do Vice-Presidente não está contida completamente nos debates. Ela não está contida nos debates.

Eu acabei de propor aqui o debate sobre o diploma de jornalista. Isso não faz parte da regulação do art. 220; não faz parte. Qual é outra proposta? O direito de resposta. Também não faz parte do art. 220. Então, nós temos uma tarefa aqui para fazer. Agora, a tarefa que o Vice-Presidente nos traz pode ser encarada por nós ou não. O que eu estou propondo – estou endossando a proposta do nosso Vice-Presidente – é que a encaremos. Ou seja, que tratemos dessa tarefa com a mesma disposição que nós estamos tratando essas outras tarefas que nos foram impostas pelos ossos do ofício, pela razão de ofício aqui dos Deputados. Qual é essa tarefa? Essa tarefa não é nossa; essa é uma demanda social, inclusive com encaminhamento já com Adin. Esse debate não é novo, sobre a regulação do art. 220.

Então, eu proponho, muito concretamente, que nós criemos uma comissão para isso, para tratar desse tema. Eu me proponho a fazer esse debate com quem quiser fazê-lo. Nós o fazemos dentro da comissão e apresentamos para este Plenário, e este Plenário vai dizer se não se chegou a nada, ou que não é possível, ou que o esforço é muito grande, enfim. Mas nós não o devemos interditar. Ou seja, nós devemos compreender que ele pode ser, ao lado de toda essa tarefa, um catalisador importante, que atribuirá a este Conselho e a este momento histórico um papel que nos parece estar sendo cobrado há algum tempo e que não acontece – insisto nisso – não por preguiça ou qualquer outro tipo de descuido, mas por pressões e vontades políticas.

O que nós estamos propondo é que façamos essas vontades políticas se expressarem aqui. Este é o local. Este é o local que antecede o

grande debate, o grande local, que é a Câmara dos Deputados, que é o Plenário onde os nossos representantes políticos farão o debate – e, certamente, muito melhor do que nós. Mas é nossa tarefa subsidiá-los com uma radiografia – é para isso que nós estamos aqui – das vontades políticas que compõem este País, apresentando a eles onde estão os nós, onde estão os problemas. Nós podemos fazer isso.

Então, proponho concretamente, Presidente, que façamos uma comissão. Eu sei que está fora do tempo, fora da nossa rotina, mas dada a importância do debate. E eu me proporia, com outros Conselheiros que se dispuserem a levar em conta esse debate e apresentar um resultado daqui a algum tempo. E, inclusive, pode ser que o resultado seja que não há como fazer, que não há subsídio, que não é possível, que constitucionalmente não dá, enfim. Mas proponho que nós não interditemos o debate.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Talvez pudéssemos discutir isso após o almoço. Poderemos colocar a questão, discutir, ouvir os Conselheiros e tudo mais, verificar se é mesmo viável ou não essa comissão.

Vamos ouvir o Conselheiro Slaviero, para concluirmos a parte da manhã, e depois do almoço continuaremos.

O SR. DANIEL PIMENTEL SLAVIERO – Presidente, só a última reflexão antes de nós irmos, como o senhor mesmo orientou, para o almoço.

Eu queria utilizar um gancho do seu comentário, Presidente, que é a preocupação da repercussão dos trabalhos do Conselho de Comunicação na imprensa em geral e nos veículos de comunicação.

Se nós relembrarmos, os dois momentos em que nós tivemos as maiores repercussões foi quando foi analisado o relatório sobre as biografias, sobre os projetos sobre biografias e, também, sobre o projeto de lei sobre direito de resposta. Portanto, à medida que nós formos produzindo os relatórios e as análises dos projetos, a repercussão nos veículos de comunicação será consequência natural.

Então, nós já temos um ponto de partida muito importante: as comissões estão montadas, os coordenadores estão designados, já há uma relação de projetos de lei para serem analisados. O que nós precisamos é que os coordenadores comecem a dividir isso entre as suas comissões e façam a análise. E aí eu proponho, sem desconsiderar a proposta do nosso Vice-Presidente Fernando César Mesquita, que nós analisemos essa sugestão e eventual criação de outra comissão para isso num segundo momento, depois que essas comissões já começarem a trabalhar, a analisar e a trazer aqui seus pareceres sobre os diversos projetos de lei.

Foi nesses dois momentos e nas audiências públicas para as quais convidamos autoridades e representantes de diversos setores que houve as maiores repercussões na imprensa do trabalho do Conselho.

Então, o fato é voltarmos após o almoço ao trilho, que é fazer com que as comissões produzam e os coordenadores dividam as relatorias, os projetos, os temas e assim por diante.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – As comissões já estão definidas, com seus coordenadores e participantes; os temas que as comissões vão trabalhar também já estão repartidos – e os que eles tinham sobrepostos já estão resolvidos. Agora nos falta justamente definir as reuniões, representações e os encaminhamentos, que faremos logo depois do almoço. Desta vez, o almoço será aqui mesmo, no Restaurante dos Senadores, já que foi reinaugurado.

Então, agora nós suspendemos a reunião e voltamos às 14 horas aproximadamente.

Bom almoço.

(Iniciada às 11 horas e 30 minutos, a reunião é suspensa às 12 horas e 58 minutos e reaberta às 14 horas e 28 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Vamos retomar nossa reunião de hoje, com meia hora de atraso, devido ao almoço.

Ficamos de concluir a questão das comissões. Temos já os temas, já não estão mais sobrepostos, temos já os coordenadores. Temos que ver justamente a sugestão de reuniões, o dia da reunião das comissões, e também, se possível, já tentar agendar uma data para exposição das conclusões, das ideias, das propostas das comissões para o Conselho, tendo em mente que estamos em contagem regressiva de tempo, de tal maneira que possa cada comissão expor algumas propostas para o Conselho neste próximo ano.

A ideia que tínhamos no início colocado é de aproveitar toda primeira segunda-feira de cada mês, além da questão virtual, através de *e-mail* e tudo mais, para, na parte da manhã, de 9h30min até 12h30min – precisamos de uma hora de almoço ou mais, já vimos hoje – reunir as comissões e, das 14 horas, como é o horário previsto no Regimento, às 17 horas, a reunião do Conselho.

Havia também a proposta do Conselheiro Schröder de ter alguma reunião intermediária em outro dia e horário para discutir alguma questão de maneira presencial, não apenas virtual.

Uma primeira proposta é que as próximas reuniões do Conselho sejam das 14 horas às 17 horas, como é previsto, e a parte da manhã seja das comissões. Essa é a primeira proposta.

Depois, há outra ideia de outra data para as comissões trabalharem.

Em discussão. (*Pausa.*)

Conselheiro Jobim.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Sr. Presidente, sobre a questão dos trabalhos das comissões, em primeiro lugar, acho excelente a proposta de que sejam aproveitadas as segundas-feiras pela manhã para as comissões trabalharem. Acho que isto seria excelente, se os Conselheiros se

programassem para passar o dia em Brasília, aqueles que não são daqui, porque aproveitaríamos os recursos do próprio Senado Federal, do Congresso Nacional, que existissem nesta Comissão, de trazer os conselheiros, para já haver um trabalho presencial das comissões, sem prejuízo, como o senhor colocou, das reuniões virtuais.

Em segundo lugar, a questão de datas e propostas, acho que vai depender do andar da carruagem de cada comissão. Como uma sugestão, eu me proporia, pelo menos na comissão que coordeno, tão logo terminasse esta reunião de hoje, em que tivéssemos definidos esses temas, a fazer uma distribuição de participação, para poder elencar prioridades dentro daqueles temas e já tentar fazer, digamos, um prognóstico de datas, ou seja, de tentativas de como trabalharíamos, porque é muito difícil dizer hoje: "A comissão tal vai apresentar o tema A, B e C no dia tal". Isso é impossível, porque sequer a Comissão se reuniu para discutir isso.

Então, como sugestão, pelo menos eu faria assim na comissão que coordeno, mas sugeriria para as outras que o senhor delegasse aos coordenadores que enviasse à sua pessoa e à comissão justamente essas pretensões já futuras, ou seja, de que, no dia tal, teremos projetos A, B e C.

Acho que não temos como hoje fazer – digamos assim – um relatório final, como prever uma data para o relatório final de todos os temas a serem discutidos nas comissões.

O que acho que seria mais produtivo seria a comissão se reunir, elencar os temas prioritários, distribuir relatorias e combinar: vamos começar por estes três ou quatro projetos, e aí, sim, podemos destinar uma data futura, para trazer um trabalho para o Plenário, distribuído previamente. Acho que é muito importante distribuir os trabalhos previamente a todos os Conselheiros, para pouparmos o tempo de leituras ou coisa do gênero e já entrarmos no debate em si.

Eu não vejo como já apontar datas para frente. Agora, poderia me comprometer com datas: por exemplo, vamos ter pelo menos uns dois projetos no mês de novembro, uns dois projetos no mês de dezembro. Isso teria como acontecer, porque é só trabalhar na comissão e fazer, mas já elencar pontualmente, acho muito difícil.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Nós poderíamos sugerir que, na reunião de dezembro, na última reunião do ano, cada comissão já apresentasse uma possibilidade de apresentar suas propostas para 2014, a partir de fevereiro.

Em dezembro, acho que as comissões já se reuniram, já conversaram. Talvez, algumas comissões teriam de fazer isso logo, porque senão não haveria tempo de todo mundo apresentar uma vez por mês.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Talvez fosse conveniente estabelecer que pelo menos um tema de cada comissão fosse apresentado nessa reunião de dezembro. Acho que isso é factível.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Não, não estou pensando em apresentar um tema, mas em dezembro apresentar...

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Não. Eu que estou sugerindo, Sr. Presidente, que as comissões se comprometessem a pelo menos um dos temas já trazer para uma apresentação na reunião de dezembro e, juntamente com isso, um cronograma para 2014. É uma sugestão, a não ser que tenhamos já uma pauta definida em dezembro, que fosse mais importante.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Não, não há. Bem, então podemos pedir – um minutinho só – o consenso do Conselho em que nossas reuniões, na primeira segunda-feira, passem a ser como está no regulamento, no Regimento, das 14 horas às 17 horas, e que, na parte da manhã, os coordenadores de comissões marquem suas reuniões e avisem à assessoria se é necessário espaço ou não, de tal maneira que se aproveita a primeira segunda-feira, que todo mundo já tem livre, para poder vir a Brasília ou para estar aqui em Brasília.

Podemos colocar essa questão como resolvida? Todo mundo concorda? *(Pausa.)*

Agora, para outras datas, creio que então poderíamos deixar que cada coordenador visse as datas possíveis e necessárias para a sua reunião presencial, além das virtuais, e contratasse a assessoria para reservar, aqui, em Brasília – como, no caso, aqui no Senado –, sala, dia, local, hora e tudo mais para a reunião extraordinária, além daquela da segunda-feira. Vou deixar ao encargo de cada coordenador, para que não haja no mesmo dia para todo mundo, mas conforme a necessidade de cada comissão. Podemos também resolver dessa forma? *(Pausa.)*

Pois não, Conselheiro Nascimento.

O SR. JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO – Eu quero fazer um pedido aos demais Conselheiros que participam das comissões que efetivamente contribuam, porque senão vai ficar sendo um trabalho só do coordenador. E se for para ser um trabalho só do coordenador, é fácil. Faz-se em uma semana. Agora, o importante desse trabalho é a participação de todos nas comissões. Eu estou falando por todas, porque nós sentimos certa dificuldade, eu em particular, em proposições, enfim, em alguma coisa que desse o encaminhamento. Eu tomei a liberdade de mandar um *e-mail*, porque não vinha nada e nós tínhamos um prazo; eram 20 dias de prazo.

Então, nesse sentido eu quero reforçar aqui a participação dos demais Conselheiros que estejam inscritos nas comissões.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Toda primeira segunda-feira do mês é possível, porque já estaremos aqui todos normalmente, a

não ser por uma razão ou outra. Agora, a reunião extraordinária que cada coordenador vai marcar precisa ser avisada com certa antecedência, e os pares vão verificar as possibilidades.

Ficou combinado que a assessoria providencie locais e a passagem para que venham. Isto podemos dizer.

Agora, a questão que o Conselheiro Jobim coloca de, em dezembro, cada comissão apresentar um tema é uma sugestão, é outro assunto.

O Slaviero quer falar antes, parece-me.

O SR. DANIEL PIMENTEL SLAVIERO – Presidente, a minha sugestão é a da reunião das subcomissões. O senhor já abordou a minha sugestão.

O SR. JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO – Dezembro... A ideia satisfaz? É fácil? Não é possível? É inviável? É viável?

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Sr. Presidente, na verdade, a sugestão é também um apelo. A gente vê muitas vezes aqui até discursos de críticas, que estamos trabalhando, que querem interditar o debate ou coisa do gênero, mas que façamos, ou seja, que pelo menos as comissões se comprometam a, em dezembro, ter uma pauta. Acho que caberia à Presidência estabelecer um tema, um tempo de apresentação – somos cinco comissões. Com isso já esgotaríamos a pauta ou para apresentações ou para início de um debate. Acho que já é uma questão de ocupar a agenda, a pauta de dezembro não necessariamente com o tema mais prioritário, porque muitas vezes o tema mais prioritário vai demandar mais reuniões e mais debates internos, mas que pelo menos um tema já seja trazido, um de cada Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Em debate a questão. *(Pausa.)*

Conselheiro Slaviero.

O SR. DANIEL PIMENTEL SLAVIERO – Sr. Presidente, isso poderia ficar, como o Conselheiro Jobim já disse, a título de sugestão, ou seja, que a obrigação de cada Comissão fosse trazer para dezembro um plano de trabalho para 2014. As comissões que estiverem mais avançadas, com relatórios podem trazer um tema a ser debatido. Estou dizendo isso porque eu estou acompanhando aqui. Se pegarmos a Comissão de Tecnologia, Informação e Comunicação, do nosso Conselheiro Ronaldo Lemos, veremos que tem menos itens e que, por exemplo, o marco civil da internet e a universalização são temas em que se pode avançar com mais rapidez ou mesmo a do Conselheiro Jobim. Outras como a do Conselheiro Gilberto Leifert demandam talvez um trabalho, uma sistematização, pelo volume de projetos que aborda essa comissão serem mais complexo. Então, que em dezembro se tenha a obrigação de trazer um plano de trabalho. E as comissões que estiverem já maduras que tragam pelo menos um tema para debater.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Em função da manifestação do Conselheiro Slaviero, faço uma readequação à minha proposta. Que cada comissão envie à Mesa, pelo menos, já que estarão aptas a apresentar em dezembro determinado tema, diga qual é esse tema. E que a Mesa prepare a agenda de acordo com as prioridades que são óbvias, ou seja, há temas mais importantes e menos importantes. E que cada coordenador explicasse qual é, digamos, esse *time*. Isso aqui é muito importante. Por exemplo, o setor do marco civil da internet, pois estão prestes a votar esse tema, é muito importante que a gente avance. Com essa justificativa de prioridade, a Presidência elenca a pauta, que pode ser de todos os temas, um de cada tema, um de cada comissão, ou pode dizer: "Não, esse tema merece uma reflexão maior. Vamos tratar só de dois temas e deixar os outros para a primeira reunião de 2014".

Confiamos no seu discernimento.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Mas, ao mesmo tempo, poderíamos, em dezembro, colocar o tempo de um projeto para 2014, de todas as comissões de tal maneira que, mesmo apresentando algum tema específico em dezembro, pudesse apresentar para 2014 o seu projeto. Assim, até junho de 2014, todas as comissões teriam apresentado as suas propostas para que o Conselho possa justamente votar, verificar e decidir tudo mais, não é?

Pois não.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Até agosto, mas acho que deixar tudo para agosto é complicado, não é? Há junho, julho é mês de férias e agosto ficaria só para fazermos a festa de despedida. (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Julho também tem? Em janeiro não tem expediente. Só em fevereiro.

O SR. ALEXADNRE KRUEL JOBIM – Fizemos uma readequação no Regimento interno que, salvo engano, contemplava os recessos de janeiro e julho. Excluímos o de julho porque o Congresso Nacional já retirou o recesso de julho. Até 17, caberia o recesso constitucional.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Acho que agosto poderia ficar um pouco mais para avaliação do Conselho, os passos dados, ver em que progredimos. E deixaríamos para o futuro as questões mais nesse sentido. Brinquei acerca da festa de despedida, mas seria para uma avaliação do Conselho sobre os passos dados. Faríamos um elenco do que foi resolvido e do que não foi para deixar para depois que vencer o nosso mandato.

Concedo a palavra primeiramente para a Liliana e, depois, ao Nascimento.

A SRª LILIANA NAKONECHNYJ – Boa tarde. Eu até gostaria de apoiar essa proposta de priorização em termos de urgência ou de preparação dos temas. Existe até um tema para o qual chamo a atenção dos senhores. O Roberto

Franco, meu companheiro engenheiro, aqui da cadeira de Engenharia, da Comunicação Social, pediu para incluir na pauta da Comissão de Tecnologia, Informação e Comunicação o tema dos 700MHz. Não sei se os senhores estão acompanhando, mas esse tema refere-se ao compartilhamento da faixa de televisão, de UHF, hoje canais de televisão, por sistemas de telefonia móvel, ou seja, Sistema 4G.

Esse tema, parece-me, é um pouco urgente de conversarmos aqui porque a sociedade brasileira de engenharia de televisão está investigando tecnicamente esse tema e tem visto que é bastante provável que, se não forem tomadas algumas providências muito importantes, a entrada do 4GLTE impeça as pessoas de verem televisão aberta. Por quê? Porque vai causar interferências que congelam a tela e a tornam preta.

Esse é um tema cujo adiantamento e discussão considero bastante importante aqui, no Conselho de Comunicação Social. Assim, poderíamos entender o que vai acontecer, porque, como a televisão aberta é um dos meios muito importantes da comunicação social – até o Conselheiro Schröder comentou sobre a discussão feita aqui em relação à digitalização – seria muito ruim se houver, de uma hora para a outra, a impossibilidade de ela continuar. Então, eu gostaria de apoiar até, vamos dizer, uma certa priorização por parte das comissões de assuntos que ou sejam mais urgentes ou que estejam mais preparados para serem discutidos.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Nascimento, dê licença ao Ronaldo, porque talvez o assunto esteja mais ligado.

O SR. RONALDO LEMOS –Sr. Presidente, só para anotar. A sugestão ao Conselheiro Roberto Franco foi recebida. Esse tema está incluído na pauta da Comissão de Tecnologia de informação e Comunicação, e vamos dar andamento prioritário para esse tema. Faço uma observação: a Comissão ficou deliberadamente com um número pequeno de temas, justamente para ter este objetivo da praticidade, de se conseguir avançar nos temas que foram incluídos. Então, quando eu fiz a listagem, eu incluí temas que são amplos no seu debate, na sua cobertura, mas que são pontuais no sentido de se buscar um avanço. E esse tema que a Conselheira Liliana acabou de mencionar está inserido como prioridade.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Sem dúvida, é uma questão complexa e, ao mesmo tempo, urgente.

Conselheiro Nascimento.

O SR. JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO – Presidente, eu tenho uma preocupação que eu acho que eu tenho que externá-la agora, por conta de agosto.

A expectativa da sociedade civil, de uma forma geral, tanto empresarial quanto não empresarial, é de que o Conselho continue o seu trabalho. Então, eu espero que a gente não saia em agosto e ele feche as portas como

ocorreu no passado. Eu não sei de que forma nós poderemos acelerar o processo de escolha, enfim. É uma coisa que estou pensando alto aqui neste momento, para a gente já tomar cuidado. A gente sai, fecha a porta e aí mais seis, sete anos para voltar a funcionar o Conselho.

É essa a preocupação. Eu não sei se é pertinente, mas é uma preocupação que eu tenho no momento.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Inclusive hoje eu cobrei a questão dos Conselheiros que estão faltando também, que ainda estão discutindo esse assunto no Senado, no Congresso também.

Conselheiro Jobim.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Sr. Presidente, este tema dos 700MHz, me passou aqui, é muito importante por vários motivos. O primeiro deles – e daí a urgência – é que, dependendo da forma, os 700MHz – me corrija se eu estiver errado, Conselheira Liliana – envolvem também, de uma certa forma, o chamado *switch-off*, que é o desligamento, ou seja, o apagão analógico. Dependendo de como isso acontecer, a destinação de faixa etc., pode prejudicar, na verdade, a população brasileira, pois algumas localidades podem ficar inclusive sem televisão analógica, tendo que fazer investimento. Eu não sei se seria o caso, eu não digo de uma audiência pública, mas um convite, eu acho que seria o caso de, com uma proposta objetiva, talvez na reunião de novembro – para a qual não temos ainda uma pauta definida –, chamarmos o Ministério das Comunicações, a Anatel e a SET, que é a Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão, para ouvirmos a respeito desse tema e, assim, que tivéssemos a chance, nós, Conselheiros, de debatermos um pouco, não em forma de audiência pública, mas para debatermos, esclarecermos melhor o tema inclusive para deliberarmos. Na verdade, adiantaríamos o trabalho da Comissão que está sendo coordenada pelo Ronaldo. Acho que seria a sugestão.

O SR. RONALDO LEMOS – Eu compartilho da sugestão do Conselheiro Jobim. Concordo.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – É interessante que nós façamos esta audiência na próxima reunião de novembro sobre a questão dos 700MHz.

Todos concordam? (*Pausa.*)

Qual Conselheiro ficaria responsável por essa organização?

O SR. RONALDO LEMOS – Posso ficar responsável, junto com o Conselheiro Jobim, se for o caso, de organizar.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM (*Fora do microfone.*) – Eu acho que talvez a Conselheira Liliana seja a mais indicada.

O SR. RONALDO LEMOS – Sem dúvida.

A SRª LILIANA NAKONECHNYJ – Eu posso ajudar também nessa organização, Conselheiro Ronaldo.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Então, muito bem. Já temos talvez dois temas para novembro: a questão da nossa participação ou discussão sobre liberdade de expressão e, depois, os 700MHz.

O SR. RONALDO LEMOS – Sr. Presidente, já fazendo uma sugestão prática de solicitar à Secretaria que já possa preparar os convites a serem enviados. Eu acredito que essa é a grande tarefa por agora e nós ficamos à disposição para quaisquer outras providências posteriores.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Os convites serão feitos para... O Conselheiro Jobim tinha dado a sugestão de três nomes:

O SR. JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO (*Fora do microfone.*) – Anatel, SET e Ministério das Comunicações.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Eu acho que se tem de enviar um convite a quem de direito, ou seja, ao Ministro de Estado das Comunicações para que enviasse um representante do Ministério; ao Conselheiro João Rezende, Presidente da Anatel que enviasse um representante do Conselho Diretor; e ao Presidente da Sociedade de Engenharia, Olimpio Franco, para que pudesse explicar justamente o mote.

Só que a gente teria que preparar – eu acho que o Ronaldo e a Liliana podem preparar – qual é a ementa do que a gente espera, ou seja, ouvir, na verdade, esclarecimentos sobre 700 mega-hertz, como está a discussão na regulamentação, como a população brasileira pode ser afetada. Coisas do gênero que interessam à comunicação social brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Nosso Vice-Presidente.

O SR. FERNANDO CESAR MESQUITA – Tenho uma observação com relação à Anatel. Não sei se deve ser dirigida ao João Rezende, pois o mandato deles só vai até o dia 1º de novembro.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Mas acho que ele é que responde pela Anatel, Vice-Presidente. Acho que ele tem que enviar... Por isso que falei para dirigir a frase a quem de direito. Ou seja, a gente envia a ele e ele vai designar alguém. Se por acaso for ele, a reunião é que dia? Três de novembro.

Quatro. Pode ser que ele seja reconduzido até lá, não sei.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Conselheira Liliana.

A SRª LILIANA NAKONECHNYJ – Uma sugestão seria talvez fazer um convite à Comissão de Tecnologia do Senado, acho que poderia também ser interessante a participação.

Não sei se um outro órgão que está muito envolvido é o órgão das empresas de telecomunicações, aí já é um órgão que também... Telebrasil ou SindiTelebrasil podem estar também envolvidos. Poderíamos perguntar como eles imaginam. Esse assunto será conduzido também, porque, afinal de contas, é uma outra parte bastante interessada.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Conselheiro Schröder.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Acho importante essa possibilidade de debate, mas tenho impressão, Conselheiros, de que neste momento... Eu também estava tentado a colocar os interesses, ou seja, televisão pública, como entra... Aí entra a televisão comercial. Acho que, neste momento, seria interessante que ouvíssemos a proposta da utilização desse espaço. Acho que os Conselheiros que vão coordenar poderiam incluir na demanda para nós ouvirmos aqui isto: qual é a participação da telefonia? Como fica a radiodifusão e os espaços de televisão pública? Hoje estamos reunidos, vamos fazer um debate sobre isso, enfim, mas que respondesse a isso. Acho que, num outro, se for o caso, poderemos ouvir essas pessoas que estão interessadas, digamos, no processo, senão fica grande.

O SR. FERNANDO CESAR MESQUITA – É porque o sindicato das empresas de telecomunicações é o maior interessado nisso.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Então, seriam quais convidados? Você está dizendo que serão alguns e não todos que foram mencionados aqui?

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Não, acho que a proposta feita pelo Conselheiro Jobim me parece correta do ponto de vista de que é o Estado falando. Ou seja, num outro momento, poderíamos ouvir.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM (*Fora do microfone.*) – Não é uma audiência pública, são esclarecimentos de partes...

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Acho que seria interessante ouvirmos outros. Nós vamos ter os contraditórios nas falas.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Está claro para o Conselheiro Ronaldo e para o Conselheiro Jobim quais são os convidados?

O SR. RONALDO LEMOS – Sr. Presidente, pelo que eu entendi, são os três convidados originários que foram propostos pelo Conselheiro Jobim, não é isso? SET, Anatel e Ministério das Comunicações.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – A Conselheira Liliana concorda dessa forma?

A SRª LILIANA NAKONECHNYJ – Concordo, acho que há uma ponderação correta do Conselheiro Schröder.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Acho que a ponderação do Schröder é correta. Preocupa-me só a questão de como estão convidando a SET (Sociedade de Engenharia), querendo ou não, é uma sociedade dos engenheiros, por isso que veio provavelmente a proposta da Liliana de ouvir as empresas das telecomunicações. É importante ouvir a SET, porque ela conhece o problema, o efeito que vai ocorrer. Não estaria aqui a representação das emissoras de televisão ou de outros interessados. Não estão aqui os interessados na faixa que será deslocada, mas sim um esclarecimento técnico para nós, ou seja, o Estado

falando e esses representantes da engenharia falando quais são os efeitos? É para esclarecimento, ou seja, é o convite de uma apresentação, não uma audiência pública.

Para uma audiência pública, aí sim teríamos que convidar todos os *players* e aí acho que demandaria muito mais tempo. A experiência que nós tivemos naquela última da Anatel, que demandou um dia inteiro, umas sete horas de sessão.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Conselheiro Leifert.

O SR. GILBERTO CARLOS LEIFERT – É só um esclarecimento. Acho que justifica a Sociedade de Engenharia em razão de ter assento no Conselho, é um órgão que já colabora com o funcionamento do Colegiado. Não se espera que venha com uma visão peculiar, mas uma visão técnica a respeito do tema que se vai debater.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Então, não seria uma audiência pública, mas sim uma consulta.

O SR. RONALDO LEMOS – Correto, Sr. Presidente. Se fosse audiência pública, a gente precisaria seguir a regra regimental de contraditório, e não é esse o caso.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Então, aprazo aos Conselheiros para, na reunião do próximo mês, discutirmos esse assunto também.

Sobre a mesa, tenho um requerimento que será lido por esta Presidência.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº...

Sr. Presidente do Conselho de Comunicação, com fundamento no art. 31 do Regimento Interno deste Conselho de Comunicação Social, requeiro, com o apoiamento dos Conselheiros abaixo relacionados, em razão de se poder dar conta do debate existente neste Colegiado, a criação de comissão de relatoria, com objetivos da produção de reflexão, sistematização de propostas e eleição de prioridades para uma futura regulamentação do art. 220 do capítulo da Comunicação da Constituição do Brasil.

Nos termos supra, peço deferimento.

Brasília, 07 de outubro de 2013.

Assinam os Conselheiros Celso Schröder; Cançado; Ronaldo Lemos; Fernando César; Nascimento Silva; Jorge Coutinho e Gerace.

Passamos a palavra ao Conselheiro Celso Schröder para encaminhamento da discussão.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Presidente, eu acho que o debate já foi iniciado e os argumentos já foram feitos. Eu só queria reafirmar e identificar nesse pedido um espaço de debate mesmo. Ou seja, parece-me que

nessa referência a uma futura legislação está bem dado o tempo do verbo, ou seja não seremos nós, obviamente, que o faremos. Mas que nós iniciássemos a possibilidade de debate sobre isso e nos debruçássemos sobre esse tema.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Vamos ao Conselheiro Jobim; depois, o Conselheiro Slaviero, seguido pelo Conselheiro Leifert.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Sr. Presidente, eu discordo não da criação da comissão, mas do momento da criação dessa comissão. Eu acho que essa comissão é proposta para sistematizar justamente esses pontos, mas são pontos que nós sequer discutimos no âmbito das comissões, muito menos no âmbito do Conselho de Comunicação Social. Então, eu acho prematuro criar uma comissão para sistematizar algo que não está sequer posto.

A minha sugestão seria de não acatar essa proposição e a deixar pendente para depois que nós tivéssemos alguns produtos de conteúdo examinados tanto pelas comissões quanto deliberados pelos conselhos. Aí, sim, em função desses resultados, pudesse ser feito uma consolidação desses estudos *vis-à-vis* e aí, sim, a proposta original do Conselheiro Schröder.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Vamos ao Conselheiro Slaviero.

O SR. DANIEL PIMENTEL SLAVIERO – Sr. Presidente, acrescentando ao ponto que o Conselheiro Jobim acabou de mencionar, eu só queria fazer uma reflexão, e isso já foi dito aqui, que este Conselho está há um ano e um mês com os seus mandatos vigentes e as comissões temáticas, organizadas e eleitas, ainda não começaram a funcionar efetivamente.

Então, parece-me um contrassenso nós criarmos mais uma comissão, mesmo que seja uma comissão *ad hoc* de relatoria, sem prejuízo de ela vir a funcionar no futuro, até porque o tema é bastante relevante, mas criar-se uma sexta comissão sendo que as cinco primeiras ainda não começaram a produzir, não renderam nenhum fruto, parece-me uma iniciativa um pouco extemporânea, volto a dizer, sem julgamento do mérito da questão.

Além disso, muito desses pontos acho que muito do ímpeto do que será analisado está intrinsecamente ligado à Comissão de Marco Regulatório. Então, nós vamos ter um retrabalho, uma redivisão dos membros, dos Conselheiros, de trabalho, sendo que nem a Comissão do Marco Regulatório, que é guarda-chuva desse contexto que, no limite, abarcaria essa discussão não começou a funcionar.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Conselheiro Leifert.

O SR. GILBERTO CARLOS LEIFERT – Até corroborando a intervenção do Conselheiro Daniel, Sr. Presidente, a minha visão a respeito é a de que nós deveríamos dar o voto de confiança à Comissão do Marco Regulatório, que tem a seu cargo a discussão mais ampla de todos os temas tratados pela

Constituição Federal e por iniciativas legislativas a ela subordinadas e que devem conformidade à Constituição.

Penso que nós teremos, sim, uma dispersão de energia e atenção que poderia ser evitada mediante a concentração dos esforços na Comissão do Marco Regulatório.

Gostaria ainda de pedir ao Conselheiro Schröder que, ao encaminhar o tema, também fizesse a leitura dos temas que constituíram escopo desta Comissão, como demonstração de que estão, sim, inseridos no âmbito da Comissão do Marco Regulatório.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Conselheiro Nascimento Silva.

O SR. JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO SILVA – Conselheiros Slaviero, Jobim, Leifert, me desculpem, mas eu entendo que, por tudo que nós já fizemos, a Comissão já está andando. O que faltava era dar o pontapé inicial, ou seja, esta reunião de hoje, que já poderia ter acontecido, mas, na cabeça de cada um de nós, já sabemos o que vamos discutir e o que vamos pontuar em relação à questão do conteúdo, do marco regulatório, enfim.

O que se precisava era dessas coisas *pro forma*, tempo... Mas, desde o inicio, nós tínhamos um objetivo a essa comissão. E não se pode dizer que ela ainda não foi colocada, que não houve essa preocupação e que o trabalho dela só vai começar a partir de novembro, ou a partir de dezembro, quando vamos elencar um ponto aqui para debater.

Os pontos de que estamos falando nós já estamos debatendo há anos. Pelo menos nós, da sociedade civil, não empresarial Há anos, nós vimos conversando, ouvindo a sociedade, ouvindo as pessoas e os desejos dessas pessoas de que a gente mude algo. Então, acho que não dá para dizer que essa comissão está começando a funcionar agora.

Volto a insistir que a comissão que ora estamos propondo, para mim, vai ser um estímulo a mais, para trabalhar, pesquisar e botar em prática tudo aquilo que nós já havíamos discutido lá atrás.

Evidentemente que nem todo mundo está nesse processo. Acho que vocês não devam estar nesse processo, à frente desse trabalho, mas são mais de 20 anos em que a gente está discutindo a questão da comunicação. Ela só não é pública, ninguém deu a importância que nós estamos dando agora. É nesse sentido que eu gostaria...

O SR. GILBERTO CARLOS LEIFERT – O senhor me permite um aparte? (*Pausa.*)

A ideia da exclusão de partes no processo é ditatorial e inconveniente. Nós temos de lutar aqui para que todos tenham voz, oportunidade e não comissões que possam prescindir de legítimos interessados na discussão dos temas. Eu gostaria que o senhor reconsiderasse a sua posição – se eu bem a entendi de que alguns de nós não deveriam participar dessa discussão.

O SR. JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO SILVA – Muito pelo contrário. O meu apelo é para que vocês abracem a comissão, que vocês participem da comissão. O que eu estou tentando aqui falar, com muita dificuldade falar, porque tem que usar palavras; se fosse do outro jeito, já tinha falado, já tinha mandado o recado, já estava tudo certo. Mas a gente fica preocupado em não ir além do que o pensamento permite, do que as palavras não chegam da forma como deveriam.

Mas o objetivo, o que eu estou querendo dizer é que a participação de vocês é de fundamental importância, mas para ter a participação de vocês, vocês têm que aprovar e vir e haver consenso. É o que eu estou querendo aqui. O consenso da Comissão.

Tenho certeza de que vamos vencer isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Conselheiro Schröder.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Para tentar encaminhar.

Esta Comissão não pretender ser um corpo estranho ao trabalho. Ao contrário, eu relatava ao Conselheiro Slaviero que essa posição que ele assumiu agora e reivindica para a Comissão de Marco Regulatório foi exatamente a proposta que eu fiz na última reunião. Exatamente a proposta que eu fiz. Em nome do foco, em nome de nós nos encaminharmos para produzir em torno de algo que nos permitisse sairmos do pantanal dos duzentos e tantos projetos de lei que nós temos era escolhermos alguma coisa. E eu pretendia atribuir à Comissão de Marco Regulatório a dimensão que ela tem, embora ache que a regulamentação do art. 220 está além, por fora do marco regulatório. Acho que o marco regulatório é um conjunto de regras onde essa regulação da Constituição brasileira será uma das partes.

Isso não foi aceito, isso foi encaminhado de maneira diferente. Isso, sim, foi encaminhado e eu aceitei essa tese. Neste momento, o que volta é criarmos não uma supercomissão, mas uma comissão que dê conta desse trabalho, sem – e eu tenho certeza de que não faremos isso – perdermos os trabalhos feitos até agora, sem perdermos o foco do que já foi distribuído e dando conta dessa preocupação, que me parece ser uma preocupação que apareceu nesse momento. Aqui foi verbalizada nesse momento, o que, do nosso ponto de vista, permite focar o nosso trabalho. E terá a velocidade que nós conseguirmos imprimir.

Sobre os temas, Conselheiro Leifert, que elas devem abordar, acho que deveremos ter o tempo que as comissões tiveram para fazer a sua seleção, ou seja, se o Conselheiro permitir, aprovada esta Comissão, na próxima reunião nós traremos os temas elencados que darão conta disso. Inclusive, muitos deles já estão no rol do que nós trabalhamos. Aí, sim, teremos que fazer um esforço e retirar aquilo que for pertinente ao art. 220 e trazer para cá. É um trabalho a mais para nós que estamos aqui? Certamente, um pouquinho mais para a Secretaria,

que também terá que reintroduzir isso. Mas a Comissão proposta tem características, tem três coordenadores, tem um limite de atuação que não se equivale às comissões que nós acabamos de criar.

O SR. GILBERTO CARLOS LEIFERT – Presidente, Conselheiro Schröder, permita-me. Eu queria insistir. O enunciado do art. 220 da Constituição deveria fazer parte do seu encaminhamento, porque demonstrará que são matérias já inseridas no âmbito da Comissão do Marco Regulatório.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Conselheiro Jobim?

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Só para fazer um esclarecimento ao Conselheiro Nascimento. Uma coisa é ser contrário à criação de uma comissão. Aqui estamos externando os motivos e entendemos que não seria o caso. Na minha proposta foi inclusive questão de *timing,* ou seja, não seria o momento agora. Isso não significa dizer que, se criada for, que nós não atuaremos. O debate é de todos.

Eu até peço, por gentileza, aos demais Conselheiros que efetivamente participem, porque não adianta ficarmos com poucos Conselheiros sempre em coordenação, um trabalhando aqui outro acolá, se nós somos treze membros e alguns poucos realmente estão tentando empurrar o trabalho para frente. Então, faço um apelo aos demais, independentemente do número de comissões e dos trabalhos que forem criados. Faço um apelo a que todos participem efetivamente e não somente com a presença.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Está muito bem.

Encaminhada a discussão, já debatido, vou colocar em votação esse requerimento do Conselheiro Celso Augusto Schröder e demais pares que pediram.

REQUERIMENTO

Com fundamento no art. 31 do Regimento Interno deste Conselho de Comunicação Social, requeiro, com apoiamento dos Conselheiros abaixo relacionados, em razão de se poder dar conta do debate existente neste Colegiado, a criação de Comissão de Relatoria com objetivos na produção de reflexão, sistematização de propostas e eleição de prioridades para uma futura regulamentação do artigo 220 do Capitulo da Comunicação da Constituição do Brasil.

Esse é o requerimento.

Passamos, agora, à votação.

O SR. DANIEL PIMENTEL SLAVIERO – Presidente, um último aparte, antes de colocarmos em votação.

Eu volto a insistir no ponto de que é um desprestigio para as comissões temáticas isso, sem estarem funcionando ainda na sua plenitude. Mas fala o art. 220: "A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a

informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição."

Então, em tese, os temas atinentes a esse *caput* deveriam ser tratados na Comissão de Liberdade de Expressão. Ou seja, há uma comissão temática para tratar desse assunto.

§ 2º É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.

Então, também está dentro desse... Sem excessos, só para dizer se nós não estamos subdividindo os poucos esforços e as poucas mãos que temos neste Conselho para trabalhar.

E o último ponto, no § 4º: A propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias estará sujeita às restrições legais, nos termos do inciso II, e assim por diante.

Volto a dizer, Conselheiro Schröder, sem entender que isso seja mérito de uma discussão, mas os temas deste art. 220 da Constituição permeiam todas as comissões. Então, acho importante fazer este aparte, Sr. Presidente, antes de o senhor o colocar em votação, para ver se nos não estamos duplicando e concorrendo trabalhos e ações entre as próprias comissões.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Conselheiro Miguel Cançado.

O SR. MIGUEL ANGELO CANÇADO – Presidente, numa perspectiva de tentar acomodar aqui essas interpretações, simplesmente eu subscritei, até em respeito à ideia, mas, como coordenador da comissão do marco, eu consulto se não seria o caso, e aí eu consulto o Conselheiro Schröder que é proponente da ideia da criação da comissão e o Vice-Presidente Fernando César Mesquita que originou o debate em torno da edição de uma proposta para regulamentação do art. 220, se não seria, então, o caso de, abarcando todas essas ideias, afetar essa discussão diretamente à Comissão do Marco Regulatório, que já é integrada por tantos de nós aqui. Afeta à comissão, porque parece que há uma sintonia aqui, uma identidade de pensamento no sentido de que essa comissão é uma espécie de mãe, um guarda-chuva de tudo isso, será discutido no mesmo tempo, me parece, até por uma questão de praticidade.

É uma sugestão que faço. Uma consulta, sugestão, enfim.

O SR. CELSO AGUSTO SCHRÖDER – Conselheiro, eu acho uma boa ideia, embora nós estejamos fazendo uma inversão dramática. Ou seja, nós estamos colocando no mesmo patamar projetos de leis obviamente com uma dimensão e impacto menor e um artigo da Constituição brasileira.

O SR. MIGUEL ANGELO CANÇADO – Permita-me?

O SR. CELSO AGUSTO SCHRÖDER – Eu estou aceitando, eu acho que teríamos um impacto maior obviamente se fizéssemos isso, mas aceito a tese, até para encaminharmos, de que esse requerimento seja recolhido pela comissão e passe a ser um dos temas da comissão.

Eu não sei se os meus pares que subscreveram concordam, mas acho que, dessa maneira, trataríamos desse tema, embora com uma dimensão obviamente menor do que a desejada.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Conselheiro Alexandre.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Eu concordo com a posição do Conselheiro Cançado. É justamente isso que eu estava tentando dizer. Ou seja, não criarmos um retrabalho e um outro ponto. Então, concordo com o Conselheiro Cançado e com o Conselheiro Schröder.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Schröder concorda, então, passar esse requerimento para a Comissão de Marco Regulatório, presidida pelo Conselheiro Miguel Cançado? *(Pausa.)*

Então, retira-se a votação. Não precisa votar.

O SR. CELSO AGUSTO SCHRÖDER – Está retirado.

O SR. MIGUEL ANGELO CANÇADO – Não como a ideia da discussão, não é isso? Ela está sendo afetada à comissão que já existe.

O SR. CELSO AGUSTO SCHRÖDER – Quando fiz a consulta aos meus pares era isso, Nascimento. A proposta do Conselheiro Cançado é: em vez de criarmos uma comissão para fazer essa discussão, a Comissão de marco Regulatório acolhe esse debate para fazê-lo. Eu ressalto que isso, obviamente tem uma dimensão menor, mas me parece que encaminha para... Se não concordamos, mantemos o requerimento.

Eu fiz uma consulta aos pares porque, obviamente, eu mandei o requerimento, mas está subscrito e eu preciso...

O SR. MIGUEL ANGELO CANÇADO – Permite-me um aparte?

O SR. CELSO AGUSTO SCHRÖDER – Pois não.

O SR. MIGUEL ANGELO CANÇADO – Há uma cultura no Brasil, até em tom de pilheria, de que, quando não se quer resolver algo, cria-se uma comissão. Infelizmente, aqui mesmo no Congresso, tem-se um pouco esse sentimento nosso. O Vice-Presidente, com toda a sua experiência.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MIGUEL ANGELO CANÇADO – Ou se evita. Então, se criamos mais um órgão, um organismo dentro de nós que já somos um no contexto de assessoramento do Congresso, talvez seja um complicador. Então, acho que isso pode ser um foco fundamental, prioritário, para esta comissão que já existe e que é integrada por tantos aqui, quantos queiram ou quantos quiserem. Acho que é muito mais prático. Embora eu tenha subscritado e não estou retirando o meu apoio, apenas querendo dar efetividade à ideia bem-vinda.

O SR. RONALDO LEMOS – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Conselheiro Ronaldo.

O SR. RONALDO LEMOS – Concordo do ponto de vista prático que, se houver destaque dentro da Comissão de Marco Regulatório para o tema, dá quase, na prática, a mesma coisa desde que haja destaque dentro da comissão.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Porque praticamente quase todos fazem parte da Comissão de Marco Regulatório.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – A pergunta, então, para o Conselheiro Schröder.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – De alguma maneira, essa proposta acolhe, ou seja, vai ao encontro da minha preocupação na reunião anterior. Eu imaginava exatamente isto: que esse tipo de debate aconteceria nesse guarda-chuva, como chamou o Conselheiro Slaviero, que é a Comissão de Marco Regulatório.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – O Conselheiro Miguel Cançado aceita?

O SR. MIGUEL ANGELO CANÇADO – Sim, até porque sugeri que fizéssemos essa afetação.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Então, está prejudicada a votação.

Passo o assunto.

Pois não, Conselheiro Fernando.

O SR. FERNANDO CESAR MESQUITA – Concordo com o Conselheiro Cançado. Quando não se quer resolver nada, se cria uma comissão. A minha proposta inicial aqui foi exatamente efetividade, que cheguemos a conclusões e que elas sejam realmente bem elaboradas e tenham resultado e que consigamos dar uma resposta à sociedade brasileira para o tema principal deste Conselho, que é a comunicação social. Como foi salientado aqui, existem centenas de projetos de lei que não andam, a não ser que haja interesse específico de uma liderança ou do Governo. Essa questão do marco regulatório também é polêmica, porque envolve questões ideológicas, não aqui, mas fora daqui. Mas, para que haja realmente uma efetividade, uma praticidade, concordo também que seja inserido no estudo e que as propostas sejam inseridas dentro do marco regulatório.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Então, encerrada a discussão.

Podemos dar por encerrada a ordem do dia prevista e as que chegaram ao longo da reunião.

O SR. MIGUEL ANGELO CANÇADO – Na sequência, Sr. Presidente. O senhor já encerrou?

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Não. V. Exª pode...

O SR. MIGUEL ANGELO CANÇADO – Na sequência, Sr. Presidente, nas inscrições gerais, eu falo.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Está bem.

Passamos, então, à fase de comunicação dos Conselheiros, de acordo com o art. 39, §6º, do nosso Regimento Interno.

Consulto primeiro se algum Conselheiro gostaria de fazer uso da palavra para comunicações diversas e para sugestões de pauta para a próxima reunião.

Conselheiro Miguel Cançado.

O SR. MIGUEL ANGELO CANÇADO – Sr. Presidente, Srs. Conselheiros, acho que avançamos hoje em uma discussão pelo menos no sentido de buscar dar concretude a princípios e normas que estão no art. 220 da Constituição, mas é importante registrar que é um marco histórico da sociedade brasileira, da Nação, da República, que é o 5 de outubro acontecido no último sábado, os 25 anos da promulgação da Constituição cidadã, assim chamada por Ulysses Guimarães quando a promulgou. O então Presidente da República, José Sarney, convocou a Assembleia Nacional Constituinte, em 1985.

Gostaria de fazer uma proposição a este Colegiado, a este Conselho de que se fizesse aqui uma manifestação de registro desse momento histórico que vive o Brasil de 25 anos de democracia. É o período mais longo de democracia da história do Brasil. O Brasil viveu sete Constituições, e esta é uma Constituição analítica, ampla em todos os aspectos e merece de nós, como órgão auxiliar do Congresso Nacional, um voto de louvor a esse registro histórico. São as bodas de prata da Constituição de 1988, que conduz todos nós e que, com certeza, tem entre suas virtudes ter criado este Colegiado como órgão de assessoramento do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Pergunto aos Conselheiros se podemos fazê-lo. (*Pausa.*)

Esses votos são dirigidos para?

O SR. MIGUEL ANGELO CANÇADO – Uma manifestação ao próprio Congresso, às duas Casas e, sobretudo, aberto à sociedade como uma manifestação do Conselho de Comunicação Social.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Muito bem.

O SR. FERNANDO CESAR MESQUITA – Teria uma indagação ao Conselheiro Cançado. Já que a Comissão do Marco Regulatório vai fazer essa ideia de consolidação, teria então que estabelecer alguma norma, algum regulamento, ou alguma forma de trabalho para a Comissão do Marco Regulatório, já que ela acrescentou uma responsabilidade grande, agora.

O SR. MIGUEL ANGELO CANÇADO – Posso responder, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Pode.

O SR. MIGUEL ANGELO CANÇADO – Sim, eu até já conversei com a assessoria no sentido de fazermos, e a assessoria me prometeu – parece – ainda para esta semana uma triagem nesse contexto. E eu contei aqui rapidamente. Estou hoje com uma certa deficiência visual – fiz uma pequena cirurgia no olho – mas, no que consegui ver aqui, pude separar alguma coisa. Temos em torno de 60 projetos em tramitação.

Acho que excluímos isso e venho à Casa, assim que ele termine o trabalho, dizendo como vou fazer. É o que falei há pouco: venho à Casa para fazer a leitura de tudo isso, inserindo a ideia da suprapostura, em sintonia com a do Schröder, de regulamentação do art. 220 e vendo em que contexto se integram os projetos que já estão em andamento e, dentro deles até, se vamos inovar ou se vamos, neles próprios, no que já está com o texto, numa condensação dessas ideias, desses projetos, PECs e PLs que estão em tramitação, avançar no sentido da regulamentação do art. 220. É mais ou menos como penso.

Assim que a assessoria técnica me passe esse trabalho, eu farei, claro, replicar a todos para distribuir as tarefas. Agora, sem prejuízo, é claro, de que me demandem com ideias, sugestões. Essa sua propositura original, do debate que hoje travamos, é fundamental. Ela dá uma dimensão se o Conselheiro Daniel nos situou como guarda-chuva – e eu próprio repeti isso há pouco – de todo esse trabalho das cinco comissões. Acho que esse guarda-chuva fica ainda maior agora; fica um enorme sombreiro...

O SR. GILBERTO CARLOS LEIFERT *(Fora do microfone.)* – Um ombrelone.

O SR. MIGUEL ANGELO CANÇADO – Um ombrelone, me ajuda aqui o Conselheiro Gilberto Leifert. E aí, sim, tomara possamos dar concretude e repercussão ao trabalho do Conselho, usando o marco regulatório como marco fundamental do nosso trabalho. Disponho-me a isso, e tomara que meus pares me amparem para que cheguemos a esse patamar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Creio que, em dezembro, quando formos pedir projeto para 2014, e alguém apresentar algum tema, podem também ser colocadas essas questões com relação ao art. 220 e tudo o mais.

Bom, sugestões de pauta para a próxima reunião, temos já uma primeira, de ouvir sobre os 700 mega-hertz com três Conselheiros responsáveis: Ronaldo Lemos, Alexandre Jobim e Liliana.

Corresponde? *(Pausa.)*

Haveria também uma sugestão logo no início, de termos uma apresentação e uma pequena discussão sobre o Seminário de Liberdade de Expressão. Nossa participação, se isso é interessante ou não que se coloque, porque vamos ter, em dezembro, esse seminário. Temos uma reunião que

antecede e teremos, talvez, certa participação. Seria bom que houvesse certa preparação entre nós.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Sr. Presidente, acho que nós deveríamos conhecer nesta reunião – acho que seria uma reunião para debate – a agenda definitiva desse seminário – e eventualmente alguns dos itens já termos manifestação do Conselho, o que é pouco provável, considerando que seja um tema...

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Biografia, isso temos...

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Mas, se tiver biografia, direito de resposta, não acredito que esteja no seminário. Por isso, estou dizendo, porque naquela minuta inicial, não tinha.

Acho que seria, ali, oportunidade de conhecer e vermos que contribuição podemos dar, seja uma delegação ao presidente do Conselho para representar o Conselho no pensamento geral, seja de uma participação individual. As pessoas podem ser chamadas individualmente, independentemente de qualquer deliberação do Conselho. Isso, as pessoas são livres para participar. É só para conhecer, ou seja, não temos o que deliberar nessa reunião sobre seminário. É mais conhecer e debater.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Uma sugestão que o Vice-Presidente, Conselheiro Fernando Mesquita, traga, talvez, a pessoa responsável que está organizando o seminário para expor aqui a proposta e tudo o mais.

Conselheiro Schröder.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Sr. Presidente, tenho uma compreensão um pouco diferente do seminário. Como eu disse, acho que esse seminário está se antecipando a nós, de alguma maneira, e é bom que o faça. Não há problema. E está se antecipando a uma questão central, que é o debate sobre esse elemento que tem servido para sustentar posições aqui e acolá, inclusive absolutamente contraditórias em alguns momentos.

Então, vamos ter que fazer esse debate. E fazer esse debate não significa produzir consenso aqui dentro, que acho que vai ser difícil, mas acho que há, ao contrário do que se pode imaginar, uma grande possibilidade de termos uma grande parte de consenso. Ou seja, o problema vai ser regulação e não regulação sobre isso, sobre a atividade. Agora, os princípios me parece que são... Então, eu acho que conhecermos os conteúdos – vou divergir muito pouco do Conselheiro –, eu imagino que o debate, nós sabemos qual vai ser o debate... Eu espero que o debate seja esse em que vão ser trazidas as contradições.

Então, acho que temos que conhecer efetivamente. Mas acho que ganhariamos bastante se estivéssemos dispostos a vir para cá e expor, por uns três, quatro minutos, dar uma certa regrada na exposição, para ver o que podemos tirar de acordos. Esses acordos, inclusive, podem servir, por exemplo,

para manifestação da Presidência. A Presidência pode se manifestar a partir dos acordos que temos. A própria Presidência, ou um ou dois Conselheiros que representem a diversidade, irem lá e manifestarem, no que temos acordo, manifestarem acordo; no que temos as diferenças, manifestarem as diferenças. Porque acho que vamos contribuir para esse seminário. Mais do que beber informações, pegar posições, acho que temos muito a contribuir para o Congresso já.

Então, se chegarmos lá com certo acúmulo, parece-me que seria produtivo. Eu proporia só uma inversãozinha de perspectiva: que viéssemos para cá menos para ouvir – vamos ouvir, obviamente – os proponentes do seminário, mas que a gente pudesse produzir, minimamente, aqui um debatezinho que fosse reproduzido com toda a seriedade, obviamente com toda a capacidade que temos de interlocução lá no seminário.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM (*Fora do microfone.*) – Se pudesse enviar antes...

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – A pauta, não é?

A minha pergunta, nós tínhamos combinado, pelo menos, por alto, na parte da manhã ser a parte das comissões, e, à tarde, do Conselho. Agora, temos esse assunto, tanto do seminário como dos 700 mega-hertz. Daríamos conta, das 14 horas às 17 horas, desses dois assuntos?

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Acho que devemos aproveitar o espaço, já que os Conselheiros de fora de Brasília vêm para cá, aproveitar esse espaço da manhã para a Comissão, como o senhor comentou, de 14 horas às 16 horas, no máximo, esse convite para os entes já especificados, sobre os 700 mega-hertz, e, depois, uma hora, mais ou menos, acho que a gente conseguiria avançar. Se as pessoas vierem preparadas e concisas, acho que é "sim" ou "não".

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Acho que a gente pode colocar limite de intervenção e de tempo.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Aí cabe ao senhor. Não precisa ter horário definido, pelo espaço total, a gente...

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – São 60 minutos, colocam-se tantos minutos para cada um, ou apenas uma intervenção e resolve-se a questão.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Presidente, também acho que sim. Mas tenho a impressão, tenho a compreensão da primeira apresentação, que é uma apresentação técnica, que todos nós vamos ouvir, até porque o debate nós vamos fazer depois. Então, imagino, só para equalizar, que previssemos meio a meio, para que pudéssemos fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Das 14h às 15h30, das 15h30 às 17h, provavelmente.

Então, vamos das 9h30 às 12h30. Cada coordenador que desejar, então, ter sua reunião – já estão cortando meu som aqui também... Na verdade,

temos 16 horas, porque é uma hora e meia de manhã, uma hora e meia à tarde, se começamos às 14h30.

Cada coordenador de comissão que quiser espaço aqui no Senado precisa passar para a assessoria a sua necessidade e marcar com seus pares o local, das 9h30 até 12h ou 12h30. Almoço às 12h30. Temos que dar uma hora e meia, pelo menos. E das 14h às 17h, a reunião do Conselho. Pelo menos, é o que nós estamos vendo.

Mas, antes, temos o Nascimento; depois, o Jobim.

O SR. JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO SILVA – Eu vou insistir, Conselheiro Fernando, sobre a proposta que veio, *a priori*, para que este Conselho sugerisse nomes, temas. Isso ainda está na pauta ou não? Porque, se estiver na pauta – viu, Schröder e Jobim –, nós temos que colocar temas que vão nos atender.

Pelo que eu vi lá, existem... Tudo o que foi mostrado é de extrema importância, por isso que eu estava pensando em uns dois dias. E agora há uma proposta de um dia só. Nós vamos ter que eliminar um monte de coisa. É essa a preocupação que eu tenho. Como é que eu vou preparar, mais uma vez, temas, sugestões de nomes e tudo mais lá em novembro, se eu vou ter só um mês para o negócio acontecer, que é 3 de dezembro. Vai dar tempo? Nós teremos tempo hábil? Ou nós poderíamos fazer da mesma forma como nós fizemos da primeira vez quando as sugestões vieram através de *e-mails*.

O SR. FERNANDO CÉSAR MESQUITA – O que eles pediram foi que o Conselho sugerisse temas para o seminário e que também sugerisse nomes de pessoas. Então, essa é a ideia. E esses temas poderão ser encaminhados para a secretaria do Conselho, e a secretaria encaminhará para a coordenação do seminário. E da mesma maneira, também nomes de pessoas que poderiam ser expositores nesse seminário.

Com relação ao Conselho, ficou mais ou menos decidido, pelo que colocaram o Conselheiro Jobim e o Conselheiro Schröder, se debateria uma posição de consenso do Conselho, para que o Presidente expusesse o pensamento do Conselho de Comunicação Social, independentemente da participação de qualquer um dos Conselheiros, que poderá chegar, dizer e dar a sua opinião a respeito de qualquer um dos temas lá em discussão.

Não é isso, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Eu creio o seguinte: nós temos que resolver essa questão, porque uma opinião do Conselho não se tem em apenas uma reunião; para poder expor o que o Conselho pensa, mesmo porque não vai ser tão assim de consenso com todo mundo. Eu acho que uma questão exige maior debate ainda.

Creio que nós temos que ver como é que vai a nossa participação. De uma presença e depois pessoalmente as pessoas fazem uma intervenção,

mas ter uma opinião do Conselho não me parece que será tão fácil assim, em apenas uma reunião no próximo mês, para depois, em dezembro, já apresentar.

Conselheiro Jobim e, depois, Conselheiro Schröder.

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Sr. Presidente, são duas coisas: a primeira sobre a questão da manhã destinada às comissões, eu queria, desde já, solicitar para a Comissão de Liberdade de Expressão e Participação Social um espaço para discussão na manhã dessa próxima segunda-feira da nossa sessão e, depois, eu enviaria a pauta aos membros e entraria em contato com eles antes. Mas eu queria, desde já, solicitar um espaço para a gente poder debater.

Sobre a questão do seminário, queria fazer uma sugestão de ordem prática – não sei se é possível, mas pela habilidade do Conselheiro Fernando César, eu acho que é possível: que ele conseguisse que o Senado Federal aguardasse a nossa reunião do Conselho, para que só depois divulgasse o programa e terminasse esse programa.

Eu acho que o seminário com um mês é facilmente compreensível. Nós temos experiência no Congresso Nacional de seminários que aqui são realizados, muitas vezes, com uma semana de antecedência, por toda a estrutura, é possível. Eu acho que aí nós debateríamos duas coisas: com um esboço deste evento, nós podemos ter algumas opiniões específicas sobre alguns temas lá, ou nós podemos, até como uma sugestão, desde já, requerer um espaço específico para o Conselho de Comunicação Social, para que o Presidente pudesse ir lá e levar as perspectivas do Conselho de Comunicação Social – como se fosse até um título, estou exemplificando, as perspectivas na visão do Conselho de Comunicação Social. E lá o Presidente pudesse expor já alguns desses eventuais consensos, sobre os quais o Conselheiro Schröder comentou, e alguns problemas que têm que ser discutidos com mais profundidade para, mais adiante, trazer uma posição firmada.

Então, eu acho que é possível, sim, na sessão próxima, trazer isso, sem prejuízo de o Conselheiro Fernando César, se assim for possível, enviar a todos os Conselheiros, na medida em que for sendo desenvolvido esse esboço, o programa, e os Conselheiros têm a liberdade de enviar para ele as opiniões: esse aqui nós achamos que o nome seria bom, etc.

Não é o Conselho que vai definir quem vai falar ou não sobre o tema. O seminário é do Senado Federal, a nós cabe o nosso espaço de participação e eventuais sugestões.

Se for possível segurar até após a reunião do Conselho, acho que seria por aí, talvez para encontrar uma solução, que o Nascimento colocou, que ele tem razão.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Conselheiro Schröder.

O SR. FERNANDO CESAR MESQUITA – Houve um apelo pessoal do Presidente do Senado, pessoalmente, para que o Conselho colaborasse com esse seminário. Ou seja, ele pediu a colaboração no sentido de que oferecessem temas e nomes. Não é que a gente vá determinar, apenas sugerir nomes e temas.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Conselheiro Schröder.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Acho que a presença institucional do Conselho, Jobim, vai ter que ser feita pelo nosso Presidente. Vai ter que ser feita pelo Presidente e confio na Presidência e na Vice-Presidência de conseguir...

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Não posso dizer alguma coisa que não foi resolvida.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Conseguir reproduzir os debates que estão ocorrendo e, principalmente, os debates que vamos nos permitir fazer na próxima reunião.

O debate na próxima reunião vai fazer com que a gente, pela obrigação de sair com uma posição, permita que o Presidente tenha algum elemento para além da retórica da defesa e da liberdade de expressão. Confio nisso. Acho que temos que fazer.

Creio que a principal contribuição que nós podemos dar é no formato mesmo. O Fernando Cesar tem razão. Quer dizer, a expectativa do Conselho tem razão. Se nós conseguirmos indicar para esse seminário painelistas, assuntos que fazem parte das nossas preocupações, levando em conta que todos os nossos interesses que estão aqui são legítimos e precisam ser colocados na grande balança democrática que o País está constituindo, eu acho que vamos contribuir.

Então, eu não sei qual o prazo que temos. Acho que a preocupação do Jobim está correta. Se tivéssemos mais um tempo para apresentar sugestões, essas sugestões seriam do Conselho – seriam sugestões e não posições do Conselho. E acho que a posição do Conselho será a posição do Presidente, que vai levar o consenso mínimo que conseguirmos acordar e já temos algumas coisas sobre liberdade de expressão.

Assim, o formato do seminário, e essa é a preocupação do Conselheiro Nascimento, que considero pertinente, me parece importante. Se fizéssemos um esforço de produzir indicações, e que passasse pela mesa da nossa secretaria, pela nossa direção, para sistematizarmos: olha, as partes estão assim, está equilibrado e tal, é essa a posição que estamos defendendo. É isso.

O SR. MIGUEL ANGELO CANÇADO – Sr. Presidente, me permite uma questão de ordem?

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Sim.

O SR. MIGUEL ANGELO CANÇADO – Peço licença para me retirar, porque tenho um compromisso às 16h. Agradeço a todos e peço que, se possível,

já designem espaço para a reunião da comissão, quando vamos abrir o nosso ombrelone.

Muito obrigado. Com licença. Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Vamos precisar de uma sala bem maior, porque tem até um ombrelone, como disse o Gilberto Leifert.

Até logo. Boa reunião.

O Nascimento queria falar?

O SR. JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO SILVA – Conselheiro Fernando, quando foi enviado a nós o pedido de sugestão de temas? O Conselheiro lembra?

O SR. FERNANDO CESAR MESQUITA – Foram poucas as sugestões.

O SR. JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO SILVA – A pergunta não é essa. Quando? O período.

O SR. FERNANDO CESAR MESQUITA – Não me lembro.

O SR. JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO SILVA – Não lembra não? Faz exatamente dois meses.

O SR. FERNANDO CESAR MESQUITA – É, dois meses.

O SR. JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO SILVA – Tanto é que a proposta era setembro.

O Conselheiro sabe quem contribuiu, quem mandou, quem sugeriu?

O SR. FERNANDO CESAR MESQUITA – Uma das pessoas que contribuíram foi você, Conselheiro Nascimento.

O SR. JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO SILVA – Mais alguém?

O SR. FERNANDO CESAR MESQUITA – Eu acho que houve mais uma sugestão.

O SR. JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO SILVA – O.k. Eu gostaria, então, de sugerir que as propostas que forem encaminhadas sejam remetidas para os Conselheiros para ver se aprovam ou não, porque aí a gente adianta. O.k?

O SR. FERNANDO CESAR MESQUITA – Com a permissão do Presidente, eu acho que poderia realmente deixar para depois da reunião do Conselho para fazer a definição do temário. Agora, embora o Conselheiro Jobim tenha falado que já houve esse seminário que começou com a semana de antecedência, sempre há um problema de agenda das pessoas que vão participar. Então, acho que um mês é suficiente. Acho que sim.

Eu vou, então, conversar com o coordenador do seminário, o Dr. Bandeira, que é o Chefe de Gabinete do Presidente. Até pedi para mandar as notas taquigráficas desta reunião para ele entender qual é a nossa intenção.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Seria interessante que passasse também, depois, para os *e-mails,* aquilo que é

sugestão que ele já tenha em mãos, novamente, para discutir e também dar opiniões, de forma que chegássemos à reunião do próximo mês já com certas ideias.

Conselheiro Ronaldo.

O SR. RONALDO LEMOS – Só para perguntar. Nós havíamos falado por *e-mail* da possibilidade de enviar o relatório de biografias para o conjunto de intelectuais brasileiros que assinaram uma comunicação pública nos jornais em apoio ao projeto que vai permitir a realização de biografias. Consulto a secretaria se houve a possibilidade desse envio?

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Sim. Nós falamos disso no início, se não me falha a memória.

O SR. RONALDO LEMOS – Ah! Desculpe-me. Eu cheguei... Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Sim. Falamos disso. Foi enviado a todos.

O SR. RONALDO LEMOS – Está ótimo. Muito obrigado. Desculpe-me. É que eu cheguei um pouquinho atrasado.

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – Encerradas as manifestações dos Conselheiros, consulto se algum representante da sociedade civil presente à reunião gostaria de se manifestar?

Então, atendidas as finalidades da presente reunião, declaro encerrados os trabalhos da 8ª Reunião Ordinária de 2013 do Conselho de Comunicação Social, já convocando a 9ª Reunião Ordinária do ano, nos termos regimentais, para o dia 4 de novembro.

Não é necessário consultar os Conselheiros sobre o horário, que já está de antemão definido: às 9h30, do dia 4 de novembro.

DOCUMENTOS PERTINENTES À 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2013 DO CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, REALIZADA EM 7 DE OUTUBRO DE 2013, A SEREM PUBLICADOS JUNTAMENTE COM A ATA, NO DIÁRIO DO SENADO FEDERAL.

1. Lista de presença (01 folha); e
2. Requerimento nº 01, de 2013-CCS, referente a VOTO DE LOUVOR do Colegiado ao Senado Federal, Câmara dos Deputados e extensivo a toda sociedade brasileira, em homenagem aos 25 anos de promulgação da Constituição Cidadã.

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

8ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 7 DE OUTUBRO DE 2013, ÀS 11H30, NO PLENÁRIO Nº 6 DA ALA SENADOR NILO COELHO

LISTA DE PRESENÇA

Presidente: DOM ORANI JOÃO TEMPESTA
Vice-Presidente: FERNANDO CESAR MESQUITA

TITULARES	ASSINATURA	SUPLENTES	ASSINATURA
WALTER VIEIRA CENEVIVA Representante das empresas de rádio (Comunicação de Ausência)		DANIEL PIMENTEL SLAVIERO	
GILBERTO CARLOS LEIFERT Representante das empresas de televisão		MÁRCIO NOVAES	
ALEXANDRE KRUEL JOBIM Representante de empresas da imprensa escrita		LOURIVAL SANTOS	
ROBERTO FRANCO Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (Comunicação de Ausência)		LILIANA NAKONECHNYJ	
CELSO AUGUSTO SCHRÖDER Representante da categoria profissional dos jornalistas		MARIA JOSÉ BRAGA	
JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO Representante da categoria profissional dos radialistas		VAGO[1]	
JORGE COUTINHO Representante da categoria profissional dos artistas		MÁRIO MARCELO	
LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo		PEDRO PABLO LAZZARINI	
MIGUEL ANGELO CANÇADO Representante da sociedade civil		WRANA PANIZZI	
DOM ORANI JOÃO TEMPESTA Representante da sociedade civil		PEDRO ROGÉRIO COUTO MOREIRA	
RONALDO LEMOS Representante da sociedade civil		VAGO[2]	
JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO Representante da sociedade civil		VICTOR JOSÉ CIBELLI CASTIEL (ZÉ VITOR CASTIEL)	
FERNANDO CESAR MESQUITA Representante da sociedade civil		LEONARDO PETRELLI	

VISTO: _____, **em 7 de outubro de 2013**
Presidente

1 Vago em virtude do falecimento do Conselheiro Suplente Eurípedes Corrêa Conceição, ocorrido em 13.02.2013.
2 Vago em virtude de renúncia do Conselheiro Suplente Juca Ferreira, ocorrida em 12.03.2013

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Aprovado na 8ª reunião
realizada em 07/10/2013.
Publique-se.

D. Oswaldo João Tempesta
Presidente

REQUERIMENTO nº 1, de 2013-CCS

O Conselheiro MIGUEL ANGELO CANÇADO, nos termos do art. 3º do Regimento Interno do Conselho de Comunicação Social, vem à Presidência REQUERER a expedição de VOTO DE LOUVOR do Colegiado, destinado ao Senado Federal, Câmara dos Deputados e extensivo a toda sociedade brasileira, prestando sua homenagem aos 25 anos de experiência democrática ininterrupta vivida pela nação brasileira, desde a promulgação da Constituição Cidadã.

Sala de Reunião, em 7 de outubro de 2013

MIGUEL ANGELO CANÇADO
Conselheiro Titular
Representante da Sociedade Civil

O SR. PRESIDENTE (Dom Orani João Tempesta) – O horário da reunião é das 14h às 17h, sendo a parte da manhã reservada às Comissões. Duas já pediram o local e as demais se manifestem depois também.

Eu creio que depois, por *e-mail*, o Conselheiro Fernando César Mesquita passará também a questão com relação ao seminário, para já irmos amadurecendo as ideias.

Então, agradeço a participação e desejo a todos uma boa tarde.

Está encerrada a reunião.

Um bom retorno e uma boa viagem para todos.

(Iniciada às 14 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 43 minutos.)

Agenda do Presidente Renan Calheiros

04/11/2013
Segunda-feira

17h	**Sessão solene do Congresso Nacional destinada a homenagear o Movimento Novembro Azul e a Sociedade Brasileira de Urologia** Plenário do Senado

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA
(por Unidade da Federação)

Bahia
Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro
Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PRB - Eduardo Lopes** (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias**

Maranhão
Bloco-PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza**
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará
Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
Bloco-PMDB - Jader Barbalho**

Pernambuco
Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
Bloco-PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo
Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PR - Antonio Carlos Rodrigues** (S)

Minas Gerais
Bloco-PMDB - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás
Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**
Bloco-DEM - Wilder Morais** (S)

Mato Grosso
Bloco-PTB - Osvaldo Sobrinho* (S)
Bloco-PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul
Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará
Bloco-PCdoB - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba
Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima**
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**

Espírito Santo
Bloco-PT - Ana Rita* (S)
Bloco-PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí
Bloco-PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte
Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina
Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas
Bloco-PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Amazonas
Bloco-PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin**

Paraná
Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PMDB - Roberto Requião**
Bloco-PMDB - Sérgio Souza** (S)

Acre
Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
Bloco-PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul
Bloco-PSDB - Ruben Figueiró* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal
Bloco-PTB - Gim* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia
Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins
Bloco-PMDB - Kátia Abreu*
Bloco-PR - João Ribeiro**
SDD - Vicentinho Alves**

Amapá
Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PSB - João Capiberibe**
Bloco-PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima
Bloco-PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

Mandatos
*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA
(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar da Maioria - 28
PMDB-21 / PP-5 / PSD-1 / PV-1

Ana Amélia. . . . . PP/RS
Benedito de Lira. . . . . PP/AL
Casildo Maldaner. . . . . PMDB/SC
Ciro Nogueira. . . . . PP/PI
Clésio Andrade. . . . . PMDB/MG
Eduardo Braga. . . . . PMDB/AM
Eunício Oliveira. . . . . PMDB/CE
Francisco Dornelles. . . . . PP/RJ
Garibaldi Alves. . . . . PMDB/RN
Ivo Cassol. . . . . PP/RO
Jader Barbalho. . . . . PMDB/PA
Jarbas Vasconcelos. . . . . PMDB/PE
João Alberto Souza. . . . . PMDB/MA
José Sarney. . . . . PMDB/AP
Kátia Abreu. . . . . PMDB/TO
Lobão Filho. . . . . PMDB/MA
Luiz Henrique. . . . . PMDB/SC
Paulo Davim. . . . . PV/RN
Pedro Simon. . . . . PMDB/RS
Renan Calheiros. . . . . PMDB/AL
Ricardo Ferraço. . . . . PMDB/ES
Roberto Requião. . . . . PMDB/PR
Romero Jucá. . . . . PMDB/RR
Sérgio Petecão. . . . . PSD/AC
Sérgio Souza. . . . . PMDB/PR
Valdir Raupp. . . . . PMDB/RO
Vital do Rêgo. . . . . PMDB/PB
Waldemir Moka. . . . . PMDB/MS

Bloco de Apoio ao Governo - 24
PT-12 / PDT-5 / PSB-4 / PCdoB-2
PSOL-1

Acir Gurgacz. . . . . PDT/RO
Ana Rita. . . . . PT/ES
Angela Portela. . . . . PT/RR
Anibal Diniz. . . . . PT/AC
Antonio Carlos Valadares. . . . . PSB/SE
Cristovam Buarque. . . . . PDT/DF
Delcídio do Amaral. . . . . PT/MS
Eduardo Suplicy. . . . . PT/SP
Humberto Costa. . . . . PT/PE
Inácio Arruda. . . . . PCdoB/CE
João Capiberibe. . . . . PSB/AP
João Durval. . . . . PDT/BA
Jorge Viana. . . . . PT/AC
José Pimentel. . . . . PT/CE
Lídice da Mata. . . . . PSB/BA
Lindbergh Farias. . . . . PT/RJ
Paulo Paim. . . . . PT/RS
Pedro Taques. . . . . PDT/MT
Randolfe Rodrigues. . . . . PSOL/AP
Rodrigo Rollemberg. . . . . PSB/DF
Vanessa Grazziotin. . . . . PCdoB/AM
Walter Pinheiro. . . . . PT/BA
Wellington Dias. . . . . PT/PI
Zeze Perrella. . . . . PDT/MG

Bloco Parlamentar Minoria - 14
PSDB-11 / DEM-3

Aécio Neves. . . . . PSDB/MG
Aloysio Nunes Ferreira. . . . . PSDB/SP
Alvaro Dias. . . . . PSDB/PR
Cássio Cunha Lima. . . . . PSDB/PB
Cícero Lucena. . . . . PSDB/PB
Cyro Miranda. . . . . PSDB/GO
Flexa Ribeiro. . . . . PSDB/PA
José Agripino. . . . . DEM/RN
Lúcia Vânia. . . . . PSDB/GO
Maria do Carmo Alves. . . . . DEM/SE
Mário Couto. . . . . PSDB/PA
Paulo Bauer. . . . . PSDB/SC
Ruben Figueiró. . . . . PSDB/MS
Wilder Morais. . . . . DEM/GO

Bloco Parlamentar União e Força - 14
PTB-7 / PR-5 / PSC-1 / PRB-1

Alfredo Nascimento. . . . . PR/AM
Antonio Carlos Rodrigues. . . . . PR/SP
Armando Monteiro. . . . . PTB/PE
Blairo Maggi. . . . . PR/MT
Eduardo Amorim. . . . . PSC/SE
Eduardo Lopes. . . . . PRB/RJ
Epitácio Cafeteira. . . . . PTB/MA
Fernando Collor. . . . . PTB/AL
Gim. . . . . PTB/DF
João Ribeiro. . . . . PR/TO
João Vicente Claudino. . . . . PTB/PI
Magno Malta. . . . . PR/ES
Mozarildo Cavalcanti. . . . . PTB/RR
Osvaldo Sobrinho. . . . . PTB/MT

SDD - 1

Vicentinho Alves. . . . . TO

Bloco Parlamentar da Maioria.	28
Bloco de Apoio ao Governo.	24
Bloco Parlamentar Minoria.	14
Bloco Parlamentar União e Força.	14
SDD.	1
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz* (Bloco-PDT-RO)
Aécio Neves** (Bloco-PSDB-MG)
Alfredo Nascimento* (Bloco-PR-AM)
Aloysio Nunes Ferreira** (Bloco-PSDB-SP)
Alvaro Dias* (Bloco-PSDB-PR)
Ana Amélia** (Bloco-PP-RS)
Ana Rita* (Bloco-PT-ES)
Angela Portela** (Bloco-PT-RR)
Anibal Diniz* (Bloco-PT-AC)
Antonio Carlos Rodrigues** (Bloco-PR-SP)
Antonio Carlos Valadares** (Bloco-PSB-SE)
Armando Monteiro** (Bloco-PTB-PE)
Benedito de Lira** (Bloco-PP-AL)
Blairo Maggi** (Bloco-PR-MT)
Casildo Maldaner* (Bloco-PMDB-SC)
Cássio Cunha Lima** (Bloco-PSDB-PB)
Cícero Lucena* (Bloco-PSDB-PB)
Ciro Nogueira** (Bloco-PP-PI)
Clésio Andrade* (Bloco-PMDB-MG)
Cristovam Buarque** (Bloco-PDT-DF)
Cyro Miranda* (Bloco-PSDB-GO)
Delcídio do Amaral** (Bloco-PT-MS)
Eduardo Amorim** (Bloco-PSC-SE)
Eduardo Braga** (Bloco-PMDB-AM)
Eduardo Lopes** (Bloco-PRB-RJ)
Eduardo Suplicy* (Bloco-PT-SP)
Epitácio Cafeteira* (Bloco-PTB-MA)
Eunício Oliveira** (Bloco-PMDB-CE)
Fernando Collor* (Bloco-PTB-AL)
Flexa Ribeiro** (Bloco-PSDB-PA)
Francisco Dornelles* (Bloco-PP-RJ)
Garibaldi Alves* (Bloco-PMDB-RN)
Gim* (Bloco-PTB-DF)
Humberto Costa** (Bloco-PT-PE)
Inácio Arruda* (Bloco-PCdoB-CE)
Ivo Cassol** (Bloco-PP-RO)
Jader Barbalho** (Bloco-PMDB-PA)
Jarbas Vasconcelos* (Bloco-PMDB-PE)
João Alberto Souza** (Bloco-PMDB-MA)
João Capiberibe** (Bloco-PSB-AP)
João Durval* (Bloco-PDT-BA)
João Ribeiro** (Bloco-PR-TO)
João Vicente Claudino* (Bloco-PTB-PI)
Jorge Viana** (Bloco-PT-AC)
José Agripino** (Bloco-DEM-RN)
José Pimentel** (Bloco-PT-CE)
José Sarney* (Bloco-PMDB-AP)
Kátia Abreu* (Bloco-PMDB-TO)
Lídice da Mata** (Bloco-PSB-BA)
Lindbergh Farias** (Bloco-PT-RJ)
Lobão Filho** (Bloco-PMDB-MA)
Lúcia Vânia** (Bloco-PSDB-GO)
Luiz Henrique** (Bloco-PMDB-SC)
Magno Malta** (Bloco-PR-ES)
Maria do Carmo Alves* (Bloco-DEM-SE)
Mário Couto* (Bloco-PSDB-PA)
Mozarildo Cavalcanti* (Bloco-PTB-RR)
Osvaldo Sobrinho* (Bloco-PTB-MT)
Paulo Bauer** (Bloco-PSDB-SC)
Paulo Davim** (Bloco-PV-RN)
Paulo Paim** (Bloco-PT-RS)
Pedro Simon* (Bloco-PMDB-RS)
Pedro Taques** (Bloco-PDT-MT)
Randolfe Rodrigues** (Bloco-PSOL-AP)
Renan Calheiros** (Bloco-PMDB-AL)
Ricardo Ferraço** (Bloco-PMDB-ES)
Roberto Requião** (Bloco-PMDB-PR)
Rodrigo Rollemberg** (Bloco-PSB-DF)
Romero Jucá** (Bloco-PMDB-RR)
Ruben Figueiró* (Bloco-PSDB-MS)
Sérgio Petecão** (Bloco-PSD-AC)
Sérgio Souza** (Bloco-PMDB-PR)
Valdir Raupp** (Bloco-PMDB-RO)
Vanessa Grazziotin** (Bloco-PCdoB-AM)
Vicentinho Alves** (SDD-TO)
Vital do Rêgo** (Bloco-PMDB-PB)
Waldemir Moka** (Bloco-PMDB-MS)
Walter Pinheiro** (Bloco-PT-BA)
Wellington Dias** (Bloco-PT-PI)
Wilder Morais** (Bloco-DEM-GO)
Zeze Perrella** (Bloco-PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1ª VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

2ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

3º SECRETÁRIO

Ciro Nogueira - (PP-PI)

4º SECRETÁRIO

João Vicente Claudino - (PTB-PI)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Magno Malta - (PR-ES)

2º - Jayme Campos -

3ª - João Durval - (PDT-BA)

4ª - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 28

Líder
Eunício Oliveira - Bloco (62,70)

.....

Líder do PMDB - 21

Eunício Oliveira (62,70)

Vice-Líderes do PMDB
Ricardo Ferraço (104)
Romero Jucá (40,105)
Vital do Rêgo (107)

Líder do PP - 5

Francisco Dornelles (64)

Vice-Líder do PP
Ana Amélia (12,88)

Líder do PSD - 1

Sérgio Petecão (84,87)

Líder do PV - 1

Paulo Davim (75)

Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 14

Líder
Gim - Bloco (56,58,59)

Vice-Líderes
Alfredo Nascimento (41,66)
Eduardo Amorim (17,47,48,72)
Blairo Maggi (19,51)
Eduardo Lopes (37,45,63,100,109)

.....

Líder do PTB - 7

Gim (56,58,59)

Líder do PR - 5

Alfredo Nascimento (41,66)

Vice-Líder do PR
Antonio Carlos Rodrigues (92)

Líder do PSC - 1

Eduardo Amorim (17,47,48,72)

Líder do PRB - 1

Eduardo Lopes (37,45,63,100,109)

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PSOL) - 24

Líder
Wellington Dias - Bloco (24,65,90)

Vice-Líderes
Acir Gurgacz (49,55,67,97)
Rodrigo Rollemberg (69,98)
Inácio Arruda (89,99)

.....

Líder do PT - 12

Wellington Dias (24,65,90)

Vice-Líderes do PT
Walter Pinheiro (22,27,93)
Anibal Diniz (25,94)
Paulo Paim (95)
Eduardo Suplicy (96)

Líder do PDT - 5

Acir Gurgacz (49,55,67,97)

Vice-Líder do PDT
Zeze Perrella (86)

Líder do PSB - 4

Rodrigo Rollemberg (69,98)

Vice-Líder do PSB
Lídice da Mata (29,38,82)

Líder do PCdoB - 2

Inácio Arruda (89,99)

Vice-Líder do PCdoB
Vanessa Grazziotin (1,91)

Líder do PSOL - 1

Randolfe Rodrigues (18,76)

Governo

Líder
Eduardo Braga - Governo (39)

Vice-Líderes
Gim (56,58,59)
Benedito de Lira
Lídice da Mata (29,38,82)
Jorge Viana
Vital do Rêgo (107)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 14

Líder
Mário Couto - Bloco (34,61)

Vice-Líderes
Wilder Morais (101,112)
Cyro Miranda (31,103)

.....

Líder do PSDB - 11

Aloysio Nunes Ferreira (7,68)

Vice-Líderes do PSDB
Cássio Cunha Lima (74)
Alvaro Dias (78)
Paulo Bauer (5,35,79,80)

Líder do DEM - 3

José Agripino (2,10,14,44,46,77)

Vice-Líder do DEM
Wilder Morais (101,112)

SDD - 1

Líder
Vicentinho Alves - SDD (42,54,71,111)

Notas:
1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011,lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011,lido na sessão do dia 1º de março de 2011.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
9. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
10. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM nº 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
11. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfiliou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF nº 1.128/2011-GSKAAB).
12. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. Nº 068/2011-GLDPP.
13. Em 08.11.2011, foi lido o Of. nº 1.327/2011-GSKAAB, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
14. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. Nº 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
15. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
16. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
17. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
18. Senador Randolfe Rodrigues é designado líder do PSOL, conforme OF. GSMB N° 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.
19. Senador Blairo Maggi é designado Líder do PR de 01/02/2012 a 31/01/2013, conforme OF. S/N - 2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.
20. Senador Sérgio Souza é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB Nº 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
21. Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PDT, conforme OF. LPDT Nº 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.
22. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
23. Senadora Ana Rita é designada Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
24. Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
25. Senador Anibal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
26. Senador Lindbergh Farias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
27. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
28. Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. S/N, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
29. Senadora Lídice da Mata é designada Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 8/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
30. Senador Antonio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
31. Senador Cyro Miranda é designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
32. Senador Flexa Ribeiro é designado 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
33. Senadora Lúcia Vânia é designada 3ª Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
34. Senador Mário Couto é designado 4 º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
35. Senador Paulo Bauer é designado 5º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
36. Senador Marcelo Crivella afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
37. Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB, conforme Of. GSMC Nº 12/2012, lido na sessão de 08 de março de 2012.
38. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, conforme Of. nº 035/2012-GLDBAG, lido na sessão de 13 de março de 2012.
39. Senador Eduardo Braga é designado Líder do Governo, conforme Mensagem nº 75, lida na sessão de 13 de março de 2012.
40. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 038/2012, lido na sessão ordinária de 21 de março de 2012.
41. Senador Alfredo Nascimento é designado 1º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
42. Senador Vicentinho Alves é designado 2º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
43. Senador Demóstenes Torres comunicou o seu afastamento da Liderança do DEM, conforme os Ofícios Int. nºs 032 e 033/GSDT, lidos na sessão de 27 de março de 2012.

44. Senador Jayme Campos, em pronunciamento na sessão deliberativa ordinária do Senado de 27 de março de 2012, informou ao Plenário a designação do Senador José Agripino para Líder do DEM. Presidente do Senado, Senador José Sarney, informou que a comunicação seria considerada pela Mesa e aguardaria a sua formalização para leitura em Plenário.
45. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme o Ofício nº 039/2012-GLDBAG, lido na sessão de 27 de março de 2012.
46. Senador José Agripino é indicado Líder do DEM, conforme OF. Nº 012/12-GLDEM, lido na sessão de 28 de março de 2012.
47. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
48. Senador Eduardo Amorim é indicado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. Nº 028/GLBUF/SF, lido na sessão de 3 de maio de 2012.
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
51. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
52. Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
53. Em 10.10.2012, foi lido o Of. nº 0053/2012-GLPSD, que comunica a indicação do Senador Marco Antônio Costa, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
54. Em 17.10.2012, o Senador Vicentinho Alves afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Ofício GSVALV nº 415/2012).
55. Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, em 30.10.2012, após licença (Of. GSAGUR nº 172/2012).
56. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
57. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
58. Em 19.12.2012, foi lido o Of. 083/2012/GLPTB, comunicando a recondução do Senador Gim como Líder do Partido no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015.
59. Em 19.12.2012, foi lido o OF. N. 236/2012-BLUFOR, comunicando a recondução do Senador Gim como Líder do Bloco, no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015, e o exercício das Vice-Lideranças pelos Senadores Alfredo Nascimento, Eduardo Amorim, João Costa e Blairo Maggi, respectivamente.
60. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 2/2013-GLPSD, que comunica a reassunção da liderança do PSD pela Senadora Kátia Abreu.
61. Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar Minoria até o dia 31.01.2014.
62. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria, para o biênio 2013-2015, conforme OF. GLPMDB nº 009/2013.
63. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 11/2013-GSEL, que comunica a manutenção do Senador Eduardo Lopes como Líder do PRB.
64. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 2/2013-GLDPP, que comunica a manutenção do Senador Francisco Dornelles como Líder do PP para o biênio 2013-2014.
65. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 1/2013-GLDPT, que comunica a indicação do Senador Wellington Dias como Líder do PT.
66. Em 01.02.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado Líder do PR, conforme Of. Leg. N. 001/2013-GLPR.
67. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 01/13-LPDT, que comunica a indicação do Senador Acir Gurgacz como Líder do PDT para o biênio 2013-2014.
68. Em 01.02.2013, foi lido o Of. s/n-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Aloysio Nunes Ferreira como Líder do PSDB.
69. Senador Rodrigo Rollemberg é designado Líder do PSB, a partir de 04/02/2013, conforme OF. GLPSB Nº 0023/2013, lido em reunião preparatória do dia 1º de fevereiro de 2013.
70. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do PMDB, para o biênio 2013 - 2015, conforme o OF. GLPMDB nº 010/2013.
71. Em 04.02.2013, lido ofício do Senador Vicentinho Alves comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Secretário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (D.O. nº 3.809, de 04 de fevereiro de 2013).
72. Em 05.02.2013, lido expediente comunicando continuar Líder do PSC no biênio 2013/2014 o Senador Eduardo Amorim.
73. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cícero Lucena para 3º Vice-Líder do PSDB.
74. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cássio Cunha Lima para 1º Vice-Líder do PSDB.
75. Em 05.02.2013, lido o OF. GSPDAV Nº 003/13, que comunica continuar Líder do Partido Verde na presente Legislatura o Senador Paulo Davim.
76. Em 05.02.2013, lido o Of. GSRR nº 00010/2013, que comunica a manutenção do Senador Randolfe Rodrigues como Líder do PSOL.
77. Em 05.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador José Agripino como Líder do DEM.
78. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o Of. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Alvaro Dias para 2º Vice-Líder do PSDB.

79. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o Of. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Paulo Bauer para 3º Vice-Líder do PSDB.
80. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Paulo Bauer para 2º Vice-Líder do PSDB.
81. Em 06.02.2013, o Senador João Costa é designado Líder do PPL, conforme Of. N. 012/2013-BLUFOR.
82. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 0024/2013, lido na sessão de 06.02.2013.
83. Senador João Costa comunica que o PPL passa a integrar o Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. Nº 011/2013-BLUFOR/SF, lido na sessão de 06.02.2013.
84. Em 13.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é designado Líder do PSD, conforme OFÍCIO Nº 0014/2013-GLPSD.
85. Em 13.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada Více-Líder do PSD, conforme OFÍCIO Nº 0014/2013-GLPSD.
86. Em 18.02.2013, o Senador Zeze Perrella é designado Vice-Líder do PDT, conforme OFÍCIO Nº 002/2013-GLDPDT.
87. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
88. Em 20.02.2013, a Senadora Ana Amélia é designada Vice-Líder do PP, conforme OFÍCIO Nº 08/2013-GLDPP.
89. Em 26.02.2013, o Senador Inácio Arruda é designado Líder do PCdoB, conforme Ofício GSINAR nº 38/2013, lido na sessão de 26.02.2013.
90. Senador Wellington Dias é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. nº 20/2013-GLDBAG, lido na sessão de 26.02.2013.
91. Em 26.02.2013, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada Vice-Líder do PCdoB, conforme Ofício GSINAR nº 38/2013, lido na sessão de 26.02.2013.
92. Em 28.02.2013, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado Vice-Líder do PR, conforme Ofício GLPR nº 007/2013, lido na sessão de 28.02.2013.
93. Senador Walter Pinheiro é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
94. Senador Anibal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
95. Senador Paulo Paim é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
96. Senador Eduardo Suplicy é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
97. Senador Acir Gurgacz é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
98. Senador Rodrigo Rollemberg é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
99. Senador Inácio Arruda é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
100. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
101. Senador Wilder Morais é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
102. Senador Ataídes Oliveira é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
103. Senador Cyro Miranda é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
104. Senador Ricardo Ferraço é designado 1º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 105/2013, lido na sessão ordinária de 07 de março de 2013.
105. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 105/2013, lido na sessão ordinária de 07 de março de 2013.
106. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. 25/13-GLDEM.
107. Senador Vital do Rêgo é designado 3º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. nº 180/2013-GLPMDB
108. Em 05.06.2013, foi aprovado o Requerimento nº 580, de 2013, de prorrogação da licença do Senador João Ribeiro, até 07/08/13. Em consequência, o Senador Ataídes de Oliveira, 1º Suplente, continua no exercício do mandato.
109. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. 142/2013-BLUFOR, lido na sessão de 2 de julho de 2013.
110. Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 13.09.13, conforme o Requerimento nº 1.047/2013, aprovado na sessão de 10.09.13.
111. Senador Vicentinho Alves é designado Líder do SDD, conforme Ofício/GSVALV. nº 514/2013, lido na sessão de 2 de outubro de 2013.
112. Senador Wilder Morais é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDEM Nº 037/2013, lido na sessão de 23 de outubro de 2013.

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) VIOLAÇÃO DO DIREITO HUMANO À SAÚDE

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 105, de 2013, do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a, no prazo de cento e vinte dias, apurar e analisar fatos e gravíssimas violações do direito humano à saúde causados por erros dos dirigentes, médicos e demais profissionais de hospitais públicos e privados - resultando em lesões físicas e causando vítimas fatais.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 27/02/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
VAGO (7,2)	1. VAGO (7,2)
VAGO (7,2)	2.
VAGO (7,2)	3.
VAGO (7,2)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
VAGO (8,5)	1. VAGO (8,5)
VAGO (8,5)	2. VAGO (8,5)
VAGO (8,5)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Jayme Campos (DEM-MT) (1)	1. Mário Couto (PSDB-PA) (3)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Magno Malta (PR-ES) (4)	1. VAGO (6,4)
Eduardo Amorim (PSC-SE) (4)	

Notas:

*. Número de suplentes alterado para 7 membros, em obediência ao art. 145, parágrafo 4º, do RISF.

1. Em 13.03.2013, o Sen. Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão(Of.17/2013-GLDEM).

2. Em 13.3.2013, os Senadores Waldemir Moka, Sérgio Souza, Vital do Rêgo e Sérgio Petecão são designados membros titulares; e o Senador Jarbas Vasconcelos, membro suplente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 80/2013 - GLPMDB).

3. Em 13.03.2013, o Sen. Mário Couto é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão(Of.86/2013-GLPSDB).

4. Em 13.03.2013, os Senadores Magno Malta e Eduardo Amorim são designados membros titulares e o Senador João Costa, membro suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of.41/2013-BLUFOR).

5. Em 15.03.2013, os Senadores Humberto Costa, Paulo Paim e Antonio Carlos Valadares são designados membros titulares e os Senadores Pedro Taques e Eduardo Lopes membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of.48/2013-GLDBAG).

6. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.

7. Em 24.04.2013, os Senadores Waldemir Moka, Sérgio Souza, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Jarbas Vasconcelos deixam de compor a Comissão (Of. nº 169/2013-GLPMDB).

8. Em 06.05.2013, os Senadores Humberto Costa, Paulo Paim, Antonio Carlos Valadares, Pedro Taques e Eduardo Lopes deixam de compor a Comissão (Of. nº 71/2013-GLDBAG).

2) CPI DA ESPIONAGEM

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 811, de 2013, da Senadora Vanessa Grazziotin e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a, no prazo de cento e oitenta dias, investigar a denúncia de existência de um sistema de espionagem, estruturado pelo governo dos Estados Unidos, com o objetivo de monitorar emails, ligações telefônicas, dados digitais, além de outras formas de captar informações privilegiadas ou protegidas pela Constituição Federal.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (6)
VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Taques (PDT-MT) (6)
RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) (6)

Leitura: 10/07/2013
Instalação: 03/09/2013
Prazo final: 11/04/2014

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Roberto Requião (PMDB-PR) (1,8)	1. Eunício Oliveira (PMDB-CE) (1,8)
Ricardo Ferraço (PMDB-ES) (1)	2. VAGO (1,10)
Benedito de Lira (PP-AL) (1,5)	3.
Sérgio Petecão (PSD-AC) (9)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (2)	1. Eduardo Suplicy (PT-SP) (2,7)
Walter Pinheiro (PT-BA) (2)	2. Lídice da Mata (PSB-BA) (2)
Anibal Diniz (PT-AC) (2)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Pedro Taques (PDT-MT) (4)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Eduardo Amorim (PSC-SE) (3)	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP) (3)

Notas:

1. Em 20.8.2013, os Senadores Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço e Francisco Dornelles são designados membros titulares, e os Senadores Roberto Requião e Sérgio Petecão, membros suplentes, do Bloco da Maioria na Comissão (Of. nº 248/13-GLPMDB).
2. Em 20.8.2013, a Senadora Vanessa Grazziotin e os Senadores Walter Pinheiro e Anpibal Diniz são designados membros titulares, e os Senadores Pedro Taques e Lídice da Mata, membros suplentes, do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 111/13-GLDBAG).
3. Em 20.8.2013, o Senador Eduardo Amorim e designados membro titular, e o Senador Antônio Carlos Rodrigues, membro suplente, do Bloco União e Força na Comissão (Of. nº 159/13-BLUFOR).
4. Em 21.8.2013, o Senador Pedro Taques é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida ao PDT pelo PSDB (Ofício de 21.8.2013, do Gabinete da Liderança do PSDB e Ofício nº 12/2013-GLDPDT).
5. Em 21.8.2013, o Senador Benedito de Lira é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Of. nº 253/2013-GLPMDB).
6. Em 03.09.2013, a Comissão reunida elegeu a Senadora Vanessa Grazziotin e os Senadores Pedro Taques e Ricardo Ferraço, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

7. Em 03.09.2013, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão(Ofício n° 115/2013-GLDBAG).
8. Em 29.8.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Ofício n° 258/2013-GLPMDB).
9. Em 25.9.2013, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 275/13-GLPMDB).
10. Em 25.9.2013, vago em virtude de o Senador Sérgio Petecão ser designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 275/13-GLPMDB).

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio
Fax: 61 33031176
E-mail: sscepi@senado.gov.br

3) CPI DA INVESTIGAÇÃO DO ASSASSINATO DE JOVENS NEGROS NO BRASIL

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.255, de 2013, da Senadora Lídice da Mata e outros Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a, no prazo de cento e oitenta dias, investigar o assassinato de jovens negros no Brasil.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 25/10/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
	1.
	2.
	3.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
	1.

Secretário(a): Gulherme Brandão
Telefone(s): 61 33033508
Fax: 61 33031176
E-mail: coceti@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) CT - REFORMA DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO - PLS 236/2012 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012, que reforma o Código Penal Brasileiro.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) (1)
RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) (1)

Designação: 17/07/2012
Instalação: 08/08/2012
Apresentação de Emendas - prazo final: 18/10/2013
Relatórios Parciais - prazo final: 18/11/2013
Relatório do Relator-Geral - prazo final: 02/12/2013
Parecer Final da Comissão - prazo final: 16/12/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT) (5,4)
Senador Pedro Taques (PDT)	2. Senador José Pimentel (PT)
Senadora Lídice da Mata (PSB) (2)	3. Senadora Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	1. Senador Sérgio Souza (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Benedito de Lira (PP)	3. VAGO (12)
	4. VAGO (8,3)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. VAGO (14)
Senador Cícero Lucena (PSDB) (7,9)	
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Armando Monteiro (PTB)	2. Senador Osvaldo Sobrinho (PTB) (10,11,13,6)

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO 236, de 2012

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 09/08/2012 a 04/12/2012 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)
Recebimento de emendas perante as Comissões : 21/08/2013 a 18/10/2013 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)
Relatórios Parciais : 21/10/2013 a 18/11/2013 (Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)
Reletório do Relator-Geral : 19/11/2013 a 02/12/2013 (Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)
Parecer Final da Comissão : 06/12/2013 a 16/12/2013 (Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

Notas:

*. Lida na sessão deliberativa extraordinária de 17.07.2012 a designação dos membros da Comissão.

**. Em 15.08.2012, a Presidência fixa o calendário de tramitação do PLS nº 236/2012: Apresentação de Emendas - 09/08 a 05/09/2012 (vinte dias úteis); Relatórios parciais - 06 a 20/09/2012 (dez dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 21 a 27/09/2012 (cinco dias úteis); Parecer Final da Comissão - 28/09 a 04/10/2012 (cinco dias úteis).

***. Em 29.08.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 772, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 09/08 a 04/10/2012 (quarenta dias úteis); Relatórios Parciais - 05/10 a 05/11/2012 (vinte dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 06 a 20/11/2012 (dez dias úteis); Parecer Final da Comissão - 21/11 a 04/12/2012 (dez dias úteis).

****. Em 25.09.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 859, de 2012, que duplica o prazo para apresentação de emendas perante a Comissão: Apresentação de Emendas - 05/10 a 05/11/2012; Relatórios Parciais - 06/11 a 20/11/2012; Relatório do Relator-Geral - 21/11 a 27/11/2012; Parecer Final da Comissão - 28/11 a 04/12/2012.

*****. Em 30.10.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 903, de 2012, que duplica o prazo para apresentação de emendas perante a Comissão: Apresentação de Emendas - 09/08 a 04/12/2012; Relatórios Parciais - 05/12 a 11/02/2013; Relatório do Relator-Geral - 12 a 26/02/2013; Parecer Final da Comissão - 27/02 a 12/03/2013.

******. Em 28.11.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 1.034, de 2012, que suspende o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012.

*******. Em 20.08.2013, foi lido o Ofício nº 39/2013-CT Reforma Código Penal, comunicando o cumprimento da finalidade do Requerimento nº 1.034, de 2012; a reabertura dos prazos; e a prorrogação, por mais cinco dias úteis, do prazo para apresentação de emendas.

********. Em 28.08.2013, foi lido o Ofício nº 40/2013-CT Reforma Código Penal, que solicita a prorrogação do prazo para apresentação de emendas até o dia 13 de setembro de 2013 e, consequentemente, a recontagem dos demais prazos.

*********. Em 12.09.2013, foi lido e aprovado o Requerimento nº 1.050, de 2013, que prorroga o prazo para apresentação de emendas na Comissão até o dia 18 de outubro de 2013.

1. Em 08.08.2012, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como Relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 36/2012-SSCEPI).
2. Em 14.08.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 100/2012-GLBAG).
3. Em 04.09.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida ao PMDB pelo PSDB (Ofícios Nºs 172/2012-GLPSDB e 288/2012-GLPMDB).
4. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
5. Em 17.10.2012, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (OF. nº 135/2012-GLDBAG).
6. Em 23.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. nº 161/2012-BLUFOR).
7. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
8. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
9. Em 28.11.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 240/2012-GLPSDB).
10. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
11. Em 27.02.2013, foi lido o Ofício BLUFOR nº 36/2013, designando o Senador João Costa, como membro suplente, para compor o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.
12. Vago, em razão de o Senador Luiz Henrique não pertencer mais à Comissão (Of. GLPMDB nº 132/2013).
13. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
14. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).

2) CT - MODERNIZAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - PLS 281, 282 E 283/2012 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar os Projetos de Lei do Senado nºs 281, 282 e 283, de 2012, que propõem alterações no Código de Defesa do Consumidor.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF)
VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)
RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

Designação: 15/08/2012
Instalação: 30/08/2012
Apresentação de Emendas - prazo final: 07/08/2013
Relatórios Parciais - prazo final: 02/10/2013
Relatório do Relator-Geral - prazo final: 30/10/2013
Parecer Final da Comissão - prazo final: 28/11/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Renan Calheiros (PMDB)	1. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	2. VAGO (7)
VAGO (9)	3. Senador Sérgio Souza (PMDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senador Eduardo Lopes (PRB) (2,11)
Senador Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Senador Paulo Paim (PT)
	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB)	1. Senador Cyro Miranda (PSDB)
Senador Wilder Morais (DEM)	2. VAGO (5)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Gim (PTB) (6)
Senador Fernando Collor (PTB)	2. VAGO (8,10)
Senador Antonio Carlos Rodrigues (PR) (3,4,1)	

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DOS
PROJETO DE LEI DO SENADO 281, de 2012
PROJETO DE LEI DO SENADO 282, de 2012
PROJETO DE LEI DO SENADO 283, de 2012

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 31/08/2012 a 05/02/2013 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)
Relatórios Parciais : 06/02/2013 a 05/04/2013 (Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)
Reletório do Relator-Geral : 08/04/2013 a 06/05/2013 (Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)
Parecer Final da Comissão : 07/05/2013 a 04/06/2013 (Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

Notas:

*. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 188/2012-GLPMDB, designando os Senadores Renan Calheiros, Ricardo Ferraço e Casildo Maldaner como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Tomás Correia e Sérgio Souza como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.

**. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 99/2012-GLDBAG, designando o Senador Antonio Carlos Valadares, a Senadora Marta Suplicy e o Senador Rodrigo Rollemberg como membros titulares, e os Senadores Cristovam Buarque, Paulo Paim e Delcídio do Amaral como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão.

***. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 74/2012-BLURFORSF, designando os Senadores Eduardo Amorim e Fernando Collor como membros titulares, e os Senadores Gim Argello e Mozarildo Cavalcanti como membros suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.

****. Em 15.08.2012, foram lidos os Ofícios nºs 124/2012-GLPSDB e 42/2012-GLDEM, designando os Senadores Paulo Bauer e Wilder Morais como membros titulares, e os Senadores Cyro Miranda e Clovis Fecury como membros suplentes do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.

*****. Há uma vaga de membro titular e uma vaga de membro suplente não ocupadas na Comissão, a serem compartilhadas pelo Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do art. 374 do Regimento Interno e com base na proporcionalidade partidária.

******. Em 30.08.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Rodrigo Rollemberg e Paulo Bauer para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 040/12-SSCEPI).

*******. Em 04.09.2012, a Presidência fixa o calendário de tramitação da Comissão: Apresentação de Emendas - 31/08 a 28/09/2012 (vinte dias úteis); Relatórios parciais - 1º a 15/10/2012 (dez dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 16 a 22/10/2012 (cinco dias úteis); Parecer Final da Comissão - 23 a 29/10/2012 (cinco dias úteis).

********. Em 12.09.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 823, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 28/09 a 29/10/2012 (quarenta dias úteis); Relatórios Parciais - 30/10 a 28/11/2012 (vinte dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 29/11 a 12/12/2012 (dez dias úteis); Parecer Final da Comissão - 13/12/2012 a 05/02/2013 (dez dias úteis).

*********. Em 17.10.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 884, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 30/10 a 28/11/2012 (total: sessenta dias úteis); Relatórios Parciais - 29/11/12 a 20/02/2013 (total: trinta dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 21/02 a 13/03/2013 (total: quinze dias úteis); Parecer Final da Comissão - 14/03 a 04/04/2013 (total: quinze dias úteis).

**********. Em 27.11.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 1.016, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 29/11/12 a 5/02/2013 (total: oitenta dias úteis); Relatórios Parciais - 5/02 a 5/04/2013 (total: quarenta dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 8/04 a 6/05/2013 (total: vinte dias úteis); Parecer Final da Comissão - 7/05 a 04/06/2013 (total: vinte dias úteis).

**********. Em 05.02.2013, foi lido e aprovado o Requerimento nº 14, de 2013, que suspende os prazos da Comissão para realização de audiência pública e diligências.

**********. Em 06.08.2013, foi lido o Ofício nº 37/2013-CTCDC, comunicando o cumprimento da finalidade do Requerimento nº 14, de 2013, que suspendeu os prazos previstos no art. 374 do RISF, que voltam a correr a partir desta data.

1. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

2. Em 25.09.2012, o Senador Cristovam Buarque deixa de ocupar vaga da suplência do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 119/2012-GLDBAG).

3. Em 17.10.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de titular deixada pela Senadora Marta Suplicy ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 130/2012 - GLDBAG).

4. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 164/2012-BLUFOR).

5. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).

6. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".

7. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

8. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.

9. Em 20.03.2013, vago em razão de o Senador Casildo Maldaner não compor mais a Comissão (Of. GLPMDB nº 115/2013).

10. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti deixa de integrar a Comissão (Of. 110/2013-BLUFOR).

11. Em 15.05.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GLDBAG nº 82/2013).

3) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO

Aprovação do Requerimento: 05/03/2008
Aprovação do Requerimento de Aditamento: 10/12/2008
Instalação: 06/11/2008
Prazo prorrogado: 30/06/2009
Prazo prorrogado: 31/08/2009
Prazo prorrogado: 22/12/2009
Prazo prorrogado: 17/07/2010
Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (3)

Senador José Pimentel (PT) (1)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) (1)

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (4)

Senador Vital do Rêgo (PMDB) (2)

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) (2)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

******. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

4) COMISSÃO EXTERNA PARA VISITAR O CONGRESSO NACIONAL DO PARAGUAI

Finalidade: Visitar o Congresso Nacional do Paraguai para estreitar as relações com os senadores paraguaios, tratar da crise que envolve os agricultores brasileiros no Paraguai e conhecer as ações que estão sendo realizadas pelo Governo daquele País para proteger os brasileiros no conflito de terras que envolvem os chamados "carperos" e "brasiguaios".

(Requerimento nº 30, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Número de membros: 5

Aprovação do Requerimento: 14/02/2012
Designação: 28/02/2012

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)
Senador Delcídio do Amaral (PT) (3)
Senador Paulo Paim (PT) (3)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (5)
Senador Sérgio Souza (PMDB) (2)
Senadora Ana Amélia (PP) (4)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)
Senador Alvaro Dias (PSDB) (1)

Notas:
1. Em 28.02.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro do PSDB(Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão(Of.nº18/12-GLPSDB).
2. Em 05.03.2012, o Senador Ségio Souza é designado membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 23/12-GLPMDB).
3. Em 06.03.2012, os Senadores Delcídio do Amaral e Paulo Paim são designados membros do PT (Bloco de Apoio ao Governo) na Comissão (Of. nº 27/12-GLDBAG).
4. Em 07.03.2012, a Senadora Ana Amélia é designada membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 24/12-GLPMDB).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

5) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS PROGRAMAS DE TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, conhecida como "Transposição do Rio São Francisco", bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 514, de 2011, do Senador Cícero Lucena)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)
VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)
RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE)

Aprovação do Requerimento: 21/03/2012
Designação: 04/04/2012
Instalação: 13/11/2012
Prazo final: 22/12/2012
Prazo prorrogado: 22/12/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Senador Humberto Costa (PT) (3)	1. Senador Inácio Arruda (PCdoB) (3)
Senadora Lídice da Mata (PSB) (3)	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) (3)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (2)	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) (4)	1. Senador Benedito de Lira (PP) (4)
Senador Paulo Davim (PV) (4)	2. Senador Ciro Nogueira (PP) (4)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cícero Lucena (PSDB) (1)	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) (5)

Notas:
*. Em 13.11.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Vital do Rêgo e Cícero Lucena para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Humberto Costa (Of. nº 001/2012-CEE-São Francisco).
**. Em 13.11.2012, foi lido o Requerimento nº 961, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22 de dezembro de 2013.
1. Em 4.4.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 30/2012-GLPSDB).
2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
3. Em 11.04.2012, o Senador Humberto Costa e a Senadora Lídice da Mata são designados membros titulares e os Senadores Inácio Arruda e Antonio Carlos Valadares membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 48/2012-GLDBAG).
4. Em 26.04.2012, os Senadores Vital do Rêgo e Paulo Davim são designados membros titulares e os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB Nº 093/2012).
5. Em 12.11.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 234/2012-GLPSDB).

Secretário(a): Guilherme Brandão
Telefone(s): 61 33033508
Fax: 61 33031176
E-mail: coceti@senado.gov.br

6) CT- DESTINADA A PROPOR SOLUÇÕES AO FINANCIAMENTO DO SISTEMA DE SAÚDE DO BRASIL

Finalidade: Debater e propor soluções, no prazo de noventa dias, para o financiamento do sistema de saúde do Brasil.

(Requerimento nº 145, de 2012, do Senador Humberto Costa)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) (3)
RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) (3)
VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) (7)

Aprovação do Requerimento: 28/03/2012
Designação: 17/04/2012
Instalação: 14/03/2013
Prazo final: 12/06/2013
Prazo prorrogado: 09/12/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Senador Humberto Costa (PT)	1. Senador Wellington Dias (PT)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) (2)	1. Senador Luiz Henrique (PMDB) (2,4)
Senador Paulo Davim (PV) (2,4)	2. Senador Ciro Nogueira (PP) (2)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Osvaldo Sobrinho (PTB) (6,5,8)	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) (1)

Notas:
*. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 051, de 2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Humberto Costa e Antonio Carlos Valadares, como membros titulares; e os Senadores Wellington Dias e Vanessa Graziotin, como membros suplentes, para comporem a Comissão.
**. Em 11.06.2013, foi aprovado o Requerimento nº 561, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 90 dias.
***. **Prazo recontado, em virtude do disposto no § 2º, do art. 57 da CF.**
****. Em 04.09.2013, foi aprovado o Requerimento nº 1.029, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 90 dias.
1. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 43/12-GLPSDB).
2. Em 27.04.2012, foi lido o Ofício nº 095, de 2012, da Liderança do Bloco da Maioria, designando os Senadores Vital do Rêgo e Luiz Henrique, como membros titulares; e os Senadores Paulo Davim e Ciro Nogueira, como membros suplentes, para comporem a Comissão.
3. Em 14.3.2013, foi lido o Ofício 001/2013-CTS, que comunica a instalação da Comissão, bem como a eleição dos Senadores Vital do Rêgo e Humberto Costa para Presidente e Relator, respectivamente.
4. Em 19.03.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa a ocupar a suplência (Of. GLPMDB nº 116/2013).
5. Vaga cedida ao DEM.(Of. nº107/13-GLPSDB).
6. Em 3.4.2013, o Senador Jayme Campos é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 22/13-GLDEM).
7. Em 4.4.2013, foi lido o Ofício 002/2013-CTS, que comunica a eleição do Senador Paulo Davim para Vice-Presidente nesse colegiado.
8. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).

Secretário(a): Keny Cristina Rodrigues martins
Telefone(s): 061 33033501
Fax: 061 33031176
E-mail: sscepi@ssenado.leg.br

7) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE REALIZAR ESTUDOS E PROPOR ATUALIZAÇÃO DA LEP

Finalidade: Realizar estudos e propor a atualização da Lei de Execuções Penais - LEP (Lei nº 7.210, de 1984), no prazo de 60 (sessenta) dias.

(Requerimento nº 848, de 2012, do Senador José Sarney, aprovado em 30.10.2012)

Número de membros: 16

PRESIDENTE: Sidnei Agostinho Beneti
RELATORA: Maria Tereza Uille Gomes (1)

Designação: 22/11/2012
Instalação: 04/04/2013
Prazo final: 02/06/2013
Prazo final prorrogado: 09/12/2013

MEMBROS

Sidnei Agostinho Beneti
Gamil Föppel El Hireche
Carlos Pessoa de Aquino
Edemundo Dias de Oliveira Filho
Denis de Oliveira Praça
Maria Tereza Uille Gomes
Marcellus Ugiette
Roberto Charles de Menezes Dias
Técio Lins e Silva
Luís Alexandre Rassi
Sergio Alexandre Meneses Habib
Marco Aurélio Belizze
Maurício Kuehne
Augusto Eduardo de Souza Rossini
Luciano Losekann
Nídea Rita Coltro Sorci

Notas:
*. Em 29.05.2013, foi aprovado o Requerimento nº 476, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias; e amplia em 5 o quantitativo de vagas da Comissão.
. **Prazo recontado, em virtude do disposto no § 2º, do art. 57 da CF.
***. Em 01.10.2013, foi aprovado o Requerimento nº 1.153, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 70 dias.
1. Em 10.05.2013, a Comissão reunida designou como Relatora a Doutora Maria Tereza Uille Gomes (Of. 15/2013 - SSCEPI).

Secretário(a): REINILSON PRADO
Telefone(s): 33033492
Fax: 33031176
E-mail: rprado@senado.gov.br

8) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR A CRISE NA FEDERAÇÃO PARAENSE DE FUTEBOL

Finalidade: Acompanhar, no prazo de noventa dias, a crise institucionalizada na Federação Paraense de Futebol - FPF, assegurada a participação de dois membros da região Norte do País.

(Requerimento nº 930, de 2012, do Senador Mário Couto)

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mário Couto (PSDB-PA) (7)

Aprovação do Requerimento: 28/11/2012
Instalação: 17/04/2013
Prazo final: 16/07/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB) (4)	1. Senador Ivo Cassol (PP) (4)
Senador Roberto Requião (PMDB) (6)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Mário Couto (PSDB) (1)	1. VAGO (1,9,3)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
VAGO (5,8)	1. Senador Magno Malta (PR) (2)

Notas:

1. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPSDB nº 4/2013, designando o Senador Mário Couto como membro titular e o Senador Flexa Ribeiro como membro suplente para compor o Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.
2. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício BLUFOR nº 208/2012, designando Magno Malta como membro suplente, para compor o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.
3. Em 09.04.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 116/2013-GLPSDB).
4. Em 10.04.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 149/2013, designando o Senador Jarbas Vasconcelos como membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente para compor o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
5. Em 16.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão(Of. nº 92/2013-BLUFOR).
6. Em 16.04.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão(Of. nº 152/2013-GLPMDB).
7. Em 17.04.2013, a Comissão reunida elegeu o Senador Mário Couto como Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2013-CTEFPF).
8. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti deixa de integrar a Comissão (Of. 109/2013-BLUFOR).
9. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do tiular, Senador João Ribeiro.

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos
Telefone(s): 61 33033492
Fax: 61 33031176
E-mail: sscepi@senado.leg.br

9) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010
Prazo final prorrogado: 20/12/2013

MEMBROS
Admar Gonzaga Neto
Arnaldo Versiani Leite Soares
Carlos Caputo Bastos
Carlos Mário da Silva Velloso
Edson de Resende Castro
Fernando Neves da Silva
Hamilton Carvalhido
Joelson Costa Dias
José Antonio Dias Toffoli
José Eliton de Figuerêdo Júnior
Luciana Müller Chaves
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Márcio Silva
Marcus Vinicius Furtado Coelho
Roberto Monteiro Gurgel Santos
Raimundo Cezar Britto
Torquato Lorena Jardim
Geraldo Agosti Filho
José Rollemberg Leite Neto
Walter de Almeida Guilherme
Roberto Carvalho Velloso
Henrique Neves da Silva
Ezikelly Silva Barros

Notas:
*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

**. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.
***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.
****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.
*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.
******. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.
*******. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.
********. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.
*********. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.
**********. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.
***********. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.
************. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.
*************. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

10) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DO NOVO CÓDIGO COMERCIAL

Finalidade: Elaborar anteprojeto destinado a substituir o Código Comercial que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.
(Ato do Presidente nº 13, de 2013)

Número de membros: 19

PRESIDENTE: João Otávio de Noronha
VICE-PRESIDENTE: Alfredo de Assis Gonçalves Neto
RELATOR: Fábio Ulhoa Coelho

Instalação: 07/05/2013
Prazo final: 03/12/2013

MEMBROS
João Otávio de Noronha
Fábio Ulhoa Coelho
Alfredo de Assis Gonçalves Neto
Arnoldo Wald
Bruno Dantas Nascimento
Cleantho de Moura Rizzo Neto
Clóvis Cunha da Gama Malcher Filho
Daniel Beltrão de Rossiter Correia
Eduardo Montenegro Serur
Felipe Lückmann Fabro
Jairo Saddi
Marcelo Guedes Nunes
Márcio Souza Guimarães
Newton de Lucca
Osmar Brina Corrêa-Lima
Paulo de Moraes Penalva Santos
Ricardo Lupion Garcia
Tiago Asfor Rocha Lima
Uinie Caminha

Notas:
***. Prazo recontado, em virtude do disposto no § 2º, do art. 57 da CF.**
**. Em 1.10.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 42, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 30 dias.

Secretário(a): Rogério Faleiro Machado - Felipe Costa Geraldes
Telefone(s): 3303 4854
E-mail: sscepi@senado.leg.br

11) CT - MODERNIZAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS (LEI Nº 8.666/1993)

Finalidade: Atualizar e modernizar a Lei n° 8.666, de 21 de junho, de 1993, no prazo de 60 (sessenta) dias. (Ato do Presidente n° 19, de 2013)

Número de membros: 8

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)
RELATOR: Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO)
RELATOR REVISOR: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)

Ato do Presidente do Senado Federal: 28/05/2013
Instalação: 13/06/2013
Prazo final: 12/08/2013
Prazo final prorrogado: 11/11/2013

MEMBROS

Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senadora Kátia Abreu (PMDB) (1)
Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Francisco Dornelles (PP)
Senador Eduardo Suplicy (PT)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Armando Monteiro (PTB)
Senador Wilder Morais (DEM)

Notas:
*. Em 13.06.2013, ocorreu a instalação da Comissão, nos termos do Of. 001/2013-CTLICON.
**. Em 2.7.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 28, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 60 dias.
***. **Prazos recontados, em virtude do disposto no § 2º, do art. 57 da CF.**
****. Em 30.9.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 41, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 30 dias.
1. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.

Secretário(a): Keny Cristina Rodrigues Martins
Telefone(s): 61 33033501
Fax: 61 33031176
E-mail: sscepi@senado.leg.br

12) CT - DESTINADA A DEBATER E PROPOR SOLUÇÕES PARA O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Finalidade: Debater e propor soluções para o financiamento da educação no Brasil, no prazo de 90 dias.
(Ato do Presidente nº 36, de 2013)

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)
RELATOR: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

Instalação: 01/10/2013

MEMBROS

Senador Cyro Miranda (PSDB)
Senador Cristovam Buarque (PDT)
Senadora Angela Portela (PT)
Senadora Ana Amélia (PP)
Senador Ciro Nogueira (PP)
Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Paulo Paim (PT)
Senador Acir Gurgacz (PDT)
Senador Paulo Bauer (PSDB) (1)

Notas:
1. Em 30.9.2013, o Senador Paulo Bauer é indicado para compor a Comissão (Ato do Presidente nº 40, de 2013).

Secretário(a): GUILHERME BRANDÃO
Telefone(s): 61 33033508
Fax: 61 33031176
E-mail: coceti@senado.gov.br

13) CT - DESTINADA A DEBATER E PROPOR SOLUÇÕES PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL

Finalidade: Analisar os projetos em tramitação no Senado Federal que tratam de Segurança Pública no Brasil, bem como debater e propor soluções para o seu financiamento, no prazo de 90 (noventa) dias.
(Atos do Presidente n°s 37 e 39, de 2013)

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)
RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT)

Instalação: 02/10/2013

MEMBROS

Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Pedro Taques (PDT)
Senador Lindbergh Farias (PT)
Senador Eduardo Braga (PMDB)
Senador Lobão Filho (PMDB) (1)
Senador Armando Monteiro (PTB)
Senador Eunício Oliveira (PMDB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)
Senador Humberto Costa (PT)
Senador Sérgio Souza (PMDB)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
Senador João Capiberibe (PSB)

Notas:
*. Em 26.9.2013, foi publicado o Ato do Presidente n° 39, de 2013, em aditamento ao Ato do Presidente n° 37, de 2013.
**. Em 10.10.2013, foi publicado o Ato do Presidente n° 46, de 2013, em aditamento ao Ato do Presidente n° 37, de 2013, designando os Senadores Humberto Costa, Sérgio Souza e Flexa Ribeiro para integrarem a Comissão.
***. Em 23.10.2013, foi publicado o Ato do Presidente n° 47, de 2013, em aditamento aos Atos do Presidente n°s 37 e 39, de 2013, designando os Senadores Lobão Filho e João Capiberibe para integrarem a Comissão.
1. Em 21.10.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de integrar a Comissão, nos termos do Of. 174/2013-GLPSDB.

Secretário(a): KENY CRISTINA RODRIGUES MARTINS
Telefone(s): 61 33033501
Fax: 61 33031176
E-mail: coceti@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE
Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (58)
VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Souza (PMDB-PR) (58)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (13,68)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Pedro Taques (PDT) (10,14,61)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Walter Pinheiro (PT) (33)
José Pimentel (PT) (10,9)	3. Anibal Diniz (PT) (42,41)
Humberto Costa (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB) (57)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Cristovam Buarque (PDT) (46,47,34,35,70)	6. Acir Gurgacz (PDT) (70,8)
Rodrigo Rollemberg (PSB) (65,62)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB) (62,66)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	8. Inácio Arruda (PCdoB)
	9. Randolfe Rodrigues (PSOL) (69)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (29)	
Eduardo Braga (PMDB) (60)	1. Casildo Maldaner (PMDB) (60)
Sérgio Souza (PMDB) (60)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) (22,17,60)
Valdir Raupp (PMDB) (49,50,37,36,60,73)	3. Lobão Filho (PMDB) (60,83)
Roberto Requião (PMDB) (64,60)	4. Eunício Oliveira (PMDB) (60,63)
Vital do Rêgo (PMDB) (60)	5. Waldemir Moka (PMDB) (60)
Romero Jucá (PMDB) (60,63)	6. Clésio Andrade (PMDB) (27,26,3,16,7,60)
Luiz Henrique (PMDB) (60)	7. Ana Amélia (PP) (60)
Ivo Cassol (PP) (60)	8. Ciro Nogueira (PP) (60)
Francisco Dornelles (PP) (20,18,12,11,60)	9. Benedito de Lira (PP) (5,60)
Kátia Abreu (PMDB) (82,59,60,44,43,25,55,23)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (1,56)	1. Flexa Ribeiro (PSDB) (56)
Cyro Miranda (PSDB) (56)	2. Aécio Neves (PSDB) (2,56)
Alvaro Dias (PSDB) (56)	3. Paulo Bauer (PSDB) (56)
José Agripino (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) (31,32,30)
Osvaldo Sobrinho (PTB) (30,79,81)	5. Wilder Morais (DEM) (4,40,15)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) (29,45)	
Armando Monteiro (PTB) (67)	1. Gim (PTB) (67,74)
João Vicente Claudino (PTB) (78,67,74)	2. Alfredo Nascimento (PR) (48,78,67,75)
Blairo Maggi (PR) (67,53,26,27,28)	3. Eduardo Amorim (PSC) (38,39,51,52,71,72,67,76)

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

Antonio Carlos Rodrigues (PR) (54,67,6)	4. João Ribeiro (PR) (80,67,77,21)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.

*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.

********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

**********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

**********. Bloco Parlamentar da Maioria: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 5 titulares e 5 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.

1. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.

2. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro sumplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

5. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).

6. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

7. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

8. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of nº 66/2011-GLDBAG).

9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

10. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of nº 079/2011-GLDBAG).

11. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

12. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

13. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

14. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).

15. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

16. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 271/2011 - GLPMDB).
17. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
18. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
19. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
20. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
21. Em 23.11.2011, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do PR na Comissão, em decorrência de novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
22. Em 28.11.2011, foi lido o Ofício nº 298-2011-GLPMDB, comunicando o remanejamento do Senador Sérgio Souza, da 6ª para a 2ª suplência do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
23. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
24. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
25. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
26. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
28. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro titular do PR na Comissão (Of. nº 004/2012-GLPR).
27. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMDB nº 32/2012).
29. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
30. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 20/2012-GLDEM).
31. Em 25.04.2012, a Liderança do DEM cede uma vaga de suplente na Comissão ao PSDB (OF. Nº 027/12-GLDEM).
32. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente na Comissão em vaga cedida pelo DEM (Of. nº 48/12-GLPSDB).
33. Em 22.05.2012, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. nº 073/2012-GLDBAG).
34. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
35. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 089/2012-GLDBAG).
36. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
37. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
38. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
39. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 075/2012/BLUFOR/SF).
40. Em 29.08.2012, é lido o Of. nº 046/12-GLDEM, designando o Senador Wilder Morais como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, a partir de 10.09.2012, em substituição ao Senador Clovis Fecury.
41. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
42. Em 14.09.2012, o Senador Anibal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of nº 109/2012-GLDBAG).
43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
46. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 139/2012 - GLDBAG).
48. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
49. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
50. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2012).
51. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.

52. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 213/2012-BLUFOR).
53. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
54. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
56. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias e Cyro Miranda, como membros titulares; e Senadores Aécio Neves, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer, como membros suplentes (Ofício nº 007/13-GLPSDB).
55. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (OFÍCIOS nºs 012 e 013/2013-GLPSD).
57. Em 07.02.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 012/2013 - GLDBAG).
58. Em 26.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lindbergh Farias e Sérgio Souza Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 007/2013 - CAE).
59. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
60. Em 26.02.2013, foram lidos os Ofícios GLPMDB nº 36 e 64/2013, designando os Senadores Eduardo Braga, Sérgio Souza, Jader Barbalho, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Ivo Cassol, Francisco Dornelles e a Senadora Kátia Abreu como membros titulares e os Senadores Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, Waldemir Moka, Clésio Andrade, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
61. Em 26.02.2013, o Senador Pedro Taques é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Zeze Perrella (Of. nº 17/2013-GLDBAG).
62. Em 27.02.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passa a ocupar sua suplência (Of. GLDBAG nº 023/2013).
63. Em 27.02.2013, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência (Of. GLPMDB nº 074/2013).
64. Em 12.03.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. GLPMDB nº 113/2013).
65. Em 14.03.2013, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 46/2013).
66. Em 14.03.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. GLDBAG nº 46/2013).
67. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro, Gim, Blairo Maggi e Antonio Carlos Rodrigues, e membros suplentes os Senadores João Vicente Claudino, Eduardo Amorim, João Costa e Alfredo Nascimento para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 42/2013).
68. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
69. Em 07.02.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é confirmado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. 0012/2013-GLPDSB).
70. Em 27.03.2013, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Acir Gurgacz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 57/2013-GLDBAG).
71. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
72. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 88/2013-BLUFOR)
73. Em 24.04.2013, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Jader Barbalho (Of. 165/2013-GLPMDB).
74. Em 7.5.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Gim, que passa a ocupar a primeira suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR).
75. Em 7.5.2013, o Senador João Vicente Claudino passa a ocupar a segunda suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR)
76. Em 7.5.2013, o Senador Eduardo Amorim passa a ocupar a terceira suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR)
77. Em 7.5.2013, o Senador Vicentinho Alves passa a ocupar a quarta suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR)
78. Em 08.05.2013, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento, que passa a ocupar a vaga de membro suplente (Of. 104/2013BLUFOR).
79. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
80. Em 18.09.2013, O Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 172/2013-BLUFOR).
81. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
82. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
83. Em 10.10.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 286/2013-GLPMDB).

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) (2)

Instalação: 09/07/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Walter Pinheiro (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Inácio Arruda (PCdoB)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Randolfe Rodrigues (PSOL)	3. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. Benedito de Lira (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Kátia Abreu (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	3. Jader Barbalho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Wilder Morais (DEM) (1)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
João Vicente Claudino (PTB)	1. Eduardo Amorim (PSC)

Notas:
1. Em 30.4.2013, o Senador Wilder Morais é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador José Agripino (OF. 90/2013-CAE)
2. Em 09.07.2013, a Senadora Ana Amélia e o Senador Waldemir Moka foram eleitos presidente e vice-presidente, respectivamente, na Subcomissão (Of. nº 183/2013-CAE).
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 85/2013-CAE, que comunica a designação dos Senadores Walter Pinheiro, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues, como titulares, e dos Senadores Delcídio do Amaral, Acir Gurgacz e Eduardo Lopes, como suplentes, do Bloco de Apoio ao Governo; da Senadora Ana Amélia e dos Senadores Casildo Maldaner e Waldemir Moka, como titulares, e da Senadora Kátia Abreu e dos Senadores Benedito de Lira e Jader Barbalho, como suplentes, do Bloco Parlamentar da Maioria; dos Senadores Alvaro Dias e José Agripino, como titulares, e da Senadora Lúcia Vânia e do Senador Aloysio Nunes Ferreira, como suplentes, do Bloco Parlamentar Minoria; e do Senador João Vicente Claudino, como membro titular, e do Senador Eduardo Amorim, como suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (1)	
Delcídio do Amaral (PT) (5,6)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (4,3)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (2)	
Benedito de Lira (PP) (8)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) (7)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR)

Notas:
1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
3. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
4. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CAE (Of. nº 089/2012 - GLDBAG).
5. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
6. Em 12.03.2013, vago em virtude da solicitação contida no OF. nº 014/2013 -CAE.
7. Em 23.04.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 87/2013-CAE).
8. Em 25.06.2013, o Senador Benedito de Lira é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (OF. nº 165/2013-PRESIDÊNCIA/CAE).
*. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimental para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.
**. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 82/2013-CAE, que comunica a designação do Senador Delcídio do Amaral como membro titular e do Senador Antonio Carlos Valares como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, dos Senadores Francisco Dornelles e Luiz Henrique como membros titulares e dos Senadores Sérgio Souza e Roberto Requião como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria, do Senador Flexa Ribeiro como mebro titular e do Senador Aloysio Nunes Ferreira como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria, e do Senador Armando Monteiro como membro titular e do Senador Antonio Carlos Rodrigues como membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
José Pimentel (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Sérgio Souza (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Wilder Morais (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Blairo Maggi (PR)

Notas:

*. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 83/2013-CAE, que comunica a designação do Senador José Pimentel e da Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares e do Senador Rodrigo Rollemberg como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, do Senador Sérgio Souza como membro titular e dos Senadores Ciro Nogueira e Eunício Oliveira como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria, do Senador Paulo Bauer como mebro titular e do Senador Wilder Morais como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria, e do Senador Armando Monteiro como membro titular e do Senador Blairo Maggi como membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP) (2)

Instalação: 25/06/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB)
	2. Ivo Cassol (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) (1)	1. Osvaldo Sobrinho (PTB) (3)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Alfredo Nascimento (PR)	1. João Costa (PPL)

Notas:
1. Em 23.04.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. 88/2013/CAE).
2. Em 25.6.2013, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Cristovam Buarque e Eduardo Suplicy, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 167/2013 - Presidência/CAE).
3. Em 24.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos(Of. nº 254/2013/CAE).
*. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 84/2013-CAE, que comunica a designação dos Senadores Eduardo Suplicy e Cristovam Buarque, como titulares, e do Senador Pedro Taques, como suplente, do Bloco de Apoio ao Governo; do Senador Vital do Rêgo, como titular, e dos Senadores Ricardo Ferraço e Ivo Cassol, como suplentes, do Bloco Parlamentar da Maioria; do Senador Cyro Miranda, como titular, e do Senador Jayme Campos, como suplente, do Bloco Parlamentar Minoria; e do Senador Alfredo Nascimento, como titular, e do Senador João Costa, como suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) (36)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (36)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (8,42)	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT) (26)
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT) (18)
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (22)	
Waldemir Moka (PMDB) (23,35)	1. Sérgio Souza (PMDB) (17,30,6,23,35)
Roberto Requião (PMDB) (2,23,37,35)	2. VAGO (30,23,49,35)
Casildo Maldaner (PMDB) (4,23,3,35)	3. Eduardo Braga (PMDB) (30,23,35)
Vital do Rêgo (PMDB) (23,35)	4. Eunício Oliveira (PMDB) (30,23,37,35)
João Alberto Souza (PMDB) (23,35)	5. Romero Jucá (PMDB) (30,23,35)
Ana Amélia (PP) (14,21,15,16,23,35)	6. Benedito de Lira (PP) (10,30,23,35)
Paulo Davim (PV) (25,30,23,35)	7. Sérgio Petecão (PSD) (30,23,35)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB) (34)	1. Aécio Neves (PSDB) (34)
Lúcia Vânia (PSDB) (34)	2. Cyro Miranda (PSDB) (11,13,9,34)
José Agripino (DEM) (7,9,44,43,40,34)	3. Paulo Bauer (PSDB) (34)
Osvaldo Sobrinho (PTB) (52,50)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) (22,27)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (31,46,38,45,41)	1. Armando Monteiro (PTB) (41)
Eduardo Amorim (PSC) (41,1,5)	2. João Vicente Claudino (PTB) (24,41)
João Ribeiro (PR) (28,29,32,47,48,51,39,41)	3. VAGO (33,41,19,20)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

***. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sergio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.
******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.
*******. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
********. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**
*********. **Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).
2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges(OF. nº 062/2011 - GLPMDB).
3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
4. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)
5. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)
6. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).
7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
9. Em 26.10.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 184/11 -GLPSDB).
10. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
11. Em 14.11.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 190/11 -GLPSDB).
12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
13. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias. (Of. nº 191/2011 - GLPSDB)
14. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
15. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
16. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
17. Em 16.02.2012, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (OF. GLPMDB nº 14/2012).
18. Em 06.03.2012, o Senador José Pimentel é designado membro suplente na Comissão, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 33/2012-GLDBAG).
19. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
20. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
21. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
22. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
23. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 64/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Waldemir Moka, Paulo Davim, Romero Jucá, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CAS.
24. Em 26.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. Nº 024/2012/GLBUF/SF).
25. Em 3.07.2012, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 166/2012).
26. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

27. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
28. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
29. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 099/2012/BLUFOR/SF).
30. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros, que passa a ocupar a vaga de primeiro suplente do Bloco, remanejando os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira para as demais suplências, respectivamente (OF. GLPMDB nº 345/2012).
31. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
32. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
33. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
34. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cícero Lucena e Lúcia Vânia, como membros titulares; e Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer, como membros suplentes (Ofício nº 008/13-GLPSDB).
35. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 37/2013, designando os Senadores Waldemir Moka, Eunício Oliveira, Casildo Maldaner, Vital do Rêgo, João Alberto Souza, a Senadora Ana Amélia e o Senador Paulo Davim, como membros titulares, e os Senadores Sérgio Souza, Pedro Simon, Eduardo Braga, Roberto Requião, Romero Jucá, Benedito de Lira e Sérgio Petecão, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
36. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Waldemir Moka e Vanessa Grazziotin, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 002/2013 - CAS).
37. Em 7.3.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência na Comissão(OF. GLPMDB nº 102/2013).
38. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 028/2013).
39. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 59/2013).
40. Em 19.03.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de compor a Comissão (Of. nº 97/2013-GLPSDB).
41. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodré Santoro, Eduardo Amorim e João Costa, e membros suplentes os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 43/2013).
42. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
43. Em 26.03.2013, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Ofícios nºs 21/2013-GLDEM e 103/2013-GLPSDB).
44. Vaga cedida pelo PSDB ao DEM (OF. Nº 103/2013-GLPSDB).
45. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
46. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 80/2013-BLUFOR).
47. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
48. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 85/2013-BLUFOR)
49. Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão (OF. nº 192/2013-GLPMDB).
50. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
51. Em 18.09.2013, O Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 173/2013-BLUFOR).
52. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo
Telefone(s): 3303 4608
Fax: 3303 3652

2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 4/2012, do Senador Cyro Miranda, com a finalidade de, até o final da sessão legislativa, examinar as questões pertinentes à remuneração das contas vinculadas ao FGTS, a sustentabilidade de capitalização desse Fundo, bem como propor o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) (5)
VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (5)
RELATOR:

Instalação: 07/03/2012

Prazo final: 22/12/2012

Prazo prorrogado: 22/12/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Paulo Paim (PT)	1. Wellington Dias (PT)
José Pimentel (PT) (4,3)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (2)	
Ana Amélia (PP)	1. Waldemir Moka (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. VAGO (1)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Paulo Bauer (PSDB)

Notas:
1. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
3. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
4. Em 17.10.2012, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (OF. nº 183/2012-PRESIDÊNCIA/CAS).
5. Em 21.3.2013, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Paulo Paim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 38/2013 - Presidência/CAS).
*. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 16/2012-CAS, que designa o Senador Paulo Paim e a Senadora Marta Suplicy como membros titulares e os Senadores Wellington Dias e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a Senadora Ana Amélia e o Senador Casildo Maldaner como membros titulares e os Senadores Waldemir Moka e Lauro Antonio como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Cyro Miranda como membro titular e o Senador Paulo Bauer como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.
**. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 182/2012-PRESIDÊNCIA/CAS, comunicando a aprovação do Requerimento nº 61, de 2012-CAS, que prorroga os trabalhos da Subcomissão até o término da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo
Telefone(s): 3303 4608
Fax: 3303 3652

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) (77)

VICE-PRESIDENTE: Senador Anibal Diniz (PT-AC) (77)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (23,82)	
José Pimentel (PT)	1. Angela Portela (PT) (9,89,87)
Ana Rita (PT) (54,55)	2. Lídice da Mata (PSB) (9,55,56)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT) (7,9,75)
Anibal Diniz (PT) (6,74)	4. Acir Gurgacz (PDT) (24,60,61,49,25,51)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	5. Walter Pinheiro (PT) (78,8)
Inácio Arruda (PCdoB)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Eduardo Lopes (PRB) (32,33)	7. Humberto Costa (PT) (12)
Randolfe Rodrigues (PSOL) (86)	8. Lindbergh Farias (PT) (91,93)
Eduardo Suplicy (PT) (87)	9. Wellington Dias (PT) (92)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (38)	
Eduardo Braga (PMDB) (39,50,76)	1. Ciro Nogueira (PP) (16,4,27,20,39,2,50,98,76,94)
Vital do Rêgo (PMDB) (15,1,39,50,76)	2. Roberto Requião (PMDB) (3,16,36,39,46,50,76)
Pedro Simon (PMDB) (39,50,76)	3. Ricardo Ferraço (PMDB) (16,53,63,39,64,13,50,52,76)
Sérgio Souza (PMDB) (39,50,76)	4. Clésio Andrade (PMDB) (16,14,39,50,76)
Luiz Henrique (PMDB) (20,39,50,76)	5. Valdir Raupp (PMDB) (39,76)
Eunício Oliveira (PMDB) (26,39,76,105,103)	6. Benedito de Lira (PP) (39,76)
Francisco Dornelles (PP) (39,76)	7. Paulo Davim (PV) (39,76,106)
Sérgio Petecão (PSD) (76,73,40,41,43,70)	8. Kátia Abreu (PMDB) (104,76,73,57,40,41,43,58,69,68,31,30,29,37)
Romero Jucá (PMDB) (94)	9. Lobão Filho (PMDB) (97,96,102,88,95)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB) (71)	1. Lúcia Vânia (PSDB) (22,71)
Cássio Cunha Lima (PSDB) (71)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) (71,100,99,72)
Alvaro Dias (PSDB) (71)	3. Cícero Lucena (PSDB) (71,85,11)
José Agripino (DEM) (17,42)	4. Paulo Bauer (PSDB) (44,18,42)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (85)	5. Cyro Miranda (PSDB) (85,100)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) (38,59)	
Armando Monteiro (PTB) (81)	1. Gim (PTB) (45,65,80,81,5)
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (62,84,83,81)	2. Eduardo Amorim (PSC) (45,79,81,10)
Magno Malta (PR) (81)	3. Blairo Maggi (PR) (66,67,81,34,19,35,21)
Antonio Carlos Rodrigues (PR) (81)	4. Alfredo Nascimento (PR) (47,48,81,101,90)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e

os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.
**. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).
***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).
****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.
*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.
******. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunicio Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.
*******. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.
********. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
*********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
**********. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**
**********. **Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**
**********. Em 17.04.2013, publicada no D.O.U. a Resolução nº 11, de 2013, que amplia para 27 o quantitativo de vagas da Comissão, distribuídas em obediência à propocionalidade partidária.
1. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)
2. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)
3. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (OF.Nº 41/2011-GLPMDB)
4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (OF.Nº 42/2011-GLPMDB)
5. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).
6. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
7. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
8. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
9. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).
10. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).
11. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).
12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (OF. nº 014/2011-GLDBAG).
13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (OF. nº 063/2011-GLPMDB).
14. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
15. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar(PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)

16. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).
17. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
18. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
19. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
20. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (OF. GLPMDB nº 136/2011).
21. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).
22. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB.
23. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
24. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).
25. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).
26. Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (OF. nº 261/2011-GLPMDB).
27. Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (OF. nº 261/2011-GLPMDB).
28. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
29. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
30. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
31. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
32. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
33. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 32/2012 - GLDBAG).
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 27.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF.GLPMDB nº 45/2012).
37. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
38. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
39. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 63/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Roberto Requião, Clésio Andrade, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Lobão Filho, Waldemir Moka e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CCJ.
40. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
41. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
42. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 18/2012-GLDEM).
43. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando o Senador Sérgio Petecão como membro titular e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para compor a Comissão.
44. Em 18.04.2012, o Senador Paulo Bauer é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 21/12-GLDEM e 42/12-GLPSDB).
45. Em 19.04.2012, os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Ciro Nogueira são designados, respectivamente, primeiro e segundo suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 61/2012/GLPTB).
46. Em 7.05.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (OF. GLPMDB nº 106/2012).

47. Em 9.05.2012, o PSOL cede, em caráter provisório, uma vaga de suplente na Comissão ao Bloco Parlamentar União e Força (Ofício GSRR nº 00114/2012).
48. Em 10.05.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força (PSC) na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo PSOL (OF. Nº 009/2012/GLBUF/SF).
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Em 04.07.2011, indicados os Senadores Ricardo Ferraço, Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá e Vital do Rêgo para primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto titulares, respectivamente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão; e os Senadores Renan Calheiros, Roberto Requião, Valdir Raupp e Eduardo Braga para primeiro, segundo, terceiro e quarto suplentes, respectivamente (OF. GLPMDB nº 168/2012).
51. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 092/2012-GLDBAG).
52. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
53. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
54. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
55. Em 14.09.2012, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of nº 110/2012-GLDBAG), e deixa de ocupar a suplência.
56. Em 14.09.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em decorrência da designação da Senadora Ana Rita como titular (Of. nº 110/2012-GLDBAG).
57. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
58. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
59. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
60. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
61. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 142/2012 - GLDBAG).
62. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
63. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
64. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 362/2012).
65. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
66. Em 20.12.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (OF. Nº 237/2012-BLUFOR).
67. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
68. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
69. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão(OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
70. Em 07.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é confirmado membro titular do PSD na Comissão (OF. Nº 0013/2013-GLPSD).
71. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cássio Cunha Lima, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 009/13-GLPSDB).
72. Em 19.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Ofício nº 32/13-GLPSDB).
73. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
76. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 39/2013, designando os Senadores Eduardo Braga,, Vital do Rêgo, Pedro Simon, Sérgio Souza, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Roberto Requião, Ricardo Ferraço, Clésio Andrade, Valdir Raupp, Benedito de Lira, Waldemir Moka e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
75. Em 26.02.2013, o Senador Jorge Viana é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aníbal Diniz (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
74. Em 26.02.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
77. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Vital do Rêgo e Aníbal Diniz Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 01/2013 - CCJ).

78. Em 05.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 35/2013 - GLDBAG).
79. Em 12.03.2013, volta a pertencer ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao PP (Of. nº 55/2013 - BLUFOR).
80. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 029/2013).
81. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro, Sodré Santoro, Magno Malta e Antonio Carlos Rodrigues, e membros suplentes os Senadores Gim, Eduardo Amorim, Blairo Maggi e Alfredo Nascimento para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 44/2013).
82. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
83. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
84. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 81/2013-BLUFOR).
85. Em 18.04.2013. o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa a suplência e passa a ser membro titular; os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro são designados membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão (Of. 122/2013-GLPSDB).
86. Em 23.04.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 72/2013-GLDBAG).
87. Em 23.04.2013, o Senador Eduardo Suplicy deixa a suplência e passa a ser membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 73/2013-GLDBAG).
88. Em 24.04.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 166/2013-GLPMDB).
89. Em 07.05.2013, a Senadora Angela Portela é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 078/2013-GLDBAG).
90. Em 14.05.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento (Of. nº 112/13 - BLUFOR).
91. Em 23.05.2013, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 086/2013-GLDBAG).
92. Em 04.06.2013, o Senador Wellington Dias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 088/2013-GLDBAG).
93. Em 01.07.2013, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 096/2013-GLDBAG).
94. Em 09.07.2013, o Senador Romero Jucá deixa a suplência e passa a ser titular do Bloco Parlamentar da Maioria, na Comissão (Of. 217/2013-GLPMDB).
95. Em 10.07.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. 225/2013-GLPMDB).
96. Em 11.07.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. 243/2013-GLPMDB).
97. Em 06.08.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. 243/2013-GLPMDB).
98. Em 06.08.2013, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão(Ofício nº 236/2013-GLPMDB).
99. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do tiular, Senador João Ribeiro.
100. Em 15.08.2013, os Senadores Flexa Ribeiro e Cyro Miranda são designados como suplentes na Comissão(Ofício nº 158/2013-GLPSDB).
101. Em 17.09.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 171/2013 - BLUFOR).
102. Em 24.09.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Paulo Davim(Ofício nº 274/2013 - GLPMDB).
103. Em 02.10.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Ofício nº 278/2013-GLPMDB).
104. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
105. Em 09.10.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Ofício nº 284/2013-GLPMDB).
106. Em 30.10.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Waldemir Moka (Ofício nº 298/2013-GLPMDB).

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Designação: 19/10/2011

Instalação: 19/10/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Pedro Taques (PDT)	1.
Lindbergh Farias (PT)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (1)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB) (3)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1.
VAGO (2)	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) (1)	
Armando Monteiro (PTB)	1.
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

1. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
2. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Of. nº 18/2012-GLDEM).
3. Em 10.5.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na subcomissão (OF. nº 56/2012-CCJ).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 26.10.2011, foi lido o Of. 188/2011-CCJ, que fixa a composição, designa os membros e comunica a instalação da Subcomissão em 19.10.2011; a fixação de sete membros titulares; a designação dos Senadores Pedro Taques e Lindbergh Farias como membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Eduardo Braga como membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV; a designação dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Demóstenes Torres como membros titulares do Bloco Parlamentar da Minoria PSDB/DEM; a designação do Senador Armando Monteiro como membro titular do PTB; a designação do Senador Randolfe Rodrigues como membro titular do PSOL; e a eleição dos Senadores Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente, e a designação do Senador Eduardo Braga para Relator.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) (63)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) (63)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (68,15)	
Angela Portela (PT)	1. Lindbergh Farias (PT) (36)
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT) (47)
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PCdoB) (23,13)
Randolfe Rodrigues (PSOL) (69)	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) (9)
Lídice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT) (16)
Inácio Arruda (PCdoB)	8. João Capiberibe (PSB) (30)
Rodrigo Rollemberg (PSB) (80)	9.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (39)	
Ricardo Ferraço (PMDB) (41,60)	1. Eduardo Braga (PMDB) (44,2,19,41,60)
Roberto Requião (PMDB) (28,26,27,38,41,60)	2. Vital do Rêgo (PMDB) (44,54,41,60)
Romero Jucá (PMDB) (6,12,25,41,60)	3. Valdir Raupp (PMDB) (41,60)
João Alberto Souza (PMDB) (31,29,37,41,60)	4. Luiz Henrique (PMDB) (44,41,60)
VAGO (17,41,74,60)	5. Pedro Simon (PMDB) (44,41,75)
Ana Amélia (PP) (44,41,60)	6. VAGO (20,44,41)
Benedito de Lira (PP) (44,52,53,46,41,45,60)	7. VAGO (10,41)
Ciro Nogueira (PP) (44,41,60)	8. (41)
Kátia Abreu (PMDB) (44,41,81,60)	9. (41)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) (3,59)	1. Cícero Lucena (PSDB) (32,59)
Alvaro Dias (PSDB) (22,14,59)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) (5,59,70)
Paulo Bauer (PSDB) (59)	3. Cássio Cunha Lima (PSDB) (4,59)
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) (18,51,59)
José Agripino (DEM) (7)	5. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (42,43,8,62,61,76,78,59)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) (39,48)	
Armando Monteiro (PTB) (66)	1. Eduardo Amorim (PSC) (55,66,64)
Gim (PTB) (66,77,72,71,73)	2. João Vicente Claudino (PTB) (40,66,67,1)
Osvaldo Sobrinho (PTB) (66,79,24,11)	3. Mozarildo Cavalcanti (PTB) (66,57,73,34,35)
VAGO (66,58,24)	4. VAGO (49,50,56,66,65)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.
****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.
*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.
******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.
*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.
********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
*********. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**
**********. **Bloco Parlamentar da Maioria: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 5 titulares e 5 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 043/2011-GLPTB).
2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
3. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 060/11-GLPSDB).
4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 061/11-GLPSDB).
5. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).
6. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
7. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
8. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
9. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)
10. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)
11. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
12. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
13. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
14. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
16. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).
17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
19. Em 18.10.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 274/11-GLPMDB).

20. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
21. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
22. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria. (Of. 192/2011 - GLPSDB)
23. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 139/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, os Senadores Magno Malta e João Ribeiro são confirmados membros titulares do PR na Comissão, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
26. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
27. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
28. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
29. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
30. Em 08.12.2011, O Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. nº 146/2011-GLDBAG).
31. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 330/2011).
32. Em 13.02.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 13/2012 - GLPSDB).
33. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 27.03.2012, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Ofício nº 041/2012-GLDBAG).
37. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
38. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
39. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
40. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 008/2012-GLBUF).
41. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 65/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Roberto Requião, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo e Ciro Nogueira como membros suplentes, para compor a CE.
42. Em 17.4.2012, vago em virtude da retirada do nome do Senador Demóstenes Torres (Of. nº 17/2012-GLDEM).
43. Em 19.04.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 22/12-GLDEM e 44/12-GLPSDB).
44. Em 22.05.2012, foi lido o OF. nº 134/2012, da Liderança do PMDB e da Maioria, indicando os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Waldemir Moka e Ciro Nogueira para comporem a Comissão como titulares e o Senador Vital do Rêgo como 1º suplente.
45. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
46. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
47. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
48. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
49. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
50. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 102/2012/BLUFOR/SF).
51. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).

52. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
53. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 356/2012).
54. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2012).
55. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
56. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
57. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
58. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
59. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Paulo Bauer, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cássio Cunha Lima, Cícero Lucena e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 010/13-GLPSDB).
60. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 38/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, João Alberto Souza, Pedro Simon, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Valdir Raupp e Luiz Henrique, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
61. Em 27.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente na Comissão (Ofício nº 58/2013-GLPSDB).
62. Em 27.02.2013, foi lido o Of. nº 10/2013-GLDEM, comunicando a cessão da vaga de suplente na Comissão ao PSDB (OF. nº 10/2013-GLDEM).
63. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Ana Amélia, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 05/2013 - S.CE).
64. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 030/2013).
65. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 60/2013).
66. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro e Sodré Santoro, e membro suplente o Senador Eduardo para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 45/2013).
67. Em 19.03.2013, o Senador Jão Vicente Claudinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 67/2013).
68. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
69. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro Of. nº 53/2013-GLDBAG).
70. Em 11.04.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira (Of. 118/2013-GLPSDB)
71. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti
72. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 82/2013-BLUFOR).
73. Em 14.05.2013, o Senador Mozarido Cavalcanti é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 111/13 - BLUFOR).
74. Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão (OF. nº 190/2013-GLPMDB).
75. Em 11.06.2013, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 197/13 - GLPMDB).
76. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do tiular, Senador João Ribeiro.
77. Em 26.8.2013, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 163/2013-BLUFOR).
78. Em 23.9.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 169/2013-GLPSDB).
79. Em 24.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 178/2013-BLUFOR).
80. Em 26.9.2013, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 121/2013-GLDBAG).
81. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Notas:
*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) (58)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (58)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (64,11)	
Anibal Diniz (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) (67,63)
Acir Gurgacz (PDT) (43,44,12,8,35,36)	2. Wellington Dias (PT) (3,76)
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Ana Rita (PT) (62)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. José Pimentel (PT) (76,60)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (33)	
Romero Jucá (PMDB) (13,55)	1. Sérgio Souza (PMDB) (38,47,48,37,55)
Luiz Henrique (PMDB) (34,16,17,55)	2. Eduardo Braga (PMDB) (55)
Garibaldi Alves (PMDB) (55,57)	3. João Alberto Souza (PMDB) (18,17,55)
Valdir Raupp (PMDB) (4,55)	4. Vital do Rêgo (PMDB) (14,55,68,61)
Ivo Cassol (PP) (55)	5. Eunício Oliveira (PMDB) (28,29,31,57)
Kátia Abreu (PMDB) (21,19,10,9,55,75)	6. VAGO (27,26,25,6,32)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB) (72,73,50,52)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (50)
Cícero Lucena (PSDB) (5,7,53,50)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) (54,50)
José Agripino (DEM) (24,23,15)	3. Cyro Miranda (PSDB) (45,23,74)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) (33,40)	
Blairo Maggi (PR) (46,65,59,22,1)	1. Gim (PTB) (65,56,59,2)
Eduardo Amorim (PSC) (42,41,49,65,59,51)	2. VAGO (39,65,71,70,59,69)
Fernando Collor (PTB) (65)	3. Armando Monteiro (PTB) (65,66)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

*******. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

**********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

***********. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
3. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).
4. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).
5. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
6. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).
7. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 143/11-GLPSDB).
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 100/2011 - GLDBAG).
13. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (OF. nº 255/2011 - GLPMDB).
14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
15. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Kátia Abreu, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão(Of nº 059/2011-GLDEM).
16. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
17. Em 9/11/2011, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 289/11-GLPMDB)
18. Em 10.11.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 292/2011 - GLPMDB).
19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
22. Em 16.11.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular da Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. nº 125/2011 - GLPTB).
23. Em 17.11.2011, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury, que assume a suplência (Of. 072/2011 -GLDEM).
24. Em 23.11.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador José Agripino Maia é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of nº 074/2011-GLDEM).
25. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
26. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
27. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
29. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 331/2011).
30. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
31. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
32. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

33. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
34. Vago, em 13.06.2012, em virtude de o Senador Waldemir Moka ter se desligado da Comissão (OF nº 154/2012-GLPMDB).
35. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
36. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 087/2012-GLDBAG).
37. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
38. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
39. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
40. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
41. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
42. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 105/2012/BLUFOR/SF).
43. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
44. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 138/2012 - GLDBAG).
45. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
46. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
47. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
48. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 357/2012).
49. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
50. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Alvaro Dias e Flexa Ribeiro, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, como membros suplentes (Ofício nº 16/13-GLPSDB).
51. Em 07.02.2013, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº. 13/2013-BLUFOR).
52. Em 19.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Ofício nº 31/13-GLPSDB).
53. Em 21.02.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro(Ofício nº 34/13-GLPSDB).
54. Em 21.02.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Ofício nº 34/13-GLPSDB).
55. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 40/2013, designando os Senadores Romero Jucá, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Valdir Raupp, Ivo Cassol e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Sérgio Souza, Eduardo Braga, João Alberto Souza e a Senadora Ana Amélia, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
56. Em 26.02.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Vicente Claudino (Of. nº 27/2013-BLUFOR).
57. Em 26.02.2013, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que assume a suplência (Of. 069/2013 -GLPMDB).
58. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Blairo Maggi e Eduardo Amorim Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 33/2013 - CMA).
59. Em 27.02.2013, os Senadores Eduardo Amorim e Blairo Maggi são designados membros titulares do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição aos Senadores Gim e Fernando Collor, que passam a ocupar a suplência na Comissão (OF. BLUFOR nº 37/2013).
60. Em 04.03.2013, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares(Of. 040/2013 -GLDBAG).
61. Vago em virtude do desligamento da Senadora Ana Amélia da Comissão (OF nº 87/2013 - GLPMDB).
62. Em 07.03.2013, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. 041/2013 -GLDBAG).

63. Vago, em virtude de a Senadora Ana Rita ter sido designada membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo (Of. nº 41/20113 - GLDBAG).
64. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
65. Em 20.03.2013, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Fernando Collor são designados como membros titulares, e os Senadores Gim e João Costa membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 46/2013-BLUFOR).
66. Em 08.04.2013, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 78/2013-BLUFOR).
67. Em 11.04.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 64/2013 - GLDBAG).
68. Em 18.04.2013, o Senador Vital do Rego é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 154/2013-GLPMDB).
69. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
70. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 89/2013-BLUFOR)
71. Vago em virtude do desligamento do Senador Vicentinho Alves da Comissão (OF nº 103/2013 - BLUFOR).
72. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do tiular, Senador João Ribeiro.
73. Em 12.08.2013, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 155/2013-GLPSDB).
74. Em 27.08.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 161/2013 - GLPSDB).
75. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
76. Em 31.10.2013, os Senadores Wellington Dias e José Pimentel são designados como membros suplentes, em substituição aos Senadores Delcídio do Amaral e João Capiberibe, pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 129/2013-GLDBAG).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Reuniões: terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (3)	
Jorge Viana (PT)	1. VAGO (13)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Anibal Diniz (PT) (2,6)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (10)	
VAGO (9)	1. Eduardo Braga (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) (7)	2. VAGO (9,4,11)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (1,8)	1. VAGO (12)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) (10)	
Eduardo Amorim (PSC) (14,5)	1. VAGO (13)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
5. Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
6. Em 27.2.2012, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
7. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (Of. nº 34/2012/CMA).
9. Em 27.2.2012, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
8. Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
10. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
11. Vago, em 13.06.2012, em razão de o Senador Waldemir Moka não pertencer mais à Comissão (OF. nº 154/2012-GLPMDB).
12. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
13. Em 19.03.2013, os Senadores Antonio Carlos Valadares e João Vicente Claudino deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).
14. Em 19.3.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 52/2013/CMA).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Sérgio Souza (PMDB-PR) (18)
VICE-PRESIDENTE: Senador Anibal Diniz (PT-AC) (18)
RELATOR: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) (18)

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (2)	
Rodrigo Rollemberg (PSB) (7)	1. VAGO (7,16)
VAGO (16)	2. Vanessa Grazziotin (PCdoB) (5,1)
Anibal Diniz (PT)	3. VAGO (10,9,7)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (6)	
Sérgio Souza (PMDB) (7)	1. Valdir Raupp (PMDB) (11)
Ivo Cassol (PP) (20)	2. Vital do Rêgo (PMDB) (19,8)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Eunício Oliveira (PMDB) (16,20)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. VAGO (4)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) (6)	
Blairo Maggi (PR) (12,7,3)	1. Eduardo Amorim (PSC) (13,14,7,15,17)

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
4. Vago em razão de o Senador Jayme Campos não pertencer mais à Comissão (OF. GLDEM 74/2011).
5. Em 27.2.2012, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 26.04.2011, foi lido o Ofício nº 116/2012/CMA comunicando a composição atualizada da Subcomissão com as seguintes alterações de Senadores: Bloco de Apoio ao Governo - Rodrigo Rollemberg como primeiro titular, Antonio Carlos Valadares e Acir Gurgacz, primeiro e terceiro suplentes, respectivamente; Bloco Parlamentar da Maioria - Sérgio Sousa, primeiro titular; Bloco Parlamentar União e Força - Blairo Maggi, titular, e Vicentinho Alves, suplente.
8. Vago em razão de o Senador Waldemir Moka não pertencer mais à Comissão (OF. GLPMDB nº 154/2012).
9. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
10. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CMA (Of. nº 087/2012 - GLDBAG).
11. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
12. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

13. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
14. Em 19.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 279/2012/CMA).
15. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
16. Em 19.03.2013, os Senadores Antonio Carlos Valadares, Lobão Filho e Pedro Taques deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).
17. Em 19.3.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).
18. Em 16.04.2013, os Senadores Sérgio Souza e Aníbal Diniz foram eleitos presidente e vice-presidente, respectivamente, e designado relator o Senador Cícero Lucena, na Subcomissão (Of. nº 86/2013-CMA).
19. Em 08.05.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 155/2013-GLPOMDB).
20. Em 08.05.2013, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passará a exercer a suplência (Of. nº 153/2013-GLPMDB).
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 15.03.2011 os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentino Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.
***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o obejtivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) (13)
VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (13)
RELATOR: Senador Ivo Cassol (PP-RO) (13)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (2)	
Jorge Viana (PT) (6)	1. Anibal Diniz (PT) (9,6)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. VAGO (14)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PCdoB) (9)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (8)	
Sérgio Souza (PMDB) (4,7,3,1)	1. Ivo Cassol (PP) (10)
Valdir Raupp (PMDB) (11)	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) (8)	
Blairo Maggi (PR) (9,12,5)	1. VAGO (14)

Notas:

1. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
4. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
5. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
6. Em 27.2.2012, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
7. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
9. Em 16.04.2012, os Senadores Anibal Diniz, Vanessa Grazziotin e Blairo Maggi são designados para as vagas em aberto na Subcomissão (Of. nº 99/2012/CMA).
10. Em 16.04.2012, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. nº 99/2012/CMA).
11. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
12. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

13. Em 14.3.2013, foi lido o Ofício 001/2013-CMABMONTE, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.3.2013, bem como a eleição dos Senadores Delcídio do Amaral, Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, para Presidente, Vice-Presidente e Relator, respectivamente.
14. Em 19.03.2013, os Senadores João Vicente Claudino e Pedro Taques deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.
***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 33, de 2013, com o objetivo de acompanhar e fiscalizar a implantação do Plano Nacional de Resíduos Sólidos.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (1)
RELATOR: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) (1)

Instalação: 01/10/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Anibal Diniz (PT) (2)	1. Jorge Viana (PT) (2)
Rodrigo Rollemberg (PSB) (2)	2. Vanessa Grazziotin (PCdoB) (2)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Valdir Raupp (PMDB) (2)	1. Vital do Rêgo (PMDB) (2)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB) (2)	1. Flexa Ribeiro (PSDB) (2)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Eduardo Amorim (PSC) (2)	1. Blairo Maggi (PR) (2)

Notas:
2. Em 01.10.2013, os Senadores Anibal Diniz, Rodrigo Rollemberg, Valdir Raupp, Cícero Lucena e Eduardo Amorim, foram designados membros titulares; a Senadora Vanessa Grazziotin e os Senadores Jorge Viana, Vital do Rêgo, Flexa Ribeiro e Blairo Maggi, foram designados membros suplentes na Subcomissão (Of. 179/2013-CMA).
1. Em 01.10.2013, foi instalada a Subcomissão; foram eleitos os Senadores Cícero Lucena e Eduardo Amorim, como Presidente e Vice-Presidente, respectivamente; e designado o Senador Rodrigo Rollemberg, como Relator (Of. 179/2013-CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) (60)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) (60)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (14,66)	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
João Capiberibe (PSB) (50,47,59)	2. Eduardo Suplicy (PT) (12,23)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Randolfe Rodrigues (PSOL) (68)	4. Anibal Diniz (PT) (26,13,24)
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Wellington Dias (PT) (37,38,72,10)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) (21,59,77)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (41)	
Roberto Requião (PMDB) (67,75,58)	1. Sérgio Souza (PMDB) (6,8,32,25,75,58)
VAGO (27,11,28,29,2,40,70,58)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) (36,58)
Paulo Davim (PV) (31,33,39,58)	3. VAGO
Vanessa Grazziotin (PCdoB) (30,16,74,58,62,76)	4. VAGO (19)
Sérgio Petecão (PSD) (18,58)	5. VAGO (11)
Lídice da Mata (PSB) (74,78,76)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (34,7,15,44,3,71,61)	1. VAGO (5,22,57)
VAGO (4)	2. VAGO (56)
VAGO (35,17,52,43)	3. Wilder Morais (DEM) (46)
	4.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) (41,49)	
Magno Malta (PR) (54,65,1)	1. VAGO (53,45,65)
Gim (PTB) (42,69,64,65,9)	2. VAGO (65,63)
Eduardo Lopes (PRB) (73,65)	3. VAGO (48,51,55,65)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

*******. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.
********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
*********. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**
**********. **Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**
1. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).
2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (OF. nº 64/2011 - GLPSDB).
4. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (OF. nº 65/2011 - GLPSDB).
5. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (OF. nº 66/2011 - GLPSDB).
6. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
7. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (OF. nº 110/2011-GLPSDB).
8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
9. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).
10. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 63/2011-GLBAG).
11. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB)
12. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
13. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
15. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
16. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
17. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
18. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
19. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 17.10.2012, vago em razão da designação da Senadora Lídice da Mata como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 133/2012-GLDBAG).
22. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 194/2011 - GLPSDB)
23. Em 22.11.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 138/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 140/2011-GLDBAG).
25. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
26. Em 29.11.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 142/2011-GLDBAG).
27. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
28. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
29. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
31. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

30. Em 07.12.2011, o Senador Casildo Maldaner é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador João Alberto Souza. (Of. s/n-GLPMDB)
32. Em 08.12.2011, o Senador Roberto Requião é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão. (Of. nº 320/2011-GLPMDB)
33. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 324/2011).
34. Em 08.02.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 10/12 - GLPSDB).
35. Em 14.02.2012, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury (Of. nº 1/2012 - GLDEM).
37. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
36. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
38. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 28/2012 - GLDBAG).
39. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
40. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
41. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
42. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. nº 10/2012-GLBUF).
43. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão(Of. nº 16/2012-GLDEM).
44. Em 07.05.2012, lido o Ofício nº 55/12-GLPSDB, comunicando que o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixou de integrar a Comissão.
45. Em 26.06.2012, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 65/2012/BLUFOR).
46. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Morais é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of. GLDEM nº 48/2012).
47. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
48. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
49. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
51. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 100/2012/BLUFOR/SF).
50. Em 17.10.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (OF. nº 133/2012-GLDBAG).
52. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
53. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
54. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
55. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
57. Em 07.02.2013, o Senador Cássio Cunha Lima deixa de compor a Comissão (Of. nº 17/2013-GLPSDB).
56. Em 07.02.2013, o Senador Cyro Miranda deixa de compor a Comissão (Of. nº 17/2013-GLPSDB).
58. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 41/2013, designando os Senadores Casildo Maldaner, Pedro Simon, Paulo Davim, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Roberto Requião e Ricardo Ferraço como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
59. Em 27.02.2013, o Senador João Cabiperibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passa a ocupar a suplência em vaga destinada ao Bloco (Of. nº 30/2013 - GLDBAG).
60. Em 28.02.2013, a Comissão reunida elegeu a Senadora Ana Rita e o Senador João Capiberibe para ocuparem os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 04/2013 - CDH).
61. Em 1º.03.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 59/2013- GLPSDB).
62. Vago em virtude do desligamento da Senadora Ana Amélia da Comissão (OF nº 88/2013 - GLPMDB).
63. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 61/2013).
64. Em 19.03.2013, o Senador Eduardo Amorim deixa de compor a Comissão (Of. nº 66/2013-BLUFOR).

65. Em 19.03.2013, é designado membro titular o Senador Magno Malta para integrar o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 47/2013).
66. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
67. Vago em razão de o Senador Casildo Maldaner não compor mais a Comissão (Of. GLPMDB nº 115/2013).
68. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 52/2013-GLDBAG).
69. Em 26.03.2013, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 71/2013).
70. Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão (OF. nº 191/2013-GLPMDB).
71. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do tiular, Senador João Ribeiro.
72. Em 12.09.2013, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Lopes (Of. nº 120/2013-GLDBAG).
73. Em 17.09.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 139/2013-BLUFOR).
74. Vaga cedida temporariamente ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 289/2013-GLPMDB)
75. Em 17.10.2013, o Senador Roberto Requião deixa a suplência e passa a ser titular e o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Ofs. 287 e 288/2013-GLPMDB).
76. Em 18.10.2013, a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Antonio Carlos Valadares são designados membros titulares pelo Bloco de Apoio ao Governo em vagas cedidas pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 125/2013-GLDBAG).
77. Em 25.10.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. nº 127/2013-GLDBAG).
78. Em 25.10.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, em vaga cedida (Of. nº 126/2013-GLDBAG).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (2)	
Angela Portela (PT)	1. Paulo Paim (PT) (7)
Lídice da Mata (PSB)	2. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (5)	
Sérgio Petecão (PSD) (3)	1. VAGO (4)
Paulo Davim (PV) (1)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (1,6)	1.

Notas:
1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
4. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
6. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. nº 16/2012-GLDEM).
7. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 10.04.2013, foi lido o Of. 52/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 09.04.2013; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e dos Senadores Paulo Paim e João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares do Bloco Parlamentar da Maioria; e a eleição das Senadoras Lídice da Mata e Ângela Portela, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBC. TEMP. DE COMB. À PEDOFILIA, PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, JUVENTUDE E IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 40/2012, do Senador Magno Malta, com o a incumbência de, até ao final da presente legislatura, dentre outros assuntos, investigar e combater todas as ações de maus tratos em todos os níveis, contra crianças e adolescentes, incluindo investigação de denúncias de toda ação delituosa contra esse segmento.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)
VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Aprovação do Requerimento: 29/03/2012

Instalação: 05/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Paulo Paim (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Eduardo Suplicy (PT)	2. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (1)	1.

Notas:
1. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do tiular, Senador João Ribeiro.
*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.48/2013-CDH, que comunica a designação dos Senadores Paulo Paim e João Capiberibe como membros titulares e dos Senadores Randolfe Rodrigues e Anibal Diniz como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão; e a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão.
**. Em 10.04.2013, foi lido o Of. 62/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 09.04.2013; a designação dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy como membros titulares e dos Senadores Randolfe Rodrigues e João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria; a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular no Bloco Parlamentar Minoria; e a eleição dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA

Finalidade: Examinar e esclarecer as violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988 no Brasil.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) (1)

Instalação: 03/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Randolfe Rodrigues (PSOL)	1. Paulo Paim (PT)
João Capiberibe (PSB)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
	1.

Notas:

1. Em 09.04.2013, a Subcomissão reunida elegeu o Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues como Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão (Of. nº 64/2013-CDH).

*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.46/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 03.04.2013; a designação dos Senadores Randolfe Rodrigues e João Capiberibe como membros titulares e dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; e a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (1)

Instalação: 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Paulo Paim (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Lídice da Mata (PSB)	2. Anibal Diniz (PT) (2)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (3)	1.

Notas:
1. Em 09.04.2013, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Paulo Davim e a Senadora Lídice da Mata como Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão (Of. nº 64/2013-CDH).
2. Em 10.04.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. 64/2013-CDH).
3. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do tiular, Senador João Ribeiro.
*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.45/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 03.04.2013; a designação do Senador Paulo Paim e da Senadora Lídice da Mata como membros titulares e do Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão; e a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) (41)

VICE-PRESIDENTE: Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) (41)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (7,48)	
Jorge Viana (PT) (43)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Randolfe Rodrigues (PSOL) (49,44,43)
Vanessa Grazziotin (PCdoB) (6,4)	3. Lindbergh Farias (PT) (3)
Anibal Diniz (PT) (9,8,5,44)	4. Eduardo Lopes (PRB) (18,17)
Cristovam Buarque (PDT)	5. Pedro Taques (PDT) (16)
Lídice da Mata (PSB) (42)	6. João Capiberibe (PSB) (15)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (22)	
Ricardo Ferraço (PMDB) (40)	1. Sérgio Souza (PMDB) (40)
Jarbas Vasconcelos (PMDB) (40)	2. João Alberto Souza (PMDB) (40)
Pedro Simon (PMDB) (23,27,24,40)	3. Roberto Requião (PMDB) (40)
Eunício Oliveira (PMDB) (40)	4. Romero Jucá (PMDB) (40)
Luiz Henrique (PMDB) (40)	5. Ana Amélia (PP) (40)
Francisco Dornelles (PP) (40)	6. Sérgio Petecão (PSD) (14,28,32,33,12,13,21,40)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB) (39,38)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (38)
Paulo Bauer (PSDB) (2,38)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) (38)
José Agripino (DEM)	3. Osvaldo Sobrinho (PTB) (30,10,56,55,45)
Cyro Miranda (PSDB) (50)	4. Cícero Lucena (PSDB) (53)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) (22,29)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (47,51,52)	1. Gim (PTB) (34,47,46)
Fernando Collor (PTB) (31,47)	2. Eduardo Amorim (PSC) (47,1)
Magno Malta (PR) (25,26,35,36,47)	3. Armando Monteiro (PTB) (47,37,54,19,20)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

********. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

*********. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

**********. **Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).
2. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
3. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)
4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
5. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
6. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)
7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
8. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).
9. Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).
10. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
11. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.
12. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
13. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
14. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
15. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)
16. Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)
17. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
18. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).
19. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
20. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
21. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
22. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
23. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
24. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
25. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
27. Em 09.08.2012, o Senador Jacer Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Tomás Correia (OF. GLPMDB nº 192/2012).

26. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
28. Em 09.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 191/2012).
29. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
30. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
31. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
32. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
33. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2012).
34. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
35. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
36. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 217/2012-BLUFOR).
37. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
38. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 013/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Lúcia Vânia e Paulo Bauer, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
39. Em 26.02.2013, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia(Of. 55/2013-GLPSDB).
40. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 42/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Jarbas Vasconcelos, Pedro Simon, Eunício Oliveira, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Sérgio Souza, João Alberto Souza, Roberto Requião, Romero Jucá, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
41. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ricardo Ferraço e Jarbas Vasconcelos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 001/2013 - CRE).
42. Em 27.02.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 024/2013).
43. Em 05.03.2013, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Anibal Diniz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (OF. GLDBAG nº 29/2013).
44. Em 07.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 42/2013-GLDBAG).
45. Em 07.03.2013, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão(Of. 14/2013-GLDEM).
46. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 033/2013).
47. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodré Santoro, Fernando Collor e Magno Malta, e membros suplentes os Senadores Gim e Eduardo Amorim para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 48/2013).
48. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
49. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 54/2013-GLDBAG).
50. Em 04.04.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 110/2013-GLPSDB).
51. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
52. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 83/2013-BLUFOR).
53. Em 23.04.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 127/2013-GLPDSB).
54. Em 06.08.2013, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 155/2013-BLUFOR).
55. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
56. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE´s nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no " I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBC. PERM. DE MONIT. DA IMPL. DAS MEDIDAS ADOT. NA RIO+20 E REGIME INTERNAC. S/ MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 19/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (3)	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR) (8,10,9,11,12)
Lindbergh Farias (PT)	2. Sérgio Souza (PMDB) (4,2)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (7)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Eduardo Lopes (PRB) (6,5)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PCdoB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) (1)

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)
2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 134/2011 - GLDBAG)
5. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
6. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
7. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
8. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
9. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
10. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro suplente da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
11. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
12. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.
***. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.
****. Em 8.08.2012, foi lido o Ofício nº 256, de 2011, da CRE, informando que aquela Comissão aprovou, em 5.07.2012, o Requerimento nº 28, de 2012-CRE, que adita o RRE nº 10/2011-CRE e altera o nome da Subcomissão Permanente de Acompanhamnto da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas para Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implantação das Medidas Adotadas na Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 11/08/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (2)	
Blairo Maggi (PR) (6,8,7,9,10)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Eduardo Lopes (PRB) (4,3)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (5)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO	1. José Agripino (DEM) (1)

Notas:

1. Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.(Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
4. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
6. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
7. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
8. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
9. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
10. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.

***. Em 08.12.2011, foi lido o Of. 219/2011-CRE/PRES, que comunica nova composição da Subcomissão, designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como membros titulares e dos Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e a Senadora Ana Amélia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, e o Senador José Agripino como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 01/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (6)	
Blairo Maggi (PR) (18,15,16,21,22)	1. Eduardo Lopes (PRB) (12,11)
Jorge Viana (PT)	2. VAGO (10)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PCdoB) (7,4)	4. Sérgio Souza (PMDB) (9,5,1)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (13)	
VAGO (14,17,19)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (2)	1. VAGO (3,8)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) (13)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (20)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

1. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
2. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
3. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
5. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
7. Em 28.09.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (OF. nº 194/2011 - CRE/PRES).
8. Vago em virtude do desligamento do Senador Cyro Miranda da Subcomissão (OF nº 194/2011 - CRE/PRES).
9. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. nº 135/2011 - GLDBAG)
10. Vago em 09.02.12 em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CRE (Of. nº 022/2012-GLDBAG e OF. Nº 167/2012-CRE/PRES).
11. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
12. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
13. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
14. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

15. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
16. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
17. Em 09.03.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. Nº 257/2012-CRE/PRES).
18. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
19. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
20. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
21. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
22. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL) (52)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (52)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (8,59)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB) (20,19)
Acir Gurgacz (PDT) (43,44,30,31)	5. Pedro Taques (PDT)
João Capiberibe (PSB) (18)	6. Lídice da Mata (PSB) (67)
Inácio Arruda (PCdoB)	7. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (24)	
Clésio Andrade (PMDB) (32,46,25,47,33,54)	1. Romero Jucá (PMDB) (25,54)
Lobão Filho (PMDB) (25,54)	2. Sérgio Souza (PMDB) (2,25,3,10,54)
Eduardo Braga (PMDB) (25,54)	3. Ricardo Ferraço (PMDB) (25,54)
Valdir Raupp (PMDB) (25,54)	4. Roberto Requião (PMDB) (25,9,54)
Vital do Rêgo (PMDB) (25,58,54)	5. Waldemir Moka (PMDB) (22,21,25,11,54)
Jader Barbalho (PMDB) (25,64,54)	6. Ivo Cassol (PP) (25,54)
Ciro Nogueira (PP) (25,54)	7. Francisco Dornelles (PP) (17,25,15,23,16,54)
Sérgio Petecão (PSD) (53,54,39,38,26,29,50,49)	8. Kátia Abreu (PMDB) (71,53,54,26,27,29,50,12,5,14,6)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB) (65,55,51)	1. Aécio Neves (PSDB) (51)
Flexa Ribeiro (PSDB) (51)	2. Alvaro Dias (PSDB) (51)
Lúcia Vânia (PSDB) (1,4,51)	3. Ruben Figueiró (PSDB) (7,4,72,61,51)
Wilder Morais (DEM) (36,28)	4. Osvaldo Sobrinho (PTB) (37,28,68,70)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) (24,40)	
Fernando Collor (PTB) (60)	1. Gim (PTB) (60)
Blairo Maggi (PR) (45,35,60,57)	2. VAGO (60,66)
João Ribeiro (PR) (34,60,69,63,62)	3. Eduardo Amorim (PSC) (41,42,48,60,56)
Alfredo Nascimento (PR) (60)	4. Antonio Carlos Rodrigues (PR) (60)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

********. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

*********. **Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes (1vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**

1. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.
2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
3. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
4. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.
5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
6. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
7. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).
8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
9. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
10. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 272/2011 - GLPMDB).
11. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
12. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
13. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
14. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
15. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
16. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
17. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
18. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 148/2011-GLDBAG)
19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
20. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 30/2012 - GLDBAG).
21. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
22. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMDB nº 36/2012).
23. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

24. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
25. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 67/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga e Ciro Nogueira como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Roberto Requião, Francisco Dornelles, Clésio Andrade, Casildo Maldaner e Ivo Cassol como membros suplentes, para compor a CI.
26. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
27. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
28. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 19/2012-GLDEM).
29. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular e o Senador Sérgio Petecão como membro suplente, para compor a Comissão.
30. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
31. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 088/2012-GLDBAG).
32. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
33. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
34. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
35. Em 09.08.2012, o Senador Gim Argello é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (OF. Nº 093/2012/BLUFOR/SF).
36. Em 03.09.2012, o Senador Wilder Morais é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. Nº 045/12-GLDEM).
37. Em 03.09.2012, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em decorrência da designação do Senador Wilder Morais como titular (OF. Nº 045/12-GLDEM).
38. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
39. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
40. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
41. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
42. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 104/2012/BLUFOR/SF).
43. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
44. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 140/2012 -GLDBAG).
45. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
46. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
47. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 359/2012).
48. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
49. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
50. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que assume a vaga de titular (OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
51. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 014/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros titulares, e os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cyro Miranda, como membros suplentes, para compor a Comissão.
52. Em 26.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Sérgio Petecão Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 001/2013 - CI).
53. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.

54. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 63/2013, designando os Senadores Clésio Andrade, Lobão Filho, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Casildo Maldaner, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Waldemir Moka, Ivo Cassol, Francisco Dornelles e a Senadora Kátia Abreu, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
55. Vago em razão de o Senador Aloysio Nunes Ferreira não pertencer mais à Comissão (Of. 90/2013-GLPSDB).
56. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 62/2013).
57. Em 13.03.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim (Of. BLUFOR nº 63/2013).
58. Em 13.03.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Casildo Maldaner (OF. GLPMDB nº 114/2013).
59. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
60. Em 20.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Fernando Collor, Blairo Maggi, João Costa e Alfredo Nascimento, e como membros suplentes os Senadores Gim, Armando Monteiro, Eduardo Amorim e Antonio Carlos Rodrigues para comporem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 49/2013).
61. Vago em 09.04.2013, em razão de o Senador Cyro Miranda não pertencer mais à Comissão (Of. nº 115/2013-GLPSDB).
62. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
63. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 86/2013-BLUFOR)
64. Em 24.04.2013, o Senador Jader Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Of. 164/2013-GLPMDB).
65. Em 20.05.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF. nº 134/2013-GLPSDB)
66. Vago, em 6.8.2013, em virtude de o Senador Armando Monteiro não pertencer mais à Comissão (Of. 154/2013-BLUFOR).
67. Em 13.08.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg(Of. nº 112/2013-GLDBAG).
68. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
69. Em 18.09.2013, O Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 174/2013-BLUFOR).
70. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
71. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
72. Em 24.10.2013, o Senador Rubem Figueiró é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 175/13-GLPSDB).

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Inácio Arruda (PCdoB)	1. Lindbergh Farias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
Eduardo Lopes (PRB)	3. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Clésio Andrade (PMDB)	1.
Valdir Raupp (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Antonio Carlos Rodrigues (PR)	1. Alfredo Nascimento (PR)

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 29.10.2013, foi lido o Ofício nº 160/2013-CI/PRES, designando os Senadores Inácio Arruda, Walter Pinheiro e Eduardo Lopes como titulares e os Senadores Lindbergh Farias, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); os Senadores Clésio Andrade e Valdir Raupp como titulares (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); o Senador Cícero Lucena como titular e o Senador Flexa Ribeiro como suplente (pelo Bloco Parlamentar da Minoria); e os Senadores Antonio Carlos Rodrigues como titular e o Senador Altredo Nascimento como suplente (pleo Bloco Parlamentar União e Força) para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Aprovação do Requerimento: 08/03/2012

Instalação: 16/05/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Jorge Viana (PT)	1. Wellington Dias (PT)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Ivo Cassol (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Sérgio Petecão (PSD) (1,2)	2. VAGO (5,10,6)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Osvaldo Sobrinho (PTB) (12,13)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
	1. VAGO (7,4,3,8,9,11)

Notas:

1. Em 14.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede, em caráter provisório, uma vaga de titular na Comissão ao Senador Sérgio Petecão (Ofício GLPMDB nº 00116/2012).
2. Em 14.05.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (OF. Nº058/2012 - CI).
3. Em 16.05.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de suplente ao Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 068/2012-GLDBAG, lido na sessão de 17.05.2012).
4. Em 16.05.2012, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente na Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 060/2012-PRES-CI, lido na sessão de 17.05.2012).
5. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
6. Em 08.08.2012, foi lido o Of. nº 185/2012-GLPMDB, designando o Senador Tomás Correia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp.
7. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
8. Vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à Comissão de Serviços de Infraestrutura.
9. Em 29.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 067/2012-PRES/CI).

10. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
11. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
12. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
13. Em 25.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 146/2013-CI).
*. Em 22.03.2012, foi lido o Of. nº 30/2011-CI, comunicando a criação da Subcomissão Permanente, de acordo com a aprovação, em 08.03.2012, do Requerimento nº 08/2012-CI.
**. Em 10.05.2012, foi lido o OF. nº 54/2012 - PRES/CI, designando o Senador Jorge Viana e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares, e o Senador Wellington Dias como suplente (pelo Bloco de Apoio ao Governo); o Senador Ivo Cassol como titular, e os Senadores Ciro Nogueira e Valdir Raupp como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); e o Senador Jayme Campos como titular (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infra-Estrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (1)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
José Pimentel (PT)	1. Inácio Arruda (PCdoB)
Wellington Dias (PT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Clésio Andrade (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. Vital do Rêgo (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB) (3)	1. Osvaldo Sobrinho (PTB) (2)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Fernando Collor (PTB)

Notas:
1. Em 02.10.2013, os Senadores José Pimentel e Eduardo Amorim foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-presidente da Subcomissão (Ofício 154/2013-CI).
2. Em 02.10.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 155/2013-CI).
3. Em 09.10.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular na Subcomissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro(Of. 157/2013-CI).
*. Em 15.05.2013, foi lido o Ofício nº 56/2013-CI, designando os Senadores José Pimentel e Wellington Dias como titulares e o Senador Inácio Arruda como mebro suplente do Bloco de Apoio ao Governo; o Senador Clésio Andrade como titular e os Senadores Ciro Nogueira e Vital do Rêgo como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; o Senador Flexa Ribeiro como titular e o Senador Jayme Campos como suplente do Bloco Parlamentar Minoria; o Senador Eduardo Amorim como titular e o Senador Fernando Collor como suplente na Comissão.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) (46)

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) (46)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (10,49)	
Wellington Dias (PT) (1)	1. João Capiberibe (PSB) (44)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (43)	2. Zeze Perrella (PDT) (11,7)
Inácio Arruda (PCdoB) (45)	3. Walter Pinheiro (PT) (2,47)
João Durval (PDT)	4. Acir Gurgacz (PDT) (38,39,32,33)
Lídice da Mata (PSB)	5. Rodrigo Rollemberg (PSB) (13)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (29)	
Romero Jucá (PMDB) (42)	1. Eduardo Braga (PMDB) (14,42)
Ricardo Ferraço (PMDB) (31,20,22,28,21,42)	2. Vital do Rêgo (PMDB) (42)
Ana Amélia (PP) (42)	3. João Alberto Souza (PMDB) (3,37,42)
Ciro Nogueira (PP) (34,15,42)	4. Ivo Cassol (PP) (26,42)
Benedito de Lira (PP) (42)	5. VAGO (8,16,18,9)
Kátia Abreu (PMDB) (57,42)	6. VAGO (23,24,27)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (12,19,5,41)	1. Cícero Lucena (PSDB) (41)
Ruben Figueiró (PSDB) (41)	2. Lúcia Vânia (PSDB) (6,41)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Wilder Morais (DEM) (4,35)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) (29,36)	
Armando Monteiro (PTB) (40,48,50)	1. VAGO (50)
VAGO (30,52,51,55,50)	2. VAGO (50)
João Ribeiro (PR) (56,54,50,53)	3. (50)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

*******. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

**********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

**********. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
2. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
4. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
5. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
6. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
7. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
8. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
9. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
11. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).
12. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
13. Em 29.09.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF nº 120/2011 - GLDBAG).
14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
15. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
16. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
17. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
18. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
19. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 193/2011 - GLPSDB)
20. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
21. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
22. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
23. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
24. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 326/2011).
25. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
26. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
27. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
28. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
29. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar esse Bloco.
30. Em 17.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).
31. Em 13.06.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão (OF. GLPMDB nº 151/2012).
32. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
33. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 091/2012-GLDBAG).

34. Em 16.08.2012, o Senador Eduardo Braga é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 277/2012-GLPMDB).
35. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Morais é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of nº 049/12-GLDEM).
36. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
37. Em 19.10.2012 o Senador Romero Jucá é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 329/2012).
38. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
39. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 141/2012 - GLDBAG).
40. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
41. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ruben Figueiró, como membros titulares; e Senador Cícero Lucena e Senadora Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 15/13-GLPSDB).
42. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 44/2013, designando os Senadores Romero Jucá, Ricardo Ferraço, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ciro Nogueira e Benedito de Lira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, João Alberto Souza e Ivo Cassol, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
43. Em 27.02.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita (Of. nº 27/2013 - GLDBAG).
44. Em 27.02.2013, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. GLDBAG nº 031/2013).
45. Em 04.03.2013, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 34/2013 - GLDBAG).
46. Em 05.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 003/2013 - PRES/CDR).
47. Em 05.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel(Of. nº 36/2013 - GLDBAG).
48. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 034/2013).
49. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
50. Em 20.03.2013, os Senadores Armando Monteiro, Sodré Santoro e João Costa são designados como membros titulares do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 50/2013-BLUFOR).
51. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
52. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 84/2013-BLUFOR).
53. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
54. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 87/2013-BLUFOR)
55. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti deixa de integrar a Comissão (Of. 108/2013-BLUFOR).
56. Em 18.09.2013, O Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 175/2013-BLUFOR).
57. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (1)	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (6)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. VAGO (2)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)
PSC	
Eduardo Amorim (7,8,4,3,5)	

Notas:
1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
2. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
3. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
4. Em 21.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, licenciado (OF. Nº 377/2011-PRES/CDR).
5. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 28.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de titular na Subcomissão ao Partido Social Cristão - PSC (OF. GLPMDB nº 140/2012).
8. O Presidente da CDR comunica a designação do Senador Eduardo Amorim como membro titular da Subcomissão (OF. Nº 119/2012-PRES/CDR).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (4)	
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	1. VAGO (11,10)
VAGO (9)	2. VAGO (2)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (8)	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) (12)
Ivo Cassol (PP) (3,6,5,7)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (1)	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:
1. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo(Of. nº 113/2011-GLPSDB).
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
5. Em 18.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. Nº 162/2011-PRES/CDR).
6. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
7. Em 22.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Subcomissão (OF. Nº 339/2011-PRES/CDR).
8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
9. Em 17.04.2012, vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à CDR (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).
10. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
11. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CDR (Of. nº 091/2012 - GLDBAG).
12. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Designação: 14/06/2011

Instalação: 05/07/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (2)	
Zeze Perrella (PDT) (1,4)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (9)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. VAGO (6)
VAGO (5)	2. VAGO (7)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB) (3,8)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
4. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. nº 220/2011-PRES/CDR).
5. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
7. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
8. Em 06.03.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão(Of. nº 049/2012-PRES/CDR).
9. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Benedito de Lira (PP-AL) (64)

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (64)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (15,65)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Antonio Russo (PR) (23,22,10,7,57)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) (67)
Zeze Perrella (PDT) (16,11)	3. Walter Pinheiro (PT)
Acir Gurgacz (PDT) (47,38)	4. João Durval (PDT)
Eduardo Suplicy (PT) (67,4)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (37)	
Clésio Andrade (PMDB) (62)	1. Romero Jucá (PMDB) (28,52,35,29,62)
Sérgio Souza (PMDB) (62)	2. Luiz Henrique (PMDB) (62)
Casildo Maldaner (PMDB) (27,49,25,36,26,62)	3. João Alberto Souza (PMDB) (39,40,51,53,62)
Ana Amélia (PP) (62)	4. Valdir Raupp (PMDB) (62)
Sérgio Petecão (PSD) (21,19,12,13,62,76)	5. Ciro Nogueira (PP) (62)
Benedito de Lira (PP) (62)	6. Ivo Cassol (PP) (17,62,76)
Kátia Abreu (PMDB) (62,75,61,31,59)	7. Garibaldi Alves (PMDB) (61,63,32,44,43,58,59)
Waldemir Moka (PMDB) (68,69,46,66,33,34,24)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) (60,2,71,73)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (60)
Ruben Figueiró (PSDB) (60)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) (3,14,9,60)
Osvaldo Sobrinho (PTB) (74,72)	3. Cícero Lucena (PSDB) (5,48,18,70)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) (37,45)	
Gim (PTB) (50,49,1,8)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) (54,6)
	2. Blairo Maggi (PR) (41,42,56,55,24)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibardi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

******. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*******. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões**

Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

********. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. nº 047/2011-GLPTB).
2. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
4. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
5. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
7. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
8. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).
9. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
10. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).
11. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
14. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).
15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
16. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).
17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
22. Em 22.11.2011, vaga cedida ao PR pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 137/2011-GLDBAG).
23. Em 23.11.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. Leg. nº 18/2011-GLPR).
24. Em 23.11.2011, os Senadores Clésio Andrade e Blairo Maggi são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão, em decorrência da revisão da cálculo da proporcionalidade da participação do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
26. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
27. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
29. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 329/2011).
30. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
31. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
32. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
33. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
34. Em 21.03.2012, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

35. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
36. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
37. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
38. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
39. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
40. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
41. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
42. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 082/2012/BLUFOR/SF).
43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
46. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento (OF. Nº 163/2012-BLUFOR).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, após licença (Of. GSAGUR nº 172/2012).
48. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
49. Em 06.11.2012, retorna ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao Bloco Parlamentar da Maioria, e seu ocupante, o Senador Sérgio Souza, fica designado como membro titular deste Bloco na Comissão (Of. GLPMDB nº 338/2012).
50. Em 06.11.2012, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Souza (OF. Nº 167/2012/BLUFOR).
51. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
52. Em 23.11.2012, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2012).
53. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 358/2012).
54. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
55. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
56. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 216/2012-BLUFOR).
57. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
58. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
59. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que assume a vaga de suplente (OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
60. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 011/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Ruben Figueiró, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
61. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
62. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 45/2013, designando os Senadores Clésio Andrade, Sérgio Souza, Casildo Maldaner, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Luiz Henrique, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
63. Em 26.02.2013, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 070/2013).
64. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 19/2013-CRA).
65. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
66. Em 20.03.2013, o Senador Antonio Carlos Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 68/2013-BLUFOR).
67. Em 26.03.2013, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 56/2013-GLDBAG).
68. Vaga cedida provisoriamente ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 75/2013-BLUFOR).

69. Em 04.04.2013, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco União e Força (Ofício nº 138/2013-GLPMDB).
70. Em 23.04.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 128/2013-GLPDSB).
71. Vago, em 11.9.2013, em razão de o Senador Cyro Miranda não pertencer mais à Comissão (Of. 163/2013-GLPSDB).
72. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
73. Em 16.09.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 166/2013-GLPSDB).
74. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
75. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
76. Em 23.10.2013, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria em substituição ao Senador Ivo Cassol, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. 290/2013-GLPMDB).

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Zeze Perrella (PDT-MG) (34)

VICE-PRESIDENTE: Senador Alfredo Nascimento (PR-AM) (34)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (38,7)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Zeze Perrella (PDT) (32)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) (40,33)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT) (12,10)
João Capiberibe (PSB) (17,8,9)	4. Lídice da Mata (PSB)
Anibal Diniz (PT) (40)	5. Eduardo Lopes (PRB) (20,19,1)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (21)	
Lobão Filho (PMDB) (31)	1. Vital do Rêgo (PMDB) (2,11,4,31)
João Alberto Souza (PMDB) (22,27,28,23,31)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) (31)
Valdir Raupp (PMDB) (31)	3. Ivo Cassol (PP) (31)
Luiz Henrique (PMDB) (36,31)	4. Benedito de Lira (PP) (26,31)
Ciro Nogueira (PP) (31)	5. Sérgio Souza (PMDB) (15,13,5,6,35)
Sérgio Petecão (PSD) (31)	6. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (30,37)	1. VAGO (30,37)
Flexa Ribeiro (PSDB) (30)	2. Cícero Lucena (PSDB) (30)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB) (21,24)	
Gim (PTB) (25,39)	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR) (39)
Alfredo Nascimento (PR) (39,16,3)	2. Osvaldo Sobrinho (PTB) (41,29,39,16)
Eduardo Amorim (PSC) (39)	3. (39)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*********. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

**********. **Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF.nº 026/2011-GLDBAG).
2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
3. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
6. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
8. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. nº 99/11-GLDBAG).
9. Em 27.09.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 116/2011 - GLDBAG)
10. Em 05.10.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (OF. nº 126/2011 - GLDBAG).
11. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 270/2011 - GLPMDB).
12. Em 18.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 128/11-GLDBAG).
13. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
14. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
15. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
16. Em 23.11.2011, os Senadores Alfredo Nascimento e João Ribeiro são designados membros titular e suplente do PR na Comissão, respectivamente, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
17. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 145/2011-GLDBAG).
18. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
20. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 31/2012 - GLDBAG).
21. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
22. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
23. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
24. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
25. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
27. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
26. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (OF. GLPMDB nº 346/2012).

28. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2012).
29. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
30. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 012/13, da Liderança do PSDB, confirmando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, como membros suplentes, para compor a Comissão.
31. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 46/2013, designando os Senadores Lobão Filho, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros titulares, e os Senadores Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
32. Em 27.02.2013, o Senador Zezé Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Anibal Diniz (Of. GLDBAG nº 032/2013).
33. Em 05.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. GLDBAG nº 033/2013).
34. Em 06.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Zeze Perrella e Alfredo Nascimento, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 005/2013-CCT).
36. Em 07.03.2013, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira(Of. GLPMDB nº 075/2013).
35. Em 07.03.2013, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria(Of. GLPMDB nº 093/2013).
37. Em 11.03.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria, em substituição ao Senador Cyro Miranda(Of. GLPSDB nº 087/2013).
38. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
39. Em 20.03.2013, são designados os Senadores Gim, Alfredo Nascimento e Eduardo Amorim e como suplente o Senador Antonio Carlos Rodrigues para comporem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 52/2013).
40. Em 26.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 55/2013-GLDBAG).
41. Em 17.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão(Of. nº 170/2013-BLUFOR).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3303-1120
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3303-1120
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ELABORAÇÃO DO MARCO REGULATÓRIO DA MINERAÇÃO EM TERRAS RARAS NO BRASIL

Finalidade: Subcomissão Temporária para elaboração de Projeto de Lei do Marco Regulatório da Mineração e da Exploração de terras-raras no Brasil criada pelo RQT nº 22/2012, com a finalidade de discutir ações para os minerais estratégicos para o país, com a criação de um novo marco regulatório, que possibilite o desenvolvimento de uma cadeia produtiva para o setor, com o prazo até a conclusão da tarefa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Anibal Diniz (PT-AC) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (1)

Instalação: 03/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Ivo Cassol (PP)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Anibal Diniz (PT)	1. Angela Portela (PT)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Alfredo Nascimento (PR)	1. Gim (PTB)

Notas:
1. Em 03.04.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Anibal Diniz e Aloysio Nunes Ferreira Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, desse colegiado (OF. 020/2013-CCTSTTR/SF).
*. Em 26.03.2013 foi lido o OF. nº 19/2013-CCT designando os Senadores Anibal Diniz, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Aloysio Nunes Ferreira e Alfredo Nascimento como titulares e os Senadores Angela Portela, Lobão Filho, Ivo Cassol, Flexa Ribeiro e Gim como suplentes na Subcomissão.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3303-1120
E-mail: scomcct@senado.gov.br

12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC)
RELATOR: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (1)	
Luiz Henrique (PMDB) (2)	1.
Ricardo Ferraço (PMDB) (2)	2.
Ana Amélia (PP) (2)	3.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) (1)	
Cristovam Buarque (PDT) (3)	1. Lídice da Mata (PSB) (3)
Humberto Costa (PT) (3)	2. Inácio Arruda (PCdoB) (3)
Walter Pinheiro (PT) (8,3)	3. Pedro Taques (PDT) (3)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) (5)	1.
Wilder Morais (DEM) (7)	2. Maria do Carmo Alves (DEM) (6)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PRB)	
Blairo Maggi (PR) (4)	1.
Eduardo Amorim (PSC) (4)	2.

Notas:
1. Vaga adicional compartilhada entre os dois Blocos.
2. Em 27.08.2013, foram designados os Senadores Luiz Henrique, Ricardo Ferraço e Ana Amélia, como membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 254/2013-GLPMDB).
3. Em 27.08.2013, foram designados os Senadores Cristovam Buarque, Humberto Costa e Paulo Paim, como membros titulares; a Senadora Lídice da Mata e os Senadores Inácio Arruda e Pedro Taques, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 95/2013-GLDBAG).
4. Em 27.08.2013, os Senadores Blairo Maggi e Eduardo Amorim são designados como membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 113/2013-BLUFOR).
5. Em 27.08.2013, o Senador Cyro Miranda é designado como membro titular pelo Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 162/2013-GLPSDB).
6. Em 27.08.2013, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 29/2013-GLDEM).
7. Em 27.08.2013, o Senador Wilder Morais é designado como membro titular pelo Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, de acordo com fala da Presidência da sessão deliberativa ordinária de 27.08.2013
8. Em 17.10.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 124/2013-GLDBAG).

Secretário(a): Flávio Roberto de Almeida Heringer
Telefone(s): 3303-3487 (ou 2024)
E-mail: csf@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) (1)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 17/09/2013

Notas:
1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 17.09.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (1)

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007
2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009
3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011
4ª Eleição Geral: 13/03/2003 **9ª Eleição Geral:** 06/03/2013
5ª Eleição Geral: 23/11/2005

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Sérgio Souza (PR)	1. VAGO
Valdir Raupp (RO)	2. VAGO
João Alberto Souza (MA)	3. VAGO
Romero Jucá (RR)	4. VAGO
PT	
Wellington Dias (PI)	1. Jorge Viana (AC)
Ana Rita (ES)	2. Paulo Paim (RS)
Anibal Diniz (AC)	3. Angela Portela (RR)
PSDB	
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)	2. VAGO
PTB	
Gim (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
PP	
Ciro Nogueira (PI)	1.
PDT	
Acir Gurgacz (RO)	1.
PSB	
Lídice da Mata (BA)	1. Antonio Carlos Valadares (SE)
DEM	
Jayme Campos (MT) (2)	1. Maria do Carmo Alves (SE)
PR	
Antonio Carlos Rodrigues (SP)	1. VAGO
PSD	
Sérgio Petecão (AC)	1. Kátia Abreu (PMDB-TO)
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
VAGO	

Atualização: 13/09/2013

Notas:

*. Mais um membro em virtude do caput do art. 23 da Resolução nº 20, de 1993.

1. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 03.04.2013.

2. O Senador Jayme Campos licenciou-se a partir do dia 13.09.2013, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme Requerimento nº 1.047/2013, aprovado em 10.09.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

SENADOR	CARGO
Senador Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP) (2)	COORDENADOR

Atualização: 13/09/2013

Notas:

1. Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado para ocupar a vaga do PR em 21.02.2013

2. O Senador Antonio Carlos Rodrigues foi designado Coordenador conforme Ato do Presidente nº 34, de 2013, publicado no Boletim Administrativo do Senado Federal nº 5312, de 12.09.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

4) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER

(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (1)	PROCURADORA

Atualização: 06/03/2013

Notas:
1. Designada pelo Presidente do Senado Federal na sessão de 06.03.2013.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):(61) 3303-5255 **Fax:**(61) 3303-5260
E-mail:scop@senado.leg.br

5) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 15/03/2013

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (2)

1ª Designação: 03/12/2001
2ª Designação: 26/02/2003
3ª Designação: 03/04/2007
4ª Designação: 11/02/2011
5ª Designação: 11/03/2013
6ª Designação: 12/02/2009

MEMBROS
PMDB
Pedro Simon (RS)
PT
Angela Portela (RR)
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PTB
VAGO
PP
Ciro Nogueira (PI)
PDT
VAGO
PSB
Lídice da Mata (BA)
DEM
Maria do Carmo Alves (SE)
PR
VAGO
PSD
Kátia Abreu (PMDB-TO)
PCdoB
Vanessa Grazziotin (AM) (1)
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
Eduardo Lopes (RJ)
PSC

Eduardo Amorim (SE)
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 24/04/2013

Notas:

1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 004/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitas na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 03.04.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258

E-mail:scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) (2)

1ª Designação: 23/03/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Waldemir Moka (MS)
PT
Delcídio do Amaral (MS)
PSDB
Cyro Miranda (GO)
PTB
Armando Monteiro (PE)
PP
Ivo Cassol (RO)
PDT
VAGO
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF)
DEM
José Agripino (RN)
PR
Antonio Carlos Rodrigues (SP)
PSD
Sérgio Petecão (AC)
PCdoB
Inácio Arruda (CE) (1)
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
Eduardo Lopes (RJ)
PSC
Eduardo Amorim (SE)
PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 14/03/2014

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 001/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleito na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 20.03.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

8) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (3)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) (3)

1ª Designação: 30/11/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 21/03/2012
4ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Jarbas Vasconcelos (PE)
PT
Paulo Paim (RS)
PSDB
Cícero Lucena (PB)
PTB
VAGO (2)
PP
Ana Amélia (RS)
PDT
VAGO
PSB
João Capiberibe (AP)
DEM
José Agripino (RN)
PR
VAGO
PSD
Sérgio Petecão (AC)
PCdoB
Vanessa Grazziotin (AM) (1)
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
Eduardo Lopes (RJ)
PSC
Eduardo Amorim (SE)
PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 24/04/2013

Notas:

1. Designada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.GLPCB nº 005/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandado, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
3. Eleitos na 1ª Reunião de 2013, realizada em 16/04/2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.leg.br

9) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (2)

1ª Designação: 14/03/2011
2ª Designação: 21/03/2012
3ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Ricardo Ferraço (ES)
PT
Anibal Diniz (AC)
PSDB
Cyro Miranda (GO)
PTB
João Vicente Claudino (PI)
PP
Ciro Nogueira (PI)
PDT
VAGO
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF)
DEM
Wilder Morais (GO)
PR
VAGO
PSD
Kátia Abreu (PMDB-TO)
PCdoB
Inácio Arruda (CE) (1)
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
Eduardo Lopes (RJ)
PSC
Eduardo Amorim (SE)

PSOL
Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 24/04/2013

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 002/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitos na 1ª Reunião de 2013, realizada em 17.04.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

10) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL

(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

Número de membros: 18 titulares

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) (2)

1ª Designação: 12/09/2012
2ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Luiz Henrique (SC)
PT
Jorge Viana (AC)
PSDB
PTB
João Vicente Claudino (PI)
PP
Ivo Cassol (RO)
PDT
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF)
DEM
Wilder Morais (GO)
PR
Blairo Maggi (MT)
PSD
Kátia Abreu (PMDB-TO)
PCdoB
Vanessa Grazziotin (AM) (1)
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
Eduardo Lopes (RJ)
PSC
Eduardo Amorim (SE)
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP)

Representante da sociedade civil organizada
André Lima (3)
Pesquisador com produção científica relevante
Paulo Sérgio Bretas de Almeida Salles (3)
Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente
Rui Carlos Ottoni (3)

Atualização: 11/07/2013

Notas:

1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 003/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 24.04.2013.
3. Designado conforme Of.nº 130, de 2013/CMA, datado de 10.07.2013, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303.5258 **Fax:**3303.5260

E-mail:scop@senado.gov.br

11) CONSELHO DA COMENDA DORINA GOUVEIA NOWILL

(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 22/08/2013

MEMBROS
PMDB
Luiz Henrique (SC) (10)
PT
Paulo Paim (RS) (11)
PSDB
Lúcia Vânia (GO) (8)
PTB
PP
Ana Amélia (RS) (6)
PDT
João Durval (BA) (7)
PSB
Lídice da Mata (BA) (12)
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) (5)
PR
PSD
Kátia Abreu (PMDB-TO) (3)
PCdoB
Inácio Arruda (CE) (1)
PV
PRB
Eduardo Lopes (RJ) (2)
PSC
Eduardo Amorim (SE) (9)
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP) (4)

Atualização: 06/09/2013

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.GSINAR nº 169/2013, datado 20.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
2. Designado para ocupar a vaga do PRB, conforme Of.nº 0235/2013-GSEL, datado 20.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
3. Designada para ocupar a vaga do PSD, conforme Of.nº 0032/2013-GLPSD, datado 16.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
4. Designado para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.GSRR nº 00134/2013, datado 20.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
5. Designada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.nº34/2013-GLDEM, datado 19.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
6. Designada para ocupar a vaga do PP, conforme Of.nº55/2013-GLDPP, datado 22.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 23.08.2013.
7. Designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of. nº 11/2013-GLDPDT, datado de 21.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 26.08.2013.
8. Designada para ocupar a vaga do PSDB, conforme Of. nº 160/2013-GLPSDB, datado de agosto de 2013, lido na sessão do Senado Federal de 27.08.2013.
9. Designado para ocupar a vaga do PSC, conforme nº 218/2013, datado de 16.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 28.08.2013.
10. Designado para ocupar a vaga do PMDB, conforme Of. GLPMDB nº 256/2013, datado de 29.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 29.08.2013.
11. Designado para ocupar a vaga do PT, conforme Of. GLDPT nº 033/2013, datado de 27.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 29.08.2013.
12. Designada para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 0091/2013-GLPSB, datado de 27.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 06.09.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.leg.br

COMISSÕES MISTAS

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

(Resolução nº 1/2006-CN)

Processado referente à composição de 2013: OFN nº 11/2013

Número de membros: 11 Senadores e 33 Deputados [2]

COMPOSIÇÃO [3]

Presidente: Senador Lobão Filho (PMDB/MA)[8]
1º Vice-Presidente: Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE) [8]
2º Vice-Presidente: [8 e 9]
3º Vice-Presidente: Deputado Guilherme Campos (PSD/SP) [8]

Relator do PLDO / 2014: Deputado Danilo Forte (PMDB/CE)
Relator do PLOA / 2014: Deputado Miguel Corrêa (PT/MG)
Relator da Receita: Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Walter Pinheiro (PT/BA)	1. Eduardo Suplicy (PT/SP)
Anibal Diniz (PT/AC)	2. Inácio Arruda (PCdoB/CE)
Acir Gurgacz (PDT/RO)	3. [6]
Lídice da Mata (PSB/BA)	4. Lindbergh Farias (PT/RJ)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD)	
Lobão Filho (PMDB/MA)	1. Ricardo Ferraço (PMDB/ES)[5]
[7 e 9]	2. [5 e 7]
Ivo Cassol (PP/RO)	3. Casildo Maldaner (PMDB/SC) [5]
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1. Cícero Lucena (PSDB/PB)[4]
Wilder Morais (DEM/GO)	2. Jayme Campos (DEM/MT)[10]
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	
João Vicente Claudino (PTB/PI)	1.
Eduardo Amorim (PSC/SE)	2.
PSOL [1]	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP)	

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

3- Designação na Sessão do Senado Federal de 21-3-2013.

4- Designado o Senador Cícero Lucena, como membro suplente, em 3-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 106/2013, da Liderança do PSDB.

5- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Francisco Dornelles e Casildo Maldaner, como membros suplentes, em 9-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 140, de 2013, da Liderança do PMDB.

6- Vago, em 9-4-2013 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 63, de 2013, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

7- Designado o Senador Francisco Dornelles, como membro titular, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, em 16-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 151, de 2013, da Liderança do PMDB.

8- Mesa eleita em 16-4-2013, conforme Ofício nº 038, de 2013.

9- O Senador Francisco Dornelles deixa de integrar a Comissão, em 8-7-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme os Ofícios nºs 210 de 2013, da Liderança Bloco Parlamentar da Maioria, e 157 de 2013, do Líder do PP, no Senado Federal.

10- O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Bohn Gass (PT/RS)	1. Afonso Florence (PT/BA)
Ricardo Berzoini (PT/SP)	2. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Zezéu Ribeiro (PT/BA)	3. Iriny Lopes (PT/ES)
Miguel Corrêa (PT/MG)	4. Jorge Bittar (PT/RJ)
Weliton Prado (PT/MG)	5. José Airton (PT/CE)
PMDB	
Danilo Forte (PMDB/CE)	1. André Zacharow (PMDB/PR)
Leonardo Quintão (PMDB/MG)	2. Gera Arruda (PMDB/CE)[7 e 12]
Marçal Filho (PMDB/MS)	3. Pedro Novais (PMDB/MA)
Nilda Gondim (PMDB/PB)	4. José Priante (PMDB/PA)[4]
Rose de Freitas (PMDB/ES)	5. Osvaldo Reis (PMDB/TO)[4]
PSDB	
Bruno Araújo (PSDB/PE)	1. Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE)[2]
Domingos Sávio (PSDB/MG)	2. Carlos Brandão (PSDB/MA)[3]
Ruy Carneiro (PSDB/PB)	3.
PP	
Carlos Magno (PP/RO)	1. Missionário José Olimpio (PP/SP)
Nelson Meurer (PP/PR)	2. Roberto Britto (PP/BA)
Roberto Teixeira (PP/PE)	3. Dilceu Sperafico (PP/PR)[5]
DEM	
Claudio Cajado (DEM/BA)	1. Alexandre Leite (DEM/SP)[8]
Efraim Filho (DEM/PB)	2.
Mandetta (DEM/MS)	3.
PSD	
Marcos Montes (PSD/MG)[13]	1. Ademir Camilo (PROS/MG)
Guilherme Campos (PSD/SP)	2. Walter Ihoshi (PSD/SP)[13]
Júlio Cesar (PSD/PI)	3. Junji Abe (PSD/SP)
PR	
Aelton Freitas (PR/MG)	1. José Rocha (PR/BA)
Gorete Pereira (PR/CE)	2. Wellington Roberto (PR/PB)
PSB	
Gonzaga Patriota (PSB/PE)[6]	1. Leopoldo Meyer (PSB/PR)
Severino Ninho (PSB/PE)	2. Valtenir Pereira (PSB/MT)
PDT	
Giovani Cherini (PDT/RS)[11]	1. André Figueiredo (PDT/CE)
Weverton Rocha (PDT/MA)	2. Oziel Oliveira (PDT/BA)[10]
Bloco Parlamentar **(PV / PPS)**	
Fábio Ramalho (PV/MG)	1. Humberto Souto (PPS/MG)
Sandro Alex (PPS/PR)	2. Sarney Filho (PV/MA)
PTB	
Nilton Capixaba (PTB/RO)	1. Alex Canziani (PTB/PR)
PSC	
Andre Moura (PSC/SE)	1. Edmar Arruda (PSC/PR)[9]
PCdoB	
Evandro Milhomen (PCdoB/AP)	1. Chico Lopes (PCdoB/CE)
PTdoB[1]	
Lourival Mendes (PTdoB/MA)	

Notas:
1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
2- Designado o Deputado Raimundo Gomes de Matos, como membro suplente, em 27-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 345/2013, da Liderança do PSDB.
3- Designado o Deputado Carlos Brandão, como membro suplente, em 2-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 353/2013, da Liderança do PSDB.
4- Designados os Deputados José Priante e Osvaldo Reis, como membros suplentes, em 2-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 327/2013, da Liderança do PMDB.
5-Designado o Deputado Dilceu Sperafico, como membro suplente, em 11-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 174/2013, da Liderança do PP.
6-Designado o Deputado Gonzaga Patriota, como membro titular, em substituição ao Deputado Dr. Ubiali, em 18-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2013, da Liderança do PSB.
7- Designado o Deputado Genecias Noronha, como membro suplente, em substituição ao Deputado Giroto, em 21-5-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 575/2013, da Liderança do PMDB.
8- Designado o Deputado Alexandre Leite, como membro suplente, em vaga existente, em 3-7-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 183/2013, da Liderança do DEM.
9- Designado o Deputado Edmar Arruda, como membro suplente, em substituição ao Deputado Ricardo Arruda, em 16-8-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 258, de 2013, da Liderança do PSC.
10- Designado o Deputado Oziel Oliveira, como membro suplente, em substituição ao Deputado João Dado, em 10-10-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 477, de 2013, da Liderança do PDT.
11- Designado o Deputado Giovani Cherini, como membro titular, em substituição ao Deputado Sebastião Bala Rocha, em 10-10-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 478, de 2013, da Liderança do PDT.
12- Designado o Deputado Gera Arruda, como membro suplente, em substituição ao Deputado Genecias Noronha, em 10-10-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 1.228, de 2013, da Liderança do PMDB.
13- Designados como membro titular, o Deputado Marcos Montes, em substituição ao Deputado Armando Vergílio; e, como membro suplente, o Deputado Walter Ihoshi, em substituição ao Deputado Homero Pereira, em 24-10-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 1.512, de 2013, da Liderança do PSD.

Secretária: Maria do Socorro de L. Dantas
Telefones: (61) 3216-6892 / 3216-6893
Fax: (61) 3216-6905
E-mail: cmo@camara.gov.br
Local: Câmara dos Deputados, Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C" – Sala 08 – Térreo
Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cmo

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relator do PLDO / 2014: Deputado Danilo Forte (PMDB/CE)
Relator do PLOA / 2014: Deputado Miguel Corrêa (PT/MG)
Relator da Receita: Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)

RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2014

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
I – Infraestrutura	Senador Acir Gurgacz (PDT/RO)
II – Saúde	Deputado Marçal Filho (PMDB/MS)
III – Integração Nacional e Meio Ambiente	Deputado Aelton Freitas (PR/MG)
IV – Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte	Senador Wilder Morais (DEM/GO)
V – Planejamento e Desenvolvimento Urbano	Deputado Weliton Prado (PT/MG)
VI – Fazenda, Desenvolvimento e Turismo	Deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE)
VII – Justiça e Defesa	Deputado Nelson Meurer (PP/PR)
VIII – Poderes do Estado e Representação	Senador Ricardo Ferraço (PMDB/ES)
IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário	Senador João Vicente Claudino (PTB/PI)
X – Trabalho, Previdência e Assistência Social	Deputado Junji Abe (PSD/SP)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

I – COMITÊ DE AVALIAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – CFIS

COMPOSIÇÃO

Coordenador: Deputado Efraim Filho (DEM/PB)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PSOL	Randolfe Rodrigues (PSOL/AP)
PSDB	Lúcia Vânia (PSDB/GO)
PT	Anibal Diniz (PT/AC)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PSD	Ademir Camilo (PROS/MG)
PP	Carlos Magno (PP/RO)
PSDB	Domingos Sávio (PSDB/MG)
DEM	Efraim Filho (DEM/PB)
PT	Iriny Lopes (PT/ES)
DEM	Mandetta (DEM/MS)
PMDB	Rose de Freitas (PMDB/ES)
PDT	Sebastião Bala Rocha (SDD/AP)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

II – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DA RECEITA – CAR

COMPOSIÇÃO

Coordenador: Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PP	Ivo Cassol (PP/RO)
PSC	Eduardo Amorim (PSC/SE)
PCdoB	Inácio Arruda (PCdoB/CE)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Ricardo Berzoini (PT/SP)
PMDB	Pedro Novais (PMDB/MA)
PSB	Severino Ninho (PSB/PE)
PSD	Júlio Cesar (PSD/PI)
PDT	Weverton Rocha (PDT/MA)
PSC	Ricardo Arruda (PSC/PR)
PCdoB	Evandro Milhomen (PCdoB/AP)
PSDB	

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

III – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE OBRAS E SERVIÇOS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES – COI

COMPOSIÇÃO

Coordenador: Deputado Afonso Florence (PT/BA)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Casildo Maldaner (PMDB/SC)
PTB	João Vicente Claudino (PTB/PI)
PSB	Lídice da Mata (PSB/BA)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	José Airton (PT/CE)
PMDB	Leonardo Quintão (PMDB/MG)
PR	José Rocha (PR/BA)
PSD	Armando Vergílio (PSD/GO)
PSB	Gonzaga Patriota (PSB/PE)
PTdoB	Lourival Mendes (PTdoB/MA)
PT	Afonso Florence (PT/BA)
PSDB	

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

IV – COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS – CAE

COMPOSIÇÃO

Coordenador: Deputado Roberto Teixeira (PP/PE)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Ricardo Ferraço (PMDB/ES)
DEM	Wilder Morais (DEM/GO)
PT	Walter Pinheiro (PT/BA)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Zezéu Ribeiro (PT/BA)
PMDB	José Priante (PMDB/PA)
PR	Wellington Roberto (PR/PB)
PV	Fábio Ramalho (PV/MG)
PPS	Sandro Alex (PPS/PR)
PTB	Alex Canziani (PTB/PR)
PSD	[1]
PP	Roberto Teixeira (PP/PE)

Notas:
1- Vago em virtude da vacância do mandato do Deputado Homero Pereira, em 1º-10-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 2.291/2013/SGM/P, do Presidente da Câmara dos Deputados.

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CMMC

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados [21]

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senadora Vanessa Grazziotin [15, 20 e 27]
Vice-Presidente: Deputado Fernando Ferro [15, 20 e 27]
Relator: Deputado Sarney Filho [16, 20 e 27]

Instalação: 27-2-2013 [15, 20 e 27]

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo **(PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)**	
Jorge Viana (PT/AC) [7]	1. Wellington Dias (PT/PI) [7]
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) [7, 13 e 17]	2. Lindbergh Farias (PT/RJ) [7]
Blairo Maggi (PR/MT) [7, 23 e 26]	3. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) [7]
Cristovam Buarque (PDT/DF) [7]	4. [7 e 17]
[22]	5. [22]
Bloco Parlamentar da Maioria **(PMDB / PP / PSD)**	
Sérgio Souza (PMDB/PR) [3, 14 e 29]	1. Vital do Rêgo (PMDB/PB) [3 e 29]
Eduardo Braga (PMDB/AM) [3 e 29]	2. Romero Jucá (PMDB/RR) [3 e 29]
Ciro Nogueira (PP/PI) [3, 11, 12 e 29]	3. [3 e 29]
Sérgio Petecão (PSD/AC) [3, 18 e 29]	4. [3, 19 e 29]
Bloco Parlamentar Minoria **(PSDB / DEM)**	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) [2]	1. [2 e 24]
Wilder Morais (DEM/GO) [6, 10 e 25]	2. Osvaldo Sobrinho (PTB/MT) [6, 10, 28, 30 e 31]
Bloco Parlamentar União e Força **(PTB / PR / PSC)**	
João Vicente Claudino (PTB/PI) [4 e 29]	1. [8, 9 e 12]
	2.
PSOL [1]	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) [5 e 29]	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 35/2011, da Liderança do PSDB.

3- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Renan Calheiros e Wilson Santiago em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 47/2011, da Liderança do PMDB.

4- Designado o Senador João Vicente Claudino em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 55/2011, da Liderança do PTB.

5- Designado o Senador Randolfe Rodrigues em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2011, da Liderança do PSOL.

6- Designados os Senadores Kátia Abreu e Jayme Campos em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 26/2011, da Liderança do DEM.

7- Designados Senadores Jorge Viana, João Pedro, Blairo Magi, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Lindbergh Farias, Antonio Carlos Valadares e Vanessa Grazziotin em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34/2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 28-3-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 70/2011, da Liderança do PTB, cedendo provisoriamente, ao PP, a vaga de suplente.

9- Designado o Senador Ciro Nogueira, para vaga cedida pelo PTB, em 29-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21/2011, da Liderança do PP.

10- Designado o Senador Jayme Campos, como membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, e o Senador José Agripino, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 32/2011, da Liderança do DEM.

11- Em 27-4-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 115/2011, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Pedro Simon.

12- Designado o Senador Ciro Nogueira em 28-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011, da Liderança do PMDB.

13- Vago em razão da reassunção do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 7-7-2011.

14- Designado o Senador Sérgio Souza em 25-8-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 236/2011, da Liderança do PMDB.

15- Comissão instalada em 30-8-2011 (Sessão do Senado Federal); eleitos Presidente e Vice-Presidente, conforme Ofício nº 1/2011-CMMC.

16- Ofício nº 6/2011-CMMC, publicado no DSF de 22-9-2011.

17- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin em 20-10-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011 – GLDBAG, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

18- Em 1-11-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lida comunicação do Senador Sérgio Petecão, informando a sua filiação ao Partido Social Democrático – PSD.

19- Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.
20- Comissão instalada em 10-4-2012, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 2/2012-CMMC.
21- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
22- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
23- O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 130 dias, a partir de 9-8-2012, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725, de 2012, aprovados na Sessão do Senado Federal de 7-8-2012.
24- Lido na Sessão do Senado Federal de 9-8-2012 o Ofício n° 135, da Liderança do PSDB, comunicando a retirada do nome do Senador Cyro Miranda como membro suplente.
25- Designado o Senador Wilder Morais, como membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 7-11-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 76/2012, da Liderança do DEM no Senado Federal.
26- Senador Blairo Maggi reassume o cargo de senador, em 17.12.2012, após licença (Of. GSBMAG nº 068/2012).
27- Comissão instalada em 27-2-2013, eleitos Presidente Senadora Vanessa Grazziotin, Vice-Presidente Deputado Fernando Ferro e Relator Deputado Sarney Filho, conforme Ofício nº 3/2013-CMMC, lido na Sessão do Senado Federal de 4-3-2013.
28- Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em substituição ao Senador José Agripino, em 7-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 12, de 2013, da Liderança do Democratas – DEM.
29- Ratificadas as indicações constantes nos ofícios nºs 54, 32 e 78, todos de 2013, das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força, Partido Socialismo e Liberdade – PSOL e do Bloco Parlamentar da Maioria, respectivamente, em 22-3-2013 (Sessão do Senado Federal).
30- O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.
31- Designado o Senador Osvaldo Sobrinho, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 19-9-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Fernando Ferro (PT/PE) [2]	1. [2 19]
Márcio Macêdo (PT/SE) [2]	2. Leonardo Monteiro (PT/MG) [2]
PMDB	
Valdir Colatto (PMDB/SC) [2, 5 e 6]	1. Colbet Martins (PMDB/BA) [2 e 21]
André Zacharow (PMDB/PR) [2, 9 e 10]	2. Adrian (PMDB/RJ) [10]
PSD	
Hugo Napoleão (PSD/PI) [14 e 15]	1. [14]
[14]	2. [14]
PSDB	
Ricardo Tripoli (PSDB/SP) [2, 11 e 13]	1. Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) [2 e 13]
PP	
Gladson Cameli (PP/AC) [2 e 20]	1. Luís Carlos Heinze (PP/RS) [2 e 20]
DEM	
Rodrigo Maia (DEM/RJ) [2]	1. [2 e 8]
PR	
Bernardo Santana de Vasconcellos (PR/MG) [2 e 18]	1. [2, 12 e 18]
PSB	
Glauber Braga (PSB/RJ) [2 e 17]	1. Janete Capiberibe (PSB/AP) [2, 7, 13 e 17]
PDT	
Giovani Cherini (PDT/RS) [2]	1. Miro Teixeira (PDT/RJ) [2]
Bloco Parlamentar **(PV / PPS)**	
Sarney Filho (PV/MA) [2 16]	1.Alfredo Sirkis (PV/RJ) [2 16]
PTB [1]	
Jandira Feghali (PCdoB/RJ) [2 e 3]	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP) [4]

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Deputados Fernando Ferro, Márcio Macêdo, Mendes Ribeiro Filho, Moacir Micheletto, Antonio Carlos Mendes Thame, José Otávio Germano, Rodrigo Maia, Anthony Garotinho, Luiz Noé, Giovani Cherini, Alfredo Sirkis, Jandira Feghali, Francisco Praciano, Leonardo Monteiro, Celso Maldaner, Ricardo Tripoli, Rebecca Garcia, Walter Ihoshi, Paulo César, Domingos Neto, Miro Teixeira e Sarney Filho, em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 300/2011, do Presidente da Câmara dos Deputados.

3- Em 22-3-2011, vaga de membro titular destinada ao PTB, cedida ao PCdoB.

4- Cedida vaga ao PPS, e Designado o Deputado Arnaldo Jardim, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 123/2011, da Liderança do PTB.

5- Vago em razão do afastamento do Deputado Mendes Ribeiro Filho em 23-8-2011, nos termos do art. 230 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

6- Designado o Deputado Valdir Colatto, em substituição ao Deputado Mendes Ribeiro Filho, em 21-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043/2011, da Liderança do PMDB.

7- Vago em razão do desligamento do Deputado Domingos Neto, em 22-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício OF.B/130/11, da Liderança do Bloco PSB, PTB e PCdoB.

8- Em 3-1-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Walter Ihoshi (PSD/SP), nos termos do artigo 230, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

9- Em 30-1-2012, vago em razão do falecimento do Deputado Moacir Micheletto (PMDB/PR), nos termos do art. 238, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

10- Em 16-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foram designados os Deputados André Zacharow, como membro titular, e Adrian, como membro suplente, conforme Ofícios nº s 184/2012 e 183/2012, ambos da Liderança do PMDB.

11- Em 9-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, conforme Ofício nº 401/2012, da Liderança do PSDB.

12- Em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Bernardo Santana De Vasconcellos, em substituição ao Deputado Dr. Paulo César, conforme Ofício nº 224/2012, da Liderança do Bloco PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB.

13- Em 22-5-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado, como membro titular, o Deputado Ricardo Tripoli, em substituição ao Deputado Antonio Imbassahy; e como membro suplente, o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, em substituição ao Deputado Ricardo Tripoli, conforme os Ofícios nos 535 e 536, de 2013, da Liderança do PSDB.

13- Em 12-7-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Glauber Braga, como membro suplente, conforme Ofício nº 117/2012, da Liderança do PSB.
14- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
15- Em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Hugo Napoleão, como membro titular, conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.
16- Designado como membro titular o Deputado Sarney Filho, em substituição ao Deputado Alfredo Sirkis e, como membro suplente, o Deputado Alfredo Sirkis, em substituição ao Deputado Sarney Filho, em 4-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofícios nºs 30 e 31, de 2013, da Liderança do PV.
17- Designado o Deputado Glauber Braga, como membro titular, em substituição ao Deputado Luiz Noé, e a Deputada Janete Capiberibe, como membro suplente, em substituição ao Deputado Glauber Braga, em 12-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 31, de 2013, da Liderança do Partido Socialista Brasileiro - PSB.
18- Designado o Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos, como membro titular, em substituição ao Deputado Anthony Garotinho, em 20-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 126, de 2013, da Liderança do PR.
19- Vago em virtude do desligamento do Deputado Francisco Praciano (PT/AM), em 4-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 294, de 2013, da Liderança do PT.
20- Designado o o Deputado Gladson Cameli, como membro titular, em substituição ao Deputado José Otávio Germano; e o Deputado Luís Carlos Heinze, como membro suplente, em substituição à Deputada Rebecca Garcia, em 4-6-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 278, de 2013, da Liderança do PP.
21- Designado o Deputado Colbert Martins, como membro suplente, em substituição ao Deputado Celso Maldaner, em 9-7-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 634, de 2013, da Liderança do PMDB.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Telefone: (61) 3303-3122
E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br
Local: Senado Federal, Anexo II, Bloco A, Ala Alexandre Costa – Sala 15 – Subsolo
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/comissao.asp?origem=CN&com=1450

COMISSÃO MISTA REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL NO FÓRUM INTERPARLAMENTAR DAS AMÉRICAS – FIPA

(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados[1]

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo **(PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)**	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Maioria **(PMDB/PP/PSD)**	
Roberto Requião (PMDB/PR)[5]	1.
	2.
	3.
Bloco Parlamentar Minoria **(PSDB/DEM)**	
Wilder Morais (DEM/GO) [3]	1. Osvaldo Sobrinho (PTB/MT)[3, 6 e 7]
	2.
Bloco Parlamentar União e Força **(PTB/PR/PSC)**	
	1.
	2.
PSOL [2]	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) [4]	1.

_____

Notas:

1- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e uma vaga acrescida à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

2- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

3- Designado, como membro titular, o Senador Wilder Morais e, como membro suplente, o Senador Jayme Campos, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 18, de 2013, da Liderança do DEM.

4- Designado, como membro titular, o Senador Randolfe Rodrigues, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 41, de 2013, da Liderança do PSOL.

5- Designado o Senador Roberto Requião, como membro titular, em 25-3-2013 (Sessão do Senado Federal), de conformidade com o Ofício nº 129 de 2013, da Liderança do PMDB.

6- O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.

7- Designado o Senador Osvaldo Sobrinho, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 19-9-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Nelson Pellegrino [4]
Vice-Presidente: Senador Ricardo Ferraço [4]

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
LÍDER DA MAIORIA José Guimarães (PT/CE)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA Eunício Oliveira (PMDB/CE) [1]
LÍDER DA MINORIA Nilson Leitão (PSDB/MT)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Mário Couto (PSDB/PA) [2]
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Nelson Pellegrino (PT/BA)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Ricardo Ferraço (PMDB/ES) [3]

(Atualizada em 10.04.2013)

Notas:
1- Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria para o biênio 2013-2014, conforme Of. GLPMDB nº 009/2013.
2- Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.
3- Em 27.02.2013, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal elegeu o Senador Ricardo Ferraço como Presidente do colegiado (OF. nº 001/2013 – CRE).
4- O Deputado Nelson Pellegrino assumiu a presidência em 10.04.2013, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 18.08.2001. Na mesma reunião, o Senador Ricardo Ferraço assumiu a vice-presidência.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3303-4561 / 3303-5258
E-mail: scop@senado.gov.br
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/ccai

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

ATO DO PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL Nº 15, DE 2012

Constitui Comissão Mista Especial prevista no art. 3º da Emenda Constitucional nº 69, de 2012, destinada a elaborar, em sessenta dias, os projetos de lei necessários à adequação da legislação infraconstitucional quanto à transferência, da União para o Distrito Federal, das atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) [1]	
Vital do Rêgo (PMDB/PB) [5]	1. Francisco Dornelles (PP/RJ) [5]
Eunício Oliveira (PMDB/CE) [5]	2. Garibaldi Alves (PMDB/RN) [5]
Clésio Andrade (PMDB/MG) [5]	3. [5 e 11]
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB) [1]	
Rodrigo Rollemberg (PSB/DF) [2]	1. Pedro Taques (PDT/MT) [7]
Cristovam Buarque (PDT/DF) [2]	2. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) [7]
Paulo Paim (PT/RS) [2 e 7]	3. Eduardo Suplicy (PT/SP) [7]
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Cyro Miranda (PSDB/GO) [2]	1. [6 e 10]
Wilder Moraes (DEM/GO) [2 e 6]	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
Alfredo Nascimento (PR/AM) [3]	1. Eduardo Amorim (PSC/SE) [3]
Gim (PTB/DF) [3]	2. João Vicente Claudino (PTB/PI) [3]
PSD [4]	
Sérgio Petecão (PSD/AC) [2]	1. [2, 8, 9 e 12]

Notas:

1- Conforme Ofícios n°s 1.815 e 1.816, de 2012-SF, o Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo dispõem de mais uma vaga, que deve ser compartilhada, sendo uma de titular e uma de suplente.

2- Em 17-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Cyro Miranda, Clovis Fecury, Rodrigo Rollemberg, Cristovam Buarque, Pedro Taques e Sérgio Petecão para integrarem como titulares; e a Senadora Kátia Abreu para integrar, como suplente, nos termos dos Ofícios nºs 60, 34, 74 e 25, de 2012, das Lideranças dos respectivos partidos.

3- Em 19-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Alfredo Nascimento e Gim, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Amorim e João Vicente Claudino, como membros suplentes, nos termos do Ofício nº 134/2012, do Bloco Parlamentar União e Força.

4- Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.

5- Em 20-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Vital do Rêgo, Eunício Oliveira e Clésio Andrade, como membros titulares, e os Senadores Francisco Dornelles, Garibaldi Alves e Tomás Correia, como membros suplentes, nos termos dos Ofício nº 306/2012, do Bloco Parlamentar da Maioria.

6- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Clovis Fecury, e o Senador Clovis Fecury, como membro suplente, nos termos dos Ofício nº 50/2012, da Liderança do DEM.

7- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Paulo Paim, como membro titular, em substituição ao Senador Pedro Taques, e os Senadores Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Eduardo Suplicy, como membros suplentes, nos termos dos Ofício nº 120/2012, do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 2-10-2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 2-10-2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 1º-10-2012.

9- Em 16-10-2012 (Sessão do Senado Federal), designa o Senador Marco Antônio Costa, como membro suplente, em substituição à Senadora Kátia Abreu, nos termos dos Ofício nº 59/2012, da Liderança do PSD no Senado Federal.

10- Vago em razão da reassunção do titular, Senador João Alberto Souza, em 5-11-2012.

11- Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15-11-2012.

12- Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu, em 31-1-2013.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
	1.
	2.
PMDB	
Leandro Vilela (PMDB/GO) [1]	1. Geraldo Resende (PMDB/MS) [1]
Luiz Pitiman (PSDB/DF) [1]	2. Sandro Mabel (PMDB/GO) [1]
PSDB	
	1.
PP	
Roberto Britto (PP/BA) [1]	1. Toninho Pinheiro (PP/MG) [1]
DEM	
Augusto Coutinho (SDD/PE) [1]	1. João Bittar (DEM/MG) [1]
PR	
	1.
PSB	
	1.
PDT	
	1.
Bloco Parlamentar **(PV / PPS)**	
Augusto Carvalho (SDD/DF) [1]	1.
PTB	
	1.

Notas:
1- Em 14-11-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Deputados Leandro Vilela, Luiz Pitiman, Roberto Britto, Augusto Coutinho e Augusto Carvalho, para integrarem como titulares; e os Deputados Geraldo Resende, Sandro Mabel, Toninho Pinheiro e João Bittar para integrarem, como suplentes, nos termos do Ofício nº 2.066, de 2012, do Presidente da Câmara dos Deputados.

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito - COCETI
Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

ATO CONJUNTO Nº 1, DE 2013, DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Cria Comissão Mista destinada a elaborar, em sessenta dias, proposta de reforma do Regimento Comum do Congresso Nacional.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza [1]
Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro [1]
Relator: Senador Romero Jucá [1]

Instalação: 12-3-2013 [1]
Prazo Final: 11-5-2013
Prazo Final Prorrogado: 11-7-2013 [2]
Prazo Final Prorrogado: 9-9-2013 [3]
Prazo Final Prorrogado: 23-12-2013 [4]

Senado Federal	Câmara dos Deputados
Romero Jucá (PMDB/RR)	Cândido Vaccarezza (PT/SP)
Lobão Filho (PMDB/MA)	Osmar Serraglio (PMDB/PR)
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	Bruno Araújo (PSDB/PE)
Walter Pinheiro (PT/BA)	Mendonça Filho (DEM/PE)
Jorge Viana (PT/AC)	Júlio Delgado (PSB/MG)
Ana Amélia (PP/RS)	Jô Morais (PCdoB/MG)

_____
Notas:
1- Comissão instalada em 12-3-2013, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 1/2013-CMRRC.
2- Nos termos no Ato Conjunto nº 3, de 13 de maio de 2013.
3- Nos termos no Ato Conjunto nº 6, de 16 de julho de 2013.
4- Nos termos no Ato Conjunto nº 8, de 9 de setembro de 2013.

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito - COCETI
Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

ATO CONJUNTO Nº 2, DE 2013, DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Cria Comissão Mista destinada a consolidar a legislação federal e a regulamentar dispositivos da Constituição Federal.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza[1]
Relator: Senador Romero Jucá [2]

Instalação: 2-4-2013 [2]
Prazo Final: 30-9-2013 [4]
Prazo Final Prorrogado: 23-12-2013 [6]

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes[7]
Cândido Vaccarezza (PT/SP)	Reinaldo Azambuja (PSDB/MS) [9]
Edinho Araújo (PMDB/SP)	
Eduardo Barbosa (PSDB/MG)[3]	
Sergio Zveiter (PSD/RJ)	
Arnaldo Jardim (PPS/SP)	
Miro Teixeira (PDT/RJ)	
João Maia (PR/RN) [5 e 9]	

Senado Federal

Titulares	Suplentes [7]
Romero Jucá (PMDB/RR)	Kátia Abreu (PMDB/TO) [7 e 8]
Vital do Rêgo (PMDB/PB)	Waldemir Moka (PMDB/MS) [7]
Jorge Viana (PT/AC)	
Pedro Taques (PDT/MT)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)	
Antônio Carlos Rodrigues (PR/SP)	
Ana Amélia (PP/RS) [5 e 7]	

Notas:
1 - Alínea "a" do inciso I do art. 2º do Ato Conjunto nº 2, de 2013.
2 - Comissão instalada em 2-4-2013, designado o Senador Romero Jucá como Relator, conforme Ofício nº 001, de 2013, da Presidência desta Comissão.
3 - Designado o Deputado Eduardo Barbosa, em substituição ao Deputado Carlos Sampaio, nos termos do Ato Conjunto nº 4, de 21 de maio de 2013.
4 - Prazo recontado em virtude do disposto no § 2º do art. 57 da Constituição Federal.
5 - Acrescentado um membro do Senado Federal e um membro da Câmara dos Deputados, nos termos do Ato Conjunto nº 7, de 2013.
6 - Nos termos do Ato Conjunto nº 9, de 26 de setembro de 2013.
7 - Nos termos do Ato Conjunto nº 10, de 26 de setembro de 2013, ficam criadas vagas de suplentes na Comissão Mista criada pelo Ato Conjunto nº 2, de 2013, bem como fica designada a Senadora Ana Amélia, como membro titular, em vaga existente, e, como membros suplentes, a Senadora Kátia Abreu e o Senador Waldemir Moka.
8-Em 8-10-2013, a Senadora Kátia Abreu desfiliou-se do Partido da Social Democrático– PSD, e filiou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, conforme Ofício nº 0800/2013 – GSKAAB.
9- Nos termos do Ato Conjunto nº 11, de 22 de outubro de 2013 (DSF 22-10-2013), ficam designados os Deputados João Maia, como membro titular, e Reinaldo Azambuja, como membro suplente.

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito - COCETI
Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

CONSELHOS E ÓRGÃO

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	PRESIDENTE Renan Calheiros (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE André Vargas (PT-PR)	1ª VICE-PRESIDENTE Jorge Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Fábio Faria (PSD-RN)	2º VICE-PRESIDENTE Romero Jucá (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO Marcio Bittar (PSDB-AC)	1º SECRETÁRIO Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
2º SECRETÁRIO Simão Sessim (PP-RJ)	2º SECRETÁRIO Angela Portela (PT-RR)
3º SECRETÁRIO Maurício Quintella Lessa (PR-AL)	3º SECRETÁRIO Ciro Nogueira (PP-PI)
4º SECRETÁRIO Biffi (PT/MS)	4º SECRETÁRIO João Vicente Claudino (PTB-PI)
LÍDER DA MAIORIA José Guimarães (PT/CE)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA Eunício Oliveira (PMDB–CE)
LÍDER DA MINORIA Nilson Leitão (PSDB-MT)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA Mário Couto (PSDB-PA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Décio Lima (PT/SC)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Vital do Rêgo (PMDB-PB)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Nelson Pellegrino (PT/BA)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

(atualizada em 28.02.2013)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL [1]

(13 titulares e 13 suplentes)
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: **DOM ORANI JOÃO TEMPESTA [2]**
Vice-Presidente: **FERNANDO CESAR MESQUITA [2]**

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	WALTER VIEIRA CENEVIVA	DANIEL PIMENTEL SLAVIERO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	MÁRCIO NOVAES
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	ALEXANDRE KRUEL JOBIM	LOURIVAL SANTOS
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	ROBERTO FRANCO	LILIANA NAKONECHNYJ
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER	MARIA JOSÉ BRAGA
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	JOSÉ CATARINO NASCIMENTO	VAGO[3]
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	JORGE COUTINHO	MÁRIO MARCELO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA	PEDRO PABLO LAZZARINI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	MIGUEL ANGELO CANÇADO	WRANA PANIZZI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	PEDRO ROGÉRIO COUTO MOREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RONALDO LEMOS	VAGO[4]
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO FILHO	VICTOR JOSÉ CIBELLI CASTIEL (ZÉ VICTOR CASTIEL)
Representante da sociedade civil (inciso IX)	FERNANDO CESAR MESQUITA	LEONARDO PETRELLI

Atualizada em 13.03.2013

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 05.06.2002
2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004
3ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 17.07.2012

Notas:

1- Conselheiros eleitos para a 3ª Composição tomaram posse em 08.08.2012.
2- Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 08.08.2012.
3- Vago em virtude do falecimento do Conselheiro Suplente Eurípedes Corrêa Conceição, ocorrido em 13.02.2013.
4- Vago em virtude de o Conselheiro João Luiz Silva Ferreira ter renunciado ao cargo de suplente, conforme expediente datado de 26.02.2013, publicado no Diário do Senado Federal em 13.03.2013.

SECRETARIA GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258
ssccn@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO [1]

37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)

Presidente: Deputado Newton Lima [2]

Vice-Presidente: Senador Paulo Bauer [2]

Vice-Presidente: Deputado Renato Molling [2]

Designação: 07.05.2013

Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Benedita da Silva	Bohn Gass
Dr. Rosinha	Iara Bernardi
Fernando Marroni	Márcio Macêdo
Newton Lima	Taumaturgo Lima
PMDB	
André Zacharow	Lelo Coimbra
Íris de Araújo	Osmar Serraglio
Marçal Filho	Ronaldo Benedet
Raul Henry	Valdir Colatto
PSDB	
Antonio Carlos Mendes Thame	Urzeni Rocha[3]
Eduardo Azeredo	
Vago [4]	
PSD	
Geraldo Thadeu	Átila Lins
Hugo Napoleão	Dr. Luiz Fernando
Raul Lima	Eleuses Paiva
PP	
Dilceu Sperafico	Luis Carlos Heinze
Renato Molling	Renato Andrade
PR	
Wellington Fagundes	Henrique Oliveira
PSB	
José Stédile	Beto Albuquerque
Vago [6]	Leopoldo Meyer
DEM	
Júlio Campos	
PDT	
Vieira da Cunha	Sebastião Bala Rocha
PTB	
Paes Landim	Jorge Corte Real
Bloco PV / PPS	
Roberto Freire	Antônio Roberto
PSC	
Nelson Padovani	Takayama
PCdoB	
João Ananias	Chico Lopes
PRB	
George Hilton	Vitor Paulo
PTdoB	
Luis Tibé	

Senadores

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD / PV)	
Pedro Simon	Casildo Maldaner
Roberto Requião	Valdir Raupp
Ana Amélia	Gim [8]
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Eduardo Suplicy	Acir Gurgacz [5]
Paulo Paim	Inácio Arruda
Antonio Carlos Valadares[4]	Humberto Costa
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Paulo Bauer	Cássio Cunha Lima
Wilder Morais	Jayme Campos (DEM/MT) [7]
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC / PPL)	
Alfredo Nascimento	Fernando Collor
Luiz Henrique [9]	Eduardo Amorim

(Atualizada em 26.09.2013)

1- Designados pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 25, de 07.05.2013.
2- Eleitos na reunião realizada em 21.05.2013.
3- Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 29, de 23.05.2013.
4- Vago em virtude de o Deputado Walter Feldman ter comunicado seu desligamento, conforme Of. Nº 759/2013-PSDB.
5- Designados pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 33, de 03.06.2013.
6- A Dep. Luiza Erundina renunciou ao mandato de membro titular da vaga ocupada pelo PSB, conforme Of. B/156/13, datado de 21.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
7- O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.
8- O Senador Gim foi designado para ocupar a vaga de suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV), em 26.09.2013, nos termos dos Ofícios GLPMDB n°s 260 e 265/2013, e Of. N° 168/2013-BLUFOR, lidos na sessão do Senado Federal da mesma data.
9- O Senador Luiz Henrique foi designado para ocupar a vaga de titular do Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL), em 26.09.2013, nos termos dos Ofícios n°s 167/2013- BLUFOR e Of. GLPMDB n° 266/2013, lidos na sessão do Senado Federal da mesma data.

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil
Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880
e-mail: cpcm@camara.gov.br
www.camara.gov.br/mercosul

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL